

# DIPLOMACIA E RELIGIÃO





NERINT/UFRGS

# DIPLOMACIA E RELIGIÃO

ENCONTROS E DESENCONTROS NAS RELAÇÕES  
ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA  
DE 1949 A 2005

ANNA CARLETTI



FUNDAÇÃO  
ALEXANDRE  
DE GUSMÃO



© de Anna Carletti

1ª edição: 2008

Direitos reservados desta edição:

Fundação Alexandre de Gusmão

Capa: Carla M. Luzzatto

Revisão: Gláucia Marques Bitencourt

Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

### **Anna Carletti**

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Laureada em Línguas e Civilizações Orientais pela Universidade Federal “La Sapienza” de Roma (Itália)

Especialista em Língua e Cultura Chinesa junto ao I.S.I.A.O (Instituto Italiano para a África e o Oriente)

Pesquisadora Associada do IBECAP - Rio de Janeiro e do NERINT/ILEA da UFRGS.

### **Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais**

([www.ilea.ufrgs.br/nerint](http://www.ilea.ufrgs.br/nerint); [nerint@ilea.ufrgs.br](mailto:nerint@ilea.ufrgs.br))

O NERINT foi fundado em 1999 como Grupo de Pesquisa Interdisciplinar junto ao Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, visando estudar o reordenamento mundial pós-Guerra Fria e contribuir para a retomada da discussão sobre um projeto nacional para o Brasil, no plano da análise das opções estratégicas para a inserção internacional do país, repensando o tema a partir da perspectiva do mundo em desenvolvimento. Atualmente suas linhas de pesquisa abordam a Cooperação Sul-Sul, os processos de integração da América do Sul, da África Austral e da Ásia Meridional e Oriental, nos campos da segurança, da diplomacia e da economia. O NERINT sedia o Centro de Estudos Brasil-África do Sul (CESUL) e está associado ao Instituto Brasileiro de Estudos sobre China e Ásia-Pacífico (IBECAP-RJ) e co-patrocinou a publicação dessa obra.

### **Pesquisadores da UFRGS:**

Luiz Dario Ribeiro, Coordenador Geral

Paulo Fagundes Visentini, Coordenador Editorial

Marco Aurélio Cepik, Carlos Schmidt Arturi, André Cunha, Álvaro Heidrich

---

C281d Carletti, Anna

Diplomacia e religião: encontros e desencontros nas relações entre a Santa Sé e a República Popular da China de 1949 a 2005 / Anna Carletti. – Brasília : FUNAG, 2008.

303p.

1. Relações internacionais – Religião – Diplomacia – Santa Sé – República Popular da China. I. Título.

CDU 327:262.13(510)“1949-2005”

---

Catálogo na publicação: Mônica Ballejo Canto – CRB 10/1023

ISBN 978-85-7631-111-9



---

# Prefácio

O livro de Anna Carletti, uma tese de doutorado que tive o prazer de orientar, traz ao público brasileiro informações e análises fundamentais para a compreensão de um tema polêmico e mitificado, qual seja, o das relações da China Popular com o Vaticano e a religião católica. Italiana de nascimento e formação acadêmica e profissional, fluente em mandarim e ex-funcionária da biblioteca do Vaticano, a autora é uma especialista sobre o tema, com base em informações privilegiadas.

Depois de realizar um estudo na Itália sobre as relações do Império do Centro com a Santa Sé e com o catolicismo dentro da China até 1949, ela se dedicou em seu doutorado à reflexão sobre o período atual. As complexas e contraditórias relações entre a China imperial e uma religião ocidental, com um centro político-administrativo localizado na Europa, professada por sacerdotes que chegavam acompanhando o colonialismo, se tornaram mais complicadas com o estabelecimento de um regime socialista em Beijing.

Anna Carletti consegue desmistificar o discurso muitas vezes duro das duas partes e identificar os significados semânticos ocultos, mostrando outros níveis de contradição. O Império de cinco milênios e a religião universal de dois mil anos demonstram uma imensa capacidade de adaptação, que atualmente atinge notável nível de complexidade, num diálogo que persiste mesmo em meio a crises e ameaças. Demonstra que, muitas vezes, é o interesse de determinados grupos, de um lado e de outro, que produzem impasses. No final, ela demonstra que a obtenção de uma acomodação, desde que respeitado o interesse nacional chinês, está objetivamente ao alcance dos atores. Mas ainda falta superar alguns elementos subjetivos.

PAULO FAGUNDES VISENTINI

---

# Agradecimentos

Agradeço o meu orientador, o Professor Doutor Paulo G. Fagundes Vizentini, que, desde o início, interessou-se pela minha proposta de pesquisa e ao longo destes anos ofereceu-me sempre valiosas contribuições, incentivando-me em direção a uma pesquisa crítica e construtiva. Com a simplicidade que lhe é característica colocou à minha disposição os seus preciosos conhecimentos, principalmente linhas de interpretação do cenário internacional, que me estimularam a continuar no ambiente acadêmico da pesquisa.

Gostaria de agradecer também a todos os professores do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul dos quais recebi uma acolhida atenciosa e delicada. Em particular quero mencionar os Professores Doutores Temístocles Cezar, Silvia Regina Ferraz Petersen, Cláudia Wassermann e Carla Brandalise.

Agradeço a todos os meus colegas de curso com os quais compartilhei momentos de entusiasmo e de desânimo, e, sobretudo, ricos debates acadêmicos.

Dirijo os meus agradecimentos também ao Professor Doutor Gianni Criveller, do Holy Spirit Study Center de Hong Kong por aceitar compartilhar pessoalmente e por e-mail a sua experiência direta na Igreja Católica na China, além das preciosas sugestões, incentivos e referências bibliográficas oferecidas para a realização de minha pesquisa.

E por último, mas não menos importante, agradeço com todo o meu coração à minha família: meu esposo Fábio, que agüentou até o fim o peso desta minha aventura acadêmica e percorreu passo a passo todas as fases deste processo. A ele o meu especial agradecimento pelas preciosas sugestões e, sobretudo, pelas críticas construtivas que me ajudaram na redação desta pesquisa. Um obrigado carinhoso às minhas filhas Fabiana e Valentina que tiveram a paciência e bondade de me “dividir” com este trabalho. A elas dedico este estudo.

---

# Sumário

Introdução / 9

Capítulo 1

A Igreja Católica na China: da chegada da igreja oriental  
à proclamação da República Popular da China / 21

Capítulo 2

A Igreja Católica e a nova China de Mao Zedong / 59

Capítulo 3

A abertura da China ao mundo  
e as suas relações com o Vaticano de João Paulo II / 111

Capítulo 4

China e Vaticano após os fatos de Tiananmen / 163

Capítulo 5

A Santa Sé e a China das novas gerações políticas / 201

Considerações finais / 241

Bibliografia / 249

Anexo I / 259

Anexo II / 277

Anexo III / 283

Anexo IV / 291

Anexo V / 301





---

# Introdução

Em 2 de abril de 2005 a morte do Papa João Paulo II marcou o fim de um dos papados mais longos da história da Igreja Católica. Iniciado em 1978 foi caracterizado por mudanças mundiais e se diferenciou pelas inúmeras viagens realizadas por João Paulo II. Ao se encerrar, no balanço destas visitas internacionais apareciam apenas duas viagens não realizadas: a visita à Rússia e à China. Estes foram os países que João Paulo II desde o início do seu pontificado quis visitar, mas não conseguiu.

O empecilho à viagem em terra russa foi posto pela própria Igreja Ortodoxa e não pelo governo, cujos representantes várias vezes visitaram o Papa no Vaticano.

A segunda viagem que não se realizou foi à China. Esta visita sempre foi almejada pelo Papa João Paulo II, sobretudo em vista do desejo de retomar as relações diplomáticas com a República Popular da China, interrompidas em 1951.

Ao contrário do caso russo, esta visita foi vetada pelo governo chinês por várias razões, a mais evidente é a não aceitação de ingerências de um chefe estrangeiro nos assuntos internos da China.

A ausência de relações diplomáticas com a República Popular da China foi uma das questões que permaneceram irresolutas e que Bento XVI, mesmo não a nomeando explicitamente, a ela se referiu já no início do seu pontificado:

Penso também nas nações com as quais a Santa Sé ainda não estabeleceu relações diplomáticas. Algumas delas uniram-se às celebrações por ocasião da morte do meu Predecessor e da minha eleição à Sede de Pedro. Tendo apreciado estes gestos, desejo hoje lhes expressar a minha gratidão e dirigir uma deferente saudação às autoridades civis desses países, formulando o desejo de os verem, o mais depressa possível, representados junto à Santa Sé Apostólica. Esses países, sobretudo aqueles em que as comunidades católicas são numerosas, enviaram mensagens que eu apreciei de modo particular. Desejo manifestar o quanto me são queridas essas comunidades e todos os povos aos quais elas pertencem, garantindo a todos que me recordo delas na minha oração.<sup>1</sup>

E, continuando, afirmou que a Santa Sé

---

<sup>1</sup> BENTO XVI. *Discurso ao Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé, 12 de maio de 2005*. Disponível em: <[http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2005/may/documents/hf\\_bem-xvi\\_spe\\_20050512\\_diplomatic-corps\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2005/may/documents/hf_bem-xvi_spe_20050512_diplomatic-corps_po.html)>. Acesso em: 1 jul. 2005.

[...] não pretende privilégio algum para si, mas unicamente as condições legítimas de liberdade e de ação para a sua missão. No concerto das nações, ela deseja favorecer sempre o entendimento entre os povos e a cooperação fundada numa atitude de lealdade, discrição e cordialidade.<sup>2</sup>

Atualmente a Santa Sé, situada no Estado da Cidade do Vaticano, mantém relações diplomáticas com 174 países. Ela mantém uma relação de natureza especial com a Federação Russa e com a Organização para a Liberação da Palestina (OLP). Dentro dos 174 países encontra-se a República da China (Taiwan), com a qual a Santa Sé estreitou suas relações diplomáticas logo depois da instauração do Partido Comunista da China no poder, quando as relações com a República Popular da China (RPC) ficaram tão difíceis que se chegou à ruptura, em 1951.

Desde que as relações oficiais foram interrompidas China e a Santa Sé estão tentando uma reaproximação que, pelas razões que tentaremos analisar neste estudo, ainda não aconteceu.

O governo chinês ainda hoje apenas suporta com relutância a ligação da Igreja Católica na China com o papa, já que os governantes chineses não aceitam o fato de que, sendo o papa chefe do Estado da Cidade do Vaticano - considerado pelos chineses como um estado estrangeiro - ele seja o chefe espiritual dos católicos que se encontram presentes, mesmo se em pequena porcentagem<sup>3</sup>, também em território chinês. Parece-nos importante a este propósito citar as palavras de Paulo VI, em um discurso à ONU, da qual o Vaticano participa como observador, quando lembrou que

A Santa Sé não é uma potência, e não possui mais um poder político. Em um tratado solene, ela declarou que “quer permanecer e permanecerá sempre estranha a conflitos temporais entre os Estados, e aos Congressos entre as nações convocados a este fim, ao menos que as partes opostas façam um apelo comum à sua missão de paz, reservando-se, de todas as maneiras, de fazer valer sua autoridade moral e espiritual” (Tratado de Latrão, art. 24).<sup>4</sup> (Tradução nossa)

É, em outra ocasião, sempre se dirigindo à ONU, Paulo VI lembrava que estava investido de

uma minúscula e quase simbólica soberania temporal: a mínima que se torna necessária para poder exercer livremente a sua missão espiritual e assegurar

<sup>2</sup> BENTO XVI. *Discurso ao Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé, 12 de maio de 2005*, op.cit.

<sup>3</sup> Segundo as Estatísticas de 2004 sobre a Igreja Católica da China do Holy Spirit Study Centre de Hong Kong, os católicos chineses seriam estimativamente 12.000.000. O governo chinês conta cerca de 4.000.000 de católicos que pertencem à igreja patriótica. Os restantes 8.000.000 pertenceriam à igreja clandestina. Disponível em: <http://hsstudyc.org.hk>. Acesso em: 4 out. 2005.

<sup>4</sup> PAULO VI. *Discours aux représentants des États membres des nations unies, 7 juin 1978*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/paul\\_vi/speeches/1978/june/document/hf\\_p-vi\\_spe\\_19700607\\_nazioni\\_unite\\_fr.html](http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/speeches/1978/june/document/hf_p-vi_spe_19700607_nazioni_unite_fr.html). Acesso em: 1 jul. 2005.

àqueles que com ele têm de lidar, que não se encontra dependente de nenhuma das soberanias deste mundo.<sup>5</sup>

Os católicos chineses desejam ver reconhecida pelo governo comunista a própria ligação espiritual com o papa, assim como o fazem os católicos do mundo inteiro, integrantes de uma única igreja universal. E é nesta ligação que parece se esconder o coração do problema. Tal ligação é considerada pelo governo chinês como algo perigoso, que deve ser mantido sob controle e que pode engendrar violações de soberania.

É importante notar que esta situação de controle não se estende, ao menos em igual medida, às outras grandes religiões. O governo chinês reconhece cinco grandes religiões oficiais: budismo, taoísmo, islamismo, catolicismo e protestantismo. Com exceção do período da Revolução Cultural que eliminou, ou ao menos tentou eliminar qualquer tipo de religião, nos períodos de abertura do governo comunista a religião católica sempre foi objeto de um mais estreito controle, devido ao fato que, entre estas religiões, ela é a única que faz referência a um chefe estrangeiro cuja autoridade, mesmo sendo espiritual, recai sobre cidadãos de nações soberanas.<sup>6</sup>

Este trabalho tem a intenção de analisar os motivos pelos quais desde 1951 a China e a Santa Sé não conseguem retomar suas relações diplomáticas, procurando entender porque a República Popular da China continua considerando tal ligação problemática, enquanto outros países em que os católicos estão presentes não consideram a fidelidade ao papa como perigosa e nociva à própria soberania. A desconfiança do governo chinês em relação à Igreja Católica e, de maneira especial, em relação ao papa pode ser compreendida analisando os acontecimentos que caracterizaram o período do colonialismo europeu na China, chamado de período dos Tratados Desiguais, durante o qual a China sofreu contínuos ataques à sua soberania por parte de potências ocidentais que a invadiram e a exploraram economicamente. As potências coloniais ocuparam o país dividindo-o em várias regiões de influência ocidental onde os ocidentais ditavam lei e as autoridades chinesas eram obrigadas a se submeter a este poder estrangeiro.

Diante destes acontecimentos todos os estrangeiros tornaram-se, aos olhos dos chineses, automaticamente inimigos, incluindo os missionários que naquele período se encontravam na China. De fato, muitos deles receberam de suas nações de origem uma certa proteção, que se de um lado facilitava-lhes o trabalho missionário, pela liberdade de evangelização garantida por meio dos Tratados, de outro os colocava, aos olhos do povo chinês, ao mesmo nível que os colonizadores estrangeiros, cúmplices da humilhação à que a China estava submetida.

<sup>5</sup> PAULO VI. *Discurso às Nações Unidas por ocasião da sua Visita à ONU, 4 de outubro de 1965*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/paul\\_vi/speeches/1965/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19651004\\_united\\_nations\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651004_united_nations_po.html). Acesso em: 1 jul. 2005.

<sup>6</sup> Uma situação parecida é a luta do governo chinês contra a autoridade do Dalai Lama, o líder máximo do budismo tibetano, mas esta luta tem conotações diferentes devido às peculiaridades históricas da região do Tibet.

Nos anos de forçada abertura da China ao exterior, vários missionários ingressaram na China nos mesmos navios que traziam os invasores estrangeiros. Entre o séc. XIX e o início do séc. XX o espírito nacionalista europeu era fortíssimo e os missionários católicos na China não conseguiram ficar isentos de tal tendência. O que podiam experimentar os cristãos chineses quando viam içadas nas suas igrejas as bandeiras da França, ou da Inglaterra?<sup>7</sup>

Muitas vezes os métodos tradicionais de evangelização não levavam em conta os costumes e as tradições chinesas, além de forçar os cristãos chineses a adotar elementos culturais ocidentais que não faziam parte da essência da fé cristã. A China era vista por alguns missionários como uma nação subdesenvolvida, cujo povo precisava urgentemente da salvação, da liberação de uma cultura de superstições e falsas crenças. Esta convicção levou alguns missionários a adotar uma postura de superioridade que relegava os padres, os seminaristas e os cristãos chineses a uma posição de submissão.

De conseqüência, o cristianismo foi considerado como uma “religião estrangeira”, instrumento do imperialismo. O espírito patriótico que se desenvolveu entre os chineses nos primeiros anos do séc. XX era a única resposta possível para a salvaguarda da integridade chinesa.

Alguns missionários e enviados da Santa Sé tentaram, nas primeiras décadas do séc. XX, reverter esta situação promovendo o estabelecimento de uma hierarquia católica chinesa e defendendo a China contra a ingerência estrangeira. Mas a associação do cristianismo ao Ocidente não conseguiu ser cancelada. Quando os comunistas tomaram o poder, o papado, pelas suas estreitas ligações com o Ocidente, e pela declarada oposição ao comunismo<sup>8</sup>, foi considerado como uma ameaça para a soberania chinesa.

Tal problemática poderia parecer um problema apenas de ordem interna dos dois países. Entretanto, vários fatores ligados à China e a Santa Sé ampliam a questão e estão chamando a atenção não somente de sinólogos e de missionários, mas, também, de estudiosos de várias áreas.

A China está se tornando cada vez mais protagonista da história mundial, participando das principais organizações internacionais, tendo ingressado em 2001 na Organização Mundial do Comércio e tendo sido aprovada como sede oficial dos próximos jogos olímpicos em 2008. A comunidade internacional segue cuidadosamente tudo o que se refere ao seu crescimento econômico, como também ao seu desenvolvimento político.

A China sempre foi um país que se considerou o centro do mundo. O seu nome em chinês é Zhong Guo, que significa País do Meio, a representar a importância reservada à própria nação, onde os outros países ficavam às margens da própria civilização. Pelo fato de se considerar auto-suficiente e, portanto, não dependente de outros países, na sua história milenar sem-

<sup>7</sup> SHAN, Paul. Acknowledging Mistakes, Clarifying Misunderstandings: Keynote Address. *Tripod*. Autumn 2004. Vol. 24. No. 134. Disponível em: [http://www.hsstudyc.org.hk/en/tripod\\_en/en\\_tripos\\_134\\_03.html](http://www.hsstudyc.org.hk/en/tripod_en/en_tripos_134_03.html). Acesso em: 15 abr. 2005.

<sup>8</sup> Era conhecida a posição oficial da Santa Sé em relação ao comunismo. O Papa Pio XI, na sua encíclica “*Divini Redemptoris*”, publicada em 1937, condenava o comunismo e não permitia a adesão dos católicos a tal ideologia.

pre dificultou as relações que outros países, principalmente do Ocidente, tentavam estabelecer com o maior país do Oriente. A sua forte identidade cultural sempre a levou a assimilar as culturas locais com as quais entrava em contato por motivos comerciais ou religiosos. Desta assimilação podemos ter um exemplo claro no caso do budismo chinês. O budismo, originário da Índia, foi introduzido gradualmente na China por meio da chegada de monges provenientes da Ásia Central. Aos poucos, monges chineses empreenderam viagens à Índia para aprender o sânscrito e poder traduzir o cânone budista na língua chinesa. Como muitos conceitos do budismo indiano não correspondiam a realidades chinesas, foram utilizados termos taoístas de maneira tal que o budismo foi se mesclando com a religião taoísta e acabou assumindo características chinesas devendo-se adaptar à cultura daquele país e criando escolas chinesas que não correspondiam às escolas indianas que existiam na época.

Podemos, talvez, fazer uma comparação também com o marxismo vindo da Europa e que a ex-União Soviética ajudou a difundir na China. Mao Zedong adaptou o pensamento marxista à realidade chinesa. Em relação à Igreja Católica, não será esta a tentativa de criar na igreja chinesa uma experiência de assimilação cultural característica da sua história?

Hoje o cenário está se modificando. A China, não obstante permaneça fechada do ponto de vista político, está se abrindo economicamente, tomando a iniciativa de buscar parceiros para o seu crescimento. Um desses parceiros é o Brasil, que, lentamente, está se aproximando desse gigante localizado do outro lado do planeta.

Esta abertura ao exterior leva outros países a opinar sobre a situação da China, principalmente quando se trata de temas de liberdades e de direitos humanos. Nos últimos anos, a China manteve, tanto com os Estados Unidos quanto com a União Européia, seus principais parceiros em negócios, diálogos sobre a questão dos direitos humanos. Em várias ocasiões estes mesmos parceiros acusaram a China de violar os direitos humanos, sobretudo no que concerne a liberdade religiosa. A China tentou esquivar-se, sublinhando que os direitos humanos, concebidos à maneira ocidental, não são os mesmos para a cultura asiática, em particular para a China. De outro lado, o governo chinês é consciente que a religião é um dos fatores que não podem ser ignorados e que podem influenciar o sucesso das relações com os outros países. De 1949 até hoje, a política religiosa do governo chinês passou por mudanças radicais estritamente ligadas às questões de política interna e internacional.

Logo depois da morte de Mao Zedong, em 1976, a China, sob a liderança de Deng Xiaoping, começou a sua transformação passando de uma posição de atraso, principalmente do ponto de vista econômico, à posição de país considerado entre os líderes econômicos emergentes no cenário internacional. Para alcançar este objetivo, a China comunista compreendeu que deveria promover não somente o seu crescimento econômico, mas, também, melhorar a visão que os outros países tinham dela. Os governantes chineses perceberam que, entre as populações da maioria dos países com os quais eles tinham intenção de enlaçar relações diplomáticas e econômicas, a maioria

era católica<sup>9</sup>, assim como católicos eram os muitos chineses emigrados (*hua-qiao*) que queriam retomar os relacionamentos com a própria pátria. Neste contexto, a aproximação com a Santa Sé é algo que lhe facilitaria as relações com o resto do mundo e ajudaria na sua intenção de mostrar ao mundo uma nova face da China.

Do lado do Vaticano, há um forte interesse pastoral e espiritual pela China. A história do cristianismo em terra chinesa remonta ao ano 635 d.C., época da dinastia Tang. As primeiras delegações do Vaticano foram enviadas em 1245, durante a dinastia Yuan. Os esforços missionários aconteceram durante séculos e o cristianismo conseguiu permanecer, apesar de numerosas perseguições ao longo das várias dinastias, na proclamação da República em 1911 e, também depois, superando a difícil prova da Revolução Cultural, de 1966 a 1976, mesmo se as relações diplomáticas com o Vaticano tinham sido interrompidas. O continente chinês representa um espaço imenso de evangelização e novas possibilidades de desenvolvimento para a Igreja Católica.

Trata-se, portanto, de um conflito que, pela sua peculiaridade, atrai a atenção também dos estudiosos de relações internacionais. É um conflito que possui como protagonistas dois países com características peculiares. A China representa o último grande baluarte do comunismo no mundo.<sup>10</sup> Ela criou um comunismo feito sob medida, com características próprias, instituindo a economia socialista de mercado, o que lhe permitiu de resistir às mudanças mais importantes do século passado. Do outro lado, a Santa Sé é um ente soberano localizado no Estado da Cidade do Vaticano. Este, sendo o menor Estado do mundo<sup>11</sup>, possui características únicas. Todavia, quem mantém relações diplomáticas com os países estrangeiros não é o Estado da Cidade do Vaticano, mas a Santa Sé.<sup>12</sup> Ela pode ser considerada uma organização transnacional, enquanto administra igrejas locais que estão situadas dentro de Estados soberanos.

Chama a atenção também a situação atual da Igreja Católica na China. Ainda hoje há bispos, padres e leigos que permanecem nas prisões chinesas e isto representa, aos olhos dos países ocidentais, desrespeito aos direitos humanos e ao valor da liberdade de pensamento e de expressão. Esta situação de controle da religião por parte do governo chinês gerou, no âmbito da Igreja Católica chinesa, uma situação de divisão. À proclamação da República Popular da China (RPC) seguiu a fundação de um órgão do governo chamado

<sup>9</sup> Segundo as estatísticas de 2002 divulgadas pela Agência Fides (Congregação para a Evangelização dos Povos) o número de católicos no mundo é 1.070.315.000.

<sup>10</sup> Os outros países comunistas são: Coreia do Norte, Vietnã, Laos e Cuba.

<sup>11</sup> Trata-se de um enclave de 44 hectares dentro da cidade de Roma, com a ferrovia mais curta do mundo: 624 metros.

<sup>12</sup> A soberania da Santa Sé no campo internacional foi reconhecida pelo Tratado de Latrão de 1929 como atribuição inerente à sua natureza (art.2). Segundo o *Codex Iuris Canonici* (C.I.C.), can. 361, a Santa Sé é formada pelo Pontífice, pela Secretaria de Estado, pelo Conselho dos Assuntos Públicos da Igreja e outros Institutos da Cúria Romana. A Santa Sé não deve ser confundida com a Igreja Católica, entendida como Povo de Deus: conjunto de todos os batizados, nem com o Estado da Cidade do Vaticano, mesmo se às vezes a expressão Vaticano é usada indistintamente para indicar Santa Sé ou a entidade territorial da Cidade do Vaticano.

Associação Patriótica Católica Chinesa (*ZhongguoTianzhujiao Aiguo Hui*), abreviada na sigla APCC, que deveria recolher ao seu redor todos os católicos que se declarassem fiéis ao Estado Chinês e renegassem sua ligação com o papa, já que ele estaria ligado às forças imperialistas ocidentais e, portanto, seria um inimigo da China. A população católica chinesa, composta de bispos, padres, religiosos e leigos se dividiu.

Alguns aceitaram colaborar com o governo chinês, constituindo a base de uma igreja que se declararia independente do Vaticano. Outros se rebelaram contra isso e começaram a se reunir secretamente, dando vida ao que muitos chamam de igreja escondida cuja expressão em chinês é *dixia*, isto é igreja subterrânea, escondida ou clandestina.

A Santa Sé, nas suas tentativas de aproximação ao governo comunista da RPC, é condicionada a levar em conta estas duas realidades e, muitas vezes, na tentativa de zelar pelas duas, acabou, como veremos no desenvolvimento do trabalho, gerando confusões e desentendimentos que dificultaram mais ainda as relações, já por si difíceis, entre os dois grupos de católicos. De fato, podemos observar que a Santa Sé, durante todos estes anos, desenvolveu um diálogo com a China em três níveis. O primeiro institucional, de governo a governo. O segundo, com a igreja oficial, ou patriótica, ligada ao governo. O terceiro diálogo, com a igreja escondida. Durante este longo período, a política vaticana, assim como aquela chinesa, mudou de rumo, passando de tons ásperos a tons mais moderados.

Nesta pesquisa queremos estudar as relações entre a China e a Santa Sé, principalmente do período que vai de 1949, ano da fundação da República Popular da China, a 2005, ano da passagem do pontificado de João Paulo II a Bento XVI, analisando os principais fatos que dizem respeito tanto às tentativas de estabelecimento de relações entre o governo da RPC e a Santa Sé, quanto aos principais momentos de crise entre eles.

O tema escolhido refere-se a um período considerado pertencente à história recente ou história do tempo presente. Insere-se também na história política, por tratar das relações de poder entre dois governos.

O período estudado é extremamente crítico para as relações entre China e Santa Sé. Trata-se de um período com situações polêmicas que envolvem política, religião e cultura de dois organismos depositários de ideologias específicas diferentes e, sob muitos aspectos, divergentes.

A história do tempo presente necessita do mesmo rigor metodológico utilizado pela história do passado, das regras típicas do ofício de historiador e pretende alcançar o objetivo de tornar legíveis para a sociedade as mudanças históricas.<sup>13</sup>

O surgimento da nova história política modificou, entre outras coisas, a abordagem do tema escolhido, aprofundando a pesquisa e criando vínculos entre os acontecimentos.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> NOIRIEL, Gerard. Toute histoire est contemporaine (donc l'histoire contemporaine n'existe pas?) In: *Qu'est-ce que l'histoire contemporaine?* Paris: Hachette, 1998, p. 19.

<sup>14</sup> RÉMOND, René (org.) Uma história presente. In: *Por uma história política*. RJ: UFRJ/FGV, 1996, p. 26.

Quando Rémond define o fato como uma janela, um revelador que modifica não só a superfície, mas as profundidades da história, ele apresenta a chave-de-leitura dos acontecimentos, especialmente daqueles políticos. Estudaremos conflitos entre governos cujas ações e decisões políticas parecem ser guiadas e tomadas somente pelos respectivos chefes de Estado e colaboradores mais próximos. Analisaremos atos e decisões que mudaram e ainda hoje modificam o curso das relações entre o Vaticano e a China com aproximações e distanciamentos. Tais decisões afundam suas raízes no passado, e possuem valência não apenas política. De fato, a aceitação ou a rejeição do catolicismo e, portanto, da influência do Vaticano, por setores do Partido Comunista e por parte do povo chinês encontra explicações não somente políticas, mas, também, culturais.

A análise que tentaremos realizar das relações entre a China e o Vaticano abrangerá não somente o político, mas, de reflexo, também a sociedade chinesa de um lado e a ideologia do Vaticano de outro, com todos os seus componentes religiosos, culturais e econômicos. Neste sentido a pluridisciplinariedade que caracterizou a nova história política sugere instrumentos úteis para realizar este tipo de análise, que ajudam a olhar o próprio objeto a partir de diversos ângulos, limitando o risco da parcialidade do investigador.<sup>15</sup>

Tendo claro que o pesquisador tem a sua própria ideologia e suas preferências, faz-se necessário que ele reconheça tal condicionamento e procure utilizar os dados históricos de que dispõe mantendo uma certa distância dos mesmos.

Esta busca de objetividade nada rouba à paixão com a qual um historiador se aproxima do seu tema, mas, sem dúvida, nos parece que refina o estudo e o liberta de possíveis desvios. É notório o debate em torno da possibilidade ou não do historiador chegar a uma verdade. O objetivo do trabalho do historiador talvez não seja a busca da verdade, mas tentar, por meio do estudo analítico das fontes disponíveis, descobrir indicações na complexa trama histórica que permitam esclarecer tal trama. Indicações que não cheguem a conclusões fechadas, mas abram novas possibilidades de pesquisa.

Consideramos relevantes as perguntas do historiador Henry Rousse que nos questionam sobre a importância das fontes:

O acesso aos arquivos, por mais liberal e amplo que seja, nos dá *ipso facto* a chave do passado? Inversamente, a ausência de documentos ou a impossibilidade de acesso a eles nos privam realmente de toda forma de conhecimento sobre este ou aquele aspecto da história?<sup>16</sup>

Para Henry Rousse, é por meio da análise das fontes ou das razões da ausência delas que o historiador pode tentar tornar mais legível a história

<sup>15</sup> RÉMOND, René (org.) Uma história presente. In: *Por uma história política*. RJ: UFRJ/FGV, 1996, p. 29.

<sup>16</sup> ROUSSE, Henry. *O Arquivo ou indício de uma falta*. Disponível em: [http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp\\_edicao.asp?cd\\_edi=35](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=35) Acesso em: 8 jun. 2004.



em que vivemos. Queremos nos referir aqui especialmente à ausência de fontes, porque há Estados que querem defender a própria integridade no cenário internacional mantendo fechados arquivos que contêm informações importantíssimas para o estudo da história. O silêncio, como afirma Jacques Le Goff, não é esquecimento.<sup>17</sup>

No caso da China e da Santa Sé não duvidamos que isto aconteceu e ainda pode vir a acontecer.

O estudo das fontes deve ser não somente seletivo, mas, sobretudo, crítico, dialogando com os arquivos, de qualquer tipo que sejam. As perguntas feitas às fontes permitem descobrir quem foi o autor e de que lado ele estava, porque escreveu o que escreveu e quais as fontes usadas. No específico do tema escolhido, as fontes que serão utilizadas certamente sofrem este tipo de condicionamento ideológico. Além da ideologia, ao longo da história ambas as partes sofreram derrotas e perdas humanas que marcaram a própria trajetória e cujo conhecimento é indispensável para a compreensão dos fatos. É importante analisar a natureza das fontes e saber ler nas entrelinhas, procurando ir além da facciosidade das informações. A comparação entre as fontes e a análise da sua procedência nos permite a crítica da propaganda de governo e a seleção de notícias entre as tantas que brotam em todos os meios de comunicação: internet, jornais, revistas especializadas, livros, etc.

As fontes escritas mais importantes para esta pesquisa são encíclicas, discursos, telegramas, mensagens, que os papas dos períodos examinados: Bento XV, Pio XII, João XXIII, Paulo VI, João Paulo I, João Paulo II e Bento XVI dirigiram ao governo e ao povo chinês. Além destes documentos utilizaremos também a consulta dos arquivos do Vaticano e de algumas congregações religiosas, como a dos Jesuítas, dos Vicentinos e do P.I.M.E (Pontifício Instituto Missões Exteriores), cuja história se entrelaça com a história da China moderna. Além dos arquivos e documentos do Vaticano, consideramos importante a consulta de publicações católicas chinesas que oferecem uma visão do tema analisado do ponto de vista de quem vive diretamente naquela realidade. São publicações de pesquisadores chineses, historiadores estrangeiros e religiosos missionários chineses. Outras fontes importantes são as publicações de cartas e trechos de diários escritos por chineses que relatam a situação na qual viveram e vivem atualmente na China em relação à fé e ao relacionamento entre a China e o Vaticano.

É nossa intenção analisar os documentos mais importantes emitidos pelo governo comunista a respeito da sua política religiosa e todas as mensagens que o governo chinês dirigiu em várias ocasiões ao Vaticano. Além disso, queremos estudar os estatutos e regulamentos mais importantes emitidos pela Associação Patriótica Católica Chinesa, que regula a vida religiosa dos católicos. Temos acesso também a algumas pesquisas de estudiosos chineses pertencentes à Academia de Ciências Sociais de Pequim e dos Centros de

---

<sup>17</sup> LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe (Orgs.). *Questões para a História do presente*. Bauri, SP: EDUSC, 1999, p. 113.

Pesquisa para o Estudo do Cristianismo que se difundiram na última década em toda a China.<sup>18</sup>

O fato de estudar um período da história do tempo presente nos dá a vantagem de ter à disposição diferentes tipos de fontes. Cabe lembrar que com frequência os arquivos são resultado de testemunhos elaborados quando os fatos estavam acontecendo, ou logo após os acontecimentos relatados. Em tais situações quem descreveu interpretou os fatos analisando-os do seu ponto de vista. Por isso, é preciso recontextualizar os arquivos, a fim de se chegar à compreensão da lógica do tempo no qual o autor elaborou determinado relato.<sup>19</sup>

Para Robert Frank, “a história do tempo presente não é apenas história imediata, pois ela não se interessa pela espuma da atualidade, inscrevendo-se antes nas profundezas e na espessura do tempo histórico.”<sup>20</sup> A história atual das relações entre a República Popular da China e a Santa Sé inscreve-se no passado, onde residem as razões profundas de comportamentos que podem parecer incompreensíveis para quem não tem conhecimento dos fatos históricos.

Este trabalho se insere, portanto, em duas tipologias de história: a história do tempo presente e a história política. Há momentos em que elas se confundem, como se fossem a mesma coisa. Todavia, para Rémond não é bem assim.<sup>21</sup> A história política não necessariamente deve tratar de um período próximo ou contemporâneo ao historiador e a história recente não é obrigada a tratar do político. Mas devemos reconhecer que existe uma ligação importante entre a história política e a história do tempo presente. “A história política foi fermento para a história do tempo presente... E, na sua fase de decolagem institucional, a segunda se beneficiou da reencontrada solidez da primeira.”<sup>22</sup> (Tradução nossa)

No presente estudo elas coincidem porque se trata de história recente e porque o tema envolve duas instituições políticas. Rémond, tratando do retorno do político, sublinha um aspecto da história política que consideramos importante e pertinente ao tema em questão. Ele afirma que o político não é um elemento isolado, mas relacionado:

Hoje em dia o político concerne a tudo o que toca a existência individual: o corpo, a vida, o nascimento, a morte... A política é mutável, e o interesse que

<sup>18</sup> Ver HE GUANGHU. Religious Studies in China and their connection with Political and Social Circumstances. *Occasional Papers*. Aahurs, N. 5, 2003, p. 26-40. Disponível em: <http://www.teo.au.dk/cms/forksning/publicationer/as-oc.05.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2004.

<sup>19</sup> ROUSSE, Henry. *O Arquivo ou indício de uma falta*. Disponível em: [http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp\\_edição.asp?cd\\_edi=35](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edição.asp?cd_edi=35). Acesso em: 8 jun. 2004.

<sup>20</sup> FRANK, Robert apud BEBIANO, Rui. *Temas e problemas da história do presente*. Disponível em: <http://www.uc.pt/pessoal/rbebiano/docs/estudos/hrecente.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2004.

<sup>21</sup> RÉMOND, op. cit., p. 53.

<sup>22</sup> SIRINELLI, Jean-François. Le retour du politique. In: *Écrire l'histoire du temps présents* – CNRS – Histoire. Institute du Tempsdu Temps Présent, CNRS éd., 1993, p. 267.

damos a ela explica-se pela conjunção entre a evolução dos fatos e a dos espíritos. O político inscreve-se tanto na longa duração como na mudança.<sup>23</sup>

As escolhas políticas da China ou do Vaticano não podem ser vistas isoladamente, mas inseridas em uma herança cultural de valores e idéias que fazem parte do DNA dos seus integrantes. É por esta razão que a história do presente se constrói buscando as suas raízes no passado, naquela história que pode parecer distante anos luz, mas que na realidade está mais que nunca presente, influenciando os fatos atuais.

No primeiro capítulo percorreremos, de forma introdutória, a trajetória do cristianismo na China, que lá foi introduzido no ano de 635 d.C., analisando as primeiras experiências de aproximação entre a Santa Sé e a China até 1949, ano da proclamação da República Popular da China.

As missões católicas na China, no período anterior a 1949, foram objeto de pesquisa do nosso trabalho de conclusão do Mestrado apresentando em 1996 em Roma (Itália), intitulado: “História dos Lazaristas<sup>24</sup> em Pequim de 1766 a 1951”. A experiência missionária dos Lazaristas na China representa apenas um particular, mas um particular significativo. A análise dos acontecimentos mais relevantes que marcaram o desenvolvimento da missão dos Vicentinos em Pequim nos ajudou a identificar as principais causas da atual situação de desencontro entre a Santa Sé e o governo chinês.

No segundo capítulo analisaremos as relações entre China e Santa Sé de 1949 a 1976, ano da morte de Mao Zedong. Trata-se de um período particular, que pode ser definido como o mais obscuro e difícil da história das relações entre os dois países, marcado por uma profunda intolerância de ambos os lados, nas várias fases deste período.


O terceiro capítulo tratará do início da profunda mudança que a China vivenciou depois da morte de Mao Zedong e da subida ao poder de Deng Xiaoping, que afastou a China dos princípios ortodoxos do pensamento maoísta, e a deixou mais próxima do resto do mundo. São os anos de 1976 a 1986, durante os quais o governo comunista adotou uma política de maior tolerância religiosa e o Vaticano, com a eleição de João Paulo II, em 1978, passou a ser protagonista de relevo nas mudanças mundiais, afirmando sua autoridade espiritual e moral.

O quarto capítulo analisará os anos de 1987 a 1996. Período rico de acontecimentos no que diz respeito às relações entre a China e o Vaticano. Enquanto a China continuou sua política de abertura econômica e se afirmou como gigante econômico em pleno crescimento, o Vaticano continuou a participar dos importantes eventos políticos deste período, atuando em relação à China uma política de distensão.

O quinto e último capítulo abrangerá o período de 1997 a 2005. Durante este período o papa João Paulo II cumpriu passos significativos rumo a

<sup>23</sup> RÉMOND, op. cit., p. 59.

<sup>24</sup> Os Lazaristas são conhecidos no Brasil como Vicentinos. O seu nome oficial é Congregação da Missão, ordem religiosa fundada por São Vicente de Paula na França em 1625.



uma reconciliação com o governo chinês. Um deles foi o pedido público de desculpa que o papa apresentou ao povo chinês em nome de todos os missionários que no passado trabalharam na China e muitas vezes agiram de forma discordante dos princípios do Evangelho. Tais desculpas não passaram despercebidas ao governo chinês que, mesmo não manifestando entusiasmo, começou a mudar suas atitudes em relação à Santa Sé.

O nosso trabalho se conclui com a eleição de Bento XVI. O novo Papa foi acolhido também pelo governo chinês, com a esperança que com o início de seu pontificado pudesse se abrir uma nova fase nas relações entre os dois governos.

O fato de escolhermos como objeto de pesquisa um conflito ainda aberto nos remete à análise do significado profundo de cada iniciativa, de cada declaração oficial ou não das duas partes, na espera de novos desenvolvimentos. Não saber os futuros desdobramentos de tal conflito pode nos induzir ao risco de uma interpretação não adequada aos acontecimentos futuros.

Não obstante tais limitações, acreditamos que a contribuição maior que um historiador possa oferecer, usando os instrumentos de que dispõe, seja a legibilidade de uma situação de conflito, tentando identificar seus possíveis desdobramentos.

## Capítulo 1

---

# A Igreja Católica na China: da chegada da igreja oriental à proclamação da República Popular da China

### 1.1. PRÓDROMOS DA DIFUSÃO DO CRISTIANISMO NA CHINA

Na maioria dos textos clássicos de história da China a origem do cristianismo se identifica com a chegada do Nestorianismo<sup>25</sup>, sob a dinastia Tang (618-907 d.C.), por meio do bispo O-lo-pen.<sup>26</sup> Todavia, novas descobertas e novos estudos mostraram que esta visão da chegada do cristianismo sob uma forma herética pode ser redutiva e incompleta. Estudiosos como Matteo Nicolini Zani, que realizou uma nova tradução do texto da estela<sup>27</sup> de Xi'an e Martin Palmer, pesquisador inglês, defendem a tese de que o cristianismo na China foi introduzido por missionários siríacos enviados pela Igreja Oriental em 635 d.C., rejeitando a tese que identificava a Igreja Oriental com o Nestorianismo.<sup>28</sup>

Em um discurso em Hong Kong, em 23 de fevereiro de 2001, Palmer afirmou:

A igreja dos primeiros tempos é geralmente descrita como “Nestoriana”. Isto é um descrédito. Era um termo usado para o que eu chamo de Igreja Oriental. Uma igreja que se estendia da Babilônia até a China, da Índia meridional às estepas centrais. Esta igreja nunca chamou a si mesma de “Nestoriana”. Este termo foi usado virtualmente por todos aqueles que escreviam sobre igreja

---

<sup>25</sup> O Nestorianismo afirmava que há em Jesus Cristo duas pessoas distintas, uma humana e a outra divina – em oposição ao pensamento ortodoxo segundo o qual Jesus Cristo era uma só pessoa com duas naturezas, uma humana e outra divina. Por esta razão, o Nestorianismo foi condenado pela Igreja Católica como heresia, no Segundo Concílio de Constantinopla, em 533 d. C.

<sup>26</sup> CORRADINI, Piero. La Cina. In: *Nuova Storia Universale dei Popoli e delle Civiltà*. Vol. XIX. Turim: Unione Tipografica- Editore Torinese, 1969, p. 127.

<sup>27</sup> Pedra vertical monolítica em que as antigas civilizações faziam inscrições ou esculturas.

<sup>28</sup> Ver CRIVELLER, Gianni. A propos des origines de l'histoire du christianisme en Chine. *Eglise d'Asie*, N. 340.01/011/2001. Disponível em: <http://eglasiemepasie.org>. Acesso em: 20 fev. 2003.

primitiva, como uma maneira de indicar que não era uma igreja verdadeira, mas uma heresia defeituosa.<sup>29</sup> (Tradução nossa)

A tese defendida por Palmer é resultado de aprofundados estudos a partir do descobrimento, em abril de 2000, de uma nova tradução de um documento chamado “Os sutras de Jesus”, encontrado por Palmer e pela sua equipe em uma gruta-biblioteca secreta em Dunhuang, na província de Gansu. Estes documentos, juntamente com a estela de Xi’an, formam a literatura cristã em língua chinesa, expressão da Igreja Oriental, que se desenvolveu na China durante a dinastia Tang.

A estela de Xi’an, descoberta em 1623, representa o primeiro documento da história do cristianismo na China. Nela está o relato da chegada de O-lo-pen, bispo persa que guiava uma delegação de Bagdá, representante da Igreja do Oriente e que foi recebido pelo imperador Taizong, da dinastia Tang, em Changan. A Estela reproduz o edito do imperador (638), que autorizava a difusão do cristianismo, conhecido como a religião da Luz:

O monge O-lo-pen de Pó-sze (Pérsia) veio de muito longe com as escrituras e a doutrina. Nós a achamos excelente, separada da mundanidade, e reconhecemos que é vivificante para a humanidade, indispensável. Esta religião socorre os vivos, é saudável..., é digna de ser difundida em todo o Celeste Império. Um monastério será construído pelo administrador competente na região de Yiming e 21 sacerdotes serão a ele destinados.<sup>30</sup> (Tradução nossa)

Por meio desta aprovação imperial a expansão da igreja cristã continuou durante e depois da dinastia Tang, período considerado riquíssimo pela pluralidade das culturas e religiões existentes, no qual também o budismo encontrou terreno favorável para a sua difusão.

Todavia, em 845 d.C., a acumulação de riquezas pelos mosteiros budistas suscitou a inveja do imperador, pela necessidade material em que o império se encontrava. Por isso, uma grande perseguição abateu-se sobre todas as religiões presentes naquele período, do budismo ao cristianismo.

## 1.2. AS PRIMEIRAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS PONTIFÍCIAS NA CHINA

O cristianismo retomou sua vitalidade na época da dinastia Yuan (1206-1368) com o imperador mongol Genghis Khan, cuja esposa era cristã. A aproximação entre o cristianismo e o império mongol deve-se à derrota

<sup>29</sup> PALMER, Martin. *Speech about the Da Qin Project: Early Christianity in China*. Hong Kong, 23 de fevereiro de 2001. Disponível em: <http://www.asiasociety.org/speeches/Palmer.html>. Acesso em: 5 jul. 2005.

<sup>30</sup> LECLERCQ apud LAURENTIN, René. *Cina e Cristianesimo, al di là delle occasioni mancate*. Roma: Città Nuova, 1981, p. 100.

que diversas tribos turcas, muitas das quais cristãs, sofreram por parte de Genghis Kahn no início do século XIII. Dado que estas tribos possuíam uma civilização mais avançada, Genghis Kahn utilizou, na organização do seu império, os administradores, os médicos e os escribas destas populações, cujas tradições foram rapidamente assimiladas pelos povos chineses.

Devendo administrar um império cosmopolita, os mongóis precisavam se circundar de conselheiros de diversas religiões e culturas. O interesse pelo cristianismo foi ditado não somente por motivos políticos, mas, também, pelo fato que os mongóis acreditavam em uma mediação entre o homem e a divindade.

Na Europa, a notícia da expansão do império mongol, que havia chegado até a Hungria, despertava inquietação. Para conter tal expansão e, ao mesmo tempo, negociar uma aliança contra o Islã, o Papa Inocêncio IV decidiu enviar as primeiras missões diplomáticas pontifícias em terra chinesa. Primeiro foi enviado o frei Giovanni da Pian del Carpine que encontrou o então imperador Guyuk, no dia 22 de julho de 1246.<sup>31</sup> Ele trazia ao imperador mongol duas cartas do Papa Inocêncio IV. Não conseguiu converter Guyuk ao cristianismo, mas foi bem recebido pela corte chinesa e conseguiu voltar à Europa em 1247, recebido com maravilha pelos seus conterrâneos. Era, de fato, o primeiro ocidental que se aventurava além de Bagdá, o limite até então explorado do Oriente, e que conseguiu se encontrar com um soberano chinês.

Em 1266, chegaram à China dois ricos mercantes italianos, provenientes da cidade de Veneza, Nicoló e Matteo Polo, em busca de novas mercadorias. Eles receberam uma boa acolhida na corte de Kamabalik (Pequim), onde reinava o neto de Genghis Kan, Kublai Kahn, fundador da dinastia Yuan. Os dois irmãos contaram com o apoio do imperador que fez deles os seus embaixadores junto ao papa. O imperador entregou-lhes uma carta dirigida ao papa na qual ele pedia que lhe fossem enviados homens de ciências que instruissem o seu povo na religião cristã. Quando os dois irmãos regressaram à Itália, o Papa Clemente IV tinha morrido. Eles tiveram que esperar a eleição do novo papa, o que aconteceu somente três anos depois da morte de Clemente IV, em 1271, quando foi eleito o novo Papa, Gregório X. No mesmo ano, Nicoló e Matteo Polo voltaram à China, levando com eles o filho de Nicoló, Marco, que se tornará o homem de confiança do imperador Kublai Khan, permanecendo na China por 17 anos. Partiram com eles também dois dominicanos enviados pelo Papa Gregório X, para atender a solicitação de Kublai Kahn, mas eles abandonaram logo a missão por medo dos Sarracenos.<sup>32</sup>

Todavia, não foi só de Roma em direção à China que partiram as missões diplomáticas. Há o registro de envio de uma missão do Gran Khan Abaga ao Segundo Concílio de Lyon, em 1274.<sup>33</sup>

<sup>31</sup> Para as missões franciscanas na China ver AA. VV. *I francescani e la Cina: 800 anni di storia*. Assis: Edizioni Porziuncola, 2001.

<sup>32</sup> LAURENTIN, op. cit., p. 106

<sup>33</sup> Ibid., loc.cit.

Respondendo a um novo pedido de missionários do imperador Kublai Khan, o Papa Nicoló IV enviou à China, em 1294, o franciscano Giovanni da Montecorvino, com o qual inicia a missão franciscana na China. Ele obteve permissão do imperador para difundir livremente o Evangelho ao povo chinês. Empenhou-se na tradução do Novo Testamento e de livros de orações e celebrava a missa na língua tártara, que era a língua falada pelos mongóis. A sua chegada acelerou o desenvolvimento da Igreja Católica na China.

Em 1307, o novo papa, Clemente V, nomeou-o arcebispo de Pequim. Muitos missionários foram enviados após sua chegada, ajudando na difusão e crescimento da Igreja Católica em terra chinesa.

Em 1338 o imperador enviou ao papa uma comissão de 16 pessoas com uma carta na qual o imperador pedia o envio de embaixadores à China com o objetivo de estreitar suas relações.<sup>34</sup>

Mas a difusão do cristianismo foi bloqueada pela dinastia Ming (1368-1644), que surgiu de uma insurreição popular e não via com bons olhos os mongóis, considerados como estrangeiros. A política religiosa adotada pelo novo imperador se baseou em um nacionalismo exasperado que se virou contra todos os estrangeiros, inclusive os cristãos, a maioria dos quais não pertencia à população Han.<sup>35</sup> As perseguições que se sucederam não deixaram nenhum vestígio de cristianismo no território chinês.

### 1.3. OS JESUÍTAS E A QUESTÃO DOS RITOS<sup>36</sup>

Os missionários jesuítas chegaram no Oriente levados por navios portugueses, na dupla veste de enviados da Coroa e núncios do papa. Havia na época o sistema do padroado por parte dos reis de Portugal e Espanha que possuíam todos os direitos sobre as missões, inclusive o de nomear bispos e erigir dioceses.

Em veste de enviado pontifício e vigário-geral da Companhia de Jesus, chegou em Macau, em 1578, o missionário Alessandro Valignano<sup>37</sup>, que

<sup>34</sup> Ibid., p. 108.

<sup>35</sup> O termo Han é usado para designar o grupo étnico majoritário na China. Este termo foi usado pela primeira vez durante a dinastia Qing para distinguir a maioria da população da minoria Manchu que governava a China. O termo Han deriva da primeira dinastia chinesa, a dinastia Han, que governou a China de 206 a.C a 220 d.C.

<sup>36</sup> Para aprofundar a questão ver: ETIEMBLE René. *Les Jésuites em Chine: la querelle des rites (1552-1773)*. Paris: Julliard, 1966; MINAKIMI, George. *The Chinese rites controversy from its beginning to modern times*. Chicago: Loyola University Press, 1985 e SALDANHA, Antonio Vasconcelos De. *De Kangxi para o papa, pela via de Portugal: memória e documentos relativos à intervenção de Portugal e da Companhia de Jesus na questão dos Ritos chineses e nas relações entre o imperador Kangxi e a Santa Sé*. Macao: Instituto Português do Oriente, 2002.

<sup>37</sup> Alessandro Valignano nasceu na Itália em 1539. Ingressou na Companhia de Jesus e em seguida foi nomeado Visitador das missões das “Índias orientais”. Em 1574 foi para Portugal e de lá partiu para Goa, ponto de partida para a visita das missões da Índia, Malacca e Macau. Dedicou longos anos de sua vida às missões da China e do Japão.



recolheu o legado deixado por Francisco Xavier<sup>38</sup>, morto às portas chinesas em 1552. Valignano procurou mudar o estilo coercitivo de evangelização adotado pelos missionários da época e tentou se livrar do poder político que acompanhava os padroados.

Naquele período a Igreja Católica começava a perceber que a estreita ligação entre a evangelização e os padroados não era benéfica à evangelização na Ásia. Por meio da criação de Propaganda Fide<sup>39</sup>, a Santa Sé tentou separar as competências de um e de outro. Os primeiros jesuítas, como Valignano, Ruggieri<sup>40</sup> e, em seguida, Matteo Ricci<sup>41</sup>, adotaram as novas diretrizes de aprender antes de tudo a língua e os costumes chineses.

A chegada de Matteo Ricci em 1582 marcou uma verdadeira revolução quanto ao método de aproximação ao povo chinês. Em Macau, por exemplo, naquele período os chineses convertidos eram obrigados a escolher nomes portugueses, vestir roupas portuguesas e adotar os costumes de Portugal. Matteo Ricci mergulhou diretamente no estudo da língua chinesa, ao contrário de outros missionários, que usavam, até então, o método de assimilação cultural dos povos evangelizados. Antes de entrar em Pequim passou muitos anos no interior da China, aprofundando o estudo da língua, das tradições locais, vestindo o hábito confuciano e fazendo-se “chinês com os chineses”. Mudou o seu nome para Li Madou. Inculturou-se. Valorizou os costumes, a cultura, os valores e as tradições chinesas, evidenciando o que mais os aproximava. Humanista, Matteo Ricci conseguiu abrir um diálogo entre duas civilizações, oferecendo os seus conhecimentos de letrado e matemático. Escreveu e traduziu numerosas obras em língua chinesa. Quando morreu, em 1610, o imperador Wanli concedeu um terreno para a sua sepultura. Esta foi a primeira vez em toda a história da China que a um estrangeiro foi permitido o sepultamento na capital do império.

---

<sup>38</sup> Francisco Xavier nasceu na Espanha e foi co-fundador da Companhia de Jesus. Ele foi à Índia para evangelizar o país e da Índia viajou para o Japão onde passou muitos anos trabalhando pela evangelização do povo japonês. Com o desejo de ir à China continuar a sua obra de evangelizador, chegou no mês de abril de 1552 na ilha de Shangchuan, uma pequena ilha na frente da costa chinesa, onde esperou por muito tempo alguns mercantes chineses de Cantão que tinham lhe prometido de vir buscá-lo e facilitar a sua entrada na China. Eles, porém, nunca apareceram e Francisco Xavier morreu no mês de dezembro do mesmo ano. A sua figura é importante para a evangelização da China porque foi um dos primeiros que se convenceu da necessidade para os missionários de se tornar parte integrante das culturas locais sem impor o Evangelho.

<sup>39</sup> Propaganda Fide foi fundada em 1622 pelo Papa Gregório XV com o duplice objetivo de difundir o cristianismo nas regiões onde o anúncio cristão ainda não tinha chegado e de defender o patrimônio da fé. Desde 1988, por disposição de João Paulo II, passou a se chamar Congregação para a Evangelização dos Povos.

<sup>40</sup> Michele Ruggieri, jesuíta italiano, foi designado pelo Pe. Valignano às missões na China. Em Macau, por muitos anos estudou a língua chinesa. Em 1583, junto com Matteo Ricci, chegou à China.

<sup>41</sup> Matteo Ricci nasceu na Itália em 1552. Entrou na Companhia de Jesus em 1571. Destinado às missões na China, depois de um período de preparação em Macau, que tinha sido conquistada por Portugal em 1577, chegou na China em 1583 e em Pequim em 1601 onde morreu nove anos depois.

O período que seguiu a morte de Ricci foi menos feliz. Os missionários encontraram diversos obstáculos em seu caminho. Além das perseguições periódicas, mais nocivas aos objetivos da evangelização foram as rivalidades entre as próprias ordens religiosas, principalmente entre os franciscanos e os jesuítas.

Com a queda da dinastia Ming, derrotada em 1644, e o advento da dinastia Qing<sup>42</sup>, o cristianismo encontrou no imperador Kangxi um importante aliado. Com um decreto de 1692, Kangxi elogiou os missionários europeus, agradecendo-os pelos seus serviços e definindo-os homens de paz. Neste mesmo documento ele comunicava a sua decisão de salvar todos os templos dedicados ao Senhor do Céu (*Tianzhu*), o Deus dos cristãos, e de autorizar todos aqueles que queriam adorar este Deus a participar das cerimônias que os cristãos celebravam.<sup>43</sup>

Este decreto fazia parte de uma tentativa de reformas que aproximariam a China do Ocidente, em busca da modernização do império chinês.

Infelizmente, a Questão dos Ritos rompeu esta feliz amizade entre os representantes da Igreja Católica e a corte chinesa.

Alguns missionários, principalmente dominicanos e franciscanos, que evangelizavam com métodos intransigentes, porque culturalmente ligados a modelos europeus, escreveram à Santa Sé comunicando suas opiniões contrárias aos métodos usados por Matteo Ricci e outros jesuítas, afirmando que a fé cristã corria risco, porque os jesuítas estavam permitindo aos católicos chineses de praticar os Ritos aos ancestrais.<sup>44</sup>

A Igreja Católica definiu os Ritos aos ancestrais como atos supersticiosos, inaceitáveis para quem queria se converter ao catolicismo. Os jesuítas tentaram esclarecer que esses Ritos eram um simples e amoroso tributo aos pais e ascendentes defuntos, conseqüência da virtude da piedade filial ensinada aos chineses por Confúcio e que nada tinham a ver com superstição. Mas ninguém quis escutá-los. Nem um ato oficial do imperador Kangxi, no qual ele afirmava que as honras prestadas a Confúcio e aos ancestrais eram puramente civis, conseguiu convencer Roma a abandonar a sua atitude intolerante. A intransigência de Roma contradisse as instruções que, no

---

<sup>42</sup> A dinastia Qing (chamada também dinastia Manchu) teve origem na invasão do clã manchu da região norte da China, a Manchúria. De lá eles conquistaram o resto da China derrotando a já enfraquecida dinastia Ming. A dinastia Qing foi a última dinastia imperial chinesa.

<sup>43</sup> LAURENTIN, op. cit., p. 126

<sup>44</sup> Estes ritos eram homenagens que os chineses dirigiam aos próprios defuntos. Todos os chineses guardavam nas suas casas tabuinhas com os nomes dos seus defuntos e a eles dirigiam saudações, acendiam incensos, ofereciam frutas, perfumes, etc. As mesmas homenagens eram reservadas a Confúcio. Tudo isso era a manifestação da virtude da “piedade filial” que estava à base da organização familiar e da sociedade civil chinesa. Um outro ponto de litúrgico era sobre a escolha da palavra chinesa para a definição de Deus. Três eram as palavras usadas no tempo de Matteo Ricci: Tian Zhu (Senhor do Céu), Shang-di (Senhor Soberano) e Tian (Céu). Esta última denominação foi usada pelo imperador Kangxi em uma inscrição que ele mesmo tinha redigido em grandes ideogramas com o objetivo de doá-la aos Jesuítas. Estes tinham colocado a inscrição na capela de sua casa. A controvérsia era se estas palavras chinesas pudessem ou não expressar a natureza de Deus. Depois de vários estudos por parte de Roma, o uso das denominações Shang-di e Tian foi proibido.

mesmo período, exatamente em 1659, Propaganda Fide apresentara a todos os missionários:

Não usem nenhum meio de persuasão para induzir aqueles povos a mudar os seus ritos, os seus hábitos, os seus costumes, ao menos que não estejam abertamente contra a religião e os bons costumes. O que existe, de fato, de mais absurdo do que transplantar na China, a França, a Espanha, a Itália ou qualquer outro país da Europa? Não é isto que vocês devem introduzir, mas a fé, que não rejeita os ritos e os costumes de nenhum povo, contanto que não sejam maus, mas quer, ao contrário, salvaguardá-los e consolidá-los... Não façam, portanto, comparações entre os usos locais e os usos europeus; procurem com todo vosso empenho acostumar-vos a eles. Admirem e elogiem tudo que merece elogios; se algo não o merece, não devem certamente exaltá-lo como fazem os adúladores, mas devem ter a prudência de não julgá-lo ou ao menos de não condená-lo sem motivo.<sup>45</sup> (Tradução nossa)

Faltou confiança nas intuições dos missionários jesuítas que tinham experiência direta e conhecimento profundo da cultura chinesa. As decisões pontifícias se distanciaram da posição da própria Propaganda Fide e resultaram numa derrota da experiência missionária deste período.

O Papa Clemente XI enviou à China Mons. Charles-Thomas Maillard de Tournon. A sua missão era aquela de explicar e fazer respeitar as decisões do Vaticano em relação à Questão dos Ritos. Admitido à corte imperial, em um primeiro momento o imperador Kangxi acolheu Mons. Tournon com uma certa cortesia, mas quando teve conhecimento das comunicações de Roma contra os ritos chineses, fez reconduzir Mons. Tournon a Nanquim e ordenou que daquele momento em diante os missionários deveriam providenciar um *piao*, isto é, uma permissão emitida pelas autoridades civis para se deslocar no interior da China que seria dada somente aos missionários que tivessem declarado de aceitar o ponto de vista do imperador. Caso não quisessem, seriam expulsos do império.<sup>46</sup> Em Nanquim, Mons. Tournon publicou um decreto que renovava a condenação da Igreja de Roma contra os ritos chineses, ameaçando todos os missionários que se conformassem às decisões de Kangxi de excomunhão (Decreto de Nanquim). A publicação deste decreto, que retomava as decisões já promulgadas pela Santa Sé em 20 de novembro de 1704, provocou a ira do imperador que convidou Mons. Tournon a se retirar em Cantão e, em seguida, a Macau, onde deveria esperar a volta de dois jesuítas enviados a Roma pelo imperador Kangxi para tentar convencer o papa a revogar a proibição dos ritos. Em Macau, Mons. Tournon foi preso pelas autoridades portuguesas com a acusação de ter agido junto ao imperador chinês sob a autorização exclusiva de Roma, quando, segundo as

<sup>45</sup> Propaganda Fide apud METZLER, Joseph. La soluzione della questione dei riti. In: GIOVAGNOLI, Agostino (a cura di). *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma: Edizioni Studium, p. 244.

<sup>46</sup> FERREUX, Octave. Histoire de la Congregation de la Mission en Chine (1699-1950). In: *Annales de la Congregation de la Mission et de la Compagnie des Filles de la Charité* – Tome 127 – Année 1963 N. 503-506. Paris: 1963, p. 55.

leis do padroado de Portugal, qualquer missão diplomática católica deveria ser intermediada pelo governo português.

Trata-se de episódio significativo porque mostra as dificuldades da Santa Sé para estabelecer relações diretas com a China.

A Questão dos Ritos se agravou com a promulgação da Bula *Ex Illa die* (1715), do Papa Clemente XI, que renovava todas as condenações precedentes, impondo aos missionários o cumprimento de todas as disposições contrárias aos ritos chineses.

A intolerância do Papa e de alguns missionários católicos desiludiu o imperador Kangxi que, em 1721, decidiu emitir um edito de proibição do catolicismo ordenando a expulsão de todos os missionários.

Clemente XI decidiu enviar uma nova missão diplomática junto ao imperador.

Foi encarregado desta missão Mons. Carlo Ambrogio Mezzabarba.

Para evitar as dificuldades do seu predecessor com o padroado português, Mons. Mezzabarba decidiu partir para a China via Lisboa. De fato, chegou sem problemas a Macau, e de lá continuou sua viagem ao encontro do imperador Kangxi. Este, tomando conhecimento que a razão de sua missão na China era reiterar a proibição dos ritos o convidou a se retirar e voltar para Macau. Mons. Mezzabarba, então, apresentou oito concessões que o papa tinha autorizado a mostrar em caso de necessidade. Estas permissões, mesmo não anulando a interdição, permitiam aos cristãos de guardar nas suas casas tabuinhas com o nome dos defuntos, mas sem que tivessem nenhuma referência escrita às suas almas ou espíritos. O nome dos defuntos, no entanto, devia ser acompanhado de uma referência ao ensinamento cristão de honrar os próprios pais. Da mesma maneira, era permitido o culto a Confúcio, quando de ordem civil, como também era permitido acender velas e incensos a ele e aos próprios defuntos. Estes textos, porém, foram expressamente destinados aos missionários e foi proibida a tradução para o chinês.

Depois da morte de Kangxi, outros decretos de Roma e a Bula *Ex quo singulari* (1742), de Bento XIV, interditaram tais permissões, declarando que elas deviam ser consideradas como se nunca tivessem existido.<sup>47</sup>

Frente a tal posição de intransigência, o imperador Qianlong, neto de Kangxi, proibiu os missionários de difundir a religião cristã e decretou a sua expulsão do território chinês. Os anos do seu reinado, de 1736 a 1796, foram caracterizados por numerosas perseguições contra os missionários. Permaneceram na corte de Qianlong apenas alguns jesuítas que eram funcionários da corte imperial e que desempenhavam as funções de astrônomos, pintores, matemáticos, etc.

Neste mesmo período, na Europa, os jesuítas sofreram ataques de todos os lados. A Companhia de Jesus havia se tornado uma das ordens religiosas mais potentes e influentes. O trabalho missionário que a Companhia realizava nas colônias da América do Sul e da Ásia era um obstáculo aos desejos de exploração sem freios das potências européias. Foram justamente as cortes

<sup>47</sup> LAURENTIN, op. cit., p. 145-146.

européias de tradição católica, França, Espanha, Portugal, o Reino de Nápoles e o Ducado de Parma que expulsaram os jesuítas das suas terras e das próprias colônias. Em seguida, convenceram o Papa Clemente XIV a suprimir a ordem religiosa dos Jesuítas que, em 1773, assinou o decreto *Dominus Ac Redemptor* de supressão da Companhia de Jesus, afirmando que só fazia isso para o restabelecimento da paz na Igreja.

Terminava tragicamente um capítulo importante da história dos jesuítas na China. O país, porém, não ficou sem missionários. Os poucos jesuítas que tinham permanecido na China escreveram para o rei da França pedindo missionários que pudessem tomar o seu lugar nas missões que se encontravam abandonadas. O governo francês iniciou negociações com a Santa Sé para encontrar uma ordem missionária que pudesse ocupar o lugar dos jesuítas. A escolhida foi a Congregação dos Lazaristas, ou Congregação da Missão (Vicentinos) fundada na França por Vicente de Paula, em 1625. Um decreto de Propaganda Fide, de 7 de dezembro de 1783, autorizou a passagem da missão de Pequim dos jesuítas aos lazaristas. O decreto começava desta forma:

O rei muito cristão Luís XVI, seguindo sua piedade e seu zelo pela fé católica, expôs ao nosso Santo Padre Papa Pio VI que ele deseja que os padres da Congregação da Missão possam substituir nas Missões do Império da China os padres franceses da sociedade suprimida dos Jesuítas.<sup>48</sup> (Tradução nossa)

Esta substituição, que aconteceu de forma pacífica, assegurou a sobrevivência das missões católicas na China.<sup>49</sup>

As poucas linhas do decreto acima mencionado nos fazem compreender que já tinha se estabelecido uma certa proteção francesa em relação às missões. Foi, de fato, o próprio rei de França, Luís XVI, algumas semanas mais tarde quem escreveu as cartas de nomeação dos missionários lazaristas. Esta estreita ligação entre as missões católicas e os governos das nações européias influirá negativamente no desenvolvimento da Igreja Católica na China.

## 1.4. OS TRATADOS DESIGUAIS E O PROTETORADO EUROPEU DAS MISSÕES CATÓLICAS

Na China, depois da morte de Jiaqing, filho do imperador Qianlong, subiu ao trono o segundo filho de Jiaqing, Daoguang, que reinou até 1850.

<sup>48</sup> CONGREGAÇÃO DA MISSÃO. La Congregation de la Mission em Chine. In: *Mémoires de la Congregation de la Mission*. Tome II. Paris: Nouvelle édition revue, corrige et continuée, 1912. p. 32.

<sup>49</sup> Para a história dos lazaristas em Pequim ver CARLETTI, Anna. *Storia dei Lazzaristi a Pechino dal 1766 al 1951*. Tese de Láurea em Línguas e Civilizações Orientais – Università degli Studi di Roma “La Sapienza”. Roma, 1996.

Foi um período difícil para a China. O país exportava muitas mercadorias para a Europa. Todo o comércio, porém, devia passar através de Cantão onde reinava uma corporação de comerciantes chineses que, pagando fortes taxas ao Estado, mantinha o privilégio do monopólio comercial. A Inglaterra tentou muitas vezes quebrar este monopólio por meio de embaixadas junto ao imperador requerendo o estabelecimento de bases comerciais em território chinês, todavia, nenhuma destas embaixadas obteve sucesso.<sup>50</sup>

No início do séc. XIX a situação mudou. Na Europa, o bloqueio continental estabelecido por Napoleão isolou a Inglaterra, que era, naquela época, a maior potência industrial e colonial da Europa, determinando um agravamento da situação econômica de todo o resto do velho continente. Conseqüentemente, diminuiu também o interesse europeu pelas assim chamadas *chinoiseries*.<sup>51</sup>

A Inglaterra, através da Companhia das Índias Orientais<sup>52</sup>, havia encontrado no comércio do ópio indiano uma boa fonte de lucro.

O comércio ilegal do ópio indiano na China encontrou o apoio dos comerciantes chineses. Logo, porém, apareceram os efeitos do degrado moral provocado pela difusão crescente da droga e os efeitos econômicos danosos para a economia chinesa. Os interesses econômicos que se formaram ao redor deste comércio provocaram uma forte corrupção e aumento da criminalidade organizada. Além disso, o comércio do ópio causou uma grande saída de moedas de prata, porque a já diminuída exportação de produtos chineses para a Europa não era mais suficiente para equilibrar a importação maciça de ópio. Isso determinou um desequilíbrio entre as moedas de cobre, sobre as quais baseava-se o comércio interno, e as moedas de prata. A conseqüência deste desequilíbrio foi uma fortíssima inflação que danificou o povo chinês, que precisava pagar as taxas em moedas de prata.

O imperador decidiu tomar providências, e, em 1839, foi enviado a Cantão um comissário imperial, Lin Zexu, que ordenou a destruição de 20.000 caixas de ópio. A Inglaterra, então, declarou guerra à China que, inferior do ponto de vista militar, foi logo derrotada.

A assinatura do Tratado de Nanquim (1842), entre a Inglaterra e a China, foi o primeiro dos assim chamados tratados desiguais porque eles marcaram o início do período da humilhação chinesa, período em que a

---

<sup>50</sup> A primeira missão diplomática inglesa foi em 1793 com a chegada de Lord Macartney em Pequim. A intenção do império inglês era pedir a abertura de portos para negociações, mas o Imperador Qianlong respondeu que a China não precisava de nada que viesse de fora dos seus confins. De fato, sob o imperador Qianlong a China alcançou uma grande expansão territorial e dispunha de todos os recursos naturais.

<sup>51</sup> A Europa do séc. XVIII manifestou um forte interesse por produtos e estilos chineses: seda, porcelana, chá, móveis, arquitetura, etc. Eram sobretudo os príncipes e os aristocratas que amavam se circundar de mercadorias chinesas promovendo a sua importação enquanto a exportação européia em direção a China era mínima.

<sup>52</sup> A Companhia das Índias Orientais foi uma organização formada por comerciantes londrinos em 1600, à qual a rainha Elizabeth I concedeu o monopólio do comércio com as Índias Orientais.

China foi ocupada pelas várias potências ocidentais que disputavam as mais preciosas áreas do território chinês.

O Tratado de Nanquim estabeleceu a abertura de cinco portos: Cantão, Fuchow, Amoy, Ningpo e Xangai ao comércio europeu, o pagamento por parte da China de uma forte indenização, além da cessão à Inglaterra da ilha de Hong Kong.

Nestes portos, os ingleses teriam direito de extraterritorialidade, em virtude do qual, em caso de necessidade, deveriam ser submetidos apenas às leis do próprio país e não às das chinesas. Além disso, a cláusula da “nação mais favorecida” estendia automaticamente à Inglaterra qualquer privilégio que a China concedesse a outras potências. Logo em seguida, com a assinatura dos Tratados de Whampoa e de Wangxia, em 1844, a França e os Estados Unidos também ocuparam espaço na conquista territorial da China.

Os tratados desiguais aparentemente asseguraram uma certa proteção à atividade missionária. Porém, tal proteção colocou em risco o trabalho missionário, criando na maioria dos chineses a idéia que a Igreja Católica fosse ligada ao poder europeu de conquista dos territórios e de obtenção de vantagens econômicas, o que valia para alguns missionários, mas não para todos.

O artigo 23 do Tratado de Whampoa, primeiro ato oficial entre a França e a China, foi extremamente importante para os sacerdotes chineses e para os missionários estrangeiros porque estabelecia que todos os missionários fossem colocados sob a salvaguarda de um ato internacional, já que daquele momento em diante nenhum estrangeiro poderia ser julgado por autoridades chinesas.<sup>53</sup>

Não obstante esta disposição, os missionários não se livraram das perseguições que, saltuariamente, os governos locais chineses moviam contra os missionários.

Para tratar deste problema, no mês de dezembro de 1850 se reuniram em assembléia, em Ningpo, todos os Vigários Apostólicos da China. O objetivo desta assembléia era o de encontrar uma solução para a segurança dos missionários e discutir a questão dos protetorados das missões. O resultado foi a decisão de escrever uma carta ao Ministério da França para obter a aplicação do artigo 23 do Tratado de Whampoa, que não estava sendo respeitado, e uma outra carta para a Santa Sé, com o intuito de pedir ao Papa de confiar à França a proteção das missões na China.<sup>54</sup>

No entanto, o imperialismo ocidental na China crescia sem parar. As potências coloniais reivindicavam a abertura do inteiro território chinês ao comércio internacional. Este fator, juntamente com o excessivo incremento demográfico e o empobrecimento do povo chinês provocaram muitas revoltas. A maior delas foi aquela dos *Taiping*, liderada por Hong Xiuquan que proclamou o advento do “Reino celeste da grande paz” (*Taiping tianguo*). Ele

<sup>53</sup> THOMAS, Antoine. *Histoire de la Mission de Pékin: depuis l'arrivée des Lazaristes jusqu'à la revolte des Boxers*. Paris: Louis Michaud éditeur, 1923, p. 272.

<sup>54</sup> CARLETTI, op. cit., p. 94.

provinha da região de Cantão, no sul da China. Quando jovem, havia recebido de missionários protestantes material de propaganda cristão e traduções da Bíblia. Interessado, decidiu, então, permanecer um tempo, em Cantão para estudar a Bíblia junto com missionários protestantes. Esta aproximação ao estudo da Bíblia era devida também a uma profunda decepção que Hong Xiuquan havia experimentado após ter sido repetidamente reprovado nos exames confucianos. Ele foi obrigado a abrir mão do sonho de se tornar mandarino. Isso lhe provocou uma grave crise emotiva. Durante esta crise, Hong Xiuquan afirmou de ter tido visões nas quais Deus confiava-lhe a tarefa de caçar os Manchus. Daquele momento, ele se proclamou enviado de Deus, irmão menor de Jesus Cristo e portador de um novo Evangelho.<sup>55</sup> Conseguiu instaurar, em 1853, um novo Estado, com capital em Nanquim. Foi uma verdadeira revolução cujo primeiro objetivo era a queda da dinastia Manchú. Em um primeiro momento as potências ocidentais olharam a revolta com simpatia, já que se baseava também em elementos cristãos. Mas quando os europeus perceberam que o objetivo dos *Taiping* não era somente aquele de caçar a dinastia Qing, mas também todos os estrangeiros, decidiram aliar-se às tropas imperiais para derrotar a revolta.

França e Inglaterra, não satisfeitas com os benefícios obtidos pelos primeiros tratados, decidiram novamente declarar guerra à China. O pretexto foi oferecido por dois acontecimentos: o primeiro envolvia a morte de um missionário francês que foi detido por autoridades chinesas da província de Guanxi e faleceu na prisão por causa dos maus tratos recebidos; o segundo acontecimento estava relacionado à detenção por parte das autoridades chinesas da tripulação chinesa de um barco, acusado de pirataria e comércio ilegal de ópio, mas que tinha sido registrado em Hong Kong e no qual estava içada a bandeira britânica. Por isso, a prisão realizada pelas autoridades chinesas foi considerada como desrespeito à Inglaterra.<sup>56</sup>

O Tratado de Tianjin, assinado após a derrota da China, foi negociado pelo Barão Gros, de nacionalidade francesa, que aproveitou para inserir nos seus artigos um trecho que garantia a liberdade religiosa e o protetorado francês sobre as missões católicas. O artigo 13 completava o parágrafo do Tratado de Whampoa, do qual falamos anteriormente, garantindo completa proteção a todos os missionários:

Art. 13. Os membros de todas as comunidades cristãs fruirão de uma completa segurança para suas pessoas, suas propriedades e do livre exercício de suas práticas religiosas. Uma proteção eficaz será dada aos missionários que se deslocarão pacificamente no interior do país, munidos de passaportes regulares. Nenhum entrave será aportado pelas autoridades do império chinês ao direito que é reconhecido a todas as pessoas na China de abraçar, se elas desejarem, o cristianismo e de seguir as suas práticas sem ser possível afligi-

<sup>55</sup> SABATTINI, Mario e SANTANGELO, Paolo. *Storia della Cina*. Bari: Laterza, 1986, 601.

<sup>56</sup> COLLOTTI PISCHEL, Enrica. *Storia della Rivoluzione Cinese*. Roma: Editori Riuniti, 1982, p. 63.



las com nenhuma pena por este fato. Tudo aquilo que foi precedentemente escrito, proclamado ou publicado na China por ordem do governo contra o culto cristão, está completamente abolido e permanece sem valor em todas as províncias do império.<sup>57</sup> (Tradução nossa)

Por meio deste tratado os missionários, munidos de passaporte francês, tinham liberdade de residir em qualquer parte da China.

Contemporaneamente à Inglaterra e França, também Estados Unidos e Rússia conseguiram obter os mesmos benefícios de abertura de outros portos comerciais e de ulteriores indenizações.

O motivo de tanta obstinação por parte das potências ocidentais encontrava-se na intenção não somente de estender a penetração ocidental em toda a China, mas também demonstrar que os estrangeiros pela sua superioridade militar podiam ditar lei às autoridades chinesas.

Quando a corte chinesa, perante esta grave situação, manifestou perplexidade, hesitando na ratificação destes tratados, as tropas britânicas e francesas deram mais uma vez demonstração de força militar. Entraram em Pequim, saquearam e destruíram o palácio de verão do imperador, construído dois séculos antes por arquitetos jesuítas. O Palácio Yuan Ming Yuan continha inúmeras obras de arte e preciosos artesanatos chineses que acabaram sendo enviados aos museus europeus. Após o saque, as potências ocidentais obrigaram o governo chinês a assinar a Convenção de Pequim, em 1860.

Esta Convenção, que ratificava o Tratado de Tianjin, além de permitir o credenciamento permanente de missões diplomáticas ocidentais em Pequim e uma ulterior distribuição territorial entre as potências ocidentais, reconhecia a todos os missionários cristãos o direito de propriedade de edifícios religiosos e o direito de evangelizar em todo o território chinês. Um artigo desta Convenção dizia respeito ao direito da Igreja Católica de receber de volta os prédios que o governo tinha lhe confiscado no passado.

O confisco de prédios religiosos por parte do governo havia começado com o edito de Kangxi, de 1721, lançado contra o cristianismo. Muitos anos tinham se passado e era difícil, naquele momento, verificar quais prédios pertenceram aos missionários. Na maioria das vezes os missionários procuraram o apoio dos seus governos para que estes obrigassem o governo chinês a devolver igrejas ou outros prédios, rejeitando qualquer tipo de oferta alternativa e reivindicando a desocupação imediata das pessoas que ocupavam tais edifícios.<sup>58</sup>

Esta atitude certamente não ajudou os chineses a pensar que os missionários não agiam em causa própria, assim como também não ajudou o fato que, em nome do protetorado francês sobre as missões, todas as controvérsias que envolviam missionários ou leigos católicos chineses fossem decididas não

<sup>57</sup> CONGREGAÇÃO DA MISSÃO. La Congregation de la Mission en Chine. In: *Mémoires de la Congregation de la Mission, Tome III*. Paris: Nouvelle édition revue, corrigée et continuée, 1912. Coleção a uso interno, bibliotecas de Paris e Roma, p. 639-640.

<sup>58</sup> LEUNG, Beatrice. *Sino-Vatican relations: problems in conflicting authority, 1976-1986*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 36.

pelo governo chinês, mas pelo governo francês que, evidentemente, defendia sempre os católicos. Era lógico pensar que muitos pudessem abraçar o cristianismo mais por razões pragmáticas que de fé.

Tal proteção, de fato, gerou uma mudança de atitude. Antes submetidos a duras provas, muitos missionários passaram então a ocupar uma posição de privilégio. Posição que se sustentava na ligação com as nações que tinham invadido e submetido a população chinesa à exploração econômica e a uma humilhação moral que não tinha precedentes na história chinesa.

O sacerdote católico chinês Louis Wei classificou tal período como o “da alegria da maioria dos missionários estrangeiros, sobretudo dos bispos e dos poderosos vigários apostólicos, frente à humilhação da China.”<sup>59</sup>

Até aquele momento, os missionários tinham chegado na China por conta própria, separados dos outros estrangeiros. Agora, aos olhos chineses, eram considerados iguais aos estrangeiros que os dominavam, numa posição que não era conveniente para quem tinha o objetivo evangélico de servir e não o de servir-se do povo chinês.

A estreita ligação entre os dominadores estrangeiros e os missionários cristãos foi ratificada pela Conferência de Berlim, realizada de novembro de 1884 a fevereiro de 1885.

A Conferência teve como objetivo principal organizar a ocupação do território africano por parte das potências coloniais. Durante a sua realização, foi discutida também a questão missionária, que as potências ocidentais consideravam parte das suas atividades no âmbito da colonização africana e asiática. A conferência terminou com a assinatura de uma Convenção Geral da Conferência de Berlim. O artigo 6 de tal convenção estabelecia que

Os missionários cristãos, os estudiosos, os exploradores e suas escoltas, bens e coleções serão objeto de uma proteção especial. A liberdade de consciência e a tolerância religiosa são expressamente garantidas aos indígenas e aos estrangeiros. O livre e público exercício de todos os cultos, o direito de erigir edifícios religiosos e de organizar missões pertencentes a todos os cultos não será submetido a nenhuma restrição.<sup>60</sup> (Tradução nossa)

Tratava-se não mais da proteção do padroado dos reinos de Portugal e Espanha, mas de uma proteção leiga, visto que, na maioria das nações européias passara a vigorar a separação entre Estado e Igreja.

Em 1886 o Papa Leão XIII tentou estabelecer relações diretas com a China, com o intuito de livrar a Igreja Católica de uma proteção que ele considerava incômoda para os interesses religiosos do Vaticano para com o povo chinês. A tentativa faliu porque a França, que a partir do Tratado de Tianjin tinha se proclamado defensora dos interesses católicos na China, declarou-se contrária a tais relações diretas temendo perder poder na China.

<sup>59</sup> WEI, Louis apud LAURENTIN, op. cit., p. 157.

<sup>60</sup> RICCARDI, Andrea. La Chiesa fuori “dalla cristianità”. In: GIOVAGNOLI Agostino (Org.) *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma: Edizioni Studium, 1999, p. 18.

No entanto, a situação política se agravava na China.

Em 1894, a guerra com o Japão marcou uma ulterior derrota, pois aniquilou o imperador chinês. O Japão não era uma potência ocidental, mas sua superioridade era já indiscutível. O Japão tinha na cultura chinesa seus fundamentos principais, mas conseguiu alcançar uma modernização de tipo europeu, colocando-se na frente da China.

O Tratado de Shimonoseki, negociado e assinado em 1895, obrigava a China a ceder ao Japão, além do predomínio de fato da Coréia, tradicional protetorado chinês, a península do Liadong, Taiwan e as ilhas de Penghu. As potências ocidentais acorreram para dividir ulteriormente entre elas outras regiões do território chinês, reduzindo a China a estado semicolonial. Além da distribuição de territórios, desta vez o novo tratado garantia aos estrangeiros também o direito de instituir empresas estrangeiras em território chinês. Os investimentos estrangeiros cujo lucro só enriquecia o país de origem constituíram uma nova forma de depauperamento da China.

Tudo isso convenceu a China da necessidade imediata de modernização. Já por volta de 1860 desenvolveu-se por parte da burocracia e dos letrados chineses o movimento *yangwu* (literalmente, coisas do além-mar, isto é, estrangeiras), que tinha como objetivo reagir às ameaças externas e internas e apoiar a dinastia Manchú. O imperador Tongzhi apoiou estas reformas que seguiam o lema *zhong xue wei di, xie xue wei yong*, isto é, o saber chinês como fundamento, o saber ocidental como meio. De fato, os letrados se empenharam em um renascimento do confucionismo como base destas reformas. A guerra contra o Japão, todavia, colocou um fim nesta iniciativa.

Posteriormente, um certo grupo de letrados, guiados por Kang Youwei, conseguiu convencer o jovem imperador Guangxu sobre a necessidade de modernização. Kang Youwei possuía um grande conhecimento da tradição cultural chinesa. Superando brilhantemente os exames oficiais, ingressou como funcionário na corte imperial. Ele percebeu a grave crise que a China estava atravessando e a necessidade de superá-la por meio de reformas modernizantes que partissem do próprio sistema confuciano. Todavia, estas reformas pressupunham a aceitação da doutrina ocidental como fundamento para a construção de uma sociedade moderna. Seguindo os conselhos de Kang Youwei, entre o mês de junho e setembro de 1898 o imperador Guangxu emanou uma série de decretos com o intuito de reformar o aparato estatal, as estruturas das escolas e o exército. Esta iniciativa, que caracterizou o período chamado de “cem dias”, não obteve o sucesso esperado. Os decretos previam a reforma total dos exames imperiais, o que significava uma total revolução do sistema educacional, que era privilégio da elite chinesa, a criação de escolas de tipo ocidental, a instituição de ministérios de caráter técnico, a criação de um banco central, com instrumentos financeiros modernos, a renovação do exército e a abolição de todos os privilégios das autoridades centrais e provinciais.<sup>61</sup> Se estes decretos fossem aplicados, a

<sup>61</sup> COLLOTTI PISCHEL, op. cit., p. 79.

burocracia chinesa perderia duma só vez o seu poder e seus privilégios. E ela não poderia permitir que isso acontecesse. Os burocratas chineses simplesmente decidiram não agir, não atuar as reformas que o imperador estava aprovando uma atrás da outra.

O líder dos letrados, Kang Youwei, tinha uma base de apoio militar muito fraca e, quando o general mais forte, Yuan Shikai, em quem acreditava encontrar um fiel amigo, passou para o lado da imperatriz Cixi, o movimento de reformas fracassou definitivamente.

Cixi, conhecida como “imperatriz-viúva” defendia os interesses conservadores da burocracia chinesa. Ela mantinha grande influência sobre o imperador Guangxu, seu sobrinho, que ela mesma havia colocado no trono imperial quando ele tinha apenas quatro anos de idade. Foram a imperatriz Cixi, juntamente com o general Yuan Shikai, os responsáveis por um golpe de estado militar que confinou o imperador Guangxu em uma ala do palácio imperial, e permitiu que eles se apropriassem do poder imperial.

A fraqueza da dinastia ficou ainda mais evidente. A situação de colonialismo em que a China se encontrava desencadeou um ódio indiscriminado para com todos os estrangeiros. O motivo que transformou este ódio em luta armada originou-se no interior da China, precisamente na província do Shantung, que os alemães tinham escolhido para criar a sua região de influência econômica. Os dominadores alemães chegaram à província de Shantung acompanhados pelos missionários alemães. Na época da invasão alemã aconteceu na região uma grave carestia e isso agravou a situação já tensa entre os camponeses. O Shantung era por tradição uma região onde as seitas secretas proliferavam e a atitude dura que os missionários adotaram em relação às realidades das sociedades secretas e das revoltas populares provocou uma reação violenta em relação aos missionários estrangeiros. Entre estas seitas sobressaiu-se uma que ficou conhecida no Ocidente como “Boxers”.

Tratava-se de uma organização armada xenófoba chamada *Yihequan* (Punho da Justiça e da Harmonia) surgido em 1898. A sua estrutura militar era muito rígida. Até então tinha atuado clandestinamente, mas, com a autorização da imperatriz, lançou-se a caçar todos os estrangeiros, colocando-se em frente ao povo chinês como tutora da tradição chinesa. O nome Boxers derivaria de uma tradução inglesa da denominação que eles haviam escolhido: “Punho da Justiça e da Harmonia”, com referência às artes marciais praticadas pelos integrantes das sociedades secretas, no âmbito das quais o movimento originou-se.<sup>62</sup> Os seus adeptos aprendiam também fórmulas mágicas, acreditando que isto lhes daria invulnerabilidade no combate.

A imperatriz Cixi, na tentativa de ganhar a simpatia popular e caçar os estrangeiros da China, apoiou os Boxers, que adotaram como lema: “Viva a dinastia, cacem os estrangeiros!”.

Os missionários estrangeiros e os cristãos chineses foram as primeiras vítimas dos Boxers. Apareceram manifestos com ideogramas vermelhos

<sup>62</sup> SABATTINI, Mario e SANTANGELO, Paolo, op. cit., p. 611.

que anunciavam que todos os prédios religiosos deveriam ser destruídos e avisando que os Boxers atuariam no massacre dos estrangeiros. Um destes manifestos declarava o seguinte:

Aviso. Todos os moradores de cada aldeia e burgo de todas as províncias da inteira China estão informados que os católicos e os protestantes vilipendiam nossos deuses e nossos santos. Eles oprimem o imperador, os funcionários e o povo chinês. Como todo mundo permanecia em silêncio, fomos obrigados a nos exercer no boxe, com o objetivo de proteger a China, de expulsar os bandidos estrangeiros, de exterminar os cristãos e de poupar calamidades aos vivos. A partir deste aviso, vocês, habitantes do interior, estão informados que, não importa em qual aldeia se encontrem os cristãos, precisamos expulsá-los imediatamente e queimar suas igrejas e suas casas, uma depois da outra. Se alguém, transgredindo este aviso, esconder ou cuidar de cristãos, aplicaremos o mesmo castigo, e os exterminaremos pelo fogo, para suprimir todas as dificuldades. Será duro punir com a morte, e nós não podemos suportar que alguém seja envolvido sem razão nestas situações embaraçosas. Conformai-vos a este aviso formal. XXVI ano de Guangxu. Vº lua. Assinado: Yihequan Boxers.<sup>63</sup> (Tradução nossa)

Ao lado dos missionários e dos cristãos, não foram poupados representantes das delegações ocidentais que residiam em Pequim. O Ministro da Alemanha morreu em um dos ataques ao bairro das Delegações, onde viviam todos os estrangeiros. Os diplomáticos e os seus funcionários resistiram aos ataques dos Boxers por 55 dias, de junho a setembro de 1900.<sup>64</sup> No entanto, Inglaterra, França, Alemanha, Áustria-Hungria, Itália, Rússia, Japão e Estados Unidos lançaram a ofensiva contra a China e contra os Boxers.

As delegações estrangeiras conseguiram sufocar a revolta dos Boxers e a corte chinesa derrotada fugiu, deixando a Li Hongzhang, um velho general que era encarregado de conduzir a política estrangeira da China, a tarefa de negociar com os estrangeiros.

Foram necessárias longas negociações para chegar ao acordo de paz que recebeu o nome de “Protocolo de 1901”. A lentidão das negociações não dependeu dos representantes do governo chinês, mas das divergências entre as potências imperialistas que discutiram muito sobre a questão da integridade territorial chinesa. Inglaterra, Estados Unidos e Japão eram favoráveis a manter a integridade formal do território chinês, enquanto que França, Alemanha e Rússia queriam repartir a China. A Rússia, de fato, já tinha se apoderado da região da Manchúria provocando a ira dos japoneses. Foram estes contrastes que salvaram, de certa forma, a China salvaguardando a sua independência formal.<sup>65</sup>

Todavia, a paz equivaliu a uma série de pesadas medidas que tiveram efeitos desastrosos sobre a política e a economia chinesa. Por exemplo, as

<sup>63</sup> PLANCHET, Jean Marie. *Documents sur les martyres de Pékin pendant la persécution des Boxeurs*. Pequim: Ed. Pékin, Imprimerie des Lazaristes, 1920, p. 7.

<sup>64</sup> CORRADINI, op. cit., p. 247.

<sup>65</sup> COLLOTTI PISCHEL, op. cit., p. 84.

potências signatárias do Protocolo com o governo da China (Estados Unidos, Japão, Rússia, Inglaterra, França, Itália, Bélgica, Áustria-Hungria, Alemanha, Espanha e Holanda) impuseram a condenação à morte dos principais responsáveis dos ataques e exilaram muitos funcionários da corte. Interromperam por vários anos os exames imperiais com o objetivo de punir os letrados que tinham se aliado aos Boxers. Além disso, a China estava proibida de importar armas ou materiais para fabricação de armas e munições, enquanto que as potências estrangeiras tinham o direito de manter as próprias tropas dentro do bairro das Delegações em Pequim, onde se encontravam as residências dos estrangeiros. Foi estabelecido o pagamento por parte do governo chinês de uma indenização de cerca de 450 milhões de taels (que, naquela época, equivalia a cerca de 350 milhões de dólares). Uma indenização que agravou a já difícil situação econômica chinesa.<sup>66</sup>

Isto marcou o fim do império. Após a morte de Cixi e do imperador Guangxu, o trono imperial foi ocupado por um menino de três anos, Puyi, sob a regência do pai, o príncipe Chun Zaifeng. Puyi era destinado a ser o último imperador da China.

## 1.5. A ERA REPUBLICANA E O NASCIMENTO DA IGREJA AUTÓCTONE CHINESA

### 1.5.1. A República Chinesa de Sun Yat-sen

O período que seguiu à assinatura do Protocolo de 1901 foi caracterizado por uma busca incessante dos intelectuais chineses por uma solução que pudessem devolver à China a independência e prosperidade econômica perdidas.

Os intelectuais se empenharam, sobretudo no estudo da história europeia e americana e alguns deles se convenceram que o segredo do sucesso da modernização alcançada pelos países europeus se encontrasse na formação de Estados nacionais fortes que tinham substituído os vários impérios da Idade Média.

O apelo ao nacionalismo lançado aos jovens chineses se difundiu rapidamente contribuindo na evolução intelectual da juventude chinesa que percebeu a necessidade de lutar para salvaguardar a própria pátria.

Quem guiou esses jovens em direção à construção de uma China diferente foi Sun Yat-sen, considerado ainda hoje como “o pai da República”. Nascido de uma família de camponeses, em 1866, realizou os seus estudos em Honolulu, em escolas cristãs, e se formou em medicina em Hong Kong. Os ensinamentos recebidos pelos missionários protestantes americanos influenciaram o seu pensamento político, que se baseava em uma grande confiança na renovação tecnológica como meio de construção de um futuro

<sup>66</sup> O texto completo do Protocolo de 1901 está disponível em: [www.china1900.info/ereignisse/boxerprotokoll.htm](http://www.china1900.info/ereignisse/boxerprotokoll.htm).

Estado moderno e na simpatia pelas idéias democráticas. Ele decidiu se tornar cristão, pois considerava o cristianismo uma componente essencial da cultura ocidental, cuja técnica tão progredida lhe parecia a solução para a transformação definitiva da China.

Passou 16 anos fora da China, viajando pelos Estados Unidos, Europa e Japão. Durante estas viagens, assimilou o espírito democrático da tradição européia e se convenceu que o objetivo a ser alcançado era a formação de um Estado forte, unitário e moderno. Mesmo se nestas viagens ele entrou em contato com os socialistas europeus, nunca considerou que o processo de liberação da China pudesse necessitar da luta de classes. Para ele o inimigo a ser vencido era a dinastia Manchú, considerada a maior causa do atraso econômico e cultural da China. Em 1905, fundou no Japão um movimento revolucionário que recebeu o nome de *Tongmenghui* (Liga Revolucionária), que tinha justamente como objetivo derrotar os bárbaros Manchú e devolver a China aos chineses estabelecendo uma república.

Um dos motivos que explicava a presença de Sun Yat-sen e de muitos estudantes chineses no Japão, era a esperança que este país ainda despertava nos chineses. Mesmo com a derrota que o Japão havia infligido à China, em 1894, ele ainda representava, de certa forma, um ideal de Estado forte que conseguira se libertar dos laços das potências imperialistas.

Em setembro de 1905, Sun Yat-sen apresentou o Manifesto da *Tongmenghui*, no qual estavam contidas as linhas-guia do seu programa político, que podia ser resumido nos Três Princípios do Povo: independência, soberania e bem-estar do povo. O manifesto previa a necessidade da luta armada para alcançar o objetivo de uma China livre do poder imperial.

O império chinês conseguia resistir aos ataques dos revolucionários de Sun Yat-sen somente por meio do apoio das autoridades provinciais que tinham ainda interesse em manter viva a dinastia imperial. As autoridades provinciais possuíam a maior parte das terras chinesas e mantinham poder efetivo sobre a China, dada a ineficiência e a corrupção do governo central. Elas controlavam a quase totalidade dos proventos das taxas que permaneciam nas províncias. Foram justamente os interesses destes chefes provinciais que decidiram o rumo da política chinesa.

No início do século XX, as potências estrangeiras estavam interessadas na construção de uma rede ferroviária que abrisse as regiões internas mais remotas à sua influência econômica. Em 1911, os governos ocidentais conseguiram convencer o governo central a nacionalizar as ferrovias. Esta nacionalização não significava subtrair as ferrovias ao poder estrangeiro, mas equivalia a subtraí-las ao poder provincial. Isso gerou uma rebelião dos governadores provinciais, sobretudo no sul, que era mais distante e, portanto menos controlado pelo governo imperial, e cujos governadores estavam em busca de um poder alternativo.

Quando no mesmo ano, um golpe de estado, do qual Sun Yat-sen não participou diretamente, proclamou a República Chinesa, os governadores provinciais do sul apoiaram a nova república, da qual Sun Yat-sen foi nomeado presidente provisório, em Nanquim.

Ao mesmo tempo, em Pequim, o governo imperial, percebendo perigo no que estava acontecendo no sul do país, cedeu o seu poder a um dos mais potentes generais da época, Yuan Shikai. Este general exercia um forte controle sobre o governo central e sobre as autoridades provinciais do norte da China.

O governo central e a nova república, surgida do golpe de estado, iniciaram as negociações para resolver a situação de contraposição entre as autoridades do sul, que apoiavam Sun Yat-sen, e as autoridades provinciais do norte, que seguiam Yuan Shikai. A solução foi encontrada quando a imperatriz-mãe Lung Yu publicou, em nome do último imperador da dinastia Qing, Puyi, que na época tinha somente 5 anos, o edito de abdicação para deixar Yuan Shikai subir ao poder. O lado sulista teve que aceitar a demissão de Sun Yat-sen para que Yuan Shikai pudesse ser proclamado presidente da República Chinesa.

Logo depois da sua proclamação, Yuan Shikai transferiu a capital do governo de Nanquim, localizada no sul do país, para Pequim, onde contava com maior apoio dos governadores militares do norte do país.

A situação econômica da China estava difícil. O tesouro do governo central estava continuamente sendo esvaziado pelo pagamento das indenizações devidas às potências imperialistas.

A situação política também não estava bem. No dia 18 de janeiro de 1915, Yuan Shikai recebeu do Japão um memorando de 21 pedidos, que pretendia transformar a China em protetorado econômico e político do Japão. De fato, o Japão, aproveitando que as potências européias estavam empenhadas na primeira guerra mundial, teve campo livre para tentar concretizar o seu desejo de hegemonia sobre o continente asiático. Yuan Shikai, depois de tergiversar por algum tempo, aceitou de assinar o memorando japonês.

No entanto, se preparou para realizar o seu maior objetivo: restaurar a monarquia. Porém, ao proclamar-se imperador da China, não encontrou o apoio esperado. Os governadores militares do norte da China que, até aquele momento, tinham tomado o partido de Yuan Shikai, se declararam independentes do poder central. Yuan Shikai foi obrigado a abandonar o seu projeto de restauração do império. O governo da República Chinesa continuou a existir mais de nome do que de fato, guiado por homens que não souberam conduzir a China rumo à sua definitiva liberação.

A China caiu nas mãos dos potentes “senhores da guerra”, ex-governadores militares do Império que permaneceram nos seus lugares mesmo depois da queda da última dinastia imperial. Tentaram estender o próprio poder político e militar às várias províncias chinesas por meio de seus diferentes exércitos, formados por tropas mercenárias que mantinham vínculos de lealdade com os senhores da guerra. Os combates entre as várias facções dos senhores da guerra foram contínuos e a China permaneceu num estado constante de guerra civil.

Todavia, o governo de Pequim, mesmo não conseguindo exercer efetivamente o poder no território chinês, foi reconhecido pelas potências imperialistas como o único governo legítimo.



Em 1917 foi este governo que, convidado pelas potências ocidentais a intervir na primeira guerra mundial, declarou guerra aos Impérios Centrais: Alemanha, Áustria-Hungria, Turquia e Bulgária. Mesmo dando uma contribuição militar mínima, os representantes do governo de Pequim participaram das negociações de paz ao termino do conflito.

### 1.5.2. O Movimento intelectual de 4 de maio de 1919

A gravíssima situação política na China exigia a busca de novas soluções e foram os jovens intelectuais chineses que se encarregaram desta missão. Na China, os intelectuais tinham sempre desempenhado a função de mediadores entre o povo e as instituições de poder. Agora eles tinham perdido esta função, porque os senhores da guerra dominavam diretamente o povo por meio da ameaça das armas.

Era preciso pensar numa nova China, num novo tipo de cultura, que liberasse o país da exploração interna dos senhores da guerra e da dominação externa dos estrangeiros, por meio de métodos revolucionários.

No verão de 1915 apareceu na China o primeiro número da revista “Juventude Nova”, dirigida por Chen Duxiu<sup>67</sup>, que difundiu o apelo à revolta, chamando os jovens a rejeitar tudo aquilo que fosse velho e tradicional na China. O manifesto de Juventude Nova afirmava a necessidade de uma

[...] juventude que ousasse ser jovem, romper as relações de dependência com tudo aquilo que fosse velho e mofento, que quisesse ser independente e não servil, progressista e não conservadora, agressiva e não condescendente, cosmopolita e não isolacionista, sensível à utilidade e não ao formalismo, à ciência e não à imaginação.<sup>68</sup> (Tradução nossa)

Estes intelectuais queriam romper com tudo o que representasse o velho e criar uma cultura nova que pudesse salvar a China do seu estado de servilismo, de dependência às ordens das potências estrangeiras.

Os jovens intelectuais chineses tinham recebido as idéias positivistas do Ocidente e tentaram fazer uma síntese entre estas idéias e a cultura da Nova China que eles estavam intencionados a construir. Muitos foram estudar na França, na Alemanha, Rússia e Estados Unidos. As várias correntes de pensamento ocidental, do socialismo francês ao pensamento alemão do período romântico e as influências da literatura russa ou americana, condicionaram a formação intelectual destes jovens. Eles buscavam valores ocidentais que

<sup>67</sup> Chen Duxiu foi o fundador desta primeira revista. Depois de concluir brilhantemente os estudos da cultura clássica chinesa, decidiu abandonar a carreira literária e ingressar em uma escola francesa de arquitetura naval. Mas a técnica ocidental não lhe pareceu suficiente para mudar a China. Uniu-se, então, à luta pela proclamação da República Chinesa em 1911 e, em seguida, tornou-se um dos líderes do movimento.

<sup>68</sup> CHEN DUXIU apud COLLOTTI PISCHEL, op. cit., p. 126.

pudessem ser úteis à salvação da China rejeitando tudo aquilo que pudesse servir como instrumento de continuidade da dominação ocidental.

Uma das primeiras batalhas lançadas pelo grupo de intelectuais foi pelo uso, na escrita, da língua falada *pai hua*, ao invés da antiga língua escrita *wen yan* usada somente pelos letrados. Existia, de fato, uma discrepância entre a linguagem escrita dos letrados e a língua usada pelo povo chinês. Mesmo a língua usada nos jornais mais populares resultava incompreensível a todos aqueles que não tivessem seguido uma longa trajetória de estudos literários. Esta batalha representava um avanço em direção a uma maior igualdade entre todos os membros das várias classes da sociedade chinesa.

Um outro objetivo pelo qual os jovens lutaram foi pela liberdade de escolha no casamento. Eles queriam eliminar o sistema do casamento arranjado pelas famílias e isto representou um ataque direto ao confucionismo que baseava o seu sistema principalmente na família tradicional.

No primeiro período as discussões dos intelectuais se voltaram também para o possível lugar e a função social da religião na Nova China. Influenciados pelas idéias positivistas européias, muitos se declararam contrários à religião, chegando a propor a proibição aos jovens que professassem alguma fé religiosa de participar do movimento. Chen Duxiu, um dos fundadores do futuro Partido Comunista escreveu naquele período:

O povo chinês é contra o cristianismo por várias razões. Os missionários atacam o culto dos antepassados. Entre os cristãos existem pessoas demais que vivem bem, isto é, que abraçam a religião para viver melhor. Os intelectuais os desprezam. O comportamento dos governos estrangeiros provoca o ódio dos patriotas.<sup>69</sup> (Tradução nossa)

Esta posição foi confirmada por Cai Yuanpei, que se tornará reitor da Universidade de Pequim, que lutou não somente contra o cristianismo, que era a religião dos estrangeiros, mas também contra a ética confuciana, sistema cultural da tradição chinesa.

As discussões dos intelectuais se voltavam sempre mais para a busca de soluções concretas aos problemas sociais e econômicos da China.

Neste sentido, contribuição fundamental para o futuro político da China foi dada por Li Dazhao, considerado o pai do marxismo na China. Nascido em uma família abastada de camponeses ficou órfão ainda pequeno e foi com a ajuda dos avós que conseguiu estudar e se formar em direito e economia. Foi ele quem introduziu na China o pensamento marxista, entendido como método de investigação científica e instrumento de elaboração estratégica. Um dos seus discípulos mais fiéis foi Mao Zedong, que de Li Dazhao recebeu os fundamentos do seu pensamento revolucionário.

A partir da contribuição de Li Dazhao, os intelectuais chineses perceberam a importância não somente de mudar a maneira de pensar, mas agir concretamente no interesse da própria pátria.

---

<sup>69</sup> CHEN DUXIU apud LAURENTIN, op. cit., p. 161.

A Universidade de Pequim se tornou a base deste movimento cultural de renovação quando um dos intelectuais integrantes do movimento, Cai Yuanpei, foi eleito reitor da Universidade. Ele logo convidou os integrantes do movimento para serem os diretores ou docentes das Faculdades de Letras, Filosofia e Direito.

Em seguida, em todo o país se multiplicaram as associações juvenis e estudantis que transformaram o movimento cultural, surgido em Pequim, em um movimento nacional que expressasse os interesses de todos os chineses. Possuíam unidade de objetivos e de ação, fator que fez com que o regime dos senhores da guerra começasse a sofrer abalos.

Um dos acontecimentos mais importantes na definição da ideologia predominante deste movimento foi a Revolução Russa de Outubro de 1917. O país vizinho havia conseguido, por meio da revolução, derrotar o imperialismo e colocar as bases para a construção de um Estado novo. Aos olhos de jovens revolucionários como Li Dazhao, este Estado novo podia se transformar em um futuro aliado da China e, mais ainda, a China poderia seguir o seu exemplo. O marxismo se tornou componente central deste movimento intelectual que, apesar de fazer da rejeição do passado o elemento dominante, ainda se mantinha distante do povo, atitude típica dos intelectuais da tradição clássica chinesa.

A primeira luta organizada dos intelectuais chineses, que alguns sinólogos consideram a primeira luta antiimperialista revolucionária na China<sup>70</sup>, foi em maio de 1919, em ocasião do Congresso de Versalhes.<sup>71</sup> Os chineses participaram das negociações de paz sentando-se à mesa ao lado dos vencedores e apresentando o pedido de anulação dos Tratados Desiguais assinados com a Alemanha e a Áustria-Hungria. Todavia, as suas reivindicações não foram atendidas em virtude do fato que o Japão sustentava o direito à sucessão nos domínios alemães. Os representantes chineses não conseguiram fazer valer as próprias razões e os direitos dos alemães foram cedidos ao Japão, por decisão da Conferência de Paz. Quando estas notícias chegaram aos ouvidos dos intelectuais chineses, no dia 4 de maio de 1919, o movimento de protesto explodiu e as manifestações se sucederam sem tréguas em todo o país. Os jovens chineses conseguiram obter o apoio dos comerciantes e dos operários, sobretudo da cidade de Xangai. A amplitude do movimento, que não se deteve nem com a proclamação da lei marcial, assustou o governo de Pequim, que decidiu demitir os diplomatas chineses que participavam da Conferência de Versalhes e declarou que a China não aceitaria a decisão das potências imperialistas. Os intelectuais chineses tinham conseguido convencer o governo de Pequim a retirar a delegação chinesa e rejeitar a cessão ao Japão da província do Shantung, antiga possessão alemã.

A conclusão deste episódio em favor da integridade chinesa levou os intelectuais a reverem o próprio movimento. Antes quase que exclusivamen-

<sup>70</sup> COLLOTTI PISCHEL, op. cit, p. 138.

<sup>71</sup> O congresso de Versalhes se ocupou da assinatura do Tratado de Paz após a conclusão da Primeira Guerra Mundial.

te cultural, o movimento passou a interessar-se pelos aspectos políticos. E foi principalmente a adesão ao pensamento marxista que impulsionou os estudantes a uma análise da realidade chinesa que pudesse mostrar-lhes quais seriam os instrumentos mais apropriados para alcançar a liberação e a independência da China. Os grupos culturais se transformaram em grupos de militantes e, em seguida, nos fundadores de um partido político, o Partido Comunista, que será a primeira experiência de formação de um partido político na história chinesa.

### **1.5.3. O Partido Comunista da China e o Partido Nacionalista (*Guomindang*)**

Em 12 de julho de 1921 foi fundado, em Xangai, o Partido Comunista da China (PCC). Os seus doze fundadores - entre eles estava Mao Zedong - há muito participavam das discussões que buscavam uma solução política para a China.

A opção pelo pensamento marxista proveniente da Europa, como instrumento de análise da sociedade chinesa se deu, certamente, pelas graves condições nas quais se encontravam milhões de pessoas tiradas repentinamente das áreas rurais e jogadas nas indústrias construídas pelos estrangeiros na China. As condições subumanas nas quais eram obrigados a viver homens, mulheres e crianças chinesas lembraram aos intelectuais as similares condições nas quais os operários ingleses viveram nos piores anos da Revolução Industrial. A única diferença era o fato que o proletariado chinês não cresceu gradualmente como aconteceu na Inglaterra. Na China, em menos de 15 anos, milhões de pessoas viram as suas vidas mudadas completamente, passando do domínio do proprietário de terras à exploração pelo proprietário da fábrica onde trabalhavam. Esta exploração desenfreada foi garantida pelas potências estrangeiras, cujas tropas foram mobilizadas até dentro das fábricas. Tal situação, portanto, apresentava as mesmas características que os jovens intelectuais chineses encontraram nas sociedades européias descritas por Marx e Engels. Os marxistas chineses identificaram na porção de povo, que eram os operários, a força revolucionária da qual precisavam para mudar a situação política chinesa.

Mas precisariam despertar na população chinesa o pensamento revolucionário, desempenhar uma função pedagógica para ensinar o povo a pensar de maneira revolucionária.

Nesta fase, o marxismo ainda era visto de forma predominantemente urbana e operária. Somente muitos anos depois é que surgirá e se desenvolverá a interpretação ruralizante do marxismo, feita por Mao Zedong.

No entanto, Sun Yat-sen, que não havia abandonado a vida política, tentou revitalizar o grupo político por ele fundado, *Tongmenghui*, que tinha se transformado em *Guomindang* (Partido Nacionalista). Ele tentou se apoiar politicamente em alguns senhores da guerra, convencido da necessidade de ter à disposição um exército para alcançar os seus objetivos políticos.

Todavia, decepcionou-se repetidas vezes com eles e por isso, persuadido que não podia mais confiar nos senhores da guerra, decidiu pedir à União Soviética a ajuda necessária para desenvolver a sua atividade política.

Organizando um novo governo em Cantão, ele se aproximou dos comunistas em busca de uma aliança política.

Em 1923, Sun Yat-sen teve um encontro com o diplomático soviético Adolf Joffe, durante o qual assinaram um acordo de colaboração entre o governo soviético e o *Guomindang* centrado na renúncia total da União Soviética aos direitos territoriais sobre a China.

O *Guomindang* foi reformulado com a assistência dos conselheiros soviéticos, que afirmaram a necessidade de duas ações básicas: organizar um partido e formar um exército.

A ação política de Sun Yat-sen seguiu, portanto, três caminhos: a aliança com a União Soviética, a unidade de ação com o PCC e a ação em prol dos operários e camponeses.

Neste período nasceu a academia militar de Whampoa<sup>72</sup>, cuja direção foi confiada a Chiang Kai-shek conhecido na China com o nome de *Jiang Jieshi*. Nesta academia se formaram nacionalistas e comunistas com o objetivo de constituir forças militares que derrotassem o domínio dos senhores da guerra.

Em 1925, Sun Yat-sen morreu, em Pequim, enquanto tentava uma última aproximação aos senhores da guerra do norte da China para terminar a guerra civil, tentativa que se revelou mais uma vez infrutuosa. Chiang Kai-shek ocupou o lugar deixado por Sun no governo de Cantão.

No *Guomindang* começaram a se delinear duas correntes, a direita mais conservadora, convencida da incompatibilidade do marxismo com os três princípios do povo formulados por Sun Yat-sen, e uma corrente mais progressista, de esquerda, que apoiava os comunistas nas revoltas e nas lutas sindicais a favor dos operários que, naqueles anos, explodiram na cidade de Xangai e na colônia inglesa de Hong Kong. Graças a estas lutas, muitos progressistas de esquerda se uniram às fileiras dos militantes do PCC.

Em 1927, Chiang Kai-shek organizou uma expedição em direção às províncias do Norte com o objetivo de derrotar os senhores da guerra e unificar a China. Depois de conseguir a vitória, ele, que pertencia à ala direita do *Guomindang*, tomou a decisão de romper a aliança com os comunistas, expulsando-os de todos os cargos diretivos e rompendo as relações diplomáticas com a União Soviética.

#### **1.5.4. Bento XV e a revisão da posição da Igreja Católica na China**

Enquanto a Santa Sé acompanhava estas profundas mudanças políticas no cenário chinês, no seu meio acontecia uma intensa reflexão sobre a necessi-

---

<sup>72</sup> O nome oficial era Academia Oficial Militar do Partido Nacionalista da China, conhecida como Academia de Whampoa, cidade onde ela foi fundada, em 1924.

dade de uma nova atitude em relação à China. Para isso, foram muito úteis as contribuições aportadas por dois missionários lazaristas, Vicente Lebbe e Antonio Cotta. Tendo uma longa experiência na China e uma visão mais livre de preconceitos, eles apoiaram desde o início os movimentos patrióticos chineses e não pouparam esforços para transmitir esta visão à Santa Sé.

A eleição de Bento XV marcou uma virada na história da Igreja Católica em âmbito internacional e, sobretudo, em relação ao problema das relações com a China. Foi o primeiro papa a pensar na possibilidade de enviar um núncio à China depois da tentativa falida de Leão XIII, idéia que suscitou logo objeções de várias naturezas, principalmente com a França que, em 1904, havia rompido as relações diplomáticas com a Santa Sé.

Em 1905, pelo sempre mais difundido anticlericalismo, foi aprovada na França a lei de separação entre Estado e Igreja. Quando, porém, a Santa Sé procurou relações diretas com a China, os franceses a acusaram de querer privar a França do seu direito ao protetorado dos cristãos no Extremo Oriente como vingança pela ruptura das relações diplomáticas franco-vaticanas.<sup>73</sup>

A França lutou com todas as suas forças contra as tentativas vaticanas e chinesas de enlaçar relações diplomáticas diretas. As respectivas nomeações por parte chinesa de um ministro chinês junto à Santa Sé, em 1918, e por parte da Santa Sé de um núncio a Pequim no mesmo ano foram tão contrastadas pela França que as duas partes foram obrigadas a renunciar ao estabelecimento de relações diplomáticas diretas. O motivo de tal contraste foi a preocupação francesa de manter sob os seus exclusivos cuidados o protetorado às missões cristãs, que legitimava a sua presença na China.

Não obstante estas dificuldades, os missionários lazaristas Lebbe e Cotta continuaram a referir ao papa a necessidade de dar espaço a uma igreja autóctone chinesa, o que testemunharia que o cristianismo não era como tantos chineses pensavam, uma religião ocidental ou, pior ainda francesa, mas uma religião universal. Todavia, o principal obstáculo que se apresentava à evangelização não era a França, mas a rejeição das várias congregações religiosas estrangeiras de criar um clero chinês.

Bento XV tomou, então, duas decisões importantes. A primeira foi a de enviar Mons. De Guébriant, da Sociedade das Missões Estrangeiras, como visitador apostólico em todas as províncias chinesas. Esta visita foi considerada importante porque, além de visitar as missões mais importantes da China, ele pediu aos católicos chineses de preencher questionários para expressar suas opiniões sobre as questões da missão da Igreja Católica na China. Isso lhe permitiu a redação de um relatório que entregou ao Papa, no qual, entre outras coisas, sugeriu o envio de um delegado apostólico para cuidar de assuntos internos.<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> GIOVAGNOLI, Agostino. *Rapporti Diplomatici fra Santa Sede e Cina*. In: GIOVAGNOLI, Agostino (a cura di). *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma: Edizioni Studium, 1999, p. 41.

<sup>74</sup> LEUNG, op. cit., p. 43.



A segunda iniciativa de Bento XV foi a publicação, em 30 de novembro de 1919, da Carta Apostólica *Maximum illud*, que, colocou as bases para a constituição da Igreja Católica chinesa. A análise do documento nos leva a pensar que ao escrever esta Carta, o Papa Bento XV, mesmo se referindo às missões do mundo inteiro, se dirigia particularmente aos responsáveis das missões na China e aos missionários estrangeiros que ali trabalhavam, já que a conjuntura histórica colocava a China como uma das principais preocupações do momento.

O nacionalismo exasperado das diversas congregações religiosas colocava em perigo o trabalho missionário, justamente no período em que a China estava lutando pela própria independência, com a proclamação da República Chinesa. Levando em consideração as denúncias apresentadas à Santa Sé pelos missionários lazaristas Lebbe e Cotta, o Papa escreveu um documento inovador que apresentou, talvez pela primeira vez, uma nova atitude da Igreja Católica.

No documento se denuncia abertamente a humilhação a que eram submetidos os poucos padres chineses, os seminaristas e os fiéis chineses por parte dos missionários estrangeiros. O missionário Vincent Lebbe tinha, de fato, denunciado o racismo praticado pelos padres missionários. Ele revelou que os missionários estrangeiros obrigavam os fiéis chineses a ficar de joelhos na frente deles. Ninguém podia sentar. Além do mais, os seminaristas chineses recebiam uma preparação superficial para que eles ficassem em uma posição inferior, sendo reservadas a eles somente funções subalternas, impedindo que ocupassem cargos relevantes na Igreja Católica.<sup>75</sup>

Na *Maximum illud* lemos que:

Não está entre as finalidades da formação do clero indígena ajudar unicamente os missionários estrangeiros desempenhando funções de menor importância. Seu objetivo, ao contrário, é formá-los de maneira que possam um dia assumir dignamente o governo do seu povo e exercitar nele o divino ministério.<sup>76</sup> (Tradução nossa)

E a propósito da falta de clero autóctone:

Por isso é lamentável que, mesmo depois de tanta insistência por parte dos Pontífices, existam regiões nas quais, tendo introduzido há muitos séculos a fé católica, não se encontra um clero indígena bem formado....Este é o sinal evidente que em educar o clero destinado às missões até agora foi seguido um método bastante defeituoso e insuficiente.<sup>77</sup> (Tradução nossa)

---

<sup>75</sup> SANTINI, Alceste. *Cina e Vaticano: dallo scontro al dialogo*. Roma: Editori Riuniti, 2003, p. 75

<sup>76</sup> BENTO XV. *Maximum illud. Carta Apostólica sobre la propagación de la fé em el mundo entiero, 30 de noviembre de 1919*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xv/apost\\_letters/documents/hf\\_ben-xv\\_apl\\_19191130\\_maximum%20illud\\_sp.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xv/apost_letters/documents/hf_ben-xv_apl_19191130_maximum%20illud_sp.html). Acesso em: 10 out. 2004.

<sup>77</sup> Ibid



O Papa Bento XV não deixa de denunciar o espírito europeísta ainda dominante nas missões:

Seria deplorável se existissem ainda missionários que, esquecendo da dignidade do seu ministério, pensassem mais à sua pátria terrestre que àquela celeste; e dirigissem os seus esforços em dilatar a influência e exaltação da sua própria pátria. Esta seria a mais infecciosa praga para a vida de um apóstolo que além de paralisar no missionário os nervos mesmo da caridade, colocaria em perigo aos olhos dos evangelizados sua própria reputação, já que os homens por incultos e degradados que sejam, entendem muito bem o que significa e o que pretende deles o missionário, e discernem com sagaz olfato se busca outra coisa além de seu próprio bem espiritual. Imediatamente seu trabalho se tornará suspeito à população; que facilmente será induzida a acreditar que a religião cristã não seja outra coisa que a religião de uma dada nação, abraçando a qual renunciaria a seus direitos nacionais para submeter-se a tutelas estrangeiras. E realmente Nos dão grande tristeza certos rumores e comentários que apareceram há alguns anos em periódicos de Missões nos quais, mesmo se no zelo de estender o Reino de Deus, aparece evidente o desejo de ampliar a influência do próprio país.<sup>78</sup> (Tradução nossa)

Pouco depois da publicação da *Maximum illud*, Bento XV morreu, deixando ao seu sucessor, o Papa Pio XI, a tarefa de colocar em prática as diretrizes deste documento inovador para o tempo no qual foi escrito.

### 1.5.5. Primeiros passos no estabelecimento da hierarquia eclesiástica chinesa

Pio XI, seis meses depois de sua eleição, nomeou como delegado apostólico na China Mons. Celso Costantini. Ele foi reconhecido pelas duas partes, o Vaticano e a China, como o homem que conseguiu, depois de Matteo Ricci, realizar a inculturação do cristianismo respeitando plenamente a cultura chinesa.<sup>79</sup>

Logo que Mons. Costantini chegou em Pequim, realizou um gesto simbólico que demonstrou a sua intenção de mudar a prática missionária adotada pela maioria dos missionários. Decidiu não morar junto às representações estrangeiras, mas estabelecer a sua residência fora de Pequim. Esta decisão provocou o descontentamento dos representantes diplomáticos que residiam em Pequim. De outro lado, despertou o interesse daqueles que, mesmo olhando com interesse o cristianismo, duvidavam da sua natureza universal. Mons. Costantini pôde perceber que a Igreja Católica na China

<sup>78</sup> BENTO XV. *Maximum illud. Carta Apostólica sobre la propagación de la fé em el mundo entiero, 30 de noviembre de 1919*, op. cit.

<sup>79</sup> Inculturação significa distinção entre fé cristã e culturas específicas uma vez que foi percebido que junto com a fé cristã era imposta uma cultura específica ocidental. Assim, os processos de evangelização movidos pela inculturação procuram associar a fé à cultura local chinesa, depois de dissociá-la da cultura específica do missionário europeu.



era uma minoria, dirigida somente por missionários estrangeiros. Percebeu também as diversas tendências que havia entre os missionários. De um lado, muitos ainda queriam continuar a empregar os mesmos métodos usados há séculos, preferindo se apoiar na proteção das potências estrangeiras. De outro, se fortalecia a crítica sempre mais incisiva de missionários como Lebbe e Cotta, que insistiam na aplicação das diretrizes de Bento XV, apoiando os movimentos patrióticos que estavam crescendo na China.

Uma dentre as várias iniciativas de Mons. Costantini foi a convocação de um Concílio Plenário Chinês, em 1924, na cidade de Xangai. Por meio deste Concílio, que foi o primeiro da Igreja Católica na China, o novo delegado apostólico convidou todos a trabalhar pelo incremento da autoctonia da igreja local. As decisões tomadas a partir deste Concílio refletiram este objetivo. Houve a fundação de quatorze seminários maiores para a formação do clero chinês e foi decidido que seria usada a língua chinesa nos livros de orações, para permitir aos cristãos chineses de entender o que estavam lendo.

Logo em seguida, em 1926, o Papa Pio XI, com o intuito de constituir as bases da Igreja Católica chinesa, consagrou 6 bispos chineses. No mesmo ano, por meio da Carta Apostólica *Ab ipsius*, enviada a todos os superiores das missões chinesas, Pio XI manifestou a posição da Igreja Católica em relação às potências ocidentais na China. De fato, na sociedade chinesa se difundia sempre mais a idéia que a Igreja Católica fosse estritamente ligada ao poder político das potências estrangeiras, que resistiam às novidades que Mons. Costantini queria aportar ao mundo das missões. O Papa esclareceu que o papel da Igreja Católica era puramente religioso e a consagração dos 6 bispos chineses reforçou a posição dos que queriam que o cristianismo se tornasse patrimônio da cultura e do povo chinês, e fosse entendido como religião universal, não confinado aos países ocidentais.

Para promover uma maior inculturação do cristianismo, Mons. Costantini, apoiado pelos missionários Lebbe e Cotta, promoveu a criação de ordens missionárias chinesas e convidou a vir à China para que fundassem as suas casas em território chinês, institutos missionários estrangeiros que fossem mais dóceis às novas diretrizes da evangelização inculturada. Estas iniciativas foram apoiadas pelos católicos chineses e pelos missionários, mas receberam numerosas críticas daqueles que perceberam que a nova idéia de evangelização inculturada promoveria o enfraquecimento político dos protetorados ocidentais.

A situação política chinesa representava um desafio para o delegado apostólico, que manifestou desde o início simpatia por Sun Yat-sen, cujo pensamento político lhe parecia conciliável com a moral social cristã. Com efeito, quando o governo chinês impôs a obrigação do ensinamento nas escolas dos Três Princípios de Sun Yat-sen e tentou eliminar o ensinamento da religião em todas elas, Mons. Costantini encarregou um missionário de traduzir e comentar estes três princípios buscando uma possível conjugação entre eles e a Doutrina da Igreja Católica e conseguiu, por meio do empenho de muitos católicos chineses, que a religião cristã pudesse ser ensinada nas escolas católicas fora do horário oficial. Era claro para ele que a Igreja

Católica deveria demonstrar com os fatos que o seu interesse era unicamente pelo bem da China.

Todavia, compreender profundamente a complexidade da situação política que estava se preparando na China representava um complicado desafio para a Igreja Católica, que mesmo tendo a intenção de servir ao povo chinês, não conseguia se liberar de uma visão estritamente ocidental que a mantinha ligada a esquemas europeus centralizadores.

Não obstante isso, não se pode negar que os missionários católicos tenham desenvolvido na China dos séc. XVII a XIX, obras que ajudaram os chineses a despertar a consciência da própria dignidade humana, auxiliando-os na luta contra o poder dos senhores da guerra que tentavam manter na China um *modus vivendi* típico do feudalismo da idade média ocidental. Basta pensar a algumas das revoltas populares que foram de alguma forma inspiradas aos princípios do cristianismo, como a revolta dos *Taiping*, ou às reformas de Kang Youwei, convicto da contribuição fundamental que o cristianismo tinha dado ao desenvolvimento do Ocidente, assim como Sun Yat-sen que, educado por missionários protestantes, decidiu fazer-se cristão antes de começar a sua vida política.

Numerosas foram as escolas e colégios cristãos fundados pelos missionários, cujos ensinamentos eram ministrados a jovens e crianças sem distinção de sexo, fato este que contribuiu muito à emancipação da mulher do estado de submissão e escravidão no qual viveu por séculos. As mulheres cristãs puderam finalmente participar das funções religiosas junto com os homens.<sup>80</sup>

No contexto da guerra civil que estava se delineando entre o Partido Nacionalista e o Partido Comunista, a Igreja Católica na China manifestou divisões internas que a levaram a tomar posições ora progressistas em relação aos movimentos patrióticos, ora conservadoras colocando-se ao lado dos representantes do *Guomindang*.

O grupo progressista liderado pelo Pe. Vicent Lebbe - que sempre fez questão de demonstrar que a mensagem evangélica do cristianismo o levava a combater ao lado do povo para uma liberação definitiva da China - lutou pela aplicação de uma legislação que abolisse os privilégios do clero em relação ao patrimônio, já que uma parte do clero e dos bispos católicos era identificada com os latifundiários.<sup>81</sup>

Ele manifestou simpatia pelos jovens chineses comunistas já desde os anos de 1920-27 quando estes iam estudar o marxismo-leninismo em Paris. Lebbe, que naquele período prestava assistência aos chineses do além-mar, em várias ocasiões ajudou financeiramente os jovens comunistas quando o governo chinês interrompia o pagamento de suas bolsas de estudo. Entre estes

<sup>80</sup> CARLETTI, op. cit., p. 118-119.

<sup>81</sup> TERRAR, Toby. *Catholic Mission History and the 500th Anniversary of Christopher Columbus's Arrival: a time of Mourning and for Celebrating*. Disponível em: <http://muweb.millersville.edu/~columbus/data/art/TERRAR01.ART>. Acesso em : 5 dez. 2005.

jovens encontravam-se também os futuros líderes do Partido Comunista da China como Zhou Enlai e outros.

Esta ajuda foi retribuída pelos comunistas em ocasião de uma ocupação no norte da China. Em 1933, Lebbe se encontrava na província do Hubei quando os comunistas decidiram tomar a região onde estava localizada uma comunidade religiosa. Todavia, um dos membros do PCC opôs-se a esta decisão lembrando aos outros membros que a casa religiosa que eles queriam ocupar pertencia à congregação dos Pequenos Irmãos de São João Batista, congregação chinesa fundada por Vincent Lebbe.

Durante a invasão japonesa, Pe. Lebbe decidiu mudar a sua nacionalidade tornando-se chinês, decisão esta que mostrava o seu desejo de compartilhar com os chineses os sofrimentos e as dificuldades que se prospectavam. Ele, com o seu grupo de padres, seminaristas e cristãos chineses, organizou um grupo de assistência sanitária que não tinha somente como objetivo assistir os feridos nas trincheiras, mas, também, passar pelos povoados para mobilizar os civis locais para auxiliar a armada chinesa que estava no combate. Durante esta atividade, ele teve a ocasião de conhecer Zhu De comandante da 115ª e 120ª armada comunista.

Um fato significativo de cooperação entre este grupo de católicos e os comunistas foi a doação de Zhu De a Pe. Lebbe de 100 \$ para que ele rezasse uma Missa para os soldados defuntos. Junto com Zhu De, também outros membros do Comitê Comunista participaram da Missa. Pe. Lebbe percebia que a gentileza e a promessa de ajuda por parte de Zhu De era expressão da educação típica dos chineses, mas, mesmo assim, ele esperava que tal cooperação pudesse continuar.<sup>82</sup>

Naquele tempo, de fato, existia ainda liberdade religiosa e nenhuma restrição era imposta aos cristãos. O relato de alguns missionários do período pré-1949 nos ilustra tal comportamento por parte dos grupos comunistas:

Chegaram os comunistas progressivamente em todas as cidades, acolhidos triunfalmente entre estouros de petardos, sons e canções, especialmente pelos estudantes, seguidos pelo povo arrastado pelo seu entusiasmo. E por todo lado, não saquearam, não mataram, não incomodaram ninguém, rejeitaram dinheiro e tabaco mas confraternizavam com o povo, disseram coisas magníficas, pregando a igualdade, o amor fraterno, a liberdade de religião. Melhores que os nacionalistas!<sup>83</sup> (Tradução nossa)

Pe. Lebbe foi muito criticado pelos bispos e missionários estrangeiros por seu envolvimento considerado “exagerado” e “inoportuno” na política interna da China e, certamente, por ter apoiado os comunistas que estavam conquistando sempre mais poder e que eram considerados, segundo a posição oficial da Igreja, inimigos do cristianismo. Quando ele morreu, em 1940, foi

<sup>82</sup> LEUNG, op. cit., p. 74-75.

<sup>83</sup> Cf. LACCHIO, Petrônio M. *Il dramma giallo: la chiesa perseguitata*. Bolonha: Ed. A.B.E.S., 1953. Disponível em: [http://www.mascellaro.info/abes/idg\\_03.php#due](http://www.mascellaro.info/abes/idg_03.php#due). Acesso em: 2 jun. 2005.

venerado na China como herói nacional por ter escolhido de combater ao lado do povo chinês.

### 1.5.6. A guerra civil na China e a vitória do Partido Comunista da China

Depois da vitória sobre os senhores da guerra do norte da China, em 1927, Chiang Kai-shek apresentou-se como o unificador da China. O seu governo foi reconhecido oficialmente pelas potências estrangeiras, mas, na realidade, era uma unificação apenas aparente porque muitos dos senhores da guerra, que haviam reconhecido formalmente o governo de Chiang Kai-shek, continuaram a se considerar independentes do governo central. Além disso, os comunistas, que tinham sido expulsos do governo oficial do país, fundaram, em 1931, na província do Kiangsi uma república de modelo soviético.

A proclamação desta república foi o resultado de uma longa discussão no interior do Partido Comunista da China. A linha política até então seguida, isto é, aquela da aliança com o *Guomindang*, não era compartilhada por todos os integrantes do PCC. O principal defensor da política de aliança foi Chen Duxiu, mas, ao final das discussões, prevaleceu a linha de pensamento de Mao Zedong, que era a favor de uma ruptura com o Partido Nacionalista, cujos membros, especialmente da ala conservadora, defendiam os interesses dos proprietários de terras e não aceitavam apoiar incondicionalmente os camponeses. Para defender a sua tese, Mao apresentou um relatório conclusivo sobre a sua experiência entre os camponeses da província de Hunan, sua região de origem. Ele tinha voltado ao Hunan em 1924, quando ficou doente, e teve ocasião de conviver com o mundo rural e perceber a importância dos camponeses como fator fundamental para o sucesso da revolução na China. Mao Zedong criou e dirigiu uma escola de formação de militantes entre os próprios camponeses. Além disso, ajudou a formar associações de camponeses que pudessem ajudar o exército revolucionário. No relatório apresentado ele afirmava a necessidade do PCC fazer uma opção a favor ou contra as revoltas dos camponeses.<sup>84</sup>

A tese de Mao prevaleceu sobre a de Chen Duxiu que foi demitido do cargo de secretário do partido e expulso do PCC em 1929.

Mao Zedong, com a colaboração de Zhu De, considerado o fundador da Armada Vermelha, o futuro exército comunista, organizou a República Soviética Chinesa na província de Kiangsi. Entretanto, esta república teve vida breve porque o cerco dos nacionalistas do *Guomindang* ameaçou o grupo comunista.

Foi por esta razão que Mao Zedong - que tinha sido nomeado secretário-geral do PCC - decidiu realizar uma ação que será considerada heróica: a Longa Marcha sobre a China ou seja, sair do Kiangsi, no sul da China, para

<sup>84</sup> MAO ZEDONG apud COLLOTTI PISCHEL, op. cit. p. 209.

fugir dos nacionalistas e procurar uma outra região onde organizar uma nova sede para o PCC. A Longa Marcha começou em novembro de 1934 e se concluiu na província do Shaanxi, no norte, em outubro de 1935. Cerca de cem mil homens viajaram atravessando regiões difíceis, impérvias, enfrentando ataques dos próprios compatriotas do *Guomindang* que, seguindo as ordens de Chiang Kai-shek, optaram por lutar contra os comunistas chineses ao invés que lutarem contra uma nova ameaça estrangeira que estava se perfilando no cenário chinês: a dos japoneses.

Depois de percorrer cerca de 8.000 quilômetros, os cem mil homens tinham se tornado trinta e cinco mil. Na cidade de Yenan, os comunistas liderados por Mao Zedong constituíram o centro deliberativo das forças comunistas.

A nova ameaça estrangeira era representada pelos japoneses que escolheram a Manchúria, no extremo norte da China, como primeiro alvo dos seus objetivos hegemônicos sobre a China.

A região possuía imensas riquezas agrícolas e minerais. Os japoneses conseguiram derrotar o senhor da guerra que dominava esta região e, em 1932, proclamaram a independência da região constituindo o Estado do Manzhouguo. O ex-imperador Puyi, foi convidado a liderar este novo Estado, com o cargo de Regente. Contudo, o Manzhouguo foi sempre manobrado pelos japoneses, que usaram a figura do último imperador Puyi para legitimar de alguma forma a sua presença no território chinês, e para tentar mascarar os interesses econômicos e hegemônicos que o Japão nutria sobre a China.

Frente à invasão japonesa, Mons. Zanini, que havia substituído Mons. Costantini como novo delegado apostólico na China, convidou todos os missionários e os católicos chineses a assumir uma atitude puramente espiritual e manter-se fora do conflito político, sem se deixar levar por nenhuma das partes.<sup>85</sup>

Em um momento em que até os chineses divididos entre nacionalistas e comunistas tentavam esquecer as próprias divergências para se unir contra os japoneses, o convite à neutralidade feito pelo representante da Igreja Católica foi mal recebido, sendo interpretado como falta de apoio e desinteresse pelo destino da China na sua tentativa de conseguir ser um país livre e soberano.

Uma nova questão que surgiu como conseqüência do estabelecimento do Estado fantoche do Manzhouguo foi a retomada da discussão da Questão dos Ritos confucianos, cuja proibição, por parte da Igreja Católica, remontava ao séc. XVIII.

Os japoneses tornaram obrigatório, no novo Estado, a participação de todos às cerimônias em honra de Confúcio, incluindo os missionários estrangeiros e os católicos chineses.

---

<sup>85</sup> CHARBONNIER, Jean. Vaticano e Cina dal 1932 al 1952. In: GIOVAGNOLI, Agostino (a cura di). *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma, Edizioni Studium, 1999, p. 262.

Os responsáveis das Missões escreveram para a Propaganda Fide expondo a difícil situação em que se encontrava novamente a Igreja Católica na China.

Depois de ter estudado a situação e questionado os bispos chineses a respeito, Propaganda Fide pediu uma declaração do Ministério do Exterior chinês afirmando que os ritos eram cerimônias cívicas que não diziam respeito ao aspecto religioso. Obtida esta declaração, no dia 8 de dezembro de 1939, Propaganda Fide emitiu o decreto *Plane compertum* que suprimia a Bula papal de 1742 e estendia a toda a China a permissão de participar dos ritos confucianos.

Muitos questionaram a decisão da Santa Sé de dar esta permissão aos japoneses, inimigos da China, já que havia sido negada tal permissão ao então imperador Kangxi, que havia demonstrado o máximo apoio à difusão do cristianismo na China. Certamente a diferente situação histórica e um amadurecimento por parte da Igreja Católica explica a posição mais tolerante por parte da Santa Sé, mas isto não impediu de pensar que tal atitude tolerante foi adotada em momento pouco apropriado, por favorecer o Japão.

Para os comunistas chineses, a Santa Sé teria de fato apoiado o Estado ilegítimo criado pelos japoneses no norte da China, e não apenas permitido os ritos aos ancestrais.<sup>86</sup>

Todavia, a Santa Sé sempre declarou que nunca reconheceu nem a legitimidade do Manzhouguo nem a legitimidade do poder japonês.<sup>87</sup>

Tal afirmação encontra-se em um documento escrito por um dos protagonistas destes acontecimentos, Mons. Charles Lemaire, da Sociedade das Missões Estrangeiras de Paris, nomeado, naquele período, bispo auxiliar do vigário apostólico da Manchúria, Mons. Auguste Gaspais.

Mons. Lemaire afirmou que a Santa Sé decidiu nomear o vigário apostólico Auguste Gaspais “representante da Santa Sé e das missões católicas do Manzhouguo” somente para defender a liberdade de culto e conservar os bens pertencentes à missão católica. Segundo o relato de Lemaire, foram os japoneses que em todas as cerimônias oficiais e recepções públicas fizeram questão de reservar a este bispo as honras de um enviado diplomático, fazendo crer que o Vaticano tinha dado o seu reconhecimento oficial.<sup>88</sup> De fato, as fotos do representante vaticano, participando das recepções oficiais do governo do Manzhouguo, foram usadas por décadas pela propaganda chinesa antiimperialista contra o Vaticano.

No entanto, Chiang Kai-shek, obcecado pelo ódio aos comunistas, que considerava como o inimigo número um, optou por continuar a guerra civil, até que, em 1937, pressionado pelo próprio *Guomindang*, no qual a linha da-

<sup>86</sup> VALENTE, Gianni. Vaticano e Manchukuo: non servono i mea culpa. *30giorni*. Ottobre 2005. Disponível em: <http://www.30giorni.it/it/articolo.asp?id=9484>. Acesso em: 28 nov. 2005.

<sup>87</sup> O Estado do Manzhouguo foi reconhecido oficialmente somente pelo Japão, Itália e Alemanha. As grandes potências ocidentais que faziam parte da Sociedade das Nações não aceitaram enlaçar relações diplomáticas com o Manzhouguo, afirmando que a região da Manchúria permanecia parte integrante da China.

<sup>88</sup> CHARBONNIER, op. cit. p. 265-266.

queles que consideravam os japoneses o principal perigo para a China estava prevalecendo, aceitou fazer um acordo com os comunistas para lutar juntos contra o Japão. O Partido Nacionalista reconheceu a Armada Vermelha, o exército comunista surgido em 1927, como parte integrante do exército chinês. Todavia, concretamente, os dois exércitos agiram autonomamente em frentes separadas.

Os japoneses conseguiram avançar no território chinês, ocupando as mais importantes capitais: Pequim, Tianjin, Nanquim, Xangai e Cantão. Os nacionalistas de Chiang Kai-shek se refugiaram na cidade de Chungking. Quando os japoneses atacaram Pearl Harbor, em 1941, a China entrou na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados, e contra o Japão. O governo dos nacionalistas de Chiang Kai-shek foi reconhecido pelos aliados como governo oficial chinês, recebendo ajuda maciça americana, que lhe permitiu resistir contra os ataques japoneses.

Chiang Kai-shek, chefe do governo oficial da China participou da Conferência do Cairo, que se realizou de 22 a 26 de novembro de 1943 e que decidiu os destinos da China em vista de uma provável derrota japonesa. Participaram da Conferência, com Chiang Kai-shek, o presidente americano, Franklin Roosevelt e o primeiro ministro do Reino Unido, Winston Churchill. A Declaração da Conferência estabelecia que o Japão deveria devolver à China as regiões que tinham sido ocupadas pelos japoneses como a Manchúria, a ilha de Taiwan e as ilhas Pescadoras, enquanto que a Coreia se tornaria um país independente.

Em 1944, França, Reino Unido e Estados Unidos renunciaram aos territórios ocupados no período dos Tratados Desiguais, seguidos imediatamente pela Itália e Alemanha.

Enquanto isso, os comunistas, atuando estratégias da guerrilha, conseguiram conquistar mais território e, em algumas regiões, derrotaram os japoneses.

Depois da explosão das bombas atômicas, o Japão foi definitivamente derrotado pelos Estados Unidos, e, na China permaneceu em algumas regiões, mas sob o controle do Partido Nacionalista.

Terminava assim o longo período de dominação estrangeira. Mas a paz para o povo chinês ainda estava longe de ser alcançada.

O governo nacionalista retomou as relações com a União Soviética, que apoiou o governo de Chiang Kai-shek, duvidando da possibilidade de um futuro sucesso do regime comunista na China.

Entretanto, a situação no Partido Nacionalista se complicou. O *Guomindang* estava dividido e, fora do partido, os nacionalistas não podiam contar com o apoio do povo chinês que, durante a guerra sino-japonesa, havia testemunhado a opção de Chiang Kai-shek de combater os comunistas chineses, ao invés de poupar as forças para lutar contra os japoneses.

Após a conclusão do conflito sino-japonês, Chiang Kai-shek ordenou aos japoneses que, enquanto esperassem a chegada das tropas nacionalistas, mantivessem suas posições nas regiões ocupadas, combatendo qualquer exército irregular que ousasse caçá-los. O exército nacionalista estava es-

palhado pelo país e devia retomar os territórios substituindo gradualmente as tropas soviéticas, americanas e japonesas. Além disso, o *Guomindang* era mal visto pelos chineses também pela corrupção que se difundira em todo o partido, entre as autoridades, os generais e até entre os soldados que, ao invés de protegerem a população, eram muitas vezes os protagonistas de violências e saques.

Ao contrário deles, mesmos se inferiores do ponto de vista numérico e militar, os comunistas contavam com a unidade do partido, tinham objetivos claros e um comportamento impecável nas suas relações como o povo chinês desde os primeiros contatos, quando chegavam nas aldeias mais remotas, ajudando os camponeses nos trabalhos agrícolas e realizando já algumas reformas na estrutura fundiária.

Neste contexto de iminente guerra civil, os Estados Unidos decidiram intervir junto ao governo nacionalista e aos comunistas para tentar uma coexistência pacífica entre os dois. Mas as tentativas do general americano Marshall não obtiveram o sucesso esperado. O território chinês acabou sendo dividido entre os comunistas que controlavam as áreas rurais e os nacionalistas que mantinham o controle das cidades.

Os nacionalistas atacaram os comunistas nas regiões mais internas. Para reagir a estes ataques, os comunistas adotaram a estratégia de abandonar as regiões que não tinham condições de defender e, no entanto, preparar ataques quando tinham certeza de vencer. Com esta estratégia, mesmo perdendo territórios, os comunistas conseguiram derrotar um grande número de nacionalistas que, se de um lado ganharam muitos territórios, de outro tiveram inúmeras perdas humanas. Além disso, a Armada Vermelha, que tinha recebido o nome de Exército Popular de Liberação, combatia com o moral altíssimo, enquanto entre os nacionalistas aumentava o número de desertores.

Os comunistas acumulavam vitórias, conquistando regiões estratégicas, como a Manchúria, em 1948, e a cidade de Pequim, em janeiro de 1949. O governo nacionalista tentou negociar com Mao Zedong, mas os interesses das duas partes eram inconciliáveis.

Em abril de 1949, o PCC desferiu a ofensiva final e conquistou as cidades fortalezas do Partido Nacionalista. Chiang Kai-shek refugiou-se com os seus colaboradores em Taiwan onde continuou como Presidente da República da China a se considerar o representante legítimo da inteira nação chinesa.

Mao Zedong proclamou em 1 de outubro de 1949 a República Popular da China, instaurando o regime comunista.

### **1.5.7. A Igreja Católica na China às vésperas da proclamação da República Popular Comunista**

Os anos que precederam a proclamação da República Popular da China foram anos decisivos para o futuro relacionamento com os comunistas. Infelizmente a Igreja Católica não percebeu a importância deste momento.



O estabelecimento de uma hierarquia chinesa que começara com a consagração de seis bispos chineses, em 1926, e que parecia ter se tornado uma realidade em progressivo crescimento não evoluiu como se esperava. As consagrações sucessivas de chineses foram poucas em comparação com as necessidades da igreja local: até 1933 somente mais três bispos chineses foram consagrados.

Em 1939, o Papa Pio XII escolheu pela primeira vez um vigário apostólico de nacionalidade chinesa: Tian Gengxin, que pertencia a uma congregação católica de origem alemã, a Sociedade do Verbo Divino. Em 1946, Tian Gengxin será nomeado Cardeal, o primeiro de nacionalidade chinesa. Apesar da alegria desta nomeação, permanecerá em alguns a dúvida sobre a confiança plena da Santa Sé nos chineses por ter escolhido um candidato que pertencia a uma congregação de origem alemã, que mantinha ligações com o Ocidente. Ao lado de Mons. Tian Gengxin, Mons. Paul Yu Bin, Arcebispo de Nanquim, foi nomeado Cardeal pelo papa Pio XII.

Em 1942, Xie Shoukang foi nomeado pelo governo chinês embaixador junto à Santa Sé. Foi o primeiro a desempenhar tal função. Xie Shoukang nasceu na província de Kiangsi, em 1894. Depois de concluir seus estudos na Universidade de Pequim, estudou também na França e na Bélgica e, certamente foi por conhecer profundamente as duas culturas, a chinesa e a ocidental, é que foi escolhido como embaixador junto à Santa Sé.

Em 1946, o delegado apostólico Mons Zanini foi substituído por Mons. Antonio Riberi, que foi nomeado núncio apostólico, o primeiro na história das relações entre a China e a Santa Sé. Até então tinham sido enviados somente delegados apostólicos, o envio de um núncio significava um progresso nas relações diplomáticas entre a China e a Santa Sé.<sup>89</sup>

Desde a sua chegada na China, Mons. Riberi não escondeu sua oposição ao comunismo. Promoveu a formação de grupos da Legião de Maria que, em pouco tempo, se difundiram por todo o país, com o objetivo de contrastar a propaganda marxista.

Em 1948 existiam na China cerca de 3,2 milhões de católicos em 139 circunscrições eclesiásticas: 20 arquidioceses, 84 dioceses e 35 prefeituras apostólicas. Destas 139 circunscrições, somente 26 eram administradas por chineses. A maior parte das dioceses estava ainda sob o cuidado de missionários estrangeiros que, pertenciam a 26 diferentes congregações missionárias européias e americanas.<sup>90</sup>

No início de 1949, a Santa Sé nomeou como bispos ordinários de dezesseis dioceses chineses, oito bispos chineses e oito estrangeiros. O fato de não ter nomeado somente bispos chineses ou, ao menos, maioria chinesa, resultou contrastante com a vontade manifestada várias vezes pela Santa Sé de ver os chineses protagonistas da Igreja local. Estas nomeações revelavam

<sup>89</sup> O delegado apostólico é acreditado somente junto à igreja local enquanto que o núncio é acreditado junto à igreja local e ao Estado ao qual ele é enviado.

<sup>90</sup> Anuário da Igreja Católica na China apud CHARBONNIER, op. cit., p. 269.

a falta de confiança na preparação do clero chinês e, talvez, o temor de perder o controle sobre uma realidade missionária tão distante.

O atraso no estabelecimento de uma hierarquia eclesiástica que fosse majoritariamente de nacionalidade chinesa alimentou a desconfiança dos chineses em relação à Santa Sé, dificultando as relações com o novo governo, comunista, que tomou posse em 1 de outubro de 1949.

## Capítulo 2

---

# A Igreja Católica e a nova China de Mao Zedong

### 2.1. MAO ZEDONG, LÍDER DA NOVA CHINA (1949-1964)

Em 1949, em ocasião do XXVIII Aniversário do Partido Comunista da China, Mao Zedong, no discurso de comemoração, apresentou as duas ações principais realizadas pelo governo comunista e que resumiam a experiência política adquirida pelo povo chinês até aquele momento:

1. No interior do país, despertar as massas populares. Isso significa unir a classe operária, a classe camponesa, a pequena-burguesia urbana e a burguesia nacional, formar uma frente única nacional sob a direção da classe operária e, partindo daí, avançar até ao estabelecimento dum Estado de ditadura democrática popular, dirigido pela classe operária e baseado na aliança dos operários e camponeses.

2. No exterior, unirmo-nos numa luta comum às nações do mundo que nos tratam em pé de igualdade e com os povos de todos os países. Isto significa aliarmo-nos com a União Soviética, com as Democracias Populares e com o proletariado e as grandes massas populares de todos os países para formar uma frente única internacional.<sup>91</sup>

Os grandes acontecimentos dos vinte e oitos anos de vida do Partido Comunista da China haviam evidenciado, segundo Mao, quem eram os amigos e quem os inimigos, quem estava do lado do comunismo e quem estava do lado do imperialismo, tanto na China quanto fora dela. Esta identificação sempre foi fundamental nas decisões políticas de Mao.

Concluindo o discurso e comemorando a vitória do Partido Comunista em um país tão grande como a China, ele admitia, porém, que

Ainda nos resta muito a fazer. Em comparação com uma viagem, o trabalho já realizado é somente o primeiro passo dado numa longa marcha de dez mil lis. Ainda temos que liquidar os resíduos do inimigo. Temos à nossa frente a séria tarefa da construção econômica. Em breve deixaremos de lado algumas das coisas que conhecemos bem e nos veremos obrigados a ocupar-nos de coisas que não conhecemos bem. Está aqui a dificuldade. Os imperialistas julgam que não seremos capazes de administrar bem a nossa economia. Eles

---

<sup>91</sup> MAO ZEDONG. Sobre a ditadura democrática popular. In: *Obras escolhidas*. Vol. 4. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p. 642.

observam-nos de soslaio, esperando o nosso fracasso. Devemos vencer as dificuldades, devemos aprender o que ignoramos. Não devemos fingir que conhecemos aquilo que na realidade não conhecemos. Não tomemos ares de burocratas... O Partido Comunista da União Soviética é o nosso melhor mestre e devemos aprender com eles. A situação, tanto nacional como internacional, nos é favorável, e é plenamente possível, contando com a arma da ditadura democrática popular, unir toda a gente do país, salvo os reacionários, e chegar com passo firme à nossa meta.<sup>92</sup>

Com esta certeza os comunistas tinham subido ao poder, empenhando-se em concretizar o seu sonho.

Mas como o mesmo Mao tinha previsto, a China, naquele importante momento histórico, precisava de urgentes medidas sociais e econômicas. Os longos anos de guerra civil entremeados com a invasão japonesa tinham deteriorado ainda mais a já grave economia chinesa. A situação política precisava urgentemente de pontos firmes que ajudassem a população a reencontrar confiança no governo chinês, que desde o início da Guerra do Ópio e a conseqüente dominação estrangeira não tinha conseguido garantir ao país uma guia forte e centralizadora. O país precisava de um plano de reconstrução nacional e de uma imediata reforma agrária que saciasse as exigências dos camponeses despertados pelo grito comunista.

Todavia, os primeiros anos depois da proclamação da República Popular da China, foram dedicados, usando a mesmas palavras de Mao, a “limpar a China dos resíduos dos inimigos”, principalmente combatendo os reacionários que não teriam permitido a atuação de uma revolução comunista. O ano de 1951 foi especialmente dedicado ao expurgo dos funcionários corruptos do *Guomindang*, dos bandidos, dos missionários, dos assim chamados inimigos do povo chinês. Nesta caça ao inimigo, Mao envolveu o povo chinês organizando julgamentos nos estádios, nas aldeias, promovendo os desfiles dos inimigos nas ruas onde os verdadeiros “patriotas” deveriam demonstrar a própria fidelidade ao país acusando publicamente e sem escrúpulos todos aqueles que eram considerados inimigos da China.

Mas quais eram os inimigos e quais os amigos da China? Responder a esta pergunta era para Mao o ponto fundamental que garantiria o sucesso da revolução na China. Na sua “Análise das classes da sociedade chinesa” escrita já em março de 1926, Mao reforçava a importância primordial desta questão. Somente uma análise geral das condições econômicas das diversas camadas da sociedade chinesa, e de sua atitude em relação à revolução, teria permitido distinguir os amigos dos inimigos da China.

“Aquele que se alista ao lado do povo revolucionário é um revolucionário, enquanto o que se coloca ao lado do imperialismo, do feudalismo, do capitalismo burocrático é um contra-revolucionário.”<sup>93</sup>

<sup>92</sup> MAO ZEDONG, op. cit., p. 650.

<sup>93</sup> MAO ZEDONG. Alocução de encerramento na segunda sessão do I Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (23 de junho de 1950) In: *Citações de Mao Zedong*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1967, p. 18.

Aplicando a concepção do materialismo dialético marxista, Mao distinguia na sociedade chinesa dois tipos de contradições: uma contradição principal entre o povo chinês e os inimigos e uma secundária no seio do povo chinês. A contradição principal devia ser resolvida por meio de métodos violentos e se constituía de três tipos de conflitos: entre o povo chinês e o imperialismo estrangeiro, entre o Partido Comunista e as forças nacionalistas do *Guomindang*, e entre os camponeses e os grandes proprietários agrícolas.

A contradição secundária desenvolvia-se dentro do povo chinês. Constava de quatro tipos de conflitos: o primeiro entre a classe operária e a burguesia nacional, o segundo entre os camponeses ricos e os camponeses pobres, o terceiro entre os comunistas e as outras forças políticas e o último entre as superstições e a verdade científica. Estes conflitos, que pertenciam à contradição secundária, podiam, segundo Mao, ser resolvidos de forma democrática, sem o uso de armas. De fato, em um primeiro momento, o governo comunista precisava ainda das outras forças econômicas, como a burguesia nacional, porque não tinha entre as suas fileiras quem tivesse a competência adequada para administrar um país como a China. O fato de aliar-se, temporariamente, com estas forças que não eram comunistas e que, portanto, não compartilhavam das convicções comunistas, não significava para Mao compartilhar os mesmos valores e o mesmo estilo de vida. Era necessário ter paciência para conseguir chegar à meta: eliminar todas as classes sociais, para que existisse somente uma única classe, a do proletariado, a única com o direito de ter o poder.

O sonho de poder construir finalmente uma China revolucionária, livre dos laços estrangeiros, fascinou e atraiu muitos dos intelectuais que se encontravam no exterior. Voltando para a própria pátria, eles se colocaram a disposição do partido, para servir ao seu país e ao partido que havia permitido tal transformação. Mao decidiu enviar todos os intelectuais para o interior da China, nos campos de trabalho onde pudessem ser reeducados segundo os princípios do marxismo-leninismo, ou melhor, segundo os princípios do pensamento de Mao Zedong.

Já em 1945, durante o sétimo congresso do Partido Comunista, o “Pensamento de Mao Zedong” - frase que em chinês foi cunhada com uma expressão única *Mao Zedong Sixiang* -, foi proclamado como guia do próprio partido.<sup>94</sup> Assim, o pensamento de Mao se tornava independente da linha de pensamento soviética e a figura de Mao Zedong, líder indiscutível do povo chinês, podia ser exaltada e cultuada como expressão vivente da ortodoxia chinesa.

Nos primeiros anos de vida da República Popular da China, o governo comunista começou a concretizar algumas das suas inovações. Por exemplo, em 1950 foi aprovada a “Lei do Matrimônio”, que colocava fim ao casamento

---

<sup>94</sup> MEZZETTI, Fernando. *De Mao a Deng: a transformação da China*. Brasília : Editora UnB, 2000, p. 45.

combinado dando uma importante contribuição para o início da emancipação da mulher.<sup>95</sup>

No mesmo ano, começou a ser aplicada a reforma agrária, tão esperada pelos camponeses que tinham apoiado os comunistas e que assistiram com os próprios olhos, no período da guerra civil, à expropriação das terras dos latifundiários por parte dos grupos comunistas, seguida de uma primeira repartição das mesmas. A reforma agrária, assim como foi aplicada nos anos cinquenta, não conseguiu, porém, alcançar os objetivos esperados. As terras cultivadas que podiam ser distribuídas eram relativamente poucas devido ao grande número de camponeses. Puderam ser distribuídas somente cinquenta milhões de hectares de terras para cerca de trezentos milhões de camponeses. Cada família agrícola composta em média de 6 pessoas recebeu cerca de um hectare de terra, tamanho que não permitia suficiente sustento para as famílias camponesas.<sup>96</sup> O objetivo primário desta reforma era substancialmente conseguir aumentar a produção agrícola, mas para isso, era preciso mudar os métodos de condução da agricultura, modernizando os meios de cultivo e introduzindo a mecanização da agricultura.

Em um primeiro tempo, foram incentivadas cooperativas voluntárias às quais o governo fornecia assistência técnica e maquinários. Logo depois, vistos os escassos sucessos, o governo decidiu passar à coletivização obrigatória.

No que diz respeito ao setor industrial, o governo comunista decidiu nacionalizar todas as indústrias pertencentes aos grandes grupos capitalistas estrangeiros que tinham fugido para Taiwan, assim como as indústrias dos “compradores”: chineses que, colaborando com os estrangeiros, aceitavam representar os interesses estrangeiros na China. O Partido Comunista decidiu por enquanto poupar da coletivização forçada a burguesia nacional, considerada ainda necessária ao governo da nova China, e que, como vimos, fazia parte da contradição secundária que seria combatida em um segundo momento.

### 2.1.1. A demonstração de força chinesa na guerra da Coréia

Todavia, as reformas econômicas foram interrompidas pela eclosão da Guerra da Coréia.

Este país, que tinha reconquistado a sua independência depois da derrota do Japão, foi mantido sob a influência da União Soviética no norte do país

---

<sup>95</sup> A escritora Chang Jung na recente obra “Mao – la storia sconosciuta” afirma que a aversão aos casamentos combinados surgiu em Mao quando, aos 14 anos, o pai o obrigou a casar com uma mulher de dezoito. Esta morreu um ano depois, mas Mao sempre afirmou que nunca a considerou como sua esposa e considerou os casamentos combinados, como anos depois escreveu em um artigo, como uma espécie de estupro indireto dos pais em relação aos filhos (cf. CHANG, Jung, HALLIDAY, Jon. *Mao- la storia sconosciuta*. Milão: Longanesi, 2006. p. 18).

<sup>96</sup> CORRADINI, op. cit., p. 278.

e sob a influência dos Estados Unidos no sul. O 38º paralelo passou a marcar a fronteira entre a República Democrática Popular de regime socialista e a República da Coreia filo-americana.

Em 25 de junho as tropas norte coreanas invadiram o sul do país. As tropas americanas, sob a égide da ONU, desembarcaram na Coreia e forçaram os norte-coreanos a recuar além do 38º paralelo. Foi nesta circunstância que a China entrou em jogo. O ataque americano à Coreia foi uma advertência para a China. De fato, os Estados Unidos estavam preocupados com a vitória comunista sobre Chiang Kai-shek, cujo regime os americanos haviam apoiado esperando por uma derrota definitiva dos comunistas. O presidente Truman, temendo que a China aproveitasse a guerra da Coreia para atacar Taiwan, ordenou que a Sétima Frota do Pacífico se alinhasse diante do estreito de Formosa visando desta forma à contenção de eventual ataque bélico por parte dos chineses. Zhou Enlai, o então ministro do Exterior, classificou esta decisão como uma agressão armada ao território chinês. A resposta do governo chinês foi o deslocamento de cerca de 30.000 soldados chineses para Manchúria, na fronteira com a Coreia, acompanhado da advertência de Zhou Enlai que se os americanos tivessem invadido a Coreia do Norte, a China não teria se recusado a atacar militarmente o governo norte-americano.

No dia 7 de outubro as tropas comandadas pelo general MacArthur tomaram a capital do país, Pyongyang, dirigindo a ofensiva ao longo do rio Yalu, próximo à fronteira chinesa. O contra-ataque chinês conseguiu em apenas dois meses, retomar a capital do país, e rechaçar os americanos para além do 38º paralelo. A este ponto, o general MacArthur sugeriu o uso de armas nucleares contra a China, o que sem dúvida teria causado a eclosão de uma Terceira Guerra Mundial. Para evitar isso, o presidente Truman não somente rejeitou a idéia do general, mas ordenou sua substituição imediata. Desta forma, a situação da Coreia permaneceu inalterada, mas a China teve a ocasião de demonstrar ao mundo que podia enfrentar militarmente qualquer país que ousasse desafiá-la.<sup>97</sup>

### 2.1.2. Mao Zedong e as campanhas de retificação

Mao Zedong aproveitou o conflito para realizar uma poderosa propaganda antiamericana. O lema lançado naquele período: “Resistir à América, ajudar a Coreia”, foi o grito de combate para a exacerbação do ódio contra os americanos, em particular, e contra todos os estrangeiros, em geral, representantes das forças imperialistas. Alinhar-se ao partido opondo-se aos Estados Unidos significava demonstrar lealdade e patriotismo. O governo comunista convidou todos a desfilar nas estradas para apoiar a guerra pela Coreia. Os estudantes e os trabalhadores foram convidados a deixar de trabalhar e de

<sup>97</sup> VIZENTINI, Paulo Gilberto F. e RODRIGUES, Gabriela. *O dragão chinês e os tigres asiáticos: desenvolvimentos e diplomacia na Ásia Oriental contemporânea*. Porto Alegre: Novo Século, 2000, p. 25-26.

estudar para irem de casa em casa fazer propaganda e recolher fundos para ajudar os voluntários chineses que tinham ido combater. Todos aqueles que não participavam destas atividades ou se recusavam a participar das paradas de propaganda eram acusados de não apoiar o governo e, portanto, de não amar a própria pátria.

Em 1951, apenas dois anos após a proclamação da República Popular da China, o governo percebeu que a corrupção havia já se infiltrado nos seus meandros e que a frágil economia chinesa estava sendo colocada em perigo por causa dos grandes desvios de dinheiro feitos por alguns dos funcionários comunistas, além de subornos e outros atos ilícitos. Todas essas ações repetiam os erros do *Guomindang*, que tinham sido condenados pelos comunistas. Por isso, no final do mesmo ano, foi lançada a Campanha dos “Três Anti”, com a qual o governo comunista queria combater os três males que se abatiam dentro das fileiras comunistas: corrupção, desperdício e burocracia. O governo decidiu executar alguns funcionários do Partido Comunista, assim como integrantes do exército acusados de corrupção.

No ano seguinte, o partido decidiu lançar uma outra campanha, que desta vez chamou-se de “Campanha dos Cinco Anti” e o seu objetivo era atacar os capitalistas. A campanha anterior tinha atacado os membros do partido. A de agora queria atingir a outra parte igualmente responsável pela corrupção na China. Os cinco males a serem combatidos eram: o suborno, a evasão fiscal, a fraude, o roubo de propriedade do Estado e a obtenção de informação econômica por meio da corrupção. Todavia, a punição não foi tão grave como aquela infligida aos membros do partido. Estas duas campanhas, cujo nome em chinês foi reduzido em uma única expressão (*san-wu fan*), inauguraram um instrumento de controle do partido que se tornaria uma constante na vida de todo cidadão chinês. Com efeito, as campanhas de massa eram realizadas por meio de equipes de trabalho que se tornaram, com o tempo, órgãos efetivos do Partido Comunista, trabalhando em todos os níveis, regionais, provinciais e locais. A sua tarefa era controlar o comportamento das autoridades e dos funcionários públicos. Estas equipes organizavam palestras no meio do povo, convencendo as pessoas a denunciar casos suspeitos. Em caso de denúncia, se procedia uma investigação. Se a acusação se revelasse verdadeira, passava-se à execução da sentença. A sentença mais grave era o envio da pessoa condenada a um campo de trabalho para ser reeducada através o trabalho manual.<sup>98</sup> Este hábito de envolver toda a população na aplicação de suas políticas foi uma característica de Mao Zedong, que esperava, desta forma, alcançar cada membro do partido e desentocar cada inimigo do sistema.

---

<sup>98</sup> CHANG JUNG. *Cisnes selvagens – Três Filhas da China*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 167. Não obstante, o livro *Cisnes Selvagens* não tenha um caráter acadêmico, as informações históricas nele contidas não são de caráter ficcional. Procuramos distinguir tais informações das anotações pessoais da autora. Pelas informações históricas nele contidas, tal obra é utilizada na Universidade Federal de Roma “La Sapienza” como livro texto nas disciplinas de história da China.



Em 1954 foi promulgada a primeira constituição chinesa criada seguindo o modelo soviético. A constituição afirmava que o principal órgão legislativo era a Assembléia Nacional do Povo, que devia eleger o Presidente da República. Ao Presidente da República cabia o comando da Defesa Nacional. Naturalmente, Mao Zedong foi eleito naquele ano Presidente da República e, portanto, Chefe da Comissão Militar e presidente do Conselho para Defesa Nacional, permanecendo ao mesmo tempo na Presidência do Partido Comunista. De fato, era o Partido Comunista a única guia do país. As suas estruturas, quer em nível central, quer regional e local, se sobreponham às estruturas do próprio Estado, atuando um controle capilar pela imposição das diretrizes maoístas.<sup>99</sup>

No mesmo ano Zhou Enlai participou da Conferência de Genebra relativa à situação da Indonésia e ao conflito coreano. Na ocasião, Zhou Enlai formulou os cinco princípios de “Coexistência Pacífica”: autodeterminação, não intervenção em assuntos internos, mútuo respeito, benefício recíproco e igualdade de tratamento, princípios estes que foram reafirmados no ano seguinte, em 1955, por ocasião da Conferência de Bandung. A República Popular da China ofereceu uma importante contribuição em matéria de relações internacionais, mesmo sendo reconhecida oficialmente somente por sete dos 29 países participantes à conferência.<sup>100</sup>

Depois de ter lançado o primeiro plano quinquenal (1953-1957) - que relançaria na China a indústria pesada, graças à ajuda maciça da União Soviética<sup>101</sup> -, em julho de 1955 Mao pediu que se acelerasse a coletivização da agricultura, por meio da passagem do trabalho do camponês individual às grandes cooperativas agrícolas. No mês de novembro do mesmo ano, ele anunciou que toda a indústria e comércio, que até aquele momento não havia sido objeto de mudança, passariam às mãos do estado. Os antigos proprietários permaneceriam nas indústrias e nas empresas como simples administradores controlados por funcionários do partido.

No mesmo ano, foi lançada uma campanha para descobrir “os contrarrevolucionários”. Mao suspeitava de alguns escritores comunistas que, no seu entendimento, estavam mostrando um pensamento independente da ideologia comunista, ou melhor, maoísta. Independência de pensamento podia levar, segundo Mao, a uma não obediência às diretrizes do governo e, portanto, representava um perigo à ordem e união do país. Neste fato, Mao demonstrava não se afastar muito do comportamento dos imperadores das dinastias chinesas: deixar o povo ignorante para que não pensasse. Se pensasse, podia se rebelar e provocar a queda do imperador.

Além dos escritores, Mao desconfiava de qualquer pessoa que no passado tivesse tido alguma ligação com o *Guomindang*. O objetivo era como

<sup>99</sup> ZORZI, Adige. *La Chiesa nascosta*. Milão: Baldini & Castoldi, 1999, p. 105.

<sup>100</sup> VIZENTINI, Paulo Gilberto F. e RODRIGUES, Gabriela, op. cit., p. 16.

<sup>101</sup> Em 14 de fevereiro de 1950, a China e a União Soviética assinaram um Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua. O auxílio soviético foi fundamental para a industrialização da China e se constituiu principalmente de créditos, participações em projetos industriais, envio de maquinários e técnicos russos.

sempre eliminar qualquer traço de hostilidade ao redor do governo comunista. Como resultado da campanha, mais de 160 mil homens foram etiquetados como “contra-revolucionários”, o que significava ter não somente as suas vidas arruinadas, mas, com eles, também a vida dos seus filhos e netos.<sup>102</sup>

### 2.1.3. A Campanha das Cem Flores

Em 1956, durante o oitavo congresso nacional do PCC, apareceram as primeiras evidentes divisões no âmbito do partido. Já nos anos anteriores, durante o processo de modernização da China, no seio do partido duas tendências se evidenciaram. A primeira exaltava o espírito revolucionário de Mao, espírito idealista, mas abstrato, que queria basear todas as mudanças da economia chinesa no mero entusiasmo e voluntarismo do inteiro povo chinês. Esta tendência continha a convicção de que a revolução comunista e, mais propriamente, Mao Zedong, haviam sido investidos da missão de livrar o povo chinês da miséria, da fome, e de levar a China a tornar-se a mais poderosa nação do mundo, retomando, sem dúvida, a concepção centrada da China das primeiras dinastias. A obediência e a lealdade ao partido e, conseqüentemente ao seu líder, estavam se revestindo de um caráter quase religioso. Mao era o messias que tinha nascido para realizar a salvação da China.

Um retrato psicológico de Mao, escrito nos anos 60 consegue ilustrar bem a tendência messiânica de Mao em relação à China

O sonho de Mao era conseguir catapultar a China para o comunismo partindo de fatores superestruturais em vez de fatores materiais: em lugar da energia elétrica, de que falava Lenin, a energia revolucionária. Uma maneira idealista e voluntária de abordar os problemas, própria do artista e do poeta, para os quais a realidade não se impõe como momento imprescindível, mas deve ser inventada, forjada, seguindo e deslocando, os imperativos de uma visão puramente subjetiva e interior. É significativa a importância que tem, na obra de Mao, a famosa anedota do velho louco que resolvera mover as montanhas com a força dos próprios braços.<sup>103</sup> (Tradução nossa)

Ao contrário da primeira, a segunda tendência fundava-se numa visão mais realista da situação chinesa, das dificuldades que a China deveria enfrentar para se transformar em um país moderno e economicamente independente. Os representantes desta tendência eram, sobretudo, Liu Shaoqi<sup>104</sup> e Deng Xiaoping, que já no ano anterior tinham sido repreendidos pelo mesmo Mao que os acusava de querer afrouxar o ritmo da industrialização,

<sup>102</sup> CHANG JUNG, op. cit. p. 189.

<sup>103</sup> LEYS, Simon. *Gli abiti nuovi del presidente Mao*. Milão: Edizioni Antistato, 1977, p. 55.

<sup>104</sup> Liu Shaoqi nasceu em 1898 na província de Hunan, a mesma de Mao. Frequentou a universidade em Moscou e retornado à China, uniu-se ao recém formado partido Comunista da China. Participou da Longa Marcha. Foi Presidente da RP da China de 1959 até 1968.

comparando-os a mulheres de pés enfaixados que só lamentam que “estamos indo demasiado rápido, demasiado rápido.”<sup>105</sup>

Durante o VIII Congresso, que se reuniu de 15 a 27 de setembro de 1956, Liu Shaoqi e Deng Xiaoping atacaram a ideologia maoísta que rejeitava inflexivelmente a ajuda da burguesia na modernização da China. Além disso, o próprio culto à personalidade de Mao foi colocado em discussão por Deng Xiaoping.<sup>106</sup> Foram feitas mudanças nos Estatutos do Partido Comunista que atingiam diretamente o ilimitado poder de Mao Zedong. De fato, ao invés de não ter nenhum vice-presidente ao lado do presidente Mao, agora os novos estatutos previam a presença de quatro vice-presidentes que constituíram o novo órgão do Comitê Permanente do Politburo.<sup>107</sup> E não só. Os estatutos precedentes diziam que a mesma pessoa ocuparia o cargo de Presidente do Comitê Central do PCC e presidente do Politburo, enquanto os novos omitiram este “detalhe”. Mao Zedong permaneceu Presidente do Comitê Central, mas o cargo de Presidente do Comitê Permanente do Politburo passou a Deng Xiaoping, como também ficou com ele o cargo de secretário, figura importante no cenário político porque de fato, caberia a ele tomar as decisões mais importantes no âmbito do partido.

Outro elemento importante foi a falta de qualquer referência ao pensamento de Mao Zedong. Era evidente, portanto, a tentativa de diminuir o poder até então considerado inatingível de Mao. Frente a estas tentativas, ele não podia permanecer inativo tanto mais que naquela época verificaram-se, no âmbito internacional, mudanças importantíssimas que estavam colocando em sério perigo o futuro do comunismo mundial. A mudança principal estava acontecendo na própria União Soviética. Depois da morte de Stalin, em 1953, Nikita Krushev assumiu o comando da União Soviética. Em 1956, durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Krushev começou o processo de desestalinização, denunciando abertamente os crimes cometidos por Stalin. Esta fresta aberta no sistema totalitário russo foi a centelha que fez explodir o movimento revolucionário da Hungria que há tempo estava se formando. A revolução foi violentamente reprimida pela polícia secreta russa. Mas para Mao este acontecimento representava um sinal de alarme a não ser subestimado. Ele não deixou de perceber o papel fundamental que os intelectuais húngaros tinham desempenhado naquela revolução e não queria que a mesma coisa acontecesse na China. Além disso, o descontentamento no âmbito do Partido Comunista e entre a população insinuava-se sempre mais. Com o intuito de descobrir quais eram os intelectuais que apoiavam o partido, e de qual o partido precisava naquele momento, em maio de 1956, Mao usou pela primeira vez a expressão chinesa *baihua qifang, baijia zhengming* (que cem flores desabrochem, que cem

<sup>105</sup> MAO ZEDONG apud MEZZETTI, op. cit., p. 51.

<sup>106</sup> MEZZETTI, op. cit., p. 53-54.

<sup>107</sup> Politburo é uma abreviação da palavra Political Bureau, termo que tem a sua origem na palavra russa *Политический Бюро (Politicheskij Bjuro)* ou da palavra alemã *Politisches büro*. Politburo é a organização executiva em muitos partidos políticos, principalmente nos Partidos Comunistas.

escolas entre elas rivalizem), lançada no III século a.C. pelo filósofo taoísta Zhuangzi a propósito das várias escolas filosóficas que surgiram na China durante o período dos Reinos Combatentes (480-220 a.C.).<sup>108</sup> Naturalmente, o objetivo verdadeiro de Mao não era conhecido pelos demais. A campanha foi apresentada como um convite a ajudar o partido a reencontrar o caminho certo por meio da correção dos erros cometidos. As rédeas pareciam estar se soltando e isso provocou nos intelectuais surpresa e, ao mesmo tempo, satisfação por poderem finalmente ter a liberdade de se expressar através da poesia e da literatura.

Em fevereiro de 1957, Mao, no seu discurso “Acerca da justa solução das contradições no seio do povo”, depois de ter analisado os fatos da Hungria e de ter explicado a necessidade da eliminação dos contra-revolucionários acontecida nos primeiros anos do regime comunista, afirmou que certamente nesta eliminação alguns erros tinham sido cometidos. Agora precisava da ajuda de todos para examinar os erros cometidos pelo Partido Comunista. Por isso convidou todos a realizar uma aberta crítica ao marxismo e a quanto o Partido Comunista tinha operado até aquele momento:

Alguém perguntará: já que o marxismo é aceito pela maioria do povo de nosso país como ideologia orientadora, é possível criticá-lo? Certamente. O marxismo é uma verdade científica e não teme a crítica, se a temesse e pudesse ser refutado pela crítica, então não valeria nada. Os marxistas não devem temer a crítica, de qualquer parte provenha. Ao contrário, eles devem temperar-se, desenvolver-se e conquistar novas posições durante a crítica e na tempestade da luta. A realização da linha “que cem flores desabrochem que cem escolas rivalizem-se” não enfraquecerá, mas reforçará o papel de guia do marxismo em campo ideológico.<sup>109</sup>

Depois de vencer o temor de uma possível retaliação, as primeiras críticas começaram a emergir e em pouco meses, transformaram-se em um verdadeiro movimento de protesto contra o Partido Comunista, denunciando a falta de liberdade de expressão e de imprensa. Todavia, as críticas não se limitaram ao âmbito da arte e da literatura, mas atacaram a natureza do regime comunista e o próprio Mao foi alvo das acusações pela situação crítica em que se encontrava a China. A Universidade *Beida* em Pequim tornou-se o centro das manifestações contra o Partido Comunista. Milhares de *dazibao*<sup>110</sup> encheram as paredes da Universidade. O movimento de protesto

<sup>108</sup> Neste período surgiram na China as grandes escolas filosóficas do Taoísmo, Confucionismo e a Escola dos Legistas.

<sup>109</sup> MAO ZEDONG. “Acerca da justa solução das contradições no seio do povo”. Discurso de 27 de fevereiro de 1957, Libro 14 – Opere di Mao Zedong. Disponível em: [http://www.bibliotecamarxista.org/Mao/libro\\_14/libro\\_14.htm](http://www.bibliotecamarxista.org/Mao/libro_14/libro_14.htm). Acesso em: 15 nov. 2005.

<sup>110</sup> *Dazibao* literalmente significa Jornal dos grandes ideogramas. De fato, os *dazibao* eram escritos a mão usando ideogramas grandes para que as mensagens fossem mais legíveis. Foram usados também durante a Revolução Cultural. Depois da Revolução Cultural, foram usados para expressar o descontentamento do povo em relação à atuação política do Partido Comunista, sendo fixados pelas ruas da cidade. Foram proibidos em 1978.

alcançou também o meio sindical, que reivindicava o seu papel de defensor dos interesses dos operários contra o Partido Comunista.

A reação por parte do Partido Comunista não tardou a se manifestar. Em 19 de junho de 1957, o texto de Mao divulgado no mês de fevereiro daquele mesmo ano, foi retransmitido com a adição de alguns trechos que tinham sido omitidos na versão precedente. Estes trechos esclareciam os 6 pontos que as críticas deviam respeitar para serem aceitas e consideradas úteis ao desenvolvimento e melhoramento do regime comunista:

1. As palavras e as ações devem favorecer a unidade de todas as nacionalidades do nosso país e não a divisão;
2. devem favorecer e não danificar a transformação e a edificação socialistas;
3. devem concorrer a consolidar e não sabotar nem a enfraquecer a ditadura democrática popular;
4. devem concorrer a consolidar e não a sabotar nem enfraquecer o centralismo democrático;
5. devem concorrer a reforçar e não a abalar nem enfraquecer a direção do partido comunista;
6. devem trazer benefício e não dano à solidariedade socialista internacional e à solidariedade internacional de todos os povos amantes da paz.

Destes seis critérios, os mais importantes são o da via socialista e o do papel guia do partido. Propomos estes critérios para contribuir a desenvolver a livre discussão dos diferentes problemas entre o povo e não freiá-la.<sup>111</sup>

Estes seis pontos eram, portanto, uma precisa advertência de qual era a natureza das críticas que teria sido aceita pelo governo comunista. O fato de eles terem sido publicados somente depois que a bomba das “críticas” já tinha explodido e que todos os intelectuais tinham manifestado abertamente as suas convicções reforça a idéia que a campanha das Cem Flores foi uma manobra bem arquitetada por Mao para poder identificar os inimigos ainda latentes do Partido Comunista. A tese segundo a qual Mao teria sido surpreendido ao ver o quanto o regime comunista e inclusive a sua figura de líder tinham sido violentamente atacadas é um tanto ingênua. Mao era bastante esperto para entender que estava perdendo poder, principalmente dentro do partido, entre a classe dos intelectuais e de todos aqueles que possuíam algum conhecimento técnico ou científico. Até então, Mao permitira uma certa aliança com estes grupos por objetivos meramente estratégicos. Agora, porém, chegara o momento de derrotar os últimos inimigos da revolução chinesa.

De fato, logo após a Campanha das Cem Flores, o Partido Comunista lançou a campanha antidireitista. Todos aqueles que tinham se manifestado contra o Partido Comunista foram acusados de ter traído o próprio país e rotulados como direitistas. Os mais atingidos foram os estudantes, profes-

---

<sup>111</sup> MAO ZEDONG. “Acerca da justa solução das contradições no seio do povo”. Discurso de 27 de fevereiro de 1957, Libro 14 – Opere di Mao Zedong. Disponível em: [http://www.bibliotecamarxista.org/Mao/libro\\_14/libro\\_14.htm](http://www.bibliotecamarxista.org/Mao/libro_14/libro_14.htm). Acesso em: 15 nov. 2005.

sores, artistas e cientistas que foram condenados aos trabalhos forçados nas regiões mais remotas da China ou desclassificados e obrigados a cumprir tarefas mais humildes, que lhe impediam de voltar a seus “perigosos” lugares de trabalho.

#### **2.1.4. Mao Zedong lança o Grande Salto Adiante (Da yue jin)**

Depois de fazer tábua rasa de qualquer tipo de intelectual, Mao se viu pronto a lançar a China naquele que devia ser o plano de modernização milagroso, mas que se revelou o pior fracasso da política econômica comunista. O Grande Salto Adiante foi lançado por Mao no início de 1958. O slogan era “Superar a Inglaterra em quinze anos” e o meio para isso seria coletivizar todos os meios de produção. Em abril de 1958 foi criada a primeira comuna popular, que recolhia dez mil famílias e envolvia a coletivização integral da agricultura, industrialização, artesanato e comércio.<sup>112</sup>

A modernização dos meios de produção da China foi, porém, confiada a pessoas que não tinham preparação técnica e competência para tais tarefas. O voluntarismo se tornou a característica principal de tais esforços, não importava a competência. O que era fundamental era manter vivo o espírito comunista. É desta época a convicção declarada de Mao de que era melhor ser comunista do que perito. Ele queria demonstrar a qualquer custo que o caminho que a China tinha iniciado era o mais certo. Esta sua posição tinha se reforçado em ocasião de sua participação numa reunião em Moscou pelo quadragésimo aniversário da Revolução de Outubro. Naquela ocasião, Mao foi o único representante do Partido Comunista que não concordou com o projeto de “coexistência pacífica” lançado na época pelo presidente russo Krushev. A aproximação russa com os Estados Unidos foi percebida por Mao como uma possível aliança contra a própria China. Isto contribuiu para consolidar nele o desejo de demonstrar que a China podia caminhar sozinha em direção ao sucesso.

Mao dirigiu seu apelo a toda a população, convidando-a a realizar dois grandes objetivos: duplicar a produção de aço necessário para a indústria pesada e aumentar a produção agrícola. Para o primeiro objetivo, como o governo comunista não tinha mais à disposição técnicos especializados, toda a população foi chamada a colaborar. Calcula-se que 100 milhões de camponeses foram retirados dos campos para trabalhar na produção de aço.<sup>113</sup> Alto-fornos para fundição do ferro e do aço foram instalados nos pátio das casas, das escolas, dos hospitais devendo ser alimentados sem parar, com qualquer tipo de utensílios.

Jung Chang, que na época tinha seis anos, relatou assim este período:

<sup>112</sup> VIZENTINI, Paulo Gilberto F. e RODRIGUES, Gabriela, op. cit., p. 17.

<sup>113</sup> CHANG JUNG, op. cit. p. 204.

Todo dia, na ida e na volta da escola, eu apurava os olhos sobre cada centímetro de chão, em busca de pregos quebrados, parafusos enferrujados, e quaisquer outros objetos de metal enfiados na lama entre as pedras. Destinava-se a alimentar os alto-fornos para produzir aço, e tinha de concorrer com os colegas de escola para ver quem entregava mais ferro-velho. Em minha escola, tachos parecendo cadinhos haviam substituído alguns dos nossos *woks*, que haviam sido despedaçados. Os fogões eram mantidos sempre acesos – até o ferro derreter. Nossos professores se revezavam para alimentá-los vinte e quatro horas por dia, mexendo os pedaços de ferro nos tachos com uma colher enorme. Não tínhamos muitas aulas, pois os nossos professores preocupavam-se apenas com os tachos. Os *woks* de minha família foram também para o forno, junto com todos os utensílios de ferro fundido. Os fornos eram insaciáveis. Foi-se a cama de meus pais, muito macia e confortável, com molas de ferro. Desapareceram também as grades de ferro da cidade, e tudo mais que fosse de ferro.<sup>114</sup>

Este relato é muito significativo porque mostra como o envolvimento das pessoas era total. Mao conseguiu fazer apelo ao sentimento de orgulho dos chineses que por anos sentiram-se humilhados sob o domínio estrangeiro. Demonstrar que a China podia igualar-se às potências ocidentais levou a população chinesa a seguir Mao nas metas mais fantásticas e irrealizáveis. De outro lado, o medo de não conseguir alcançar as metas indicadas pelo Partido Comunista levava as pessoas a realizar o impossível, ou melhor, a fazer acreditar que tinham realizado o impossível, como aconteceu em relação ao segundo objetivo de Mao: aumentar a produção agrícola. Os chefes locais com o intuito de agradar Mao Zedong que, naquele período, ia visitar as primeiras comunas populares, exageravam desmesuradamente os resultados das suas colheitas.

Devemos citar novamente Jung Chang que nos relata este curioso fenômeno:

Foi uma época em que se disseminou o hábito de contar fantasias a si mesmo, e também aos outros. Os camponeses transferiam a colheita de vários tratos para um único trato, a fim de mostrar às autoridades do partido que tinham produzido uma safra milagrosa. Campos semelhantes foram exibidos aos crédulos – ou cegos por vontade própria – cientistas agrícolas, repórteres, visitantes de outras regiões e estrangeiros. Embora essas safras geralmente morressem dentro de poucos dias, devido ao transplante fora de hora e à densidade prejudicial, os visitantes não sabiam disso, ou não queriam saber. O “enganar-se enganando os outros” (*zi qi qi ren*) tomou conta do país. Muita gente disse ter visto pessoalmente os milagres. Os que não conseguiam reproduzir as fantásticas alegações dos outros começaram a duvidar de si mesmos e a culpar-se. Era fácil começar a ignorar a realidade e simplesmente acreditar em Mao. Parar, pensar e mostrar-se circunspecto era uma atitude que só trazia problemas. Em muitos lugares, pessoas que se

---

<sup>114</sup> Ibid., p. 203-204.

recusavam a gabar-se de gigantescos aumentos de produção eram espancadas até cederem.<sup>115</sup>

Mao deu diretrizes a todas as comunas populares sobre como cultivar a terra. O Comitê Central do Partido de Pequim entregava a cada comuna duas páginas de instruções sobre como usar os fertilizantes, sobre o tipo de plantio, etc. Regras que deviam ser seguidas fielmente, mas que se revelaram inapropriadas e insuficientes para garantir a modernização e o aumento da produção agrícola.

Além disso, os camponeses reunidos forçadamente nas comunas tinham perdido completamente o interesse pela terra e pela sua produção. Obrigados a consumir as próprias refeições nas cantinas das comunas, não tinham que se preocupar em levar para casa o necessário para se alimentar. A terra pertencia agora ao Estado e isso para os camponeses significava que de qualquer forma, trabalhassem ou não, eles receberiam o necessário para se sustentarem. De outro lado, a campanha para a produção incessante de aço tirava todos, inclusive os camponeses, das suas tarefas cotidianas. Desta forma, a agricultura ficou em segundo plano e isso resultou em uma diminuição alarmante da produção agrícola que juntamente às calamidades naturais que se abateram na China, provocaram o explodir da crise. Para piorar, Mao começou uma campanha contra os quatro males, ou seja, ratos, pássaros, moscas e mosquitos. Todos tinham que se mobilizar para matar todos estas espécies de animais. O resultado disso foi uma alteração do ecossistema que gerou uma invasão de insetos destruidores das poucas plantações que ainda davam colheitas.

Naturalmente, os resultados catastróficos deste Grande Salto Adiante que devia levar a China a superar a Inglaterra em quinze anos foram devidamente encobertos aos olhos da população. As calamidades naturais foram culpadas da grave situação de fome em que se encontrava a maioria dos camponeses. Somente depois da morte de Mao Zedong, foram revelados os números assustadores de mortes acontecidas durante os anos de 1958 a 1961: foram cerca de trinta milhões de mortes.<sup>116</sup>

A situação era devastadora e Mao, percebendo que poderia ser acusado destes desastres, decidiu afastar-se e deixar que Liu Shaoqi, que pertencia à linha mais pragmática de Deng Xiaoping, fosse eleito para a Presidência da República. Poucos meses depois, durante um encontro dos membros do Comitê Central em Lushan<sup>117</sup>, onde Mao tinha se retirado, Peng Dehuai, então Ministro da Defesa, entregou a Mao uma carta onde relatava as condições trágicas em que toda a população se encontrava e apontava as decisões tomadas no Grande Salto Adiante como grandes erros cometidos pelo Partido Comunista.

<sup>115</sup> CHANG JUNG, op. cit., p. 206-207.

<sup>116</sup> MEZZETTI, op. cit., p. 66.

<sup>117</sup> Lushan era uma estação de veraneio no interior da China onde desde 1949 os membros do Comitê Central do Partido Comunista iam passar as férias.



Mao recebeu esta carta como uma afronta pessoal. Ninguém podia se permitir criticar o que ele tinha gerado em anos e anos de dedicação. Criticar os feitos do Partido Comunista era criticar a ele mesmo e isto não podia ser permitido. Peng Dehuai foi demitido do cargo de Ministro da Defesa, acusado de tendências direitistas. Os que concordavam com ele não ousaram falar. Deng Xiaoping, que se encontrava em casa, com uma perna quebrada, se poupou de ter que expressar a sua opinião. Em todo caso, o fato de Liu Shaoqi ser o Presidente da República possibilitou que a linha pragmática do Partido Comunista predominasse. As comunas populares foram desmanteladas e os camponeses receberam um pouco de terra para cultivo e sustento pessoal. Os alto-fornos foram fechados e muitas pessoas que tinham sido afastadas dos seus cargos técnicos e científicos voltaram aos seus lugares de trabalho. A China tinha que se reerguer da crise econômica em que tinha sido jogada. Não podia contar mais com a ajuda da União Soviética. As divergências entre os dois líderes se tornaram insustentáveis. Em 1959, Krushév anulou todos os contratos de cooperação técnica e ajuda econômica que tinham sido assinados em 1957. Recusou-se a entregar à China a tecnologia necessária para a construção das armas nucleares e logo depois se colocou ao lado da Índia no conflito sino-indiano.<sup>118</sup>

Mao Zedong permanecia na liderança do Partido Comunista e com relutância assistia às tentativas modernizantes por parte dos seus “inimigos” de partido. No lugar de Peng Dehuai, chamou para assumir o Ministério da Defesa o seu fiel companheiro Lin Biao<sup>119</sup>, de fortes tendências esquerdistas. Mesmo se mantendo afastado dos holofotes, por temor de ataques diretos, Mao não tinha intenção de deixar que o rumo do Partido Comunista tomasse uma estrada sem volta. Em 1962, em ocasião do X Plenum do VIII Comitê Central, lançou uma Campanha para a Educação Socialista, que tinha como objetivo corrigir os erros cometidos, mas, sobretudo, reforçar as diretrizes guia do partido que estavam fundamentadas no espírito mais puro do socialismo. Mas o partido continuava dividido: as conseqüências do fracasso do Grande Salto Adiante eram evidentes e assustadoras.

## 2.2. A Igreja Chinesa, o Vaticano e o Partido Comunista da China

Nos primeiros anos de vida da República Popular da China o fenômeno religioso não ocupava lugar de destaque nas preocupações dos líderes co-

<sup>118</sup> Em 1959, explodiu uma revolta armada no Tibet, província que tinha sido anexada pela República Popular da China nove anos antes. A revolta foi sufocada pelo exercito comunista, mas o Dalai Lama conseguiu fugir, encontrando refúgio na Índia. Logo depois a China começou um conflito com a Índia por razões fronteiriças.

<sup>119</sup> Lin Biao nasceu em 1907 na província de Hubei. Aos 18 anos entrou na Academia Militar de Whampoa. Quando aconteceu a ruptura entre o *Guomindang* e o PC da China, Lin Biao fugiu e se uniu a Mao Zedong e Zhude em Yenán. Foi comandante do Exército da Libertação durante a Longa Marcha. Entrou no Politburo do PC da China em 1958.

munistas. Antes de livrar a China de todas as velhas superstições e de todas as religiões que, segundo o pensamento marxista, representavam o ópio do povo, Mao Zedong quis livrar a China dos seus inimigos principais, isto é, os imperialistas, os estrangeiros. Esta prioridade política nos mostra que os primeiros ataques a missionários católicos estrangeiros que aconteceram já a partir de 1949 não eram guiados pela vontade de destruir as religiões em favor do ateísmo, mas porque se queria atacar todos os estrangeiros que, pelos comunistas, estavam inevitavelmente e sem alguma distinção ligados às forças imperialistas ocidentais.

Os missionários eram combatidos porque eram estrangeiros a serviço das potências ocidentais, porque tinham mantido estreitas relações com o *Guomindang* e porque pertenciam à classe dos proprietários agrícolas, isto é, aos olhos chineses, eram ricos que exploravam o povo. Com efeito, durante o período dos Tratados Desiguais os missionários tinham recebido muitas propriedades em terras e prédios graças à indenização que a China fora obrigada a pagar às potências ocidentais pelas quais havia sido derrotada.

A guerra da Coreia, em 1950, exacerbou o ódio xenófobo. Os missionários estrangeiros foram acusados de ser espíões ao serviço dos Estados Unidos. Naquele mesmo ano, Zhou Enlai, Ministro do Exterior do governo chinês, pediu a todas as igrejas de romper qualquer tipo de relação com os Estados Unidos e com os seus “lacaiois” ocidentais. Entre os “lacaiois” estava claramente incluído o Vaticano, que atraiu a ira de Mao Zedong e foi pintado aos olhos dos chineses como um dos mais perigosos inimigos da China. Mas quais eram as fundamentações para este ódio desenfreado em relação ao Vaticano e ao Papa que, naquela época, era Pio XII?

### **2.2.1. O Vaticano no pós-guerra entre a União Soviética e os Estados Unidos**

O papado de Pio XII (1939-1958) caracterizou-se pelo aberto alinhamento às potências ocidentais e contra o bloco comunista que se delineou logo depois da Segunda Guerra Mundial. Formado na escola da diplomacia vaticana, Pio XII exerceu o cargo de núncio na Baviera e sucessivamente na República de Weimer entre os anos de 1917 e 1929. Em 1930, depois de ter sido nomeado cardeal, foi também nomeado Secretário de Estado pelo então Papa Pio XI. No seu currículo de diplomata estão as concordatas que a Santa Sé assinou com diversos países entre os quais a Baviera e a Prússia.<sup>120</sup> Durante a sua atividade manteve relações estreitas com os Estados Unidos, para onde viajou, em 1936, como enviado do Papa para melhorar as relações com o Vaticano.

A sua posição anticomunista se consolidou em ocasião da Revolução Russa de 1917. A falta de liberdade religiosa à qual estavam submetidos

---

<sup>120</sup> LEBEC, Eric. *História Secreta da Diplomacia Vaticana*. Petrópolis (RJ). Vozes, 1999, p. 48.

os sacerdotes e os católicos russos reforçou no futuro papa a convicção de que precisava lutar com todas as forças para combater a expansão do comunismo. Foi ele que, em 1926, consagrou bispo o jesuíta d'Herbigny para que ele pudesse infiltrar-se na Rússia e reencontrar os padres que lá tinham permanecido, consagrando secretamente quatro bispos. D'Herbigny, porém, não conseguiu se livrar do KGB, o serviço secreto russo e, encontrado, foi enviado aos *gulags*<sup>121</sup> soviéticos. O futuro Pio XII lembrou sempre desta experiência, reforçando o seu combate ao comunismo.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a URSS expandiu a sua influência a todos os países da Europa do Leste. Em 1949 a vitória da Revolução Comunista Chinesa anunciava ao mundo o nascimento de outro gigante comunista ao lado da União Soviética. A Santa Sé decidiu que não poderia mais permanecer acima dos conflitos e tomou, como era previsível, o seu lugar ao lado do bloco ocidental liderado pelos Estados Unidos. Em 1949, o Decreto do Santo Ofício "*Decretum contra communismum*", avisava que todos aqueles que dessem o próprio voto aos comunistas, que contribuíssem para difundir o comunismo, ou se filiassem a partidos comunistas incorreriam na excomunhão.

Os anos do Pós-Guerra, de fato, foram caracterizados, na Itália, por uma forte luta entre os católicos e os comunistas. O Papa Pio XII entrou abertamente nesta luta acompanhando os católicos até a vitória do Partido da Democracia Cristã.

O governo italiano de Alcide De Gasperi recebeu o apoio do governo americano que seguia de perto as vicissitudes européias e mantinha constantes relações com o Vaticano. O ponto de ligação entre o papa e os Estados Unidos foi o Cardeal Spellman<sup>122</sup>, amigo de longa data de Pio XII, e que foi a sua fonte de informação, sobretudo sobre o que dizia respeito às descobertas nucleares americanas.<sup>123</sup> O estreito relacionamento com o Cardeal americano não passou despercebido ao governo comunista que viu nesta amizade, no alinhamento com os Estados Unidos e no constante combate ao comunismo uma confirmação da inimizade do Vaticano em relação à China e de sua ligação com as potências ocidentais, inimigas históricas da China. Mao não tinha dúvidas: o Vaticano tinha sido e continuava sendo "lacaio" dos imperialistas.

## 2.2.2. Ataques comunistas à Igreja Católica na China

Os anos de 1949 até 1951 foram os anos da expulsão de todos os missionários estrangeiros, a começar pelos missionários americanos, conside-

<sup>121</sup> Os *gulags* eram campos de trabalho forçado, instituídos para os criminosos e presos políticos da União Soviética, cuja estrutura era similar aos campos nazistas. Os *gulags* funcionaram de 1918 a 1956.

<sup>122</sup> O Cardeal Francis Spellman foi nomeado, pelo mesmo Papa Pio XII, arcebispo de New York, cargo que ocupou de 1946 até a morte. Pio XII o nomeou também Vigário das Forças Armadas dos Estados Unidos.

<sup>123</sup> LEBEC, op. cit., p. 104-105.

rados os mais perigosos. Muito se refugiaram na colônia britânica de Hong Kong ou em Taiwan, onde Chiang Kai-shek havia se refugiado. A maioria das embaixadas estrangeiras seguiu os nacionalistas em Taiwan. Todavia, o Arcebispo Mons. Riberi decidiu permanecer na China Popular, mesmo com o governo comunista negando-se a lhe reconhecer o status de diplomata. Ele conseguiu permanecer até 1952, quando foi expulso da China acusado de ser o chefe dos missionários estrangeiros e o representante das potências imperialistas ocidentais<sup>124</sup>, refugiando-se em Taiwan, junto às outras embaixadas estrangeiras. Remonta àquele ano o início das relações diplomáticas entre a Santa Sé e a República da China (ROC).

A situação dos missionários preocupou a Santa Sé que se apressou em enviar algumas diretrizes aos missionários sobre como enfrentar as dificuldades que estavam por vir.

O chefe da Propaganda Fide, Cardeal Biondi, o subsecretário Arcebispo Costantini e Sua Santidade declaram que:

1. Os seminaristas maiores devem ser deslocados para áreas seguras e continuar os seus estudos;
2. O Papa disse que transferir todos os seminaristas menores para áreas distantes onde eles possam continuar os seus estudos lhe parece impossível;
3. Todos aqueles que são já ativos no ministério devem permanecer nos seus lugares com exceção daqueles poucos que enfrentam perigos particulares.

A Santa Sé já informou os chefes de cada diocese acerca destas três diretrizes. O subsecretário Costantini, e outros oficiais também afirmaram que fundos especiais foram reservados para estudantes refugiados. Os pedidos devem ser enviados ao Arcebispo Riberi, pois ele possui fundos para estes objetivos. A Santa Sé e todos os seus ministérios estão profundamente preocupados com as dificuldades que o povo chinês e a Igreja estão atualmente vivendo e estão preparados para ajudá-los de todas as formas que lhes forem possíveis.<sup>125</sup> (Tradução nossa)

Resultado destas diretrizes foram as transferências de muitas congregações religiosas e seminários para as colônias britânicas de Hong Kong, para a colônia portuguesa de Macau e para a ilha de Taiwan.

Todavia, muitos padres e bispos chineses permaneceram na República Popular da China decididos a servir ao próprio país.

Em relação aos missionários e às suas propriedades, o governo comunista decidiu atacá-los de duas formas: a primeira era acusá-los diretamente de crimes cometidos contra a China e o seu povo e a segunda era pedir às dioceses para registrar os seus imóveis e as suas propriedades e obrigá-los a pagar altíssimos impostos.

Por meio destas duas medidas o governo comunista procurava de todas as formas eliminar a presença dos religiosos católicos. Ao mesmo tempo,

<sup>124</sup> LAM, Anthony S.K. *The Catholic Church in Present-Day China: through darkness and light*. Hong Kong: Ferdinand Verbiest Foundation/Holy Spirit Study Centre, 1997, p. 19.

<sup>125</sup> LAM, op. cit., p. 21

percebia que deveria convencer também o povo, que havia sido beneficiado pelo trabalho dos missionários, de que estavam sendo por eles enganado. O caso de um orfanato no norte de Cantão ilustra bem esta forma de agir. Foi o então bispo de Cantão, Deng Yimin, quem nos descreve os fatos:

O povo costumava estimar os meninos e desprezar as meninas. Por isso, cada ano muitas meninas recém-nascidas e abandonadas eram entregues ao orfanato de To-Kam-Hang, ao norte de Cantão. Dirigiam este orfanato as Irmãs Canadenses da Imaculada Conceição de Montreal. Sendo tantas as meninas abandonadas, às vezes muito doentes ou quase morrendo ao chegarem ao orfanato, muitas não conseguiam sobreviver e morriam. Os seus corpinhos eram enterrados, pela pessoa encarregada, no cemitério vizinho. Mas às vezes não se enterravam bastante fundo, sendo então desenterradas por cães bravos. Por este motivo, o orfanato abriu um poço de cimento, onde colocava os cadáveres, cobrindo a abertura com cal para desinfecção. Após a Libertação, em 1950, o Governo exigia uma relação diária sobre as circunstâncias da morte; e as irmãs assim o cumpriram. Mais tarde, o Governo aumentou o número dos mortos acusando as irmãs de maltratarem e matarem muitas criancinhas. Então as irmãs quiseram encontrar-se comigo. Contaram-me o que se passava. Aconselhei-as a serem atenciosas com os quadros do Governo, abstenendo-se de qualquer arrogância. Mesmo assim disse-lhes que se ativessem aos fatos, não aceitando essa acusação de matarem crianças. Não muito depois de os comunistas tomarem o poder, desencadearam uma campanha anticatólica de norte a sul do país. Missionários estrangeiros, sacerdotes e irmãs religiosas foram expulsos, e os estabelecimentos da Igreja, de educação, de caridade, escolas, orfanatos, hospitais, etc., foram confiscados. Inventavam toda a espécie de crime para levarem a cabo os seus obscuros propósitos e planos para destruírem a Igreja. O orfanato de To-Kam-Hang, tal como os outros orfanatos do país, foi difamado pelos comunistas, como prova dos crimes da invasão imperialista da China. As irmãs foram acusadas de matarem as criancinhas e apresentadas em todos os meios de comunicação nacionais como “assassinos imperialistas, sob a capa da religião”. Prenderam as religiosas, apoderando-se de todos os haveres e propriedades do orfanato. Organizaram um tribunal popular e todas as organizações e grupos, escolas e moradores foram obrigados a enviar representantes e participar no julgamento. As acusações foram preparadas com antecedência e toda a seqüência do julgamento irradiada para a cidade. Após o julgamento, as cinco religiosas foram logo colocadas num caminhão e escoltadas pela cidade, com carros de polícia à frente e na retaguarda. Trataram-nas como os piores criminosos, sendo arrastadas em público para o castigo. As irmãs não puderam vestir os seus hábitos religiosos, indo de blusas pretas chinesas e calças. Pelo caminho não faltou gente que lhe atirasse pedras e lixo. As religiosas foram mantidas na prisão por algum tempo, e expulsas depois, visto serem Canadenses.<sup>126</sup>

Da leitura deste texto emergem duas considerações principais. A primeira é que os comunistas não foram originais em encontrar o motivo do

<sup>126</sup> TANG, Domingos. *Os Insondáveis caminhos de Deus. Memórias de D. Domingos Tang. Arcebispo de Cantão*. Braga: Editorial A.O., 1990, p. 26-28.

crime a ser imputado às irmãs: matar as crianças, já que esta mesma acusação tinha sido usada pelo Movimento dos Boxers, *Yihequan*, em 1900, como desculpa para o ataque aos orfanatos mantidos por congregações religiosas. Mao Zedong conhecia bem a história chinesa e provavelmente conhecesse os fatos ocorridos na época da revolta dos Boxers. Por isso, somos levados a pensar que, escolhendo a mesma acusação contra as irmãs católicas que se ocupavam do orfanato, Mao quisesse sublinhar e insinuar à mente do povo que todos os religiosos estrangeiros, do passado (período dos Tratados Desiguais) e do presente, mantinham uma estreita ligação com os opressores estrangeiros.

A segunda consideração é sobre a necessidade que os comunistas tinham de envolver sempre o povo nos ataques aos que eram considerados inimigos do regime, principalmente os religiosos católicos que, de certa forma, eram estimados e respeitados pelo povo pelas obras sociais e educacionais que realizavam junto a ele. Os comunistas tiveram que fazer o maior barulho e criar verdadeiros tribunais populares para envolver o maior número de pessoas possíveis. De fato, este foi o método usado por Mao desde o período pré-revolucionário: fazer continuamente apelo à população foi o meio que lhe garantiu o poder quase que absoluto.

O mesmo bispo Deng Yimin, que assistiu à brutalidade de tratamento reservado às irmãs canadenses, presenciou também as tentativas do governo comunista de apropriar-se dos bens da Igreja Católica na China. Devemos pensar que o governo comunista entendia as propriedades da Igreja como parcelas de terras que tinham sido roubadas ao povo chinês, em ocasião dos Tratados Desiguais. Isto o levava a querer estas propriedades de volta para poder distribuí-las aos que não tinham terra para cultivar. Um primeiro passo antes da expropriação foi pedir que todas as propriedades da Igreja Católica fossem registradas junto ao Centro Administrativo da Propriedade Imobiliária de cada região. Sucessivamente as Dioceses recebiam um aviso para pagarem os impostos relativos às propriedades da Igreja (edifícios paroquiais, colégios, escolas, hospitais, etc.) dentro de um certo prazo. Os impostos eram elevadíssimos e as dioceses não tinham como pagar estas cifras.

A política religiosa dos comunistas nos primeiros anos da Libertação passou por três fases que refletiam a teoria seguida por Mao de resolver antes as contradições principais e depois as secundárias, que em matéria religiosa se concretizavam em três ações:

1. Atacar os Missionários estrangeiros e expulsá-los da China;
2. Atacar o Clero chinês, prendê-los e colocá-los nas cadeias;
3. Atacar os católicos chineses, prendê-los e fechar as igrejas.<sup>127</sup>

Uma outra ação empreendida em toda a China, principalmente nas maiores cidades, foi a eliminação da Legião de Maria.<sup>128</sup> Esta organização,

<sup>127</sup> TANG, op. cit., p. 46.

<sup>128</sup> A Legião de Maria é uma organização católica leiga fundada na Irlanda em 1921. As suas unidades têm o nome de Presídios onde os membros da Legião se reúnem semanalmente. Eles



iniciada em 1930 por um padre irlandês, pe. W. Aedan McGrath, com o objetivo de encontrar o auxílio de leigos para as visitas aos necessitados, espalhou-se em toda a China a partir de 1948. O motivo do sucesso da difusão da Legião de Maria em poucos anos está ligado ao fato de que, com a aproximação da vitória comunista, Mons. Riberi, o então núncio católico, pressentiu a dificuldade que o clero teria para movimentar-se no país e pensou que os leigos pertencentes à Legião de Maria teriam mais facilidade para se repartir em cada paróquia e exercitar os trabalhos pastorais de visitas familiares e de catequese.

O governo comunista provavelmente ficou desconfiado pelo nome de cunho militar da Legião de Maria na China (*Shengmujun*, Exército da Santa Madre) e não teve dúvida em escolher como alvo principal esta organização. De fato, em 1951, o governo começou uma verdadeira propaganda contra os legionários classificados como membros de uma organização militar reacionária. Todos os seus membros foram obrigados a registrar imediatamente as suas demissões da organização junto aos escritórios governativos.

O diário de Wang Xiaoling, da Legião de Maria, conta o início deste difícil período:

Era uma manhã de outono de 1951. Os títulos dos jornais diziam: “A Comissão de controle militar do Exército de Liberação chinesa ordena a supressão do grupo reacionário chamado Legião de Maria”. E mais em baixo: “Todos aqueles que pertencem a este grupo reacionário devem se dirigir ao escritório da sua região de residência para registrar as suas demissões da Legião”. Na nossa escola quase todos os católicos eram membros ativos ou auxiliares da Legião de Maria. Este anúncio inesperado foi um choque e imediatamente a atmosfera tornou-se muito tensa. Nós tínhamos um grande entusiasmo. Todavia, frente a este primeiro inesperado ataque frontal, não sabíamos o que fazer. Surgiam muitas dúvidas nos nossos jovens corações: “O que vão pensar os nossos pais? Será o início de uma perseguição? Que o Partido Comunista esteja para colocar as suas mãos sobre nós? Como e quando fomos reacionários? Mas a Legião de Maria é realmente um exército? É uma bobagem. Se isto que dizem os jornais fosse verdade cerca o espírito reacionário da Legião de Maria, porque nós que somos legionários não tínhamos consciência disso?”<sup>129</sup> (Tradução nossa)

Todos os Legionários foram aconselhados pelos padres que dirigiam a associação a não registrar as suas demissões. Fazê-lo significava admitir que a organização era realmente reacionária e isso, segundo eles, não era verdade. Nem todos seguiram estas orientações. Mas a maioria, como a autora do diário citado, que no início da perseguição tinha apenas 15 anos, escolheu manter o empenho assumido na Legião de Maria e foi presa por cerca de 20 anos, passados entre cadeias e campos de trabalhos forçados chamados

---

desenvolvem um trabalho voluntário junto aos necessitados dos lugares onde vivem.

<sup>129</sup> WANG XIAOLING. *L'allodola e il Drago. Sopravvisuta nei gulag della Cina*. Alessandria: Piemme, 1933, p. 38-39.



na China de *laogai*, cujo significado é “reforma através do trabalho”.<sup>130</sup> O Governo Comunista conseguiu acabar com a Organização.

### 2.2.3. O Movimento das Três Autonomias divide a Igreja Católica na China

Mas qual foi a reação da Igreja Católica chinesa a esta política de ataque por parte do Partido Comunista?

Já vimos que uma primeira tentativa de reação foi a proliferação da Legião de Maria em todas as cidades da China, ação que logo provocou a desconfiança do Partido Comunista. Todavia, antes que a Igreja Católica pensasse em se aproximar aos comunistas, coisa pouco provável, pois a Santa Sé não teria permitido um diálogo com os comunistas, a Igreja protestante fez passos significativos que de conseqüência envolveriam indiretamente a Igreja Católica no jogo.

Em maio de 1950 um grupo de representantes das diversas Igrejas protestantes presentes na China, depois de se reunirem para discutir o que fazer frente à situação política chinesa, decidiu escrever uma declaração que foi chamada de “Manifesto Cristão”. A declaração foi redigida por Wu Yaorong, membro do YMCA<sup>131</sup> que há diversos anos pertencia ao Partido Comunista. Neste documento a Igreja protestante declarava compartilhar com o Partido Comunista a política da reforma agrária ao mesmo tempo em que declarava não ter nenhum relacionamento com forças imperialistas estrangeiras. Para demonstrar isso estava pronta a renunciar a todos os bens materiais que desta ligação pudessem ter sido beneficiadas. Em seguida, propunha de lançar um movimento que se estendesse a toda a população cristã. Este movimento seria denominado oficialmente de Movimento Chinês Patriótico Cristão das Três Autonomias (*Zhong guo jidujiao sanzi aiguo yundong*). Em base a este movimento, a Igreja protestante jurava que a sua atividade religiosa, daquele momento em diante, teria se desenvolvido em três direções: autogoverno, autosustento e autopropaganda (*zizhi, zhiyang, zhizhuan*). Isso significava que os protestantes cortariam qualquer relação com igrejas protestantes

---

<sup>130</sup> Os *laogai* foram criados por Mao Zedong seguindo o modelo soviético dos *gulags*. Usados como meios de punição para os assim chamados “contra-revolucionários”, forneciam ao Partido Comunista da China trabalho de graça. Além do trabalho forçado, os detentos passavam por uma reeducação política feita por meio de contínuas conferências, slogans gravados o tempo todo e transmitidos no período de trabalho e interrogatórios onde os acusados deviam reconhecer as próprias culpas e escrever autocríticas. Calcula-se que nos anos de 1952 a 1977 a população presa nas cadeias, centros de detenção e campos de trabalho era formada por cerca de 50 milhões de detentos. Os campos de trabalhos eram cerca de 990 espalhados no inteiro território nacional. Segundo a organização Laogai Research Foundation ([www.laogai.org](http://www.laogai.org)) atualmente ainda existem 4 milhões de pessoas detentas nos *laogai*.

<sup>131</sup> YMCA (Young Men’s Christian Association) é uma Associação Cristã fundada em 1844 em Londres por George Williams com o objetivo de ajudar na formação dos jovens por meio da vivência da fé em Cristo.



ocidentais, que providenciariam o seu sustento sem receber ajudas de fora e que todos os missionários estrangeiros iriam deixar a China.

O “Manifesto Cristão” foi aprovado oficialmente por Zhou Enlai e logo foi assinado por mais de 400.000 protestantes chineses.<sup>132</sup>

Este acontecimento teve uma influência enorme sobre a Igreja Católica na China. Para os protestantes era relativamente fácil proclamar a própria autonomia do ocidente. A estrutura da Igreja protestante não está ligada à uma liderança central e internacional como é o Papa para a Igreja Católica. Cada comunidade tem o seu pastor, o seu líder. O Partido Comunista viu neste Manifesto a possibilidade de realizar o seu objetivo, ou seja, nacionalizar as Igrejas para poder assimilá-las, enfraquecê-las e em seguida eliminá-las para que na China pudesse nascer uma cultura nova apoiada exclusivamente na verdade científica.

Nesta conjuntura, a Igreja Católica percebeu que a presença maciça de estrangeiros nas fileiras de quem guiava as dioceses chinesas não teria testemunhado a seu favor. O Papa apressou-se a nomear 18 bispos até 1955, todos chineses, a maioria nomeada entre 1949 e 1952. Mas isto não bastou a convencer Mao Zedong da boa vontade da Igreja Católica. Para ele, contavam os fatos do passado e com este parâmetro ele entendia julgar os que considerava os antagonistas do regime instaurado.

O objetivo de Mao de criar divisões internas nos grupos que estava combatendo teve resultados quando no mesmo ano de 1950, no âmbito da Igreja Católica surgiu outra Declaração semelhante ao Manifesto Cristão da Igreja Protestante. Autor desta declaração foi um padre católico, Wang Liangzuo, residente na região setentrional de Sichuan. A declaração levou o nome de Proclama da Independência e da Reforma, também conhecido como Proclama de Guangyuan, do nome da cidade onde o documento teve origem, e se dirigia a todos os católicos chineses. Naturalmente o Partido Comunista deu amplo espaço ao Proclama na imprensa chinesa e ajudou na sua divulgação.

Eis o texto do proclama:

Depois da penetração da Igreja Católica na China, os imperialistas trabalharam com todos os meios para que ela fosse usada como vanguarda da sua invasão. Mas os imperialistas continuam ainda a odiar esta nossa revolução popular, e estendem deliberadamente a guerra de invasão sem cuidar dos repetidos sinais de amor pela paz de todo povo chinês. Acenderam desta maneira o fogo da guerra nas fronteiras norte-ocidentais da nossa pátria, bombardeando cidades pacíficas e matando compatriotas inocentes. Por isto, baseando-nos no amor pela pátria e pelo povo, decidimos interromper todos os relacionamentos com os imperialistas e eliminar todo propósito de amizade ou de temor e admiração em relação à América. Com plena confiança nas nossas forças, estamos decididos a fundar uma nova Igreja que se autogerencie, auto-sustente e se autopropague, não permitindo que a pureza da igreja seja de novo contaminada pelo imperialismo.<sup>133</sup> (Tradução nossa)

<sup>132</sup> ZORZI, op. cit., p. 65-66.

<sup>133</sup> Proclama de Guangyuan apud ZORZI, op. cit., p. 70.

O proclama escrito por um simples padre do interior da China parece retomar os pensamentos do Manifesto Cristão escrito pelos protestantes cristãos. Existem pensamentos contrastantes acerca da origem deste documento que adquiriu uma importância fundamental na história da Igreja Católica chinesa. Muitos estudiosos da história da igreja o consideram um documento singelo, escrito por um padre, apoiado somente por um grupinho de católicos. Se fosse assim, o documento não teria tido a ressonância que teve. Outros autores avançam a idéia que não foi ele o autor do texto, pois a mensagem possui uma linguagem política demais para um simples padre do interior, cuja formação, na época, era bastante limitada e apenas suficiente para desempenhar algumas tarefas pastorais. Segundo esta última hipótese, este padre seria somente um instrumento nas mãos dos funcionários do partido que, inspirados pelo Manifesto Cristão, procuravam uma maneira de atingir os grupos católicos considerados mais perigosos pela sua ligação com o Ocidente.<sup>134</sup> De fato, as últimas linhas do texto referem-se à intenção de construir uma nova igreja que aceitando a teoria das Três Autonomias, se tornaria uma igreja purificada de todos os maus elementos ocidentais.

Tratava-se da primeira proposta de separar a Igreja Católica da Santa Sé, constituindo-a como igreja nacional. Este foi o elemento mais importante do texto, isto é, a proposta de criar uma Igreja *ex novo*. Esta proposta foi logo adotada pelo governo comunista como linha de divisão entre os católicos: de um lado os que se declarassem favoráveis à fundação de uma Igreja completamente chinesa e de outro os que recusassem tal proposta. Com efeito, foi esta a diretriz indicada por Zhou Enlai, em 1951, quando um grupo de bispos católicos decidiu se reunir com ele para esclarecer a posição da Igreja Católica. Eles se encontravam diante de uma escolha difícil, mas que num primeiro momento continha ainda tolerância em relação à ligação com o Vaticano. Zhou Enlai, de fato, propunha a aceitação imediata do Movimento das Três Autonomias com a autorização de manter relacionamentos com o Vaticano desde que esta ligação não interferisse com o poder político chinês. A decisão era difícil de ser tomada. Ao seu redor, os bispos assistiam à penetração do partido em todas as organizações católicas, hospitais e escolas que passavam a ser administradas por funcionários comunistas. Nas escolas, se ainda não era proibido o ensinamento da religião católica, a maioria das disciplinas era, porém, completada com aulas de política e ensinamento do pensamento marxista.

No mesmo ano foi criado o Departamento de Assuntos Religiosos que desempenharia a função de coligação entre as Igrejas e o Estado.

No mês de fevereiro de 1951, os bispos católicos emitiram um documento chamado “A Igreja na China: Declarações de Princípios”<sup>135</sup> no qual depois de negar qualquer tipo de envolvimento com as potências imperialistas e de se opor ao documento de Guangyuan, definindo-o como provocador de cisma, eles se declaravam prontos a dialogar com o governo comunista

<sup>134</sup> Cf. ZORZI, op. cit., p. 71.

<sup>135</sup> LAURENTIN, op. cit., p. 175 e ZORZI, op. cit., p. 74.

apresentando a sua interpretação das Três Autonomias, que lhes permita manter a plena comunhão com o papa. A interpretação dos bispos, porém, não encontrou aceitação nem no governo comunista, cuja imprensa não se dignou mencionar a declaração dos bispos católicos, nem por parte do núncio Mons. Riberi que, no mês seguinte, ameaçou todos aqueles que participassem do Movimento das Três Autonomias com a excomunhão *ipso-facto*, seguindo o aviso do Santo Ofício de 29 de junho de 1950.<sup>136</sup>

A posição de aberta intransigência de Mons. Riberi em relação a qualquer tentativa de diálogo com os comunistas lhe custou a imediata expulsão da China, não obstante ele tentasse de qualquer jeito permanecer no seu lugar. Para os comunistas, Riberi era o representante de um poder estrangeiro, o Vaticano, que se recusava a reconhecer oficialmente a República Popular da China, e Mons. Riberi, em consequência disso, passou a ser classificado como “estrangeiro sem visto”. De fato, “não sendo acreditado junto ao governo não era nada mais que um cidadão em posição irregular”.<sup>137</sup>

Riberi, de outro lado, seguiu fielmente as diretrizes da Santa Sé, que manteve a sua posição anticomunista.

Todavia, um segundo proclama seguiu ao primeiro, em fevereiro de 1951, esta vez apoiado por cerca de 700 católicos, que tinham se reunido para discutir o futuro da Igreja Católica. O documento foi chamado Proclama de Chongqing, nome da cidade onde a reunião se realizou.

Também nós católicos percebemos que a Igreja, quando é usada com objetivos do imperialismo, não somente atrasa a realização da independência, da democracia, da paz e da união da China, mas diante do fato comprovado que os missionários trabalharam como espíões a Shijiazhuang e em outros lugares, agora sabemos que a Igreja originariamente imaculada, encontra-se imersa no sangue homicida. Nós católicos decidimos, por amor à nossa nação, de permanecer unidos e firmes do lado do povo, de apoiar o Programa Comum, de realizar a autogestão, autofinanciamento e a autodifusão da Igreja Católica chinesa, com o objetivo de reforçar uma durável paz no mundo, de lutar para uma nova China independente, democrática, unificada e forte. Fiéis de Chongqing e de outros lugares! Devemos aumentar a nossa vigilância, elevar o novo conhecimento da política, desmascarar os fatos de como o imperialismo usou a Igreja Católica para a invasão secreta da China. Devemos liquidar aqueles elementos na igreja que estão prontos a servir o imperialismo, de maneira tal de cancelar qualquer resquício do imperialismo.<sup>138</sup> (Tradução nossa)

Este texto parece ainda mais forte que o primeiro. Trata-se de um verdadeiro apelo dirigido aos fiéis católicos para que decidissem que lado eles queriam defender. No proclama, no entanto, um só era o lado certo apontado pelos católicos, o lado da China independente, democrática, unida, forte. Pela primeira vez em um texto de católicos se recorreu ao sentido patriótico de

<sup>136</sup> LAURENTIN, op. cit., p. 175.

<sup>137</sup> WEI apud LAURENTIN, op. cit., p. 177.

<sup>138</sup> Cf. Proclama di Chongqing em MYERS, James T. *Nemici senza fucile*. Milão: Jaca Book, 1994. p. 99-100.

cada cidadão. O amor à nação deveria ser mais forte que a fidelidade a uma Igreja apresentada como manchada de sangue homicida. Os católicos usaram a mesma expressão usada por Mao Zedong em muitos dos seus discursos: “ocorre liquidar os maus elementos”, demonstrando que existia uma forte ligação entre uma parcela de católicos e os comunistas, cujas estruturas tinham se espalhado em todo o território chinês. O fato de estes proclamas terem se manifestado somente no interior da China e não nas grandes cidades nos induz a pensar que fosse mais fácil manipular pequenos grupos de católicos que se encontravam distantes das dioceses e dos bispos, que se mantinham firmes na sua oposição ao Movimento das Três Autonomias.

O terceiro destes proclamas, difundido em março de 1951, que repetia a mensagem dos precedentes, foi lançado em Nanquim, justamente a cidade de residência de Mons. Riberi, ao mesmo tempo em que começava a caça aos legionários de Maria. O proclama assinado por cerca de 700 católicos da cidade de Nanquim, sob a guia de Li Weiguang, declarou a independência dos católicos das forças imperialistas e a sua adesão ao Movimento das Três Autonomias, da mesma forma como tinham declarado os dois proclamas precedentes.

No dia 13 de maio de 1951 foi difundida uma carta de Mons. Riberi, na qual ele declarou não aprovar de forma alguma a declaração de Nanquim. O governo chinês incitou os católicos de Nanquim, por meio do padre Li Weiguang, a pedir a imediata expulsão de Mons. Riberi. Os católicos, diante desta iniciativa do governo, recuaram, percebendo que um pedido deste tipo equivaleria a uma traição à própria Igreja. Logo em seguida, o padre Li Weiguang, que tinha apoiado a iniciativa de expulsar o representante papal, foi excomungado oficialmente pela Santa Sé.

Quanto ao Mons. Riberi, este foi preso em Nanquim pouco tempo depois e expulso da China.<sup>139</sup> Depois de permanecer um ano em Hong Kong, viajou para Taiwan. Ali, pouco depois, foi nomeado Núncio de Taiwan. A Santa Sé, com este ato, reconheceu oficialmente a República da China (ROC), proclamada por Chiang Kai-Shek como único governo legítimo da China, decisão que o historiador chinês Ren Yan Li definiu como sendo um “erro histórico que teria criado mágoa para a maioria do povo chinês que vivia no continente”.<sup>140</sup>

Do lado governativo, um artigo publicado no jornal *Renmin Ribao*, relatou as linhas diretrizes que deveriam ser seguidas pelo governo comunista no relacionamento com as igrejas protestantes e católicas. Estas diretrizes estavam contidas no artigo 88 do Programa Comum do Partido Comunista da China. O título do artigo era “Correta compreensão das Questões das Igrejas Protestantes e Católicas”.

<sup>139</sup> AMBROSI, Angelica. *I rapporti diplomatici tra la Santa Sede e la Cina dal 1850 al 1951*. Roma: Lateran University Press, 2003, p. 75-76.

<sup>140</sup> REN YAN LI. *Repubblica Popolare e Santa Sede*. In: GIOVAGNOLI Agostino (a cura di). *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma: Edizioni Studium, 1999, p. 278.

I. A liberdade religiosa deve ser o princípio para tratar as Igrejas Protestantes e Católicas, mas dentro dos círculos da igreja, qualquer influência do imperialismo deve ser eliminada, enquanto o patriotismo deve ser promovido e desenvolvido, mantendo as Igrejas Católicas e Protestantes fora da interferência estrangeira, e transformando-as em atividades sociais do próprio povo chinês.

II. A Igreja não pode levar a evangelização fora das áreas da igreja, enquanto as organizações não-religiosas não devem ir às igrejas para fazer propaganda anti-religiosa. Dado que as atividades da igreja podem afetar o progresso da reforma agrária, antes que a reforma agrária esteja completada e a terra redistribuída, todas as atividades religiosas internas e externas naquelas áreas devem parar (isto inclui o estudo da Bíblia e serviços de oração).

III. O governo naturalmente está suprimindo a literatura que empresta o nome à religião, mas cujos conteúdos estão repletos de difamações contra a democracia do povo. Serão infligidas punições a quem publica esta literatura.<sup>141</sup> (Tradução nossa)

Aqui podemos encontrar já indicadas algumas das características da política religiosa de Mao. A liberdade de religião estava reservada exclusivamente ao fato de ter uma determinada crença religiosa, mas se negava a liberdade de expressar a própria fé fora dos lugares de culto a ela reservada. Era evidente a convicção de que os ensinamentos religiosos contrastavam com a ideologia comunista e, por isso, a religião não poderia interferir na esfera sociopolítica. O patriotismo devia ser o critério de definição do verdadeiro cidadão, característica esta que teria a supremacia sobre qualquer crença religiosa.

#### 2.2.4. A resposta de Pio XII à situação da Igreja Católica na China

Diante destes acontecimentos e alarmado pela expulsão maciça dos missionários estrangeiros da China<sup>142</sup>, o Papa Pio XII começou a se dirigir aos católicos chineses por meio de encíclicas e cartas apostólicas. A primeira, e talvez a menos conhecida, é uma encíclica publicada já em 1951: a *Evangelii Praecones* escrita por Pio XII em ocasião do vigésimo quinto aniversário da publicação da encíclica *Rerum Ecclesiae*, do seu predecessor Pio XI, sobre as missões no mundo. Nela, retomando o tema das missões, Pio XII fez referência à situação dos missionários na China.

Chegam-nos notícias de que não poucos fiéis, como também religiosas, missionários, sacerdotes indígenas e até alguns bispos, precisamente porque se mantiveram e se mantêm heroicamente constantes na própria fé foram expulsos de suas casas e privados de seus bens. Uns andam passando fome

<sup>141</sup> *Renmin Ribao*, 29 de novembro de 1950 in LEUNG, op. cit., p. 90.

<sup>142</sup> Calcula-se que em maio de 1952 90% dos missionários estrangeiros tinham sido expulsos pelo PC da China (cf. LEUNG, op. cit., p. 93).

no exílio, outros estão encerrados em prisões ou em campos de concentração, outros ainda foram cruelmente trucidados. Enche-se de indizível tristeza o nosso coração, ao pensarmos nas angústias, nos sofrimentos e na morte desses queridíssimos filhos.<sup>143</sup>

Logo em seguida, Pio XII escreveu a carta apostólica “*Cupimus imprimis*”, o primeiro documento de um papa dirigido expressamente aos católicos chineses. Depois de assegurar a todos os católicos que a Santa Sé estava ciente da situação difícil que eles estavam atravessando, o Papa Pio XII parece querer explicar aos católicos, e não só a eles, qual era o verdadeiro caráter da missão da Igreja na China, afirmando que ser cristão não é antitético com o fato de ser verdadeiro patriota e de querer o bem para o próprio país. As primeiras linhas parecem querer responder às críticas feitas pelos comunistas quando afirmavam que a Igreja estava a serviço dos Estados Unidos e das outras potências imperialistas e que os cristãos que permanecessem ligados ao Vaticano se recusavam a assumir um espírito patriótico.

Como todos sabem e facilmente podem ver, não faltam certamente aqueles que se ocupam para apoderar-se do poder terreno e procuram todo dia estendê-lo e acrescê-lo sempre mais; mas a Igreja não aspira a isto, nem o procura. Ela, de fato, se esforça de propagar a verdade do evangelho. Aqueles que aderem a ela a ninguém são inferiores no amor à pátria; obedecem às públicas autoridades por dever de consciência e segundo as normas estabelecidas por Deus; dão a cada um, e antes de tudo a Deus, aquilo que é devido. Ela não chama a si um só povo, uma única nação, mas ama as pessoas de qualquer estirpe com aquele amor sobrenatural de Cristo, que deve todos unir como irmãos. Portanto não se pode afirmar que ela esteja a serviço de uma potência particular.<sup>144</sup> (Tradução nossa)

Continuando, Pio XII fez referências às ameaças de divisão da Igreja da China da Sé Apostólica, avisando que quando ela se afastasse da plena comunhão com Roma, não poderia continuar sendo uma verdadeira Igreja Católica.

Igualmente da mesma não se pode pedir que, quebrada a unidade com a qual o seu divino Fundador a quis distinguir e constituídas igrejas particulares em cada nação, estas se separem da Sé Apostólica, onde Pedro vigário de Jesus Cristo, continua a viver nos seus sucessores até o fim dos séculos. Se uma qualquer comunidade cristã quisesse fazer isso perderia a sua vitalidade como um ramo tirado da videira (cf. Jo 15, 6), nem poderia produzir frutos saudáveis.<sup>145</sup> (Tradução nossa)

<sup>143</sup> PIO XII. *Evangelii Praecones. Encíclica sobre o fomento das missões, 2 de junho de 1951.* Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_02061951\\_evangelii-praecones\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_02061951_evangelii-praecones_po.html). Acesso em: 4 de abril de 2006.

<sup>144</sup> PIO XII. *Cupimus imprimis. Lettera Apostolica sualla Chiesa Cattolica in Cina, 18 gennaio 1952.* Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/apost\\_letters/documents/hf\\_p-xii\\_apl\\_19520118\\_cupimus-imprimis\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/apost_letters/documents/hf_p-xii_apl_19520118_cupimus-imprimis_it.html). Acesso em: 10 de fevereiro de 2005.

<sup>145</sup> PIO XII, loc.cit.



Logo em seguida, ele passou a explicar o papel que desde o início da evangelização na China os missionários estrangeiros desempenharam e procurou sublinhar o interesse da Santa Sé em criar uma hierarquia eclesiástica completamente chinesa onde os bispos de nacionalidade chinesa pudessem vir a substituir permanentemente os de nacionalidade estrangeira.

Nem é desconhecido por vocês que os missionários das nações estrangeiras são enviados no meio de vocês somente por este motivo, porque providenciam às imensas necessidades do vosso povo naquilo que diz respeito à religião cristã, e prestam a sua ajuda ao clero autóctone, que numericamente ainda não é suficiente às mesmas necessidades. Portanto, apenas esta Sé apostólica teve a possibilidade de confiar as vossas dioceses a bispos que fossem vossos concidadãos, o fez com muito prazer. Já se passaram vinte e cinco anos, de fato, desde que o Nosso predecessor Pio XI, pelo seu ardente amor pela Igreja de China, consagrou ele mesmo na majestade da basílica de São Pedro os primeiros seis bispos, escolhidos entre o vosso povo; e Nós mesmos, nada mais desejamos que acrescentar e fazer sempre mais duradouros os progressos da vossa Igreja. Poucos anos atrás constituímos a sagrada hierarquia na China e elevamos à dignidade da púrpura romana, primeiro nos anais da história, um vosso concidadão.<sup>146</sup> (Tradução nossa)

Ele lançou um apelo para impedir que os missionários fossem expulsos, colocando em relevo a sua ação positiva no meio do povo chinês, assim como positivo e honesto foi definido o trabalho das religiosas que se ocupavam das obras sociais. Trata-se, portanto, em nosso entendimento, de uma carta que o papa escreveu, não tanto para acusar, quanto para convencer o povo chinês e, sobretudo, o governo comunista.

Dois anos depois, ele escreveu um outro documento aos chineses. Desta vez, tratou-se da encíclica “*Ad Sinarum Gentem*”. Na abertura do documento, ele constatou que a situação não tinha melhorado desde 1952, data em que ele escreveu a carta apostólica *Cupimus imprimis*. O papa sabia que a carta não tinha chegado aos católicos e, por isso, ele repetiu os trechos mais importantes da carta precedente, sobretudo no que se referia ao patriotismo, indicando-o como característica ínsita no cristão acostumado a viver a célebre frase de Jesus: “Devolvei, pois, o que é de César a César, e o que é de Deus a Deus”.<sup>147</sup> Ele reiterou que a Igreja Católica nunca negou à Igreja Chinesa poder ter uma hierarquia composta por chineses, sustentada exclusivamente pelas ofertas dos fiéis chineses, e poder ter uma doutrina que possa levar em conta as características da cultura chinesa.

Todos devem notar que Nós desejamos vivamente que chegue logo o tempo no qual para as necessidades da igreja chinesa possam ser suficientes os meios financeiros que os fiéis chineses conseguem fornecer a ela. Finalmente alguns entre vocês gostariam que a vossa igreja fosse completamente independente não somente como dissemos no governo e pela parte econômica; mas pre-

<sup>146</sup> PIO XII. *Cupimus imprimis*, op. cit.

<sup>147</sup> Evangelho de Lucas, 20:25.



tendem de reivindicar uma “autonomia” também no ensinamento da doutrina cristã e na sagrada pregação. Não negamos que a maneira de pregar e de ensinar deva ser diferente segundo os lugares e, portanto, deva ser conforme, quando é possível, à natureza e ao caráter particular do povo chinês, como também aos seus antigos tradicionais costumes.<sup>148</sup> (Tradução nossa)

Pio XII queria esclarecer que o Movimento das Três Autonomias avançava propostas que distorceriam a natureza da Igreja Católica na China levando-a a se separar definitivamente da Igreja-Mãe. Em tons fortes e decididos, o Papa Pio XII explicou aos cristãos a impossibilidade de aderirem ao Movimento das Três Autonomias:

Podeis, portanto, facilmente ver, veneráveis irmãos e diletos filhos, como não possa pretender de ser considerado e honrado do nome de católico aquele que professe ou ensine diversamente de quanto até aqui brevemente expomos, como fazem aqueles que aderiram àqueles perigosos princípios, do qual é informado o movimento das “três autonomias” ou a outros princípios do mesmo tipo. Os promotores de tais movimentos com suma astúcia procuram enganar os simples ou os pávidos, ou de afastá-los do caminho certo; a tal finalidade afirmam falsamente que são verdadeiros patriotas somente aqueles que aderem à igreja por eles ideada, isto é, aquela que tem as “três autonomias”. Mas na realidade eles procuram constituir finalmente junto de vós uma igreja, como eles dizem, “nacional”, a qual não poderia ser mais católica, porque seria a negação daquela universalidade, ou seja, “catolicidade”, pela qual a sociedade verdadeiramente fundada por Jesus Cristo é acima de todas as nações e todas as abraça.<sup>149</sup>

Ele terminou a encíclica convidando todos os cristãos a suportar as perseguições ligadas à escolha de fidelidade a Roma e deixando-os nas mãos de Deus.

Certamente, veneráveis irmãos e diletos filhos, não é leve a luta que vos é imposta pela lei divina. Mas Cristo Senhor que declarou bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, comandou-lhes de alegrar-se e regozijar-se porque grande será nos céus a sua recompensa (cf. Mt 5,10-12). Ele mesmo benigno vos auxiliará do céu com a sua potente ajuda, para que possam combater o bom combate e guardar a fé (cf. 2 Tm 4, 7).<sup>150</sup> (Tradução nossa)

O fato de confiar os cristãos somente ao auxílio de Deus, sem uma visível tentativa de entrar concretamente em contato com as forças governativas, significava para alguns chineses que a Igreja de Roma estava de certa forma os abandonando ao seu destino e que o papa estava se recusando a entender

<sup>148</sup> PIO XII. *Ad Sinarum Gentem. Paternae esortazioni alla Chiesa cattolica in Cina, 7 ottobre 1954*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_07101954\\_ad\\_sinarum\\_gentem\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_07101954_ad_sinarum_gentem_it.html). Acesso em: 4 de fevereiro de 2005.

<sup>149</sup> PIO XII. *Ad Sinarum Gentem*, op. cit.

<sup>150</sup> *Ibid.*



que a Igreja na China fazia parte de uma realidade completamente diferente do resto do mundo e que, por essa razão, precisava ser compreendida com critérios diferentes daqueles usados no ocidente. Para os comunistas e para todo o clero que apoiava o regime comunista - somente esta parte do clero teve acesso às mensagens papais - a encíclica souo como confirmação de uma declarada hostilidade por parte da Santa Sé e uma rejeição de todos os católicos que começaram a ser chamados de patrióticos, que, aos olhos comunistas, tinham entendido o verdadeiro sentido de ser chinês.

A resposta do governo concretizou-se em numerosas prisões de bispos, padres e religiosos que se opunham ao Movimento das Três Autonomias. O governo comunista queria atingir principalmente o bispo de Xangai, Mons. Ignazio Gong Pinmei, cuja diocese, junto com a de Cantão, representava as últimas fortalezas de ligação da Igreja da China com Roma. Junto com ele foram presos outros vinte e três religiosos e cerca de outras trezentas pessoas ligada ao bispo Gong Pinmei.<sup>151</sup>

As prisões dos bispos deixaram vacantes numerosas dioceses. Com o intuito de evitar que tais ausências justificassem as ordenações ilícitas de novos bispos, em 1957 Propaganda Fide dirigiu uma carta à Diocese de Xangai permitindo uma ampliação de poderes aos padres da diocese em vista de uma continuação das atividades pastorais.

Reverendos Padres,

A Santa Sé, sempre preocupada com o bem-estar de cada diocese e vendo as especiais circunstâncias que pertencem ao vosso país, já em 1948 concedeu poderes especiais aos ordinários locais na China para autorizar sacerdotes a se ocuparem da própria liderança nas respectivas dioceses durante a ausência do Bispo ou quando ele esteja impedido de exercer sua própria autoridade. Portanto este ofício, seguindo as diretivas de Sua Santidade, o Papa Pio XII, promulga e ordena por meio dessa carta oficial que todos os sacerdotes, e cada um dos sacerdotes em comunhão com a Santa Sé possuam todo o poder necessário a exercer efetivamente os seus deveres pastorais enquanto não conseguem comunicar com o seu ordinário local.

Cardeal Biondi- Prefeito Sagrada Congregação Propaganda Fide  
Março de 1957<sup>152</sup> (Tradução nossa)

Todavia, a leve abertura demonstrada por Propaganda Fide em relação à peculiar situação do clero chinês não teve os efeitos esperados. Os destinatários da carta encontravam-se todos na prisão e a comunicação de Roma permaneceu desconhecida aos sacerdotes que tinham conservado a comunhão com a Santa Sé.

De outro lado, o governo comunista encarregou o Departamento de Assuntos Religiosos<sup>153</sup> de organizar uma assembléia preparatória para a

<sup>151</sup> ZORZI, op.cit. p. 113.

<sup>152</sup> Documento n. 1023/57 de Propaganda Fide apud LAM, op. cit. p. 22-23.

<sup>153</sup> O Departamento de Assuntos Religiosos tinha sido criado em 1951 com o objetivo de tratar com os muçulmanos, mas logo depois recebeu a diretriz do Partido de estender o seu controle a todas as religiões.

constituição da primeira Associação Patriótica em nível nacional. Dessa assembléia participaram bispos, vigários gerais e leigos, além do chefe do Departamento de Assuntos Religiosos, que deveria garantir que a assembléia dirigisse os seus trabalhos seguindo as diretrizes do partido. A mensagem dirigida a todos os católicos na conclusão da assembléia apresentava os motivos da constituição da Associação Patriótica.

Com o objetivo de estreitar mais ainda a união dos eclesiásticos e dos católicos do país inteiro, para potencializar mais o espírito patriótico e participar mais ativamente da construção da pátria e de todos os movimentos e para ajudar mais o governo a atuar a sua política em relação à liberdade de crença religiosa, nós consideramos necessário fundar uma organização patriótica em nível nacional.<sup>154</sup> (Tradução nossa)

A Associação Patriótica Católica Chinesa (APCC) nasceu em julho de 1957 durante a Conferência Nacional dos Delegados Católicos, realizada em Pequim do dia 17 de junho ao dia 2 de agosto. A sua fundação oficializou as divergências e incompreensões entre uma parte da Igreja Católica chinesa e o Vaticano. Pela primeira vez alguns bispos chineses tinham escolhido alinhar-se com o governo comunista contra o Vaticano.

A comunicação que Mons. Ignazio Pi Shushi, eleito presidente da APCC, dirigiu à Santa Sé desencadeou uma forte reação do Vaticano e também de uma parte do clero chinês, que escolheu defender até às últimas conseqüências a sua fidelidade a Roma.

Nesta comunicação foi traçada uma clara linha de demarcação entre a Igreja na China e o Vaticano, acusado de utilizar o catolicismo para servir às agressões do colonialismo e do imperialismo americano:

A Conferência definiu claramente as relações entre a Igreja Católica na China e a Santa Sé de Roma. Todos os delegados reconheceram que a nossa Igreja na China deve manter o espírito da nossa santa Igreja Católica. No que diz respeito às doutrinas religiosas nas quais crer e aos regulamentos eclesiásticos a serem observados, devemos obedecer ao papa de Roma. Não temos dúvida neste ponto. Mas nós vemos também claramente que a Santa Sé de Roma sempre foi hostil à nova China. A Santa Sé utiliza o catolicismo para servir às agressões do colonialismo e do imperialismo americano. A Santa Sé se serve dos seus poderes religiosos para incitar os padres e os fiéis chineses a se oporem à sua própria pátria. Todos os delegados se encontraram de acordo para dizer que a Santa Sé de Roma comina “ex-comunhões” irracionais contra os padres e os fiéis que aderem à Associação Patriótica. Nós consideramos estas ex-comunhões como reacionárias, ilegais, sem efeito, e absolutamente inaceitáveis. Por isto, decidimos traçar uma clara linha de demarcação política entre nós e a Santa Sé de Roma.<sup>155</sup> (Tradução nossa)

<sup>154</sup> POLITI, Gianfranco. La fondazione dell'Associazione Patriottica dei Cattolici Cinesi. *Asia News* -Supplemento a “Mondo e Missione”, n. 7 – agosto e setembro 1997, p. 47.

<sup>155</sup> POLITI, op. cit., p. 51

A mensagem era clara. Mesmo reconhecendo a autoridade religiosa da Santa Sé em matéria doutrinal, os representantes da APCC rejeitavam a influência de Roma nas questões sociais e políticas. Entre os delegados católicos, porém, havia também a presença de bispos mais moderados, que mesmo não concordando plenamente com as decisões tomadas pela Conferência, acreditavam que a única maneira de salvar a Igreja Católica na China fosse permanecer nas suas estruturas oficiais. Esta tendência moderada entre o conjunto dos bispos resultou nas tentativas de salvar uma ligação, ao menos formal, com Roma, que os mais radicais estavam tentando romper definitivamente. De fato, no problema das nomeações dos bispos, eles propuseram que o Vaticano tivesse a palavra definitiva sobre esta escolha. A eleição dos bispos seria por conta da hierarquia chinesa, mas ao Papa caberia a autorização definitiva. Alguns bispos tiveram a idéia de organizar uma peregrinação a Roma para levar estas propostas pessoalmente ao Papa. O partido convenceu-os a não aprovar tal proposta. Mesmo assim, os bispos se comunicaram com Roma, enviando telegramas para Propaganda Fide, esperando que o Papa pudesse compreender a difícil situação no qual eles se encontravam e pudesse lhes indicar um caminho que os tirasse desta ambigüidade.

A situação política mundial em que o Vaticano tinha que se mover não facilitou as coisas. Pio XII se demonstrou inflexível. A Igreja Católica não podia chegar a nenhum tipo de compromisso com os comunistas e com aqueles que tinham se unido a eles. Devemos, porém, lembrar que a referência que o bispo Ignazio Pi Shushi fez às excomunhões cominadas pela Santa Sé a padres e leigos não corresponde a verdade. A Santa Sé ameaçou excomungar os bispos que consagrassem outros bispos sem autorização papal, mas a ameaça nunca foi concretizada. Uma só vez, em toda a história entre a China e o Vaticano, a Santa Sé procedeu de fato a excomungar um padre chinês, e foi no caso de Li Weiguang, que foi excomungado em fevereiro de 1952 por ter apoiado a expulsão de Mons. Antonio Riberi, o então núncio papal na China.<sup>156</sup>

Aos olhos do Papa, a proposta de que ele desse autorização definitiva aos nomes propostos pela hierarquia chinesa significava colocá-lo diante de uma questão já decidida. Não aceitou limitar a autonomia e o primado papal. Ele não poderia aceitar que um governo leigo, e ainda mais comunista, tomasse o controle da Igreja Católica na China. A resposta negativa de Pio XII despertou em muitos a convicção de que Roma não tinha se esforçado bastante para compreender a complexa situação em que a Igreja Católica da China se encontrava.

A distinção feita por Pio XII de cristãos que tinham se afastado da comunhão com Roma e cristãos que tinham permanecido fiéis e que mereciam a sua gratidão, não correspondia à realidade. Entre as fileiras daqueles que aceitaram participar da constituição da Associação Patriótica, os pensamentos em relação ao Vaticano eram contrastantes. Havia aqueles que estavam

<sup>156</sup> KING, Geoffrey. *Una chiesa scismatica? Una valutazione canonica*. In TANG, Edmond e WIEST, Jean-Paul. *La Chiesa cattolica nella Cina di oggi*. Bolonha: EMI, 1993, p. 129.

convencidos de que a Igreja da China tivesse que romper completamente as suas ligações com Roma, considerando o Vaticano um servo do imperialismo, mas havia também aqueles que pensavam que era necessário fazer de tudo para que a Igreja Católica na China sobrevivesse, não sumindo sob os golpes do governo comunista. Este fazer de tudo significava aceitar uma certa separação de Roma, que representava para eles um mal menor em vista de um bem maior, que era a sobrevivência da Igreja Católica na China. Demonstração disso foram as numerosas tentativas feitas para obter a aprovação de Roma a estas suas atitudes. Estes bispos continuavam a ser submetidos a uma forte pressão psicológica por parte do governo comunista, sentiam dúvidas sobre qual seria a melhor posição a ser tomada pelo bem da própria Igreja Católica e, ao mesmo tempo, percebiam a falta de bispos em muitas dioceses (expulsos porque estrangeiros ou presos porque chineses que se opunham à própria nação).

Mas Roma parecia não compreender isto. A sua posição inflexível neste período contribuiu para que a fenda de divisão que estava se criando entre a Igreja da China e o Vaticano se tornasse maior.

Alguns católicos manifestaram, em uma mensagem dirigida a Roma, esta decepção em relação ao comportamento do Papa.

Vemos claramente que a nossa sociedade e aquela na qual se encontra a Santa Sé não são as mesmas e que Roma, evidentemente, não é capaz de compreender a nossa maneira de pensar e os nossos sentimentos, e que não é possível para eles entender a nossa maneira de agir. O fato é que nós não podemos deixar de reconhecer que a Santa Sé tem diversidade de visões do ponto de vista político, isto é, ela assume uma posição reacionária tratando da Igreja da nova China. A Santa Sé não compreende a sociedade chinesa. A sua posição política limita a sua compreensão. É o obvio resultado é a sua oposição a nossa legítima ação.<sup>157</sup> (Tradução nossa)

A ameaça de um cisma (teria sido o segundo depois do cisma da Inglaterra, de 1534) se concretizou quando o governo chinês decidiu que chegara a hora de demonstrar que a Igreja na China não precisava da autorização do Vaticano para suprir as necessidades das próprias dioceses. O governo pressionou os bispos para que fossem escolhidos candidatos para as dioceses vacantes.

No início de 1958, na província do Hubei, foram escolhidos dois bispos, os Franciscanos Dong Guangqing e Yuan Wenhua, escolhidos para as respectivas dioceses de Hankou e Wuchang. Logo foi enviado um telegrama para a Congregação de Propaganda Fide pedindo que o Papa aprovasse as escolhas feitas. Todavia, mais uma vez Propaganda Fide comunicou a definitiva rejeição do papa à proposta de aprovação reiterando que as eleições eram consideradas nulas dado que somente o Papa poderia nomear os bispos como afirmava o decreto do Santo Ofício de 1951.<sup>158</sup> Uma das razões apre-

<sup>157</sup> *Mensagem dos católicos chineses ao Vaticano* apud KING, op. cit, p. 133.

<sup>158</sup> KING, op. cit. p. 129.

sentada pelo Vaticano como sustentação da sua rejeição foi que a falta de comunicação estável entre a China e o Vaticano não permitiria ao Santo Padre ter um conhecimento válido dos candidatos e que, portanto isto o impediria de ratificar tais eleições. Junto com a comunicação de Propaganda Fide, foi enviada também de Roma, uma carta do Ministro Geral dos Franciscanos pedindo que os dois freis não aceitassem ser consagrados sem o consentimento do Papa.<sup>159</sup>

Não obstante estas tentativas, a consagração dos dois bispos aconteceu em abril de 1958.

Depois destas duas consagrações, o governo comunista aumentou o seu controle sobre a Igreja Católica da China. Se até então tinha permitido que os bispos tentassem obter do Papa a aprovação dos seus atos, agora ele negou ao clero chinês qualquer tentativa de entrar em contato com a Igreja de Roma. As ligações com o Papa tinham que ser interrompidas definitivamente e todos aqueles que se opusessem a tal decisão seriam imediatamente presos.<sup>160</sup> O clero chinês encontrou-se entre dois fogos: de um lado, a inflexibilidade do Papa, que ameaçava de excomunhão, de outro a intolerância do governo a qualquer tipo de relação entre eles e o Vaticano, mesmo se espiritual.

Podemos entender que esta situação colocou a duras penas os representantes da Igreja Católica chinesa. Muitos revelaram que, mesmo continuando a realizar as consagrações consideradas ilícitas pelo Vaticano, fizeram isso com grande sofrimento, mantendo no seu coração a comunhão com Roma.<sup>161</sup>

As consagrações dos bispos chineses realizadas sem a autorização de Roma levaram o Papa Pio XII a escrever o terceiro documento do seu pontificado que se ocupava exclusivamente da China. A encíclica *Ad Apostolorum Principis* foi escrita em 29 de junho de 1958 e continha exortações e normas para a Igreja Católica da China. Também esta encíclica, como as duas precedentes, não chegou ao clero chinês. Somente alguns bispos conseguiram ter acesso ao documento papal, por meio de contatos com o Departamento de Assuntos Religiosos. Conhecendo isto, o Papa Pio XII, na primeira parte da encíclica, repetiu os conteúdos das duas precedentes comunicações.

Lendo a encíclica percebemos que o Papa havia identificado a situação em que o clero chinês se encontrava, dividido entre prisões físicas e psicológicas:

Os cursos forçados de doutrinação, intermináveis aulas e extenuantes debates, que se repetem por semanas e meses, exercem uma violência de ordem psicológica, que visa a obter uma adesão que muitas vezes não tem mais nada de humano. Sem dizer da tática intimidativa, praticada com todo meio,

<sup>159</sup> So-called “excommunication of Firste Patriotic Bishops,” April, 1958. *Osservatore Romano*, 26 de abril de 1958. In: INSTITUTE OF CATHOLIC HISTORY FU-JEN CATHOLIC UNIVERSITY. *A collection of documents on the history of the 60 years of Sino-Vatican diplomatic relations*. Taipei (Taiwan): 2002, p. 26.

<sup>160</sup> LAM, op. cit. p. 37.

<sup>161</sup> *Ibid.*, p. 38-39.

dissimulado ou manifesto, em todo ambiente público ou particular, das confissões forçadas e dos campos de reeducação, das humilhantes sessões de julgamentos populares, etc.<sup>162</sup>

O conhecimento, portanto, da grave situação, da forte pressão psicológica a que eram submetidos os bispos e todo o clero chinês, junto com os fiéis católicos, poderia ter levado o papa a conceder uma certa gradação na aplicação das normas canônicas. Ao contrário disso, na segunda parte da encíclica o papa reafirmou que o magistério da Igreja e a autoridade que lhe foi dada por ordem divina não podiam ser limitados de forma alguma, rejeitando de maneira absoluta a afirmação segundo a qual as questões sociais e econômicas não entrariam nos assuntos dos quais a Igreja Católica deveria se ocupar.

Era inadmissível para o Papa Pio XII que se pudesse pensar que fosse direito dos católicos eleger os próprios bispos, definindo como “grave ato de rebeldia” as eleições abusivas dos bispos chineses.

Com efeito, os cânones sagrados, clara e explicitamente estabelecem que pertence unicamente à Sé Apostólica julgar a idoneidade de um eclesiástico para a dignidade e a missão episcopal e que pertence ao romano pontífice nomear livremente os bispos. E mesmo quando, como em determinados casos, na escolha de um candidato ao episcopado é admitido o concurso de outras pessoas ou entes, isto acontece legitimamente somente em virtude de uma concessão – expressa e particular – feita pela Sé Apostólica a pessoas ou a corpos morais bem determinados, com condições e em circunstâncias bem definidas. Dito isto, deriva que os bispos não nomeados nem confirmados pela Santa Sé, e ao contrário, escolhidos e sagrados contra suas explicitas disposições, não podem gozar de nenhum poder de magistério nem de jurisdição; pois a jurisdição vem aos bispos unicamente através do romano pontífice.<sup>163</sup>

Pio XII lembrou a todos os bispos que eles não eram independentes da autoridade papal mas “que são obrigados ao dever de subordinação hierárquica e de verdadeira obediência a ela não somente para as coisas de fé e moral, mas, também, nas que dizem respeito à disciplina e ao governo da Igreja”.<sup>164</sup> E para reforçar este chamado à ordem e subordinação, o Papa Pio XII citou um trecho do Decreto da Sagrada Congregação do Santo Ofício de 9 de abril de 1951.

Pelo exposto deriva que nenhuma outra autoridade, a não ser a do pastor supremo, pode revogar a instituição canônica atribuída a um bispo; nenhuma pessoa ou assembléia quer de sacerdotes quer de leigos, pode se arrogar o

---

<sup>162</sup> PIO XII. *Ad Apostolorum principis. Exortações e normas para a Igreja Católica na China*, 29 de junho de 1958. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_29061958\\_ad-apostolorum-principis\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_29061958_ad-apostolorum-principis_po.html). Acesso em: 23 de out. 2005.

<sup>163</sup> PIO XII. *Ad Apostolorum principis*, op. cit.

<sup>164</sup> *Ibid.*

direito de nomear bispos; ninguém pode conferir legitimamente a consagração episcopal sem antes ter a certeza da existência do apropriado mandato apostólico. De forma que, para essa consagração abusiva, que é um atentado gravíssimo à própria unidade da Igreja, é estabelecida a excomunhão reservada *de modo especialíssimo* à Sé Apostólica, em que incorre automaticamente (*ipso facto*) não somente quem recebe a consagração arbitrária, mas também quem a confere.<sup>165</sup>

Esta condenação foi vista pelos bispos chineses, que tentavam chegar a um compromisso com o governo comunista, como uma declaração de abandono por parte da Santa Sé e demonstração de não querer compreender de forma alguma a posição deles. Roma não deixou de seguir as próprias normas. Todavia, como lembramos anteriormente, a Igreja de Roma nunca enviou decretos específicos de excomunhão por terem consagrado um bispo nem por terem sido consagrados. Isto nos faz pensar que não obstante os tons severos e duros da encíclica, a Igreja tinha consciência de quanto complexa era a situação na China. Contudo, faltou demonstração explícita de compreensão do esforço que os católicos chineses estavam fazendo para tentar demonstrar ao governo comunista que podiam viver a sua fé e o seu patriotismo sem lesar nem uma nem outro.

Esta encíclica foi um dos últimos documentos expressamente dirigidos ao povo chinês. Uma outra encíclica promulgada pelo Papa Pio XII em julho do mesmo ano foi a *Meminisse Iuvat*. Neste documento o Papa delineou a situação mundial da Igreja Católica, os seus problemas e, sobretudo, citou a situação das perseguições nas quais, naquela época, os cristãos de algumas nações viviam. No trecho em que ele fala das consagrações ilegítimas dos bispos, podemos reconhecer a situação da China e a ulterior tentativa de Pio XII de reafirmar que só a Santa Sé tinha a autoridade de nomear e consagrar os bispos, além da evidente preocupação do papa de que a Igreja da China pudesse se tornar “coisa interna de uma só nação, dependente da autoridade civil, e não uma instituição divina, e destinada a acolher todos os povos”.<sup>166</sup>

O Papa Pio XII morreu no mesmo ano, deixando ao seu sucessor uma Igreja Chinesa na proximidade de um possível cisma.

### 2.2.5. João XXIII, a abertura da Igreja Católica ao mundo e a China

João XXIII foi eleito no dia 28 de outubro de 1958.

Ao explicar a razão da escolha do nome João, ele disse que esse nome sempre pertenceu a papas que tiveram pontificados breves. De fato, o seu

<sup>165</sup> Ibid.

<sup>166</sup> PIO XII. *Meminisse Iuvat. Orações públicas pela paz no mundo e liberdade da Igreja na Novena de Assunção, 14 de julho de 1958*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_14071958\\_miminisse-iuvat\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_14071958_miminisse-iuvat_po.html) Acesso em: 14 mai. 2006.

pontificado duraria somente quatro anos, mas apesar da brevidade com a qual governou a Igreja, João XXIII foi um renovador da Igreja Católica, que colocou em relevo palavras como atualização, diálogo, colegialidade dos bispos, etc. À diferença do seu predecessor, ele se negou a pronunciar a expressão anticunismo e fez de tudo para que ao Concílio Vaticano II (11/10/1962-08/12/1965), os bispos, representantes de Moscou e Sofia, pudessem ir como observadores da Igreja Ortodoxa.

No seu breve pontificado, ele elevou o diálogo a instrumento por excelência nas relações pessoais e internacionais, convidando a Igreja Católica a abrir-se a todas as realidades do mundo, empenhando-se a encontrar possíveis caminhos de diálogo com as diversas realidades políticas e sociais.

Esta abertura colocou as bases para a política vaticana definida como *Ostpolitik*<sup>167</sup>, que visou, nos anos 60, construir um diálogo político com os países do Leste Europeu, nos quais a Igreja Católica sofreu uma situação de separação do Vaticano, similar àquela da Igreja na China.

A Santa Sé conseguiu obter nestes países resultados positivos em termos de relações diplomáticas e de liberdade religiosa. O mesmo não aconteceu com a China devido a diversos fatores que a diferenciam dos países do Leste Europeu. Dentre eles o número de católicos presentes na Europa Oriental: pensando somente na Polônia, os católicos representam cerca de 90% da população. Na China os católicos representam somente 0,8% da população.<sup>168</sup> Além disso, na China a religião católica sempre foi associada ao colonialismo, sendo considerada como uma religião de origem estrangeira, pensamento este que não encontramos nas populações européias. Outra importante diferença é o fato que no Leste Europeu o comunismo foi imposto pela União Soviética e na China ele foi instaurado por escolha popular, por meio de uma revolução que foi apoiada pela grande maioria da nação na esperança de livrar-se da agressão estrangeira. Muitas vezes os representantes do Vaticano, como Riberi, rejeitaram e combateram publicamente os comunistas, sem fazer nenhum esforço de compreensão dos sentimentos, não somente do povo chinês, mas do próprio clero chinês que, naturalmente, alegrou-se com a perspectiva de uma independência chinesa.

Apesar da abertura que marcou o pontificado de João XXIII, inaugurando uma época nova para a Igreja universal, os primeiros pronunciamentos de João XXIII em relação à China não foram positivos. Já nas primeiras semanas do seu pontificado, dirigindo-se ao Consistório Secreto do Colégio dos Cardeais, no dia 15 de dezembro de 1958, afirmou que as ordenações ilícitas dos bispos pavimentaram o caminho em direção a um deplorável cisma.

<sup>167</sup> O arquiteto da *Ostpolitik* foi o Cardeal Agostino Casaroli que com a colaboração de Dom Franz König, Cardeal de Viena, trabalhou até 1989, ano da queda do Muro de Berlim para melhorar as relações com os países do Leste Europeu. O acordo assinado entre a Santa Sé e a Hungria em 1964 foi o primeiro acordo resultado da aplicação da *Ostpolitik*. (Ver CASAROLI, Agostino. *Il martirio della pazienza. La Santa Sede e i paesi comunisti (1963-1989)*. Turim: Einaudi, 2000 e LEUNG, op. cit. p. 48-72.

<sup>168</sup> REN YAN LI. *Repubblica Popolare Cinese e Santa Sede*. In: GIOVAGNOLI, Agostino (a cura di). *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma: Edizioni Studium, 1999, p. 277.





Esta palavra “cisma”, ao ser pronunciada, parece quase queimar-Nos os lábios e ferir-Nos o coração. Não podemos que suplicar a Deus para que na Sua misericórdia Ele possa afastar o tipo de calamidade como aquela que está ameaçando a comunidade católica da China.<sup>169</sup> (Tradução nossa)

Ele usou a palavra “cisma” referindo-se à situação da Igreja Católica na China também em outras ocasiões. Escrevendo ao Cardeal Clemente Micara, ele manifestou o seu temor em relação ao grave perigo que a China estava correndo de incorrer em um “desastroso cisma”. E continuou: “Desejaríamos não precisar usar esta penosa palavra. Todavia, somos forçados a fazer isso, dado que o Supremo Pastor não pode permanecer em silêncio diante da perda ameaçadora de uma porção do seu rebanho, uma porção tão rica na sua antiga e nobilíssima cultura e na sua fina gentileza de alma”.<sup>170</sup>

E em maio do mesmo ano, João XXIII, em ocasião do Encontro de Pentecostes, anunciou que a situação da China estava piorando, pois havia lá pessoas muito ansiosas para provocar um grave cisma.<sup>171</sup>

Como podemos perceber, não obstante a palavra cisma fosse repetidamente citada nos pronunciamentos de Papa João XXIII, ela nunca é usada para afirmar que o cisma já aconteceu. De fato, nunca houve uma declaração formal do papa afirmando que a Igreja Chinesa fosse uma Igreja cismática.<sup>172</sup>

João XXIII, na maioria das vezes, fazia referência aos documentos do seu predecessor em relação à China, mas quando no mesmo ano de 1959 ele teve contato com especialistas sobre a China, e por meio destes recebeu uma outra visão da situação chinesa, prontamente ele mudou a sua atitude, até agora inflexível e negativa, para assumir uma atitude mais aberta e esperançosa.

Em 1959, de fato, tinha se realizado em Hong Kong um encontro de especialistas junto ao Cardeal Agagianian, então prefeito da Congregação de Propaganda Fide. A conclusão à qual chegaram foi que as novas consagrações na China eram válidas, mesmo se ilícitas, e que a Igreja na China não era cismática.

Logo depois, Mons. Carlos van Melckebeke, que era o representante da Santa Sé junto aos Chineses da diáspora, teve uma conversação com João XXIII, que ele contou com estas palavras:

O Santo Padre me perguntou: -Até onde se estende o cisma na China? Eu respondi: - Santo Padre, não há cisma na China! Papa João, levantando os

---

<sup>169</sup> JOÃO XXIII. To a secret consistory. An Address of Pope John XXIII to a Secret Consistory of the College of Cardinals. Dec. 15, 1958. In: INSTITUTE OF CATHOLIC HISTORY FU-JEN CATHOLIC UNIVERSITY, op. cit., p. 65.

<sup>170</sup> Id., Prayer for China. Letter to Clement Cardinal Micara. January 12, 1959. In: INSTITUTE OF CATHOLIC HISTORY FU-JEN CATHOLIC UNIVERSITY, op. cit., p. 75.

<sup>171</sup> Id., Sorrows and Joys of the Church. Na Address of Pope John XXIII to the Faithful After Vespers on Pentecost Sunday. May 17, 1958. In: INSTITUTE OF CATHOLIC HISTORY FU-JEN CATHOLIC UNIVERSITY, op. cit., p. 79.

<sup>172</sup> KING, op. cit. p. 147.



olhos, ao mesmo tempo um pouco surpreso e muito feliz, me perguntou: - Como você sabe isso? A minha resposta foi: - Santo padre, vivi na China por 30 anos, conheço os bispos, os padres e os católicos chineses. Para mim, um cisma na Igreja Chinesa é inconcebível.<sup>173</sup> (Tradução nossa)

Já em 1961, o Papa João XXIII demonstrou a sua mudança de atitude, escrevendo uma carta aos bispos de Taiwan e fazendo referência aos que na China Continental ousavam afirmar o desejo de pertencer à Igreja sem estar unidos ao Romano Pontífice:

Na Nossa paternal afeição para todos, Nós confiamos e esperamos que a atual realidade não seja tão triste e inquietante, e pedimos que o Divino redentor todo dia ilumine suas mentes e que a graça alcance estas vacilantes consciências. É por esta razão que Nós nos abstivemos de usar palavras mais graves e, ao invés disso, continuaremos a rezar e convidar outros a fazer o mesmo.<sup>174</sup> (Tradução nossa)

No ano seguinte (1962), um grupo de bispos que haviam passado muitos anos na China, reunindo-se durante a primeira sessão do Concílio, chegou às mesmas conclusões de Mons. Carlos van Melckebeke, conclusões que foram apresentadas ao Papa. Ao escutá-las, o Papa João XXIII prometeu que a palavra cisma nunca mais seria usada tratando da situação da Igreja Católica na China.<sup>175</sup>

Enquanto isso, na China, a Igreja Católica continuava a viver momentos difíceis e incertos. A Campanha das Cem Flores, lançada em 1956, tinha alimentado a esperança entre o clero chinês de que algo teria finalmente mudado e que a liberdade de expressão que estava sendo oferecida pelo governo comunista pudesse se refletir logo em liberdade religiosa. Mas a Campanha Antidireitista que se seguiu não somente apagou violentamente as esperanças recém nascidas entre o clero como também se abateu sobre padre e bispos que se negaram a colaborar com o governo comunista, e terminaram nas prisões e nos campos de trabalhos forçados.

As consagrações ilícitas dos bispos continuaram: até o dia 7 de abril de 1963, cerca de 50 bispos foram consagrados sem a autorização de Roma.<sup>176</sup>

<sup>173</sup> JOÃO XXIII. So-called "promise not to use the term 'schism' again". In: INSTITUTE OF CATHOLIC HISTORY FU-JEN CATHOLIC UNIVERSITY, op. cit., p. 91.

<sup>174</sup> Id., China and the Catholic Church. A Letter of Pope John XXIII to the Hierarchy in Formosa. June 29, 1961. In: INSTITUTE OF CATHOLIC HISTORY FU-JEN CATHOLIC UNIVERSITY, op. cit., p. 86-87.

<sup>175</sup> Este testemunho foi publicado em *Missi*, 2 de fevereiro de 1972, p. 62. O texto do dia 26 de novembro de 1962, assinado por 59 bispos da Igreja Chinesa presentes ao Concílio, foi publicado integralmente em "Mondo e Missione", n. 5, 1 de março 1977, p. 177. Citado em LAURENTIN, op. cit., p. 180-181 e So-Called "Promise not to use term 'schism' again". In: INSTITUTE OF CATHOLIC HISTORY FU-JEN CATHOLIC UNIVERSITY, op. cit., p. 90-91.

<sup>176</sup> LAM, op. cit. p. 42

Em 1962 foi realizado em Pequim o segundo encontro nacional da Associação Patriótica, com finalidades mais políticas que religiosas. Nas resoluções do encontro, pronunciadas pelo reeleito arcebispo Pi Shushi, esclareceu-se qual era a posição política e quais os reais objetivos da Associação Patriótica Católica Chinesa. A oposição ao Vaticano, considerado como fomentador de um pensamento reacionário e contrário ao Partido Comunista, emergiu claramente nas afirmações radicais dos integrantes da APCC.

1. Com todo o coração aceitar a liderança do Partido Comunista, percorrendo o caminho socialista, apoiando resolutamente os três lados vermelhos da bandeira da linha geral do partido, o Grande Salto Adiante e as comunas populares, e ativamente e totalmente servir à causa do socialismo.
2. Levantar a bandeira do antiimperialismo e do patriotismo, tomar parte ativamente da luta antiimperialista e da tarefa de proteger a paz mundial, enfrentar o imperialismo americano que invadiu e ocupou o nosso território nacional de Taiwan planejando estabelecer “as duas Chinas”, resolutamente livrar-se de todo controle romano e cumprir completamente o dever de criar uma igreja independente e autônoma.
3. Reforçar os estudos políticos, tomar parte ativa do adiestramento de trabalho e prática social, eliminar o imperialismo e a influência do pensamento reacionário do Vaticano, reforçar a autoreforma e a própria ideologia e posição política.
4. Auxiliar o governo na implementação da política de liberdade de crença religiosa. Organizar atividades religiosas que sejam adaptas a servir à produção, às políticas nacionais, às leis e ao bem-estar social.
5. Auxiliar cada diocese recolhendo recursos para edificar uma comum escola de teologia para a educação dos clérigos para que se tornem zelosos patriotas e estejam altamente capacitados em questões religiosas; desenvolver o trabalho de reunir, ordenar, sintetizar e estudar materiais que pertencem a história da Igreja Católica na China.<sup>177</sup> (Tradução nossa)

No ano seguinte, no dia 3 de junho, João XXIII morre. Será eleito papa Mons. Montini que escolherá o nome de Paulo VI.

### **2.2.6. Paulo VI e as tentativas da Santa Sé de reaproximação à China**

Paulo VI atuará, no seu pontificado, a política de abertura inaugurada pelo seu predecessor. Entretanto, esta política de abertura chocou-se com uma das mais duras políticas de repressão que a China conheceu: a Revolução Cultural (de 1966 a 1976).

Paulo VI pontilhará os anos do seu pontificado com numerosas tentativas de restabelecer contatos com a China, enviando telegramas para o

---

<sup>177</sup> *The Guangming Daily*, 20 de Janeiro de 1962 apud LAM, op. cit, p. 42-43.

presidente Mao, falando em discursos e homilias, chegando até às portas da China, como quando viajou para Hong Kong em 1970.

Logo após ser eleito, Paulo VI enviou a sua primeira mensagem aos líderes chineses:

Pertencer à Igreja não enfraquece o amor dos católicos chineses pelo próprio país; ao contrário, reforça e faz de maneira tal que os chineses participem em espírito de responsabilidade à segurança, à paz e ao progresso do país. A Igreja não deseja dominar, mas servir.<sup>178</sup> (Tradução nossa)

Em discurso, feito poucos meses depois ao Colégio Urbano de Propaganda Fide, ele lembrou a difícil situação da China, expressando ao mesmo tempo a esperança que este difícil período fosse uma semente que frutificaria e traria tempos melhores. E novamente como na primeira mensagem, pede aos governantes chineses que considerem com justiça os católicos, tendo a certeza de que o fato de pertencerem à Igreja Católica não diminuiu o amor deles pelo o próprio país.<sup>179</sup>

Em setembro de 1965, o Papa Paulo VI, durante uma Missa celebrada em Roma nas Catacumbas de Domitila, referiu-se aos países onde não existia ainda a liberdade de professar a própria religião, - e era evidente a referência à China - onde se impedia de renovar o clero, onde se procurava obrigar clero, religiosos e fiéis a colaborar com o regime político, monopolizando todos os meios à disposição. E ainda:

É sobre estes pontos principalmente, como todos sabem, que a Santa Sé procura mesmo assim conduzir uma difícil ação, não somente em defesa da própria existência e dos próprios direitos, mas, também, da liberdade e da dignidade humana e dos interesses morais e espirituais das populações. A Santa Sé se abstém de levantar com mais frequência e veemência a voz legítima do protesto e da deploração, não porque ignore ou negligencie a realidade das coisas, mas por um pensamento de paciência cristã e para não provocar males piores. Ela se diz pronta a honestas e decorosas negociações, a perdoar as afrontas sofridas, a olhar mais ao presente e ao futuro que não ao recente e dolorido passado, sempre que encontre sinais efetivos de boa vontade.<sup>180</sup> (Tradução nossa)

De fato, como ele mesmo afirmou, neste período a Santa Sé se absteve de condenar o comunismo, e nunca lançou, como tinha feito Pio XII, ameaças de excomunhão ao clero e aos católicos chineses. Ao invés de limitar-se a

<sup>178</sup> PAULO VI. Message to the Chinese leaders. In: INSTITUTE OF CATHOLIC HISTORY FU-JEN CATHOLIC UNIVERSITY, op. cit., p. 92.

<sup>179</sup> PAULO VI. *Discorso al Cllegio Urbano di Propaganda Fide, 20 ottobre 1963*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/paul\\_vi/speeches/1963/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19631020\\_propaganda\\_fide\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/speeches/1963/documents/hf_p-vi_spe_19631020_propaganda_fide_it.html). Acesso em: 19 jun. 2006.

<sup>180</sup> Id., *Visita alle Catacombe Romane, 12 settembre 1965*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/paul\\_vi/homilies/1965/documents/hf\\_p-vi\\_hom\\_19650912\\_catacombe\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/homilies/1965/documents/hf_p-vi_hom_19650912_catacombe_it.html). Acesso em: 19 jun. 2006.

esta abstenção, Paulo VI, com um ato importante do ponto de vista político e diplomático, decidiu mostrar à China que a Santa Sé estava do seu lado, tomando a sua defesa no cenário internacional. Com grande surpresa de todos, durante uma sua visita às Organizações das Nações Unidas, em 1965, Paulo VI, dirigindo-se aos membros das Nações Unidas, pediu que a China fosse acolhida entre os países membros da ONU. Antes de fazer este pedido, apresentou aos outros países a Santa Sé como um dos menores Estados, dotado de uma soberania mínima, suficiente para que a Santa Sé pudesse exercer a sua missão espiritual, sublinhando desta forma que a Santa Sé não possuía nenhum poder temporal, nenhuma ambição de entrar em competição com os países da ONU. E desta posição, que colocava a Santa Sé fora de qualquer sistema de alianças políticas, Paulo VI expressou o desejo de que a China pudesse entrar a fazer parte das Organizações das Nações Unidas:

De fato, Nós nada temos a pedir, nenhuma exigência a fazer, mas apenas um desejo a formular, uma permissão a solicitar: a de vos poder servir naquilo que cabe no âmbito da Nossa competência, com desinteresse, com humildade e amor. Nós diremos mais: agi de maneira a trazer de novo para entre vós os que se tenham afastado de vós. Estudais o meio de chamar ao vosso pacto de fraternidade, com honra e lealdade, os que ainda dele não partilha. Agi de maneira que os que ainda estão fora desejem e mereçam a confiança comum, e sede então generosos a concedê-la.<sup>181</sup>

Num momento em que os Estados Unidos, juntamente com os países do bloco ocidental por eles liderados, recusavam-se de reconhecer oficialmente a existência da República Popular da China, interpretamos o gesto do Papa Paulo VI como uma tentativa de reverter a imagem que a China tinha do Vaticano, de associada às potências ocidentais. Com esta declaração a Santa Sé queria, pelo bem da Igreja da China, demonstrar concretamente que se colocava ao lado da China, mesmo não possuindo relações oficiais com ela. Foi, sem dúvida, um ato corajoso e que teria merecido receber um sinal positivo por parte da China. Mas a situação interna do país era realmente difícil, pelas graves dificuldades econômicas e políticas, situação que impediu que algo mudasse nas relações entre China e Santa Sé.

O mesmo aconteceu na outra tentativa feita por Paulo VI, quando lançou o convite a retomar os contatos com a China, em 1967, durante a homilia da festividade da Epifania (6 de janeiro):

Gostaríamos agora de retomar os contatos com o Povo chinês do continente - contatos não por Nós interrompidos voluntariamente - para dizer a todos os católicos chineses que permaneceram fiéis à Igreja Católica, que Nós nunca os esquecemos, e que Nós não renunciaremos nunca à esperança de um renascimento, e mais, ao desenvolvimento da religião católica naquela nação.

---

<sup>181</sup> PAULO VI. *Discurso de Papa Paulo VI na sede da ONU. 4 de outubro de 1965*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/paul\\_vi/speeches/1965/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19651004\\_united-nations\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651004_united-nations_po.html). Acesso em: 1 jul. 2005.

Retomar os contatos para fazer saber à juventude chinesa com qual trepidação e com qual afeição Nós consideramos a presente sua exaltação por ideais de vida nova, laboriosa, próspera e concorde. E gostaríamos também de conversar com quem preside à vida chinesa hodierna no continente, conversar de paz, sabendo como este sumo ideal humano e civil está intimamente presente no espírito do povo chinês.<sup>182</sup> (Tradução nossa)

Alguns anos depois, Paulo VI realizou a sua primeira viagem ao continente asiático. Voltando para Roma, ele quis fazer uma breve visita a Hong Kong. Era a primeira vez que um Papa se encontrava às portas da China e dali ele enviou uma mensagem que expressava os sentimentos positivos da Santa Sé em relação à toda a nação chinesa: “Vem pela primeira vez na história, este humilde apóstolo de Cristo, que Nós somos, a esta extrema terra oriental; e o que diz? E por que vem? Para dizer uma só palavra: amor”<sup>183</sup>.

Talvez se esta abertura demonstrada por Paulo VI não tivesse coincidido com o período em que na China enfurecia a Revolução Cultural algo teria acontecido. Todavia os numerosos atos diplomáticos realizados por Paulo VI caíram no vazio. A China encontrava-se no meio de um furacão político, econômico e cultural.

### 2.3. MAO ZEDONG PERDE O RUMO DA REVOLUÇÃO

Os anos que antecederam a Revolução Cultural (literalmente chamada de Grande Revolução Cultural Proletária – *Wuchan Jieji Wenhua Da Geming*) foram anos de bastante liberdade, pois o poder efetivo nas mãos de Deng Xiaoping e Liu Shaoqi garantiram a aplicação de uma política mais moderada. Os que usufruíram mais desta liberdade foram os artistas e os intelectuais que, com a aprovação implícita de Deng, podiam indiretamente denunciar os erros de Mao Zedong. Um exemplo disso foi uma obra teatral escrita por Wu Han, vice-prefeito de Pequim. A obra de título *A destituição de Hai Rui*, escrita em 1960, contava a história de um mandarim da época Ming que teve coragem de denunciar a grave situação que reinava no campo e propôs uma nova política para melhorar a vida dos camponeses, e por isso, o imperador o privara de todos os poderes. Era fácil ver nisso uma metáfora da situação que existia na China depois do fracasso do Grande Salto Adiante e Mao não deixou escapar a ocasião para denunciar o escritor e criticar a sua obra teatral. Tentou atacar o escritor, mas este estava protegido pelo próprio prefeito de

<sup>182</sup> PAULO VI. *Solennità dell'Epifania di Nostro Signore Gesù Cristo, 6 gennaio 1967*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/paul\\_vi/homilies/1967/documents/hf\\_p-vi\\_hom\\_19670106\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/homilies/1967/documents/hf_p-vi_hom_19670106_it.html). Acesso em: 19 jun. 2006.

<sup>183</sup> Id., *Pellegrinaggio Apostolico di Sua Santità Paolo VI in Asia Orientale, Oceania e Australia. Santa Messa nella "Valle Felice". Hong Kong, 4 dicembre 1970*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/paul\\_vi/homilies/1970/documents/hf\\_p-vi\\_hom\\_19701204\\_hong-kong\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/homilies/1970/documents/hf_p-vi_hom_19701204_hong-kong_it.html). Acesso em: 19 jun. 2006.

Pequim, Peng Zhen. Mao deixou Pequim, onde estava em minoria política e foi para Xangai onde ainda podia contar com um certo apoio. Chamou um jornalista de sua confiança e mandou escrever um artigo que criticasse a obra teatral de Wu Han. O artigo foi publicado em 1965.

Este ataque ao escritor Wu Han foi um dos primeiros atos que pré-anunciaram o lançamento da campanha contra os intelectuais. Justamente o combate aos ambientes culturais deu origem à definição Revolução Cultural, mesmo não sendo atacados somente os intelectuais.

Junto com Mao Zedong, a instigadora principal do ataque ao mundo cultural foi sua esposa Jiang Ching, que Mao conhecera na cidade de Yenan em 1937. É de sua autoria um discurso de 1964 em que ela propôs uma reforma radical da Ópera de Pequim, que tratava de manter intactas as suas tradições.

Jiang Ching nunca havia participado da vida política. Mao a deixara na penumbra até então porque, quando decidira casar-se com ela, encontrara nos seus companheiros de Yenan uma forte oposição, pelo passado pessoal e político de Jiang Ching. Neste período, porém, Mao precisava de pessoas confiáveis e deixou que ela se tornasse uma das protagonistas da vida política chinesa. De fato, no início de 1966, Mao percebeu que muitos o estavam abandonando e decidiu criar um Grupo Especial formado apenas por alguns dos seus companheiros mais fiéis, e ao qual admitiu também Jiang Ching.

O grupo tinha como objetivo principal compilar a lista dos inimigos a serem combatidos. Além da Jiang Ching e de Lin Biao, que tinha se tornado o número dois na hierarquia política da China, foram chamados a fazer parte deste grupo Chen Boda, que tinha trabalhado por Mao desde o período de Yenan, e Kang Sheng, chefe dos serviços secretos. Uma outra figura importante que permaneceu ao lado de Mao Zedong por todo o período da revolução Cultural foi Zhou Enlai, figura relevante na história da revolução comunista, mas que desempenhou sempre um papel de submissão a Mao sem, aliás, compartilhar das suas escolhas radicais, como revelará a Deng Xiaoping depois da morte de Mao Zedong.<sup>184</sup>

Neste primeiro período da Revolução Cultural, reforçou-se em Mao a tendência já manifestada de criar o culto à sua personalidade. Em 1964, Mao ordenara a publicação de um livrinho vermelho que continha os seus pensamentos, que neste período foi entregue a todos com a ordem de decorar os pensamentos e de abaná-lo em todas as manifestações públicas, como as reuniões na praça Tiananmen. O livrinho vermelho se tornou o manual da Revolução Cultural e o distintivo das Guardas Vermelhas, como foram chamados os inúmeros jovens que acolheram o apelo de Mao Zedong. Mao indicara a eles a figura de um jovem revolucionário, Lei Feng, que, na realidade, nunca existiu, mas que devia se tornar o modelo do jovem revolucionário, lembrando a todos a figura de Mao.

---

<sup>184</sup> CHANG JUNG; HALLIDAY, Jon. *Mao – la storia sconosciuta*. Milão: Longanesi, 2006, p. 720.

Mao escolheu os jovens e os adolescentes para serem os propagadores da sua doutrina de destruição, servindo-se da insatisfação que havia entre os jovens, principalmente nas universidades.

A revolução popular havia aberto as universidades também aos jovens de origem simples. Todavia, ao lado dos estudantes provenientes de classes mais abastadas, estes jovens perceberam a diferença de preparação, sentindo na própria pele a humilhação e a conseqüente raiva em relação aos outros. Além disso, o futuro duvidoso que lhes prospectava, tendo em conta os resultados do Grande Salto Adiante, reforçava estes sentimentos de intolerância e pessimismo em relação ao próprio futuro. Mao usou destes sentimentos de raiva, intolerância e humilhação para instigar os jovens a condenar todos aqueles que veiculavam um modo de educação classificada de burguesa. Incitou-os a realizar ações contra os professores, diretores de escolas, etc. Os estudantes responderam imediatamente e, poucos dias depois, apareceu o primeiro manifesto “*dazibao*”, assinado com o nome de Guardas Vermelhas. Os atos de violência praticados nas escolas contra professores e diretores começaram logo. A primeira vítima foi a diretora de uma escola de Pequim. A notícia se espalhou, mas ninguém do partido disse nada, sinal de que a violência tinha sido aprovada e poderia continuar. Mao decidiu que os estudantes, cujas aulas tinham sido suspensas, teriam o transporte, alimento e alojamento de graça para viajarem por toda a China e trocarem experiências com as Guardas Vermelhas de todo o país. Desta forma, ele também garantia que todos os jovens que nunca tinham ido a Pequim pudessem participar das grandes manifestações da praça Tiananmen e escutar as suas mensagens de incitação. Em uma das reuniões na praça Tiananmen, Mao anunciou-lhes que chegara o momento de atacar, depois dos educadores, o mundo da cultura e tudo o que representasse ou lembrasse a velha China. Vendo que os jovens não ousavam atacar os monumentos da capital, no dia 23 de agosto fez uma declaração afirmando que “em Pequim não havia bastante caos, Pequim é educada demais”.<sup>185</sup> Isso foi um ulterior sinal para que os ataques violentos a casas, monumentos e pessoas se alastrassem sem nenhum obstáculo. Os principais monumentos de Pequim foram destruídos, com exceção de alguns, como a Cidade Proibida e a praça Tiananem, lugar escolhido por Mao para encontrar os jovens. Todavia, as casas antigas e tudo o que elas continham foi saqueado, destruído, ou entregue aos funcionários do partido. A ordem recebida era de cancelar a velha China, arrasá-la, para que a nova China pudesse ser reconstruída segundo as diretrizes do pensamento maoísta. Até a memória histórica e cultural de Confúcio não foi poupada. A casa de Confúcio foi destruída por vontade expressa de Mão, que via nele um dos inimigos da nova China. Os saques e destruições, portanto, não foram deixados à mercê das Guardas Vermelhas. Na maioria das vezes, elas seguiam ordens precisas do partido, que as usava para alcançar os próprios objetivos.

---

<sup>185</sup> CHANG JUNG; HALLIDAY, op.cit., p. 608.



Depois de ter destruído quase todo o patrimônio cultural chinês, Mao não se deu por satisfeito. Chegara o momento de atingir os quadros do Partido Comunista que discordavam da sua linha política.

No dia 15 de setembro de 1966, Lin Biao deu ordem às Guardas Vermelhas de denunciar os companheiros que no partido estivessem seguindo o caminho capitalista. Mao queria livrar-se de todos aqueles que apoiavam a linha pragmática de Liu Shaoqi e Deng Xiaoping. Para este objetivo, além das Guardas Vermelhas, foram instituídos novos grupos, formados por adultos que melhor podiam fazer frente aos homens políticos. Estes novos grupos ficaram conhecidos como os “Rebeldes”.<sup>186</sup>

Foi desta forma que Mao conseguiu se livrar, durante o período da Revolução Cultural, de milhões de pessoas, entre membros do partido, homens do mundo da cultura e simples cidadãos chineses.<sup>187</sup>

A campanha contra os inimigos do partido atingiu Liu Shaoqi e Deng Xiaoping de forma diferente. Deng Xiaoping foi exilado, enquanto Liu Shaoqi foi torturado até a morte. A notícia da sua morte foi revelada somente depois do decesso de Mao, que quis esconder a morte do adversário por temor da opinião pública.

Em 1968 Mao decidiu dispensar as Guardas Vermelhas. Os estudantes foram enviados aos campos para realizar trabalhos manuais. Calcula-se que mais de 16 milhões de jovens foram enviados às regiões mais distantes da China. O governo conseguiu, desta forma, livrar-se ao menos temporariamente, do problema do desemprego.<sup>188</sup>

A violência, porém, ainda não acabara. Os soldados do exército chinês receberam a ordem de semear violência entre a população, executando publicamente os que eram julgados inimigos de classe.

Em 1969, quando estava certo de ter se livrado dos seus mais acérrimos inimigos, Mao decidiu convocar o IX Congresso do Partido Comunista, treze anos após a realização do último congresso (1956). Agora ele estava seguro de ter eliminado os seus inimigos mais perigosos e de poder guiar a China sem ser contrastado por ninguém.

## 2.4. AS RELIGIÕES NA REVOLUÇÃO CULTURAL

Durante os anos da Revolução Cultural, as Guardas Vermelhas receberam a ordem de destruir as quatro velharias: velha ideologia, velho pensamento, velhos usos e velhos hábitos. Entre estas velharias estava incluído todo tipo de crença, da superstição à religião.

As Guardas Vermelhas receberam a ordem de destruir igrejas, templos e mesquitas. Nenhuma religião foi poupada. Se no início da Revolução Comunista o budismo e o taoísmo, que não tinham nenhuma relação com o

<sup>186</sup> Ibid. p. 613.

<sup>187</sup> CHANG JUNG; HALLIDAY, op.cit., p. 642.

<sup>188</sup> Ibid., p. 638.

exterior e eram consideradas religiões autóctones não sofreram perseguições rígidas, como foi o caso da religião católica, durante os anos da Revolução Cultural não receberam nenhum tratamento a favor.

Os muçulmanos, por exemplo, assistiram impotentes à destruição das mesquitas e tiveram que sofrer as angarias das Guardas Vermelhas que, além de queimarem o livro sagrado do Alcorão, não lhes permitiram rezar, além de os obrigarem a comer carne de porco. O mesmo tratamento foi reservado aos budistas e aos seus templos.

Quanto à Igreja Católica, a fúria das Guardas Vermelhas abateu-se também sobre a Associação Patriótica e sobre todos aqueles bispos e padres que tinham se declarado prontos a romper relações com o Vaticano e seguir o caminho indicado pelo governo comunista. De nada serviu esta declaração de fidelidade. Não contava mais ser católico patriótico ou católico ligado a Roma. Não era aceita a fé em nenhum deus que não fosse o presidente Mao.

Todos os funcionários do governo que foram membros do Departamento de Assuntos Religiosos e que apoiaram o nascimento das Associações Patrióticas foram expurgados e etiquetados de contra-revolucionários. Todos os chefes religiosos foram julgados e levados às ruas para serem expostos nas praças públicas com placas no pescoço e chapéus ridículos.

As igrejas foram fechadas depois de terem sido saqueadas e destruídas as cruzes, estátuas e outros símbolos religiosos. Os padres foram enviados aos campos de trabalho forçado.

Alguns bispos chegaram a cometer suicídio, outros foram obrigados a se casar, pois o governo queria demonstrar com este ato público que eles renunciavam à própria fé.

Quem não renunciasse publicamente à fé católica e não jurasse fidelidade ao pensamento marxista-leninista era espancado, torturado, e depois jogado nas prisões.

O bispo de Cantão, Deng Yimin, que foi preso antes da Revolução Cultural por ter se declarado fiel ao Santo Padre, confessou que, de certa forma, foi poupado pela própria prisão das violências e torturas que outros bispos e padres sofreram.<sup>189</sup>

Em Pequim, as Guardas Vermelhas atacaram um grupo de freiras estrangeiras que tinham recebido a permissão de permanecer na China, depois das expulsões dos anos 50 e 51. Agora a permissão não tinha mais valor. As freiras foram retiradas do convento e humilhadas publicamente. Em seguida, foram levadas para Lowu, fronteira com Hong Kong. Uma das freiras não agüentou o sofrimento e enquanto atravessava a ponte que a levaria à colônia britânica, sofreu um colapso e morreu logo depois.<sup>190</sup>

A destruição das religiões sob os ataques da Revolução Cultural não atingiu, porém, a religiosidade das pessoas que, nas prisões, nos campos de trabalho forçado ou nas próprias casas continuaram a professar privadamente a própria fé.

<sup>189</sup> TANG, op. cit. p.90-94.

<sup>190</sup> LEUNG, op. cit. p. 100.

Pelas ruas da China era proclamada uma outra religião: o culto ao próprio Mão, dominador não somente da China, mas do mundo. Nesta veste de futuro dominador mundial, Mao se apresentou ao líder maoísta da Austrália, Edward Fowler Hill, em 1968:

No meu parecer, o mundo precisa ser unificado. No passado, Alexandre Magno, Napoleão, o Império Britânico quiseram unificar o mundo. Hoje, os Estados Unidos e a União Soviética querem unificar o mundo. Hitler queria unificar o mundo. Todos, porém, fracassaram. Parece-me que a possibilidade de unificar o mundo não esmoreceu. No meu parecer, o mundo pode ser unificado.<sup>191</sup> (Tradução nossa)

Mao acreditava de ser a pessoa apta para liderar a China à conquista do mundo e muitos acreditaram nele. Os jovens chineses foram jogados nos braços de uma ideologia que não permitia outra crença fora do pensamento maoísta. Quando Mao morreu, muitos jovens, que foram Guardas Vermelhas, após perceberam o que havia sido feito com eles e com as próprias raízes culturais, encontraram-se em um vazio ideológico que ainda hoje permanece.

## 2.5. O FIM DO REGIME MAOÍSTA

Em plena Revolução Cultural, quando o culto da personalidade de Mao alcançara as regiões mais remotas da China, Mao olhou para além das fronteiras chinesas visando à conquista do mundo. Até o último período da sua vida, ele se sentiu investido da missão de salvação do mundo. O culto a ele reservado chegou a ter conotações quase religiosas, num período em que ele queria expulsar da China todos os deuses que podiam atrapalhar o culto à sua pessoa. Para conquistar o mundo e trazê-lo para seu lado, arquitetou planos de ajuda financeira aos países com os quais a República Popular da China estabelecera relações diplomáticas. Muitos jovens do Ocidente ficaram fascinados por Mao. O jornalista Tiziano Terzani, que passou muitos anos na China, conta como ele e outros jovens da sua idade fantasiavam sobre a figura de Mao:

A China estava em plena Revolução Cultural e Mao em Pequim fora a faísca que acendia a fantasia da juventude ocidental inspirada na sua mensagem antiautoritária. Vista de longe, a China aparecia como o país mais criativo e Mao um gênio empenhado na maior experiência de engenharia social que a humanidade nunca tentara: a busca de uma sociedade mais justa e mais humana. Muitos foram fascinados pela grande ilusão representada por Mao e pela sua China. Se o nosso era um mundo velho e imperfeito, se as esperanças do passado foram frustradas, eis uma nova ocasião. A China não seria uma

---

<sup>191</sup> CHANG JUNG; HALLIDAY, op. cit., p. 662.

outra União Soviética ou uma outra Cuba. A China era algo a mais. E assim a China se tornou um mito, o mito do “outro”.<sup>192</sup> (Tradução nossa)

Foi seguindo este mito que muitos jovens do Ocidente participaram das escolas de treinamento fundadas pelo partido às portas da capital. Mao pretendia difundir o mito da China nos países limítrofes, especialmente Birmânia, Laos e Vietnã, mas não conseguiu nada.

O Vietnã, de maneira especial, sempre desconfiou das ofertas de ajuda provenientes de Mao Zedong e, com razão, pois quando Mao percebeu que as relações diplomáticas chinesas, ao invés de melhorar, pioravam, não hesitou em aproximar-se do seu inimigo, os Estados Unidos.

Já em 1953, depois da morte de Stalin, a China tentou uma reaproximação aos Estados Unidos, mas foi ignorada. Daquele momento em diante, Mao levantou a bandeira antiamericana. Agora, porém, estava pronto a mudar de tática. A ocasião para convencer os Estados Unidos das suas boas intenções veio quase por acaso, em 1971. O time chinês de tênis de mesa fora disputar uma competição no Japão. Alguns times estrangeiros foram convidados para visitar a China, e o time americano manifestou interesse em ser convidado. Mao aconselhou Zhou Enlai, Ministro do Exterior, a recusar o pedido. Na última hora, porém, mudou de idéia e, em plena noite, ordenou à enfermeira que o assistia de ligar ao Ministro do Exterior para que o time americano fosse convidado.<sup>193</sup> Zhou Enlai preparou uma recepção fabulosa. Todos os jornais publicaram o excepcional ato de abertura do governo chinês. O presidente americano Nixon, que depois da guerra contra o Vietnã procurava uma abertura ao Oriente, colheu a ocasião e enviou, no mesmo ano, o seu enviado Kissinger para preparar sua visita. No final do mesmo ano, a China passou a fazer parte da Organização das Nações Unidas.

Um outro acontecimento político importante marcou o ano de 1971. A ruptura da aliança entre Mao e Lin Biao. Mao percebeu que Lin Biao queria a todo custo se tornar vice-presidente da República Popular da China e se convenceu de que, de alguma forma, Lin Biao poderia ofuscar a sua imagem no cenário político. Por isso começou a pedir a Lin Biao que pronunciasse autocríticas em frente aos membros do partido. Lin Biao sempre se recusou. Conhecendo profundamente Mao, Lin Biao percebeu que seria a sua próxima vítima e decidiu fugir com sua família para a União Soviética. Todavia, na última hora, Lin foi traído pela própria filha que denunciou a iminente fuga da família aos membros do partido. O avião teve que partir as pressas sem poder encher totalmente o tanque. A falta de combustível provocou a queda do avião. No acidente morreu toda a família, com exceção da filha, que se recusou a partir com eles.<sup>194</sup>

Em seguida, Mao ficou seriamente doente e quase morreu. A grave situação de saúde o impedia de participar ativamente da vida política e o

<sup>192</sup> TERZANI, Tiziano, *La Porta Proibita*. Milão: Ed. Longanesi, 1998, p. 13.

<sup>193</sup> CHANG JUNG; HALLIDAY, op. cit., p. 680-681.

<sup>194</sup> CHANG JUNG; HALLIDAY, op. cit., p. 655-657.

forçou a reabilitar alguns dos quadros de partido que foram exilados nas campanhas antidireitistas ou durante a Revolução Cultural. Dentre eles fez a sua reaparição Deng Xiaoping, que Mao mandou chamar em 1973.

Deng Xiaoping nasceu em 1904 na província de Sichuan. Participou do Movimento Cultural de 04 de maio de 1919. No ano seguinte viajou para a França, onde participou de um programa de trabalho. Foi ali que Deng conheceu Zhou Enlai e entrou nas fileiras do Partido Comunista da China. Deixou a França em 1926 e foi estudar um ano na União Soviética. Retornando à China, se engajou nas revoltas organizadas no sul pelo Partido Comunista participando, em seguida, da Longa Marcha. Por anos liderou o Exército de Libertação em várias províncias chinesas. Esta ligação com os militares o ajudou nos períodos em que foi afastado do poder. Sempre se manifestou leal a Mao, a não ser no período em que apoiou a linha mais pragmática de Liu Shaoqi, que denunciou os fracassos econômicos do Grande Salto Adiante. Durante a Revolução Cultural Mao tentou várias vezes convencer Deng Xiaoping a apóia-lo, mas não conseguiu.<sup>195</sup> Por esta sua recusa foi exilado e etiquetado como capitalista e direitista.

Deng Xiaoping sofreu muito durante os anos da Revolução Cultural, principalmente pelo tratamento que foi reservado aos seus filhos, obrigados pelas Guardas Vermelhas a denunciar publicamente o pai. Um deles, depois de ter sido torturado, jogou-se pela janela da Universidade e ficou paraplético.<sup>196</sup>

Todavia, durante este período, Deng Xiaoping permaneceu calado esperando a ocasião de poder voltar. Mao o chamou quando percebeu que ao redor dele não havia mais ninguém que pudesse garantir a estabilidade do país. Quando Zhou Enlai ficou doente, Mao chamara Wang Hongwen, um dos Rebeldes que trabalhou para ele durante a Revolução Cultural<sup>197</sup>, mas quando percebeu que ele não possuía competência suficiente e não conseguia ganhar a confiança do exército, não teve outra escolha a não ser chamar Deng Xiaoping.

Começara o período de declínio de Mao. Em 1973, Nixon e Breznev<sup>198</sup> assinaram o Acordo para Prevenção da Guerra Nuclear, acordo que foi visto por Mao como uma traição dos Estados Unidos. Em seguida, a notícia das demissões de Nixon por causa do escândalo Watergate fez naufragar os sonhos de Mao, que recebera de Nixon a promessa do reconhecimento diplomático da China.

Retornando a participar da liderança política, Deng Xiaoping estabeleceu uma aliança com Zhou Enlai, que se afastara de Mao, e com o líder do Exército, o Marechal Ye Jianying, antigo amigo de Deng Xiaoping e futuro Ministro da Defesa. Eles representavam a ala moderada do Partido

<sup>195</sup> CHANG JUNG; HALLIDAY, op. cit., p. 716.

<sup>196</sup> Ibid., p. 717.

<sup>197</sup> Ibid., p. 718.

<sup>198</sup> Leonid Breznev substituiu Nikita Krushev na presidência da URSS a partir de 1964 até 1982, assumindo também o cargo de Secretário Geral do PCUS. O seu governo foi caracterizado por uma política de distensão em relação aos Estados Unidos e à Europa.

Comunista, que se opunha a uma linha mais radical, sustentada pela esposa de Mao, Jiang Ching e pelos componentes daquela que seria definida “Bando dos Quatro” (*Si ren bang*): o jornalista de Xangai, Yao Wenyuan, Zhang Chunqiao, também jornalista e Wang Hongwen, o mais jovem componente do grupo, que provinha das Guardas Vermelhas.

Quando as condições de saúde de Zhou Enlai se agravaram por causa de um câncer que lhe fora diagnosticado, Deng Xiaoping foi admitido no Politburo e na Comissão Militar.

Deng tentou melhorar as condições de vida da população chinesa procurando restituir-lhe uma certa liberdade. Mas a morte de Zhou Enlai, em janeiro de 1976, oito meses antes da morte de Mao, mudou de novo o quadro político. Temendo que Deng pudesse ocupar o lugar deixado por Zhou, Mao se apressou em ordenar a sua prisão, denunciando-o publicamente. A ala radical do partido parecia prevalecer. Mas ninguém levava em conta a reação do povo chinês. De fato, o funeral de Zhou Enlai foi a ocasião propícia para a organização de grandes manifestações por parte da população. Homenageando Zhou, que representava a ala moderada do partido, o povo expressou as suas críticas ao partido e, indiretamente, à decisão de tirar Deng do cenário político. Os movimentos de contestação foram logo reprimidos. Mao chamou o Ministro da Segurança, Hua Guofeng<sup>199</sup>, até então quase desconhecido, para ocupar o lugar de Zhou Enlai.

Tudo fazia pensar que Hua Guofeng seria o escolhido à suceder Mao na presidência do Partido Comunista. Até o último dia de vida Mao Zedong titubeou em revelar o nome do seu sucessor. A ala radical do Partido Comunista esperava poder preencher o lugar ainda vazio com um dos componentes do Bando dos Quatro. Mas os eventos se desenrolaram de forma diferente.

Quando Mao morreu, em setembro de 1976, Hua Guofeng assumiu o cargo de chefe do partido, posição que somente Mao ocupara até então. O seu primeiro ato político foi mandar prender o Bando dos Quatro, com a acusação de complô contra o partido, recebendo por esta decisão política os elogios da opinião pública e da ala moderada do partido.

Mantendo-se fiel à linha política da esquerda maoísta, Hua Guofeng continuou a crítica contra Deng, mas não por muito tempo. O Exército de Liberação, liderado pelo Marechal Ye, apoiava Deng Xiaoping, e Hua Guofeng estava ciente de não poder governar o país sem estreitar alianças estratégicas com os militares.

Deng soube se aproveitar disso e escreveu para Hua Guofeng elogiando a sua ação política. No ano seguinte, por ocasião do primeiro aniversário da morte de Zhou Enlai, o povo chinês reuniu-se novamente na praça Tiananmen, desta vez para pedir expressamente a volta de Deng Xiaoping.

---

<sup>199</sup> Hua Guofeng nasceu em 1921 na província do Shanxi. Tornou-se membro do Partido Comunista em 1938. Em 1951 foi nomeado secretário de Partido no Hunan, província natal de Mao. Foi chamado a participar do Politburo em 1973 e foi nomeado Ministro da Segurança em 1975.

## Capítulo 3

---

# A abertura da China ao mundo e as suas relações com o Vaticano de João Paulo II

### 3.1. A MODERNIZAÇÃO DA CHINA LIDERADA POR DENG XIAOPING

O ano de 1977 foi marcado pelo retorno de Deng Xiaoping à vida política, ocupando todos os cargos dos quais havia sido destituído. Todavia, em toda a sua atuação política, Deng Xiaoping, mesmo quando poderia ter ocupado os cargos mais importantes, nunca aceitara ser o número 1, como foi Mao Zedong, e nem o número 2, como foi, por anos, Lin Biao. A história havia lhe demonstrado que ocupar estes cargos era extremamente perigoso, pois significava ser o responsável direto por qualquer incidente político que viesse a acontecer. Estar no alto significava estar à mercê dos ventos contrários que poderiam surgir. Por isso, ele sempre preferiu dirigir a política chinesa na penumbra, escolhendo líderes políticos que desempenhariam o papel de seus porta-vozes.

Contudo, mesmo que oficialmente nunca ocupara o primeiro lugar da hierarquia política chinesa, não há dúvida de que ele foi o verdadeiro artífice da entrada da China na modernidade, rompendo o isolamento no qual Mao Zedong a tinha segregado.

O objetivo principal de Deng era levar a China a realizar as quatro modernizações, anunciadas pela primeira vez por Zhou Enlai já nos anos 70. Modernização da agricultura, da indústria, da defesa e da ciência e tecnologia. Para realizar isto, uma primeira iniciativa estratégica de Deng Xiaoping foi chamar de volta todos os intelectuais que haviam sido expulsos durante a Revolução Maoísta, quando imperava a convicção de que o saber seria uma característica burguesa.

Deng apressou-se a reabilitá-los, declarando-os parte da classe trabalhadora. O trabalho deles seria a pesquisa, que contribuiria para o desenvolvimento da China.

“Quem contribui para o desenvolvimento da ciência, mesmo sem dar atenção à ideologia, dá o melhor apoio ao objetivo primordial da política de modernização. Neste sentido, é vermelho por si”.<sup>200</sup> Deng demonstrou nisso

---

<sup>200</sup> MEZZETTI, op. cit., p. 96.

uma atitude revolucionária, se pensarmos nas posições intransigentes de Mao em relação à cultura e à ciência.

Deng Xiaoping reabilitou Hu Yaobang<sup>201</sup>, que já fora seu colaborador, e o encarregou de reintegrar primeiro os intelectuais e depois todos aqueles que haviam sofrido os ataques da Revolução Cultural, chegando dessa forma a reabilitar inteiros grupos de pessoas identificados pelas suas antecedentes ocupações: ex-latifundiários, ex-camponeses ricos, ex-artesãos, etc. Para sancionar definitivamente esta reabilitação, o governo chinês decidiu que não precisaria mais especificar nos documentos pessoais qual era o status social. Este ato representou uma verdadeira libertação para todo cidadão chinês, pois não somente livrava a pessoa de qualquer rótulo, mas salvava o futuro dos filhos e netos que não estariam mais prejudicados pelo passado dos próprios pais e avós.

A reabilitação era uma forma implícita de dizer que a Revolução Cultural não havia sido isenta de erros. E foi esta mensagem que Deng Xiaoping quis reiterar sempre mais claramente, chegando a afirmar que o próprio Mao Zedong havia cometido erros durante a sua liderança política. Os ataques a Mao, porém, limitaram-se aos anos de 1957 em diante, isto é, a partir da campanha antidireitista.

Antes deste período, a memória de Mao e a sua linha de ação foram preservadas. Alguns historiadores avançam a hipótese de que isto fosse devido ao fato de, diversamente da URSS, que teve na sua história um Stalin a ser criticado e um Lenin a ser salvo<sup>202</sup>, na China existiva somente a figura de Mao. Destruí-lo completamente significaria negar a legitimidade da própria Revolução Comunista e, conseqüentemente, da República Popular por ela fundada. Ocorria, portanto, dividir Mao em duas personagens. O que Mao fez a partir de 1957 foi criticado, admitindo que o grande líder chinês havia errado e levado a China ao fracasso não somente dos recursos econômicos, mas, também, daqueles culturais. Ao contrário, a época juvenil de Mao foi salva, e até reforçada. O pensamento de Mao, antecedente à época trágica da China foi revitalizado, colocado em luz como o fundamento da sociedade chinesa.

Deng Xiaoping estabeleceu um novo critério para a busca da verdade. Não seriam mais os dogmas a definir a realidade e como enfrentá-la. Os fatos seriam o único critério para estabelecer a verdade. Deng teve a esperteza de buscar a legitimidade das suas afirmações nos próprios escritos de Mao, datados do período da sua juventude. Esta sua posição antidogmática encontrou a oposição de Hua Guofeng que, no entanto, estava perdendo cada vez mais poder diante das iniciativas modernizantes de Deng Xiaoping.

---

<sup>201</sup> Hu Yaobang nasceu na província de Hunan em 1915. Uniu-se ao Partido Comunista da China em 1933. Participou da Longa Marcha e após a proclamação da República Popular da China passou a liderar a Liga Juvenil Comunista. Como Deng Xiaoping, também Hu Yaobang foi vítima política da Revolução Cultural.

<sup>202</sup> MEZZETTI, op. cit., p. 300.



### 3.1.1. O Muro da Democracia

As políticas de abertura que mudavam positivamente a atmosfera da sociedade chinesa levaram a população a realizar algo que, até poucos anos antes, ninguém teria imaginado. No centro de Pequim, ao longo de um muro, em uma avenida que atravessava a cidade, criou-se o que foi chamado de Muro da Democracia. Ali começaram a ser fixados os famosos *dazibao*, documentos por meio dos quais o povo chinês começava a pedir justiça, sobretudo contra as manifestações de 1976, que haviam sido realizadas na praça Tiananmen, por ocasião da morte de Zhou Enlai.

Poucos meses depois do início dos protestos junto ao Muro da Democracia, o governo anunciou que as manifestações de 1976 não seriam mais consideradas contra-revolucionárias. Reabilitando elas indiretamente o governo queria atingir Hua Guofeng, que na época das manifestações era o braço direito de Mao, ligando-o desta forma inevitavelmente a um passado que se queria cancelar.

Todavia, o Muro da Democracia se transformou, em pouco tempo, em um movimento que reclamava o respeito aos direitos humanos e, pela primeira vez na China, começou a se falar em democracia como quinta modernização.

O autor deste pedido foi Wei Jingsheng. Ele não somente denunciou os erros cometidos por Mão, mas também a situação de injustiça e de falta de liberdade em que o povo chinês, ainda naquela época, estava obrigado a viver. A solução era, segundo ele, uma quinta modernização, a democracia, sem a qual as outras quatro modernizações não passariam de mentiras<sup>203</sup>.

Ao lado deste importante pedido outros jovens escreveram pedidos similares. Em pouco tempo começaram novas manifestações juvenis principalmente nas cidades de Xangai.

Deng Xiaoping foi obrigado a tomar uma posição contra estas manifestações. Ele denunciou os excessos do Muro da Democracia, reiterando que no pensamento de Mao Zedong permanecia o fundamento da política chinesa, que a autoridade do Partido Comunista não poderia ser negada de forma alguma e que a sociedade chinesa teria que caminhar daquele momento em diante seguindo quatro princípios fundamentais: 1) prosseguir no caminho do socialismo; 2) apoiar a ditadura do proletariado; 3) apoiar a orientação do Partido Comunista; 4) apoiar o Marxismo-Leninismo e o Pensamento de Mao.

Estes quatro princípios se tornariam os “dogmas” de Deng Xiaoping.

Quanto a uma possível quinta modernização, existia sim na mente de Deng, mas o que ele concebia como ulterior modernização era o estabelecimento na China de um sistema judiciário que viria a ser criado no ano seguinte.

Wei Jingsheng - autor do *dazibao* sobre a democracia - foi preso e condenado a quatorze anos de prisão. Foram feitas outras prisões, mas não

<sup>203</sup> MEZZETTI, op. cit., p. 116.

foi realizada nenhuma campanha de massa como teria acontecido nos tempos de Mao.

### 3.1.2. A política da Porta Aberta

Deng Xiaoping demonstrou que o seu único interesse era o desenvolvimento econômico da China e para isto ele procurou garantir sempre a estabilidade do país. Em 1980, reforçou o seu governo, colocando Hu Yaobang como secretário-geral do partido, cargo que pertencia a Hua Guofeng, e fazendo entrar no cenário político quem se tornaria o seu protegido número 2, Zhao Ziyang.<sup>204</sup>

Nos mesmos anos em que Deng, no âmbito da política interna fechara as portas a qualquer proposta de democratização do país, no âmbito da política externa lançou a política da Porta Aberta.

Esta política foi inaugurada com o início das relações diplomáticas entre a China e os Estados Unidos. No mesmo ano, a China assinou um tratado com o Japão, como medida de contenção em relação à União Soviética.

A China começou a receber numerosas delegações do exterior e a enviar também os próprios quadros que começaram, por ocasião destas viagens internacionais, a usar trajes ocidentais.

Muitos estudantes puderam aceitar bolsas de estudos oferecidas por instituições do Ocidente e ir estudar fora. Da mesma forma, Deng abriu também as portas da China para os chineses do além-mar, os assim chamados *huaqiao*, graças aos quais ele esperava atrair capital estrangeiro para apoiar o desenvolvimento chinês. Com efeito, em 1978 foi reaberta a Associação dos Chineses Além-mar Repatriados, depois de dez anos de inatividade. Em um ano, de 1978 a 1979, calcula-se que visitaram a China 960.000 pessoas, das quais 800.000 eram chineses do além-mar.<sup>205</sup>

Esta abertura da China ao mundo foi naturalmente acompanhada por medidas econômicas internas que revolucionaram a economia chinesa.

A iniciativa privada foi incentivada e a terra foi distribuída entre os camponeses. A terra permanecia de propriedade do Estado, mas, depois de dar uma parte da colheita ao Estado, os camponeses podiam vender o resto em mercadinhos particulares que reapareceram por toda a China. Foi incentivada também a constituição de empresas privadas de inteira responsabilidade dos seus empresários. A economia chinesa melhorou consideravelmente.

---

<sup>204</sup> Zhao Ziyang nasceu em 1919 na província de Henan, unindo-se a Liga Juvenil Comunista em 1932. Membro do Partido Comunista apoiou a linha reformista de Liu Shaoqi. Quando este foi expulso do partido, também Zhao caiu sob os golpes da Revolução Cultural. Foi reabilitado em 1973 por Deng Xiaoping e enviado à província de Sichuan como primeiro secretário provincial do PCC. Ele conseguiu reverter a situação econômica da província que, durante o Grande Salto Adiante, havia sido devastada pelas escolhas políticas e econômicas erradas.

<sup>205</sup> LAZZAROTTO, Angelo. *La Chiesa cattolica in Cina: la "politica di liberta religiosa" dopo Mao*. Milão: Jaca Book, 1982, p. 16.

Em 1980 foi aprovada a lei sobre as *joint-ventures* e lançadas as primeiras quatro zonas econômicas especiais (ZEE), todas situadas em regiões estratégicas na fronteira com Hong Kong e Macau: Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen. Em 1982 foram desmanteladas as comunas populares. Em 1984, ao lado das ZEE, surgiram quatorze zonas de desenvolvimento especial.

### 3.1.3. A outra face da modernização

O panorama das grandes cidades ia, aos poucos, se transformando. Apareceram os primeiros estabelecimentos comerciais estimulados pelo governo como exemplos de iniciativa pessoal. Mas a situação era ainda difícil para a maioria das pessoas. Somente os estrangeiros e os quadros do partido tinham acesso direto aos bens de consumo.

O Partido Comunista estimulava o povo chinês à modernização por meio da propaganda do mundo ocidental. Em 1980 foram transmitidos os primeiros filmes ocidentais nas poucas televisões disponíveis nos locais públicos, onde os chineses se apinhavam com voracidade para conhecer um mundo que, até aquele momento, lhes havia sido negado. Exemplo disso foi o fato de que o povo chinês soube da chegada do homem à lua somente em 1980.

Parecia que todo um povo ressurgira da obscuridade e estava descobrindo que ao redor deles o tempo passara e muitas coisas haviam mudado.

Foram especialmente os jovens que adotaram com facilidade e rapidez a maneira de vestir e de se comportar dos ocidentais. O uniforme maoísta foi logo abandonado. O governo chinês estimulava o conhecimento do mundo por meio de viagens de estudantes ao exterior e de visitas à mãe-pátria de chineses que tinham emigrado nos anos 50. Tudo isto para incitar à riqueza, à modernização. Esta estratégia, porém, levou também a efeitos indesejados.

Os jovens começaram a examinar não somente os aspectos estéticos do ocidente, mas também os regimes democráticos e os sistemas econômicos vigentes nos países ocidentais. Convenceram-se de que o capitalismo era melhor que o comunismo. Isto levou à uma crise de fé no marxismo por parte não somente dos jovens, mas da maioria do povo chinês. Esta crise levou o governo comunista a buscar soluções para remediar o descrédito em relação ao comunismo e a crise de valores.

Em fevereiro de 1981 foi lançada uma campanha de educação socialista com os objetivos de “educar o povo a uma ideologia e moral sólida, cultivar o amor à mãe-pátria e à coletividade, respeitar a liderança do partido e do sistema socialista, fazer avançar o espírito de ajuda recíproca e de cooperação, trabalhar e estudar com diligência, ser honesto e útil ao serviço do povo”.<sup>206</sup> (Tradução nossa)

<sup>206</sup> Beijing Review, 13.04.81, p.5 apud TICOZZI, Sergio. La construction de la civilization spirituelle en Chine. *Eglise d'Asie*. Dossiers et documents N°5/96- Disponível em: [http://eglisie.mepasie.org/cgi-bin/depeche\\_affichage.pl?templ=document\\_moteur.htm&xml=/](http://eglisie.mepasie.org/cgi-bin/depeche_affichage.pl?templ=document_moteur.htm&xml=/)

O governo chinês, de fato, percebeu a mudança de atitude dos jovens em relação aos seus pais e avós, que haviam recebido uma educação chinesa tradicional. A nova geração não recebera tipo algum de regra de comportamento tradicional, pois, na época da Revolução Cultural, qualquer tipo de gentileza ou respeito pelos mais velhos era visto como herança de uma velha cultura e qualquer tipo de cuidado pessoal como sinal de cultura burguesa. Além do mais, as escolas haviam sido praticamente fechadas por uma década, privando as novas gerações de qualquer tipo de instrução. Estas campanhas possuíam, portanto, o objetivo de reeducar e, ao mesmo tempo, combater esta desconfiância em relação à ideologia comunista.

No mês de abril de 1982, Deng Xiaoping chegou à conclusão que este vazio ideológico poderia ser preenchido somente por meio da construção de uma sociedade socialista espiritual, e confiou ao seu companheiro Hu Yaobang a missão de anunciar esta nova proposta antes de tudo aos membros do partido, que deveriam ser os primeiros a demonstrar a própria fé no socialismo:

A construção da civilização socialista espiritual é um dever para o partido inteiro e para todo o povo em todas as atividades. A educação ideológica no partido é o pilar principal para o melhoramento da cultura e da ideologia em toda a sociedade, e os membros do partido devem ser antes de tudo exemplos ideológicos e morais. É necessário organizar um forte contingente de trabalhadores ideológicos militantes capazes de agir e persuadir os outros.<sup>207</sup> (Tradução nossa)

### 3.1.4. Mudanças na política interna e externa da China

As reabilitações continuavam envolvendo, também, os grandes nomes da política chinesa, como Liu Shaoqi e Peng Dehau: aqueles que haviam tido a ousadia de criticar abertamente Mao Zedong e, por isso, haviam sido punidos. Para Liu Shaoqi, cuja morte acontecera em 1969, mas que fora revelada somente depois da morte de Mao Zedong, foi reservada uma cerimônia fúnebre oficial de reabilitação com todas as honras que cabiam a um Presidente da República, cargo por ele ocupado de 1959 a 1968.

Nesta ocasião, a figura de Liu Shaoqi foi ressaltada pelo seu empenho em querer solucionar as dificuldades econômicas que a China estava atravessando naquele período. Tal reabilitação possuía, como as outras, um significado claramente político, porque, por meio deste ato, se declaravam oficialmente injustas as acusações a ele dirigidas por Mao Zedong e, indiretamente, atingia-se também a Revolução Cultural, classificada como a época das perseguições infundadas, como foi no caso de Liu Shaoqi.

---

public/cahier/cahier221.xml&bloc=3&art=1&rech=la\_construction\_civilization\_spirituelle.  
Acesso em: 7 jan. 2004, p. 5.

<sup>207</sup> Ibid., p. 5

Deng Xiaoping, portanto, continuava a querer distanciar-se de um passado da história chinesa que havia trazido somente sofrimento e dificuldades econômicas.

Em 1980 aconteceu o processo de condenação do Bando dos Quatro, evento que foi transmitido à toda China e ao mundo por meio dos jornalistas estrangeiros presentes em Pequim naquela época. A condenação parecia pôr um fim definitivo à época maoísta.

Dois anos depois, do dia 1 ao dia 12 de setembro de 1982, realizou-se o XII Congresso do Partido Comunista, o primeiro após a conclusão da era de Mao.

O Congresso caracterizou-se pelas conotações de liderança coletiva que Deng Xiaoping quis dar ao novo período político. Ele queria que o Partido Comunista se apresentasse de forma diferente, não mais expressão da vontade de uma única pessoa, mas de uma coletividade.

Durante os trabalhos do congresso evidenciaram-se três tendências no seio do partido: a ultraconservadora, que tinha saudade do período maoísta; a linha ortodoxa ligada a um desenvolvimento econômico planejado; e a mais progressista, que desejava não somente mudanças econômicas, mas, também, políticas.

Para conseguir manter a estabilidade e união, palavras preciosas para o alcance dos seus objetivos, Deng Xiaoping anunciou que, após o congresso, o partido seria submetido a uma purificação dos elementos de esquerdas radicais e dos elementos por demais liberais.

Mas a novidade deste congresso foi uma nova constituição que vinha substituir a de 1975 e que era a quarta desde a proclamação da República Popular da China.

A Constituição constava de um preâmbulo e de 140 artigos. Seguindo a diretriz de Deng de separar o papel do Estado daquele do Partido Comunista, o nome do partido não apareceu nos artigos da Constituição. Todavia, para não criar nenhuma dúvida sobre sua autoridade intocável, no preâmbulo o Partido Comunista é definido como guia do país:

De agora em diante, a tarefa fundamental do Estado será concentrar as forças para a modernização socialista. O povo chinês de toda raça, sob a guia do Partido Comunista da China e da inspiração do Marxismo-Leninismo e do Pensamento de Mao Zedong, atendo-se ao caminho socialista, continuará a aperfeiçoar ininterruptamente os vários ordenamentos socialistas, a desenvolver a democracia socialista, a fortalecer o sistema legal, a contar com as próprias forças e a se bater duramente. Para realizar gradualmente a modernização da indústria, da agricultura, da defesa nacional, da ciência e da tecnologia, e construir a China de maneira que se torne um país socialista de sublime civilização e sublime democracia.<sup>208</sup> (Tradução nossa)

---

<sup>208</sup> Constituição da República Popular da China de 1982. Preâmbulo. Disponível em: [http://www.tuttocina.it/Mondo\\_chinese/043/043\\_cost.htm](http://www.tuttocina.it/Mondo_chinese/043/043_cost.htm). Acesso em: 21 out. 2005.

Nota-se no programa de Deng Xiaoping, os princípios por ele pronunciados já em 1980, isto é, as quatro modernizações e a civilização socialista.

Nesta nova constituição reaparecia a figura do Presidente da República, cargo que havia sido ocupado pela última vez por Liu Shaoqi.<sup>209</sup>

Como anunciado durante os dias do XII Congresso, à reunião política seguiu uma verdadeira renovação dos membros do partido. Foram expulsos cerca de 40.000 membros considerados extremistas de esquerda.<sup>210</sup> Os cargos vitalícios foram abolidos. O objetivo desta operação foi o de permitir à China seguir rumo à sua modernização econômica, sem ser freada por aqueles que, se sentiam alarmados pela repentina transformação da China, que parecia se afastar dos caminhos traçados por Mao.

Novos políticos preencheram os espaços deixados pelos velhos comunistas. Neste período, passaram a fazer parte da liderança política chinesa Li Peng<sup>211</sup>, e Hu Qili<sup>212</sup>. Li Peng era um conservador enquanto Hu Qili seguia o caminho mais liberal de Hu Yaobang. Este antagonismo nas novas gerações políticas refletia a situação de divisão do Politburo - que reunia as máximas lideranças políticas chinesas -, que naquela época era constituído por dois políticos “jovens”: Hu Yaobang e Zhao Ziyang, além de três políticos “veteranos”: Deng Xiaoping, Chen Yun<sup>213</sup>, de linha mais conservadora, famoso pelo seu conceito de *bird-cage economy*<sup>214</sup> e Li Xianian<sup>215</sup>. Hu Yaobang, Zhao Ziyang e Deng Xiaoping compartilhavam a mesma linha inovadora. Li Xiannian e Chen Yun, que se tornará o mentor de Li Peng, opunham-se às reformas econômicas da China.

Este antagonismo político entre inovação e conservadorismo resultou em um conflito entre os dois representantes destas duas tendências: Deng Xiaoping e Chen Yun, que veio a tona em setembro de 1985. Chen Yun criticou Deng Xiaoping pelo desenvolvimento sem controle seja da agricultura - cuja escolha das culturas era deixada aos camponeses, sem que seguissem nenhuma diretriz pública - como da indústria, que, segundo Chen Yun,

<sup>209</sup> Após a destituição de Liu Shaoqi, Mao decidira abolir este cargo, pois não queria ocupá-lo e ao mesmo tempo não queria que ninguém o ocupasse.

<sup>210</sup> MEZZETTI, op. cit., p. 349.

<sup>211</sup> Li Peng nasceu na cidade de Chengdu, província de Sichuan em 1928. Órfão do pai aos três anos, Li Peng foi adotado por Zhou Enlai. Em 1945, ainda adolescente, entrou no Partido Comunista da China. Recebeu uma formação técnica na União Soviética e se tornou engenheiro. Antes de 1982, ocupava o cargo de Ministro da Indústria.

<sup>212</sup> Hu Qili nasceu na província de Shaanxi em 1929. Entrou nas fileiras do PC da China em 1948, aos 19 anos de idade. Era secretário do Partido em Tianjin quando foi chamado a fazer parte da Comissão Central do Partido.

<sup>213</sup> Chen Yun nasceu em 1905 em Xangai. Era um veterano da Longa Marcha que havia vivido décadas junto com Mao Zedong, Liu Shaoqi, Zhe De e Zhou Enlai.

<sup>214</sup> *Bird-cage economy*: a metáfora da ave capitalista presa em uma gaiola socialista, que corre o risco de destruir a sua gaiola crescendo. Era usada por Chen Yun para alarmar a China sobre o perigo da destruição da sociedade marxista-leninista que a nova economia chinesa poderia trazer ao país.

<sup>215</sup> Li Xiannian nasceu em 1909 na província do Hubei. Entrou no Partido Comunista da China em 1927 e participou da Longa Marcha. Foi expurgado durante a Revolução Cultural, mas reabilitado em 1973 e nomeado Ministro da Economia por Zhou Enlai.

precisaria ser mantida sob o controle de uma planificação central para não correr o risco de se tornar dependente dos estrangeiros.<sup>216</sup>

Deng Xiaoping aceitou as críticas, reconhecendo que as reformas econômicas haviam trazido fenômenos negativos e que as influências do capitalismo eram fortes, mas, ao mesmo tempo, fez questão de ressaltar os sucessos adquiridos, mesmo reconhecendo que este enriquecimento não alcançava, ainda, todos os chineses. “Há desigualdades, mas justamente para permitir a um número maior de pessoas de atingir a prosperidade é que algumas áreas e algumas camadas foram estimuladas a enriquecer. O nível geral de vida aumentou”.<sup>217</sup> A disputa no seio do partido concluiu-se em setembro de 1986, na conclusão da 6ª Plenária do XII Comitê Central, com a emissão de um documento que afirmava os princípios-base da construção de uma civilização socialista espiritual. O documento apresentava os princípios marxistas como linhas-guia para esta civilização, e encorajava todos a esforçar-se para elevar a qualidade ideológica, moral, científica e cultural do povo chinês. O documento alertava contra os abusos da corrupção e da burocracia, identificados como fenômenos negativos ligados às reformas econômicas.<sup>218</sup>

No que diz respeito às relações exteriores, Deng conseguiu sucessos incontestáveis. O ano de 1982 marcou o início das negociações com a Grã Bretanha para a futura devolução de Hong Kong à China. Negociações que resultaram na assinatura, dois anos depois, de um acordo para a restituição da colônia britânica fixado para o ano 1997.

Poucos anos depois, em 1987, Deng Xiaoping assinou também uma declaração conjunta com o governo de Portugal para a devolução de Macau, estabelecida para 1999.

Mudou também a política externa em relação à URSS. O seu novo líder, Michael Gorbachev, havia elogiado as reformas chinesas abrindo, desta forma, uma fresta de comunicação nas relações bilaterais, até então cristalizadas, entre os dois países.

### 3.1.5. A China pede democracia

Todavia, os sucessos na política externa não conseguiram evitar situações de instabilidade interna provocadas pelo sempre maior descontentamento, sobretudo do grupo dos intelectuais liderado pelo astrofísico Fang Lizhi<sup>219</sup> e dos jovens chineses. Numerosos foram os artigos de Fang Lizhi no qual falava-se de liberdade, de direitos humanos não respeitados e de um pluralismo político desejado. Ao lado dele, outros dois intelectuais, Liu Binyan e Wang Ruowang, ambos escritores, manifestaram abertamente a própria

<sup>216</sup> MEZZETTI, op. cit., p. 355.

<sup>217</sup> DENG XIAOPING apud MEZZETTI, op. cit., p. 356.

<sup>218</sup> TICOZZI, op. cit., p. 7 e MEZZETTI, op. cit., p. 358.

<sup>219</sup> Nascido em 1936 foi professor de astrofísica e vice-reitor da universidade de Ciências e Tecnologia da China, situada na cidade de Pequim.

decepção. Os intelectuais tiveram a liberdade de publicar as suas queixas e os seus pedidos no âmbito político porque eram indiretamente apoiados por Hu Yaobang que, ao contrário dos outros políticos, sempre compartilhou, mesmo se não declaradamente, estas atitudes desafiadoras.

Tais reivindicações começaram a ganhar forças e resultaram nas manifestações que foram organizadas em dezembro de 1986, em Xangai. Os pedidos eram os mesmos: democracia e liberdade de imprensa. Quando estas demonstrações de protesto contra a liderança política chegaram na simbólica praça de Tiananmen o governo chinês, como primeira medida, decidiu fechar a praça.

A medida governativa não foi suficiente para barrar os jovens manifestantes que nos primeiros dias de 1987, reuniram-se nos arredores da praça para continuar os seus protestos. No meio destes protestos os jovens começaram a enaltecer a figura de Deng Xiaoping e a sua posição progressista.

Esta atitude dos jovens em relação a Deng podia parecer, a primeira vista lisonjeadora, todavia, Deng a considerava perigosa para os próprios objetivos. Para ele, as manifestações de protesto só serviam para confirmar as suspeitas dos mais conservadores que usariam estas manifestações para justificar as críticas contra a abertura econômica chinesa. Além do mais, Deng não concordava com os pedidos feitos em praça pública, pois nunca afirmara que o seu objetivo fosse a democracia. Segundo ele, reformar politicamente o país significava desenvolver um sistema jurídico, distinguir Estado e partido e aplicar um certo tipo de descentralização.<sup>220</sup> Não gostava das manifestações juvenis, que lhe traziam lembranças do movimento juvenil das Guardas Vermelhas. Ele queria estabilidade para alcançar os seus objetivos. Para conseguir isso precisou sacrificar um dos seus mais preciosos colaboradores, conseguindo fazer calar, desta forma, as críticas contra os perigos das suas escolhas políticas.

Em janeiro de 1987, Hu Yaobang pediu demissão do cargo de secretário-geral do partido, cargo que foi dado a Zhao Ziyang. Entretanto, Hu Yaobang continuou a fazer parte do Politburo.

No mesmo período aconteceram as expulsões do partido dos três intelectuais que haviam liderado o movimento pró-democracia: Fang Lizhi, Liu Binyan e Wang Ruowang. As expulsões, porém, ao invés de criar o vazio ao redor deles, surtiram o efeito contrário. O povo chinês passou a os considerar mártires de uma liberdade ainda distante. A China estava mudando.

### 3.2. O BREVE PAPADO DE JOÃO PAULO I

Enquanto Deng Xiaoping reforçava a sua posição de líder no cenário político chinês, no Vaticano era eleito um novo papa.

---

<sup>220</sup> MEZZETTI, op. cit., p. 373.



No dia 6 de agosto de 1978, Paulo VI faleceu após um papado de 15 anos, deixando ao seu sucessor uma herança complicada no que dizia respeito à política interna vaticana.

A eleição do novo papa, no dia 26 de agosto de 1978, foi muito rápida e concluiu-se após quatro votações feitas no mesmo dia. Foi eleito o então patriarca de Veneza, Albino Luciani, que na escolha do novo nome - João Paulo I -, quis homenagear os seus predecessores: João XXIII e Paulo VI. Desde os primeiros dias do seu papado percebeu-se o contraste entre o novo papa e seu predecessor: ao invés da altivez e nobreza de Paulo VI, sobressaíram logo em João Paulo I sua humildade e simplicidade.

Com estas características, Papa Luciani, que ficou conhecido como o Papa do sorriso, apresentou-se aos fiéis da Igreja Católica no dia seguinte à sua eleição, explicando desta forma a escolha de seu nome:

Chamar-me-ei João Paulo. Eu não tenho nem a *sapientia cordis* do Papa João XXIII, nem a preparação e a cultura do Papa Paulo. Estou, porém, aqui no lugar deles e devo procurar servir a Igreja. Espero que me ajudeis com as vossas orações.<sup>221</sup>

De João XXIII recebera a nomeação a bispo da cidade de Vittorio Veneto, em 1958. Paulo VI o nomeara Patriarca de Veneza, em 1969. De Paulo VI ele lembrou um fato curioso, de 1972, durante a visita do papa a Veneza. Após a conclusão da Missa, celebrada por Paulo VI na Praça São Marco, diante de 20.000 fiéis, Paulo VI tirou a sua estola papal e a colocou nos ombros do patriarca de Veneza.<sup>222</sup>

A imprensa, na ocasião, apressou-se em afirmar que Paulo VI havia já escolhido o seu sucessor. Tal convicção reforçou-se quando, no ano seguinte, Paulo VI o consagrou Cardeal.

Contudo, o patriarca de Veneza chegou ao conclave que elegeria o novo papa, sem pensar que seria ele o escolhido.

Durante o exercício de seu ministério como bispo, patriarca de Veneza e Cardeal, as suas qualidades humanas de inteligência, cultura e, ao mesmo tempo, de simplicidade e abertura ao diálogo não passaram despercebidas e muitos dos bispos e cardeais com os quais mantivera contato ficaram tocados pela peculiaridade de seu caráter. Durante o período no qual foi bispo de Vittorio Veneto e nos anos do patriarcado de Veneza, ele fez também algumas viagens pastorais ao exterior. As suas metas foram a África, a Alemanha, a Suíça, e o Brasil onde, em 1975, recebeu um doutorado *honoris causa* junto à Universidade Federal de Santa Maria. Destas viagens guardou uma profunda amizade com os bispos dos países visitados.

As suas características o aproximavam naturalmente do Papa João XXIII.

<sup>221</sup> JOÃO PAULO I. *Ângelus Domini*, 27 de agosto de 1978. Disponível em: [http://www.vatican.net/holy\\_father/john\\_paul\\_i/angelus/documents/hf\\_jp-i\\_ang\\_27081978\\_po.html](http://www.vatican.net/holy_father/john_paul_i/angelus/documents/hf_jp-i_ang_27081978_po.html). Acesso em 25 ago. 2005.

<sup>222</sup> JOÃO PAULO I. *Ângelus Domini*, 27 de agosto de 1978, op. cit.

Mas se a escolha de Papa Luciani pareceu ser quase que “natural”, ela foi devida também às divisões que existiam na Cúria Romana na época de sua eleição.

Havia de fato dois grupos: um favorável à eleição do Cardeal Benelli, arcebispo de Florença, que reunia as tendências mais progressistas em favor das reformas conciliares; e outro a favor do cardeal Siri, arcebispo da cidade de Gênova, mais conservador.<sup>223</sup> Na disputa dos votos entre os dois grupos, optou-se por um terceiro: o Papa Luciani.

Ao contrário de como a imprensa da época o apresentou - um papa simplório, ingênuo, originário das montanhas vênetas, pouco acostumado com o funcionamento da burocracia vaticana - desde o início João Paulo I demonstrou que sabia com clareza qual era o caminho a ser percorrido. Queria devolver à Igreja Católica o seu espírito originário de pobreza e de transparência. Queria aproximar o Vaticano ao povo, e o seu representante máximo aos fiéis.

De fato, ele foi o primeiro papa a recusar aqueles símbolos de superioridade e formalidade que caracterizaram épocas anteriores. Não quis, por exemplo, a coroação. Recusou o uso do trono no momento da Missa chamada de entronização. Não queria usar a cadeira gestatória, mas teve que usá-la para permitir que as pessoas o enxergassem durante a travessia na Praça São Pedro. E, por último, foi o primeiro papa a abandonar o *pluralis maiestatis*. Gestos simples, se vistos na perspectiva hodierna, mas, na época, quase revolucionários.

Não lhe foi permitido, por exemplo, falar aos fiéis reunidos na Praça São Pedro, logo após a sua eleição, como ele desejava, o que foi realizado pelo seu sucessor, João Paulo II.

Durante o seu papado, que durou somente 33 dias, João Paulo I teve que enfrentar problemas graves de envolvimento do Vaticano nos escândalos que atingiram as altas finanças italianas, fatos que agravavam a já complicada situação política italiana.

O ano de 1978 registrou a execução de Aldo Moro pelas Brigadas Vermelhas, a demissão forçada do presidente italiano Giovanni Leone e a investigação do Banco Ambrosiano feita pelo Banco da Itália<sup>224</sup>, acusado de lavagem de dinheiro da máfia em conexão com a loja maçônica P2, liderada por Licio Gelli.

O Vaticano encontrou-se envolvido em tal escândalo por meio do envolvimento de um dos seus institutos financeiros: o IOR (Instituto para as Obras de Religião)<sup>225</sup> que, na época, era o maior acionista do Banco

<sup>223</sup> LEBEC, op.cit. p. 195.

<sup>224</sup> O Banco Ambrosiano foi fundado em 1896 por Mons.Giuseppe Tovini com a intenção de criar um banco católico que se diferenciasse dos bancos italianos pelo seu serviço a organismos católicos sem fins lucrativos, e para servir a organizações morais e entidades religiosas. Com o passar dos anos, o Banco Ambrosiano tornou-se uma das organizações financeiras mais importantes na economia italiana e mundial.

<sup>225</sup> O Estado da Cidade do Vaticano é sede de três Institutos financeiros: a APSA (Administração do Patrimônio da Sé Apostólica), na prática o Banco Central da cidade do Vaticano com funções de tesouraria e gestão dos salários do Estado; o Ministério da Economia ou Prefeitura

Ambrosiano, cujo presidente era Roberto Calvi. Quem administrava o IOR, em 1978, era o Cardeal americano Paul Marcinkus que, com Calvi, havia fundado, em 1971, em Nassau, o paraíso fiscal das Bahamas, a Cisalpine Overseas Bank. As acusações do Banco da Itália contra o Banco Ambrosiano não poderiam deixar de atingir o Cardeal Marcinkus e, conseqüentemente, o IOR, banco do Vaticano, que se tornara, desde a sua fundação, em 1942, uma instituição financeira importante, presente nas principais bolsas de valores mundiais.

Já na época em que João Paulo I era o patriarca de Veneza, ele se decepcionara diante com a decisão do IOR de vender o Banco Católico Vêneto ao Banco Ambrosiano sem que nenhum prelado vêneto fosse previamente consultado.

Como Papa, Luciani sentiu o dever de corrigir os caminhos de moralidade duvidosa que as finanças vaticanas estavam percorrendo. O IOR havia se lançado em especulações financeiras, estava sendo acusado de envolvimento nas operações financeiras de Roberto Calvi, Michele Sindona - considerado ligado à máfia italiana - e Licio Gelli, da loja maçônica P2.

O escândalo amargou os dias de pontificado de João Paulo I.

Após 33 dias de pontificado, no dia 28 de setembro de 1978, o papa morreu subitamente. A ausência de explicações detalhadas gerou diversas hipóteses sobre a sua morte, incluindo hipóteses de delito premeditado. Naturalmente o primeiro indicado pela imprensa e pela opinião pública foi o Cardeal Marcinkus e os seus amigos, que não deviam estar satisfeitos com a eleição de um papa que, entre as suas prioridades, havia manifestado o desejo de colocar em ordem as contas vaticanas.

Mas estas hipóteses permaneceram somente como tais. Ninguém conseguiu provar que o papa havia sido morto.

A explicação oficial dada pelo Vaticano foi que o Papa João Paulo I morreu por causas naturais, enfarte do miocárdio. Tal explicação apoiava-se no fato que o Papa João Paulo I apresentava problemas de coração já antes de sua eleição. A autópsia, que poderia ter eliminado as dúvidas que envolviam a morte de Papa Luciani, não foi realizada por desejo do Vaticano.

Nos 33 dias do seu pontificado, João Paulo I não teve tempo de manifestar-se sobre os vários problemas da Igreja no mundo. Não há documentos dele sobre os problemas da Igreja Católica na China.

Todavia, pouco após a sua eleição, discursou ao corpo diplomático da Santa Sé e manifestou o seu pensamento sobre a Santa Sé e suas relações internacionais.

Falando da missão dos diplomatas junto à Santa Sé ele dizia:

---

para os Assuntos Econômicos; e o IOR (Instituto para as Obras de Religião), fundado em 1942 pelo papa Pio XII. O objetivo de tal fundação era de ordem prática. O papa recebia doações dos fiéis do mundo inteiro geralmente em divisas estrangeiras. O Vaticano precisava evitar as despesas derivantes do trânsito destas divisas. A criação deste Instituto evitou tais despesas, pois o IOR não tinha obrigação de passar pela moeda italiana em caso de transferência de valores. Além disso, com o passar do tempo, o Instituto adquiriu o objetivo de fazer frutificar os capitais ali depositados pelas dioceses ou outras entidades religiosas.

Certamente, no leque dos cargos diplomáticos, a função que é a vossa aqui, deve dizer-se “sui generis”, como são a missão e a competência da Santa Sé. Nós não temos evidentemente qualquer bem temporal para trocar e nenhum interesse econômico para discutir, como têm os vossos Estados: as nossas possibilidades de intervenções diplomáticas são limitadas e especiais. Não se imiscuem nos negócios puramente temporais, técnicos e políticos, que dependem dos vossos Governos. Neste sentido, as Nossas Representações diplomáticas junto das mais altas Autoridades civis, bem longe de serem sobrevivência do passado, testemunham ao mesmo tempo o Nosso respeito do poder temporal legítimo e o interesse muito vivo pelas causas humanas que este poder se destina a fomentar. Dos dois lados, há presença, respeito, troca e colaboração, sem se confundirem competências.<sup>226</sup>

Deste trecho, podemos deduzir que João Paulo I teria agido em continuidade com o discurso de Paulo VI em relação à política externa do Vaticano e, particularmente, em relação à China, pois, como seu predecessor, evidenciava como o Vaticano não possuía objetivos econômicos nem políticos, mas puramente religiosos.

Além disso, manifestava o interesse da Santa Sé em contribuir com o melhoramento das causas humanas trabalhando junto para a realização da cooperação pacífica e do respeito mútuo.

A incredulidade e tristeza que seguiram a morte de João Paulo I eram sentimentos comuns nos cardeais, que se viram reunidos para a eleição do papa uma segunda vez em tão pouco tempo.

### 3.3. JOÃO PAULO II, O PAPA DO LESTE CHEGA AO VATICANO

Geralmente, nos dias que precedem a eleição de um papa, mesmo o mundo não-católico dirige o olhar à Praça de São Pedro, esperando sair a fumaça branca, sinal da escolha realizada. Naquela vez a novidade e surpresa que seguiram a saída da fumaça branca fundavam-se no fato de que o novo papa não era, como todos teriam esperado, italiano. O Vaticano iria ser governado por um papa estrangeiro depois de 455 anos.<sup>227</sup> O Cardeal de Cracóvia, Karol Wojtyła, foi o eleito, e escolheu ser chamado de João Paulo II.

Nascido em 18 de maio de 1920, em Wadowice, a 50 km da capital Cracóvia, Karol Wojtyła era filho de um costureiro, que militou no exército austríaco e depois no polonês. Aos 9 anos Karol perdeu a mãe e, logo depois, o irmão. Aos 21 anos perdeu o pai. A guerra interrompeu os seus estudos universitários, obrigando-o a trabalhar como operário para fugir da deportação

<sup>226</sup> JOÃO PAULO I. *Discurso do papa João Paulo I ao Corpo Diplomático credenciado junto à Santa Sé, 31 de agosto de 1978*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_i/speeches/documents/hf\\_jp-i\\_spe\\_31081978\\_diplomatic-corps\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_i/speeches/documents/hf_jp-i_spe_31081978_diplomatic-corps_po.html). Acesso em: 16 set. 2005.

<sup>227</sup> O primeiro papa estrangeiro foi Adriano VI, de origem flamenga, eleito em 1523.

para Alemanha. Em 1942, seguindo a sua vocação ao sacerdócio, entrou no seminário e começou os estudos de Teologia. Terminados os estudos partiu para Roma, onde obteve o Doutorado em Teologia. Em seu retorno, trabalhou como docente no Seminário de Cracóvia e na Universidade Católica de Lublin.

Em 1958 foi nomeado pelo Papa Pio XII bispo de Ombi e auxiliar de Cracóvia. Quando, em 1962, morreu o arcebispo de Cracóvia, Karol Wojtyła foi nomeado no seu lugar. Nesta veste foi chamado a participar dos trabalhos do Concílio Vaticano II. Ali se distinguiu pelas suas contribuições sobre o tema da liberdade religiosa.<sup>228</sup> Em 1967 foi nomeado Cardeal pelo Papa Paulo VI. Dois anos depois, ele fez falar de si quando, opondo-se à proibição do governo comunista de construir novas igrejas, colocou a primeira pedra na a construção da Igreja de Nova Huta.<sup>229</sup>

A surpresa dos católicos do mundo inteiro com a eleição de Karol Wojtyła foi grande. Todavia, a escolha de um papa que vinha do Leste Europeu não parecia feita por acaso, se analisarmos a conjuntura geopolítica da época. Aos olhos dos países ocidentais, o perigo maior provinha justamente do Leste, da hegemonia soviética. Karol Wojtyła havia nascido em um país que, mesmo sendo dirigido por um governo ateu, contava com a maior concentração de católicos entre a sua população. De fato, quase 90% de sua população eram católicos. A esperança de quem o tinha elegido era que o novo papa combatesse o comunismo soviético favorecendo os países ocidentais.

E, em parte, o que aconteceu em seguida lhes deu razão. Com efeito, João Paulo II não poupou esforços no combate ao comunismo, apoiando abertamente o movimento *Solidarnosc*<sup>230</sup> na Polônia e aproximando-se do governo dos Estados Unidos, por meio do diálogo com o polonês Zbigniew Brzezinski, Assessor de Segurança do governo Carter.

Em 1981, durante uma audiência na Praça de São Pedro, enquanto saudava os peregrinos do mundo inteiro, João Paulo II sofreu um atentado por parte de um terrorista turco. A hipótese de responsabilidade soviética era a mais evidente, visto o engajamento do papa contras os regimes ditatoriais de esquerda. Todavia, as verdadeiras causas do atentado nunca foram esclarecidas totalmente.

<sup>228</sup> LEBEC, op. cit., p. 173

<sup>229</sup> Nova Huta era a nova cidade dos trabalhadores que estava sendo construída ao lado de Cracóvia. Como o governo polonês era baseado no ateísmo marxista, não estava previsto no plano regulador a construção de nenhum edifício religioso. Por isso, os operários construíam a igreja de noite, mas, no dia seguinte, os policiais demoliam quanto havia sido construído e assim por vários dias e várias noites até que Karol Wojtyła, o então arcebispo de Cracóvia, conseguiu convencer o governo a deixar construir a igreja.

<sup>230</sup> Movimento sindical criado na Polônia em 1980 por um líder sindical, Lech Walesa, em ocasião das greves dos estaleiros navais da Danzica. Em seguida, tornou-se um movimento de massa, reunindo grupos de matriz católica e anticomunista. Teve o apoio de um grupo de intelectuais e baseou sempre as suas atividades na não-violência, conseguindo desta forma desestabilizar o poder do Partido Comunista. Em 1989, foi reconhecido oficialmente, participou das eleições políticas e, com a sua vitória, desencadeou lutas anticomunistas em outros países do bloco comunista.

Depois da queda do Muro de Berlim, em 1989, e do socialismo real nos países do Leste Europeu João Paulo II mudou o alvo de suas críticas, dirigindo a sua atenção e os seus protestos ao Ocidente e combatendo o capitalismo selvagem, que estava destruindo os valores e as raízes cristãs da Europa e dos países ocidentais.

Poucos anos depois que o comunismo desmoronou no Leste, em uma das suas tantas viagens à Polônia, ele chamou a atenção dos seus compatriotas, mostrando-se decepcionado pela atitude do seu próprio país em relação à liberdade que poderiam ter conquistado. Segundo ele, de fato, os poloneses haviam passado de um sistema totalitário a outro, o sistema capitalista ocidental, deixando-se escravizar pelos laços do consumismo, do hedonismo e do individualismo, típicos do ocidente.

Com as suas inúmeras viagens<sup>231</sup> no mundo todo ele quis conhecer pessoalmente a vida das Igrejas locais e os seus problemas, manifestando abertamente o seu dissenso, quando considerava necessário. Lembramos, neste caso, das visitas na América Central, onde chamou a atenção dos padres que haviam se envolvido com o marxismo.<sup>232</sup>

João Paulo II recebeu 38 visitas oficiais, 738 audiências ou encontros com Chefe de Estados, 246 audiências ou encontros com Primeiros Ministros<sup>233</sup>, nas quais ele não deixou de manifestar suas convicções.

No seu pontificado deu impulso ao diálogo com as grandes religiões, sobretudo com o mundo hebraico. Foi, porém, intransigente em relação a questões de bioética.

O atentado sofrido deixou graves seqüelas na sua saúde, mas isto não o impediu de continuar governando a Igreja Católica. Ao invés de enfraquecê-lo, as doenças, que ele não fazia questão de esconder, atraíram a simpatia e a admiração de católicos e não católicos, especialmente dos jovens, que se deixaram seduzir pela sua vivacidade, expressa não somente em palavras, mas com gestos “quase” teatrais, herança da sua paixão pelo teatro.<sup>234</sup>

A visibilidade foi uma característica inegável do seu pontificado, que ele realizou usando todos os meios de comunicação, tornando, desta forma, a Igreja Católica protagonista do cenário mundial. Fato este comprovado nos dias da celebração de sua morte, pela participação dos líderes mundiais quase que ao completo.

Entre os ausentes, os representantes da República Popular da China.

---

<sup>231</sup> As viagens apostólicas no mundo foram 104. Na Itália ele fez 146 visitas pastorais.

<sup>232</sup> Foi o caso de Ernesto Cardenal, padre que, na Nicarágua, se tornou Ministro da Cultura na Frente Sandinista, que derrotou a ditadura de Anastasio Somoza.

<sup>233</sup> Biografia de João Paulo II disponível em: [http://www.vatican.va/news\\_services/press/documentazione/documents/santopadre\\_biografie/giovanni\\_paolo\\_ii\\_biografia\\_breve\\_it.html](http://www.vatican.va/news_services/press/documentazione/documents/santopadre_biografie/giovanni_paolo_ii_biografia_breve_it.html). Acesso em: 29 set. 2005.

<sup>234</sup> Antes de ser ordenado sacerdote, foi ator, autor e diretor teatral. Durante a ocupação nazista foi dos um dos promotores de um grupo clandestino de teatro, Studio 39, ou Teatro Rapsódico.

### 3.4. A NOVA POLÍTICA DO GOVERNO CHINÊS EM RELAÇÃO À IGREJA CATÓLICA NA CHINA

A política da Porta Aberta instaurada por Deng Xiaoping teve reflexos também no âmbito religioso.

Em 1971, por ocasião da visita de uma delegação italiana, foi reaberta a Catedral de Pequim, *Nan Tang*, mas o acesso foi reservado somente aos estrangeiros. Os cristãos chineses puderam participar das cerimônias religiosas na catedral somente em 1979, quando também outras igrejas foram reabertas. A reabertura das igrejas era um sinal de que a política do governo chinês a respeito da religião estava mudando. Foram reabertas também algumas igrejas protestantes assim como alguns dos mais importantes templos budistas e as mesquitas das cidades maiores.

O que havia mudado? No intuito de unir todas as forças presentes na China para trabalhar pela modernização do país, o governo chinês provavelmente identificou nos grupos religiosos elementos positivos que poderiam ajudá-lo no seu objetivo de desenvolvimento do país.

De fato, pela primeira vez, o governo comunista convidou 16 líderes religiosos para serem membros da Conferência Política Consultiva do Povo Chinês, em ocasião da quinta Plenária da Conferência Consultiva (fevereiro-março de 1978).<sup>235</sup>

Entre os chineses do além-mar que voltavam à China, numerosos eram cristãos. O governo chinês oferecia aos residentes de Hong Kong que visitavam a China um documento de viagem que permitia se deslocar em todo território da China sem muitas dificuldades.<sup>236</sup> Foram estes cristãos que perceberam e fizeram conhecer ao resto do mundo que a religião havia sobrevivido aos golpes da Revolução Cultural.

Outra iniciativa significativa por parte do governo chinês a respeito da religião foi a fundação em Pequim do Instituto das Religiões Mundiais, ligado à Academia de Ciências Sociais, que tinha como objetivo aprofundar o estudo das grandes religiões partindo de um ponto de vista marxista.<sup>237</sup> O governo chinês considerou importante fazer uma distinção entre as grandes religiões e a religião popular, definida como superstição a ser proibida. Promover uma pesquisa acadêmica sobre as religiões era considerado, para os comunistas, um meio eficaz de eliminar as superstições da mente do povo e de demonstrar, por meio da ciência, que as religiões não passavam de um produto da história que havia se enraizado por causa da ignorância e do medo.

Em 15 de março de 1979, o jornal governativo *Renmin Ribao* publicou uma síntese do pensamento do governo a respeito das religiões e da superstição:

<sup>235</sup> LAZZAROTTO, op. cit., p. 14.

<sup>236</sup> *Ibid.*, p. 16.

<sup>237</sup> HE GUANGHU. Religious Studies in China and their connection with Political and Social Circumstances. *Occasional Papers*. Aahurs, N. 5, 2003, p. 26-40. p. 32 Disponível em: [www.teo.au.dk/cms/english/Publications/Aktuelle\\_sktifter5.pdf](http://www.teo.au.dk/cms/english/Publications/Aktuelle_sktifter5.pdf). Acesso em: 23 jun. 2004.

Todas as religiões nascem de ilusões errôneas que surgem como conseqüência do sentimento de importância e de medo provocado pelas forças naturais e sociais. Isto gera a superstição: qualquer culto de forças misteriosas que separam a natureza pode ser chamado de superstição; a religião é superstição; todavia nem toda superstição pode ser considerada religião. O Marxismo opõe-se a toda forma de religião, mas devemos admitir, reconhecer e apreciar as crenças das massas populares esperando que também elas chegarão à conclusão correta, descartando este tipo de cargas espirituais.<sup>238</sup> (Tradução nossa)

A liberdade de religião – assim como era concebida pelas autoridades chinesas - era, porém, reservada somente às grandes religiões mundiais (catolicismo, cristianismo, islamismo e budismo). As superstições populares, ao contrário, deveriam ser combatidas e eliminadas.

Em 30 de novembro de 1980, um outro artigo, publicado em outro cotidiano chinês, o *Guangming Ribao*, explicara o sentido da política de liberdade religiosa adotada pelo governo chinês.

Enfatizamos que implementar uma política religiosa não significa que nós mudamos a nossa compreensão da intrínseca natureza da religião. A religião intrinsecamente é conservadora e atrasada e opõe-se basicamente à ciência e ao pensamento marxista. Nós comunistas somos ateus. Todavia, o ponto fundamental da crítica marxista à religião visa a sublinhar o tipo de sistema social que requer a religião como sustento de base, e não entende repreender diretamente as grandes massas que acreditam na religião. Os criadores do marxismo mostraram sincera simpatia pela grande massa que acredita na religião. Na China hoje a contradição entre fé e descrença não constitui uma luta importante. Devemos usar métodos democráticos, e uma educação persuasiva. Se há liberdade religiosa a religião gradualmente se enfraquecerá sozinha.<sup>239</sup> (Tradução nossa)

Como podemos perceber deste trecho, a religião continuava sendo concebida como algo inútil, elemento de atraso e de conservadorismo. Todavia, os comunistas perceberam que a religião estava ainda enraizada no povo e que seria contraproducente tentar extirpar a fé com a força. Deng Xiaoping e os seus companheiros puderam constatar isso durante a Revolução Cultural. Resolveram, então, enquanto mantinham sob controle todas as grandes religiões por meio dos órgãos oficiais para isso reabilitados, atuar uma política diferente e confiar aos pesquisadores marxistas a tarefa de iluminar a mente do povo demonstrando a inutilidade da religião. A aparente abertura às religiões era devida também a outros fatores: unir as massas de fiéis e o clero para manter ordem e estabilidade<sup>240</sup>, elementos estes que facilitariam a concretização das quatro modernizações, e demonstrariam ao mundo que a China havia mudado e havia se tornado um país que respeitava as minorias

<sup>238</sup> *Renmin Ribao*, 15 de março de 1979 apud LAZZAROTTO, op. cit., p. 38-39.

<sup>239</sup> *Guangming Ribao*, 30 de novembro de 1980 apud LEUNG, op. cit., p. 108-109 e LAZZAROTTO, op. cit., p. 45.

<sup>240</sup> LEUNG, op. cit. p., 124.



étnicas e as crenças religiosas, obtendo por meio desta liberalidade a ajuda financeira dos chineses expatriados, muito deles cristãos. Eram, portanto, razões pragmáticas que explicavam o repentino interesse do governo comunista pelo estudo destas grandes religiões.

Os intelectuais que haviam sido reabilitados aceitaram com entusiasmo esta tarefa, demonstrando interesse no estudo e pesquisa das religiões, principalmente do cristianismo, pois começaram a encontrar nas religiões instrumentos que poderiam oferecer valores morais, ajudando a preencher o vazio ideológico que reinava depois da Revolução Cultural.<sup>241</sup>

### **3.4.1. A Associação Patriótica Católica Chinesa volta às atividades**

A política do governo comunista em relação às religiões incluía também o restabelecimento do Departamento de Assuntos Religiosos, instituído em 1951, órgão de coligação entre o governo chinês e as representações religiosas chinesas.<sup>242</sup> Por meio do Departamento de Assuntos Religiosos o governo chinês convidou as Associações Patrióticas das respectivas religiões a voltarem às suas atividades e a convocarem os seus membros para os respectivos Congressos.

Nos anos 50 foram instituídas seis Associações Patrióticas Chinesas e todas as seis voltaram a funcionar em 1980: a Associação Budista Chinesa, a Associação Taoísta Chinesa, a Associação Islâmica Chinesa, a Associação Protestante Chinesa do Movimento das Três Autonomias, a Associação Protestante Chinesa e a Associação Patriótica Católica Chinesa (APCC).

Esta última organizou no mês de maio de 1980 o seu quarto congresso. O último congresso fora realizado em 1962 em uma situação política completamente diversa. Nos primeiros anos da década de 80, os membros da APCC perceberam que a realidade havia mudado e era necessário realizar mudanças estratégicas que, sempre respeitando as linhas diretrizes do governo comunista, conseguissem alcançar as massas de fiéis católicos espalhados em todo território chinês.<sup>243</sup>

De fato, até então, a APCC não havia recebido o consenso da maioria dos católicos chineses, principalmente pela sua natureza de órgão semi-governativo.

Lemos no seu estatuto, no artigo 2, os objetivos da Associação:

<sup>241</sup> Cf. GAO SHINING. Christianity in 21st century. *Occasional Papers*. Aahurs, N. 5, 2003, p. 47-56. Disponível em: [www.teo.au.dk/cms/english/Publications/Aktuelle\\_sktifter5.pdf](http://www.teo.au.dk/cms/english/Publications/Aktuelle_sktifter5.pdf). Acesso em: 23 jun. 2004.

<sup>242</sup> O Departamento de Assuntos Religiosos cessara de funcionar durante os anos da Revolução Cultural. Os dirigentes e funcionários, rotulados de contra-revolucionários haviam sido enviados aos campos de trabalhos.

<sup>243</sup> Em 1984 as estatísticas oficiais contavam cerca de 3,8 milhões de católicos, sem contar os católicos que não aderiam à APCC. Cf. LEUNG, op. cit., p. 119.

A Associação Patriótica Católica é uma organização de massa composta de leigos e clero patriótico e amante da igreja. O seu objetivo é unir o clero e os leigos do país sob a liderança do partido e do governo do Povo, para desenvolver o espírito de patriotismo, observando as leis e políticas do país, tomando parte ativamente da construção do Estado socialista, promovendo relações amigáveis com os católicos em nível internacional, opondo-se ao imperialismo e hegemonia, defendendo a paz no mundo, ajudando o governo a implementar sua política de liberdade de crença religiosa.<sup>244</sup> (Tradução nossa)

O acento sobre o patriotismo foi a característica principal do quarto congresso da APCC, cujos membros estavam conscientes que a reencontrada vitalidade da Associação baseava-se essencialmente na vontade política do governo chinês. Era natural, então, que eles demonstrassem o seu agradecimento às autoridades chinesas acentuando a ligação política da Associação com o governo chinês e sublinhando que os seus fins colimavam com aqueles do inteiro povo chinês: defesa da paz e oposição ao imperialismo.

De outro lado, as divisões existentes dentro da APCC eram evidentes. Alguns membros consideravam a constituição da Igreja Católica Chinesa como uma entidade separada definitivamente de Roma, a maioria estava na APCC na esperança de ter mais espaço para trabalhar para a unidade plena com a Igreja Universal e servir melhor aos fiéis católicos chineses. Estes últimos, até então, desconfiavam da APCC, sobretudo pela presença de sacerdotes e bispos casados ao seu interno, como era, por exemplo, o caso de Mons. Michele Fu Tieshan<sup>245</sup> ao qual havia sido confiada a significativa diocese de Pequim.

A APCC devia encontrar soluções que garantissem uma sua maior credibilidade aos olhos dos católicos chineses.

A solução encontrada foi a criação de dois novos organismos: o Comitê Administrativo da Igreja Católica Chinesa e a Conferência dos Bispos Católicos Chineses. Por meio da criação destes novos organismos, a APCC renunciava a se ocupar dos assuntos internos da Igreja Católica, para revestir exclusivamente uma função política de controle e de ligação entre o povo católico chinês e o governo.

As tarefas das novas estruturas envolviam os problemas pastorais da Igreja Católica na China, no intuito de planejar as futuras atividades e, ao mesmo tempo, unificá-las, respeitando as diretrizes governamentais. A Conferência dos Bispos Católicos Chineses (CBCC) nascia com a intenção de concretizar o autogoverno da própria Igreja Católica como delineado pelo Movimento das Três Autonomias. Ao Comitê Administrativo cabia resolver os assuntos pastorais e organizacionais da Igreja Católica. Um das tarefas que lhe foi confiada foi a formação dos futuros sacerdotes por meio da criação de um Instituto Católico Nacional de Filosofia e Teologia. Como presidente da Conferência dos Bispos Católicos Chineses foi nomeado

<sup>244</sup> Catholic Church in China (março de 1980), p. 12-13 apud LEUNG, op. cit., p. 123.

<sup>245</sup> Fu Tieshan nasce em 1931 na província do Hebei. Foi ordenado sacerdote em 1956 e consagrado bispo de Pequim em 1979



Zhang Jiashu, bispo de Xangai, que sempre se demonstrara fiel à APCC, apoiando as suas iniciativas. Para o Comitê Administrativo o escolhido foi o bispo Yang Gaojiang. Os dois foram também nomeados vice-presidentes da APCC, liderada pelo bispo Zong Huaide, que por sua vez foi nomeado vice-presidente da Conferência dos Bispos Católicos Chineses e do Comitê Administrativo. Nestas nomeações interligadas estava a garantia de que nenhum dos escolhidos caísse na tentação de mudar de linha, se subtraindo ao constante controle do governo chinês sobre a Igreja Católica na China.

O perigo que o governo chinês queria evitar por meio deste estreito controle era sempre o mesmo: evitar que a Igreja Católica na China mantivesse ligações não apropriadas com o Vaticano e o seu líder, o papa. O discurso pronunciado por Xiao Xianfa, diretor do Departamento de Assuntos Religiosos, do qual a APCC dependia diretamente, durante o Congresso da APCC, demonstrou isso:

Agora o Vaticano demonstrou a sua disponibilidade em mudar as suas relações conosco. Eles querem “dialogar” conosco e com a Igreja Católica da China. Mas os seus atos não correspondem às palavras. Eles miram em vão retomar o controle da Igreja Católica China: não devemos absolutamente nos deixar enganar.<sup>246</sup> (Tradução nossa)

As mudanças de atitude às quais o diretor do Departamento de Assuntos Religiosos referiu-se foram os apelos lançados por João Paulo II, desde o início do seu pontificado, como veremos em detalhe nos capítulos a seguir. Não obstante os apelos do papa a retomar o diálogo, os representantes do governo chinês continuaram sublinhando a importância de manter a independência das instituições católicas estrangeiras como demonstra a segunda parte do discurso de Xiao Xianfa:

Uma importante e necessária tarefa da Igreja Católica é também continuar a manter a sua independência e autonomia na gestão dos assuntos da própria igreja e de auxiliar o governo na implementação de sua política de liberdade respeito à crença religiosa. Para fazer isso ela deve unir a massa do clero e dos leigos a fim de manter a ordem e a unidade e fazer o que seja melhor para realizar as Quatro Modernizações e, ao mesmo tempo, opor-se à hegemonia e defender a paz no mundo.<sup>247</sup> (Tradução nossa)

A maneira de interpretar o que significava independência e autonomia da Igreja de Roma constituía a alma das divergências dentro da APCC e no âmbito da Conferência dos Bispos Católicos Chineses. Se o bispo de Pequim, Mons. Fu Tieshan, de um lado era o representante da ala esquerda da Conferência, que reclamava a independência efetiva da Igreja de Roma – sem dúvida ciente que a sua condição de esposo e pai de dois filhos não lhe facilitaria exercer o ministério sacerdotal dentro das estruturas ortodoxas

<sup>246</sup> Catholic Church in China I (Março de 1980), p. 5 apud LAZZAROTTO, op. cit. p. 81.

<sup>247</sup> Catholic Church in China I (Março de 1980), p. 5 apud LAZZAROTTO, loc.cit.



católicas - de outro lado, outros bispos, como Duan Yinmin, que haviam sido nomeados por Pio XII, representavam aquela parte da APCC que lutava pela reconciliação plena entre a Igreja Católica na China e Roma. Aderiram à APCC para garantir de certa forma a sobrevivência da Igreja Católica, mas por meio das novas estruturas iriam tentar tornar-se cada vez mais autônomos da atuação política da APCC. O bispo Duan Yimin, durante o congresso da APCC, declarou que a fé católica, na China, continuava idêntica àquela do resto do mundo católico assim como idênticas eram as formas de oração e os sacramentos administrados.<sup>248</sup>

A divisão, portanto, não parecia ser uma divisão em matéria religiosa, mas em matéria política. Se o governo chinês continuava a manifestar a sua desconfiança em relação ao Vaticano e à sua perigosa influência na Igreja Católica Chinesa, era porque ele estava ciente que, ao lado da Igreja Patriótica que ele estava apoiando, existia uma igreja não oficial que estava tomando força no meio do povo chinês e que podia representar fonte de instabilidade política numa China que estava tentando se levantar de uma profunda prostração política e econômica.

Encontramos a referência ao perigo de formar-se na China uma Igreja não oficial na Carta Aberta, dirigida aos padres e leigos da China, escrita pelos dirigentes da APCC: “Precisamos frear uma pequena minoria de maus elementos e de influências reacionárias do exterior que inventam milagres, difundem vozes tendenciosas, provocam desordens, criam divisões e desenvolvem atividades ilegais sob o manto da religião.”<sup>249</sup> (Tradução nossa)

Ao lado da preocupação por este fator de possível instabilidade interna, o governo chinês, por meio do Congresso da APCC, manifestou o desejo de ver reunificada a província de Taiwan à China. Com efeito, no final do Congresso, no dia 2 de junho, a APCC lançou uma outra carta aberta, desta vez dirigida ao clero e aos leigos católicos de Taiwan, que se concluía desta forma: “Querido clero e queridos católicos, o tempo está passando e nossa situação está se desenvolvendo. Por amor de um brilhante futuro da mãe-pátria e benefício da Santa Mãe Igreja, lutamos de mãos dadas para completar a sagrada missão da reunificação da mãe-pátria.”<sup>250</sup> (Tradução nossa)

### 3.5. JOÃO PAULO II E A CHINA

Desde o início do seu pontificado, o papa João Paulo II reservou à China uma atenção especialíssima, aproveitando de toda ocasião propícia para enviar apelos de diálogo ao governo chinês e mensagens de encorajamento e de afeto ao povo chinês. Alguns estudiosos calcularam que durante todo

<sup>248</sup> LAZZAROTTO, op. cit. p. 85.

<sup>249</sup> LAZZAROTTO, op. cit., p. 57

<sup>250</sup> Catholic Church in China, p. 58-59 apud LAM, op. cit, p. 57-58.

o seu pontificado João Paulo II dirigiu-se à China 60 vezes, entre discursos oficiais, mensagens e saudações.<sup>251</sup>

Um dos primeiros discursos relacionado à China remonta a um ano depois da sua eleição, em 1979, quando João Paulo II expressou o desejo de trabalhar para uma aproximação e para um futuro encontro entre os católicos do mundo todo e a comunidade chinesa.

A nossa oração se dirigirá constantemente a Deus pelo grande povo chinês, o mais numeroso de toda a terra. Desejamos fazer todo o possível a fim de que a lembrança e a solicitude que nutre por eles a comunidade católica no mundo contemporâneo possam levar a uma aproximação e, portanto, a um encontro. É difícil dizer algo a mais sobre este tema, todavia alguma notícia acerca de fatos recentes, que podem fazer pensar a um novo respeito em relação à religião, nos permite expressar uma certa e também nova confiança. Formulo com todo o coração o desejo que possamos ter desenvolvimentos positivos, que marquem para os nossos irmãos e irmãs do continente a possibilidade de fruir da plena liberdade religiosa.<sup>252</sup> (Tradução nossa)

O ano seguinte, 1980, enquanto falava aos bispos de Taiwan em visita “*ad limina apostolorum*”, João Paulo II afirmou, como já haviam feito os seus predecessores, que não existe contraposição entre o ser cristão e amar e trabalhar pela própria pátria, argumento este que João Paulo II fará questão de repetir em várias ocasiões. Manifestou, depois, a sua preocupação em relação à situação da Igreja Católica na China.

Um cristão não é somente uma pessoa de fé, mas uma pessoa que também está chamada a ser fermento e sal da terra na sociedade civil e política na qual ele vive. A Igreja, portanto, infunde nos seus fiéis um profundo sentido de amor e de dever, em relação aos seus concidadãos e para com a sua terra natal. Ela encoraja a viver como cidadãos honestos e exemplares e a trabalhar lealmente para o progresso global da nação da qual eles estão orgulhosos de ser membros. Entre as preocupações que vocês me manifestaram, a hodierna situação religiosa da Igreja Católica no continente ocupa um lugar especial. Garanto-vos que estas preocupações são também minhas. De vários lugares daquele imenso território recebo informações que testemunham a perseverança de muitos católicos na fé, na oração e na prática religiosa, e tudo isto mostra o seu firme apego à sé de Pedro.<sup>253</sup> (Tradução nossa)

<sup>251</sup> CRIVELLER, Gianni. Pope John Paul II and China. *Tripod* 2005 Summer Vol. 25 N° 137. Disponível em: [http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T137/T137\\_E02.htm](http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T137/T137_E02.htm). Acesso em: 4 out. 2005.

<sup>252</sup> JOÃO PAULO II. *Angelus*, 19 agosto 1979. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/angelus/1979/documents/hf\\_jp-ii\\_ang\\_19790819\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/angelus/1979/documents/hf_jp-ii_ang_19790819_it.html). Acesso em: 10 jan. 2005.

<sup>253</sup> Id., *Discorso ai vescovi cinesi in visita “ad limina apostolorum”, 11 novembre 1980*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/1980/november/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19801111\\_vescovi-cina\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1980/november/documents/hf_jp-ii_spe_19801111_vescovi-cina_it.html). Acesso em: 21 jan. 2005.

Em 1981, o papa João Paulo II viajou pela primeira vez ao Extremo Oriente. E no dia 18 de fevereiro de 1981 encontrou em Manila uma delegação de católicos chineses que viviam fora da China. Entre os ouvintes estavam também alguns representantes da Associação Patriótica Católica Chinesa.

O discurso que João Paulo II dirigiu aos chineses era o resultado da sua reflexão sobre os últimos acontecimentos das relações entre o Vaticano e a China.

O ano de 1980 havia sido marcado por eventos importantes, como a primeira visita de dois altos prelados da Igreja Católica na China: o Cardeal Roger Etchegaray, de Marselha e o Cardeal Franz König, de Viena que, de volta a Roma, relataram ao papa que perceberam uma certa mudança na atitude do governo chinês.<sup>254</sup> O papa viu confirmada esta afirmação por outros dois acontecimentos: a liberação, no mesmo ano, do bispo de Cantão, Deng Yimin e uma declaração do bispo de Pequim, Mons. Fu Tieshan à Agência Ansa que o entrevistara a respeito da situação da Igreja Católica na China. Mons. Fu, depois de reconhecer a complexidade das relações com o Vaticano, afirmou que naquele momento cabia ao Vaticano fazer propostas concretas que ajudassem a superar o fosso.<sup>255</sup> Estes elementos positivos levaram o papa João Paulo II a pronunciar palavras significativas à toda a China, propondo deixar os fatos do passado ao passado para construir junto um novo futuro:

Com as minhas humildes palavras, desejo também expressar a minha estima para o vosso grande país. O vosso país é de fato grande não somente em termos de extensão geográfica e de população, mas de especial modo por causa da sua história, da riqueza da sua cultura, e dos valores morais que seu povo cultivou por séculos. O jesuíta padre Matteo Ricci compreendeu e apreciou plenamente a cultura chinesa desde os incícios, e o seu exemplo deveria servir de inspiração para muitos. Outros, às vezes, não mostraram a mesma compreensão. Mas quais que foram as dificuldades, elas pertencem ao passado, e agora é ao futuro que devemos olhar.<sup>256</sup> (Tradução nossa)

E retomando o tema da não contraposição entre ser cristão e patriota ele disse:

Estou certo que todo católico, dentro das vossas fronteiras contribuirá plenamente à construção da China, pois um verdadeiro e fiel cristão é também um honesto e bom cidadão. O cristão – em todo país do mundo – é fiel a Deus, mas possui também um profundo sentido do dever e do amor para com a sua terra e o seu povo. Um bom católico chinês opera lealmente para o progresso da nação, observa as obrigações de piedade filial em relação aos

<sup>254</sup> SANTINI, op. cit. p. 128.

<sup>255</sup> ANSA, Junho de 1980 apud LAZZAROTTO, p. 99-100.

<sup>256</sup> JOÃO PAULO II. *Discorso alle comunità cattoliche cinesi in Asia, 18 febbraio 1981*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/1981/february/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19810218\\_manila-comunita-cattoliche-cinesi\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1981/february/documents/hf_jp-ii_spe_19810218_manila-comunita-cattoliche-cinesi_it.html). Acesso em: 16 fev. 2006.



seus pais, à família e à pátria. Reforçado pela mensagem do Evangelho, ele cultivará, como todo bom chinês, as “cinco virtudes principais”: caridade, justiça, temperança, prudência e fidelidade. Não há, portanto, oposição ou incompatibilidade em ser contemporaneamente verdadeiro cristão e autêntico chinês.<sup>257</sup> (Tradução nossa)

E falando da própria Igreja Católica ele sublinhou que ela não possuía metas políticas ou econômicas, e por isso ele podia pedir, sem constrangimentos, que os católicos chineses pudessem fruir da liberdade de expressar a sua fé por completo:

A Igreja não mira a outra coisa que a ser fiel à missão confiada-lhe pelo seu Divino Fundador. Ela não possui metas políticas ou econômicas; ela não possui uma missão terrena. Ela desejaria ser, na China, como em qualquer outro país, mensageira do Reino de Deus. Ela não deseja privilégios, mas somente que todos aqueles que seguem Cristo tenham a possibilidade de expressar a sua fé livremente e publicamente e viver segundo a sua consciência.<sup>258</sup> (Tradução nossa)

Logo em seguida, o papa João Paulo II acenou aos anos obscuros da Revolução Cultural, e às escolhas que muitos tiveram que fazer baseando-se somente na própria consciência. Provavelmente estas palavras eram dirigidas àqueles que haviam aderido à Igreja Patriótica pensando ser este o mal menor para o futuro da Igreja Católica. O papa garantia a eles, como a todos os membros da Igreja Católica não oficial, a compreensão da Igreja, tentando, desta forma, manter o diálogo aberto em todos os níveis: com o governo chinês, com a Igreja Patriótica, e com a Igreja Clandestina.

O curso da história, determinado por decisões humanas, foi tal que por muitos anos não tivemos contatos mútuos. Muito pouco se conhecia de vocês, das vossas alegrias e também dos vossos sofrimentos. Recentemente, todavia, de várias partes do vosso imenso território, chegaram a mim vossas informações. Mas naqueles longos anos vocês, sem dúvida, passaram por experiências que nos são ainda desconhecidas, e às vezes, se perguntaram em vossas consciências, qual era para vocês a coisa certa a ser feita. Por aqueles que não tiveram nunca experiências deste tipo é difícil avaliar plenamente tais situações. Contudo, desejo que vocês saibam: durante todo este período e até hoje, eu, e toda a Igreja comigo, fomos a vocês com o pensamento, com a oração, no genuíno amor fraterno e na solicitude pastoral.<sup>259</sup> (Tradução nossa)

Logo após ter pronunciado o discurso de Manila, o papa João Paulo II enviou para Hong Kong o seu colaborador e companheiro de viagem, o Secretario de Estado Cardeal Agostino Casaroli, especialista nas relações

---

<sup>257</sup> Ibid.

<sup>258</sup> JOÃO PAULO II. *Discorso alle comunità cattoliche cinesi in Asia, 18 febbraio 1981*, op.cit.

<sup>259</sup> Ibid.



com os governos comunistas, para recolher as reações chinesas à sua oferta de diálogo e aproximação. Na viagem de volta o papa recusou o convite de visitar Taiwan para respeitar as regras diplomáticas que visavam a evitar qualquer ato que pudesse ofender o governo chinês.

A visita do Cardeal Casaroli, Secretário de Estado do Vaticano, embaixador da paz, fora, sem dúvida, um evento particular que levou muitos a pensar que as controvérsias entre o Vaticano e a China poderiam se resolver em breve. O Cardeal Casaroli encontrou-se com o bispo de Cantão, Deng Yimin, que, por causa de um tratamento médico, obtivera a permissão do governo chinês de ir para Hong Kong.

Este encontro era muito importante e significativo. O bispo de Cantão, Deng Yimin, foi liberado depois de 22 anos de prisão pelo governo comunista, mesmo ele sempre manifestando abertamente a sua união com Roma. O fato de ele ter obtido a permissão de ir a Hong Kong e de poder se encontrar com um membro da Cúria Vaticana significava que o governo chinês, de certa forma, considerava Deng Yimin como o possível interlocutor com Roma, escolha esta que foi compartilhada pelo Papa João Paulo II.

Depois do encontro, o Cardeal Casaroli e o bispo Deng Yimin participaram juntos de uma conferência de imprensa diante de muitos jornalistas estrangeiros, respondendo a suas perguntas sobre a possibilidade de reconciliação entre a China e o Vaticano.

De sua parte, o Cardeal Casaroli expressou a disponibilidade do Vaticano em procurar uma solução para as condições apresentadas pelo governo chinês em vista de uma possível abertura das relações diplomáticas, isto é, a ruptura das relações diplomáticas com Taiwan por parte do Vaticano e o reconhecimento dos bispos nomeados por parte da Igreja Católica da China. A propósito do pedido de romper as relações diplomáticas com Taiwan, o Cardeal Casaroli demonstrou abertura para estudar o problema, afirmando poder encontrar, no meio diplomático, maneiras de resolver esta dificuldade. As ordenações episcopais realizadas no passado sem a explícita aprovação de Roma eram consideradas, válidas, segundo ele, por terem sido feitas por bispos consagrados por Roma. E disse ainda: “Nós dizemos que estas ordenações foram feitas não em conformidade à lei canônica e, portanto em forma para nós ilegítima, isto é, não segundo a lei. Mas o que é ilegítimo, a certas condições pode ser legitimado.”<sup>260</sup>

O cardeal Casaroli oferecera a todas as questões uma visão otimista e ao mesmo tempo realista das possíveis soluções. À pergunta sobre a atuação das Três Autonomias no âmbito da Igreja Católica na China, ele respondera que as várias Igrejas locais podiam possuir diferentes formas de independência sempre mantendo firme o princípio da interdependência que todas as igrejas do mundo devem respeitar.

A presença do bispo de Cantão, Deng Yimin, ofereceu a possibilidade de olhar os problemas apresentados também sob o ponto de vista do clero chinês. A propósito da Associação Patriótica, que muitas vezes na imprensa

---

<sup>260</sup> LAZZAROTTO, op. cit. p. 186.





internacional fora considerada como o equivalente da Igreja Patriótica, ele sublinhou que mesmo se da APCC participavam sacerdotes e bispos, esta era somente uma organização civil distinta da Igreja Católica da China, que era a verdadeira instituição eclesial. Esta podia agir de forma autônoma, mas sem negar a ligação com a Santa Sé.<sup>261</sup>

As afirmações conjuntas dos dois prelados preanunciavam sinais positivos em relação a uma possível reaproximação entre a Santa Sé e a China.

As reações de Pequim foram controversas. Em um primeiro momento o bispo de Pequim, Mons. Fu Tieshan, reagiu com um certo entusiasmo às declarações de Casaroli formulando o desejo que Casaroli pudesse desempenhar o mesmo papel que havia desempenhado Kissinger nas relações da China com os Estados Unidos. Logo depois, porém, sua atitude mudou, pedindo severamente que as boas intenções que o Vaticano estava mostrando fossem seguidas de atos concretos que demonstrassem a sua sinceridade. A historiadora Beatriz Leung avança a hipótese que esta mudança de atitude refletisse uma diversidade de opinião dentro dos círculos políticos chineses.<sup>262</sup>

A estrada da reconciliação prospectava-se ainda muito longa, como demonstraram os fatos que seguiram ao encontro entre o Cardeal Casaroli e o bispo Deng Yimin.

### 3.5.1. João Paulo II e o caso Deng Yimin

Despedindo-se do bispo Deng Yimin, o Cardeal Casaroli lhe propôs de servir de ponte entre a Santa Sé e o governo chinês e, para discutir melhor isso, o convidou a ir logo a Roma para encontrar-se com o papa.

De fato, no dia 30 de abril de 1981, Deng Yimin encontrou-se com o papa João Paulo II, poucos dias antes que ele sofresse o grave atentado na praça de São Pedro.

O bispo Deng Yimin, no seu diário, o descreveu como um encontro simples no qual o papa pediu-lhe informações sobre a situação da China e lhe demonstrou o seu carinho e a sua sincera afeição.<sup>263</sup>

Nos dias seguintes ele visitou vários lugares sagrados em Roma, encontrando-se também com membros de diversas congregações religiosas.

Todavia, além dos encontros com religiosos, o bispo Deng Yimin encontrou-se também com a autoridade civil chinesa representada pelo Embaixador da República Popular da China em Roma. O Embaixador não estava presente, e ele foi recebido pelo Segundo Secretário da Embaixada.

Veio então me receber o Segundo Secretário da Embaixada e Diretor das Publicações Culturais, Sr. Tsu Chinshun. Disse-lhe a finalidade da minha visita. Ele disse que soubera pelos jornais da minha chegada em Roma.

<sup>261</sup> LAZZAROTTO, op. cit., p. 185.

<sup>262</sup> LEUNG, op. cit., p. 199.

<sup>263</sup> TANG, op. cit., p. 123.



Mostrou-se muito satisfeito e saudou-me. Perguntei-lhe se já tinha estado alguma vez no Vaticano. Pouco, disse ele. Não sabia muito dos problemas da Igreja. Perguntei-lhe se a China viria a estabelecer relações com o Vaticano. A resposta dele foi a de costume: que o Vaticano teria primeiro que cortar as relações com Taiwan; e que Pequim decidia o caso. Perguntou-me ele a que outros países eu iria. Disse-lhe que iria à França, Portugal e outros países, para visitar velhos amigos. Disse-me que em Paris e Lisboa eu poderia dirigir-me às Embaixadas da China e pedir alguma ajuda necessária.<sup>264</sup>

O encontro, mesmo parecendo um evento corriqueiro, era significativo porque a benévola acolhida reservada ao bispo chinês pelas autoridades chinesas da Embaixada pressupunha o implícito bem-estar das autoridades do governo central de Pequim. Até aquele momento tudo parecia acontecer sem obstáculos.

Todavia, quando Deng Yimin voltou a Roma, após o seu giro pela Europa, encontrou uma surpresa que gerou muitos problemas.

O Vaticano decidira nomear Deng Yimin arcebispo de Cantão. Por parte do Vaticano, a nomeação era um simples e devido reconhecimento a tudo aquilo que o bispo passara até aquele momento. Segundo as regras da hierarquia católica, o título cabia a ele de direito a partir do momento que a diocese de Cantão havia sido promovida a sede metropolitana. E, desta forma, foi acolhido pelo bispo de Cantão, como um reconhecimento por parte das autoridades vaticanas.

Todavia, as autoridades chinesas da APCC não pensavam da mesma forma. Quando os jornais internacionais difundiram a notícia da nomeação, a reação chinesa foi imediata.

No dia 11 de junho de 1981, a agência governativa *Xinhua* publicou a declaração do bispo Yang Gaojiang, vice-presidente da APCC. Entre as acusações feitas ao Vaticano, encontramos aquela de ter desrespeitado a soberania da Igreja Católica da China. A APCC denunciou a nomeação de Mons. Deng como sendo ilegítima.

Este passo por parte da Santa Sé interfere pesadamente nos assuntos internos da Igreja chinesa. Isto não pode ser tolerado. A Santa Sé sempre adotou uma atitude hostil em relação ao povo chinês; usou várias táticas hostis para subverter e sabotar a nova China. Para salvaguardar a independência da China, a integridade, soberania e pureza da Igreja Chinesa, todo o nosso clero e fiéis se liberaram do controle da Santa Sé e agora conduzem a sua Igreja independentemente. Isto está conforme o espírito tradicional com o qual Jesus Cristo estabeleceu a Igreja e os apóstolos difundiram o Evangelho.<sup>265</sup> (Tradução nossa)

A propósito do bispo Deng, o vice-presidente da APCC afirmou que a sua liberação havia sido decidida pela sua demonstração de arrependimento

<sup>264</sup> TANG, op. cit, p. 123-124.

<sup>265</sup> AGÊNCIA XINHUA, 11 de junho de 1981 apud LAZZAROTTO, op. cit., p. 190.

e por esta mesma razão o clero lhe havia devolvido o seu lugar como bispo de Cantão. Mas

Ele sem algum sentido de dignidade foi para Roma para receber o cargo de arcebispo. Foi também em outros lugares desenvolvendo atividades nocivas ao clero chinês e ao povo chinês, violando o princípio da independência da Igreja chinesa. O seu comportamento não pode ser tolerado pelo clero e pelos fiéis da China.<sup>266</sup> (Tradução nossa)

Esta reação surpreendeu o Vaticano e os católicos que seguiam estes acontecimentos. Em um jornal italiano apareceu a notícia que o Vaticano havia entrado em contato com as autoridades chinesas para consultá-las antes da nomeação. O artigo relatava detalhes sobre uma possível proposta avançada pelo Vaticano segundo a qual o Vaticano teria aprovado as nomeações episcopais já realizadas na China e, em troca, os bispos chineses teriam se comprometido em aceitar o processo normal de nomeação dos bispos vigente em toda a Igreja Católica.<sup>267</sup>

Todavia, as reações chinesas não se exauriram com a declaração do bispo Yang Gaojian. Houve um movimento de protesto por parte das autoridades da APCC que, a partir de Pequim se repetiu em diversas cidades da China: Nanquim, Xangai, Cantão, repetindo as acusações contra o Vaticano e contra o bispo Deng. Em Cantão, de forma especial, ele foi tachado de *persona non grata* e os padres e católicos da cidade votaram a sua demissão do cargo de bispo ao qual Deng Yimin havia sido reintegrado oito meses antes, quando da sua liberação.

Em Cantão, tentando responder às numerosas acusações, o bispo Deng Yimin participou de uma conferência de imprensa, no dia 23 de junho de 1981, na qual respondeu perguntas dos jornalistas sobre a controvérsia criada ao redor da sua nomeação a arcebispo, explicando que a sua nomeação havia sido feita segundo as normas da Igreja Católica.

Em março de 1946, a Santa Sé anunciou o estabelecimento da hierarquia na China. Os bispos da China administraram os assuntos da Igreja na China. A partir de então, Cantão passou a ser uma Arquidiocese. Sendo Cantão, capital de Província, devia ter um Arcebispo responsável pelos negócios da Igreja. O primeiro Arcebispo foi Mons. Antoine Fourquet, francês, que voltou para França antes da Libertação comunista. Estava ele na França, quando eu fui nomeado Administrador Apostólico de Cantão; ele morreu, estando eu já na prisão. O fato de eu não ter sido nomeado arcebispo, foi precisamente por estar preso, quando o Arcebispo Fourquet faleceu. Quando eu recuperei a liberdade e fui a Roma, o papa nomeou-me arcebispo, dando o título que me era devido. Numa Arquidiocese, por morte do arcebispo, a Santa Sé nomeia um sucessor. É a norma da Igreja. Não se deve ver nisso uma “ingerência do

<sup>266</sup> Ibid., p. 191.

<sup>267</sup> IL MESSAGGERO, 8 de junho de 1981.

Vaticano nos assuntos internos da China” como os comunistas diziam, nem um “desafio”.<sup>268</sup>

A explicação é clara e sem dúvida se a nomeação tivesse acontecido em outro país, não teria sido objeto de crítica alguma. Mas o caso da China era completamente diverso. Como poderia o bispo Deng Yimin esperar que o governo chinês e mais ainda a APCC compreendesse e respeitasse as normas da Santa Sé, quando há muito tempo se reivindicava a independência dela?

De fato, as suas explicações não conseguiram apaziguar os ânimos dos que o olhavam como um traidor.

No dia 18 de julho de 1981, à conclusão de uma reunião da APCC, do Comitê Administrativo da Igreja Católica Chinesa e da Conferência Episcopal Chinesa, foi emitida uma “Carta aberta a todo o clero e fiéis da China” assinada pelos Comitês Executivos dos três organismos, que foi enviada a todas as comunidades católicas chinesas.

O Vaticano sempre humilhou o povo chinês, tentando abertamente derrubar a Nova China. Antes da libertação, a Igreja chinesa foi mantida por longo tempo em estado colonial. Manipulada por Roma e pelos missionários estrangeiros, influenciada pela política de invasão colonial, a Igreja chinesa causou grave prejuízo ao nosso país. Depois da libertação, o Vaticano continua a sua obstinada política contra a Nova China. Continua a promulgar “decretos” e “ordens”, levando cleros e fiéis a se opor às regras e à política do governo, e encorajando-os ao “martírio”. Deste modo o Vaticano cria o caos na Igreja Católica chinesa, levando alguns ao caminho do pecado. Se continuar assim, a Igreja da China suscitará certamente a justificada cólera de Deus, e será vomitada pelo povo chinês, cessando de existir, pois vai contra o ensinamento de Jesus Cristo, de servir o Senhor e amar o povo. Enquanto os cristãos se realegram com o florescimento da Igreja, o Vaticano aproveita de visitas aos parentes, de grupos, etc. para distribuir secretamente folhetos contra-revolucionários, para fazer obra de espionagem, recolher informações, difundir boatos, romper as boas relações dos fiéis com o governo.<sup>269</sup> (Tradução nossa)

Como podemos explicar uma reação tão violenta, e um julgamento tão severo que parece retomar as motivações típicas dos anos maoístas: a ligação com o colonialismo, a humilhação imposta pela Igreja ao povo chinês, o encorajamento ao martírio para se opor à política do governo? A estas acusações já conhecidas, a APCC acrescentou também aquela de espionagem atuada, segundo eles, por meio dos chineses que naqueles anos voltavam para reencontrar as famílias que haviam permanecido na China. Certamente as visitas aos parentes ou amigos foram ocasiões propícias a muitos cristãos chineses transmitir notícias sobre a real situação chinesa, e assim poder retomar a própria ligação com a Santa Sé interrompida durante a Revolução Cultural. Por meio das viagens de estudo dos seminaristas ao exte-

<sup>268</sup> TANG, op. cit., p. 127.

<sup>269</sup> “Carta aberta a tudo o clero e fiéis da China”, 18 de julho de 1981 apud LAZZAROTTO, op. cit., p. 201-202.

rior, - viagens permitidas e encorajadas pelo próprio governo -, se instauraram novas relações entre a Igreja Católica da China e a Igreja Católica do resto do mundo, sobretudo por meio das Igrejas locais, que começaram também a enviar os seus representantes à China. De outro lado, seria ingenuidade do governo chinês e da APCC não pensar que esta abertura não teria ajudado na reaproximação da Igreja Católica na China ao seu líder espiritual, o papa. Que esta reaproximação inegável se realizasse por meio de espionagem é uma acusação que nos parece fantasiosa demais para ser verdadeira.

Contudo, algumas reflexões sobre esta aparente “inexplicável” reação chinesa contra uma nomeação que, segundo o Vaticano, pertencia de direito ao bispo Deng, podem nos fazer compreender algo daquilo que se passou no âmbito da APCC.

O bispo Deng havia sido enviado a Roma por parte da APCC e, implicitamente, por parte do governo chinês, para testar a sinceridade das palavras do papa. O Vaticano, por sua vez, pode ter considerado Deng como seu representante, ao invés de enviado da China, esquecendo que tudo aquilo que dizia respeito a nomeações e hierarquia era campo minado, pois ainda estava em aberto a questão de quem tivesse o direito de nomear os pastores da Igreja Católica na China. Era, portanto, o momento errado para demonstrar reconhecimento oficial ao bispo Deng. O Vaticano não soube interpretar bem os tempos. O fato de a nomeação acontecer no período do atentado ao papa levou alguns estudiosos a pensar que os membros da Cúria Romana não puderam contar com o parecer do Papa na tomada de decisão a respeito da nomeação, e o zelo de não perder uma ocasião que parecia propícia ao melhoramento das relações com a China os levou a uma escolha diplomática imprudente.

Além das recriminações por meio de artigos e cartas abertas, a APCC decidiu demonstrar com os fatos esta sua reprovação, passando a consagrar, no mesmo ano de 1981, novos bispos. Este ato queria mostrar à Santa Sé que quem possuía o direito de nomear a hierarquia da Igreja Católica eram somente os próprios bispos da Igreja Católica da China.

No decorrer dos acontecimentos que envolveram o bispo Deng Yimin, a Santa Sé e as instituições da Igreja Católica oficial da China, nos parece interessante sublinhar que o governo chinês, mesmo apoiando as posições de recriminação e acusações da APCC, manteve atitudes mais equilibradas do que as da APCC, demonstradas também nas poucas e moderadas declarações diversas das dos representantes da Igreja Oficial.<sup>270</sup> A linha pragmática que Deng Xiaoping estava levando adiante fez com que ele levasse em conta os desenvolvimentos futuros. Ele estava ciente que a Santa Sé era um interlocutor importante, não tanto do ponto de vista econômico, quanto político, sobretudo pelas relações que o Vaticano possuía com o resto do mundo.<sup>271</sup>

<sup>270</sup> TONG, John. The Vatican's approach and the feeling of the Chinese. *Ding-Tripod*, n. 4, 1981, p. 29. apud LAZZAROTTO, op. cit., p. 209.

<sup>271</sup> Cf. ZORZI ADIGE, op. cit., p. 250.

Isto pode explicar a moderação do governo em relação ao Vaticano durante o caso Deng.

### 3.5.2. A Igreja subterrânea foi criada pelo Vaticano?

Nos mesmos anos em que a Associação Patriótica Católica Chinesa lançava os seus anátemas contra o Vaticano, no interior da China, onde a Igreja Oficial não havia conseguido obter consensos, ia se reforçando um movimento considerado clandestino pelo governo chinês, mas que na realidade era composto de todo o clero e católicos chineses que haviam se recusado a participar das estruturas da Igreja Oficial ligada à APCC. Mas quais eram os motivos que haviam levado milhares de católicos a decidir professar a sua fé clandestinamente, arriscando a prisão e as punições do governo?

Naquela época, depois dos longos anos obscuros da Revolução Cultural, as igrejas foram reabertas, os cultos católicos permitidos, o controle do governo parecia relaxar e até os sacerdotes e leigos católicos que haviam professado a sua fidelidade a Roma eram liberados. Não obstante estas concessões, os católicos continuavam a olhar desconfiados a abertura à religião. Pelas doloridas experiências vividas no passado, eles tinham certeza de que do governo não podia vir nada de bom para os católicos. Além do mais, como podiam confiar na Igreja Oficial se ela permitia a homens casados de continuar a exercer o próprio ministério sacerdotal e até episcopal contrariando as normas da própria Igreja Católica? A desconfiança dos católicos em relação à APCC foi confirmada pelo episódio do bispo Deng Yimin. As acusações violentas contra o Vaticano reforçaram a convicção de que ainda não havia chegado a hora de manifestar-se publicamente. Contudo, tratava-se ainda de grupos isolados de católicos que se reuniam para rezar nas próprias casas, sob iniciativa privada, na maioria das vezes sem a liderança do clero, que somente nos primeiros anos da década de 80 começou a ser liberado da prisão.

Em 1980, no dia 14 de janeiro, foi liberado o bispo da diocese de Baoding, Fan Xueyan.<sup>272</sup> Baoding era uma das três dioceses - as outras eram Cantão e Xangai - constituídas nos anos 50 como os grandes e aparentemente invencíveis baluartes da fé católica.

Voltando à sua diocese, ele percebeu que nas remotas regiões da China a APCC não estava presente de forma tão intensa como nas grandes cidades e que ali não haviam sido atuadas as mesmas políticas de apoio aos cultos religiosos. Faltavam igrejas, mas, sobretudo, padres e bispos nos quais os católicos, temerosos de demonstrar abertamente a sua fé, pudessem confiar. Foi neste cenário que o bispo Fan Xueyan tomou a decisão de consagrar secretamente três sacerdotes como novos bispos. Como ele não poderia pedir

---

<sup>272</sup> Fan Xueyan havia sido ordenado em Roma, em 1934. Em 1935 voltou à China e em 1951, o papa Pio XII o nomeou bispo. Em 1958 foi enviado em um campo de trabalho forçado por ter se demonstrado leal ao papa, onde passou 11 anos. Foi preso novamente em 1978 e liberado dois anos depois quando pôde voltar à sua diocese e retomar as suas funções como bispo de Baoding, na província do Hebei.

autorização prévia à Santa Sé, as consagrações dos novos bispos que ele realizou estavam no mesmo nível das consagrações feitas pela Igreja Oficial e que, por falta de autorização papal, haviam sido consideradas ‘ilícitas’. Foi justamente isto que o bispo Zhou Weidao da província do Shaanxi, seu velho amigo, falou para ele quando o bispo Fan Xueyan lhe pediu um parecer.<sup>273</sup> Mas esta consideração não foi suficiente para remover o bispo de Baoding da sua decisão. Durante o ano de 1981, ele ordenou três bispos, dois da própria província do Hebei: Jia Zhiguo e Zhou Shangchuan e um da província do Gansu: Wang Milu.

Era um ato arriscado, se pensarmos nas declarações que no passado os papas haviam feito a propósito das consagrações dos bispos sem o consentimento da autoridade máxima (o papa). Ele poderia incorrer em uma condenação pública por parte da Santa Sé. Todavia, o que levou o bispo Fan Xueyan a realizar este ato foi um documento que havia sido emitido pela Congregação pela Evangelização dos Povos, poucos anos antes, exatamente em 1978. O documento, cujo título era “*Faculdades e Privilégios concedidos pela Sagrada Congregação da Evangelização dos Povos ao Clero e Católicos que vivem na China Continental*”, foi concebido pensando nas graves condições em que viviam o clero e os católicos chineses e nas dificuldades que eles encontrariam na atuação do seu ministério. Por isso, o documento apresentava a lista de todas as concessões em termos de atividades pastorais, que reduziam ao mínimo as obrigações formais de celebração dos vários sacramentos, dos ritos litúrgicos, etc. Mas a concessão mais importante, sobre a qual baseou-se também a proliferação do clero da Igreja clandestina, foi aquela relativa às ordens sagradas.

## VII. Ordens Sagradas

1. Na Igreja atualmente as Ordens Sagradas são: bispo, sacerdote e diácono. Os Sagrados Ministérios são: leitor e acólito.

2. Os bispos podem escolher homens católicos que sejam conhecidos pela sua maturidade e caridade, que sejam firmes na fé e lealdade a Pedro, que possuam a doutrina Católica - mesmo se eles não receberam uma educação teológica formal - e que sejam relevantes na sua virtude e desejo de observar o celibato e de serem ordenados sacerdotes para o serviço da igreja e dos fiéis.<sup>274</sup> (Tradução nossa).

Esta abertura da Santa Sé certamente deu a confiança necessária para que o bispo Fan Xueyan tivesse certeza que a motivação do seu ato iria receber a compreensão da Santa Sé. De fato, após a consagração dos três bispos, ele conseguiu fazer chegar a Roma o seu pedido de aprovação expondo ao papa a situação da sua diocese.

<sup>273</sup> ZORZI, op. cit., p. 206.

<sup>274</sup> “*Faculdades e Privilégios concedidos pela Sagrada Congregação da Evangelização dos Povos ao Clero e Católicos que vivem na China Continental*”, 27 de junho de 1978. O texto integral encontra-se em LAM, Anexo VIII, op. cit., p. 247-251.

E o papa João Paulo II deu a sua aprovação, enviando-lhe uma carta na qual expressava o seu total apoio: “Caro Irmão Joseph, a sua ação foi em completo acordo com a minha vontade. Concedo-lhe a bênção da Santa Sé e especiais faculdades que lhe permitirão decidir o curso correto de ação em todas as questões após as quais poderá me informar.”<sup>275</sup>

Esta aprovação total por parte do Papa João Paulo II, com a concessão de faculdades especiais que lhe dariam daquele momento em diante a liberdade de consagrar quantos bispos julgasse oportuno, colocaria as bases para o surgimento de uma verdadeira estrutura da Igreja não-oficial ou subterrânea, como foi por muitos chamada. Mas por que a Santa Sé aprovou as consagrações realizadas por Fan Xueyan, sem o seu prévio consenso, e não aprovou, ao contrário, até condenou as consagrações de dois bispos em 1958, que repetidamente invocaram a aprovação da Santa Sé?

As motivações de então eram aparentemente as mesmas, ou seja, a falta de bispos e as sedes vacantes. Todavia, diferentes eram os interlocutores da Santa Sé. Os bispos de 1958 eram bispos patrióticos que haviam aderido, de certa forma, ao programa do governo comunista. O bispo Fan Xueyan, ao contrário, havia sido condenado pela sua aberta confissão de lealdade ao sucessor de Pedro. Além do mais, a visão da Santa Sé em relação à China e ao mundo em geral mudara. Pio XII era inflexivelmente anticomunista, não aprovava nenhum tipo de diálogo com governos comunistas e com quem aceitasse compromissos com eles. A autoridade do papa era intocável assim como as competências e os poderes a ele atribuídos. O papa João Paulo II, mesmo opondo-se aos regimes totalitários, era aberto ao diálogo, em sintonia com o modelo de política externa adotada pelo Vaticano. Talvez a China se tornara um país mais acessível que nos tempos de Pio XII, e a Santa Sé possuía instrumentos mais apropriados para compreendê-la.

Todavia, acreditamos que a abertura e a disponibilidade de compreensão da Santa Sé, concretizada antes no documento da Congregação para a Evangelização dos Povos de 1978 e, em seguida, na aprovação total de João Paulo II em relação à linha de ação do bispo Fan Xueyan, transformou-se em seguida numa faca de dois gumes.

Se de um lado, facilitou o ministério do clero nas regiões mais internas da China, que tinham sido negligenciadas pela APCC, de outro colocou as bases para a estruturação da Igreja subterrânea e, conseqüentemente, favoreceu indiretamente a separação entre a Igreja oficial ou patriótica e a Igreja não-oficial ou escondida, subterrânea.<sup>276</sup>

De fato, depois da aprovação da Santa Sé as consagrações de bispos que se opunham à Associação Patriótica se multiplicaram<sup>277</sup>, como se multiplicaram também a ordenação de numerosos padres que não possuíam

<sup>275</sup> JOÃO PAULO II apud LAM, op. cit., p. 127.

<sup>276</sup> A distinção entre Igreja oficial e Igreja subterrânea não era uma distinção doutrinária, mas uma distinção política imposta pelas circunstâncias.

<sup>277</sup> Calcula-se que até 1993 foram consagrados secretamente cerca de 80 bispos. Cf. LAM, op. cit. p. 127.





formação teológica suficiente para desenvolver de maneira competente seu ministério.

Como vimos, as faculdades especiais concedidas em 1978 reiteravam que os bispos podiam escolher os candidatos ao sacerdócio entre os homens de comprovada virtude e lealdade ao sucessor de Pedro, mesmo não possuindo uma formação teológica adequada. O fenômeno espalhou-se por todo território nacional, dado que o decreto afirmava que estas faculdades especiais podiam ser usadas sem nenhuma restrição geográfica superando, se houvesse necessidade, os confins da própria diocese, o que gerou conflitos entre a Igreja patriótica e a Igreja *dixia* (subterrânea, escondida).

O bispo Fan Xueyan foi preso de novo, em 1983, acusado de promover atividades clandestinas.

Para o governo chinês toda a Igreja subterrânea era considerada uma estrutura clandestina ligada a um poder estrangeiro, o Vaticano, que, segundo ele, visava, por meio destas estruturas, interferir na soberania chinesa.

Não obstante os riscos que comportava pertencer à Igreja subterrânea, as suas comunidades eram vivas, como resulta dos relatos daqueles que entravam em contato com elas.

Nosso conhecimento da real vida dos cristãos permanece fragmentário. Sabemos que a vida cristã floresce em muitas aldeias e que não está ausente dos campos de trabalho e entre os ex-encarcerados dos campos de trabalho. Muitos aprenderam a fé nos campos. Católicos, padres e leigos são geralmente bons trabalhadores e a sua honestidade e devoção aos outros brilha e atrai as pessoas que querem aprender o que dá a eles força no duro trabalho. Muitos padres nos campos de trabalho, no passar dos anos, formaram as suas paróquias, invisíveis paróquias nas quais as pessoas se ajudam mutuamente e vivem por meio da fé.<sup>278</sup> (Tradução nossa)

Sendo uma organização secreta, era muito difícil entrar em contato com os seus componentes. O medo de ser traídos fazia com que ninguém tentasse conhecer os componentes das outras comunidades espalhadas no país.

Para o próprio governo chinês era difícil manter sob controle estas comunidades. Ele tentava frear o crescimento da Igreja escondida por meio da Associação Patriótica, da Conferência dos Bispos Católicos Chineses e do Comitê Administrativo da Igreja Católica Chinesa. Estes organismos tentaram contrastar as atividades pastorais da Igreja escondida por meio de uma série de regulamentos:

1. Toda autoridade dos padres para administrar os sacramentos deve passar através da permissão do bispo corretamente autorizado ou chefe diocesano. Deve também ser relatado ao comitê administrativo da própria igreja em nível municipal, provincial ou de região autônoma. Se o padre viajar a outra

---

<sup>278</sup> LADANY, Laszlo. *The Church in China seen in December 1980* apud LEUNG, op. cit., p. 128.



diocese, ele deve levar uma carta de apresentação do seu próprio bispo ou chefe diocesano antes de administrar os sacramentos ou de dizer Missa.

2. Um padre que foi punido ou privado dos seus direitos políticos devido à violação da lei, imediatamente e automaticamente perde sua autoridade de administrar os sacramentos. Para que tal padre possa receber de volta a sua autoridade de administrar os sacramentos ele deve ser aprovado pelo comitê administrativo da igreja local (provincial, municipal ou da região autônoma). Em seguida, o bispo devidamente autorizado ou o chefe diocesano do lugar poderá novamente restituir-lhe a autoridade.<sup>279</sup> (Tradução nossa)

Além destas orientações dadas pela APCC, o próprio governo central do Partido Comunista da China decidiu oficializar a sua política e as suas convicções a respeito da religião em geral e dos casos concretos, como o da Igreja Católica *dixit*, por meio de dois documentos que se tornarão o fundamento da política religiosa chinesa: o documento n. 19, emitido pelo Comitê Central do Partido Comunista, e o artigo 36 da nova Constituição da República Popular da China.

### 3.6. O GOVERNO CHINÊS NORMATIZA AS SUAS CONVICÇÕES A RESPEITO DA RELIGIÃO E DO VATICANO

Nas Constituições de 1975 e 1978 estava prevista a liberdade religiosa e a liberdade de propagar o ateísmo, o que revelava o caráter ateísta do governo que promulgou as constituições.

Constituição de 1975:

*Art. 28. Os cidadãos têm liberdade de acreditar e liberdade de não acreditar em religião, e fazer propaganda do ateísmo.*

Constituição de 1978:

*Art. 46. Os cidadãos têm liberdade de acreditar e liberdade de não acreditar em religião, e fazer propaganda do ateísmo.*

Em 1982, a Constituição Chinesa apresentou, a respeito da religião, o artigo 36:

*Art. 36. Os cidadãos da República Popular da China têm a liberdade de crença religiosa. Nenhum órgão estatal, nenhuma organização social e nenhum indivíduo deve obrigar os cidadãos a ter uma crença religiosa ou a não ter, ou discriminar entre os cidadãos quem têm uma crença religiosa e cidadãos que não têm uma crença religiosa. O Estado tutela as atividades religiosas normais. Ninguém deve usar a religião a fim de danificar a ordem social, prejudicar a saúde dos cidadãos, interferir no sistema educativo do*

---

<sup>279</sup> Catholic Church in China I (Março de 1987), p. 24-25 citado por LEUNG, op. cit. p. 129.

*estado. As associações e as questões religiosas não estão sujeitas à dominação estrangeira.*<sup>280</sup>

Pela comparação com as constituições precedentes, podemos observar que a liberdade religiosa não era uma novidade da constituição de 1982. A liberdade religiosa estava presente até nas mais antigas constituições de 1949 e de 1954.<sup>281</sup> O que mudou então em 1982?

As mudanças que apareceram no artigo refletiam a política religiosa de Pequim. Por exemplo, a formulação *As associações e as questões religiosas não estão sujeitas a dominação estrangeira* apareceu num período no qual o governo chinês encorajava os líderes religiosos a manter contatos com grupos religiosos estrangeiros. A advertência mencionada no artigo 36 queria de certa forma avisar que estes contatos não podiam se transformar na dominação estrangeira que havia acontecido no passado. É clara a referência ao Vaticano e ao Dalai Lama, autoridade suprema do budismo tibetano.

Além disso, o artigo 36 nos leva a pensar nas dificuldades que o governo chinês enfrentava em relação à igreja subterrânea. O que o governo entendia por atividades religiosas normais seriam por acaso as atividades da Igreja patriótica? Se aceitarmos tal hipótese, consideramos que todas as atividades da Igreja subterrânea, ou seja, daquelas comunidades que mantinham uma ligação com o Papa, seriam classificadas como atividades que lesariam a ordem social.

Tal política religiosa foi ulteriormente ilustrada pelo documento n. 19<sup>282</sup>, que, no mesmo ano da promulgação da nova Constituição, o governo chinês enviou a todos os membros e organizações do Partido Comunista da China com o objetivo de esclarecer o ponto de vista do partido a respeito da religião e a melhor maneira de se comportar em relação à questão da religião daquele momento em diante. O documento nos interessa porque resume a atitude de Deng Xiaoping sobre religião e nos revela a sua posição a respeito das tentativas por parte do Vaticano de manter contatos com os grupos católicos na China.

Após uma introdução sobre a evolução histórica da dimensão religiosa da humanidade, que refletia o pensamento marxista-leninista sobre religião, o documento passava a estudar os aspectos concretos da questão religiosa na China. O Partido Comunista apresentava a religião como um fenômeno transitório que ainda existia devido a diferentes fatores, mas que certamente estaria destinado a desaparecer.

Todavia, o partido precisava adotar uma atitude realista, reconhecendo que a religião era ainda parte significativa da vida da população chinesa:

A questão religiosa continuará a existir por um longo período de tempo dentro de certos limites. Ela possui um determinado caráter de massa e, em algumas

<sup>280</sup> MELIS, Giorgio. Costituzioni cinesi comparate (parte III). *Mondo cinese*, n. 46. Junho de 1984. Disponível em: [http://www.tuttocina.it/Mondo\\_cinese/046/046\\_cost.htm](http://www.tuttocina.it/Mondo_cinese/046/046_cost.htm). Acesso em 3 mai. 2006.

<sup>281</sup> MELIS, Giorgio. Costituzioni cinesi comparate (parte III), op. cit.

<sup>282</sup> O texto integral encontra-se no Anexo I, p. 307-328.

áreas, é complicado por questões de nacionalidade étnica. Está influenciado também pelas lutas de classes e por complexos elementos internacionais. Portanto, a questão religiosa continuará a ter um significado importante que não podemos subestimar.<sup>283</sup> (Tradução nossa)

Após percorrer a política religiosa do Partido Comunista desde a liberação do país, o documento se detém sobre os erros ocorridos a partir de 1957 e durante a Revolução Cultural, indicando como estes erros contribuíram com o surgimento de grupos contra-revolucionários ilegais, dentro os quais é identificada a nascente Igreja Católica subterrânea:

Em alguns lugares, eles até reprimiram as massas de fiéis e destruíram a unidade nacional. Eles usaram métodos violentos contra a religião, com o resultado de forçar movimentos religiosos a esconder-se. Uma minoria de contra-revolucionários e maus elementos usou desta situação e, sob a cobertura de atividades religiosas, realizou atividades criminosas ilegais, assim como organizou movimentos contra-revolucionários destrutivos.<sup>284</sup> (Tradução nossa)

Logo em seguida, o governo chinês define o fato de acreditar na religião como fato privado:

A política de base do partido em relação à religião é ter respeito e proteger a liberdade de crença religiosa. Esta é uma política de longo prazo, até o momento em que a religião desaparecerá sozinha. Esta política significa que todos os cidadãos possuem liberdade de acreditar na religião assim como de não acreditar nela; a liberdade de acreditar nesta ou naquela determinada religião ou determinada seita religiosa. Significa liberdade para aqueles que no passado não acreditavam e agora acreditam e para os atuais fiéis de rejeitar o seu credo<sup>285</sup>. (Tradução nossa)

E justamente baseando-se nesta convicção, que acreditar ou não em uma religião é coisa privada, que o documento afirma que a religião não poderia envolver-se em assuntos diferentes da religião: “Ao mesmo tempo, não será permitido que a religião se envolva nas questões políticas, da administração e da justiça do estado, nem intervir nas escolas ou na educação pública.”<sup>286</sup> A proibição do envolvimento da religião na educação pública ou na escola era devido também ao fato de que os missionários chineses haviam aberto numerosas escolas católicas nos locais das missões. Esta proibição estava estritamente ligada a uma outra proibição, que afirmava que antes dos 18 anos nenhum jovem poderia obrigado a participar de cerimônias religiosas ou estudar as escrituras. Entendia-se, portanto, limitar a transmissão dos ensinamentos religiosos, que geralmente acontece desde a infância.

<sup>283</sup> Documento n. 19, § II, p. 311.

<sup>284</sup> Documento n. 19, § III, p. 313.

<sup>285</sup> *Ibid.*, § IV, p. 314.

<sup>286</sup> *Ibid.*, § IV, p. 315.

Ao mesmo tempo, não será permitido que a religião se envolva nas questões políticas, da administração e da justiça do estado, nem intervir nas escolas ou na educação pública. Será absolutamente proibido forçar qualquer um a se tornar membro de uma igreja, a se tornar monge ou freira, ou ir aos templos ou mosteiros, estudar a escritura, especialmente se são jovens abaixo dos 18 anos. Os privilégios feudais e os sistemas opressores que a religião precedentemente empregava e que foram abolidos não serão restaurados.<sup>287</sup> (Tradução nossa)

Encontramos, em seguida, outras referências indiretas ao combate aos grupos católicos subterrâneos, quando o documento passava a tratar das numerosas igrejas reabertas ou reconstruídas pelo governo. Neste ponto, surge esta advertência: “Devemos ter cuidado em não construir e restaurar templos indiscriminadamente nas áreas rurais. Devemos também supervisionar as contribuições voluntárias doadas pelos fiéis, para evitar a construção excessiva de edifício em lugares demais.”<sup>288</sup>

Por que o cuidado em não construir igrejas em áreas rurais? Porque era nas áreas rurais que se encontravam os católicos que não haviam aderido à Associação Patriótica e que continuavam a professar privadamente a sua fé. Como o controle havia diminuído muitas comunidades tentavam sozinhas juntar suas economias para construir as próprias igrejas. Por isso a advertência a supervisionar as contribuições voluntárias dos fiéis. O governo sabia que existiam estas comunidades e não queria permitir a construção destes edifícios pertencentes a eles já que o governo não conseguia controlá-las eficientemente.

Uma outra parte relevante tratava da futura educação dos jovens religiosos patrióticos:

A cuidadosa educação da geração mais nova dos religiosos patrióticos terá um significado decisivo para a imagem futura das organizações religiosas do nosso país. Portanto, além de continuar nossa tarefa de convencer, unir e educar a atual geração dos fiéis, devemos também auxiliar as organizações religiosas a administrar os seminários para preparar os seus futuros líderes. Os seminários devem preparar eficientemente uma nova geração de jovens líderes religiosos patrióticos, que amam o seu país, apóiam a liderança do partido e o sistema socialista, possuem suficiente conhecimento religioso e interagem bem com os fiéis.<sup>289</sup> (Tradução nossa)

É insólito que um governo comunista se preocupe tanto em apoiar a educação de uma nova geração de líderes religiosos tendo em conta o preâmbulo do documento n. 19, que afirmava a transitoriedade do fenômeno religioso. Contudo, se pensarmos na divisão entre a Igreja patriótica e a Igreja subterrânea, não parece tão estranho que o governo chinês preocupava-se em formar pessoas que estivessem teologicamente preparadas para lidar com a

<sup>287</sup> Documento n. 19, § IV, p. 315.

<sup>288</sup> *Ibid.*, § VI, p. 318.

<sup>289</sup> *Ibid.*, § VIII, p. 321.

massa dos fiéis e, ao mesmo tempo, estivessem alinhadas politicamente com o partido. Somente desta forma o Partido Comunista poderia ter a certeza de deter as tentativas do Vaticano e romper a ligação dos católicos chineses com seu chefe estrangeiro. O governo comunista não conseguia entender a noção de autoridade “espiritual”. Para ele, autoridade era a única palavra que importava e não combinava com a autoridade do Partido Comunista, que era a única que poderia existir em território chinês.

De fato, no documento não faltavam referências ao Vaticano, acusado de querer infiltrar-se nos assuntos internos da China:

Atualmente estão aumentando as relações com grupos religiosos internacionais, de acordo com os contatos que o nosso país está fazendo em outras áreas. Estes contatos possuem um significado importante, a fim de estender a influência política do nosso país. Ao mesmo tempo, grupos religiosos reacionários no exterior, especialmente os grupos imperialistas, como o Vaticano e as sociedades de missões estrangeiras protestantes, esforçam-se para se infiltrar no nosso país ou, como eles dizem, “retornar à China continental”. A nossa política é a de desenvolver contatos internacionais fraternos com as religiões mundiais, mas, ao mesmo tempo, resistir firmemente a todas as forças religiosas hostis que provêm do exterior.<sup>290</sup> (Tradução nossa)

Com este documento, o governo chinês e o seu máximo líder, Deng Xiaoping, manifestaram o que realmente pensavam da religião e como se relacionariam com ela.

### 3.6.1. A resposta de Roma à posição do governo comunista

Diante das reações exasperadas da Igreja Patriótica à nomeação do arcebispo de Cantão, a Santa Sé optou por permanecer em silêncio, não reagindo às contínuas acusações. Foi uma escolha diplomática, para deixar acalmar as águas antes de retomar a iniciativa de um novo apelo às autoridades chinesas.

Anteriormente, no início de 1982, o papa João Paulo II, se dirigira a todos os bispos do mundo pedindo orações pelo povo chinês.

Na mensagem de 6 de janeiro de 1982, João Paulo II comunicou aos bispos as suas preocupações em relação ao povo chinês:

A solicitação para a Igreja na China, que sempre foi tão viva nos meus recentes predecessores, Pio XII, João XXIII, Paulo VI e João Paulo I, se tornou no meu pontificado, particular e constante inquietação, como manifestei mais de uma vez e de várias formas. Tal inquietação nasce da própria natureza da catolicidade da Igreja, a qual é una e universal, múltipla na variedade dos povos que a compõem e ao mesmo tempo idêntica no fundamento da fé, no vínculo da comunhão. Nós sabemos bem que os nossos irmãos e irmãs na China tiveram

<sup>290</sup> Documento n. 19, § XI, p. 325.

que enfrentar durante o curso destes trinta anos provas difíceis e prolongadas. Naqueles duros sofrimentos eles deram prova da sua fidelidade a Cristo e à sua Igreja; tais corajosos testemunhos podem muito bem ser comparados àqueles dos cristãos dos primeiros séculos da Igreja. Quanto é consolador receber notícias da constante e intrépida lealdade dos católicos na China à fé dos seus pais e do seu filial apego à Sé de Pedro. Tudo isto, enquanto suscita a nossa profunda admiração, deve nos levar a oferecer sempre mais a eles o nosso carinhoso apoio e sustento de fervidas orações. Já há algum tempo que naquele grande país as exigências da liberdade religiosa encontraram maior compreensão. Precisamos, portanto, suplicar a Deus onipotente, Senhor das nações, a fim de que, em aplicação dos princípios de tal liberdade, os nossos irmãos e irmãs na China possam viver sem empecilhos a sua fé, permanecendo na unidade católica da Igreja.<sup>291</sup> (Tradução nossa)

O governo chinês tomou conhecimento da carta que o papa havia escrito aos bispos do mundo todo e colheu a ocasião para novamente acusar o Vaticano de espalhar mentiras em relação à China. As alusões feitas por João Paulo II aos “trinta anos de provas difíceis e prolongadas” soaram aos governantes chineses como acusações diretas que chegavam justamente no período em que era emitido o documento nº 19, no qual o governo chinês reiterava a aplicação da liberdade de religião, pondo-se como defensor de tal política.

A hostilidade do governo chinês em relação ao Vaticano criou-se a partir de um novo discurso de João Paulo II, durante uma missa celebrada no mês de março especialmente para os católicos chineses. Nela o papa lembrou os católicos chineses e a sua fé, “uma fé que foi provada por experiências e sofrimentos diversos.”<sup>292</sup>

Em 22 de março de 1982, o porta-voz do Ministério do Exterior da China declarou aos jornalistas: “Os cidadãos chineses têm liberdade de crença, protegida pela lei. Toda tentativa de distorcer os fatos é fútil.”<sup>293</sup>

Para o governo chinês tal afirmação correspondia à verdade, se considerarmos o seu ponto de vista. De fato, para ele, os únicos que podiam ser chamados de católicos eram aqueles que haviam aderido à Associação Patriótica e exerciam o seu ministério à luz do sol, aceitando o princípio da independência de qualquer instituição católica estrangeira. Aquela porção de chineses que o Vaticano indicava como sofredora de prolongada perseguição era, aos olhos chineses, somente uma minoria constituída por dissidentes que visavam unicamente a destruição da ordem social e a divisão dos grupos católicos. O governo havia escolhido os católicos patrióticos como represen-

<sup>291</sup> JOÃO PAULO II. *Caritas Christi. Lettera ai vescovi di tutto il mondo per l'inizio del nuovo anno cinese, 6 gennaio 1982*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/letters/1982/documents/hf\\_jp-ii\\_let\\_19820106\\_caritas-christi\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/letters/1982/documents/hf_jp-ii_let_19820106_caritas-christi_it.html). Acesso em: 15 mai. 2006.

<sup>292</sup> JOÃO PAULO II. *Santa Messa per le comunità cristiane cinesi, 21 marzo 1982*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/homilies/1982/documents/hf\\_jp-ii\\_hom\\_19820321\\_cristiani-cinesi\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/homilies/1982/documents/hf_jp-ii_hom_19820321_cristiani-cinesi_it.html). Acesso em: 15 mai. 2005.

<sup>293</sup> Jornal de Hong Kong, *Wen Wei Po*, 23 de março de 1982 apud LEUNG, op. cit., p. 201.

tantes legítimos da Igreja Católica na China. O fato de o Vaticano continuar a tocar neste argumento demonstrava que Roma não aceitava o ponto de vista das autoridades chinesas.

As incompreensões, porém, não desanimaram João Paulo II que, em ocasião do 400º aniversário da chegada de Matteo Ricci à China, lançou mais uma vez um apelo de paz às autoridades chinesas, sublinhando a significativa mediação operada pelo jesuíta italiano que soube conquistar a simpatia da corte chinesa.

Num primeiro momento o papa elogiou a China pelo empenho rumo à modernização e ao progresso, sublinhando, também, a admiração da Igreja pela sua tradição cultural milenar.

A 400 anos da sua chegada, a figura e a obra do padre Ricci parecem assumir grande atualidade para o povo chinês, empenhado como está em um esforço de modernização e progresso. É um momento no qual para a nação chinesa revela-se sempre mais evidente ao mundo a unidade fundamental dos direitos humanos e culturais do seu povo, na qual todos os chineses do mundo se reconhecem. Também a Igreja, sensível às qualidades espirituais de cada povo, não pode não olhar ao povo chinês – o mais numeroso da terra, como a uma grande realidade unitária, crisol de elevadas tradições e fermentos vitais e, portanto, ao mesmo tempo, como a uma grande e promissora esperança.<sup>294</sup> (Tradução nossa)

O papa João Paulo II fez questão de sublinhar que Matteo Ricci conquistou a estima do povo chinês graças, também, à sua independência de qualquer potência estrangeira, quase a mostrar ao governo chinês que existia uma Igreja Católica que não estava influenciada por poderes políticos estrangeiros e que, como Matteo Ricci, também a Igreja Católica poderia trabalhar e agir sem segundas intenções.

O que o povo chinês admira de maneira particular na obra científica de Matteo Ricci na China é a sua atitude humilde, honesta e desinteressada, não inspirada por segundas intenções e livre de ligações com qualquer potência econômica e militar estrangeira.<sup>295</sup> (Tradução nossa)

E concluindo, o papa João Paulo II lançou o seu apelo, chamando a atenção sobre uma ligação entre a China e o Vaticano que já existia, e a chamou de ligação “sólida e segura”, não obstante alguns incidentes de percurso. A sua era uma mensagem serena e ao mesmo tempo realista, pois reconhecia que houveram e ainda haviam dificuldades a serem superadas.

Ele conseguiu estabelecer entre a Igreja e a cultura chinesa uma ponte que aparece ainda sólida e segura, não obstante as incompreensões e dificuldades

---

<sup>294</sup> JOÃO PAULO II. *Discorso ai partecipanti al convegno di studii nel IV centenario dell'arrivo di Matteo Ricci, 25 ottobre 1982*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/1982/october/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19821025\\_matteo-ricci\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1982/october/documents/hf_jp-ii_spe_19821025_matteo-ricci_it.html). Acesso em: 21 jul. 2005.

<sup>295</sup> JOÃO PAULO II, loc. cit.



que se verificaram no passado e ainda agora se renovam. Estou convencido de que a Igreja pode orientar-se sem temor por esta estrada, com o olhar dirigido ao futuro.

Podemos ter confiança que os obstáculos poderão ser removidos e que se encontrará uma maneira apropriada e estruturas adequadas para retomar o diálogo e mantê-lo constantemente aberto. De tal forma, todos os católicos chineses poderão se sentir bem quer na comunidade nacional quer na Igreja. Estamos certos que disso tirará proveito também toda a nação chinesa, que a Igreja profundamente estima e ama.<sup>296</sup> (Tradução nossa)

Mas os esforços de João Paulo II não acabaram aqui. Ele quis tentar também um diálogo pessoal com a máxima autoridade política chinesa. No dia 16 de novembro de 1983 decidiu escrever uma carta a Deng Xiaoping. Todavia, o papa nunca recebeu uma resposta do líder chinês. A carta nunca foi publicada, mas alguns trechos dela apareceram na biografia oficial de João Paulo II, escrita pelo jornalista George Weigel.

A minha opinião é que a perseguição do bem comum da humanidade encoraja algo que é também o objeto do meu próprio ardente desejo: um contato direto entre a Santa Sé e as autoridades do povo chinês (...) Me leva a querer isso também a profunda responsabilidade que é própria do meu ministério religioso como pastor universal dos católicos do mundo todo, que inspira em mim uma especial solicitude para com os católicos que estão na China. Homens e mulheres, espalhados em todo o país, que sentem uma profunda lealdade e amor para com a própria terra e que ao mesmo tempo sentem-se unidos ao Papa e às comunidades católicas de todos os outros países. É uma ligação que, pela fé religiosa dos católicos, é essencial e que, de outro lado, não pode ser danosa à unidade concreta e ideal da sua própria nação ou vir em detrimento da sua independência e soberania.

Taiwan é sem dúvida uma longa e complicada situação na qual a Santa Sé encontrou-se, por meio de uma série de eventos não sempre dependente da sua própria vontade. Contudo, tenho confiança que no contexto de um estudo concreto da questão, será possível alcançar uma solução positiva.<sup>297</sup> (Tradução nossa)

### 3.7. OS CONTATOS INTERNACIONAIS ENTRE OS CATÓLICOS INCENTIVADOS PELO GOVERNO COMUNISTA

Apesar desta aparente impermeabilidade do governo chinês às tentativas de diálogo por parte da Santa Sé, o governo comunista mostrou a sua

<sup>296</sup> Ibid.

<sup>297</sup> JOÃO PAULO II. Carta a Deng Xiaoping apud CRIVELLER, op. cit., p. 12.

disposição de outra forma, isto é, incentivando os contatos internacionais entre os representantes da Igreja Católica da China e os representantes locais da Igreja Católica fora da China. Um primeiro passo neste sentido havia sido dado quando foram convidados dois cardeais europeus; o Cardeal König, de Viena e o Cardeal Etchegaray, de Marselha, em 1980, convidados como expoentes de Igrejas locais e não como representantes da Santa Sé. O governo chinês incentivava estas relações e estes contatos na medida em que eles se desenvolvessem como relações entre iguais. A relação direta com a Santa Sé era considerada perigosa e nociva, pois a Santa Sé mantinha, em relação a todas as Igrejas locais do mundo, uma posição de superioridade, por meio da qual a Igreja Católica na China encontrar-se-ia automaticamente subordinada. Isto era considerado como uma interferência e, portanto, um ataque à soberania chinesa. Diferentes eram, ao contrário, os contatos com as Igrejas locais, mesmo sabendo que estas igrejas estavam estritamente ligadas ao Papa.

Tal raciocínio explica a naturalidade com a qual o governo chinês, por meio do Departamento de Assuntos Religiosos, organizou, nos anos seguintes, as visitas do bispo de Hong Kong, John Baptist Wu e a do bispo de Macau, Arquimino da Costa, convidado pelo diretor do Departamento de Assuntos Religiosos, Ren Wuzhi. Em um anúncio feito durante uma conferência de imprensa para os jornalistas de Hong Kong e Macau, vindos em Pequim para a terceira sessão do VI Congresso Nacional do Povo, Ren Wuzhi havia dito que não era concebível para a China pensar em convidar o Papa João Paulo II, já que nenhuma das organizações católicas chinesas mantinha relações com o Vaticano, não existindo, assim, justificativa para tal convite.<sup>298</sup>

Esta posição de apoiar os contatos entre as Igrejas locais foi confirmada em uma entrevista feita pela Ásia Focus ao Mons. Aloysius Jin Luxian<sup>299</sup>, bispo auxiliar de Xangai, na qual ele afirmava:

Nós queremos a comunhão como irmãos, e não como súditos. Nossa relação com o Vaticano é um problema complexo. No início da Liberação, missionários estrangeiros, especialmente da Cúria Romana, nos trataram como súditos coloniais. Isto não era bom para nós, nem para a Igreja. Na Igreja, nós somos irmãos. E devemos ser autônomos, independentes, mesmos se unidos à toda a Igreja. Este é o meu pensamento.<sup>300</sup> (Tradução nossa)

Quando lhe foi perguntado se todos os candidatos que quisessem entrar no Seminário deveriam antes fazer parte da APCC ele negou, afirmando que ele mesmo não era membro da APCC. Todavia, a sua posição era claramente pró-governo. De outro lado, se não fosse assim, ele não poderia estar ocu-

<sup>298</sup> Union of Catholic Asian News (UCANEWS), 10 de abril de 1985.

<sup>299</sup> Mons. Aloysius Jin Luxian nasceu em 1916. Em 1985 foi consagrado bispo oficial de Xangai, mas sem a prévia autorização do papa. Em seguida ele pediu e recebeu a aprovação da Santa Sé, reafirmando a sua comunhão plena com Roma.

<sup>300</sup> Entrevista à Ásia Focus (revista de UCAN), 22 de maio de 1985.

pando o cargo de bispo de uma das dioceses mais importantes da China, nem poderia dar entrevistas a jornalistas estrangeiros.

Nos anos da Revolução Cultural ele não foi poupado da prisão, onde passou cerca de 18 anos entre a detenção e o trabalho forçado no norte da China. Foi solto em 1982 e começou a trabalhar para o restabelecimento da Igreja Católica na China de acordo com as diretrizes do governo. Esta sua atitude garantiu-lhe uma certa liberdade de ação no âmbito da formação de candidatos ao sacerdócio, publicação de livros e incremento dos contatos com o mundo, sob a condição de manter sempre a autonomia em relação à Igreja de Roma.

O Vaticano, de sua parte, tentou ir ao encontro da Igreja Católica na China nesta sua reivindicação de autonomia, afirmando que o caso da China não era o primeiro e que poderia ser estudado o estabelecimento de uma certa autonomia de Roma. O arcebispo Achille Silvestrini, secretário do Conselho para Assuntos Públicos da Santa Sé declarou em uma entrevista, em julho de 1985, que, no âmbito da autonomia das Igrejas locais, já haviam sido feitas acomodações em países como o Japão, Canadá, Zaire, Filipinas e que o mesmo poderia ser feito na China. O problema que o Vaticano encontrava, segundo o Arcebispo Silvestrini, era que a Igreja na China não estava atualizada acerca das novidades que o Concílio Vaticano II havia trazido ao mundo eclesial.

O arcebispo acrescentou também que a posição de João Paulo II em relação à China queria ser a mesma do missionário Matteo Ricci que sempre respeitou a cultura e as tradições chinesas.<sup>301</sup>

O tema da autonomia das igrejas locais foi enfrentado pelo próprio João Paulo II no discurso aos bispos de Taiwan, durante a visita *ad limina*.

Todo dia imploro ao Espírito a fim de que chegue logo o dia em que, removidos os obstáculos de todo tipo, haverá o momento desejado da comunhão vivida plenamente, expressa e gozada.

Sim, como vocês sabem, é questão de uma ligação de cada Igreja local com o Papa e com as comunidades católicas de todas as outras nações, ligação que é essencial para a fé dos católicos. A consciência desta ligação não diminui a realidade das Igrejas locais, mas as ilumina e aumenta o seu significado; de fato, encorajando e promovendo uma sempre mais rica e madura aceitação, por parte dos bispos, sacerdotes e leigos, da sua responsabilidade, ela oferece às Igrejas locais a ocasião e a alegria da co-responsabilidade na vida da Igreja universal.<sup>302</sup>

Existia, portanto, abertura por parte do Vaticano e, ao mesmo tempo, abertura indireta por parte do governo chinês que se manifestava por meio

<sup>301</sup> Entrevista ao Arcebispo Achille Silvestrini. In IL SABATO apud UCANEWS, 7 de agosto de 1985.

<sup>302</sup> JOÃO PAULO II. *Discorso ai Vescovi della Conferenza Episcopale Regionale di Cina in visita "ad limina apostolorum"*, 8 novembre 1985. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/1985/november/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19851108\\_cina-ad-limina\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1985/november/documents/hf_jp-ii_spe_19851108_cina-ad-limina_it.html). Acesso em: 7 jun. 2005.

da troca de visitas de delegações que do exterior iam visitar à China, sob convite expresso do governo chinês, e de delegações chinesas que, depois de anos de isolamento, viajavam por conta do governo chinês em busca de apoio internacional.

Em julho de 1985, pela primeira vez depois de 1949, uma delegação de líderes católicos deixara a China continental para responder ao convite do Holy Spirit Study Centre para visitar a colônia britânica de Hong Kong e a colônia portuguesa de Macau com o objetivo de promover uma melhor compreensão entre a Igreja de Hong Kong e Macau e a Igreja Católica na China. A delegação chinesa foi liderada pelo bispo de Xangai, Mons. Aloysius Jin Luxian.

Esta visita foi retribuída pelo bispo de Macau que, em outubro de 1985, viajou para China continental junto com um grupo de seus compatriotas.

O bispo de Macau, por meio desta visita, visava também conhecer qual era a atitude do governo chinês em relação à liberdade de religião após o retorno de Macau à China, previsto para 1999. O governo chinês garantiu que, como em Hong Kong, também em Macau seria aplicada a política de “um país-dois sistemas” e que a Igreja de Macau poderia continuar ligada à Santa Sé.

A esta visita seguiu, no mesmo mês, a significativa viagem à China de uma delegação de sacerdotes, três dos quais pertencentes à sociedade missionária americana Maryknoll.<sup>303</sup> A esta sociedade missionária pertencia o último americano a deixar a China, Pe. James Edward Walsh, preso em 1959, e que permaneceu onze anos nas prisões chinesas até ser liberado, em 1970, e obrigado a voltar aos Estados Unidos.

Os americanos, acompanhados pelo Pe. John Tong, diretor do Holy Spirit Study Centre de Hong Kong, obtiveram a permissão de se encontrar com o antigo bispo de Xangai, há poucos meses liberado, Mons. Gong Pinmei, que havia passado muitos anos na mesma prisão que o Pe. Walsh.

Naturalmente, ao encontro participaram representantes da Igreja Oficial e autoridades do governo de Pequim, mas o evento indicou uma abertura por parte do governo chinês, mesmo se sabemos que estes encontros faziam parte de uma estratégia para dar credibilidade à política de liberdade de crença aplicada desde 1982 na China.

No mês de novembro do mesmo ano foi a vez de uma delegação chinesa viajar para a Bélgica, convidada pelo reitor da Universidade de Louvain com o objetivo de estabelecer relações amigáveis. A delegação chinesa foi liderada pelo bispo de Pequim, Mons. Fu Tieshan. A agência governativa chinesa *Xinhua* anunciou a viagem explicando que a “delegação de amizade católica chinesa ia encontrar líderes da Igreja da Bélgica, ia desenvolver

---

<sup>303</sup> O nome oficial de Maryknoll é Sociedade de América das Missões Estrangeiras Católicas. Foi constituída em 1911 pelos bispos dos Estados Unidos com o objetivo de recrutar, enviar e dar apoio a missionários americanos em diversas áreas do mundo. Os primeiros missionários americanos da Maryknoll chegaram à China em 1918.

relações amigáveis e, ao mesmo tempo, explicaria a política religiosa da China e a situação da Igreja Católica na China.”<sup>304</sup>

Era a segunda vez, depois da viagem feita à Macau e Hong Kong, que um grupo de líderes católicos viajaria para fora da China. Os contatos feitos ajudaram o mundo ocidental a conhecer melhor a complexa situação que a Igreja Católica na China estava enfrentando. Se os contatos entre ela e as Igrejas locais do mundo inteiro eram promovidos pelo governo chinês sem dificuldades, a relação com a Santa Sé, ao contrário, estava condicionada à resolução de dois pontos conflituosos: a autonomia da Igreja Chinesa em relação a Roma, o que envolvia o problema da nomeação dos bispos chineses, e as relações diplomáticas que a Santa Sé mantinha com Taiwan.

Não obstante as relações diplomáticas com Taiwan fosse um dos pontos espinhosos do conflito entre a Santa Sé e a China, foi à Taiwan que o papa dirigiu o seu apelo para que o ajudasse na reconciliação com a China popular.

### 3.8. O PAPEL DE TAIWAN E HONG KONG COMO IGREJAS-PONTE ENTRE A CHINA CONTINENTAL E A SANTA SÉ

Após o fracasso das várias tentativas de estabelecer um contato direto com a Igreja Católica na China e com as autoridades políticas, a Santa Sé dirigiu-se aos católicos chineses que viviam mais próximos da China continental: os católicos de Taiwan e Hong Kong. As duas comunidades possuíam características diversas e, unindo os esforços de ambas, poderiam ser de grande proveito para o melhoramento das relações do Vaticano com a China.

A comunidade de Taiwan era a mais próxima culturalmente e por isso mais apta a encontrar uma linguagem comum aos compatriotas da China continental. Todavia, os contatos dos católicos chineses com os de Taiwan eram vistos com desconfiança pelas autoridades chinesas, sendo conhecida a lealdade do clero e dos católicos de Taiwan à Santa Sé.

Em uma das primeiras entrevistas concedidas aos jornalistas estrangeiros, o bispo de Pequim, Mons. Fu Tieshan, afirmou que as autoridades do governo e da APCC desejariam retomar os contatos com o Vaticano, mas que isto podia acontecer somente com duas condições: a primeira era que o Vaticano reconhecesse o governo de Pequim como o único governo legítimo da China, demonstrando, desta forma, que reconhecia Taiwan como parte integrante do território chinês, e a segunda que o Vaticano reconhecesse os bispos que haviam sido consagrados sem a sua aprovação a partir de 1958.<sup>305</sup>

<sup>304</sup> *Xinhua* apud UCANEWS, 6 de novembro de 1986

<sup>305</sup> ANSA News, 20 de junho de 1980 apud LEUNG, op. cit., p. 232.

Em 1978, os Estados Unidos haviam rompido as relações diplomáticas com Taiwan para reconhecer oficialmente a República Popular da China. A China exigia que a Santa Sé fizesse o mesmo. Mas, por enquanto, a Santa Sé permanecia no impasse sem saber como responder a este pedido, já que tal solicitação era ditada também pelo desejo por parte do governo chinês de construir o vazio ao redor de Taiwan para que fosse mais rápida e simples a reunificação com a China continental. Para o Vaticano não era tão simples cortar repentinamente as relações com Taiwan. Um primeiro passo havia sido feito em ocasião do ingresso da República Popular da China na ONU, em 1971. No ano seguinte, o pró-núncio de Taipei, arcebispo Edward Cassidy, foi nomeado contemporaneamente representante da Santa Sé em Bangladesh, onde passou a residir estavelmente, enquanto permanecia credenciado junto ao governo de Taipei. Alguns anos após esta nomeação ele recebera também a nomeação de Delegado Apostólico na África do Sul. Desde então a Santa Sé não nomeou nenhum outro pró-núncio no seu lugar, mantendo em Taiwan somente um encarregado de negócios.<sup>306</sup> Contudo, a China não se satisfiz com as medidas adotadas pelo Vaticano, favoráveis à China, pois não respondia concretamente a quanto exigido pelo governo chinês. De outro lado, o governo de Taiwan não aceitava as mudanças nas relações com o Vaticano. Enquanto o Vaticano mudava o tipo de representação diplomática em Taiwan, o embaixador de Taiwan continuava no Vaticano.

O governo de Taiwan seguiu com suspeita os movimentos do Vaticano e, nada satisfeito pela evolução dos acontecimentos, procurou apoio junto ao clero chinês de Taiwan, para que convencesse o Vaticano a não abandonar o povo de Taiwan.

Todavia, a posição do clero e dos católicos era menos desconfiada do que a do governo taiwanês. Eles entendiam melhor as intenções do Vaticano por terem mantido uma forte ligação com os familiares e os amigos que haviam permanecido na China Continental. Mesmo com a proibição, por parte do governo de Taiwan, de não manter relações com a China continental, eles decidiram se empenhar em cumprir a tarefa recebida pelo papa em 1984, isto é, ser uma Igreja-ponte que conseguisse auxiliar a Santa Sé no contato com os católicos da China Continental em particular, e com todo o povo chinês, usando, como o papa pediu, termos que pudessem ser compreendidos pelos seus compatriotas continentais:

É a vocês católicos de Taiwan e da diáspora que está confiada a tarefa de ser uma Igreja-ponte para os vossos compatriotas do continente. Ali outros irmãos e irmãs cristãs recebem o mandato, mas no momento encontram-se escondidos como a semente na terra. Mas todos estes esforços, todos estes sacrifícios não podem permanecer sem fruto: chegará o dia no qual Jesus poderá ser proclamado, transmitido e celebrado de maneira mais visível na cultura, nas expectativas e aspirações de toda a nação chinesa que a Igreja respeita e ama

---

<sup>306</sup> CRIVELLER, Gianni. La fumosa barriera di Pechino nei rapporti con la Santa Sede. *Asianews*, 21 de abril de 2005. Disponível em: <<http://www.asianews.it/dos.php?l=it&dos=&art=3108>>. Acesso em: 1 ago. 2006.

profundamente. A vós, amados filhos da nação chinesa, está confiada a tarefa de transmitir a mensagem de fé em termos que possam ser compreendidos pelos vossos compatriotas próximos e distantes.<sup>307</sup> (Tradução nossa)

O apelo do papa conseguiu convencer o clero e os católicos de Taiwan vencendo o temor que eles sentiam de que o Vaticano pudesse romper as relações com o seu país, preferindo a República Popular da China. A tarefa de se comunicar com os católicos do continente foi muito contrastada pelas autoridades de Taiwan, de maneira que foi feito muito mais por meio de Hong Kong, que se encontrava numa posição privilegiada geograficamente e economicamente respeito a Taiwan.

Quando o papa lançou o apelo aos católicos de Taiwan e aos outros católicos fora da China, a comunidade de Hong Kong já estava se organizado há algum tempo. Existiam vários grupos de católicos que já haviam retomado as relações com os católicos da China continental, grupos de diferente orientação e que, por isso, às vezes entravam em conflito entre eles.<sup>308</sup> Um primeiro grupo, constituído por sacerdotes e leigos de Hong Kong, começou a simpatizar com a APCC, que procurava apoio internacional para legitimar a sua identidade como representante da Igreja Católica diante do resto do mundo. Este grupo ficou conhecido por meio de uma publicação que se chamava *Yi* (Mensageiro) e que logo se tornou o nome do grupo. Contudo, dada a simpatia explícita pela APCC, o grupo *Yi* nunca recebeu a aprovação da diocese de Hong Kong e, de conseqüência, de Roma. De fato, quando a diocese pediu ao Vaticano para poder começar um centro de estudos cristãos sobre a China, o Vaticano não indicou o líder do grupo *Yi*, que era o Pe. Anthony Chang, mas indicou o nome de John Tong, um padre que mesmo não tendo muita experiência direta sobre China, apresentava a vantagem de ter se formado em Roma, ou seja, o Vaticano podia confiar nele para garantir a ligação das suas atividades com Roma. Pe. Tong foi um dos co-fundadores do Holy Spirit Study Centre, criado pelo bispo de Hong Kong, John Baptist Wu, em 1980, com o objetivo de manter ligações entre Hong Kong, a Igreja de Roma, e os católicos da China Continental.

O segundo grupo foi constituído por aquelas congregações missionárias que já haviam trabalhado na China e que nos primeiros anos da década de 80, sabiam que os seus padres e freiras ainda estavam vivos no continente chinês, mesmo que há anos, se não décadas, haviam perdido o contato com eles. Os membros destas congregações procuraram uma reaproximação, na tentativa de saber o que realmente havia acontecido e foi, principalmente graças a eles, que se conheceu a situação da igreja subterrânea. Naturalmente eles não agradavam as autoridades chinesas, que não hesitaram em defini-los como grupos de forças estrangeiras hostis, como vimos no documento nº 19.

<sup>307</sup> JOÃO PAULO II. *Discorso ai Vescovi della Conferenza Regionale di Cina in Taiwan*, 28 febbraio 1984. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/1984/february/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19840228\\_vescovi-taiwan\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1984/february/documents/hf_jp-ii_spe_19840228_vescovi-taiwan_it.html). Acesso em: 15 ago. 2005.

<sup>308</sup> LEUNG, op. cit., p. 241-243.

O terceiro tipo de grupo-ponte era também constituído por sociedades missionárias estrangeiras que haviam trabalhado na China antes de 1949. Todavia, à diferença dos outros, não tinham mais missionários na China. A intenção deles era começar de novo, não mais enviando missionários, mas estabelecendo relações com a Igreja Católica na China, sem fazer distinções entre a Igreja oficial e a Igreja subterrânea. Começaram, por exemplo, convidando os membros da APCC a visitar as suas sedes no exterior, com a intenção de mostrar que o Vaticano não era inimigo da China e tentando, desta forma, romper o isolamento criado ao redor da APCC e da Igreja oficial. Ao mesmo tempo ofereciam material para os seminários, livros, bolsas de estudo para estudantes chineses, etc.

Eram grupos diferentes, mas cada um, no seu âmbito e de sua maneira, desenvolveu um papel significativo nas difíceis relações entre a China e a Santa Sé.

Além destas iniciativas surgidas em âmbitos católicos, a colônia britânica de Hong Kong ofereceu naqueles anos uma oportunidade de se criar elos entre as autoridades governativas chinesas e a Santa Sé, por meio da diocese de Hong Kong.

De fato, no ano de 1984, a República Popular da China e o Reino Unido assinaram a Declaração Conjunta para a devolução de Hong Kong à China prevista para 1997. A Declaração foi seguida por três Anexos nos quais eram especificadas as políticas que seriam aplicadas em Hong Kong depois da devolução e que a tornaria uma Região Autônoma. O governo chinês, por evidentes motivos econômicos, concedeu a Hong Kong autonomia administrativa, o que nunca havia sido concedido à uma província chinesa.

Hong Kong usufruiria, sem dúvida, de maior liberdade que seus compatriotas do continente. Mesmo assim, os católicos de Hong Kong desconfiavam do que o futuro poderia reservar-lhes. Por isso, o bispo de Hong Kong, John Baptist Wu, escreveu ao governo britânico expressando os seus temores a respeito do futuro da Igreja Católica de Hong Kong.

Em seguida ele foi convidado pelo governo chinês para visitar o país a fim de discutir as questões religiosas que diziam respeito ao futuro da Igreja Católica de Hong Kong. A sua visita foi significativa no âmbito das relações da China com a Santa Sé porque, não obstante a discussão deste problema não estivesse entre os assuntos a serem tratados, o fato de que o governo chinês tivesse convidado um bispo claramente pró-Vaticano incluía automaticamente a questão das relações com a Santa Sé nos assuntos relevantes da conversa. De fato, na sua primeira visita, o bispo Wu não deixou de tocar no assunto das relações sino-vaticanas. Ele disse às autoridades chinesas que

Empenhar-se em um diálogo não significa que uma parte peça para a outra abandonar os seus princípios. Ao contrário, é justamente porque o ponto de vista de cada parte é diferente que o diálogo se torna necessário. Nem o diálogo significa que as partes envolvidas devem chegar a uma posição já decidida antes que o diálogo comece. Estabelecer certas condições que devam ser cumpridas antes do diálogo, não é um método usado hoje em nenhuma das frutuosas negociações internacionais. Tal posição pode ser julgada como





falta de sinceridade, e poderia também resultar como sendo pouco séria em âmbitos internacionais. Sobre a maneira e o tempo em que um diálogo entre China e Vaticano poderia realizar-se, isto deve ser decidido entre as duas partes. Qualquer diálogo franco e direto leva a uma melhor compreensão mútua, a uma diminuição de inúteis desentendimentos e a trabalhar para o benefício de todos.<sup>309</sup> (Tradução nossa)

No trecho do discurso do bispo Wu é clara a referência às condições colocadas pelo governo de Pequim como condições prévias ao início de um possível diálogo. O bispo Wu se tornou, portanto, porta-voz do Vaticano junto ao governo de Pequim, depois que a nomeação a arcebispo havia tirado do jogo Mons. Deng Yimin, e teve a possibilidade de apresentar ao governo de Pequim o tipo de diálogo que a Santa Sé gostaria de estabelecer com Pequim.

Durante a sua visita, o bispo Wu foi acompanhado pelos representantes da Igreja Oficial e da APCC, mas não esqueceu a Igreja subterrânea e os seus representantes. Antes de partir, ele dirigiu ao governo chinês o pedido de poder encontrar o bispo de Xangai, Gong Pinmei, detido na prisão desde os anos 50. Mas o governo comunicou que o seu pedido não poderia ser atendido. O bispo Gong Pinmei havia se tornado um símbolo da resistência da Igreja fiel à Santa Sé, e, certamente por isso, o governo não permitiu esta visita.

Na volta a Hong Kong, o bispo Wu comunicou aos jornalistas estrangeiros a sua decepção por não ter tido a possibilidade de encontrar o bispo Gong.<sup>310</sup> Não era, certamente, uma demonstração da liberdade, tão proclamada pelo governo chinês, que se viu, então, obrigado a dar um sinal positivo em relação ao bispo Gong Pinmei. Não fora coincidência o fato de que, poucos dias depois da declaração do bispo de Hong Kong, o bispo Gong Pinmei foi transferido da detenção à prisão domiciliar. Em todo caso, lhe foi negado o direito de celebrar missa em público e foram limitadas as visitas por parte de estrangeiros.

Não obstante a primeira visita do bispo Wu tivesse provocado certo embaraço ao governo de Pequim, em relação à proibição de visitar o antigo bispo de Xangai, no ano seguinte, em 1986, o bispo de Hong Kong foi novamente convidado ao continente, desta vez para visitar o sul da China. O convite veio do Departamento de Assuntos Religiosos da província do Guandong, e durante a visita ele pode visitar a sua família e celebrar missa para eles e um certo número de habitantes da aldeia onde moravam.<sup>311</sup>

O pároco de uma aldeia próxima convidou o bispo de Hong Kong para celebrar uma missa no dia seguinte. Seria a primeira vez desde 1949 que um bispo fiel à Roma celebraria missa publicamente. A notícia se espalhou tão rapidamente que mais de mil pessoas chegaram ao lugar, mas antes que

---

<sup>309</sup> TONG, John. With Bishop Wu on his historic visit to China. *Tripod* n. 26 (April 1985), p. 53-54 apud LEUNG, op. cit. p. 251.

<sup>310</sup> UCANEWS, 3 de abril de 1985.

<sup>311</sup> LEUNG, op. cit., p. 254.



a missa começasse, foram avisados que as autoridades chinesas haviam proibido a celebração por parte do bispo Wu.<sup>312</sup>

O governo chinês não permitiu que um bispo pró-Vaticano celebrasse missa publicamente porque isso teria contrariado a sua declaração de independência do Vaticano, ainda mais percebendo - por meio dos milhares de pessoas reunidas ao redor dele - o quanto ainda estivesse enraizada nos católicos chineses a ligação com o Papa que o bispo Wu representava.

Mas o fato do governo chinês permitir uma segunda visita do bispo de Hong Kong à China significava que o jogo ainda estava aberto e que o governo chinês não estava totalmente fechado ao diálogo.

---

<sup>312</sup> UCANEWS, 29 de janeiro de 1989.

## Capítulo 4

---

# China e Vaticano após os fatos de Tiananmen

### 4.1. A CHINA CONTINUA SUA CORRIDA RUMO À MODERNIZAÇÃO

Após a crise política que resultou na demissão de Hu Yaobang - protegido de Deng Xiaoping - do cargo de secretário-geral do Partido Comunista, a cúpula política chinesa encontrava-se ainda dividida entre os conservadores, que combatiam as reformas econômicas porque as consideravam como a vitória do “liberalismo burguês” na China, e os mais liberais - no sentido econômico - que sublinhavam o caráter positivo das reformas econômicas em vista do bem-estar do povo chinês.

Zhao Ziyang, que havia substituído Hu Yaobang como secretário-geral do Partido Comunista, conseguiu conter os ataques conservadores ao fenômeno chamado de “liberalismo burguês”. A sua estratégia - a mesma de Deng Xiaoping, seu mentor - consistia em tornar-se ele mesmo paladino da ortodoxia comunista contra os excessos do liberalismo, para evitar, desta forma, que acabasse nas mãos de Li Peng e do grupo dos intransigentes. Se isto acontecesse, ele temia que a luta se transformasse em algo perigoso para o futuro da China. A estratégia funcionou e os seus resultados foram sancionados pelo XIII Congresso do Partido Comunista, em outubro de 1987. Nesta ocasião, Zhao Ziyang declarou que a luta contra o liberalismo acabara, que a China encontrava-se numa fase elementar do socialismo, situação esta que justificava todas as tentativas possíveis e necessárias para o melhoramento da sociedade chinesa. Nestas tentativas estavam implicitamente incluídas a implementação de empresas não-estatais, a propriedade privada, as empresas estrangeiras, etc.<sup>313</sup> Dava-se o sinal de partida para o crescimento econômico da China, como nunca havia sido visto em um país asiático.

No âmbito político Deng Xiaoping conseguiu livrar o Politburo da presença incômoda dos políticos de velha data como o seu tradicional opositor, Chen Yun. Com esta finalidade, Deng Xiaoping tomou a decisão de demitir-se de todos os cargos políticos, obrigando os outros da sua geração a fazer o mesmo. Em seguida, criou uma comissão de conselheiros que acolheu todos os velhos políticos. No final, todavia, ele decidiu manter o cargo de Presidente da Comissão Militar.<sup>314</sup>

---

<sup>313</sup> MEZZETTI, op. cit., p. 383.

<sup>314</sup> VIZENTINI, op. cit., p. 71.

Contudo, o Politburo continuou dividido nas clássicas duas correntes: a conservadora guiada por Li Peng e a inovadora guiada por Zhao Ziyang e um novo membro do Politburo, Qiao Shi<sup>315</sup>, da mesma corrente política de Deng Xiaoping. O cargo de Presidente da República Popular da China foi ocupado por Yang Shangkun<sup>316</sup>, nomeado também vice-presidente da Comissão Militar.

Vencida mais uma batalha contra as tendências políticas conservadoras, o grupo dos inovadores lançou a China rumo à modernização e ao desenvolvimento econômico.

Durante o ano de 1988 foram feitas duas importantes emendas à Constituição: a primeira legitimou a iniciativa privada, definindo o setor privado complementar ao setor público; a segunda permitia a transferência dos direitos sobre a terra de acordo com a lei, a terra continuava a ser de propriedade do Estado, mas foi concedido o “direito de uso” dela, que permitia a transferência dos direitos de uso a outras pessoas mediante pagamento.<sup>317</sup>

Estas duas emendas foram fundamentais para o desenvolvimento econômico chinês, especialmente no âmbito do crescimento imobiliário e do setor da importação e exportação.

O sucesso das reformas econômicas, não conseguiu, porém, evitar os seus efeitos colaterais. O setor conservador do Partido Comunista se aproveitava disso para alarmar sobre o perigo do desenvolvimento econômico da forma planejada por Deng Xiaoping. Li Peng tentou freiá-lo por meio de várias medidas econômicas. Mas o mais grave efeito colateral estava preste a se manifestar, e envolveria não somente o âmbito econômico, como também o político.

#### 4.1.1. O “efeito colateral” da modernização: os fatos de Tiananmen

Passados dois anos das manifestações de protesto que levaram à demissão de Hu Yaobang, a Praça Tiananmen voltou a ser cenário de demonstrações populares. O pretexto foi a morte do próprio Hu Yaobang, anunciada no dia 15 de abril.

Como havia acontecido já em 1976, pela morte de Zhou Enlai, os estudantes começaram a se reunir nas universidades para organizar as homenagens a este homem político que sempre defendera os intelectuais. Foram justamente eles, os intelectuais, a alma deste novo movimento estudantil,

<sup>315</sup> Qiao Shi nasceu em 1924. Formou-se em Xangai, e por muito tempo foi responsável pelos serviços de segurança. Era chamado o “policia” do Partido Comunista da China.

<sup>316</sup> Yang Shangkun nasceu na província de Sichuan em 1907. Era um veterano da Longa Marcha. Depois de ter saído do cenário político durante a Revolução Cultural, foi reabilitado em 1978 e chamado a fazer parte do Politburo em 1982.

<sup>317</sup> CORRADINI, Piero. Riforme costituzionali. *Mondo Cinese*, n. 100 – janeiro de 1999. Disponível em: [http://www.tuttocina.it/Mondo\\_cinese/100/100\\_corr.htm](http://www.tuttocina.it/Mondo_cinese/100/100_corr.htm). Acesso em: 20 ago. 2006.



que continuou organizado para pedir mais reformas políticas e respeito pelos direitos humanos.<sup>318</sup> Entre eles, o já conhecido professor Fang Lizhi.

A primeira manifestação na Praça Tiananmen aconteceu no dia 18 de abril e logo outras cidades uniram-se aos protestos. Pedia-se mais liberdade e sobretudo, o fim da corrupção e da burocracia, pedido este compartilhado não somente pelos estudantes que constituíam a maioria dos manifestantes, mas, também, por outras categorias sociais.<sup>319</sup>

Após a cerimônia fúnebre em honra de Hu Yaobang, no dia 22 de abril, as manifestações cessaram, a praça esvaziou-se. Contudo, nas universidades os estudantes continuavam a organizar reuniões e manifestações para discutir o momento político.

As autoridades chinesas percebendo o significado das manifestações populares e intuindo o que poderia vir a acontecer, decidiram agir logo e condenar abertamente as revoltas.

Um editorial do cotidiano governativo, *Renmin Ribao*, no dia 26 de abril, condenou as organizações dos estudantes e acusou o movimento de “complô contra o poder do Partido Comunista, de conspiração contra as instituições da República Popular”.<sup>320</sup> E continuando, definiu os protestos como uma “rebelião antipatriótica”.<sup>321</sup>

O objetivo de tal editorial era aquele desencorajar os protestos e evitar que o fenômeno das manifestações em massa se repetisse, mas isso não aconteceu.

De fato, no dia seguinte, os manifestantes organizaram um desfile ao longo da cidade passando pela Praça Tiananmen, ao qual se uniu grande parte da população. Os estudantes pediram ao governo que reconhecesse a natureza patriótica do movimento estudantil. Os protestos foram dirigidos a alguns setores do partido, denunciando, sobretudo, a corrupção e o nepotismo, fenômenos que haviam se alastrado nas fileiras do Partido Comunista.

A aproximação da simbólica data de 4 de maio, aniversário do surgimento do Movimento de Renovação Cultural de 1919, foi um ulterior impulso à luta contra as que eram consideradas as injustiças da nova China.

No aniversário do dia 4 de maio, o secretário-geral do partido, Zhao Ziyang pronunciou um discurso que marcou o fim da sua atividade política. Distanciando-se das diretrizes-gerais do partido, Zhao Ziyang assumiu uma posição de tolerância em relação aos movimentos estudantis, afirmando que

Os estudantes não são de forma alguma contrários ao nosso sistema. Pedemos somente que corrijamos alguns erros em nosso trabalho. É inevitável que alguns queiram tirar vantagens das demonstrações para objetivos posteriores, mas a maioria dos estudantes está consciente disso. Estou convencido de

<sup>318</sup> MEZZETTI, op. cit., p. 395.

<sup>319</sup> VIZENTINI, op. cit., p. 73.

<sup>320</sup> *Renmin Ribao*, 26 de abril de 1989 apud FIORE, Ilario. *Tian An-Men. 155 giorni di Pechino*. Turim: Edizioni Rai, 1989, p. 27.

<sup>321</sup> *Renmin Ribao*, 26 de abril de 1987 apud MEZZETTI, op. cit., p. 399.



que não haverá grandes desordens e de que tudo se acalmará.<sup>322</sup> (Tradução nossa)

Todavia, o discurso de Zhao Ziyang não conseguiu acalmar os estudantes. Além do mais, em poucos dias aconteceria a histórica visita em Pequim do presidente Gorbachev, criador da *Perestroika* e iniciador da *Glasnost*. Tudo isto levou os estudantes a intensificarem os protestos. Dois dias antes da chegada do presidente russo, os estudantes decidiram começar uma greve de fome.

A Pequim que Gorbachev visitou não era, certamente, a cidade que as autoridades chinesas desejariam apresentar ao *premier* da vizinha URSS. Desvios foram feitos, planos foram mudados, tudo para que os objetivos da visita, ou seja, a reconciliação entre os governos russo e chinês, e, obviamente, entre os dois Partidos Comunistas, pudessem ser alcançados sem que as manifestações de protesto influenciassem negativamente as relações entre os dois governos e pudessem oferecer uma imagem negativa da China.

Zhao Ziyang continuava a fazer apelo ao patriotismo dos estudantes, pedindo o fim da greve de fome. Mas os estudantes não se contentavam do apoio do secretário-geral. Eles decidiram atacar abertamente aquele que consideravam o responsável pela situação da China. Em uma declaração do dia 17 de maio passaram a atacar Deng Xiaoping, definindo-o como um “autocrata senil e decrépito”: “Embora a última dinastia terminou há 76 anos, existe ainda um imperador, ainda que sem esse título, um autocrata senil e decrépito, a quem cabem todos os poderes de decisão. Essa política de gerontocratas precisa acabar e o autocrata deve demitir-se.”<sup>323</sup>

Após o retorno de Gorbachev à União Soviética, realizou-se um encontro de Li Peng com uma delegação de estudantes, mas o resultado não satisfaz nenhuma das partes. Logo depois, Zhao Ziyang e Li Peng desceram à praça para falar uma última vez aos estudantes antes da decisão final. Zhao Ziyang - à diferença de Li Peng que não encontrava a simpatia dos estudantes - foi acolhido pelos estudantes que aplaudiram a sua chegada e escutaram o seu discurso, no qual, mais de uma vez interrompido pela emoção, tentara convencer os estudantes a parar a greve de fome.<sup>324</sup> Contudo, Zhao Ziyang era uma voz isolada no interior do partido que já decidira que chegara a hora de aplicar medidas fortes. Ele foi o único que ousou contrastar a decisão da cúpula chinesa de declarar a lei marcial para acabar com os movimentos estudantis. Esta sua ousadia lhe custou a demissão dos cargos políticos por ele ocupados. Deng Xiaoping havia pela segunda vez sacrificado um protegido seu pelo que ele considerava o bem da nação. Talvez a declaração da lei marcial tenha sido a única decisão em que Li Peng e Deng Xiaoping se encontraram de comum acordo.

<sup>322</sup> ZHAO ZIYANG apud MEZZETTI, op. cit., p. 402.

<sup>323</sup> “Declaração do dia 17 de maio” apud MEZZETTI, op. cit., p. 407-408.

<sup>324</sup> FIORE, op.cit., p. 119.

Os estudantes não se deixaram intimidar pela declaração da lei marcial, e, talvez empolgados pela atenção internacional que estavam recebendo, por meio das entrevistas de dezenas de jornalistas estrangeiros, começaram a sonhar o impossível. Atacaram os símbolos da República Popular da China, jogando tinta no retrato de Mao e construindo uma Deusa da Democracia, cópia da Estátua da Liberdade americana, símbolo da liberdade que os estudantes desejavam, juntamente com o pedido que a democracia liberal fosse instaurada na China. Naquela situação, até mesmos os intelectuais, que haviam sido os inspiradores do movimento de protesto, manifestaram ceticismo em relação ao sucesso daquelas últimas reivindicações.<sup>325</sup>

A noite de 4 de junho marcou o início do choque entre o exército e os estudantes. Fileiras de tanques atravessaram as artérias principais de Pequim. No mundo todo foi transmitida a cena do estudante chinês que tentou parar sozinho o tanque de guerra que avançava, tentando desviá-lo. O estudante foi tirado da rua por outros companheiros, mas a cena permanecerá como símbolo do confronto. Todavia, os feridos e os mortos foram contados dos dois lados, mesmo com a divergência significativa no número de mortos e feridos difundido pelo governo chinês e pelas fontes internacionais.<sup>326</sup> A Agência Internacional Amnesty International estimou que cerca de 2000 manifestantes foram presos, acusados de crimes contra-revolucionários.<sup>327</sup>

Uma primeira leitura dos acontecimentos levou a opinião pública internacional a tomar a defesa dos estudantes, considerados vítimas inocentes de um sistema autoritário que, sem nenhum escrúpulo, realizara um verdadeiro massacre. O governo chinês foi atacado e acusado de violação dos direitos humanos.

Sucessivamente outras leituras foram feitas, não isentando o Partido Comunista da acusação de ter usado indevidamente a força militar contra os jovens chineses e reconhecendo a complexidade dos acontecimentos.

Os combates daqueles primeiros dias de junho, expostos ao mundo inteiro, foram a representação da luta interna de poder que estava acontecendo no âmbito do próprio Partido Comunista. Os estudantes reunidos em grupos, mais ou menos organizados, eram os porta-vozes da população inteira, que, mesmo fruindo de certo melhoramento de vida, enfrentava ainda muitas dificuldades de ordem econômica e social: as desigualdades que iam se aprofundando entre as regiões litorâneas mais desenvolvidas e as regiões do interior, a inflação, o desemprego, a corrupção evidente entre os quadros do partido. A intenção dos protestos não era implodir o Partido Comunista, mas a de pedir reformas. Os estudantes queriam uma maior abertura, igualdade, o fim dos privilégios dos que detinham o poder. A eles uniram-se outras camadas da população que acrescentaram reivindicações

<sup>325</sup> FIORE., op. cit., p. 33.

<sup>326</sup> Os relatórios do governo somaram 300 mortos, dentre os quais somente 23 estudantes, os outros soldados. Os jornais internacionais falaram, ao contrário, de milhares de estudantes mortos pelo exército chinês.

<sup>327</sup> MAHEU, Betty Ann. Three events for remembrance. *Tripod*. Vol. XIX – N. 113. Setembro-Outubro, 1999, p. 38.

de caráter social mais amplo.<sup>328</sup> Todavia, a precariedade da organização dos vários movimentos estudantis permitiu que os manifestantes fossem manipulados por correntes políticas em busca da legitimidade de uma autoridade que há tempo estava fraquejando.

Provavelmente, se o Partido Comunista não estivesse passando por uma grave crise política interna não teria se decidido pelo uso da força que, naquela conjuntura, foi vista como a única possibilidade para evitar que o partido fosse arrastado pelos combates e perdesse a sua autoridade.<sup>329</sup>

No dia 9 de junho, foi Deng Xiaoping que pronunciou o discurso de elogio aos militares. Declarando a derrota dos movimentos de protestos, convidada o país a reerguer-se e continuar a sua corrida ao desenvolvimento. Reafirmara que a repressão havia sido necessária para evitar o que estava acontecendo em outros países como a Polônia, a Hungria, a União Soviética, onde o Partido Comunista fracassara perdendo a liderança política. Na China, o Partido Comunista sobrevivia aos abalos do último período.<sup>330</sup>

Todavia, a derrota dos estudantes não marcou o fim do conflito interno no Partido Comunista, cujos líderes estavam se preparando para combater uma outra batalha interna. Estava em jogo o futuro da China.

#### **4.1.2. Deng Xiaoping e a luta de poder para salvar o plano de desenvolvimento econômico**

Deng Xiaoping havia perdido com o afastamento de Zhao Ziyang, um dos seus preciosos colaboradores. Naquela circunstância desfavorável não teve escolha se não aceitar a nomeação a secretário-geral do Partido Comunista de Jiang Zemin.<sup>331</sup> Jiang Zemin era considerado uma figura neutra que não se distinguira particularmente durante a sua atividade política, mas estava destinado a ocupar o lugar de Deng Xiaoping, que estava preparando a sua saída do cenário político chinês.

Deng Xiaoping deixou para Jiang Zemin o cargo de Presidente da Comissão Militar, com a esperança, porém, de poder continuar, por meio dele, controlando o exército.

Em 1991, Deng Xiaoping conseguiu fazer nomear como vice-primeiro-ministro Zhu Rongji<sup>332</sup>, que havia substituído Jiang Zemin como prefeito de

<sup>328</sup> Cf. WANG HUI. Dopo Tiananmen, il trionfo del neoliberalismo. In: *Le Monde diplomatique*. Abril de 2002. Disponível em: <[http://www.monde\\_diplomatique.it/LeMonde-archivio/Aprile-2002/pagina.php?cosa=0204lm16.01.html&titolo=Dopo%20Tiananmen,%20il%20trionfo%20dell'ordine%20neoliberale](http://www.monde_diplomatique.it/LeMonde-archivio/Aprile-2002/pagina.php?cosa=0204lm16.01.html&titolo=Dopo%20Tiananmen,%20il%20trionfo%20dell'ordine%20neoliberale)>. Acesso em: 18 fev. 2005.

<sup>329</sup> MAHEU, op. cit., p. 43.

<sup>330</sup> MEZZETTI, op. cit., p. 435.

<sup>331</sup> Jiang Zemin nasceu na província de Jiangsu em 1926. Engenheiro, ele recebeu sua formação técnica em Moscou nos anos 50. Ocupou o cargo de Ministro das Indústrias Eletrônicas e, em 1985, tornou-se prefeito de Xangai e secretário do Partido Comunista daquela cidade.

<sup>332</sup> Zhu Rongji nasceu na província de Hunan em 1928. Ingressou no Partido Comunista em 1949. Foi enviado à um campo de reeducação em 1958 por ter criticado Mao durante o período do Grande Salto Adiante. Reabilitado em 1962, sofreu um novo expurgo durante a Revolução



Xangai. Zhu Rongji havia se distinguido pelo impulso econômico dado à ZEE (Zona Econômica Especial) da cidade de Xangai (Pudong) e compartilhava plenamente o plano de desenvolvimento da China ideado por Deng Xiaoping. A sua entrada no Politburo fazia parte da estratégia de Deng para contrabalançar o conservadorismo de Li Peng.

Quanto à política externa, não foi um momento feliz para a China, principalmente porque os países do Ocidente decidiram impor sanções à China pela repressão aos estudantes chineses. O crescimento econômico sofreu uma parada por causa dos graves problemas internos e pela falta de investimentos estrangeiros. Foi somente graças ao conflito eclodido em 1991 no Oriente Médio que a China voltou a ocupar o seu espaço no cenário internacional.<sup>333</sup>

A queda da União Soviética, no mesmo ano, marcou o agravar-se do conflito interno das duas correntes do Partido Comunista. Os conservadores estavam convencidos de que continuar o desenvolvimento econômico, assim como havia sido realizado até então, levaria inevitavelmente a China à desintegração política como acabara de acontecer com a URSS. Seria preciso, segundo eles, voltar a aplicar uma economia planificada, inteiramente centralizada nas mãos do Estado, e exaltar a pureza ideológica como característica indispensável para a salvação da nação comunista. Os ataques contra Deng se intensificaram. Reaparecera a mítica lenda de Lei Feng, o jovem comunista que Mao havia indicado como modelo na época das Guardas Vermelhas.

Diante destas contínuas acusações, mesmo com a saúde fortemente abalada, ele decidiu cumprir o último e determinante esforço para salvar a China do perigo de retroceder definitivamente.

Como Mao em 1956, isolado do resto do partido, decidiu viajar ao sul do país, também Deng, em minoria no Politburo, tomou a decisão de se refugiar com a sua família na parte meridional da China. Ali o desenvolvimento econômico era já uma realidade, aqueles lugares haviam já experimentado os benéficos efeitos da riqueza, e dali Deng tentou repartir para reafirmar definitivamente a sua tese dos benefícios das reformas econômicas.

Nos vários discursos pronunciados nas cidades de Xangai e Cantão ele continuava a exaltar as reformas econômicas como único meio de desenvolvimento e modernização da nação. Por um bom tempo, os jornais do Partido Comunista ignoraram a sua viagem e as mensagens que ele lançara, até que os jornais do sul começaram a tomar uma posição contra o governo central.

Quem definiu o vencedor da partida foi o exército que, novamente, como já havia feito no passado, decidiu se posicionar em defesa de Deng Xiaoping. O governo central de Pequim cedeu e os jornais do governo começaram a publicar os discursos mais importantes que Deng havia pronunciado durante a sua viagem.

---

Cultural, quando foi enviado novamente à um campo de reeducação. Deng Xiaoping o reabilitou em 1978 quando passou a fazer parte do Comitê Econômico de Estado.

<sup>333</sup> Na ocasião, a China, que ocupava um dos cinco assentos no Conselho de Segurança da ONU desde 1971, foi interpelada a respeito da invasão do Kuwait por parte do Iraque. A China votou a favor do ultimato ao Iraque.

Foi o sinal positivo que os investidores estrangeiros estavam esperando para voltar em massa à China. Daquele momento em diante, a China retomou o seu desenvolvimento econômico sem obstáculos relevantes.

### 4.1.3. De Deng Xiaoping a Jiang Zemin: o poder passa à terceira geração

Em outubro de 1992, o XIV Congresso do Partido Comunista exaltou o sucesso da “economia socialista de mercado”, projeto este que Jiang Zemin não demorou a fazer próprio. O sucesso de Deng Xiaoping, que havia conseguido defender até o extremo a sua teoria para o desenvolvimento chinês, foi sancionado definitivamente pelo Congresso de 1982.

Durante as reuniões, Jiang Zemin elogiou várias vezes Deng Xiaoping, que não estava presente, resumindo as principais etapas do processo de desenvolvimento do país:

No congresso de 1982, decidiu-se que em uma econômica socialista a planificação é primordial e a regulamentação do mercado é secundária. Depois se disse que as duas coisas deveriam estar integradas. Em seguida, que o plano deve ser combinado com as forças do mercado. Deng Xiaoping mostrou que plano e mercado são apenas instrumentos e não distinções fundamentais entre socialismo e capitalismo. Essa brilhante tese nos libertou da noção segundo a qual a economia planificada e a de mercado pertencem a dois sistemas opostos.<sup>334</sup>

Os conservadores haviam perdido a batalha. A comissão dos conselheiros, que havia sido criada por Deng para afastar os veteranos do poder, foi eliminada.

O Politburo fora renovado. Ao lado de Jiang Zemin, chefe do partido que havia se colocado definitivamente ao lado de Deng Xiaoping, permaneceram Li Ruihuan, Qiao Shi e Li Peng. Os novos membros do Politburo foram: Zhu Rongji que Deng Xiaoping havia chamado da prefeitura de Xangai, Hu Jintao<sup>335</sup>, o mais novo integrante com somente 49 anos e Liu Huaqing, o vice-presidente da Comissão Militar, companheiro de Deng na Longa Marcha. Entre estes, somente Li Peng representava a veia mais conservadora do partido e permanecia como o único político ligado estritamente aos eventos de Tiananmen.

O congresso aprovou, também, uma mudança importante no estatuto do próprio Partido Comunista, decidindo que as teorias de Deng (*Deng Xiaoping*

<sup>334</sup> JIANG ZEMIN apud MEZZETTI, op. cit., p. 471.

<sup>335</sup> Hu Jintao nasceu em Xangai em 1942. Entrou no Partido Comunista em 1962. Formou-se em Engenharia Elétrica em Pequim e começou a trabalhar no Ministério da Conservação da Água e Energia onde se empenhou em vários projetos hidroelétricos como a famosa barragem das Três Gargantas. Aos 39 anos foi chamado por Deng Xiaoping a participar mais ativamente do círculo político. Logo depois foi eleito membro do XII Comitê Central do Partido. Em 1989 no Tibet, impôs a Lei Marcial para derrotar as forças separatistas.

*lilun*) sobre o “socialismo com características chinesas (*Juyou Zhongguo tese de shehuizhuyi*)” fariam parte, no mesmo nível que o marxismo e o pensamento de Mao Zedong, do pensamento de base do Partido Comunista.

Outra mudança importante foi a aceitação do empenho de seguir a linha política de reformas econômicas de Deng por cem anos, como ele havia reiterado durante a sua viagem no sul da China. Cem anos eram, segundo ele, a garantia que a China não voltaria atrás e não arriscaria perder sua chance de se tornar uma potência mundial. □

As mudanças envolveram também o exército, que passou por uma profunda renovação em relação aos seus generais e comandantes, como também à sua estrutura, para torná-lo uma força moderna que pudesse responder às novas realidades mundiais.

No ano seguinte também foi mudado o artigo nº 15 da Constituição, que substituiu o sistema estatal baseado na economia planificada pelo sistema baseado numa economia socialista de mercado, prometendo no Preâmbulo da Constituição, aprofundar as reformas e a abertura ao mundo externo.<sup>336</sup>

A presidência da República Popular da China passou de Yang Shangkun que terminara o seu mandato, a Jiang Zemin, que passou a ocupar três significativos cargos: o de secretário-geral do Partido Comunista, o de Presidente da República e o de Presidente da Comissão Militar, que havia pertencido até pouco tempo a Deng Xiaoping.

Jiang Zemin confirmava-se o sucessor de Deng. Este havia decidido retirar-se da vida pública, deixando nas mãos do seu sucessor a sua criação: uma China que havia recuperado o seu status no cenário mundial, depois de ter sido segregada e depauperada de sua beleza e de sua história por várias décadas.

Ao novo líder cabia a tarefa não somente de prosseguir na linha traçada por Deng Xiaoping, mas também devolver uma nova identidade ideológica à China que pudesse, de certa forma, substituir a decepção e o descrédito pela fé marxista que o povo chinês havia perdido.

#### 4.2. A POSIÇÃO DA SANTA SÉ FRENTE ÀS MUDANÇAS POLÍTICAS, ECONÔMICAS E RELIGIOSAS DA CHINA

A Santa Sé continuava acompanhando os desenvolvimentos da política chinesa nos vários âmbitos: econômico, político, social e, sobretudo seguia o que mais a interessava, isto é, o desenvolvimento no âmbito religioso, que sofria as influências das mudanças ocorridas nos outros campos.

À abertura ao mundo, permitida e encorajada por Deng Xiaoping, correspondia, do lado interno, um maior controle por parte do governo chinês sobre aquelas áreas que, segundo ele, se tornariam nocivas à sociedade

<sup>336</sup> MEZZETTI, op. cit., p. 474.

chinesa se fossem deixadas sem nenhuma contenção. A religião fora sempre considerada pelas autoridades chinesas como uma área “perigosa” que necessitava ser mantida constantemente sob controle.

A estratégia até então aplicada neste âmbito por Deng Xiaoping fora sempre aquela, de um lado, de soltar aos poucos as rédeas do controle para poder transmitir ao mundo a imagem de um país empenhado em atuar uma política de liberdade religiosa, mas, de outro, de intensificar o controle para que não se passasse dos limites concedidos. Se isto acontecesse, seria preciso voltar atrás até que tudo permanecesse sob controle. Então se poderia soltar de novo as rédeas e assim por diante.

Nesta estratégia encaixavam-se as liberações dos bispos católicos que em datas determinadas, como oferta de sinais positivos ao Vaticano para que o diálogo continuasse.

As liberações não eram totais. Os ex-presos permaneciam sob estreito controle dos integrantes da Associação Patriótica que recebiam a tarefa de garantir que os bispos não recaíssem nos “crimes” contra o Estado: assim eram consideradas as atividades dos membros das comunidades subterrâneas.

Foi o caso do bispo de Baoding, Fan Xueyan, que fora liberado pela primeira vez em 1983, preso de novo poucos anos depois por ter consagrado secretamente novos bispos católicos e finalmente solto em novembro de 1987, aos oitenta anos de idade. No ano seguinte fora liberado também o bispo Inácio Gong Pinmei, aos oitenta e sete anos. Ambos eram considerados perigosos para a estabilidade do país e bem-estar da população, a ponto de não poderem, uma vez soltos, celebrar a missa publicamente ou encontrar livremente os amigos chineses que vinham do exterior ou os estrangeiros que visitavam a China.

Este estreito controle era justificado pelo fato de que o governo chinês não queria que após sua liberação, os dois bispos, ambos fiéis ao papa, pudessem agir em favor de um crescimento do grupo católico subterrâneo, que minava, segundo eles, a unidade do clero e dos católicos chineses e tornava-se um elemento de desestabilização ao interno da sociedade chinesa.

### 4.2.1. O Vaticano e a Igreja subterrânea

A comunidade subterrânea havia se tornado uma realidade que não podia mais ser subestimada. Se, por um lado, ela garantia a fidelidade de uma parte do clero e dos católicos chineses à Santa Sé, sublinhando o primado do papa, considerado pelo Vaticano como elemento essencial do ser católico, de outro constituía um obstáculo não indiferente ao restabelecimento das relações diplomáticas entre a China e o Vaticano.

A Santa Sé era constantemente interpelada pelas duas realidades da Igreja Católica na China. O clero aprovado pelo governo pedia que a Igreja de Roma retomasse as relações com o governo chinês, para uma definitiva normalização da vida religiosa. De outro lado, o grupo subterrâneo ou *dixia* – em chinês – pedia que o Vaticano não o abandonasse, que não reconhecesse

se a legitimidade do clero que agia com a aprovação do governo, que não esquecesse os sofrimentos deles. Por isso, eles exigiam diretrizes claras por parte da Santa Sé.

No mês de setembro de 1988, começou a circular na China um documento emitido pela Santa Sé, que alguns viram como a resposta a tal pedido. Ele apresentava em oito pontos as diretrizes vaticanas sobre a situação da Igreja Católica na China. As diretrizes foram apresentadas por meio de uma carta dirigida a todos os bispos do mundo escrita pelo cardeal Tomko, prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos. Nela explicava-se o porquê daquelas diretrizes e apresentava-se um resumo para que se pudesse melhor compreender a situação da Igreja Católica na China.<sup>337</sup>

Na carta dirigida aos bispos, era sublinhada, em vários pontos, a complexidade da situação da Igreja Católica na China indicando a existência na Igreja oficial de um grupo promotor de um caminho intermediário de padres e bispos que “conservavam nos seus corações como irrenunciáveis as suas ligações de comunhão com o Santo Padre, assim como aceitavam a política religiosa imposta pelas autoridades”,<sup>338</sup> esclarecimento este que deixava entender que os contatos com a Igreja oficial seriam úteis e apropriados, mesmo se “devia-se ter cuidado para evitar atitudes que poderiam ofender a sensibilidade da ‘silenciosa’ maioria daqueles católicos que sofreram e estão sofrendo pela sua fidelidade ao Santo Padre”.<sup>339</sup>

Com efeito, a Santa Sé havia percebido que os representantes da Igreja oficial da China procuravam legitimação por meio das visitas ao exterior e dos contatos com as Igrejas locais e o reconhecimento por parte da Santa Sé que colocasse fim à existência na China de duas Igrejas, uma oficial e uma subterrânea, reivindicando para ela o papel de única Igreja Católica legítima na China.

De fato, o Card. Tomko afirmou: “É necessário também evitar que as visitas em questão não se tornem instrumentais para obter o reconhecimento e a legitimidade de uma posição que em nenhum caso pode ser aceitável em nível doutrinário e em nível disciplinar ou canônico”.<sup>340</sup> Por esta razão, a Santa Sé declarou que em ocasião de visitas de membros da Igreja patriótica ao exterior,

Toda “*communicatio in sacris*”<sup>341</sup> deveria ser evitada. Os bispos e padres “patrióticos” não devem ser convidados ou mesmo permitidos de celebrar funções religiosas em público, em igrejas ou em oratórios de várias instituições religiosas.<sup>342</sup> (Tradução nossa)

<sup>337</sup> O texto integral da carta do cardeal Tomko e das diretrizes encontra-se no Anexo II, p. 329-335.

<sup>338</sup> Carta do Card. Tomko aos bispos do mundo inteiro no Anexo II, p. 330.

<sup>339</sup> Carta do Card. Tomko aos bispos do mundo inteiro no Anexo II, p. 331.

<sup>340</sup> Ibid.

<sup>341</sup> Literalmente seria a comunicação nas coisas sagradas, isto é, proibição para os católicos de participar dos ritos religiosos não-católicos.

<sup>342</sup> Carta do Cardeal Tomko, Anexo II, p. 331-332

De outro lado, no documento que apresentava as diretrizes, a Santa Sé, percebendo as dificuldades dos católicos chineses em identificar os padres ou bispos que mantinham uma comunhão plena com o Santo Padre, mitigou a sua posição concedendo que eles pudessem, na impossibilidade de receber os sacramentos de padres fiéis, se dirigir a outros padres.

Em relação ao dever de freqüentar a Missa e ao recebimento dos sacramentos, os católicos devem procurar padres que permaneceram fiéis, isto é, aqueles em comunhão com o Papa.

Contudo, para preencher as exigências do seu bem-estar espiritual, os católicos podem recorrer também a outros padres, com a condição que eles evitem ocasiões de escândalo e o perigo que tais ações possam danificar o inteiro conteúdo da fé católica que, como já foi dito, requer plena comunhão com o Pontífice Romano.<sup>343</sup> (Tradução nossa)

Permitiu também que os seminaristas da comunidade subterrânea pudessem freqüentar os seminários patrióticos na impossibilidade de receber uma formação adequada.<sup>344</sup>

Esta abertura deve ser entendida no âmbito de uma polêmica que estava se difundindo entre a Igreja patriótica e a Igreja subterrânea. Lembramos que no início dos anos 80, a Santa Sé havia concedido especiais poderes ao clero chinês pertencente ao grupo clandestino para auxiliá-lo nas atividades pastorais.<sup>345</sup> Entre estes, estava a faculdade de ordenar sacerdotes mesmo se os candidatos não possuíssem a adequada preparação teológica. O importante, para a Santa Sé, era que estivessem firmes na fé e na lealdade ao sucessor de Pedro e que fossem homens de renomada virtude, desejosos de observar o celibato.

O desejo de espalhar na China numerosos sacerdotes fiéis ao papa gerou um fenômeno de multiplicação de padres, que receberam a missão de difundir a importância da fidelidade à Santa Sé, mas que não possuíam o conhecimento teológico e pastoral necessário que lhes dessem os instrumentos adequados para enfrentar uma situação tão complexa como era aquela chinesa. Frequentemente eles assumiam posições tão intransigentes em relação aos padres e aos bispos da Igreja patriótica que, ao invés de difundir os ensinamentos do Evangelho, faziam-se portadores de divisões e de acusações contra aqueles que haviam aderido à Associação Patriótica.

Quando o fenômeno se agravou, a Santa Sé percebeu que deveria fazer alguma coisa para evitar que esta situação continuasse. A partir deste contexto, podem ser compreendidas as normas acerca da formação dos novos padres, formuladas com o objetivo de conter e corrigir uma situação que havia sido criada com a contribuição do próprio Vaticano.

<sup>343</sup> *Diretrizes da Santa Sé sobre alguns problemas da Igreja na China continental*, no Anexo II, § 4, p. 334.

<sup>344</sup> *Diretrizes da Santa Sé sobre alguns problemas da Igreja na China continental*, no Anexo II, § 6, p. 335.

<sup>345</sup> Cf. Cap. 3, p. 160.



Após receber o documento “*Diretrizes da Santa Sé sobre alguns problemas da Igreja na China Continental*”, que havia sido enviado a todas as Conferências Episcopais, o Cardeal James Sin de Manila manifestou ao Cardeal Tomko algumas de suas convicções sobre a situação da Igreja na China, com o intuito de aconselhar a Santa Sé a usar mais prudência nos documentos oficiais por ela emitidos a respeito do país. Ele possuía um profundo conhecimento da situação da Igreja Católica na China por ter visitado a China continental várias vezes durante os anos anteriores, pois a sua família de origem ainda vivia lá.

Algumas de suas observações sublinhavam os aspectos contraditórios de determinados membros da Igreja subterrânea. “O clero subterrâneo e os leigos, especialmente no norte da China, estão causando muito prejuízo aos católicos da região, devido à falta de informação, formação, etc.”

E a respeito dos padres da Igreja Oficial, disse também: “A cooperação da Igreja com o governo não é uma opção doutrinal herética contra os princípios da fé católica, quanto uma decisão pastoral dos líderes locais”. Por isso, continuou, “não devemos ignorar o fato de que muitos seminários e noviciados não oficiais, e comunidades semi-subterrâneas agora florescendo em muitas regiões estão operando mais livremente graças à silenciosa aprovação e olhar benevolente das assim chamadas autoridades ‘oficiais’”.<sup>346</sup>

Estas advertências visavam a mitigar a afirmação contida no primeiro ponto das diretrizes da Santa Sé que afirmava que “todos aqueles que não professam e não mantêm comunhão com o Papa não podem ser considerados católicos”.<sup>347</sup>

O documento chegou também nas mãos do governo chinês que se declarou ofendido por tais afirmações e que, por meio do vice-premier Wu Xueqian, reiterou, durante um encontro de Representantes Católicos em Pequim, no dia 29 de novembro, que o Vaticano deveria cessar de interferir nos assuntos internos da China.<sup>348</sup>

A intransigência de alguns integrantes da comunidade subterrânea provocou uma ulterior polêmica quando foi difundido um documento chamado “Treze Pontos” atribuído ao bispo Fan Xueyan, mas cuja paternidade foi logo desmentida pelo mesmo bispo. O documento foi apresentado sob forma de entrevista a respeito da Igreja patriótica. Pela sua relevância, o texto será citado integralmente.

*Primeira pergunta:* Excelência, a Associação Patriótica sublinha o “autofinanciamento e o autogoverno da nossa Igreja”, livre de interferências externas. Este tipo de Igreja é ainda uma santa Igreja?

*Resposta do bispo Fan:* A santa Igreja é estabelecida pelo nosso Senhor Jesus Cristo. A Igreja é una, santa, católica e apostólica. Os

<sup>346</sup> Carta do Cardeal James Sin ao Cardeal Josef Tomko, Prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos apud UCANEWS, 28 de dezembro de 1988.

<sup>347</sup> *Diretrizes da Santa Sé sobre alguns problemas da Igreja na China continental*, no Anexo II, § 1, p. 333.

<sup>348</sup> UCANEWS, 7 de dezembro de 1988.



homens não podem ser independentes de Deus. As Igrejas não podem se governar sozinhas, separadamente. A Associação Patriótica auto-organizada que se separou e que desobedeceu ao Papa não é mais católica, não está mais em comunhão com a Igreja. A assim chamada Igreja autogovernada obviamente não é mais Igreja Católica.

*Segunda pergunta:* Está certo escolher e ordenar o clero autonomamente?

*Bispo Fan:* Há duas maneiras de explicar isso. Primeiro, na China nós não tínhamos missionários nossos. Os missionários enviados pelo Papa provinham todos de outros países, desta forma não podíamos escolher e ordenar autonomamente. Depois de um longo período tivemos os nossos missionários e então os nossos bispos puderam ordenar os nossos padres e os nossos bispos. Contudo, deve-se obter a permissão do Papa para ordenar um bispo. É assim em toda parte do mundo e não há exceção alguma em nenhum país. Em segundo lugar, a Associação Patriótica não pode escolher ou ordenar porque rompeu a ligação com o Papa e não reconhece o seu primado. Se a Associação Patriótica, não obstante isso, vai em frente e ordena bispos, então, este é um ato de rebelião ao Papa e a Jesus.

*Terceira pergunta:* Um sacramento e uma missa celebrados por padres da Associação Patriótica são válidos? Eles têm o poder de perdoar os pecados? Se os católicos pudessem assistir a estas missas e o fizessem, cometeriam um pecado?

*Bispo Fan:* Mesmo se os sacramentos administrados são válidos e as hóstias são ainda o corpo de Cristo, ainda assim os católicos não podem receber os sacramentos deles ou participar de suas missas. Se o fazem, cometem um pecado. Caso se confessem com estes padres, não somente não obtêm o perdão, mas terão cometido um outro pecado.

*Quarta pergunta:* Se um padre erra, é ele o responsável, e isto não tem nada a ver com os outros católicos. Se todos adoram Deus, tem algo errado nisso? É muito melhor que jogar cartas ou assistir TV. Isto não está certo?

*Bispo Fan:* Não está certo, porque se eles (os padres da Associação Patriótica) não têm razão, não deveriam levar outros a cometer outros erros. O erro de um padre é de dois tipos: o primeiro é privado e pessoal, o segundo é público. Podemos distinguir entre erro pessoal e erro público. O pecado pessoal não toca os católicos na adoração de Deus. Mas não podemos dizer que a coisa não nos diga a respeito se eles publicamente instituíram uma organização anti-papal, se rebelaram contra a santa Igreja e abertamente separaram-se do Papa.

*Quinta pergunta:* A União dos Enfermos dada pelos padres da Associação Patriótica é válida?

*Bispo Fan:* É válida. Mas nós católicos não podemos recebê-la. Disse antes que está proibido receber os sacramentos por eles; até no momento da morte não podemos receber sacramentos de pessoas que se rebelaram ao Papa. Para a nossa fé, estamos certos de ter o perdão de Deus.





*Sexta pergunta:* Alguns padres idosos que não aceitaram a “reforma” nem seguiram a linha da Associação Patriótica, não estão associados a algum bispo. Eles agem corretamente?

*Bispo Fan:* Corretamente... Quando o bispo falecera e não se pode encontrar nenhum outro bispo. Nestas circunstâncias as suas ações estão conformes às leis da Igreja.

*Sétima pergunta:* É válida para os seminaristas da Associação Patriótica a ordenação recebida pelos seus bispos?

*Bispo Fan:* Está válida, mas sem a faculdade. Deixe-me repetir mais uma vez que os nossos fiéis não devem participar ou receber nenhum dos seus sacramentos. É pecado participar ou recebê-los.

*Oitava pergunta:* Alguns católicos, mesmo entendendo as implicações doutrinárias, preferem a proximidade a essas igrejas e participam das missas dos patrióticos. Está permitido?

*Bispo Fan:* Não. A partir do momento que entendem os problemas doutrinários, eles sabem que está proibido escutar estas missas; se ainda vão lá, o fazem voluntariamente. Sem sabê-lo, não é vergonha. Fazê-lo de propósito, é pecado.

*Nona pergunta:* Quando está proibido ir às igrejas vizinhas e não é possível ir a igrejas distantes, os fiéis não vão a lugar nenhum. Esta se deve considerar uma omissão da obrigação festiva?

*Bispo Fan:* Digo e repito que está proibido receber e participar dos seus sacramentos. Qualquer um que os receba e participe, comete pecado. Se não há nenhum padre da santa Igreja ali perto, no domingo pode-se rezar em casa. Isto pode ser considerado a observância da obrigação dominical.

*Décima pergunta:* Alguns católicos pensam que afinal de contas o Papa e os bispos não suspenderam estes padres. Neste caso, eles possuem ainda a faculdade?

*Bispo Fan:* Não precisa a suspensão, pois não apenas eles deixam a hierarquia, a faculdade cessa naturalmente. Que faculdade existe a ser suspensa, do momento que eles não a detêm mais? Apenas uma pessoa decide na sua mente de separar-se do Papa, este perde imediatamente todas as faculdades conferidas pela santa Igreja. Esta excomunhão *ipso facto* está prevista pelo direito canônico.

*Décima primeira pergunta:* Alguns padres reformados, em lágrimas, disseram aos fiéis que eles de fato se submeteram à autoridade do Papa e percebem que não há salvação se eles se separam dele. Alguns fiéis foram enganados. Como considerar este problema?

*Bispo Fan:* Este é o seu habitual modo de enganar, de fazer o jogo duplo. Eles são um bando de duas faces que engana ambas as partes. Ao governo dizem: “Nós apoiamos firmemente a independência, o autogoverno e a separação do Papa.” Aos fiéis dizem: “Nunca, nunca nos separaremos do Papa.” Aqui em particular sublinho que o bispo pode ser este tipo de pessoa. Os fiéis não deveriam escutar somente suas palavras, mas observar a sua conduta.



*Décima segunda pergunta:* Alguns católicos perguntam se aqueles que seguem a organização patriótica vão para o inferno.

*Bispo Fan:* Deus é misericordioso, muito misericordioso. Deus não permitirá que a Associação Patriótica permaneça por longo tempo. Deus não deixará a Igreja Católica por longo tempo na dificuldade e no sofrimento. Aqueles que estão à sombra da Associação Patriótica devem entender o que é verdade e o que é falso. “Todo aquele que se declarar por mim diante dos homens, o Filho do Homem também se declarará por ele diante dos anjos de Deus”. Eles devem esclarecer o seu ponto de vista incorreto, acreditando no inteiro corpo das verdades da religião e não enganando a si mesmos. A Associação Patriótica se declara Igreja Católica, mas separa-se do Papa. Esta contradição leva a autodestruição. No meu parecer, os católicos têm uma clara identificação da sua igreja e cada um pode dar testemunho da própria fé. Tantos católicos provenientes de toda parte vieram me visitar e a sua fé é firme e sólida. Eles entenderam perfeitamente a natureza da Associação Patriótica e a do Comitê Administrativo da Igreja Católica.

*Décima terceira pergunta:* O que o senhor acha da intenção do governo de restituir as propriedades da Igreja? Os católicos estão todos ansiosos que a igreja receba de volta as suas propriedades. Há lugares onde o governo nos encoraja a construir uma igreja. É melhor para nós aceitar ou não aceitar a propriedade se o atual pároco é um da Associação Patriótica?

*Bispo Fan:* É melhor aceitar. Uma vez obtida a igreja nós poderemos aumentar a glória de Deus. Como disse antes, o governo declarou muitas vezes a sua intenção de restituir as propriedades da igreja. Se a igreja é construída e ocupada pelos padres da Associação Patriótica, então nós católicos devemos nos esforçar para resistir e lutar pelos nossos direitos. Se eles pegam a igreja, devemos deixar para lá porque não podemos receber os sacramentos por eles. Quando eles forem embora, então nós a usaremos. Esta é a minha opinião. Cada um tem a sua situação particular. Os católicos devem discutir isso juntos e obedecer à ordem do superior local. Em poucas palavras, no que diz respeito às suas propriedades, a Igreja não deve ser perdedora. Ninguém deve vender as propriedades da igreja. Quem o fizesse, passaria à história como infame.<sup>349</sup> (Tradução nossa)

Este documento, que se espalhou rapidamente em várias regiões da China, seria o resultado de um encontro entre um católico chinês, de nome Niu e o bispo Fan Xueyan. Ele teria pedido ao bispo Fan para indicar aos católicos da Igreja subterrânea algumas normas de comportamento que os ajudassem na prática cotidiana de sua fé. Depois do encontro, Niu teria escrito

---

<sup>349</sup> Tradução em português da versão italiana dos 13 pontos. In: TANG, Edmond; WIEST, Jean Paul et al. *La chiesa cattolica nella Cina di oggi*. Bolonha: Editrice Missionaria Italiana, 1995, p. 209-213.

o documento acima transcrito conhecido como “Os 13 pontos”, atribuindo o seu conteúdo integralmente ao bispo Fan Xueyan.<sup>350</sup>

O documento recebeu, porém, numerosas críticas até mesmo por parte de alguns líderes da própria Igreja subterrânea, pelo conteúdo extremamente radical e intransigente a respeito da comunidade oficial.

O mesmo Fan Xueyan recusou a paternidade do documento, afirmando que algumas partes dele deveriam ser canceladas por não estarem em conformidade com o Direito Canônico da Santa Sé.<sup>351</sup>

Os pontos críticos do documento eram, sobretudo, aqueles que afirmavam a ilicitude dos sacramentos administrados pelos padres que, de alguma forma, encontravam-se ligados à Associação Patriótica, ameaçando quem tivesse recebido os sacramentos de cometer pecado.<sup>352</sup> Esta afirmação estava em pleno contraste com um dos pontos das diretrizes que a Santa Sé, por meio da Congregação para a Evangelização dos Povos, havia emitido em 1988, permitindo aos católicos receber os sacramentos pelo clero que aderira à Associação Patriótica, caso não conseguissem participar das celebrações dos sacerdotes de comprovada fidelidade ao Papa.<sup>353</sup>

Mesmo assim, o documento criou muita confusão no interior das comunidades católicas que, naquela situação, não possuíam o discernimento necessário para enfrentar afirmações categóricas e assustadoras, como eram aquelas que alguns dos representantes da Igreja subterrânea espalhavam com tamanha rapidez e fervor.

Uma carta escrita por um sacerdote do norte da China, que havia sido detento, por muitos anos, por sua fidelidade à Santa Sé, comprova os estragos que este documento provocou e explica porque em algumas regiões da China, a comunidade subterrânea era causa de divisão entre as comunidades católicas chinesas.<sup>354</sup> Ele afirmava que o grupo subterrâneo possuía o hábito de usar o nome de bispos ou padres de reconhecida fama para que os católicos acreditassem nele. O documento dos 13 pontos era um exemplo deste hábito.

Com as afirmações atribuídas ao bispo Fan Xueyan, os padres da comunidade *dixia* puderam criar ulteriores divisões nas comunidades católicas, convencendo-as que deviam abandonar as paróquias administradas por padres da Igreja patriótica.

A Igreja clandestina cria também confusão. De fato, aonde o grupo clandestino não chegou, a Igreja está em paz. Nos anos passados, os fiéis das três províncias da região norte-oriental estavam unidos em uma única fé, rezando e freqüentando a missa. Mas quando chegou, o grupo clandestino disse que os padres públicos eram cismáticos e que haviam sido excomungados, e se

<sup>350</sup> LAM, op. cit., p. 138 e UCANEWS, 2 de novembro de 1988.

<sup>351</sup> LAM, op. cit., p. 145.

<sup>352</sup> Cf. Documento “13 pontos”, 3ª, 5ª e 9ª resposta.

<sup>353</sup> Cf. *Diretrizes da Santa Sé sobre alguns problemas da Igreja na China continental*, no Anexo II, § 4, p. 334.

<sup>354</sup> L'attuale chiesa cinese. In: TANG, Edmond; WIEST, Jean Paul, op. cit., p. 214-222 (o autor não revelou o nome por razões de segurança).

os fiéis os tivessem seguido, iriam para o inferno. O resultado foi que muitos cessaram de ir a missa na igreja pública e criaram-se divisões entre eles.<sup>355</sup> (Tradução nossa)

Outro ponto importante que o sacerdote citou na sua carta foi o problema da insuficiente formação dos padres subterrâneos, conhecidos como “padrezinhos pretos”, pela jovem idade com o qual eram ordenados e pela batina preta que sempre usavam. Ele afirmou que a maioria deles era pouco instruída, alguns deles não haviam acabado o primeiro grau. Tais sacerdotes não somente não possuíam conhecimentos gerais adequados, mas também não possuíam um conhecimento mais profundo da Igreja Católica.

Eles estudaram poucos meses sob a guia de Li<sup>356</sup> e depois foram ordenados sacerdotes. Estudando o Direito Canônico, escolheram o capítulo da excomunhão dos bispos e dos padres para falar disso na sua pregação, e decoraram todos estes cânones, mas deixaram de estudar os requisitos e as qualidades para se tornar padre.<sup>357</sup> (Tradução nossa)

Segundo ele, os bispos que ordenaram todos estes “padrezinhos pretos” não pretendiam que estudassem o catecismo, mas, sobretudo, que denunciassem os bispos e padres da Associação Patriótica e dissessem às pessoas para não freqüentar a missa celebrada por padres ligados à ACPP e não receber os sacramentos deles.

A situação era realmente complexa, porque, como é possível perceber, as duas faces da Igreja Católica na China - aquela aprovada pelo governo e aquela subterrânea - não eram grupos monolíticos, mas continham, ao seu interno, as posições mais diversas, passando das mais intransigentes às mais tolerantes.

Analistas da situação da Igreja Católica da China estão de acordo em afirmar que somente uma minoria de membros da APCC era favorável a uma separação definitiva da Igreja Católica da China em relação à Santa Sé. A maioria dos seus integrantes, aproveitando da maior liberdade concedida pelo governo, começava a promover abertamente o retorno à uma ligação espiritual ao papa. Cerca de 60 bispos nomeados e consagrados somente pela Igreja Chinesa, naqueles anos, conseguiram obter a aprovação da Santa Sé, assim como alguns bispos clandestinos conseguiram ter a tácita aprovação do governo chinês para exercer livremente o seu ministério sem, por isso, serem obrigados a fazer parte da APCC.<sup>358</sup>

Não obstante isso, a divisão continuava a existir, porque mesmo se a maioria dos integrantes do grupo subterrâneo estava aberta a colaborar com o clero que agia com liberdade, uma minoria de clandestinos continuava a

<sup>355</sup> L'attuale chiesa cinese. In: TANG, Edmond; WIEST, Jean Paul, op. cit., p. 221.

<sup>356</sup> O bispo Li Zhenrong, bispo clandestino ordenado secretamente no início dos anos 80.

<sup>357</sup> L'attuale chiesa cinese. In: TANG, Edmond; WIEST, Jean Paul, op. cit., p. 217.

<sup>358</sup> CHARBONNIER, Jean. La chiesa clandestina. In: TANG, Edmond; WIEST, Jean Paul, op. cit., p. 91-92.

acusar os que colaboravam com o governo, tachando-os de colaboradores do diabo, de traidores de Roma. Além dos “padrezinhos pretos” já mencionados, faziam parte desta minoria também padres e bispos idosos, que sofreram duramente durante os anos da detenção ou nos campos de trabalho forçado. A dor e a compreensível raiva contra o governo os levavam a recusar qualquer tipo de compromisso. Para eles, a fidelidade ao papa deveria ser total, qualquer dissenso era visto como uma infidelidade. Eles possuíam uma concepção pré-conciliar da igreja que não lhes permitia de compreender que os tempos estavam mudando. Esta posição inflexível por parte destes pequenos, mas influentes grupos, quer da APCC quer da comunidade subterrânea, era um freio ao desenvolvimento da Igreja Católica na China. De outro lado, os organismos públicos centrais, como a Associação Patriótica Nacional ou o Departamento do Governo Central não estimulavam nenhum tipo de comunicação entre os dois grupos. Ao contrário, o governo central via com bons olhos estas divisões, que enfraqueciam a unidade das comunidades católicas. Por exemplo, em ocasião da difusão do documento dos “13 pontos”, o governo central de Pequim não teve nenhuma reação porque o documento não era dirigido ao governo central. Tratava-se de uma questão interna da Igreja Católica, mas as acusações contidas no documento ajudavam na realização do objetivo das autoridades chinesas de quebrar a unidade dos católicos.

Indiferente foi também a reação dos representantes da Associação Patriótica Católica Chinesa. Em uma entrevista, Anthony Liu Bainian, vice-presidente do Comitê Administrativo da Igreja Católica e membro da APCC afirmou que o documento “13 pontos” era um documento anormal e ilegal que havia sido difundido também no exterior por meio de turistas, e que fora publicado num um jornal dos Estados Unidos, mas, que na China tivera uma difusão tão limitada que não conseguiu alcançar seus objetivos.<sup>359</sup>

No entanto, no interior da China, onde a APCC não havia chegado, ou não aplicava com rigor as suas diretrizes os grupos subterrâneos continuavam a crescer.

#### 4.3. OS EVENTOS DE TIANANMEN E O RECRUDESCIMENTO DA REPRESSÃO DOS GRUPOS CLANDESTINOS

Com os eventos de Tiananmen, assim como o Ocidente, que havia esfriado as suas relações com a China, também o Vaticano congelou por um período as suas tentativas de reaproximação. O mundo ficou atônito diante daquelas imagens, incapaz de explicar o sentido dos acontecimentos.

O papa João Paulo II, no dia 18 de junho, durante o *Ângelus* pronunciou-se sobre os eventos de Tiananmen.

---

<sup>359</sup> UCANEWS, 9 de novembro de 1988.

Nos últimos dias o nosso ânimo ficou profundamente tocado pelas notícias e imagens de quanto está acontecendo na China e, em particular, pela morte de tantos jovens. Desde os primeiros momentos, expressei pesar e preocupação por eventos tão dramáticos e o desejo – à luz da mensagem evangélica – que tanta dor possa servir para dar nova vida àquele grande e amado país.<sup>360</sup> (Tradução nossa)

E concluiu a mensagem dirigindo a Nossa Senhora de Sheshan (grande santuário em Xangai) o pedido que os governantes da China pudessem ter a sabedoria de guiar o país com base no respeito da verdade, da justiça e da liberdade.

Os estudiosos tendem a negar que haja uma ligação direta entre os fatos de Tiananmen e o recrudescimento da repressão religiosa que caracterizou a segunda metade de 1989, sobretudo porque foram poucos os católicos que participaram ou apoiaram diretamente o movimento estudantil.

Certamente, nos pedidos de liberdade apresentados pelos estudantes havia implícita a esperança que se houvesse mais liberdade e pluralismo, e que os benefícios de uma eventual abertura política se refletiriam também sobre a liberdade religiosa. Contudo, não houve manifestações exclusivamente a favor da religião em geral, nem a favor da liberdade de ação de grupos católicos subterrâneos em particular, mesmo se foi registrada a participação de alguns estudantes de teologia nos movimentos da praça.<sup>361</sup>

O governo, porém, logo depois da repressão do movimento estudantil, dirigiu-se à APCC para que esta ordenasse a todas as igrejas católicas registradas que manifestassem publicamente, por meio de declarações, missas ou celebrações em lembranças dos soldados mortos entre os dias 3 e 4 de junho, o seu apoio à decisão governamental de repressão das manifestações.

Os seminaristas foram obrigados a assinar declarações pró-governativas a respeito dos fatos de Tiananmen. Caso recusassem, não receberiam a permissão para serem ordenados.<sup>362</sup>

O controle sobre todas as atividades religiosas não aprovadas pelo governo intensificou-se, mas, se não podemos dizer que os fatos de Tiananmen foram a causa direta deste incremento da severidade, certamente podemos afirmar que as manifestações de 4 de junho confirmaram nas autoridades chinesas a necessidade de não demonstrar fraqueza diante das forças desafiadoras, religiosas e não.

Já no início do ano de 1989, no mês de fevereiro, o governo chinês havia emitido um documento referente diretamente à Igreja Católica. O título do documento, dirigido à Frente Unida e ao Departamento de Assuntos Religiosos – órgãos estes diretamente responsáveis pela implementação da

<sup>360</sup> JOÃO PAULO II. *Angelus, 18 giugno 1989*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/joao\\_paul\\_ii/angelus/1989/documents/hf\\_jp-ii\\_ang\\_19890618\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/joao_paul_ii/angelus/1989/documents/hf_jp-ii_ang_19890618_it.html). Acesso em: 01 dez. 2005.

<sup>361</sup> TANG, Edmond. *La Chiesa negli anni '90*. In: TANG, Edmond; WIEST, Jean Paul et al., op. cit., p. 60.

<sup>362</sup> TANG, Edmond, op.cit., p. 60.

política religiosa – era: “Aumentar o controle sobre a Igreja Católica para responder à nova situação”.<sup>363</sup>

Era a primeira vez que o governo de Pequim escrevia um documento referente unicamente à Igreja Católica. O documento n. 19, emitido em 1982, dizia respeito a todas as religiões, mas desta vez a referência exclusiva à Igreja Católica pode nos fazer intuir a preocupação do governo em relação aos grupos subterrâneos, considerados por ele como elementos de extrema desestabilização da ordem pública.

Em relação à “nova situação”, citada no título, alguns estudiosos avançaram a hipótese de que se tratasse da aproximação da retomada das relações diplomáticas entre a China e o Vaticano, outros, ao contrário, pensavam que a “nova situação” fosse o crescimento dos grupos clandestinos em toda a China.<sup>364</sup>

Eram estes grupos os destinatários principais destas últimas diretrizes governativas.

Na introdução do documento, após um rápido *excursus* sobre a evolução da Igreja Católica depois de 1949, o governo reiterou a necessidade para a Igreja Católica na China de manter a própria autonomia em relação ao Vaticano, continuando a escolher autonomamente os seus bispos e administrando independentemente os assuntos religiosos.

Não importa como as relações China-Vaticano possam se desenvolver, a Igreja Católica da China deve aderir firmemente e não se desviar da política de administração independente e autônoma dos assuntos da igreja. Deve continuar a escolher e consagrar os seus próprios bispos e tomar as suas próprias decisões em todos os seus assuntos internos. Isto inclui administração financeira e religiosa e supervisão do clero.<sup>365</sup> (Tradução nossa)

O documento apresentou uma avaliação a respeito da implementação da política religiosa, afirmando que, naquela situação e para conseguir obter os resultados esperados, era necessário agir seguindo duas direções: uma era aquela de dar aos organismos religiosos, encarregados da administração da Igreja Católica, a necessária autonomia para desenvolver a sua tarefa, especialmente indicando a Conferência Episcopal, que ainda não exercia plenamente o seu papel no âmbito da Igreja Católica na China. A segunda direção a ser seguida deveria ser aquela de dar o apoio financeiro necessário para que as igrejas fossem reconstruídas ou restauradas e pudessem se sustentar autonomamente, sem o apoio de organismos estrangeiros, e, em particular, sem o apoio do Vaticano.

O Vaticano foi novamente acusado de querer controlar a Igreja Católica na China.

<sup>363</sup> O texto integral do documento encontra-se no Anexo III, p. 336-345.

<sup>364</sup> TANG, Edmond, op. cit., p. 67.

<sup>365</sup> Documento n. 3, § I, p. 339-340.

O problema da Igreja Católica da China envolve a luta na qual estamos empenhados com o Vaticano, pois ele tenta controlar a Igreja Católica da China e nossa resistência a estas tentativas. É uma situação muito complicada. Devemos prestar atenção, no momento atual, às tendências que estão se impondo em algumas áreas. Os grupos subterrâneos nestas áreas estão aumentando de forma selvagem; eles enganam as pessoas e as incitam a resistir ao governo. Em alguns lugares, as forças subterrâneas proclamaram publicamente que receberam do Vaticano a nomeação especial para serem “os únicos bispos hierárquicos legítimos”. Eles tentam manter o controle da liderança da igreja. O partido e o Governo devem definitivamente reforçar o seu trabalho de liderança sobre a Igreja Católica.<sup>366</sup> (Tradução nossa)

Deste trecho resulta que o alvo principal a ser combatido era o grupo católico subterrâneo, que, como o governo afirmou no documento, estava aumentando de forma selvagem, incitando a resistir ao governo e denunciando abertamente que somente os bispos subterrâneos eram os líderes legítimos da Igreja Católica na China.

Se nos anos 50 e durante o período da Revolução Cultural, a escolha forçada de constituir comunidades católicas subterrâneas possuía quase que exclusivamente características de defesa, naquele final dos anos 80, uma pequena parte dos grupos católicos clandestinos havia assumido posições de ataque em relação ao governo chinês<sup>367</sup>, atitude que reforçou no partido a convicção de que precisaria agir firmemente contra estas comunidades que representavam um perigo para a ordem pública.

Todavia, pela primeira vez o governo distinguiu nos grupos católicos clandestinos os setores que se recusavam apoiar o governo somente por causa da fidelidade ao Papa, e aqueles elementos que pretendiam influenciar para criar confusão e desordem.

Devemos estar atentos em diferenciar entre as várias forças subterrâneas, aqueles sacerdotes e bispos que, por causa da sua fé no Papa, estão separados de nós e aqueles membros-chave dos subterrâneos e dos católicos que os influenciam e controlam.<sup>368</sup> (Tradução nossa)

Mas esta frágil diferenciação entre os integrantes do grupo católico subterrâneo não impediu que o governo reprimito toda tentativa por parte deles de manifestar publicamente a sua existência.

Vejamos dois acontecimentos ocorridos no ano de 1989.

O primeiro aconteceu antes dos fatos de Tiananmen, em um lugar chamado Youtong, na província do Hebei. Um grupo católico subterrâneo havia ocupado o terreno de uma escola pública e ali erguera uma lona de circo como igreja. Antigamente, no terreno da escola, havia uma igreja, que fora destruída. Durante uma celebração houve uma irrupção por parte do

<sup>366</sup> Documento n. 3, § V, p. 344.

<sup>367</sup> TANG, Edmond, op. cit., p. 62.

<sup>368</sup> Documento, n. 3, § V, p. 345.



governo, que resultou na prisão de trinta católicos, trezentas e cinquenta pessoas feridas e dois mortos.<sup>369</sup>

Um outro acontecimento, talvez mais relevante no âmbito da Igreja Católica na China e de sua relação com o governo chinês e Vaticano, aconteceu no mês de novembro do mesmo ano. Tratou-se da decisão por parte dos bispos subterrâneos de criar uma própria Conferência Episcopal, que queria ser a única legítima, invalidando por consequência, aquela que havia sido constituída pela APCC e pelo governo chinês. No dia 21 de novembro, os bispos clandestinos reuniram-se na aldeia de Zhangerce, na província do Shaanxi, com o objetivo primeiro de reforçar a unidade entre os bispos que se declaravam em plena comunhão com a Santa Sé e que não haviam aceitado de participar da APCC e, em segundo lugar, com o objetivo de constituir-se como a verdadeira liderança da Igreja católica na China. Para demonstrar isso, decidiram estabelecer uma nova Conferência Episcopal, proclamando-a como a legítima continuadora do Sínodo de 1924<sup>370</sup>, ocorrido em Xangai.<sup>371</sup>

Com esta afirmação eles pretendiam desqualificar a Conferência Episcopal constituída por bispos aprovados e reconhecidos pelo governo. Escolheram um nome diferente para que não se criasse confusão com o organismo já existente. O nome escolhido foi Conferência dos Bispos Chineses da China Continental.<sup>372</sup>

Para integrar esta conferência os bispos deveriam declarar a completa aceitação da liderança do papa e prometer de preservar a comunhão com a Igreja de Roma.<sup>373</sup>

Talvez para reforçar a legitimidade da conferência, eles decidiram escolher três bispos, cuja fidelidade ao Papa era renomada não somente na China, mas no âmbito católico mundial, para ocuparem cargos honoríficos. Todavia, nenhum dos três estava presente na ocasião.

Estes três bispos eram os que dirigiram as três dioceses que haviam liderado, nos anos 50, a resistência ao comunismo: Mons. Gong Pinmei, da diocese de Xangai; Mons. Deng Yimin, da diocese de Cantão; e Mons. Fan Xueyan da diocese de Baoding, todos nomeados pelo papa Pio XII durante os anos de 1949 e 1950. O bispo Fan Xueyan foi nomeado presidente da Conferência enquanto os outros dois foram escolhidos como presidentes honorários. O bispo Deng Yimin encontrava-se naquele período em Hong Kong e, quando se difundiu a notícia da instituição da Conferência, apressou-se a esclarecer que nunca recebera a comunicação da sua eleição como presidente honorário.<sup>374</sup>

<sup>369</sup> LEUNG, op. cit., p. 316 e TANG, Edmond, op. cit., p. 58.

<sup>370</sup> O primeiro Concílio chinês realizou-se entre 14 de maio e 12 de junho de 1924 sob a liderança do Arcebispo Mons. Celso Costantini, delegado apostólico na China.

<sup>371</sup> LEUNG, op. cit., p. 319.

<sup>372</sup> LAM, op. cit., p. 165.

<sup>373</sup> UCANEWS, 9 de março de 1990.

<sup>374</sup> LAM, op. cit., p. 166.

A instituição de uma conferência não-oficial paralela àquela criada em 1981, pelos bispos aprovados pelo governo, representou um ato desafiador que o governo chinês não poderia deixaria impune.

Muitos bispos e padres que participaram da reunião de fundação da Conferência foram imediatamente presos. O governo, porém, interpelado pelos jornalistas sobre a atitude repressiva adotada em relação ao encontro dos bispos, negou conhecer os fatos relatados.<sup>375</sup> O diretor do Departamento de Assuntos Religiosos, Ren Wuzhi, reiterou que na China existiam somente três organizações católicas autorizadas pelo governo, declarando, portanto, não considerar como válida a Conferência dos bispos não oficiais.

Este acontecimento representou um ulterior obstáculo para o Vaticano nas suas tentativas de relacionamento com o governo chinês. Por isso, a Congregação para a Evangelização dos Povos procurou, em várias ocasiões, desencorajar os bispos a promover uma iniciativa deste alcance, que a Santa Sé considerava imprudente e inapropriada à conjuntura histórica que a Igreja Católica na China estava vivendo.<sup>376</sup>

De fato, este período fora caracterizado por atitudes intransigentes por ambos os lados. As diretrizes do Vaticano, resumidas em 8 pontos, reivindicavam o reconhecimento da Igreja subterrânea como parte legítima da Igreja Católica na China, enquanto que o Documento n. 3, emitido pelo governo comunista, afirmava, ao contrário, de querer acabar definitivamente com a presença do grupo clandestino católico, reconhecendo exclusivamente a legitimidade daquela parte da Igreja Católica alinhada com a política governativa.

Certamente, esta intolerância por parte do governo refletia as mudanças políticas que a China estava vivendo. Após a saída do cenário político de Zhao Ziyang, figura política aberta ao diálogo, sucedera uma linha política dominada pelo conservadorismo e caracterizada pela oposição a qualquer tipo de pluralismo ideológico.

De outro lado, a Santa Sé demonstrou concretamente a sua desaprovação em relação aos acontecimentos de Tiananmen quando decidiu cancelar a visita do Papa, prevista para o mês de outubro de 1989, aos territórios de Hong Kong e Macau.<sup>377</sup>

Todavia, as portas não se fecharam completamente nem por parte do Vaticano nem por parte do governo chinês.

Demonstração disso foi a chegada, em abril de 1989, em Hong Kong, do enviado papal, Mons. J. P. Gobel, com o título oficial de “Primeiro Secretário para Assuntos Chineses da Nunciatura Papal de Manila”.<sup>378</sup> A relevância deste evento está no fato de que o governo chinês, mesmo não retribuindo o envio por parte do Vaticano de um representante, não se opôs a este envio. Hong Kong era ainda território inglês, mas a concordância na permanência de um

<sup>375</sup> UCANEWS, 28 de março de 1980.

<sup>376</sup> LAM, op. cit., p. 168.

<sup>377</sup> UCANEWS, 13 de julho de 1989.

<sup>378</sup> LEUNG, op.cit., p. 305.

enviado papal tão próximo à China era sinal de que o governo chinês estava intencionado a continuar as negociações com a Santa Sé.

#### 4.4. NOVOS DESENVOLVIMENTOS NAS RELAÇÕES ENTRE CHINA E SANTA SÉ

Em 1991, uma divulgação feita pela Santa Sé colocou em risco novamente as já frágeis e precárias relações com a China. Tratava-se desta vez do anúncio dos nomes de 22 novos cardeais, entre os quais estava o bispo chinês Inácio Gong Pinmei, antigo bispo de Xangai que passara mais de 30 anos na prisão e que, naquele período, aos 89 anos de idade, se encontrava nos Estados Unidos para tratamento médico.

Na verdade, a nomeação do novo cardeal remontava ao ano de 1979, quando João Paulo II escolheu Mons. Gong como novo cardeal, mas, encontrando-se este na prisão, o papa decidira nomeá-lo como cardeal *in pectore*.<sup>379</sup>

Em 1991, a Santa Sé decidiu revelar o nome do cardeal, até então mantido em segredo esperando mudanças nas relações com o governo chinês.

A notícia encontrou a oposição do governo chinês que, no mês seguinte ao anúncio do Vaticano, expressou por meio do seu porta-voz, o Ministro de Assuntos Exteriores, a sua posição. O Ministro afirmou que a China considerava a nomeação como “inaceitável” e que este ato poderia constituir um bloqueio nas relações com a Santa Sé.<sup>380</sup>

Nos dias seguintes, ao lado da declaração governativa apareceram as declarações dos três organismos católicos reconhecidos pelo governo, a Conferência Episcopal, a Associação Patriótica e o Comitê Administrativo da Igreja Católica na China. Todos os três se apressaram em condenar a nomeação de Mons. Gong Pinmei, reconhecendo o ato do Vaticano como uma verdadeira ingerência nos assuntos internos da China. Anthony Liu Bainian, vice-presidente do Comitê Administrativo da Igreja Católica, afirmou que Mons. Gong Pinmei não podia mais ser considerado como autêntico bispo chinês, reconhecido pelo governo, pois ele perdera a sua autoridade quando recebeu a sentença por crimes contra-revolucionários.<sup>381</sup>

A Santa Sé quis explicar a motivação da nomeação de Mons. Gong Pinmei a cardeal como uma oferta ao diálogo e reconhecimento do valor da Igreja Católica na China.<sup>382</sup>

Entretanto, após algum tempo, o acontecimento foi esquecido e ambas as partes voltaram a manifestar a vontade de recomeçar o diálogo.

<sup>379</sup> Locução latina que literalmente pode ser traduzida “do peito, no segredo do coração”. O termo é usado pra indicar um cardeal que o papa anuncia ter criado, mas cujo nome permanece segredo.

<sup>380</sup> UCANEWS, 24 de junho de 1991.

<sup>381</sup> UCANEWS, 24 de junho de 1991

<sup>382</sup> UCANEWS, 9 de julho de 1991.

De sua parte, a Santa Sé, naquele período, reconheceu cerca de 20 bispos chineses que haviam sido nomeados sem o consentimento do papa. Tal reconhecimento não foi divulgado publicamente, pois havia o temor de colocar em risco os bispos legitimados pela Santa Sé.<sup>383</sup>

Mesmo assim, o governo chinês ficou a par da notícia, e isto não gerou nenhuma reação. Os representantes da APCC declararam que o governo chinês não considerava necessário saber quais eram estes bispos, desde que eles não violassem a lei, eles não representariam nenhum problema, pois a Constituição da China garantia a liberdade religiosa.<sup>384</sup>

A atitude tolerante adotada pelo governo chinês neste caso nos confirma que o governo chinês seguia duas linhas de comportamento; uma tolerante, reservada àquela parte do clero e dos católicos que aceitaram de atuar no seu ministério respeitando a política governativa a respeito da religião, e outra de intransigência por aquela parte do clero e dos católicos que se recusava a aderir aos princípios do Partido Comunista.

Esta atitude nos é revelada também em um documento emitido pelo Comitê Central do Partido Comunista da China, naquele mesmo ano, em 1991, conhecido como Documento n. 6. O título do documento era: “*Alguns problemas concernentes ao ulterior melhoramento do trabalho com a religião*”.<sup>385</sup> Tratava-se de um aprofundamento e, de certa forma, de uma continuação do importante Documento n. 19, que havia sido emitido em 1982 a respeito da questão religiosa.

Nele são recorrentes os habituais argumentos do partido a respeito da religião: os benefícios criados pelo Partido Comunista e pelo Governo à liberdade religiosa; a reabertura das igrejas, seminários; as amigáveis relações dos organismos religiosos patrióticos com o exterior; etc. Mas, ao mesmo tempo, o documento reconheceu que até então não havia conseguido implementar a política religiosa como havia sido pensada pelas máximas autoridades chinesas, e isto devido a motivos de ordem externa: forças hostis que tentavam se infiltrar na China, e de ordem interna: incapacidade dos funcionários governativos de compreender a complexidade do fenômeno religioso.

Devemos compreender que forças hostis fora da China usaram continuamente a religião como importante meio de realização da sua estratégia de efetuar uma “evolução pacífica” no nosso país. Eles se empenharam continuamente em atividades de infiltração e descrédito contra nós. Os separadores nacionais usaram a religião para criar problemas, atacar a liderança do partido e o sistema socialista, minar a unificação da pátria-mãe e a unidade étnica.

Ao mesmo tempo, devemos também compreender que existem problemas em implementar esta política de liberdade religiosa. Algumas autoridades locais violam direitos cívicos de liberdade religiosa, os direitos legítimos e os interesses dos mosteiros, templos taoístas e igrejas. Eles interferem nas atividades normais de grupos religiosos procrastinando a restituição de prédios

<sup>383</sup> UCANEWS, 13 de setembro de 1991.

<sup>384</sup> UCANEWS, loc.cit.

<sup>385</sup> O texto integral do documento encontra-se no Anexo IV, p. 346-356.

religiosos, mosteiros, templos taoístas e igrejas aos legítimos proprietários. De tempo em tempo surgem conflitos sociais provocados por problemas religiosos ou pelo tratamento inadequado dispensado aos assuntos religiosos.<sup>386</sup> (Tradução nossa)

O aceno às forças hostis fora da China como possível causa de uma “evolução pacífica” na China é relevante se considerarmos que, para os chineses, o conceito de “evolução pacífica” era usado para indicar uma “conspiração em vista de uma liberalização de tipo ocidental por meio da infiltração de valores e idéias estrangeiras”<sup>387</sup>, fenômeno que as autoridades chinesas estavam assistindo no Leste Europeu e na vizinha U.R.S.S. e que confirmava, para eles, a justificação da dura repressão de 1989.

Outro trecho significativo é o reconhecimento da necessidade de devolver às organizações religiosas patrióticas um espaço de ação mais amplo e autônomo, mesmo limitando as suas atividades pela lei. “Deixar estas organizações desempenharem plenamente o seu papel é uma garantia organizacional importante para o sucesso da implementação da política religiosa do partido e para a normalização das atividades religiosas”.<sup>388</sup> O governo chinês reconhecia os benefícios oferecidos por organizações religiosas que agiam de acordo com as leis do país e a necessidade de apoiá-las para a conservação da ordem social.

A grande maioria dos religiosos chineses é patriótica e observadora da lei. Eles cooperaram, durante um longo período de tempo, com o partido e o Governo, e constituem uma importante força para manter a estabilidade social e nacional, conservando os contatos com os fiéis leigos e desenvolvendo com sucesso as suas tarefas religiosas.<sup>389</sup> (Tradução nossa)

Todavia, oposto era o tratamento reservado àquela parte da igreja que se recusava a aderir à política religiosa traçada pelo partido.

Ao mesmo tempo em que protegemos o direito dos cidadãos à liberdade religiosa e das suas atividades religiosas normais, devemos tratar mais severamente, de acordo com a lei, aqueles elementos contra-revolucionários e outros delinquentes que usam a religião para se empenhar em atividades desordenadas. Os departamentos da Segurança Pública, em todos os níveis, devem tomar medidas de força e frear resolutamente aqueles que usam a religião para criar problemas, minar a segurança pública e enfraquecer a unificação do país e a unidade étnica.<sup>390</sup> (Tradução nossa)

A necessidade de reforçar o controle sobre as “forças hostis do exterior” e de insistir na gravidade de suas ações, exatamente neste período, deriva também dos eventos históricos que estavam descompondo a ordem internacional.

<sup>386</sup> Documento n. 6, preâmbulo, p. 347.

<sup>387</sup> TANG, Edmond, op. cit., p. 72.

<sup>388</sup> Documento n. 6, § III, p. 351-352.

<sup>389</sup> Ibid., §. III, p. 352.

<sup>390</sup> Ibid., § IV, p. 353.

O desmoronamento da União Soviética, e do PCUS, precedido de significativos eventos entre os anos de 1989 e 1991, como a queda do Muro de Berlim, o fim da tirania de Ceausescu na Romênia, a transição democrática na Bulgária e Albânia, ressoavam para os comunistas como alarmantes sinais que os impulsionava a tomar medidas urgentes para salvaguardar o poder exclusivo do Partido Comunista e a estabilidade socialista da nação chinesa, como repetido inúmeras vezes no documento n. 6.

A repressão de qualquer movimento religioso clandestino e o fortalecimento do controle religioso faziam parte destas medidas preventivas, pois o governo chinês considerava que o poder moral das igrejas havia tomado uma considerável parte no desmoronamento dos Partidos Comunistas do Leste europeu e não gostaria que isto pudesse se repetir na China.

As atividades religiosas devem ser conduzidas dentro dos limites da lei e da política governativa. O Estado protege as atividades religiosas normais. Os cidadãos, enquanto exercem os seus direitos à liberdade religiosa, devem ao mesmo tempo cumprir suas obrigações. Ninguém tem a permissão de usar a religião para se opor à liderança do partido e ao sistema socialista, de prejudicar a unificação do país, a estabilidade social e a unidade étnica, de lesar os interesses da sociedade e da coletividade, ou os direitos legítimos de outros cidadãos.<sup>391</sup> (Tradução nossa)

E ainda:

Todas as organizações religiosas devem aceitar a liderança do partido e do Governo, conformar-se às leis do país, transmitir a tradição da auto-educação, educando constantemente sua equipe religiosa no patriotismo, socialismo, nas políticas atuais e nas leis e regulamentos do país. Eles devem se tornar sempre mais conscientes da defesa dos interesses nacionais, do apoio ao princípio de independência e da administração dos assuntos religiosos.<sup>392</sup> (Tradução nossa)

Somente obedecendo a estas diretrizes, as organizações religiosas patrióticas poderiam usufruir de uma certa liberdade de ação. Às religiões na China era permitida a liberdade de consentir, mas não a de divergir do Partido Comunista. A comunidade patriótica aceitou este compromisso, com o objetivo - ao menos para maioria dos seus membros - de salvaguardar a fé católica na China.

#### 4.4.1 A reforma da Igreja patriótica

A grave situação de divisão da Igreja Católica na China levou o papa João Paulo II a lançar um apelo de reconciliação e de unidade a todos os

<sup>391</sup> Documento n. 6., § I, p. 348-349.

<sup>392</sup> Ibid., § III, p. 352.

membros da Igreja Católica chinesa em ocasião da visita *ad limina* dos bispos de Taiwan, no final de 1990.

Depois de mostrar satisfação pelas boas notícias trazidas pelos bispos a respeito da reabertura de igrejas, seminários e institutos de formação, ele quis lembrar também as dificuldades existentes, reconhecendo a longa estrada a ser ainda percorrida antes que a comunidade chinesa chegasse um dia a expressar livremente e abertamente a sua fé.

Ciente dos problemas de divisão interna da Igreja Católica na China lançou um apelo à unidade, dirigido a todos os católicos chineses, pertencentes à Igreja oficial ou subterrânea. João Paulo II apresentou como condições necessárias ao alcance da esperada reconciliação, a compreensão, a boa vontade e o perdão, atitudes esperadas de ambas as partes envolvidas na controvérsia.<sup>393</sup>

A maioria dos bispos pertencentes à comunidade patriótica procurou, neste período, retomar as rédeas da Igreja Católica na China.

Como vimos precedentemente, os grupos clandestinos queixavam-se repetidamente da intromissão do governo nos assuntos da Igreja Católica, por meio da APCC, considerada um órgão governativo.

A criação da Conferência Episcopal dos bispos aprovados pelo governo, em 1980, despertou, no âmbito católico, a esperança de que a Igreja Católica pudesse voltar a ter uma sua própria autonomia, sendo guiada pelos seus representantes e não por agentes governativos.

De fato, notaram-se nos anos sucessivos alguns melhoramentos, que se concretizaram, como vimos, na reabertura de igrejas, no florescimento de seminários, casas de formação para religiosos e religiosas, nas viagens de delegações católicas fora da China, etc. Contudo, a tão esperada autonomia da Conferência Episcopal demorou a se concretizar. Basta pensar que a Conferência dos Bispos Católicos Chineses recebeu a sua Constituição somente 12 anos após seu nascimento.

Em 1992, de 9 a 15 de setembro, aconteceu em Pequim o V Congresso Nacional dos Representantes Católicos. Participaram do congresso 272 delegados vindos de 30 províncias, municípios e regiões autônomas.<sup>394</sup> O Congresso discutiu e aprovou significativas mudanças em relação à organização dos três organismos católicos: a Associação Patriótica Católica Chinesa, a Conferência dos Bispos Católicos Chineses e o Comitê Administrativo da Igreja Católica Chinesa. A primeira mudança foi a nova Constituição da Conferência dos Bispos Católicos Chineses, que colocou a Conferência na liderança do mundo católico chinês.<sup>395</sup> O reconhecimento desta liderança encontrava-se estabelecido no artigo 2 da nova Constituição:

<sup>393</sup> JOÃO PAULO II. Discorso del Santo Padre in occasione della Visita ad limina dei Vescovi di Taiwan, 15 dicembre 1990. In: INSTITUTE OF CATHOLIC HISTORY FU-JEN CATHOLIC UNIVERSITY. *A collection of documents on the history of the 60 years of Sino-Vatican diplomatic relations*. Taipei (Taiwan): 2002, p. 191-193.

<sup>394</sup> UCANEWS, 21 de setembro de 1992.

<sup>395</sup> Antes da Constituição ser aprovada, a Conferência dos Bispos Católicos Chineses estava prevista somente por meio no art. 7 da constituição do Comitê Administrativo da Igreja

Art. 2. A Conferência é a estrutura nacional principal para os assuntos religiosos da Igreja Católica da China. De acordo com a Bíblia e baseada no espírito tradicional de uma Igreja una, santa, católica, apostólica, seus objetivos são:

- estudar e explicar as doutrinas de fé e as regras a serem observadas na igreja;
- examinar e aprovar a eleição e ordenação dos bispos diocesanos;
- estabelecer linhas-guia pastorais;
- organizar e unir todo o clero e os leigos para observar a Constituição, leis, regulamentos e políticas do país;
- implementar os princípios da independência, auto-governo e auto-administração de acordo com a situação da China;
- representar a Igreja Católica Chinesa fora da China.<sup>396</sup> (Tradução nossa)

De um lado, o artigo trazia a importante novidade da obtenção da posição de liderança por parte de um organismo integralmente católico para a organização da Igreja Católica na China e, de outro, reiterava pontos polêmicos, como a eleição e ordenação de bispos, e os três princípios de independência, auto-governo e auto-administração.

O bispo Zong Huaide, um dos primeiros bispos consagrados sem a aprovação da Santa Sé, foi nomeado presidente da Conferência Episcopal. Enumerando as principais atividades que a Conferência Episcopal deveria atuar nos anos seguintes, o novo presidente sublinhou mais uma vez a necessidade de continuar enfatizando o patriotismo, o socialismo e a administração autônoma da Igreja Católica; trabalhar na reorganização da Igreja seguindo a nova Constituição; melhorar a formação da próxima geração do clero; desenvolver uma educação teológica; elevar a qualidade da fé dos fiéis buscando sempre desenvolver uma teologia com características chinesas e continuar as trocas amigáveis com o exterior.

Os observadores estrangeiros da Igreja Católica na China ficaram com opiniões divididas diante dos resultados do V Congresso. Era positivo o fato de que a Igreja Católica da China saía do Congresso mais forte na sua identidade, mais autônoma dos laços governativos, mesmo se a APCC continuava de seu lado. Além disso, pela primeira vez desde os anos 50, o presidente da Conferência Episcopal, o bispo Zong Huaide, afirmou publicamente que todos os bispos reconheciam o primado de Pedro e do Santo Padre, como seu líder espiritual, e garantiu que os bispos, padres e católicos chineses rezavam por ele todos os dias.<sup>397</sup> Tal reconhecimento representava um passo avante nas relações com a Santa Sé, que havia indicado, em diversas ocasiões, a comunhão plena com o papa como uma das condições necessárias para ser considerado verdadeiramente católico.<sup>398</sup>

---

Católica Chinesa.

<sup>396</sup> Constituição da Conferência dos Bispos Católicos Chineses. In: LAM, op. cit., p. 236-239.

<sup>397</sup> LAM, op. cit., p. 83.

<sup>398</sup> Cf. *Diretrizes sobre alguns dos problemas da Igreja Católica da China Continental (Oitos Pontos)*, § 1, p. 333.



A Conferência também anunciou que a partir daquele momento os seminários poderiam convidar professores estrangeiros a fazer parte da própria equipe de docentes e que alguns seminaristas poderiam realizar seus estudos no exterior.<sup>399</sup>

Além disso, o Comitê Administrativo da Igreja Católica, que até então havia sido superior hierarquicamente à Conferência, passava a ser subordinado a ela, enquanto a APCC, que anteriormente era superior a todos os três organismos católicos, passara a ocupar o mesmo nível que a Conferência dos Bispos.

Durante o V Congresso, também a Associação Patriótica Católica Chinesa passou por uma reformulação dos seus objetivos e de suas tarefas. A sua posição no âmbito católico foi redimensionada, devido ao fato de que a maioria dos católicos - clérigos e leigos - não reconhecia a APCC como órgão de liderança para os assuntos da Igreja Católica, principalmente pelas atitudes dos seus funcionários, geralmente ateus e, portanto, sem competência adequada para tratar de assuntos religiosos. Estas mudanças seguiam também as diretrizes governativas emitidas pelo Documento n. 3, onde o governo reconhecia a necessidade de uma reorganização das estruturas católicas.

A Conferência dos Bispos e o Comitê Administrativo da Igreja Católica na China não desenvolveram todas as suas potencialidades. O sistema não responde efetivamente à atual situação e às necessidades demandadas pelo trabalho em nível doméstico e internacional. De acordo, portanto, com as especiais características da Igreja Católica devemos consolidar o espírito democrático na igreja e reorganizar adequadamente as estruturas da igreja. Para proceder ulteriormente devemos claramente sublinhar a função de cada organização e regular as suas relações mútuas. Os pontos importantes que devem ser reajustados são:

1. A Conferência dos Bispos deve ser reforçada permitindo-lhe de se tornar um organismo real, eficaz na Igreja Católica da China. Sua função básica será - de acordo com a política de autonomia e independência da Igreja Chinesa - de supervisionar os assuntos da igreja e administrar bem a igreja (isto inclui explanar os ensinamentos teológicos, formular os regulamentos da igreja, examinar e aprovar os bispos a serem colocados em cada diocese, etc.), assim como ser a representante oficial diante das outras igrejas no exterior.
2. A Associação Patriótica Católica Chinesa é uma organização nacional de massa composta por clérigos e leigos. Sua função básica é auxiliar o partido e o Governo na implementação da política de liberdade de crença religiosa, ajudar a igreja a reforçar o princípio de administração independente e autônoma dos assuntos da igreja, continuar a ser a ponte entre a comunidade católica e o governo, promover ativamente serviços sociais, iniciar empresas auto-sustentáveis e projetos sociais para o bem comum e encorajar todos os sacerdotes e os leigos a participar destas duas obras sociais.
3. O Comitê Administrativo da Igreja Católica Chinesa não será mais uma organização nacional, mas se tornará um comitê especializado sob a organiza-

<sup>399</sup> LAM, op. cit., p. 83.

ção da Conferência dos Bispos, com o cargo de cuidar das atividades relativas aos assuntos da igreja.<sup>400</sup> (Tradução nossa)

A APCC, portanto, permaneceu principalmente como ponte entre o Governo e a Igreja Católica liderada pela Conferência Episcopal que representaria oficialmente a Igreja Católica da China fora do país. Contudo, a possibilidade auspiciada – por muitos observadores - da Conferência Episcopal da China se tornar a partir daquele momento o interlocutor direto com a Santa Sé não se concretizou. O governo chinês não tinha nenhuma intenção de deixar carta-branca aos bispos católicos chineses nas suas relações com o exterior, que permaneceram sob o controle do Partido Comunista.

#### **4.4.2. João Paulo II tenta mais uma vez a reaproximação com a China**

A visita do Cardeal Roger Etchegaray, o então presidente do Pontifício Conselho de Justiça e Paz, marcou uma ulterior etapa no diálogo entre a Santa Sé e o governo chinês. O fato de que, pela primeira vez, um cardeal da Cúria Romana - e não um representante de uma Igreja local, como havia se verificado anteriormente – tivesse sido convidado oficialmente pelo governo para uma visita à China representava um sinal de distensão. O Cardeal havia sido convidado para assistir à VII edição dos Jogos Nacionais na cidade de Pequim. Obviamente o interesse do cardeal Etchegaray era outro. Alguns estudiosos avançaram a hipótese de que o objetivo da visita seria estudar as condições de um possível concordado entre a Santa Sé e a China, dados os melhoramentos da situação geral da Igreja Católica na China onde a Conferência Episcopal assumira um papel de liderança no âmbito católico.

A Igreja patriótica, em 1993, contava com 72 bispos reconhecidos pelo governo, cerca de 1000 padres, 2000 freiras e 4 milhões de católicos distribuídos em 113 dioceses.<sup>401</sup>

Além disso, o governo chinês decidiu, naquele ano, enviar ao Vaticano um outro sinal positivo, soltando das prisões cerca de 20 bispos, padres e leigos.<sup>402</sup>

A comunidade subterrânea reclamava do Vaticano uma maior atenção e uma ação mais decidida para o bem dos católicos chineses. As notícias otimistas que circulavam em toda a China, acerca de um possível estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e a Santa Sé, assustaram os bispos subterrâneos, que temeram perder o próprio status e serem abandonados pela Igreja de Roma. Eles decidiram então escrever uma carta, sob a forma de um documento dirigido ao Vaticano, com o intuito de manifestar

<sup>400</sup> Documento n. 3, § II, p. 341.

<sup>401</sup> UCANEWS, 23 de dezembro de 1993.

<sup>402</sup> UCANEWS, 29 de dezembro de 1993.

as suas apreensões em vista de uma possível retomada das relações da Santa Sé com o governo comunista.

O documento apresentado ao Vaticano intitulava-se: “*Algumas propostas da Conferência dos Bispos Chineses da China Continental*”.<sup>403</sup>

Antes de avançar algumas propostas, os bispos quiseram lembrar ao Vaticano qual era, segundo eles, a real situação da China, nas mãos ao Partido Comunista.

1. Nós bispos chineses lembramos bem a lição aprendida em relação às relações Igreja-Estado no período napoleônico na França: “Aqueles que estavam com a razão foram considerados errados, e aqueles que não estavam com a razão foram considerados certos.”

2. Muitos não imaginavam as repentinas mudanças acontecidas no Estado e na Igreja na ex-União Soviética e no Leste europeu. “Quando uma pessoa influente perde o poder, aqueles que se beneficiavam dele, somem”. O Partido Comunista perdeu o seu poder político, e assim a Igreja que dependia deste poder se despedaçou. Mas a situação na China é diferente. Na verdade não é a China que estabelecerá relações diplomáticas com a Santa Sé, mas o Partido Comunista da China. O Partido Comunista da China está ainda no poder, enquanto os partidos comunistas da Rússia e da Europa oriental perderam o poder. “O vencedor é coroado rei e o derrotado foge como um ladrão”. Os partidos comunistas não têm mais voz na matéria; todavia, isto não se pode dizer da China.

3. Se o governo chinês e a Santa Sé estabelecerão relações diplomáticas, as duas partes deverão chegar a alguns compromissos. Não sabemos até onde se estenderão estes compromissos. Mas é necessário lembrar que a conduta do Partido Comunista da China é sempre sujeita a mudança. São “mutáveis como as nuvens e a chuva”. Existem exemplos demais de como vieram menos à palavra dada. Para eles as palavras nunca contaram muito e, portanto é difícil acreditar nelas. Para resumir: o partido nunca se permitirá de encontrar-se em desvantagem.<sup>404</sup> (Tradução nossa)

A seguir eles pediram que em caso de retomada das relações diplomáticas da Santa Sé com a China, a Associação Patriótica cessasse de existir, assim como seria necessária a dissolução da Conferência Episcopal criada com a aprovação do governo. Eles pediram que todos os bispos casados fossem expulsos de uma futura Conferência Episcopal que acolheria somente os bispos aprovados pelo governo que apresentassem o seu arrependimento.

Outra reivindicação era a devolução imediata por parte do governo de todas as propriedades da Igreja Católica, a liberdade da prática religiosa em todas as suas expressões públicas, assim como a cessação por parte do governo da obrigação para os católicos de praticar o aborto.<sup>405</sup>

<sup>403</sup> Tratava-se da Conferência Episcopal clandestina que os bispos subterrâneos criaram em 1989 em oposição à Conferência dos Bispos Católicos Chineses, instituída com a aprovação do governo em 1981.

<sup>404</sup> Algumas propostas da Conferência dos Bispos Chineses da China continental. In: TANG, Edmond; WIEST, Jean-Paul, op. cit., Anexo III, p. 369.

<sup>405</sup> Ibid., p. 370.

O documento confirmava a profunda desconfiança nutrida pelos bispos clandestinos em relação à boa vontade que de vez em quando o Partido Comunista da China manifestava em relação às negociações com a Santa Sé. O intuito do documento era alarmar a Santa Sé a este propósito, fazer escutar a voz daqueles bispos que preferiram viver na clandestinidade para não obedecer a um poder autoritário. Eles pediam à Santa Sé que aquela parte da igreja não fosse sacrificada em vista da possibilidade de relações oficiais entre as duas partes.

Qual foi a reação da Santa Sé diante deste pedido de ajuda que colocava a Igreja de Roma num impasse?

A resposta de Roma chegou pouco tempo depois, por ocasião da comemoração do VII centenário da chegada em Pequim do franciscano Giovanni Montecorvino. Para este aniversário foi realizado em Taiwan um Simpósio Internacional, sediado na Universidade Católica Fu Jen de Taipei. O papa João Paulo II enviou uma mensagem ao povo chinês por meio de uma carta dirigida ao Cardeal Josef Tomko, Prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos que estava visitando Taiwan. Na sua mensagem João Paulo II renovou a sua estima por todos os católicos chineses, lembrando, em particular, aqueles católicos que haviam até então permanecido fiéis à Igreja de Roma:

Estou feliz de poder renovar o meu profundo carinho e a minha estima em nosso Senhor Jesus Cristo a todas as filhas e filhos católicos da grande e ilustre família chinesa. De todo coração, estou presente espiritualmente no meio deles e garanto-lhes de estar particularmente próximo àqueles que permaneceram fiéis a Jesus Cristo e à sua Igreja não obstante as dificuldades de todo tipo. Testemunharam e continuam a testemunhar, com longos e penosos sofrimentos, que um católico que deseje permanecer tal e ser reconhecido como tal, não pode renunciar ao princípio da comunhão com o Sucessor de Pedro, que o Senhor fez seu Vigário, “fundamento perpétuo e visível da unidade da fé e da comunhão” (Lumen gentium, n. 18).<sup>406</sup> (Tradução nossa)

O papa João Paulo II enviava aos bispos clandestinos uma mensagem tranquilizadora, afirmando que não esquecera os que permaneceram fiéis à Igreja de Roma e que somente aqueles que aceitavam a comunhão com Pedro poderiam ser considerados verdadeiros católicos.

De outro lado, o papa não se limitou a dirigir sua mensagem apenas aos representantes da igreja fiel. Lembrou de todas as comunidades cristãs que existiam na China e as convidou a unirem-se e trabalharem para uma definitiva reconciliação entre elas, por meio da recíproca compreensão, fator indispensável para uma possível reconciliação entre a comunidade patriótica e aquela clandestina.

---

<sup>406</sup> JOÃO PAULO II. *Lettera al Card. Tomko in occasione del VII centenario dell'arrivo a Pechino di Fra' Giovanni da Montecorvino, 8 settembre 1994*. Disponível em: <[http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/letters/documents/hf\\_jp-ii\\_let\\_26091994\\_vii-cent-miss-beijing\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/letters/documents/hf_jp-ii_let_26091994_vii-cent-miss-beijing_it.html)>. Acesso em: 22 set. 2006.

Estou ciente do grande crescimento de muitas comunidades fervorosas em diversas partes do país, e no cumprimento da missão recebida por Cristo de confirmá-las na fé, na esperança e no amor (Lc 22, 32). Desejo promover entre elas fidelidade, compreensão e reconciliação e uni-las todas na comunhão que nos une a Cristo por meio da potência do Espírito Santo.<sup>407</sup> (Tradução nossa)

No ano seguinte, o governo chinês permitiu que uma delegação de católicos chineses participasse da celebração da Jornada Mundial da Juventude, prevista para janeiro de 1995, em Manila, nas Filipinas, evento que contaria com a presença de João Paulo II.

A participação pela primeira vez dos membros da Igreja patriótica num evento significativo da Igreja Católica mundial foi interpretada como um fato histórico que marcaria uma etapa importante nas relações entre a Santa Sé e a China. Eles encontrariam o papa pela primeira vez depois da ruptura das relações diplomáticas com a Santa Sé.

A delegação foi formada por quatro padres, quatro irmãos, dois seminaristas e nove leigos provenientes das cidades de Pequim, Xangai, e de diversas províncias chinesas. Além deles, alguns pesquisadores não católicos se uniram à delegação na sua viagem para as Filipinas, considerando o evento católico como uma boa possibilidade para se ter um contato próximo com a juventude católica e poder compreender melhor este fenômeno religioso.<sup>408</sup>

No dia 15 de janeiro, jornada conclusiva do evento, os padres chineses concelebraram com o papa João Paulo II a missa final. Este fato gerou na mídia e no âmbito eclesial algumas interrogações porque representantes da comunidade oficial, segundo as diretrizes da Santa Sé, não poderiam ter participado desta concelebração.<sup>409</sup>

Alguns cogitaram que, antes da celebração, eles tivessem feito alguma profissão de fé para manifestar a sua plena comunhão com o sucessor de Pedro, mas, segundo um participante do evento, nada disso acontecera. Pe. Criveller, missionário em Hong Kong, presente à concelebração, relatou em seguida que eles se uniram à concelebração sem ter feito nenhuma preliminar profissão de fidelidade ao papa. Eles uniram-se aos mais de mil padres ao redor do papa.

Todavia, ao longo da celebração, surgiu um problema. Foi quando os representantes das numerosas delegações provenientes do mundo inteiro subiram ao palco onde estava sendo celebrada a missa levando as bandeiras de cada país. Entre elas estava também a da República da China (Taiwan). Os chefes políticos que guiavam a delegação chinesa obrigaram os católicos

<sup>407</sup> JOÃO PAULO II. *Lettera al Card. Tomko in occasione del VII centenario dell'arrivo a Pechino di Fra' Giovanni da Montecorvino, 8 settembre 1994*, op.cit.

<sup>408</sup> UCANEWS, 10 de janeiro de 1995.

<sup>409</sup> Cf. *Diretrizes da Santa Sé sobre alguns problemas da Igreja na China continental*, no Anexo II, § 5, p. 335.

chineses a saírem da praça. Alguns deles, porém, desobedeceram e permaneceram até o final da celebração.<sup>410</sup>

Não obstante este desagradável acontecimento, a concelebração dos padres chineses com o papa demonstrou, de certa forma, quanto fosse grande o desejo dos católicos chineses de reunir-se definitivamente à Igreja de Roma.

O papa João Paulo II, durante a sua permanência nas Filipinas aproveitou para enviar uma mensagem aos católicos chineses, na qual os convidava a buscar a unidade entre todos os membros da inteira comunidade católica chinesa, unidade que deveria fundar-se nos princípios fundamentais do cristianismo, entre os quais ele citou a comunhão efetiva com o sucessor de Pedro, característica esta que distinguiria o verdadeiro católico.<sup>411</sup>

No final de 1996, por ocasião do 70º aniversário da ordenação em Roma do primeiro grupo de bispos chineses, e no 50º aniversário da instituição da hierarquia católica na China, o papa João Paulo II decidiu enviar outra mensagem aos católicos chineses. A intenção do papa era principalmente renovar o empenho da Santa Sé pelo diálogo e pela busca de uma possível resolução do conflito interno que continuava a ferir a Igreja Católica chinesa.

Durante a sua mensagem ele se dirigiu aos vários interlocutores chineses, ora aos bispos clandestinos, ora a todos os católicos chineses, ora às autoridades comunistas para comunicar qual era o pensamento da Santa Sé em relação à situação da Igreja Católica na China.

Dirigindo-se aos bispos chineses, o papa os convidou a trabalhar por uma plena reconciliação de todos os fiéis católicos:

Vocês, caros irmãos no episcopado que guiai com coragem e com dedicação apostólica as comunidades católicas na China, estão chamados hoje de maneira especial, a expressar e favorecer uma plena reconciliação entre todos os fiéis. Vocês são os homens da comunhão com Deus, que se manifesta na oração e na vida; e uma clara comunhão com a inteira Igreja universal, com todo o Colégio Episcopal e o seu Chefe.<sup>412</sup> (Tradução nossa)

O papa João Paulo II convidou os bispos chineses da comunidade *dixia* a dialogar com os bispos patrióticos para alcançar a unidade de toda a Igreja chinesa.

Vocês carregarão no coração a paixão pela unidade da Igreja para contribuir com humildade e caridade à reconciliação de todos, pastores e fiéis. Isto será

<sup>410</sup> CRIVELLER, Gianni. Pope John Paul II and China op. cit., p. 13.

<sup>411</sup> JOÃO PAULO II. *Messaggio ai cattolici in Cina. Pietro, la roccia, è il fondamento visibile della reale comunione della chiesa. 14 gennaio 1995*. In: INSTITUTE OF CATHOLIC HISTORY FU-JEN CATHOLIC UNIVERSITY. A collection of documents on the history of the 60 years of Sino-Vatican diplomatic relations. Taipei (Taiwan): 2002, p. 197-198.

<sup>412</sup> JOÃO PAULO II. *Messaggio di Giovanni Paolo II nel 70º dell'ordinazione a Roma del primo gruppo di vescovi cinesi e nel 50º dell'istituzione della gerarchia ecclesiastica in Cina, 3 dicembre 1996*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/messages/pont\\_messages/1996/documents/hf\\_jp-ii\\_mes\\_19961203\\_china-church\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/messages/pont_messages/1996/documents/hf_jp-ii_mes_19961203_china-church_it.html). Acesso em: 10 de setembro de 2006.



possível na medida em que sabereis instaurar um diálogo na verdade e na caridade também com aqueles que, por causa das graves e duradouras dificuldades, se afastaram – em certos aspectos – da plenitude da verdade católica. A oração de Jesus será a vossa oração: “Pai, que eles estejam em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste” (Jo 17, 21).<sup>413</sup> (Tradução nossa)

Na mensagem João Paulo II tocou também num dos problemas-chave entre as duas facções da Igreja Católica na China. A comunidade patriótica repreendia o grupo clandestino por ordenar bispos e sacerdotes sem uma formação adequada, fator este que aumentava a divisão, já que estes padres limitavam a sua pregação em falar mal dos padres patrióticos, convencendo os fiéis que a Igreja patriótica seria obra do diabo. O papa, certamente conhecendo esta dificuldade, quis sublinhar a importância de uma adequada formação sacerdotal, apta a garantir o futuro da Igreja Católica na China.

Para progredir no caminho rumo à plenitude da unidade e para garantir o futuro da Igreja Católica na China, uma das tarefas fundamentais do ministério episcopal será aquela de garantir uma adequada e séria formação dos candidatos ao sacerdócio. De fato, de uma genuína formação teológica, moral, espiritual e pastoral dos futuros sacerdotes, segundo a tradição e a disciplina da Igreja, depende de forma determinante o futuro das comunidades cristãs.<sup>414</sup> (Tradução nossa)

Ao mesmo tempo em que João Paulo II exortava a corrigir alguns erros presentes na comunidade subterrânea, lembrava que todos os bispos e padres deveriam professar a unidade da sua fé com o papa para que a comunhão da Igreja Católica pudesse ser considerada real, efetiva.

Nos últimos parágrafos da sua mensagem, João Paulo II dirigiu-se às autoridades civis da República Popular da China, na tentativa de diminuir o receio demonstrado pelo governo chinês em relação aos católicos e, sobretudo em relação à Igreja como instituição supranacional.

As autoridades civis da República Popular da China podem ficar tranquilas. Um discípulo de Cristo pode viver a própria fé em qualquer ordenamento político, desde que seja respeitado o seu direito a se comportar segundo os ditames da própria consciência e da própria fé. Por isso, repito àqueles governantes, como muitas vezes disse a outros, de não ter medo nem de Deus nem da sua Igreja. Ao contrário, peço-lhes encarecidamente em respeito de uma autêntica liberdade que é direito natural de todo homem e de toda mulher, que também os que crêem em Cristo possam sempre mais dar a contribuição das suas energias e dos seus talentos para o desenvolvimento do país. A nação chinesa possui um papel importante a ser desenvolvido no seio da comunidade

---

<sup>413</sup> JOÃO PAULO II, loc. cit.

<sup>414</sup> JOÃO PAULO II. *Messaggio di Giovanni Paolo II nel 70° dell'ordinazione a Roma del primo gruppo di vescovi cinesi e nel 50° dell'istituzione della gerarchia ecclesiastica in Cina, 3 dicembre 1996*, op. cit.



das Nações. Os católicos poderão dar uma contribuição notável a isto; e o farão com entusiasmo e dedicação.<sup>415</sup> (Tradução nossa)

A mensagem do papa suscitou reações diferentes no âmbito católico e governamental. O presidente da Conferência Episcopal, reconhecida pelo governo, afirmou que a Igreja patriótica reconhecia o papa como seu líder e encontrava-se em plena comunhão com a Santa Sé.

Já Anthony Liu Bainian, que havia sido nomeado vice-presidente da APCC, avaliou a mensagem de maneira diferente, afirmando que a falta de comunhão da Igreja não era um problema religioso, mas político. Ele afirmou que a fé que caracterizava a Igreja patriótica e a Igreja subterrânea era a mesma, o que mudava era o fato de que a patriótica apoiava o sistema socialista enquanto que os católicos clandestinos o recusavam, e tal recusa ele considerada inadmissível para um cidadão chinês.<sup>416</sup>

O governo chinês interpretou a mensagem do papa como uma ulterior interferência por parte da Santa Sé nos assuntos internos da China.

Os fatos geradores de conflitos entre a Santa Sé e o governo comunista eram interpretados de forma moderada e conciliatória pela maioria dos católicos chineses, tanto da comunidade patriótica quanto da subterrânea, que procuravam manter equilibrado o fiel da balança que ameaçava a toda hora se desestabilizar.

Todavia, mesmo que em minoria, os católicos intransigentes (da Igreja patriótica e da Igreja subterrânea) eram mais rumorosos e dificultavam a identificação de soluções conciliatórias.

A Santa Sé precisava manter o diálogo aberto com todos estes interlocutores e, ao mesmo tempo, manter-se fiel aos seus princípios fundamentais.

---

<sup>415</sup> Ibid.

<sup>416</sup> UCANEWS, 16 de dezembro de 1996.



## Capítulo 5

---

# A Santa Sé e a China das novas gerações políticas

### 5.1. A CHINA APÓS DENG XIAOPING

O ano de 1997 foi marcado por significativos acontecimentos no âmbito político: Hong Kong era devolvida ao território chinês após 155 anos de colonização britânica e a China acabava de perder Deng Xiaoping, artífice de sua modernização.

A sua morte marcou a afirmação política e conseqüente subida ao poder de Jiang Zemin, que já havia sido designado como seu sucessor pelo Partido Comunista.

Ele herdara de Deng Xiaoping uma China que precisava recuperar o seu espaço no cenário internacional depois da temporária ruptura com o mundo ocidental provocada pela crise de Tiananmen. Além disso, a China estava precisando adequar-se ao seu vertiginoso crescimento. Era preciso combater a corrupção, aninhada especialmente dentro do próprio Partido Comunista, que sempre mais estava perdendo credibilidade aos olhos do povo chinês.

Para ajudá-lo nestas importantes tarefas, em 1998, Jiang Zemin nomeou Zhu Rongji *premier* do governo chinês para que guiasse o país na sua corrida rumo ao desenvolvimento econômico.

No mesmo ano foi realizado o XV Congresso do partido, caracterizado pela afirmação do pluralismo em campo econômico e pelo reconhecimento do setor privado como componente essencial da economia de mercado socialista.<sup>417</sup>

Zhu Rongji havia sido prefeito de Xangai de 1989 a 1991. Ali ele conseguiu constituir a região econômica especial (ZEE) de Pudong – que se tornou o símbolo da modernização chinesa - além de contribuir à modernização dos transportes e das telecomunicações da cidade. Uma vez nomeado *premier* da República Popular da China, Zhu Rongji aplicou a sua competência e experiência em campo econômico para reforçar o crescimento econômico em toda a China, atuando reformas no aparato governativo – reformulando a estrutura das empresas estatais e enxugando o setor público - e modernizando o setor privado, separando-o do governo. Estas iniciativas permitiram

---

<sup>417</sup> MIRANDA, Marina. Le nuove prospettive di sviluppo nel settore privato nella Repubblica Popolare Cinese: la politica del Partito. *Mondo Cinese* n. 108 (luglio-settembre 2001). Disponível em: [http://www.tuttocina.it/Mondo\\_Cinese/108/108\\_mira.htm](http://www.tuttocina.it/Mondo_Cinese/108/108_mira.htm) . Acesso em: 2 mar. 2006.

que a China se desenvolvesse sem incorrer no colapso econômico que havia atingido a maior parte dos países do sudeste asiático.

No mesmo ano, Zhu Rongji lançou duas campanhas contra o contrabando e a corrupção para poder derrotar as redes de poder que protegiam os interesses da economia local, mas que não contribuíam ao desenvolvimento econômico nacional.<sup>418</sup>

No final do ano, os investimentos estrangeiros chegaram a 242,3 bilhões de dólares, colocando a China em segundo lugar como destinatária de investimentos internacionais do mundo perdendo apenas para os Estados Unidos.<sup>419</sup>

## 5.2. JIANG ZEMIN E A TEORIA DAS TRÊS REPRESENTAÇÕES

O desenvolvimento econômico da China foi sustentado também pela política de abertura econômica que caracterizou o governo de Jiang Zemin. As suas convicções ideológicas foram resumidas em uma única expressão: Teoria das Três Representações (*Sange daibiao lilun*), cuja aplicação marcou uma virada importante na história do Partido Comunista da China.

Jiang Zemin fez referência a esta teoria pela primeira vez no ano 2000, durante uma viagem ao sul da China, de 21 a 25 de fevereiro.<sup>420</sup>

A novidade deste pensamento era que o Partido Comunista da China declarava-se pronto para abrir as suas portas, acolhendo entre os seus membros não somente as tradicionais representações dos camponeses e das massas trabalhadoras, mas também as novas classes sociais que estavam emergindo no âmbito da modernização econômica chinesa. Estas novas classes sociais eram os empresários, os intelectuais - que com Deng Xiaoping foram reabilitados e considerados parte integrante da sociedade chinesa - os técnicos e os cientistas - que nas últimas décadas se tornaram os protagonistas do novo cenário chinês. Somente desta forma, segundo Jiang Zemin, a China poderia continuar se desenvolvendo e crescendo de forma correta e segura, e o partido teria uma base de apoio bem mais ampla e fortalecida.

Em base a esta teoria, o partido deveria representar “as exigências de desenvolvimento das forças produtivas mais avançadas, as orientações da cultura mais avançada e os interesses fundamentais da grande maioria da população”.<sup>421</sup>

Segundo alguns analistas, as expressões usadas nesta teoria eram reveladoras de uma orientação política bem específica. A referência à “cultura

<sup>418</sup> ZHENG YONGNIAN. Consolidamento Político: gli insegnamenti di 20 anni di riforme in Cina. *Mondo Cinese* n. 113 (Ottobre-Dicembre 2002). Disponível em: [http://www.tuttocina.it/Mondo\\_Cinese/113/113\\_zhen\\_htm](http://www.tuttocina.it/Mondo_Cinese/113/113_zhen_htm). Acesso em: 20 mar. 2006.

<sup>419</sup> CORRADINI, Piero. Venti anni di riforme. *Mondo Cinese* n. 99 (settembre 1998). Disponível em: [http://www.tuttocina.it/Mondo\\_Cinese/099/099\\_corr.htm](http://www.tuttocina.it/Mondo_Cinese/099/099_corr.htm). Acesso em: 10 mar. 2006.

<sup>420</sup> MIRANDA, op. cit.

<sup>421</sup> CERVELLERA, Bernardo. Missione Cina: viaggio nell'Impero tra mercato e repressione. Milão: Ed. Ancora, 2003, p. 20.

mais avançada” sublinhava a política de abertura ao exterior, no intuito de apropriar-se da tecnologia e dos conhecimentos mais avançados dos parceiros internacionais. Quanto às “forças produtivas mais avançadas” o uso desta expressão justificaria as reformas econômicas que levaram à reforma das empresas estatais, com o fechamento das que apresentavam déficit, favorecendo, com isso, as empresas do setor privado.<sup>422</sup>

Com a aplicação desta teoria, o Partido Comunista da China que estava enfrentando uma grande crise de credibilidade junto aos próprios membros do partido e ao povo, buscava uma nova identidade e novos apoios, que lhe permitissem adquirir mais força e capacidade para continuar liderando a sociedade chinesa.

A entrada dos capitalistas no Partido Comunista permitiu que o governo chinês passasse, sem grandes abalos, pelas grandes mudanças econômicas.

Contudo, a teoria de Jiang Zemin foi condenada por muitos conservadores de extrema esquerda que a consideraram como um ulterior elemento de poluição à cristalina ortodoxia marxista que, segundo o seu ponto de vista, já havia sido colocada em crise pelo pensamento de Deng. Todavia, as contestações dos mais radicais caíram no vazio, não possuindo mais o apoio político necessário para combater o que consideravam o último ataque ao Partido Comunista já agonizante.

De outro lado, as inovações e as reformas de Jiang Zemin e Zhu Rongji estavam dando o sucesso esperado.

Em 2001, a China recebeu dois reconhecimentos internacionais. O primeiro foi a entrada da China na Organização Mundial de Comércio. O segundo foi a decisão do Comitê Olímpico Internacional de sediar as Olimpíadas de 2008 na cidade de Pequim.

A China estava retomando o seu lugar no cenário internacional.

O ataque terrorista do dia 11 de setembro de 2001 foi uma ulterior ocasião para a China de demonstrar a vontade política de enlaçar relações multilaterais. Manifestando a sua solidariedade aos Estados Unidos, o governo chinês aceitou fazer parte da aliança anti-terrorista ao lado da Rússia, da União Européia e dos Estados Unidos.

### **5.2.1. A passagem de poder entre a terceira e a quarta geração**

O ano de 2002 foi anunciado como o que marcaria a retirada da vida política de Jiang Zemin, ou melhor, o da entrega dos cargos mais importantes do partido e do governo chinês ao seu sucessor. De fato, repetindo os últimos passos políticos de Deng Xiaoping, Jiang Zemin quis manter para ele o cargo de Presidente da Comissão Militar Central, assim como Deng Xiaoping o manteve até 1996, ano anterior à sua morte. Na época, isto resultou no fato de que Jiang Zemin pôde assumir realmente o comando do país somente em 1997. Repetindo

---

<sup>422</sup> MIRANDA, op. cit.

a escolha política do seu predecessor, Jiang manteve para si o controle do exército para poder continuar influenciando a vida política chinesa.

Naquele ano estava previsto a realização do XVI Congresso do Partido Comunista da China. Geralmente o congresso acontecia no mês de setembro. Daquela vez, porém, a data foi fixada para o mês de novembro.

A motivação de tal atraso encontra explicação na importante visita que Jiang Zemin realizaria no mês de outubro aos Estados Unidos onde visitaria o presidente George W. Bush. Naquela ocasião, ele queria se apresentar ainda como o detentor de todos os cargos políticos, que entregaria ao seu sucessor em ocasião do XVI Congresso. A visita aos Estados Unidos seria uma espécie de evento conclusivo da sua vida política, caracterizada por muitos sucessos, como o retorno da China ao seu papel de protagonista no cenário internacional, a devolução de Hong Kong e Macao, a escolha de Pequim como sede das Olimpíadas de 2008, a entrada da China na OMC, etc.

Após o seu retorno, realizou-se o XVI Congresso do Partido Comunista.

Tal Congresso acontece a cada 5 anos e é considerado o momento mais importante da vida política chinesa. Durante a sua realização são previstas três importantes etapas: a revisão da vida política dos últimos cinco anos, o anúncio dos objetivos políticos dos próximos cinco anos e mais importante, a definição das sucessões políticas.

De maneira especial, o XVI Congresso, de 2002, marcava uma virada significativa: a passagem do poder entre a terceira e a quarta geração política. Esta passagem aconteceu de forma tranqüila, sem grandes transtornos, graças também à reestruturação operada por Jiang Zemin em relação à sucessão política.<sup>423</sup>

No discurso de abertura do Congresso, Jiang Zemin, após ter feito um balanço dos últimos anos de sua vida política, apresentou as metas futuras, metas estas que visavam a dar continuidade aos temas característicos do seu mandato político: o desenvolvimento econômico; a estabilidade; a reforma e abertura para o exterior; a construção de uma civilização material e espiritual socialista; a segurança e soberania nacionais; a paz e a independência como princípios norteadores da política externa chinesa.<sup>424</sup>

Além disso, foi reafirmado o papel hegemônico do Partido Comunista sobre o governo da China: “O Partido exercita a direção sobre o Estado e a sociedade formulando os princípios e as políticas mais importantes, avançando sugestões sobre a legislação, recomendando os quadros aos fins da elevação aos cargos de maior relevo”.<sup>425</sup>

<sup>423</sup> Jiang Zemin definiu o limite de dois mandatos para o cargo de primeiro ministro e de Presidente da República e a idade de 70 anos como idade limite para o retiro dos membros do Comitê Central do Politburo com exceção para o cargo de Secretário Geral do Partido Comunista.

<sup>424</sup> SAMARANI, Guido. Governare la Cina: problemi e prospettive dopo il XVI Congresso del PCC. *Mondo Cinese* n. 113 (ottobre-dicembre 2002). Disponível em: [http://www.tuttocina.it/Mondo\\_cinese/113/113\\_sama.htm](http://www.tuttocina.it/Mondo_cinese/113/113_sama.htm). Acesso em: 23 fev. 2005.

<sup>425</sup> SAMARANI, loc.cit.

Jiang Zemin seguia o exemplo de Deng Xiaoping, que havia feito corresponder a abertura econômica ao fortalecimento do poder do Partido Comunista, como meio de estabilidade política. Como Deng, Jiang Zemin sempre recusou a possibilidade de abertura democrática chinesa. As únicas reformas políticas possíveis diziam respeito a uma adaptação institucional, capaz de colocar o partido em condições de manter uma estabilidade política tal que permitisse o desenvolvimento econômico sem colocar em risco o poder do partido e a sua legitimidade política.<sup>426</sup>

A Teoria das Três Representações, ideada por Jiang Zemin, foi reconhecida como uma continuação e um ulterior desenvolvimento do pensamento marxista-leninista e colocada, por direito, no Estatuto do Partido Comunista, ao lado do pensamento de Mao Zedong e da Teoria de Deng Xiaoping.

“O Partido Comunista da China considera como ideologia guia o marxismo-leninismo, o pensamento de Mao Zedong, a teoria de Deng e o importante pensamento das Três Representações”.<sup>427</sup>

Isto equivalia a colocar Jiang Zemin à mesma altura ideológica e política de Mao Zedong e Deng Xiaoping.

A aplicação da sua teoria visava uma transformação radical da identidade do Partido Comunista, que precisava adaptar-se à nova situação do país e dos seus interlocutores, que não eram mais as grandes massas de camponeses ou os operários, protagonistas exclusivos do período revolucionário de Mao Zedong. Agora o Partido Comunista devia ser o porta-voz também dos empresários, dos intelectuais, dos cientistas, dos técnicos e operadores da nova econômica. Mudaram as classes sociais que constituíam as bases de apoio do partido e este não podia ignorar tal mudança.

O reconhecimento do qual Jiang Zemin podia vangloriar-se naquele importante Congresso era, sem dúvida, a estabilidade dada ao país durante o seu mandato político.

Mesmo permanecendo Presidente da Comissão Militar Central (cargo que ele ocupará até 2004), Jiang Zemin passava, naquele Congresso, os cargos de secretário do Partido Comunista e de Presidente da República Popular da China ao seu sucessor, Hu Jintao, que deveria levar para frente o crescimento da China.

### 5.3. HU JINTAO E A “SOCIEDADE HARMONIOSA”

A posse do poder de Hu Jintao correspondeu à passagem de poderes entre a terceira e a quarta geração. Se a terceira geração havia representado uma continuação e um aperfeiçoamento da política anterior de Deng Xiaoping, que havia inaugurado a economia socialista de mercado, levando a China a

<sup>426</sup> ZHENG YONGNIAN, op. cit.

<sup>427</sup> MIRANDA, Marina. Il Partito Comunista Cinese: da Partito rivoluzionario a Partito di governo. *Mondo Cinese n. 113* (ottobre-dicembre 2002). Disponível em: [http://www.tuttocina.it/Mondo\\_cinese/113/113\\_mira.htm](http://www.tuttocina.it/Mondo_cinese/113/113_mira.htm). Acesso em: 12 jun. 2005.

construir uma sociedade de bem-estar no modelo de Singapore<sup>428</sup>, a quarta geração liderada por Hu Jintao, quis seguir um outro caminho.

Durante a 3ª Plenária do XVI Congresso, que se realizou de 11 a 14 de outubro de 2003, Hu Jintao apresentou uma resolução na qual expressava os objetivos da sua política: um crescimento mais equilibrado do inteiro país; uma estratégia mais harmoniosa que não ignorasse os desequilíbrios sociais; a necessidade de construir um sistema de garantias sociais que melhorasse o sistema das aposentadorias; subsídios aos desempregados; uma maior atenção aos camponeses. De tudo isso, podia-se compreender como, à diferença de Jiang Zemin, que havia optado pelo crescimento de algumas regiões da China em detrimento de outras, Hu Jintao tivesse decidido tomar outro rumo, um caminho mais equilibrado e mais atento a toda a população, distribuída entre regiões extremamente ricas e regiões cuja população vivia sob o limite da miséria.

Nos primeiros anos do seu mandato ele teve que enfrentar a difícil crise da SARS.<sup>429</sup> Pela primeira vez, um organismo não chinês, a Organização Mundial da Saúde pôde, de certa forma, julgar o ação dos políticos chineses, mesmo se somente em matéria de saúde, “invasão” esta justificada pelo interesse coletivo mundial. Hu Jintao e seu estreito colaborador, o primeiro-ministro Wen Jiabao, conseguiram aproveitar a complicada situação para demonstrar a abertura e a disponibilidade da China em colaborar com o resto do mundo para vencer a epidemia, reforçando, desta forma, o poder e a legitimidade política da quarta geração.

Em setembro de 2004, durante a realização da 4ª plenária do XVI Congresso do Partido Comunista, concluiu-se a passagem de poderes de Jiang Zemin a Hu Jintao, com a entrega do cargo de Presidente da Comissão Militar Central até então nas mãos de Jiang Zemin, como sua garantia de influência sobre o governo da China.

Hu Jintao, assumindo os plenos poderes do governo da China, procurou dar uma orientação diferente daquela dada por Jiang Zemin.

Como os seus predecessores, que haviam deixado um slogan para caracterizar a própria ação política, Hu Jintao escolheu como lema político o de construir na China uma “sociedade harmoniosa”. A harmonia que ele queria estabelecer na China deveria ser a solução para resolver os grandes desafios herdados de Jiang Zemin, sobretudo o desequilíbrio entre as regiões costeiras mais desenvolvidas e riquíssimas e as regiões do interior, subdesenvolvidas e ainda mais pobres que no período anterior a Deng.

Outros também eram os problemas que necessitavam de soluções urgentes: o Partido Comunista sofria os reflexos da crise de credibilidade e

---

<sup>428</sup> MIRANDA, Marina. *Riforme e sviluppo sostenibile secondo il nuovo gruppo dirigente del PCC. Mondo Cinese n. 117* (maggio-agosto 2004). Disponível em: [http://www.tuttocina.it/Mondo\\_cinese/117/117\\_mira.htm](http://www.tuttocina.it/Mondo_cinese/117/117_mira.htm). Acesso em: 30 set. 2005.

<sup>429</sup> Síndrome Respiratória Aguda Grave do inglês *Sever Acute Respiratory Syndrome*, uma forma atípica de pneumonia, que apareceu pela primeira vez na província de Guandong, no sul da China, em novembro de 2002 e de lá se difundiu para Hong Kong, Taiwan, Sudeste Asiático, Canadá e outros países ocidentais.

confiança no pensamento marxista-leninista, e muitos funcionários estavam envolvidos em escândalos de corrupção. Tudo isto criava uma profunda distância entre o partido e o povo chinês, que, naqueles anos, passaram a considerar o Partido Comunista como o “partido dos ricos”.<sup>430</sup> Os cidadãos chineses não confiavam mais na política. O país estava atravessando uma profunda crise moral e cultural.

Um cidadão chinês, entrevistado a propósito do importante Congresso de 2002, que marcava a passagem de poder de Jiang Zemin a Hu Jintao, afirmou: “Aquilo que me preocupa é encontrar trabalho ou receber as poucas centenas de yuan para os desempregados. O Congresso e o partido não me interessam. Não têm nada a ver com as coisas de todos os dias”. E outro: “Os chefes sobem, alguns descem, mas não têm nada a ver conosco. Não podemos dizer nada, não temos direito de voto. Por que devemos interessar-nos?”<sup>431</sup>

Além disso, o país não conseguira resolver o problema de Taiwan.

No discurso de abertura, Hu Jintao apresentou como tarefas prioritárias do seu governo: a modernização, com o desenvolvimento econômico como prioridade; a reunificação do país; a manutenção da paz mundial e a promoção do desenvolvimento comum.<sup>432</sup>

A reunificação de Taiwan à China foi considerada como um dos objetivos mais importantes do governo de Hu Jintao. Esta vontade política pareceu reforçar-se no ano seguinte, por ocasião da Assembléia Nacional Popular (ANP)<sup>433</sup>, quando foi aprovada a lei anti-secessão. Segundo esta disposição, no caso de uma declaração formal de “independência” de Taiwan, a República Popular da China teria a possibilidade de recorrer a meios não pacíficos para impedir tal ato.

Devido às conseqüentes polêmicas que se seguiram ao anúncio de tal lei, principalmente de Taiwan, que a considerou como uma verdadeira ameaça, mas, também, de outros países, o primeiro-ministro Wen Jiabao apressou-se a esclarecer que o objetivo de tal lei não possuía nenhuma intenção finalizada à guerra, mas, somente, objetivos pacíficos e de melhoramento do comércio entre a China e Taiwan.

Segundo alguns analistas, esta lei possuía somente um valor simbólico devido, sobretudo, aos desenvolvimentos da política interna. De fato, toda vez que um novo líder assumia o poder político devia demonstrar possuir a competência necessária ao governo do país. A aprovação desta lei visava, portanto, demonstrar que o novo líder possuía as qualidades necessárias para defender a soberania e os interesses da China.<sup>434</sup>

<sup>430</sup> CERVELLERA, op. cit., p. 21

<sup>431</sup> Ibid., p. 22.

<sup>432</sup> MIRANDA, Marina. Il Partito Comunista Cinese discute di come migliorare la propria capacità di governo. *Mondo Cinese* n. 121 (Ottobre-dicembre 2004). Disponível em: [http://www.tuttocina.it/Mondo\\_cinese/121/121\\_mira.htm](http://www.tuttocina.it/Mondo_cinese/121/121_mira.htm). Acesso em: 24 mar. 2006.

<sup>433</sup> A ANP é o corpo legislativo da China. É encarregada de emendar a Constituição e promover leis de “relevo internacional”. A Assembléia reúne-se uma vez por ano em sessão plenária.

<sup>434</sup> MIRANDA, Marina. “Società armoniosa e riunificazione non pacifica”. I lavori della 3ª sessione della X legislatura dell’Assemblea Nazionale del Popolo. *Mondo Cinese* n. 122

Na política interna, Hu Jintao, durante a mesma assembléia afirmou novamente o objetivo principal do seu governo: criar uma “Sociedade Harmoniosa” (*Hexie Shehui*). Segundo este projeto, ele pretendia atuar na China uma distribuição mais equilibrada das riquezas e do desenvolvimento econômico, com o objetivo primário de diminuir o desemprego e combater a corrupção, sublinhando que o seu objetivo era, sobretudo, governar para o povo.

A estabilidade social foi, também, como no governo dos seus predecessores, colocada em primeiro lugar, a fim de evitar conflitos sociais que dificultariam o crescimento da China.

Tal slogan foi inserido nos princípios-guia do governo da China dos próximos anos.

Uma outra novidade do seu governo foi a publicação, em 2005, do Livro Branco sobre “A construção da democracia política na China”. Era a primeira vez que a China decidia discutir abertamente o problema da democracia e isto devido, sobretudo, aos sempre mais difundidos protestos dos camponeses e dos trabalhadores em geral, a respeito da corrupção dos funcionários do partido e do crescente desemprego.

Não podemos, porém, pensar que esta discussão indicasse uma abertura da China à aplicação de uma democracia de tipo ocidental. A formação de um sistema multipartidário sempre foi recusada na China e neste documento sublinhou-se mais uma vez que não seria esta a direção que o governo tomaria.

O governo chinês queria empenhar-se, sobretudo, em um processo de democratização no âmbito do próprio Partido Comunista, que reforçasse o seu papel de guia do país. Afirmava-se pela primeira vez, oficialmente, que estava abolido o sistema “um candidato - uma vaga”. A proporção entre candidatos e vagas, segundo o documento, iria ser ampliada. Além disso, não somente os grupos do partido iriam definir a lista dos nomes dos candidatos, cada comunista poderia no futuro propor os seus candidatos.

A democracia avançaria nos processos de eleição local. De fato, nas localidades no interior da China, havia sido instituído o processo de eleição direta dos prefeitos com eleições com mais candidatos. Este processo deveria, segundo o Livro Branco, alcançar também as cidades.

Isto, porém, não significava a perda de controle político por parte do partido, que permaneceria ao centro da vida política do país. No início do documento esta realidade foi assim expressa: “A democracia é o resultado do desenvolvimento da civilização política humana e é também uma necessidade comum de todas as pessoas do mundo. Mas a democracia de cada país nasce do seu interno e não pode ser forçada pelo externo”.<sup>435</sup> Esta última afirmação

---

(Gennaio-marzo 2005). Disponível em: [http://www.tuttocina.it/Mondo\\_cinese/122/122\\_mira.htm](http://www.tuttocina.it/Mondo_cinese/122/122_mira.htm). Acesso em: 20 jul. 2005.

<sup>435</sup> Livro Branco “Construção da democracia política da China” apud SCISCI, Francisco. Cina, prove di democrazia. In *La Stampa*, 20 de outubro de 2005.



parecia ser dirigida principalmente aos Estados Unidos que pressionavam a China na aplicação de maior liberdade e respeito aos direitos humanos.

O Livro Branco sobre a Democracia, nos seus dez capítulos, queria justificar a natureza do regime político chinês e demonstrar que no país existia respeito pelos direitos humanos e proteção da liberdade religiosa das minorias étnicas.

Se, de um lado, a publicação do Livro Branco representava uma esperança de abertura política pelo fato do governo chinês ter aceitado discutir sobre possíveis reformas democráticas, de outro, resultava claro que o Partido Comunista não tinha nenhuma intenção de abrir mão da sua hegemonia política.

#### 5.4. NOVA ABORDAGEM DO PARTIDO COMUNISTA A RESPEITO DAS RELIGIÕES

A abertura atuada por Jiang Zemin por meio da teoria das Três Representações estendeu-se de certa forma também às religiões.

De fato, no mês de dezembro de 2001, realizou-se em Pequim uma Conferência Nacional sobre religião, que reuniu por três dias os dirigentes máximos políticos da China – entre eles não somente membros do Politburo e do Conselho de Estado, mas, também, o primeiro-ministro Zhu Rongji e o próprio Presidente da República Popular da China, Jiang Zemin – para refletir e estudar novas orientações para a política religiosa do Partido Comunista.

Nesta ocasião, a religião foi reconhecida por Jiang Zemin como uma força positiva que deveria ser mobilizada em favor do desenvolvimento nacional.<sup>436</sup>

Jiang Zemin quis dar novas orientações, mesmo se as linhas básicas da política religiosa do partido continuavam a reiterar a necessidade do controle das atividades religiosas para não permitir que a religião prejudicasse o trabalho político do partido.

Se os assuntos e atividades religiosas trazem vantagem nacional ou um benefício social e público, então é necessário que elas estejam submissas à supervisão da lei. Não podemos usar o pretexto da liberdade religiosa ou a separação entre política e religião; não podemos abandonar nem interromper a supervisão estatal dos assuntos religiosos. Não é absolutamente admissível o ressurgir dos já abolidos privilégios feudais da religião ou sistemas de exploração religiosa. Nem podemos permitir à religião de destruir a unidade nacional e a unidade entre as minorias étnicas no país. Substancialmente, a supervisão dos assuntos religiosos significa proteger o legal, eliminar o ilegal, resistir à infiltração e crimes de agressão.<sup>437</sup> (Tradução nossa)

<sup>436</sup> UCANEWS, 1 de fevereiro de 2002.

<sup>437</sup> JIANG ZEMIN apud LAM, Anthony. Recent Changes in China's Religious Policy. *Tripod* – Spring 2002. Vol. 22, N. 124. Disponível em: [http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T124/T124\\_E06.htm](http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T124/T124_E06.htm). Acesso em: 20 jun. 2004.

Ao mesmo tempo, ele indicou o trabalho com a religião como uma importante componente do trabalho do partido e da própria nação.<sup>438</sup>

A disponibilidade em discutir a questão religiosa pode ser compreendida no âmbito da sua estratégia de ampliação da base de apoio do Partido Comunista. Os grupos religiosos representavam forças que não podiam ser ignoradas pela sua influência no povo chinês.

Em várias ocasiões, Jiang Zemin declarou abertamente seu interesse pelas religiões. Afirmou ter lido a Bíblia, o Alcorão e os escritos budistas – coisa inédita para um líder comunista. Fazia parte da sua estratégia convidar as religiões a adaptar-se ao socialismo, unindo-se ao governo para o bem da nação chinesa. Dessa forma, ele esperava exercer um maior controle sobre os grupos religiosos e, ao mesmo tempo, usufruir da influência positiva deles na população. “Não pedimos que o clero ou as massas dos fiéis abandonem a sua fé religiosa. Mas os encorajamos a esforçar-se a expor as suas doutrinas religiosas de forma que possam conformar-se ao progresso social”.<sup>439</sup>

Após esta não usual conferência sobre as religiões, o debate continuou principalmente graças à contribuição de Pan Yue, vice-diretor do Conselho Estatal para a Reforma da Economia e pesquisador do governo chinês. Em um artigo escrito para um jornal de Shenzhen, Pan Yue afirmou que o governo deveria abandonar o pensamento tradicional, segundo o qual as religiões eram dispensáveis.<sup>440</sup> Ele criticou a definição da religião como ópio do povo, afirmando que o Partido pagava um duro preço abraçando a teoria marxista que negava os méritos da religião.<sup>441</sup> Afirmou que também os grupos religiosos possuíam a capacidade de devolver a confiança às pessoas, promoviam valores morais, reforçavam o tecido social, podiam servir ao socialismo ajudando a China a fazer frente às tão repentinas mudanças econômicas pelas quais ela estava passando.

Todavia, a visão positiva da religião expressa por Pan Yue não era compartilhada pela maioria dos líderes chineses, que preferiam tratar com extrema prudência os fenômenos religiosos. Principalmente, em consequência dos fatos relativos ao novo movimento religioso Falun Gong<sup>442</sup>, definido pelo governo chinês como seita nociva e perigosa à estabilidade do país e, por isso, reprimido com todas as forças pelo governo chinês.

<sup>438</sup> Ibid.

<sup>439</sup> Ibid.

<sup>440</sup> SANTINI, op. cit., p. 18.

<sup>441</sup> UCANEWS, 21 de janeiro de 2002.

<sup>442</sup> O Falun Gong (ou Falun Dafa) é um movimento que faz referência aos teorias budistas e taoístas, mas que deriva da antiga prática chinesa do *qi gong*, um conjunto de técnicas que visam ao bem-estar psicofísico. Fundado na China em 1992 por Li Hong Zhi, expandiu-se fora da China e atualmente está presente em 40 países. Em 1998, Li Hong Zhi mudou-se para Nova York. Segundo ele, o movimento contaria com cerca de 100 milhões de membros. O governo chinês afirma que se trata somente de 2 milhões. Outras fontes falam de cerca de 40 milhões de participantes. Em 1999, cerca de 10.000 membros reuniram-se em Zhongnanhai, centro de reunião dos máximos líderes chineses, para pedir a liberação de participantes do Falun Gong, enviados a campos de trabalho. Depois desta manifestação, a primeira após os fatos de Tiananmen, o governo chinês decidiu declarar ilegal o movimento Falun Gong e as suas atividades.

Os motivos que levaram os líderes chineses a reunir-se para debater o assunto da religião podem ser encontrados observando a situação da China naquele período.

Antes de tudo, o vazio ideológico permanecia um problema que os líderes chineses não haviam conseguido resolver. A própria proposta de Jiang Zemin, de construir uma civilização espiritual socialista, não alcançara o sucesso esperado. A corrupção, sempre mais presente no âmbito político e econômico, necessitava de ser balanceada pela difusão de valores éticos dos quais as religiões eram promotoras.

O surgimento do movimento Falun Gong, declarado ilegal pelo governo chinês, sugeria dar mais abertura às religiões autorizadas pelo governo, permitindo uma maior adesão da população. Além disso, no âmbito internacional, a China devia responder às constantes pressões, principalmente dos Estados Unidos e da União Européia, que a acusavam de não respeitar os direitos humanos.

Era interesse da China - agora que havia ingressado na OMC e obtido que Pequim fosse a sede das próximas Olimpíadas - conseguir convencer os parceiros internacionais da sinceridade das suas ações políticas em relação à liberdade concedida à sua população.

## 5.5. AS TENTATIVAS DE NORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE A CHINA E A SANTA SÉ

Após a morte de Deng Xiaoping, a situação da Igreja Católica na China permanecia inalterada. O governo chinês estimava em 4 milhões os membros da Igreja Católica na China, enquanto as estimativas não-oficiais indicavam 10 milhões, com cerca de 2000 sacerdotes e 4000 religiosas.<sup>443</sup>

Os analistas identificavam naquele período três grupos de bispos católicos: o primeiro reunia os bispos consagrados por Roma antes da Revolução Cultural; do segundo faziam parte os bispos consagrados após a Revolução Cultural sem o consentimento da Santa Sé, a maioria dos quais, porém, conseguira neste ínterim obter a aprovação do Papa; e o terceiro constituído por bispos consagrados nas comunidades subterrâneas e aprovados pelo Papa.<sup>444</sup>

A nomeação dos bispos católicos chineses constituía um obstáculo insuperável ao estabelecimento das relações diplomáticas, pois ambas as partes, a Santa Sé e as organizações católicas chinesas autorizadas pelo governo, consideravam a nomeação dos bispos chineses como uma questão fechada a interferências externas.

Em 1997, o governo chinês publicou o primeiro Livro Branco sobre a liberdade religiosa, o primeiro na história chinesa que tratou exclusivamente de religião.

<sup>443</sup> UCANEWS, 29 de agosto de 1997.

<sup>444</sup> UCANEWS, loc. cit.

Após ter ilustrado o quadro histórico da situação religiosa na China, o documento reiterava as posições usuais do governo chinês a respeito da religião, declarando que garantia a liberdade religiosa para os cidadãos chineses, com exceção de quem realizasse, sob o pretexto religioso, atividades consideráveis ilegais, que não poderiam ser toleradas.<sup>445</sup>

Percorrendo as principais etapas da difusão do cristianismo e do catolicismo na China, o documento fazia também referência às relações com a Santa Sé, explicando que

O governo chinês aderiu a uma política externa pacífica de independência e deseja fortemente melhorar as relações com o Vaticano. Todavia, tal melhoramento requer duas condições: primeiro, o Vaticano deve colocar fim as assim chamadas relações diplomáticas com Taiwan, e reconhecer que o governo da República Popular da China é o único governo legal na China e que Taiwan é uma parte inalienável do território chinês. Segundo, o Vaticano não deve interferir nos assuntos internos da China sob pretexto de assuntos religiosos. As relações entre China e Vaticano são relações entre dois países. Portanto, somente quando as relações entre os dois países melhorarem, os assuntos religiosos poderão ser discutidos. Se as relações entre a China e o Vaticano mudarem ou não, o governo chinês, como sempre, apoiará o catolicismo chinês, que mantém alta a bandeira do patriotismo, se mantém fiel aos princípios de independência e autogestão e escolhe e ordena os bispos autonomamente.<sup>446</sup> (Tradução nossa)

A referência à independência, mais uma vez sublinhada pelo governo chinês, não foi vista por alguns analistas como negativa. A independência, segundo eles, não significava separação ou divisão, mas era expressão da identidade da Igreja Católica como Igreja local, parte da Igreja de Roma, não mais submissa a forças colonialistas e estrangeiras, como acontecera durante o período dos Tratados Desiguais.

Mesmo reconhecendo que as declarações do Livro Branco em fato de liberdade religiosa não correspondiam, segundo o ponto de vista do Vaticano, à realidade, a publicação do documento foi considerada como disponibilidade ao diálogo.

Em fevereiro de 1998, o governo chinês permitiu a visita na China da primeira delegação religiosa proveniente dos Estados Unidos. A delegação foi constituída pelo Arcebispo Theodore McCarrick, pelo Reverendo Don Argue, presidente da Associação Nacional dos Evangélicos e pelo Rabino Judaico Arthur Schneier, presidente da Fundação Apelo à Consciência. Eles foram recebidos pelo neo-eleito presidente da Conferência dos Bispos Católicos Chineses, Mons. Fu Tieshan e pelo secretário geral da APCC, Antonio Liu Bainian.

---

<sup>445</sup> O texto integral do Livro Branco encontra-se em UCANEWS Document, 24 de outubro de 1997.

<sup>446</sup> Livro Branco sobre a liberdade religiosa na China, § IV. O texto integral encontra-se em UCANEWS Document, 24 de outubro de 1997.

A delegação chegou à China respondendo ao convite que o presidente Jiang Zemin fizera durante a sua visita aos Estados Unidos, com o objetivo de verificar qual era de fato a situação da liberdade religiosa na China.

Nesta ocasião trataram também da questão das relações entre a China e o Vaticano e, conseqüentemente, da situação da Igreja subterrânea. O governo chinês afirmou que os problemas com a Igreja subterrânea não eram de ordem religiosa, mas política, porque ela se recusava a apoiar o governo chinês.<sup>447</sup>

O fato do governo chinês se mostrar disponível a um início de diálogo, permitindo que uma delegação ocidental chegasse à China, com o objetivo de observar as condições da Igreja Católica, representava um sinal positivo, mesmo sabendo que as visitas eram todas decididas e controladas diretamente por oficiais do governo.

Todavia, se a disponibilidade em receber pessoas de fora se confirmara, não aconteceu o mesmo quando se tratou de enviar líderes católicos chineses ao exterior.

Nos meses de abril e maio de 1998, realizou-se no Vaticano a Assembléia Especial do Sínodo de Bispos da Ásia. Para esta ocasião, João Paulo II convidara dois bispos da China continental, o bispo Duan Yimin de Wanxian, e seu bispo-auxiliar, Joseph Zu Zhixuan. O bispo Duan havia sido nomeado pelo papa Pio XII em 1949 e por sua vez, havia consagrado o seu bispo-auxiliar. Ambos foram reconhecidos pelo governo chinês.

Os dois bispos foram convidados inicialmente por telefone, pouco antes do início do Sínodo, e também por meio de um telegrama, que chegou no dia 22 de abril, dois dias após a abertura do Sínodo.<sup>448</sup>

Os dois apressaram-se em pedir a permissão do Ministério de Assuntos Exteriores do governo chinês, o que acontecia por meio da tramitação dos vários organismos católicos chineses, o Departamento de Assuntos Religiosos, a Conferência dos Bispos Católicos Chineses e a APCC.

O governo chinês negou a permissão aos dois bispos de participar do Sínodo no Vaticano sob pretexto de que a China e a Santa Sé não possuíam relações diplomáticas e alegando que o convite não passara pelos trâmites das organizações católicas reconhecidas pelo governo.

O Vaticano declarou que enviara os convites dois meses antes da abertura do Sínodo, por meio da Embaixada Chinesa em Roma, mas que os convites não haviam chegado aos bispos convidados.<sup>449</sup>

O bispo Duan Yimin enviou aos participantes do Sínodo um fax, escrito em latim, onde expressava a tristeza de não poder estar presente e pedia o favor de enviar-lhe as atas do Sínodo. Entre outras coisas, ele escreveu:

Sinto muito de não poder participar do Sínodo devido a razões políticas.

<sup>447</sup> UCANEWS, 13 de fevereiro de 1998.

<sup>448</sup> UCANEWS, 23 de abril de 1998.

<sup>449</sup> UCANEWS, 28 de abril de 1998.

Estava tão triste por isso que não pude dormir por duas noites. Então, tentei me convencer a ficar sereno: estou fisicamente ausente, mas meu coração está sempre presente no Sínodo dos Bispos.<sup>450</sup> (Tradução nossa)

As razões políticas que não permitiram o comparecimento dos dois bispos chineses foram confirmadas pelo bispo de Hong Kong, Mons. Joseph Zen Ze-kiu, que junto com seu bispo-auxiliar, Mons. John Tong, participou do Sínodo e ilustrou a situação da Igreja Católica na China. Ele sublinhou que as divisões entre as comunidades católicas oficiais e subterrâneas não eram causadas por razões religiosas, mas pela pressão externa vinda do governo chinês e pelas mudanças políticas, e sublinhou também a necessidade de tratar com as duas comunidades da Igreja Católica na China da mesma forma, porque ambas estavam trabalhando pelo bem da Igreja e em comunhão com a Santa Sé.<sup>451</sup>

À diferença dele, o bispo de Taiwan pediu ao Sínodo de reconhecer a legitimidade apenas da Conferência dos Bispos Chineses subterrâneos, criada em 1989, e de apoiar a sua luta contra o governo comunista.<sup>452</sup> A sua posição era claramente contrária à comunidade católica reconhecida pelo governo chinês e refletia a diversidade de visões sobre a situação da Igreja Católica na China, o que não ajudava a Santa Sé a compreender qual a posição mais adequada para ajudar a inteira comunidade católica chinesa.

Neste período, a Santa Sé tentou uma nova aproximação ao governo de Pequim.

No dia 11 de fevereiro de 1999, durante uma recepção na Embaixada Italiana junto ao Vaticano, o Secretário de Estado do Vaticano, Ângelo Sodano, declarou que a Santa Sé estava pronta a enviar um núncio a Pequim assim que o governo de Pequim declarasse estar pronto a recebê-lo.<sup>453</sup>

A declaração foi acolhida com reserva pelo governo chinês, que afirmou que a declaração do representante da Santa Sé não satisfazia as condições colocadas pelas autoridades chinesas para uma retomada das relações.<sup>454</sup>

O Sínodo da Ásia oferecera uma nova ocasião para verificar a disponibilidade de Pequim a um diálogo com a Santa Sé, pois a conclusão do Sínodo, com uma exortação final a ser proferida pelo papa, seria num país asiático.

Haveria três possibilidades: Índia, Vietnã e China. Considerada a conjuntura daquele período, o papa João Paulo escolheu Hong Kong como primeira possibilidade, em vista de um melhoramento das relações com a China e, provavelmente, vendo nisso a possibilidade de realizar o desejo de estar mais próximo aos bispos e católicos da China continental.

Diante da proposta da visita do Papa a Hong Kong, a resposta do governo chinês foi negativa, alegando que a China não possuía relações diplomáticas com a Santa Sé. Apesar de Hong Kong ser uma região de ad-

<sup>450</sup> UCANEWS, 4 de maio de 1998.

<sup>451</sup> UCANEWS, 27 de abril de 1998.

<sup>452</sup> UCANEWS, 4 de maio de 1998.

<sup>453</sup> LA REPUBBLICA, 12 de fevereiro de 1999, p. 8.

<sup>454</sup> UCANEWS, 15 de fevereiro de 1999.



ministração especial, que admitia para as organizações religiosas locais a liberdade de manterem e desenvolverem relações com entidades religiosas estrangeiras e internacionais, Pequim decidiu tratar a questão como uma questão diplomática, portanto de competência do Ministério de Assuntos Exteriores dado que se tratava da visita do Chefe de um Estado com o qual a República Popular da China não possuía relações diplomáticas.<sup>455</sup>

O argumento da ausência de relações diplomáticas foi utilizado pelo presidente da República Popular da China, Jiang Zemin, durante a sua visita na Itália, em março de 1999, como motivo que o impedia de visitar o Vaticano durante a sua permanência na Itália.<sup>456</sup>

Respondendo a alguns jornalistas italianos, o presidente chinês declarou:

Estamos disponíveis a melhorar as relações com o Vaticano. Mas sob duas condições. A primeira: romper as assim chamadas relações com Taiwan, reconhecendo a China Popular como único legítimo governo. A segunda: não se pode interferir, sob o pretexto da religião, nos assuntos internos do nosso país.<sup>457</sup> (Tradução nossa)

Pouco dias depois, apareceu no mesmo jornal a resposta da Santa Sé à declaração do presidente chinês. Mons. Jean Louis Tauran, secretário-vaticano para as relações com os Estados, afirmou que

Uma normalização das relações com Pequim implica necessariamente e contextualmente, um entendimento sobre alguns aspectos da presença e das atividades da Igreja Católica na China. Não se vê como uma relação de natureza religiosa - como é aquela existente entre os católicos e o papa - possa constituir uma interferência nos assuntos internos do país ou prejudicar a soberania ou independência do Estado e não nos parece que os bispos chineses em plena comunhão com o papa tenham, com o seu comportamento, criado problemas ou suscitado reservas junto às autoridades públicas.<sup>458</sup> (Tradução nossa)

Apesar do impasse no diálogo entre as partes, o Papa João Paulo II não deixava de colher as ocasiões para estabelecer contato com os católicos chineses.

Durante a sua viagem à Índia – escolhida como o lugar onde o Papa João Paulo pronunciaria a sua exortação final, depois que Pequim lhe negara Hong Kong - ele não deixou de lamentar a ausência dos bispos da China continental, cuja participação havia sido negada pelo governo chinês.

Contudo havia também a sensação de tristeza pelo fato de não poderem estar presentes os Bispos da China continental. A ausência deles constitui

---

<sup>455</sup> MASSON, Michel. Les rapports entre la Saint Siège et la Chine: un dialogue non abouti. In: *Revue d'études comparatives Est-Ouest*, 2001, vol. 32, n. 1°, p. 59.

<sup>456</sup> UCANEWS, 23 de março de 1999.

<sup>457</sup> IL CORRIERE DELLA SERA, 19 de março de 1999, p. 1-3.

<sup>458</sup> IL CORRIERE DELLA SERA, 22 de março de 1999, p. 11.



uma lembrança constante dos sacrifícios e sofrimentos heróicos que a Igreja continua a suportar em muitas partes da Ásia.<sup>459</sup>

No final do ano, por ocasião das festividades do Jubileu do ano de 2000, o Papa enviou aos católicos da China uma mensagem onde sublinhava a importância de se construir a unidade entre os católicos como testemunho de vivência da própria fé e, ao mesmo tempo, de cidadania e patriotismo.

Com alegria tomei conhecimento de que quereis oferecer, como dom mais precioso para a celebração do grande Jubileu, a unidade entre vós e com o Sucessor de Pedro. Esse propósito não pode não ser fruto do Espírito que conduz a sua Igreja pelos árduos caminhos da reconciliação e da unidade. Entre os compromissos práticos que tornarão evidente o vosso esforço de conversão e de renovação espiritual, deverá estar incluída a caridade para com os irmãos na forma tradicional de obra de misericórdia corporal e espiritual. Esta solidariedade concreta será a vossa contribuição discreta, mas eficaz, também para o bem do vosso povo. Deste modo, dareis um testemunho eloquente do nome cristão, que tendes com coragem e orgulho: como bons chineses e cristãos autênticos, amai o vosso País e a Igreja local e universal.<sup>460</sup>

Ele dirigiu a sua mensagem a todos os bispos e aos católicos sem distinção, pertencentes a uma comunidade oficial ou a uma comunidade subterrânea, com o propósito de evidenciar a importância da unidade e da reconciliação.

Neste mesmo período, na China, começaram a circular vozes sobre a iminência da normalização das relações diplomáticas com o Vaticano. As fontes de tais notícias eram os próprios bispos oficiais, que diziam terem sido informados por funcionários do Departamento de Assuntos Religiosos do governo.

Um jornal de Hong Kong, o *Tayang bao* havia publicado, em 25 de outubro de 1999, o anúncio da retomada das relações diplomáticas entre a Santa Sé e a China, prevista para o final do ano. Segundo esta fonte, os funcionários do governo chinês teriam se reunido no mês de junho, na província do Fujian, para preparar a normalização e, em agosto, teriam informado os bispos chineses que a normalização era iminente. Além disso, informaram também que as autoridades de Pequim e a Santa Sé teriam encontrado um acordo a propósito da nomeação dos bispos seguindo o modelo vietnamita.<sup>461</sup>

<sup>459</sup> JOÃO PAULO II. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Ecclesia in Ásia, 6 de novembro de 1999*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/apost\\_exhortations/1999/documents/hf\\_jp-ii.exh\\_06111999\\_ecclesia-in-asia\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_exhortations/1999/documents/hf_jp-ii.exh_06111999_ecclesia-in-asia_po.html). Acesso em: 1 ago. 2006.

<sup>460</sup> JOÃO PAULO II. *Mensagem de Sua Santidade para a comunidade católica na China, 8 de dezembro de 1999*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/1999/december/documents/hf\\_jp-ii.spe\\_10121999\\_china\\_po.htm](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1999/december/documents/hf_jp-ii.spe_10121999_china_po.htm). Acesso em: 11 ago. 2006.

<sup>461</sup> O governo comunista do Vietnã apresenta à Santa Sé três nomes de candidatos à consagração episcopal, e a Santa Sé escolhe um dos três nomes.



Ao tomar conhecimento do mencionado artigo, as duas partes envolvidas apressaram-se a esclarecer a questão. A Santa Sé, por meio de Mons. Joaquim Navarro-Valls, afirmou que gostaria de manter boas relações com todas as nações inclusive com a China, mas que não poderia afirmar nada a propósito das notícias de uma possível normalização das relações diplomáticas.

Por sua vez, o porta-voz do governo chinês afirmou que o governo desejava melhorar as relações com a Santa Sé, mas seria necessário que o Vaticano cortasse suas ligações com Taiwan e não interferisse nos assuntos internos da China, incluindo os assuntos religiosos.<sup>462</sup>

Nenhuma das partes, portanto, negou as vozes em relação a iminente normalização, o que fez esperar que alguma verdade estivesse ali contida. Todavia, futuros acontecimentos mostraram que a normalização das relações diplomáticas com a Santa Sé estava longe de ser realizada.

### 5.5.1 Novos impasses entre China e Vaticano

No dia 6 de janeiro de 2000, na catedral de Pequim, cinco novos bispos foram consagrados sob iniciativa das organizações católicas oficiais, sem, portanto, a aprovação da Santa Sé.

As autoridades da APCC explicaram que o motivo de tais consagrações encontrava-se em uma diretriz enviada em outubro de 1999 às dioceses chinesas pela Conferência dos Bispos Católicos Chineses, reconhecidos pelo governo e pela APCC, que informava sobre a urgência de serem consagrados novos bispos chineses devido à idade avançada dos bispos (média de 79 anos) e do grande número de dioceses sem bispo (40 em 110 dioceses).<sup>463</sup>

Esta explicação, porém, não foi suficiente para afastar a convicção, no âmbito do mundo católico ligado ao Vaticano, de que este ato, realizado justamente no período em que a normalização das relações entre a Santa Sé e a China parecia iminente, escondia outras motivações.

A Santa Sé lamentou o ocorrido, que manifestava o quanto distante ainda estava a meta da reconciliação com o governo chinês.

O estudioso Jeroom Heyndrickx, especialista em Igreja Católica na China, analisando os fatos, afirmou que, no seu parecer, os artífices de tal evento não foram os bispos chineses, mas somente alguns chefes da Associação Patriótica com o apoio do governo chinês. Tal afirmação se sustentava na constatação de que o projeto original da APCC era o de consagrar 12 bispos. No entanto, somente cinco se apresentaram na cerimônia. Os outros sete se recusaram de participar, assim como se recusaram também de participar cerca de 100 seminaristas, que não se apresentaram na igreja no dia da consagração.<sup>464</sup>

<sup>462</sup> UCANEWS, 26 de outubro de 1999.

<sup>463</sup> MASSON, op. cit., p. 61.

<sup>464</sup> CRIVELLER, op. cit., p. 19.

Isto demonstrou que a iniciativa da consagração dos bispos não recebeu a aprovação da maioria dos membros da Igreja oficial, mas que foi certamente uma manobra de algumas autoridades da APCC junto com o governo chinês.

A pergunta que surge é: por que justamente quando o governo chinês difundia a notícia de uma possível normalização das relações com o Vaticano, as autoridades chinesas prepararam juntamente com a APCC um evento tão controverso como era o da consagração dos bispos?

Jerome Heyndrickx sugere uma hipótese que consideramos válida para esclarecer tal comportamento paradoxal. Ele afirmou que alguns detalhes da cerimônia demonstrariam que, por meio delas, o governo chinês queria comunicar algo à Santa Sé.

Durante a cerimônia foi reintroduzido um ato litúrgico proibido desde 1958. O bispo que presidia a cerimônia perguntava em chinês publicamente e em alta voz aos candidatos: “Vocês irão obedecer ao sucessor de Pedro”? Os cinco candidatos responderam que sim. Um segundo elemento foi que, nas orações dos fiéis, foi colocada uma oração pelo Papa. Terceiro elemento, o porta-voz do governo disse que o governo chinês gostaria de melhorar as relações com a Santa Sé, mas que ele não permitiria que a Santa Sé interferisse nos assuntos internos do país.

Destes três elementos, aparece uma chave-de-leitura do evento. Por meio dele o governo chinês quis enviar uma mensagem clara à Santa Sé: em troca do reconhecimento da liderança do Papa em matéria de fé, a Santa Sé deveria aceitar que quem escolheria os bispos chineses, considerados os administradores da Igreja Católica na China, seria unicamente a China. Somente aceitando isto, segundo as autoridades chinesas, a Santa Sé poderia ter a esperança de poder retomar as relações diplomáticas com a China.

Isto poderia ser confirmado pela declaração de alguns representantes da APCC numa entrevista:

Nós sempre aceitaremos a liderança do Papa em matéria de fé e moral. Mas quanto à administração e direção da Igreja da China, deve-se considerar que a China possui o seu próprio passado que apela a uma maior autonomia para a administração dos assuntos religiosos.<sup>465</sup> (Tradução nossa)

Com tal chave-de-leitura resulta politicamente mais compreensível a atitude do governo chinês, ficando mais evidente a grande influência – para não dizer interferência - dele nos assuntos religiosos e na escassa autonomia da Conferência dos Bispos Católicos Chineses, considerada pelo próprio governo chinês como o órgão supremo da administração da Igreja Católica na China.<sup>466</sup>

Poucos meses após estes acontecimentos um novo bispo chinês foi consagrado sem a aprovação da Santa Sé. Para agravar a situação, foi subli-

<sup>465</sup> UCANEWS, 3 de fevereiro de 2000.

<sup>466</sup> Cf. Capítulo 4, p. 217 do presente trabalho.

nhado o fato de que os três bispos que realizaram a consagração eram todos reconhecidos pelo governo.

A Santa Sé, avisada da iminente ordenação episcopal, providenciou uma declaração na qual ameaçou de severas sanções tanto o bispo que consagrasse como também aquele que recebesse a consagração, sendo qualquer ordenação episcopal realizada sem mandato apostólico uma séria violação da disciplina canônica.<sup>467</sup>

O governo de Pequim logo reagiu às ameaças da Santa Sé pedindo que o Vaticano mostrasse sinceridade e ações concretas ao invés de emitir declarações ameaçadoras que em nada ajudavam no melhoramento das relações entre as partes, e emitiu também uma declaração oficial na qual acusava o Vaticano de ser o responsável pela ruptura das relações com a China durante 50 anos, justificando a decisão de ordenar novos bispos para o bem do desenvolvimento da Igreja Católica.<sup>468</sup>

O governo se tornou repentinamente agressivo em relação ao Vaticano, justamente quando a imprensa começara a difundir a notícia da iminente normalização das relações com o Vaticano.

As declarações de um bispo da Igreja oficial podem nos ajudar a entender as razões de tal mudança.

Desde 1999 tivemos uma verdadeira mudança de política. Nos anos 50, para dominar os cristãos, o partido escolhia como chefes da APCC pessoas fora da Igreja, más e falsas. Nos anos 70 e 80 deixou este método, mas agora, a partir de 99, começou a colocar como chefes das associações patrióticas pessoas atérias, dissimuladas, falsas. Naquele ano o Partido Comunista difundiu um documento secreto no qual se aventava a possibilidade de instaurar relações diplomáticas entre a China e o Vaticano. Para preparar-se a estas relações, o partido deveria atuar um controle mais cerrado nos âmbitos subterrâneos e oficiais.<sup>469</sup> (Tradução nossa)

O documento ao qual o bispo faz referência é o documento n. 26: *Proposta de reforçar o trabalho sobre a Igreja Católica à luz das novas circunstâncias*. Nele, o Partido Comunista afirmava que em preparação à normalização das relações com o Vaticano, fazia-se necessário ampliar e confirmar a estrutura da Associação Patriótica, desfrutar a educação para controlar a influência da Igreja subterrânea, adotar medidas fortes para proteger a segurança da sociedade e incrementar a guia e direção do partido e do governo sobre a Igreja Católica.<sup>470</sup>

O mesmo bispo oficial que explicara os motivos da mudança do governo nos deixa entender que, neste período, a perseguição e o controle cerrado não eram apenas reservados, como de costume, às comunidades subterrâneas, mas que começaram a envolver também as comunidades oficiais.

<sup>467</sup> UCANEWS, 26 de junho de 2000.

<sup>468</sup> UCANEWS, 28 de junho de 2000.

<sup>469</sup> CERVELLERA, op. cit., p. 114.

<sup>470</sup> CERVELLERA, op. cit., p. 115.

Desde 1999 o controle e a perseguição tornaram-se mais cruéis, não somente para as comunidades subterrâneas, mas também para aquelas oficiais. Os nossos telefones estão sob controle dia e noite; nas viagens, quando não as anulam, somos seguidos continuamente; estamos proibidos de encontrar pessoas que nos vêm visitar; negam o visto aos professores estrangeiros que vinham ensinar nos nossos seminários. O instrumento por meio do qual o partido exercita o controle é sempre a Associação Patriótica dos Católicos Chineses (APCC), mas já não se trata mais de controle: é uma mordada tão apertada e opressiva que acaba por tirar toda liberdade do trabalho pastoral.<sup>471</sup>

No entanto, a tomada de posição da Santa Sé contra as ordenações episcopais ilícitas, ameaçando sanções severas contra quem as administrasse e quem as recebesse, foi considerada um passo certo tanto pelo bispo de Hong Kong quanto por muitos observadores da situação. Segundo eles, o Vaticano não poderia abrir mão dos seus princípios e precisava demonstrar firmeza e segurança nos seus objetivos.<sup>472</sup>

Um sinal de que tal atitude de firmeza por parte do Vaticano não abalara o diálogo entre as partes foi a chegada na China, no mês de setembro, apenas dois meses após a troca das declarações oficiais relativas às ordenações episcopais, do Cardeal Etchegaray, convidado a participar de um Simpósio sobre Religiões e Paz, a ser realizado do dia 14 ao dia 16 de setembro em Pequim, e organizado pelo Instituto Mundial das Religiões, da Academia Chinesa de Ciências Sociais.

Mesmo tendo a Santa Sé declarado que o Cardeal não havia sido enviado em veste de diplomático, a sua presença na China foi interpretada como um elemento positivo que poderia ajudar a esclarecer o assunto da normalização das relações entre a China e o Vaticano.

Todavia, durante a sua visita, o Cardeal Etchegaray recebeu numerosos questionamentos a propósito de um outro evento que estava prestes a confundir e dificultar ainda mais o diálogo entre as partes.

### 5.5.2. O caso da canonização dos 120 mártires

A Santa Sé havia programado para o dia 1 de outubro de 2000 a canonização de 120 mártires chineses, cristãos e missionários mortos durante o período de 1648 a 1930. Durante o encontro do Card. Etchegaray com os líderes da Conferência Episcopal Chinesa, foi-lhe apresentado o pedido de que o Vaticano adiasse a cerimônia de canonização, pois eles, como representantes da Igreja Católica na China, não haviam sido consultados a respeito, como o procedimento normal teria requerido. Outra questão apresentada era a escolha da data. No dia 1 de outubro recorria o aniversário da República Popular da China. A escolha desta data por parte da Santa Sé

<sup>471</sup> Bispo XXX apud CERVELLERA, op. cit., p. 112 (o autor não revelou o nome por razões de segurança).

<sup>472</sup> UCANEWS, 12 de julho de 2000.

seria considerada pelo governo chinês como desconsideração pelo país, já que alguns dos mártires chineses haviam sido mortos durante o período de combate aos imperialistas. Segundo eles, o evento se tingiria de tintas políticas, além das religiosas, ofendendo a própria República surgida das cinzas do colonialismo e do imperialismo. A história de 1800 e 1900 havia sido interpretada pelos historiadores oficiais da República como um período de lutas corretas, incluída a insurreição dos Boxer, nas mãos dos quais muitos cristãos foram mortos.

O Cardeal Etchegaray, então presidente do Comitê Central pra o grande Jubileu de 2000, onde a celebração das canonizações estava inserida, tentou esclarecer que a escolha de 1º de outubro havia sido feita pensando em Santa Teresa de Lisieux, padroeira das missões, cuja festa acontecia naquele dia. Portanto, não havia nenhum desejo de provocação por parte da Santa Sé.<sup>473</sup>

O Cardeal Etchegaray encontrou-se, durante a sua visita, também com um Conselheiro do governo chinês, Ismail Amat, que criticou muito a decisão do Vaticano. A sua posição refletia a posição oficial do governo chinês que no dia 22 de setembro difundiu uma declaração que ilustrava claramente o ponto de vista governativo em relação às próximas canonizações.

Entre os 120 que serão canonizados, muitos foram punidos com a morte por terem transgredido as leis da China quando o colonialismo e imperialismo invadiram a China, ou foram mortos durante as guerras contra a invasão da China devido aos seus atos selvagens desafiando a lei ou oprimindo os camponeses durante as Guerras do Ópio e durante a invasão das potências ocidentais. As potências ocidentais enviaram tropas para suprimir a insurreição Boxer, considerado um grupo antiimperialista. A Santa Sé, canonizando estes missionários que cometeram crimes monstruosos contra o povo chinês, deturpou e pisoteou a história, embelezando a ação agressiva do imperialismo. É a maior profanação do movimento patriótico de amor à paz do povo chinês na sua reação contra a invasão e no apoio à soberania do país. Esperamos que o Vaticano mostre com os fatos, e não somente com palavras, o desejo de melhorar as relações com a China. Deveria olhar bem a história, enfrentar a realidade, fazer um pouco mais nas questões que favoreceriam o melhoramento das relações entre os dois Estados, e não interferir ou comprometer os esforços que os dois Estados têm feito para melhorar tais relações. Se o Vaticano insistir no seu próprio caminho, continuando a misturar o que está certo e o que está errado, e deturpando a história, o governo chinês e o povo chinês nunca esquecerão disso. Este ato do Vaticano é extremamente ofensivo para os sentimentos do povo chinês e para a dignidade da nação chinesa e não será absolutamente tolerado pelo governo e pelo povo chinês.<sup>474</sup> (Tradução nossa)

Também os líderes da APCC uniram-se aos protestos do governo chinês, sublinhando que alguns dos que seriam canonizados morreram durante

<sup>473</sup> SANTINI, op. cit., p. 154.

<sup>474</sup> Declaração do Ministro de Assuntos Exteriores apud UCANEWS, 22 de setembro de 2000.

a Controvérsia dos Ritos (1645-1742), provocada pela posição errada por parte da Santa Sé naquele período.

De outro lado, os bispos chineses, mesmo entendendo a posição do governo chinês, sabiam que seria impossível para a Santa Sé mudar a data de um evento destas dimensões, já programado há muito tempo.

Na tentativa de conter tal inesperada reação por parte do governo chinês, a Santa Sé procurou colocar em relevo a natureza exclusivamente religiosa do evento. O seu porta-voz apressou-se em declarar que para interpretar corretamente a canonização dos 120 mártires chineses, deveriam ser aplicados parâmetros estritamente religiosos. A Santa Sé considerava a canonização como o oferecimento da maior honra religiosa que a Igreja Católica poderia oferecer aos leigos chineses.

O Papa João Paulo II estava decidido a canonizar os 87 mártires chineses e os 33 missionários da Bélgica, França, Itália, Holanda e Espanha, martirizados durante o período de 1648 a 1930.

No dia da canonização, o Papa sublinhou a importância de não politizar um evento que a Igreja Católica considerava exclusivamente religioso, mesmo tendo ciência das implicações políticas que seriam identificadas no evento.

Esta celebração não é a ocasião oportuna para se formular juízos sobre aquele período histórico: poder-se-á e dever-se-á fazê-lo noutra circunstância. Com esta solene proclamação de santidade, *a Igreja só deseja reconhecer que aqueles Mártires constituem um exemplo de coragem e de coerência para todos nós e honram o nobre povo chinês.*<sup>475</sup>

Na China, muitos católicos haviam preparado celebrações para o dia da canonização, mas o governo chinês organizou severa vigilância em todo o país para evitar qualquer tipo de celebração, peregrinação, de conferência que os fiéis tivessem preparado para a ocasião. Nas missas daquele dia os oficiais do governo vigiaram para que ninguém fizesse qualquer aceno à canonização.<sup>476</sup>

Uma ulterior declaração do Ministro de Assuntos Exteriores da China confirmou que o governo chinês havia iniciado uma espécie de cruzada contra as canonizações dos mártires chineses.

Segundo a nova declaração oficial, alguns dos missionários estrangeiros foram perpetradores ou cúmplices da invasão colonialista e imperialista da China, esturpando, saqueando e cometendo outros imperdoáveis crimes contra o povo chinês.<sup>477</sup>

A essas graves acusações o Papa João Paulo II decidiu responder pessoalmente já no dia seguinte, quando, falando aos peregrinos vindos para

<sup>475</sup> JOÃO PAULO II. *Homilia durante o rito de canonização de 123 novos santos, 1 de outubro de 2000.* Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/homilies/2000/documents/hf\\_jp-ii\\_hom\\_20001001\\_canonization\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/homilies/2000/documents/hf_jp-ii_hom_20001001_canonization_po.html). Acesso em: 12 mar. 2006.

<sup>476</sup> CERVELLERA, op. cit., p. 121.

<sup>477</sup> UCANEWS, 2 de outubro de 2000.



a canonização do dia 1 de outubro, definiu os mártires chineses como uma “verdadeira honra para o nobre povo chinês”. Depois, fazendo referência às polêmicas declarações do governo chinês relativas ao período histórico no qual os mártires morreram, o Papa João Paulo II acrescentou:

Todos vós sabeis que a maioria dos 120 Mártires derramou o sangue em momentos históricos que justamente se revestem de particular significado para o vosso povo. Na realidade, tratou-se de situações dramáticas caracterizadas por violentas revoltas sociais. Com esta canonização, a Igreja não quer apresentar um juízo histórico acerca desses períodos, e muito menos deseja legitimar alguns comportamentos dos governos dessa época que pesaram sobre a história do povo chinês. Ao contrário, ela quer lançar luz sobre a fidelidade heróica destes filhos dignos da China, que não se deixaram atemorizar pelas ameaças de uma perseguição feroz.<sup>478</sup>

E referindo-se aos 33 missionários estrangeiros, mesmo sublinhando que algumas pessoas poderiam estar usando critérios subjetivos e parciais para julgar obras religiosas, o Papa pediu perdão por eventuais erros cometidos por eles.

Além disso, estou grato pela presença de muitos peregrinos dos vários países dos quais provinham os 33 missionários e missionárias mortos como Mártires na China justamente com os fiéis chineses aos quais tinham anunciado o Evangelho. Há pessoas que, com uma leitura histórica parcial e subjetiva, vêem na sua ação missionária apenas limites e erros. Se houve erros, o homem é porventura isento de defeitos? Pedimos perdão.<sup>479</sup>

Além da mensagem oficial, João Paulo II tentou um contato pessoal com o então presidente da República Popular da China, Jiang Zemin, escrevendo-lhe uma carta na qual explicou as boas intenções que o levaram a manter a canonização dos mártires chineses.<sup>480</sup>

O governo chinês continuou difundindo por algum tempo as suas críticas ao Vaticano pela decisão de canonizar os leigos chineses e os missionários estrangeiros que haviam trabalhado na China.

Entretanto, no mesmo dia em que emitia a declaração oficial contra o Vaticano, o governo chinês providenciou também a emissão de novos regulamentos para as atividades religiosas estrangeiras, ato que se enquadrava nas medidas de reforço do controle religioso, iniciado durante o ano de 1999.

As novas regras, que proibiam aos estrangeiros de escolher, nomear ou mudar pessoas encarregadas de atividades religiosas, eram, sobretudo, dirigidas à Igreja Católica. Elas demonstravam um ulterior incremento no

<sup>478</sup> JOÃO PAULO II. *Discurso aos peregrinos vindos para a cerimônia da canonização, 2 de outubro de 2000*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/2000/oct-dec/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_20001002\\_canonization\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2000/oct-dec/documents/hf_jp-ii_spe_20001002_canonization_po.html). Acesso em: 10 out. 2006.

<sup>479</sup> *Ibid.*

<sup>480</sup> CRIVELLER, op. cit. p. 17.



controle de qualquer atividade religiosa, mesmo se autorizada pelas estruturas oficiais do governo.

A possibilidade de normalização das relações entre a China e o Vaticano havia provocado, em alguns representantes do governo de Pequim e, sobretudo, em algumas autoridades das organizações católicas chinesas, a preocupação de perder um poder que se consolidara justamente nesta ausência de relações amigáveis. Isso pode explicar o quadro de agressões, acusações e aumento de controle das comunidades subterrâneas e das oficiais, ambas envolvidas nesta trama de suspeitas e vigilância.

### 5.5.3. As desculpas do Papa à China

Passado um ano dos difíceis eventos que envolveram a cerimônia da canonização dos mártires chineses, o clima entre a China e a Santa Sé tornou-se mais calmo.

Uma declaração por parte do Departamento de Assuntos Religiosos definiu a controvérsia da canonização como uma questão do passado<sup>481</sup>, deixando espaço ao Vaticano para tomar iniciativas de retomada dos contatos.

Ocasião favorável foi a comemoração do 400º aniversário da chegada a Pequim de Matteo Ricci.

Durante a conferência internacional, realizada na Universidade Gregoriana de Roma, organizada para a ocasião, João Paulo II escreveu uma significativa mensagem ao povo chinês. Nela o Papa oferecia à China um formal pedido de desculpas em nome de todos os missionários ocidentais que viveram na China desde os primeiros tempos da evangelização. Após ter lembrado a importância de Matteo Ricci na história da evangelização da China e, junto com ele, a contribuição de outros missionários, ele abordou o tema das críticas feitas pelo governo chinês aos missionários ocidentais:

Infelizmente, a história, recorda-nos que a ação dos membros da Igreja na China nem sempre foi isenta de erros, fruto amargo dos limites próprios da alma e da ação humana, e foi também condicionada por situações difíceis, relacionadas a acontecimentos históricos complexos e por interesses políticos contrastantes. Não faltaram também controvérsias teológicas, que exacerbaram os ânimos e deram origem a graves inconvenientes no processo de evangelização. Em alguns períodos da história moderna, uma certa proteção por parte de potências políticas européias revelou-se muitas vezes limitativa para a própria liberdade de ação da Igreja e teve repercussões negativas para a China: situações e acontecimentos que influenciaram o caminho da Igreja, impedindo-a de desempenhar plenamente a favor do povo chinês a missão que lhe fora confiada pelo seu Fundador, Jesus Cristo.

Sinto uma profunda tristeza por estes erros e limitações do passado, e lamento que eles tenham gerado em muitas pessoas a impressão de uma falta de respeito e de estima da Igreja Católica pelo povo chinês, levando-os a pensar

---

<sup>481</sup> UCANEWS, 15 setembro de 2001.



que ela fosse levada por sentimentos de hostilidade em relação à China. Por tudo isto, peço perdão e compreensão a todos os que se sentiram, de alguma maneira, feridos por estas formas de ação dos cristãos.<sup>482</sup>

Ele sublinhou a disponibilidade da Igreja em encontrar a verdade dos fatos históricos sem ter medo de admitir os erros praticados pelos próprios missionários.

A Igreja não deve ter receio da verdade histórica e está disposta mesmo com profundo sofrimento a admitir as responsabilidades dos seus filhos. Isto também é válido no que se refere às suas relações, passadas e recentes, com o povo chinês. A verdade histórica deve ser procurada com serenidade e imparcialidade de forma exaustiva. É uma tarefa importante, da qual se devem encarregar os estudiosos e para cujo desenvolvimento também vós podeis contribuir, vós que estais particularmente ao corrente das realidades chinesas. Posso garantir que a Santa Sé está sempre pronta a oferecer a própria disponibilidade e colaboração neste trabalho de investigação.<sup>483</sup>

Retomando as palavras de Matteo Ricci sobre a amizade, o Papa ofereceu às autoridades chinesas a ocasião de retomar o diálogo.

Neste momento voltam a ser atuais e significativas aquelas palavras que Matteo Ricci escreveu no início do seu Tratado sobre a Amizade (n. 1 e 3). Ele, ao levar ao coração da cultura e da civilização da China do final de 1500 a herança clássica greco-romana e cristã sobre a amizade, definia amigo como “metade de mim mesmo, aliás, outro eu”, por conseguinte, “a razão de ser da amizade é a necessidade recíproca e a ajuda mútua”.

É com este renovado e forte pensamento de amizade para com todo o povo chinês que formulo os votos de ver depressa restabelecidos caminhos concretos de comunicação e de colaboração entre a Santa Sé e a República Popular da China. A amizade alimenta-se com contatos, partilha e sentimentos nas situações alegres e tristes, de solidariedade, de intercâmbio de ajuda. A Sé Apostólica procura com sinceridade ser amiga de todos os povos e colaborar com todas as pessoas de boa vontade em nível mundial.<sup>484</sup>

E finalmente, fazendo um paralelo entre a Igreja Católica e a China, o Papa dirigiu-se diretamente às autoridades chinesas pedindo a retomada do diálogo em vista da normalização das relações entre elas.

A China e a Igreja Católica, sob aspectos sem dúvida diferentes, mas de modo algum contrapostos, são historicamente duas das mais antigas no mundo: ambas, mesmo se em âmbitos diferentes, político-social uma, e religioso-espi-

<sup>482</sup> JOÃO PAULO II. *Mensagem por ocasião do IV centenário da chegada do Padre Matteo Ricci a Pequim, 24 de outubro de 2001*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/2001/october/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_20011024\\_matteo-ricci\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2001/october/documents/hf_jp-ii_spe_20011024_matteo-ricci_po.html). Acesso em: 20 set. 2005.

<sup>483</sup> Ibid.

<sup>484</sup> Ibid.

ritual a outra, contam mais de um bilhão de filhos e filhas. Não é um mistério para ninguém que a Santa Sé, em nome de toda a Igreja Católica e penso em benefício de toda a humanidade, deseja a abertura de um espaço de diálogo com as Autoridades da República Popular da China, no qual, ultrapassadas as incompreensões do passado, se possa trabalhar em conjunto para o bem do povo chinês e para a paz no mundo. O atual momento de profunda agitação da comunidade internacional exige da parte de todos um empenho apaixonado para favorecer a criação e o desenvolvimento de vínculos de simpatia, amizade e solidariedade entre os povos. Neste contexto, a normalização das relações entre a República Popular da China e a Santa Sé teria indubitavelmente repercussões positivas para o caminho da humanidade.<sup>485</sup>

O pedido formal de desculpas por parte da Santa Sé foi considerado, pela opinião pública internacional e pelo clero chinês, um ato elogiável, que demonstrou coragem e sinceridade por parte de João Paulo II para a retomada do diálogo com a China.

Todavia, este ato não foi suficiente para convencer as autoridades de Pequim. Entrevistado por um jornalista italiano sobre a mensagem do Papa, o ministro de Assuntos Exteriores da China, Tang Jiaxuan, respondeu que o pedido de perdão do Papa não era suficiente, pois ele não havia se desculpado pela canonização do dia 1 de outubro. Mesmo se o governo chinês considerasse o pedido de perdão do Papa como um gesto positivo, faltaria ainda o pedido de desculpas pela canonização de 2000.<sup>486</sup>

Esta atitude de intransigência por parte do governo de Pequim mostrou mais uma vez que a normalização das relações entre a China e a Santa Sé estava muito longe de ser alcançada. Se, de um lado, a Santa Sé não perdia ocasião de estabelecer um contato oficial ou extra-oficial com Pequim, mesmo cometendo erros de abordagem em relação à cultura e à sensibilidade chinesa, de outro era perceptível o fato do governo de Pequim e das autoridades máximas da APCC não estarem prontos a negociar com a Santa Sé e usarem o pretexto da canonização como ulterior obstáculo ao início das negociações.

De fato, alguns meses, antes a Igreja Ortodoxa havia canonizado 222 mártires mortos em Pequim durante a revolta Boxer, e o governo de Pequim não havia tido a mínima reação negativa. Então, pode se deduzir disso que o problema não estava na canonização, mas em quem realizava tal canonização.

Chegar a um acordo com a Santa Sé significaria perda de poder por parte primeiramente da APCC, cuja existência não teria mais razão de ser: ela exercia o controle absoluto sobre os grupos religiosos católicos, além de autorizar ou não que os bispos e o clero tivessem relações com a Santa Sé e vice-versa. E isto num período no qual estava se preparando a passagem de

<sup>485</sup> JOÃO PAULO II. *Mensagem por ocasião do IV centenário da chegada do Padre Matteo Ricci a Pequim, 24 de outubro de 2001*, op. cit.

<sup>486</sup> LA STAMPA, 24 de novembro de 2001 apud UCANEWS, 27 de novembro de 2001.

poderes entre a terceira geração (aquela de Jiang Zemin) e a quarta geração política, de Hu Jintao.

A normalização seria demais para a China, que se serviu dos eventos religiosos organizados pela Santa Sé como pretexto para adiar o momento das negociações.

Segundo uma especialista no argumento, Beatrice Leung, a China estava somente protelando o início das negociações com a Santa Sé: “Se a China exige desculpas, ela deveria pretendê-las também das potências coloniais que a invadiram. Mas a China não menciona as potências colonialistas e imperialistas do passado, pois elas se tornaram seus parceiros de negócios no presente. Ao contrário, requer desculpas somente da Igreja Católica”.<sup>487</sup> (Tradução nossa)

### 5.5.4. Novas perseguições da Igreja subterrânea

O ano de 2002, ano em que Jiang Zemin retirou-se da vida política - ao menos oficialmente - em favor de Hu Jintao, foi marcado, no âmbito da Igreja Católica da China, por uma intensificação dos controles sobre os membros das comunidades subterrâneas católicas e por várias prisões dos membros do clero católico que o governo considerava criminosos escondidos sob o pretexto da religião.

A intensificação da perseguição fazia parte da mudança de atitude por parte do governo de Pequim retomada a partir de 1999.

Em fevereiro de 2002, a agência Fides, da Congregação para a Evangelização dos Povos, publicou uma lista de mais de 50 detentos católicos, 33 dos quais eram bispos ou padres católicos presos ou colocados em prisões domiciliares a partir da metade da década de 90.

No mesmo mês, pouco antes da chegada do Presidente americano George W. Bush à China, uma comissão americana de investigação sobre a perseguição a religiões na China revelou a existência de sete documentos confidenciais emitidos pelo governo de Pequim nos quais era relatada a repressão governativa contra grupos religiosos não autorizados e ações de investigação de uma possível infiltração do Vaticano e de grupos religiosos estrangeiros na China.

Os documentos foram emitidos entre 1999 e 2001. No segundo documento, encontramos o discurso de Sun Jianxin, vice-diretor do Departamento de Segurança Pública da Província do Anhui, intitulado “*O controle da atividade religiosa é um problema crucial de segurança nacional*”.

Neste discurso alguns trechos fazem referência às relações com a Santa Sé e ao acontecimento da canonização, confirmando a intensificação dos controles governativos em vista de uma possível retomada das relações com o Vaticano.

---

<sup>487</sup> LEUNG apud UCANEWS, 27 de novembro de 2001.

Enquanto a China e o Vaticano discutiam o início das relações diplomáticas, as forças de pública segurança na inteira província, junto com a Frente Unida e o Departamento de Assuntos Religiosos, começaram a procurar, reeducar, identificar e controlar alguns membros-chave da Igreja Católica clandestina. Descobriram o refúgio de algumas pessoas importantes e os movimentos de alguns membros chave dos católicos clandestinos. Em previsão da canonização do primeiro de outubro por parte das autoridades vaticanas em Roma, as forças de segurança pública começaram ações nas várias regiões e preventivamente intensificaram os controles, impedindo desta forma atividades ilícitas que poderiam ser provocadas pelo evento, tutelando desta forma a estabilidade social durante este delicado período. Depois que a canonização foi contestada pelo nosso governo, o Vaticano espera colher qualquer oportunidade para intrometer-se nos assuntos internos das Igrejas Católicas no nosso país. Atrairá a si os fiéis patrióticos e os levará a rebelar-se. Fornecerá, além disso, o apoio aos católicos clandestinos para sabotar a estabilidade das Igrejas Católicas reconhecidas pelo governo. Sob a sua influência, os chefes das Igrejas Católicas clandestinas poderão mais facilmente retomar os contatos e recomeçar a sua atividade. Intensificaremos o nosso trabalho sobre os católicos, de maneira que possamos descobrir e obter rapidamente informações sobre eventuais infiltrações e atividades de sabotagem perpetradas pelo Vaticano e pelas forças católicas inimigas no exterior. Devemos contrastar e eliminar a influência negativa exercida pelo Vaticano com “o criar dos santos”. Devemos reforçar a procura e a identificação de membros-chave das Igrejas Católicas clandestinas e de outras que possuam relações para com o Vaticano, impedi-las de fazer contato com forças externas e adquirir maior poder e influência. Devemos cooperar ativamente com os departamentos de Assuntos Religiosos e da Frente Unida e continuar o trabalho de reeducação e conversão dos bispos e dos padres clandestinos, com o intuito de contrastar as forças clandestinas e controlar a autoridade da Igreja.<sup>488</sup> (Tradução nossa)

Existia por parte do governo de Pequim o temor que o Vaticano pudesse conseguir a reconciliação entre católicos oficiais e subterrâneos, o que viria a constituir uma força religiosa sobre a qual dificilmente o governo poderia aplicar o seu controle. Em ocasião das consagrações episcopais do dia 6 de janeiro de 2000, havia acontecido uma defecção por parte dos bispos que haviam recusado de se fazer consagrar sem a aprovação da Santa Sé, e dos seminaristas, que representavam a nova geração do clero católico chinês. Foi, portanto um aviso alarmante para o governo chinês, que decidiu providenciar medidas de contenção do problema.

Neste quadro podemos também considerar a emissão de três novos regulamentos sobre a gestão da Igreja Católica na China aprovados durante uma reunião conjunta da APCC nacional e da Conferência dos Bispos Católicos Chineses, que se realizou em Pequim no mês de março de 2003.

---

<sup>488</sup> SUN JIANXIN “*O controle da atividade religiosa é um problema crucial de segurança nacional*” contido no II Documento. O texto integral dos sete documentos está disponível no site: [www.freedomhouse.org/religion/pdfdocs/China%20Documents%201-7.pdf](http://www.freedomhouse.org/religion/pdfdocs/China%20Documents%201-7.pdf). Acesso em: 10 jan. 2006.

O primeiro documento, “*Regulamento da atividade da Associação Patriótica Católica Chinesa*”, visou regulamentar os objetivos da Associação Patriótica, aumentando a sua participação na administração dos assuntos religiosos.

O segundo, “*Sistema de gestão para as Dioceses Católicas na China*”, tratava da administração das dioceses na China e da competência dos bispos.

O terceiro, “*Sistema para uma Conferência conjunta de líderes da APCC e da Conferência dos Bispos Católicos Chineses (CBCC)*”, definia a criação de uma conferência conjunta dos dois organismos católicos, APCC e CBCC, cujo objetivo deveria ser o de decidir sobre importantes assuntos da Igreja Católica na China, como a eleição e consagração dos bispos, a formação de padres e freiras, etc.<sup>489</sup>

Este último documento foi o que suscitou a maior polêmica nos ambientes católicos. Por meio dele, a APCC, organismo de natureza política e não religiosa, voltava a obter poder de decisão em assuntos religiosos que, após a abertura dos anos 80, haviam sido deixados, ao menos teoricamente, nas mãos da Conferência dos Bispos. De fato, após a divisão dos trabalhos, que aconteceu em 1992, a APCC deixara de se ocupar da administração interna da Igreja Católica na China, recebendo a tarefa de servir exclusivamente de ponto de união entre a Igreja Católica, a Conferência Episcopal que a representava, e o governo, regulando processos administrativos como, por exemplo, a devolução de propriedades pertencentes à Igreja Católica.

Com estes regulamentos a APCC voltava a ganhar o direito de interferir nos assuntos religiosos, o que na prática significava aumento da ingerência do Partido Comunista na vida da Igreja Católica.

Muitos viram nisso o coroamento da política de maior controle sobre a religião, instaurada por Jiang Zemin.

Agora, porém, que ele estava deixando a vida política e uma nova geração estava tomando as rédeas do governo da China, esperava-se que o novo líder Hu Jintao pudesse tomar medidas mais adequadas do ponto de vista católico.

No início de 2005, foi promulgado um novo grupo de regulamentos para os assuntos religiosos, em vista das mudanças socioeconômicas das últimas décadas. O anúncio dos regulamentos, cuja aplicação começaria a partir do dia 1 de março de 2005, foi feito pelo primeiro-ministro Wen Jiabao.

Segundo alguns estudiosos, mesmo não trazendo muitas novidades, estes regulamentos mostraram sinais de progresso enquanto colocaram limites aos abusos de poder dos funcionários encarregados de aplicar a política religiosa governativa.

---

<sup>489</sup> O texto integral dos três documentos encontra-se na revista *Tripod* - Autumn 2003. vol. 23, No. 130, disponível em: <http://www.hsstudyc.ork.hk>. Acesso em: 21 mar. 2005.

Tais regulamentos resumiriam os cerca de 55 conjuntos de regulamentos emitidos no passado em nível provincial, municipal e de regiões autônomas.<sup>490</sup>

O comentário do estudioso chinês Anthony Lam resume o núcleo dos regulamentos.

Resumindo os novos regulamentos em uma só frase: eles contêm artigos pré-existentes que dificultam a liberdade religiosa, mas os artigos que trazem benefício a ela são todos novos e não mencionados precedentemente. Podemos dizer que os regulamentos prejudiciais não aumentaram, enquanto os regulamentos benéficos deram um pequeno adiante.<sup>491</sup> (Tradução nossa)

Ele considerou esta pequena mudança em positivo como um reflexo da maturidade que o governo chinês estava alcançando. O governo chinês estaria considerando os grupos religiosos como organizações não governamentais (ONGs), que, mesmo sendo submetidas a um alto grau de supervisão política, eram consideradas como parceiras do governo.

## 5.6. O FIM DO PAPADO DE JOÃO PAULO II

Os acontecimentos que marcaram, nos últimos anos, o congelamento das relações entre a China e a Santa Sé foram acompanhados por um Papa já enfraquecido pela doença e pela idade. A sua saúde agravou-se no mês de fevereiro de 2005. Em março, tentou pela última vez se comunicar com a multidão que se reunira na Praça São Pedro para seguir de perto João Paulo II, mas não conseguiu. O mundo inteiro seguiu atentamente os seus últimos dias.

Faleceu no dia 2 de abril de 2005. As mensagens de pêsames chegaram ao Vaticano do mundo inteiro. Pela primeira vez o governo da República Popular da China manifestou-se a respeito. Ao tomar conhecimento da morte do Papa, o Ministro de Assuntos Exteriores publicou no jornal governativo “O cotidiano do Povo” uma nota de pêsames pela morte de João Paulo II. O seu porta-voz manifestou apreço pelas declarações que João Paulo II havia feito no passado, especialmente pelo pedido de perdão feito em 2001. Também dessa vez, o governo chinês não perdeu a ocasião de lembrar as duas condições necessárias para a normalização das relações entre a China e a Santa Sé.<sup>492</sup>

<sup>490</sup> O texto integral dos novos regulamentos encontra-se na revista *Tripod* – Spring 2005, vol. 25, N.º. 136, disponível em: <http://www.hsstudyc.ork.hk>. Acesso em: 14 nov. 2006.

<sup>491</sup> LAM, Anthony. A commentary on the Regulations on Religious Affairs. *Tripod* - Spring 2005, vol. 25, N.º. 136. Disponível em: [http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T136/T136\\_E03.htm](http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T136/T136_E03.htm). Acesso em: 10 out. 2005.

<sup>492</sup> HEYNDRICKX, Jeroom. John Paul II, the Pope of dialogue and “Unfinished Encounter” with the RPC. *Tripod* 2005- Summer 2005, vol. 25, N.º. 137. Disponível em: [http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T137/T137\\_E04.htm](http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T137/T137_E04.htm). Acesso em: 10 out. 2005.

A APCC e a Conferência dos Bispos Católicos Chineses enviaram conjuntamente um telegrama ao Colégio dos Cardeais junto à Santa Sé. Representando os católicos chineses, eles expressaram a dor pela morte do Papa, considerando-a uma grande perda para a Igreja de Roma e do mundo inteiro.<sup>493</sup>

Todos os jornais da China deram a notícia da morte do Papa lembrando, sobretudo do significativo gesto de 2001, quando havia pedido desculpas ao povo chinês.

As celebrações que foram feitas na China pela morte de João Paulo II foram consideradas ocasiões para melhorar a união entre as comunidades católicas oficiais e subterrâneas, que se encontraram lado a lado na celebração das missas ou nas orações organizadas nas igrejas em todo território chinês, com a autorização do governo chinês.<sup>494</sup>

No funeral de João Paulo II, do qual participaram numerosos chefes de Estado, a China Popular não se fez presente. O motivo era o de sempre: a ausência de relações diplomáticas impedia a participação de representantes do governo de Pequim no funeral do Papa.<sup>495</sup>

O presidente de Taiwan, porém, não perdeu a ocasião e participou do funeral em Roma, sendo o primeiro presidente de Taiwan a visitar o Vaticano desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e a Santa Sé, em 1942. Pequim logo se deu conta de ter oferecido uma chance ao presidente de Taiwan para usar politicamente a sua presença ao lado dos chefes de vários países do mundo.

O papado de João Paulo II concluiu-se sem que ele conseguisse realizar o sonho de visitar a China. Não obstante ele tivesse feito de tudo para facilitar as relações com o governo comunista, seus esforços não foram suficientes para convencer as autoridades de Pequim que o desejo da Santa Sé era sincero e não escondia segundas intenções.

O governo chinês sempre considerou João Paulo II uma ameaça ao poder político do governo comunista.<sup>496</sup> As autoridades de Pequim seguiram atentamente a queda dos governos do Leste Europeu, onde a liderança do Papa fora determinante.

Ao saber da morte dele, o governo chinês, nas declarações oficiais que emitiu à imprensa, manifestou a esperança que sob a liderança de um novo papa poderiam ser criadas condições favoráveis para a retomada das relações entre a China e o Vaticano.<sup>497</sup>

<sup>493</sup> UCANEWS, 5 de abril de 2005.

<sup>494</sup> HENDRICKX, op. cit.

<sup>495</sup> UCANEWS, 7 de abril de 2005.

<sup>496</sup> MAHEU, Betty Ann. The Catholic Church in China: Journal of faith, an Update on the Catholic Church in China, 2005. *América*. New York: Nov. 7, 2005. Vol. 193, ISS. 14, p. 7.

<sup>497</sup> UCANEWS, 5 de abril de 2005.

## 5.7. BENTO XVI E A CHINA: INÍCIO DE UMA NOVA FASE?

No dia 19 de abril de 2005 foi eleito papa o Cardeal Joseph Ratzinger, que escolheu o nome de Bento XVI. Foi uma eleição de breve duração. O seu nome fazia parte da lista dos papáveis. Todavia, a sua eleição foi uma surpresa para muitos católicos.

O Cardeal Josef Ratzinger nasceu no sul da Alemanha no dia 16 de abril de 1927.

Foi ordenado sacerdote em 1951. Em 1953, obteve o doutorado em teologia. Ensinou em vários institutos de teologia da Alemanha e, a partir de 1969, lecionou na famosa Universidade de Ratisbona, onde ocupou também o cargo de Vice-Reitor.

Em 1962, foi nomeado consultor para o Concílio Vaticano II. Esta escolha foi criticada pelo fato de Ratzinger ser considerado um teólogo progressista demais.

Em 1977, o Papa Paulo VI o nomeou Arcebispo de Munique e Freising e após poucos meses, Ratzinger tornou-se Cardeal.

Ele participou dos dois conclaves que elegeram João Paulo I e João Paulo II. Este último, o nomeou, em 1981, Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, cargo que ocupou por mais de 20 anos e que lhe custou a fama de ser ultra-conservador.

Desde o ano de 2000 fazia parte da Academia Pontifícia de Ciências.

Em 2002, João Paulo II apoiou a sua eleição a Decano do Colégio Cardinalício.

Autor de numerosas publicações, recebeu o título de doutor *honoris causae* por várias e renomadas universidades.

Braço direito do Papa João Paulo II, Ratzinger compartilhava com João Paulo II muitas das idéias basilares do seu pontificado, mas tinha também a coragem de criticá-lo quando pensava de maneira diferente. Talvez, por isso, por esta sua sinceridade, o Papa João Paulo II não quis renunciar à sua preciosa contribuição, quando várias vezes Ratzinger pediu para voltar aos seus estudos e deixar o ex-Santo Ofício.

Desde o início do pontificado de Bento XVI, ficou clara a diferença com o seu predecessor, amante das multidões e também amado pelas multidões. O perfil de Bento XVI é mais sóbrio, reservado. Prefere os contatos pessoais ao encontro com as massas.

Todavia, já nos seus primeiros meses de pontificado, surpreendeu pelo jeito afável e bondoso. O teólogo de extraordinária profundidade, homem de fé, amante da verdade, como foi definido pelos que já o conheciam, conseguiu conquistar os que temiam que a Igreja Católica pudesse retroceder no tempo e voltar a ser uma instituição fechada e retrógrada.

Também nos ambientes chineses alguns se perguntaram se este Papa, conhecido pela sua intransigência em relação aos desvios da ortodoxia católica, que havia lutado contra a Teologia da Libertação, contra o marxismo e o ateísmo, não frearia a normalização das relações entre a China e a Santa Sé.





Os bispos chineses apoiaram a eleição de Bento XVI, que se inspirou também no Papa Bento XV, para a escolha de seu nome, papa que viveu o difícil período da eclosão da primeira guerra mundial.<sup>498</sup> Bento XV foi um papa muito importante para a Igreja Católica na China. Foi ele que, em 1919, escreveu a significativa carta apostólica “*Maximum illud*”, que facilitou o desenvolvimento do clero local com a ordenação dos primeiros bispos chineses em 1926.<sup>499</sup>

A eleição de Bento XVI foi saudada também pelas autoridades chinesas, que enviaram mensagem de congratulação pela eleição do novo papa.

Na mensagem do dia 20 de abril, o porta-voz do Ministro de Assuntos Exteriores, Qin Gang, expressava “calorosas saudações ao Cardeal Joseph Ratzinger pela sua eleição como novo papa”, e retomando o tema das relações entre a China e a Santa Sé ele acrescentou: “A China está pronta a melhorar as relações com a Santa Sé na base das duas pré-condições: ruptura das relações diplomáticas com Taiwan e promessa por parte da Santa Sé de não interferir nos assuntos internos da China, em nome da religião”.<sup>500</sup>

Estas duas pré-condições, já repetidas pelos porta-vozes anteriores do Ministro de Assuntos Exteriores, foi desta vez apresentada também pelo primeiro-ministro Wen Jiabao que, dois dias após a eleição do novo papa, fez uma declaração pública durante uma conferência de imprensa conjunta com o primeiro-ministro francês Jean-Pierre Raffarin, em visita à China. Ele afirmou que

A China expressou várias vezes o seu desejo de melhorar as relações com a Santa Sé. Todavia, toda reaproximação está submetida a duas condições preliminares: antes de tudo, reconhecer que há uma única China no mundo, que o governo da República Popular da China é o único governo legítimo de toda a China e que o Vaticano não pode interferir nos assuntos internos da China.<sup>501</sup> (Tradução nossa)

Foi a primeira vez que um líder máximo chinês afirmava isto publicamente.

Também a APCC e a Conferência dos Bispos Católicos Chineses enviaram uma mensagem de congratulações ao novo Papa em nome da população católica chinesa.

Da mesma forma que os representantes da comunidade oficial, também as comunidades católicas subterrâneas de várias regiões da China manifestaram a sua alegria pela eleição do novo Papa. Junto com o envio das congratulações, os católicos pertencentes a estas comunidades pediram a Bento XVI que não os ignorasse. Eles relataram a situação de rígido controle ao qual estavam submetidos cotidianamente, tendo que relatar aos

---

<sup>498</sup> Bento XVI afirmou que a escolha do seu nome foi inspirada em segundo lugar também por São Bento, fundador da ordem monástica ocidental mais antiga (os beneditinos).

<sup>499</sup> Cf. Capítulo 1 do presente trabalho, p. 50.

<sup>500</sup> UCANEWS, 21 de abril de 2005.

<sup>501</sup> AVVENIRE, 20 de abril de 2005, p. 19.



funcionários governativos cada atividade e avisar cada vez que os padres deixavam a sua paróquia.

Em março de 2005, a agência Asianews difundiu uma lista de bispos e padres presos pelo governo chinês.<sup>502</sup> Segundo estes dados, 18 bispos e 20 sacerdotes foram presos pela polícia, colocados em isolamento ou impossibilitados de exercer o seu ministério.<sup>503</sup>

Em 2005, segundo as estatísticas publicadas pela revista de Hong Kong, *Tripod*, o número de católicos na China era de cerca 12.000.000, distribuídos em 138 dioceses. Haviam 64 bispos reconhecidos pelo governo, e 39 bispos subterrâneos. Os sacerdotes das comunidades oficiais eram 1800, dos quais 180 em idade avançada, enquanto que 1620 eram jovens. Os sacerdotes pertencentes às comunidades subterrâneas eram 1100, dos quais 200 idosos e 900 novos. As irmãs eram 3600 na Igreja oficial e 1200 na subterrânea. Existiam 14 seminários maiores e 18 menores na Igreja oficial, e 10 na subterrânea.<sup>504</sup>

Dos bispos patrióticos, 80% receberam secretamente a aprovação da Santa Sé.<sup>505</sup>

Mesmo continuando a apresentar obstáculos aparentemente insuperáveis, a situação da Igreja Católica na China herdada por Bento XVI era diferente daquela que João Paulo II encontrou no início do seu pontificado. A união por ele desejada e tantas vezes mencionada durante as suas numerosas mensagens, discursos e encíclicas dirigidas aos católicos chineses parecia ter ganhado espaço. A Igreja Católica na China estava percorrendo a estrada da reconciliação entre as duas comunidades e a da unidade com o próprio Papa.<sup>506</sup>

Bento XVI, já no início do seu pontificado, decidiu dar o primeiro passo no relacionamento com a China, e o fez no seu primeiro discurso dirigido aos embaixadores credenciados junto à Santa Sé.

Depois de ter saudado os embaixadores ali presentes e, por meio deles, todos os países com os quais a Santa Sé possuía relações diplomáticas, disse

Penso também nas nações com as quais a Santa Sé ainda não estabeleceu relações diplomáticas. Algumas delas uniram-se às celebrações por ocasião da morte do meu predecessor e da minha eleição à Sede de Pedro. Tendo apreciado estes gestos, desejo hoje expressar-lhes a minha gratidão e dirigir

<sup>502</sup> A lista encontra-se no Anexo V, p. 357-359.

<sup>503</sup> ASIANEWS, 31 de março de 2005.

<sup>504</sup> Estatísticas da Igreja Católica da China (Outubro de 2005) *Tripod* 2005 – Winter Vol. 25 – No. 139. Disponível em: [http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T139/T139\\_E07.htm](http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T139/T139_E07.htm). Acesso em: 3 mar. 2006.

<sup>505</sup> HEYNDRICKX, Jerom. Christianity in China is growing to a new level of maturity. In: *21th National Catholic China Conference Growth of Christianity in China: Reality, Challenges and Opportunity. June de 2005 – Seattle University, Seattle Washington*, p. 7. Disponível em: [http://www.usccb.net/conference/conference21/Paper\\_Heyndrickx16Jun05.pdf](http://www.usccb.net/conference/conference21/Paper_Heyndrickx16Jun05.pdf). Acesso em: 23 fev. 2006.

<sup>506</sup> Time of Reconciliation. In: *China Bridge* – março de 2004. Disponível em: <http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/ChinaBridge?CB0403.htm>. Acesso em: 10 out. 2005.

uma especial saudação às Autoridades civis desses países, formulando o desejo de os verem o mais depressa possível representados junto à Santa Sé.<sup>507</sup>

Mesmo não mencionando diretamente a China, ela estava incluída nos países que não possuíam relações diplomáticas com a Santa Sé e que haviam se manifestado em ocasião das celebrações pela morte de João Paulo II e pela eleição de Bento XVI.

O governo chinês, pela primeira vez na história das relações entre as duas partes, havia se manifestado em várias ocasiões, nos últimos dias de vida do papa João Paulo II. Quando da sua morte, manifestou os seus pêsames elogiando o pedido de desculpas que o Papa havia apresentado em 2001. Àquele pedido de desculpa, o governo chinês nunca respondera formalmente. Mas por ocasião da morte de João Paulo II, o governo chinês afirmou que agradecia o gesto do Papa. A menção ao ato de desculpas do pontífice foi considerada como a aceitação por parte do governo de Pequim das desculpas da Santa Sé. Além disso, as autoridades chinesas resolveram também se fazer presentes na eleição do Papa Bento XVI, mesmo se não pessoalmente.

Era mais que evidente que o Papa Bento XVI, no início do seu pontificado, quisesse responder logo favoravelmente a estes sinais positivos, oferecendo a disponibilidade da Santa Sé em retomar os contatos.

A atitude de Bento XVI pareceu ter satisfeito as autoridades governativas chinesas. De fato, no mês de junho de 2005, foi realizada em Xangai a primeira consagração de um bispo chinês com a aprovação de ambas as partes: China e Santa Sé.

O novo bispo, Mons. Giuseppe Xing Wenzhi realizara seus estudos nos Estados Unidos e foi consagrado bispo-auxiliar de Mons. Aloysius Jin Luxin, que estava já com 90 anos, para ser seu substituto à frente da diocese de Xangai.

Na diocese de Xangai que, desde o início da controvérsia entre a China e a Santa Sé, havia sido um dos baluartes da luta contra o governo comunista, havia dois bispos, um clandestino, Mons. Fan Zhengliang, e o outro era o bispo titular da diocese, Mons. Aloysius Jin Luxin, reconhecido pelo governo. Os dois haviam sido estritos colaboradores de confiança do primeiro bispo de Xangai, Mons. Inácio Gong Pinmei, falecido em 2000. Todavia, após terem passado cerca de 30 anos na prisão, eles decidiram tomar caminhos diferentes. Fan Zhengliang escolheu a clandestinidade e Aloysius Jin Luxin decidiu colaborar com o governo, sendo consagrado bispo sem a aprovação de Roma. Contudo, após algum tempo, ele conseguiu receber a aprovação da Santa Sé.

Sendo o novo bispo consagrado com a aprovação de ambas as partes, Santa Sé e governo chinês, automaticamente se tornaria ponto de reconciliação entre as duas comunidades, a subterrânea e a oficial.

---

<sup>507</sup> Bento XVI. *Discurso ao Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé, 12 de maio de 2005*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedictus\\_xvi/speeches/2005/may/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20050512\\_diplomatic-corpspo.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedictus_xvi/speeches/2005/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20050512_diplomatic-corpspo.html). Acesso em: 1 jul. 2005.

Para a Santa Sé, foi um sinal muito importante. O governo de Pequim, mesmo não admitindo publicamente, estava de fato reduzindo o controle e permitindo que o Vaticano participasse de um evento da Igreja Católica da China, considerado, até então, de competência exclusiva da Igreja local chinesa.

Naturalmente, os organismos católicos oficiais negaram o envolvimento do Vaticano na ordenação episcopal, afirmando que a escolha do novo bispo havia seguido o normal procedimento que consistia na eleição do bispo por parte dos representantes católicos de cada diocese e aprovado pelo governo.<sup>508</sup>

O que parecia ter sido uma exceção repetiu-se após poucos meses.

Em agosto do mesmo ano, uma nova ordenação episcopal realizou-se com os mesmos procedimentos usados na consagração do bispo de Xangai. O novo bispo era Mons. Antonio Mingyan, que foi consagrado bispo pelo titular da diocese de Xian, Mons. Antonio Li Duan, um bispo conhecido pela sua manifesta unidade com a Sé de Roma, mas que, ao mesmo tempo, ocupava lugar de destaque na hierarquia da Igreja oficial, era de fato, o vice-presidente da Conferência Episcopal da China.

Estes sinais positivos, que haviam marcado o início do seu pontificado, encorajaram Bento XVI a convidar quatro bispos da China popular ao Sínodo que se realizaria no mês de outubro no Vaticano.

No dia 8 de setembro de 2005, o Papa Bento XVI nomeou os quatro bispos como membros do Sínodo com o direito de falar e votar. Três deles eram bispos reconhecidos pelo governo de Pequim: Mons. Aloysius Jin Luxin, bispo de Xangai; Mons. Antonio Li Duan, bispo de Xian e Mons. Lucas Li Jingfeng, da diocese de Fengxiang. O quarto bispo, Mons. Joseph Wei Jingyi, da diocese de Qiqihar, não era reconhecido pelas autoridades de Pequim.

A nomeação do Papa é considerada pela Santa Sé como um convite oficial e, ao mesmo tempo, vista como sinal de estima e respeito pelos escolhidos, e pelos países que eles representam.<sup>509</sup>

Tal gesto de estima e respeito em relação aos bispos chineses e à China já havia sido feito pelo Papa João Paulo II, mas sem sucesso. Agora era a vez de Bento XVI tentar novamente, estimulado pelos fatos recentes.

Os quatro bispos, ao receber o convite do Vaticano, começaram a encaminhar os pedidos de permissão ao governo, pedidos estes que deviam obrigatoriamente passar pelo Departamento de Assuntos Religiosos.

Alguns analistas, já nos primeiros momentos do desenvolvimento dos fatos, haviam apontado o erro da Santa Sé em ter enviado os convites diretamente aos interessados sem passar pela Conferência dos Bispos Católicos Chineses, nem pela APCC.

O Vaticano teria avisado apenas o governo da intenção de convidar os quatro bispos chineses, e não a APCC nem os líderes da Conferência Episcopal Chinesa.

<sup>508</sup> UCANEWS, 5 de julho de 2005.

<sup>509</sup> UCANEWS, 9 de setembro de 2005.

Como previsto, o líder da APCC, Antonio Liu Biannian informou ter tomado conhecimento do convite da Santa Sé pela Internet, lamentando que o Vaticano houvesse ignorado a APCC e a Conferência Episcopal Chinesa.<sup>510</sup>

Após uma longa espera pela palavra final do governo em relação à participação do Sínodo de outubro, os quatro bispos e a Santa Sé se deram conta que não ia mais ser possível a participação deles. De fato, no dia 30 de setembro, a somente dois dias do início do Sínodo, nenhum deles havia recebido a permissão oficial.

Desta vez o governo não manifestou oficialmente a sua recusa, como havia feito em 1998, quando dois bispos chineses haviam sido convidados por João Paulo II. Simplesmente não chegou nenhuma resposta oficial. Alguns analistas afirmaram que tal silêncio escondia um acerto de contas entre o governo e a APCC, que não possuía nenhum interesse em ver resolvido o problema das relações entre a China e a Santa Sé.<sup>511</sup>

Lembramos que a APCC foi constituída logo depois da ruptura das relações entre as duas partes. No caso de uma retomada das relações diplomáticas, os líderes da APCC perderiam o seu poder no âmbito governativo como também na Igreja Católica, mesmo se neste âmbito nunca tiveram influência positiva tanto nas comunidades oficiais - ao menos pela maioria dos seus membros - quanto nas comunidades subterrâneas.

Em todo caso, esta ausência de uma recusa oficial deixava espaço aberto ao diálogo.

Durante o Sínodo, o bispo Lucas Li Jinfeng enviou uma carta aos membros do evento expressando o seu pesar de não poder estar presente. O mesmo fizeram os outros três bispos.

No dia 22 de outubro, os padres do Sínodo escreveram aos quatro bispos chineses expressando a tristeza causada pela sua ausência, enviando uma saudação fraterna e garantindo a sua oração.<sup>512</sup>

Os mesmos sentimentos foram expressos pelo Papa Bento XVI, durante a Missa de conclusão do Sínodo.

Gostaria agora, convosco e em nome de todo o Episcopado, de enviar uma saudação fraterna aos Bispos da Igreja na China. Com profundo pesar sentimos a falta dos seus representantes. Contudo, desejo garantir a todos os Prelados chineses que os acompanhamos com a oração, assim como aos seus sacerdotes e fiéis.<sup>513</sup>

<sup>510</sup> ASIANEWS, 9 de setembro de 2005.

<sup>511</sup> ASIANEWS, 1 de outubro de 2005.

<sup>512</sup> Cartas dos Bispos Sinodais aos bispos chineses apud ASIANEWS, 22 de outubro de 2005.

<sup>513</sup> BENTO XVI. *Homilia na Solene Conclusão da XI Assembléia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos do Ano da Eucaristia, 23 de outubro de 2005*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/homilies/2005/documents/hf\\_ben-xvi\\_hom\\_20051023\\_canonizations\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/homilies/2005/documents/hf_ben-xvi_hom_20051023_canonizations_po.html). Acesso em: 20 fev. 2006.

A sua mensagem foi dirigida a todos os bispos chineses sem distinção. A própria decisão de convidar quatro bispos – três da igreja oficial e um da subterrânea – podia ser vista como expressão do olhar do Papa sobre a China: uma só igreja existia na China, com vultos diferentes, mas unida à Santa Sé.

Pouco depois da conclusão do Sínodo, por ocasião da inauguração do novo Centro de Convenções junto à Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, ao qual foi dado o nome de Matteo Ricci, o então Secretário de Estado da Santa Sé, Cardeal Ângelo Sodano, respondendo aos jornalistas, pronunciou-se a respeito das relações entre a China e a Santa Sé. Após ter falado do pesar provado por todos os bispos do mundo pela não participação dos bispos chineses ao Sínodo, ele completou:

Esperamos que logo essas tensões possam cessar. Nós consideramos como nossos irmãos e irmãs os católicos chineses, como também todos os outros homens de boa vontade. Continuamos a lançar pontes, porque a Igreja não procura outra coisa se não anunciar os princípios cristãos do Evangelho de Cristo, no respeito de todos os homens e de todas as culturas. A Igreja é católica, isto é universal, e sempre colocou raízes em todos os povos e em todos os continentes. A Santa Sé sempre disse que está pronta ao diálogo, está pronta aos contatos, está pronta a explicar suas tradições. Porém, devemos insistir sobre este conceito: que a Igreja é una, em todo o mundo, em todas as culturas, em todas as nações, e os governos civis não possuem o direito de dizer aos homens e às mulheres como viver a sua fé. Este é um direito de todo homem, escrito na Declaração universal dos direitos humanos, escrito na própria história do povo chinês que ama também a liberdade. E, portanto, esperamos que este sol da liberdade nasça também sobre este grande país.<sup>514</sup> (Tradução nossa)

Sodano afirmou também que a Santa Sé estava pronta a cortar as suas relações diplomáticas com Taiwan e transferir a nunciatura para Pequim.

A única condição que a Santa Sé apresentava era que a República Popular da China tratasse a Santa Sé com o mesmo respeito com que tratava os outros Estados e respeitasse a liberdade religiosa.

Todavia, o governo de Pequim parecia não ter pressa para alcançar um acordo. Reconhecia que após décadas de luta para separar a Igreja Católica do seu Chefe espiritual, não conseguira alcançar seu objetivo. A Igreja Católica na China, mesmo se ainda não reconciliada na sua totalidade, saía reforçada de tantas lutas, e a maioria dos bispos estava já em comunhão com o Papa.

As pressões internacionais convenceram as autoridades de Pequim que o problema não poderia mais ser ignorado. Era necessário chegar a uma solução. Mas muitas questões e muitos interlocutores estavam em jogo. Antes de tudo a APCC, que não se rendia diante das nomeações episcopais, que continuavam fugindo ao seu controle, e fazia de tudo para evitar uma reconciliação no âmbito das duas comunidades e entre a China e a Santa Sé.

---

<sup>514</sup> Intervenção do Cardeal Ângelo Sodano apud ASIANEWS, 26 de outubro de 2005.

A China continua sendo governada por um regime ditatorial que para sobreviver não pode permitir o exercício da liberdade pelos seus governados.

A finalidade do estabelecimento das relações diplomáticas é, para Bento XVI, o bem-estar dos bispos, do clero e do povo chinês. Somente se o governo de Pequim puder garantir um nível aceitável de liberdade religiosa as relações diplomáticas poderão adquirir importância e significado para o Vaticano.

O caminho em direção a uma normalização das relações entre a China e a Santa Sé ainda parece longo e não sem obstáculos.





## Considerações finais

Ao longo deste trabalho procuramos examinar os acontecimentos mais relevantes da história das relações entre Santa Sé e República Popular da China. Desta análise emergiu que uma das peculiaridades desta história foi a pouca ou quase inexistente sintonia entre os dois governos.

A China e a Santa Sé perderam diversas ocasiões de encontro, devido ora a intransigência de uma parte, ora à inflexibilidade de outra. Os acontecimentos de política interna dos dois países e o seu envolvimento no cenário internacional influenciaram as suas políticas externas marcando significativos descompassos que contribuíram ao prolongamento do desentendimento.

O primeiro grande desencontro, antes de 1949, foi após o advento da dinastia Qing, em 1644, quando o imperador Kangxi tornou-se um importante defensor do cristianismo e dos missionários católicos que residiam na China. O futuro do catolicismo na China parecia se prospectar brilhante com o apoio do imperador e dos altos funcionários da corte. De fato, os missionários jesuítas, guiados pelo exemplo de Matteo Ricci, conseguiram apresentar um cristianismo em harmonia com os valores tradicionais chineses. Todavia, o encanto se quebrou quando outras ordens religiosas que trabalhavam na China denunciaram à Santa Sé os métodos de evangelização inovadores usados pelos jesuítas. A Questão dos Ritos concluiu-se pela atitude intransigente de Roma que, com medo de perder a própria ortodoxia e deformar os princípios da fé católica, fechou-se ao diálogo, recusando-se a escutar o próprio imperador que defendeu publicamente o trabalho dos jesuítas. Dois papas assinaram os documentos que marcaram o aparente fim do catolicismo na China: o papa Clemente XI com a Bula *Ex Illa die* (1715) e o papa Bento XIV com a Bula *Ex quo singulari* (1742).

O segundo desencontro foi logo após a proclamação da República Popular da China, que marcou o início da instauração do regime comunista. Após a Segunda Guerra Mundial, o alinhamento da Santa Sé ao lado das potências ocidentais, contra o bloco comunista, foi um dos elementos que dificultou suas relações com o novo governo chinês. As autoridades chinesas conheciam a luta acirrada do então papa Pio XII contra o comunismo. Empenhado radicalmente nesta luta, ele não conseguiu avaliar com clareza algumas das aberturas que os comunistas, no primeiro estágio da revolução, estavam dispostos a conceder à Igreja Católica na China. Havia, neste âmbito, uma parte de bispos, padres e católicos chineses que, sem dúvida, compartilhavam dos anseios de libertação e independência da nação chinesa, ideais em comum com os comunistas. Com efeito, nos primeiros anos da revolução, os comunistas não haviam ainda negado aos católicos chineses a possibilidade da ligação espiritual com o Papa. A consideração desta disposição por parte das autoridades chinesas talvez tivesse permitido um trabalho de

negociação, de cooperação por parte dos bispos chineses, se estes tivessem tido a aprovação vaticana.

É verdade que a proposta lançada pelo Movimento das Três Autonomias, que reivindicava uma Igreja Católica nacional baseada nos princípios de autogoverno, autofinanciamento e autopropaganda, parecia querer transformar definitivamente a Igreja Católica na China em uma instituição nacional sem qualquer ligação com o Ocidente. Diante desta perspectiva, a Santa Sé não poderia deixar de reagir. De outro lado, porém, o Movimento das Três Autonomias, na sua gestação, deixava ainda espaço para interpretações que poderiam salvar os princípios fundamentais do catolicismo. Trabalhar nesta interpretação foi a tentativa feita por uma parte dos bispos, que procuraram manter a porta aberta ao diálogo. Entretanto, Pio XII, certamente influenciado pela posição que a Santa Sé ocupava na ordem mundial, e pela época em que os fatos aconteceram, cortou pela raiz estas tímidas tentativas de diálogo e condenou enérgica e severamente o comunismo e quantos tivessem se aliado a ele, principalmente os bispos, sacerdotes e os fiéis. Diante desta atitude, o governo chinês não teve dúvida em declarar Roma, e os seus seguidores, como inimigos da China, ao lado das potências imperialistas, que haviam explorado e reduzido o país a uma condição semi-colonial.

Deste desencontro nasceu a Associação Patriótica Católica Chinesa (APCC), que, fundada em 1957 para exercer a função de ligação entre o Partido Comunista da China e a Igreja Católica na China, desempenhará sempre um papel fundamentalmente negativo nas relações entre a Santa Sé e o governo chinês.

A recusa de Pio XII em entender a peculiaridade da situação da Igreja Católica na China agravou a situação. Ele não confiava naqueles bispos que escolheram trabalhar ao lado do governo chinês mesmo não compartilhando suas escolhas políticas. Quando, por vingança, o governo chinês, por meio da APCC, em 1958, decidiu consagrar dois bispos católicos independentemente da Santa Sé, Pio XII encontrou-se diante de uma escolha decisiva. Os dois candidatos enviaram às pressas à Santa Sé o pedido de reconhecimento da sua consagração, pedido este que, no nosso parecer, representava uma clara declaração de comunhão com o Papa, mesmo se a situação contingente parecia sugerir o contrário.

A Santa Sé, porém, não conseguiu ler nas entrelinhas daquele pedido e rejeitou as consagrações episcopais julgando-as ilícitas.

O governo chinês recebeu tal rejeição como uma espécie de declaração de guerra por parte da Santa Sé e devolveu com a mesma moeda.

A partir daquele momento abriu-se uma fenda, não somente entre a Santa Sé e a China, mas no âmbito da própria Igreja Católica na China, que se encontrou dividida, quase à beira de um cisma.

Até então, como afirmamos, foi a inflexibilidade da Igreja Católica que provocou a maioria dos desencontros, mesmo levando em consideração que não era fácil para a Santa Sé, principalmente a partir de 1949, encontrar um terreno comum de trabalho com um país comunista, cuja ideologia considerava a religião uma invenção humana destinada a desaparecer da face da terra.

A partir do final dos anos 50, a Igreja Católica inverteu sua rota. Com a eleição do papa João XXIII, em 1958, a Santa Sé renunciou ao seu tom condenatório para acolher os desafios apresentados pelas mudanças sociais, políticas e econômicas. O seu sucessor, Paulo VI, lançou numerosas iniciativas para reaproximar a Santa Sé à China. Em 1965, durante uma sua visita às Organizações das Nações Unidas, apelou às potências ocidentais para que estas acolhessem a China entre os países membros da ONU.

Contudo, esta abertura da Santa Sé coincidiu com os anos mais obscuros da China.

A partir de 1956, Mao Zedong lançou várias campanhas de “purificação” para desalojar os seus supostos inimigos, até chegar à instauração da Revolução Cultural que durou até 1976, ano de sua morte. Os apelos de reconciliação de Paulo VI, que conseguiu chegar até às portas da China em 1970, em ocasião de sua viagem na colônia inglesa de Hong Kong, caíram no vazio.

As tentativas de negociação entre a Santa Sé e a China foram retomadas somente no início dos anos 80 quando, graças a Deng Xiaoping, o país entrou na era da modernização e inaugurou a política das Portas Abertas.

O Papa João Paulo II continuou a política de distensão inaugurada pelos seus predecessores. A abertura econômica da China suscitava esperança numa resolução dos conflitos.

Todavia, ao contrário do que se esperava, as atitudes amigáveis da Santa Sé, que em várias ocasiões demonstrou seu reconhecimento pela Igreja Católica na China – lembramos o caso da nomeação a Arcebispo de Deng Yimin, então bispo de Cantão (1981), ou a canonização dos 120 mártires chineses (2000) –, ao invés de convencer o governo chinês das boas intenções do Vaticano agravou as já complicadas condições da Igreja Católica na China. O governo chinês e a APCC, que o representava em âmbito católico, respondeu a tais ofertas conciliadoras com reações radicalmente negativas.

À abertura econômica da China não correspondeu a abertura política e religiosa. Os acontecimentos que envolveram a queda dos governos comunistas na URSS e no Leste Europeu, no final dos anos 80, reforçaram no governo chinês a desconfiança quer em relação a um papa, que havia dado uma importante contribuição a tais eventos, quer em relação à religião, considerada um fator não desestabilizante para a sociedade chinesa somente se extremamente limitada nas suas atividades.

De fato, o governo chinês aprovava somente o exercício de atos religiosos que passassem pela aprovação da APCC. Os católicos, padres e bispos deviam se registrar junto aos departamentos governamentais. Quem não estivesse registrado era considerado pelas autoridades chinesas como um clandestino, que minava a ordem pública.

Como vimos ao longo do trabalho a divisão entre grupos patrióticos e grupos subterrâneos gerou grandes dificuldades para a Igreja Católica na China.

Com a morte de João Paulo II e a eleição de Bento XVI, as autoridades chinesas, talvez somente por razões pragmáticas e de propaganda, começaram a enviar sinais positivos à Santa Sé.

Pela primeira vez o governo chinês enviou seus pêsames pela morte de um papa e enviou suas felicitações pela eleição de um novo papa. A participação, de certa forma, nos eventos internos da Santa Sé, como era praxe na diplomacia dos países do resto do mundo, constituía um fato inédito para a República Popular da China. Além disso, as autoridades chinesas manifestaram interesse pela eventual retomada de relações diplomáticas com a Santa Sé.

Podemos então, nos perguntar sobre o porquê desta mudança, considerando o fato de que a política religiosa do governo chinês não sofreu mudanças significativas. Quais seriam os motivos deste renovado interesse em relação à Santa Sé?

Pela análise realizada neste trabalho, afirmamos que os principais motivos que levaram o governo chinês a decidir enlaçar relações diplomáticas foram de ordem prática.

O governo chinês não conseguiu derrotar a religião, não conseguiu nacionalizar a Igreja Católica na China, tornando-a uma instituição exclusivamente chinesa. Lembramos que esta tendência à “chinezização”, à absorção de fenômenos estrangeiros pela cultura chinesa, foi uma constante na história chinesa. Foi assim com a introdução do Budismo da Índia, que se converteu em um Budismo chinês, com suas próprias escolas. Foi assim com os povos e seus líderes que, derrotando a China e fundando as próprias dinastias, acabavam adotando os costumes e as tradições chinesas, abandonando os costumes originários. A mesma coisa aconteceu com o comunismo que, na China, adquiriu peculiaridades chinesas acompanhando a transformação do país, assim como a economia, que Deng Xiaoping redesenhou nos contornos de uma economia socialista de mercado.

Entretanto, com a Igreja Católica não aconteceu a mesma coisa. O governo chinês deparou-se com o fato de que, durante estes 56 anos, desde a fundação da República Popular da China, esta instituição ligada a Roma, não obstante alguns momentos em que parecia ter sido exterminada, conseguiu permanecer em território chinês sem perder a ligação com o Papa, símbolo de universalidade e de comunhão com as outras igrejas locais.

Diante disso, o governo chinês foi quase que obrigado a atuar uma política de distensão, não tanto levado por interesses econômicos, como aconteceu no caso das relações diplomáticas com outros países, quanto motivado por interesses pragmáticos.

As autoridades chinesas continuavam recebendo denúncias, por parte de governos parceiros, a respeito de prisões de bispos católicos, de violação dos direitos humanos, também no âmbito religioso, de ingerência por parte do Estado nas questões religiosas.<sup>515</sup> Estes contínuos apelos certamente convenceram as autoridades chinesas da conveniência de uma demonstra-

---

<sup>515</sup> Cf. Relatório de Bastiaan Belder sobre as relações UE-China aprovado no Parlamento Europeu em setembro de 2006. O relatório menciona nas p. 42-46 a contradição entre o artigo 36 da Constituição da RP da China e as ingerências do Estado em âmbito religioso. O texto integral encontra-se disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/registre/seance\\_pleniere/textes\\_deposes/rapports/2006/0257/P6\\_A\(2006\)0257\\_IT.pdf](http://www.europarl.europa.eu/registre/seance_pleniere/textes_deposes/rapports/2006/0257/P6_A(2006)0257_IT.pdf). Acesso em: 20 dez. 2006.

ção de simpatia em relação ao Vaticano, para facilitar a sua plena aceitação internacional, tendo em vista também as Olimpíadas de 2008.

Existe, porém, um outro elemento significativo que levou o governo chinês a procurar uma distensão nas relações com a Santa Sé. Elemento que se encontra no próprio âmbito governativo. Trata-se da questão da Associação Patriótica Católica Chinesa, cuja ação está atrapalhando, mais do que ajudando, o governo chinês na gestão dos assuntos religiosos.

O próprio governo chinês, nos últimos anos, e por diversas vezes, manteve distância das iniciativas radicais da APCC, pois este órgão governativo tenta bloquear todas as tentativas de distensão entre a Santa Sé e a China. Demonstração disso foram as últimas ordenações episcopais consideradas ilícitas pela Santa Sé porque realizadas sem a sua autorização prévia. Os fatos remontam ao mês de maio de 2006. Este acontecimento gerou um mal-estar nas duas partes. Mesmo não existindo um acordo explícito entre as partes que regulamente as ordenações episcopais, nos últimos anos estas aconteciam com a aprovação da Santa Sé sob o tácito consentimento do governo chinês.

A iniciativa da APCC em relação a estas ordenações episcopais foi de provocar atrito entre a Santa Sé e o governo chinês. O papa não deixou de reclamar contra tal ato, manifestando a sua contrariedade a tais eventos. Todavia, se tal manifestação de contrariedade é considerada usual para a Santa Sé, não foi considerada tal a desaprovação do governo chinês que, ordenou à APCC deter tais ordenações, fazendo entender que estas ordenações eram iniciativas exclusivas da APCC.<sup>516</sup> Esta desaprovação por parte do governo chinês indica a insatisfação das autoridades com a ação da APCC, que há muito não recebe a aprovação da maioria dos católicos chineses. A APCC, liderada pelo vice-presidente Anthony Liu Bianian, está tomando sempre mais consciência do perigo que constituiria a retomada das relações diplomáticas entre a Santa Sé e a República Popular da China. Há quem diga que, com a retomada das relações diplomáticas a APCC poderia ser extinta. Não acreditamos que isto possa acontecer, pois a APCC foi uma criação dos primeiros anos do regime comunista e, como tal, faz parte de um patrimônio quase que intocável. Certamente os seus líderes têm consciência disso, mas ao mesmo tempo sabem que se a extinção da APCC é fora de toda lógica, a perda efetiva de poderes e de posições no âmbito do partido não pode ser *a priori* descartada.

A APCC está se tornando um fator de desestabilização, não somente no que diz respeito às relações com a Santa Sé, mas também no âmbito interno, pelas desordens que provoca dentro das organizações católicas aprovadas pelo governo.

Estas últimas estão se aproximando sempre mais das comunidades consideradas subterrâneas preenchendo desta forma a divisão que caracterizou por muito tempo a história da Igreja Católica na China. Esta aproximação

---

<sup>516</sup> ZENIT (Agência Internacional Católica de Notícias), 2 de junho de 2006.

deve-se ao fato de que, atualmente, quase a totalidade dos bispos chineses patrióticos obteve o reconhecimento da Santa Sé.

Com particular alegria, temos também constatado que hoje quase a totalidade dos Bispos e dos sacerdotes encontra-se em comunhão com o Sumo Pontífice. Surpreendente, também, foi o crescimento numérico da comunidade eclesial.<sup>517</sup> (Tradução nossa)

Foi o que declarou a Santa Sé em um Comunicado de imprensa emitido após uma importante reunião sobre a situação da Igreja Católica na China. A reunião foi organizada pela Santa Sé e realizada em Roma, no mês de janeiro deste ano. Ao final da reunião, à qual participaram figuras importantes da Secretaria de Estado e da Congregação para a Evangelização dos Povos, além de diversas personalidades ligadas à China<sup>518</sup>, os participantes auspicaram uma normalização das relações da Santa Sé com a China.

Na multiplicidade das contribuições dos participantes emergiu a vontade de prosseguir o caminho de um diálogo respeitoso e construtivo com as Autoridades governativas, para superar as incompreensões do passado. Além disso, auspicou-se de alcançar uma normalização das relações em vários níveis, para consentir uma pacífica e frutuosa vida da fé na Igreja e de trabalhar junto para o bem do povo chinês e para a paz no mundo.<sup>519</sup> (Tradução nossa)

Bento XVI está preparando uma carta que será dirigida aos católicos chineses.<sup>520</sup>

Não conhecemos ainda o conteúdo da missiva papal, mas, por meio da análise das atitudes do novo papa, podemos presumir que sua intenção seja trabalhar principalmente pela unidade da Igreja Católica na China, reforçando e incentivando as iniciativas de reconciliação entre os grupos patrióticos e subterrâneos.

Estes últimos estão pedindo uma atenção especial por parte da Santa Sé, em reconhecimento aos longos sofrimentos e provações sofridas durante décadas. Talvez, sem a contribuição dos grupos subterrâneos a Igreja Católica na China teria sucumbido e os grupos patrióticos teriam perdido a ligação com o Papa.

A atual situação apresenta, portanto, sinais positivos. Todavia, nos parece ainda prematuro pensar em uma rápida resolução do problema. Isto porque, se de um lado ambos os governos desejam uma normalização de

<sup>517</sup> Comunicado da Sala da Imprensa da Santa Sé: reunião sobre a situação da Igreja Católica na China continental, 20.01.2007. Disponível em: [http://212.77.1.245/news\\_services/bulletin/news/19586.php?index=19586&po\\_date=20.01.2007&lang=it](http://212.77.1.245/news_services/bulletin/news/19586.php?index=19586&po_date=20.01.2007&lang=it). Acesso em: 02 fev. 2007.

<sup>518</sup> Estava presente o Cardeal de Hong Kong Joseph Zen; o Cardeal Paul Shan de Taiwan; o bispo de Macau, mons. José Lai Hung-seng; mons. John Tong, bispo auxiliar de Hong Kong e o Dr. Anthony Lam, especialista do Holy Spirit Study Center de Hong Kong.

<sup>519</sup> Comunicado da Sala da Imprensa da Santa Sé, op. cit.

<sup>520</sup> Ibid.

suas relações, de outro os motivos que os levam a procurar uma reconciliação possuem pontos de partida diferentes.

A China, como vimos, parte de motivos pragmáticos: livrar-se das denúncias dos seus parceiros comerciais; melhorar a sua imagem no cenário internacional; eliminar fatores de desestabilização que não ajudam na realização do programa político de Hu Jintao, (a “Sociedade Harmoniosa”). O governo chinês compreende o Papa como chefe de outro Estado. O ponto de partida é, portanto político. Nesta visão, as relações diplomáticas representam o primeiro passo a ser dado, antes de serem resolvidas outras questões.

De outro lado, a Santa Sé parte de pressupostos completamente diferentes. Na normalização das relações com a China ela procura primeiramente garantias de liberdade religiosa, que permitam aos católicos e ao clero de praticar a própria fé, em comunhão com o papa. Isto envolveria a liberdade não só de nomear os bispos, mesmo aceitando uma participação do governo chinês, mas, também, a liberdade para todos de participar em eventos internacionais da Igreja Católica, como no caso dos Sínodos ou das visitas *ad limina* que os bispos realizam junto ao Papa. Sem estas garantias, o restabelecimento das relações diplomáticas com a República Popular da China perde certamente sentido para a Santa Sé.

Obviamente, a Santa Sé possui seus objetivos pastorais. A China representa um país promissor para o futuro da Igreja Católica. Obter um certo grau de liberdade para os católicos chineses significa também um aumento sensível da população católica.

O governo chinês está ciente da força moral da Santa Sé, de sua influência na vida de cada católico, por isso nunca fez questão de apressar as negociações rumo a uma normalização de suas relações. Atualmente, porém, o governo chinês encontra-se diante de pressões sempre mais fortes do Ocidente, às quais, provavelmente terá que ceder, ao menos em parte, mas não na medida desejada pela Santa Sé. Certamente poderá ser encontrado um *modus vivendi* que, com o passar dos anos, poderá propiciar a resolução de um conflito que, mesmo não armado, já causou o sofrimento de tantas pessoas.

Alguns elementos nos permitem a previsão de tal resolução.

Primeiramente, o fato do atual papa nunca ter manifestado preocupações anticomunistas em relação à China. Isto porque na China não há nenhum problema de envolvimento entre marxismo e teologia, como na América Latina, com o fenômeno da Teologia da Libertação, por ele reprovado. Na China, ao contrário, trata-se exclusivamente de uma questão política, pois o problema não envolve os princípios teológicos da fé.

De sua parte, as autoridades chinesas poderão concordar com a abertura religiosa desde que esta não atinja a hegemonia política do Partido Comunista da China, como aconteceu com a abertura econômica, que não lesou o regime comunista.

Caso a liberdade religiosa dos católicos não pretenda se expandir ao âmbito político, o governo chinês poderá permitir a reconciliação dos católicos chineses. Caso contrário, o governo comunista continuará mantendo

e apoiando a APCC - que trabalhou e ainda hoje atua para manter a divisão dos católicos -, servindo-se politicamente de tal situação de fragilidade dos católicos por meio da atuação da APCC.

Mas acreditamos que o Vaticano não tenha interesse em ser protagonista de uma eventual instauração da democracia representativa na China. Os objetivos do Vaticano na China parecem ser exclusivamente pastorais. Até porque a Igreja Católica (que passou a valorizar a democracia representativa após a Segunda Guerra Mundial) está atualmente enfrentando problemas em alguns países democráticos de tradição católica, que votam a favor de projetos diferentes (principalmente no âmbito da bioética) daqueles defendidos pelo papa.

A Igreja Católica valoriza a democracia, mas, no momento, está mais preocupada com a unidade, liberdade e expansão dos católicos sob o governo dos comunistas do que com o futuro político da China.

A liberdade econômica está convivendo relativamente bem com a falta de liberdade política. E parece ser este o objetivo imediato do Vaticano: demonstrar que a liberdade de religião pode conviver com a falta de liberdade política. Afinal, a democracia é uma orientação moral importante para a ética social da Igreja Católica, mas não faz parte de seu Credo de fé.



# Bibliografia

AMBROSI, Angelica. *I rapporti diplomatici tra la Santa Sede e la Cina dal 1850 al 1951*. Roma: Lateran University Press, 2003.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: UNESP, 1996.

BENTO XV. *Maximum illud. Carta Apostólica sobre la propagación de la fé em el mundo entiero, 30 de noviembre de 1919*. Disponível em: [http://www.vatican.va/Holy\\_father/benedict\\_xv/apost\\_letters/documents/hf\\_ben-xv\\_apl\\_19191130\\_maximum%illud\\_sp.html](http://www.vatican.va/Holy_father/benedict_xv/apost_letters/documents/hf_ben-xv_apl_19191130_maximum%illud_sp.html). Acesso em: 10 out. 2004.

BENTO XVI. *Fede, verità e tolleranza: il cristianesimo e le religioni del mondo*. Siena: Cantagalli, 2003.

\_\_\_\_\_. *Discurso ao Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé, 12 de maio de 2005*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedictus\\_xvi/speeches/2005/may/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20050512\\_diplomatic-corps\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedictus_xvi/speeches/2005/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20050512_diplomatic-corps_po.html). Acesso em: 1 jul. 2005.

\_\_\_\_\_. *Homilia na Solene Conclusão da XI Assembléia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos do Ano da Eucaristia, 23 de outubro de 2005*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/homilies/2005/documents/hf\\_ben-xvi\\_hom\\_20051023\\_canonizations\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/homilies/2005/documents/hf_ben-xvi_hom_20051023_canonizations_po.html). Acesso em: 20 fev. 2006.

BERGÈRE, Marie-Claire. *La Chine de 1949 à nos jours*. Paris: A. Colin, 2000.

BEZERRA, Holien Gonçalves. *A revolução chinesa*. São Paulo: Atual, 1984.

BLOCKMANS, W.P. La nouvelle histoire politique. In: *L'histoire et ses méthodes*. Actes du colloque Franco-Néerlandais. Amsterdam, nov. 1980, p. 109-120.

BOUTIER Jean e JULIA, Dominique. Em que pensam os historiadores. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados recompostos. Campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ e Editora FGV, 1998, p. 21-64.

CARLETTI, Anna. *Storia dei Lazzaristi a Pechino dal 1776 al 1951*. Tese de Láurea em Línguas e Civilizações Orientais – Università degli Studi di Roma “La Sapienza”. Roma, 1996.

CASAROLI, Agostino. *Il martirio della pazienza. La Santa Sede e i paesi comunisti (1963-1989)*. Turim: Einaudi, 2000.

CERVELLERA, Bernardo. *Missione Cina: viaggio nell'Impero tra mercato e repressione*. Milão: Ed. Ancora, 2003.

CHANG JUNG; HALLIDAY, Jon. *Mao – la storia sconosciuta*. Milão: Longanesi, 2006.

CHANG JUNG. *Cisnes selvagens – Três Filhas da China*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHARBONNIER, Jean. Vaticano e Cina dal 1932 al 1953. In: GIOVAGNOLI, Agostino (a cura di). *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma: Edizioni Studium, 1999, p. 261-273.

- \_\_\_\_\_. La chiesa clandestina. In: TANG, Edmond; WIEST Jean Paul et al. *La chiesa cattolica nella Cina di oggi*. Bolonha: Editrice Missionaria Italiana, 1995, p. 88-112.
- CHIH, André. *L'Occidente Cristiano visto dai cinesi*. Milão: Jaca Book, 1979.
- CHEN CHIH-MAI. *La Chiesa cattolica in Cina*. Roma: Edizioni Mediterranee, 1975.
- COLLOTTI Pischel, Enrica. *La Cina: la politica estera di un paese sovrano*. Milão: Franco Angeli, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Storia della rivoluzione cinese*. Roma: Editori Riuniti, 1972.
- CONGREGAÇÃO DA MISSÃO. La Congregation de la Mission en Chine. In: *Mémoires de la Congregation de la Mission. Tome II e III*. Paris: Nouvelle édition revue, corrigée et continuée, 1912 – Coleção a uso interno, bibliotecas de Paris e Roma.
- COTTERELL, Arthur. *East Asia: from chinese predominance to the rise of the Pacific Rim*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- CORRADINI, Piero. La Cina. In: *Nuova Storia Universale dei Popoli e delle Civiltà. Volume XIX*. Turim: Unione –Tipografico- Editore Torinese, 1969.
- \_\_\_\_\_. Reforme costituzionali. *Mondo Cinese*, n. 100 (janeiro de 1999). Disponível em: [http://www.tuttocina.it/Mondo\\_cinese/100/100\\_corr.htm](http://www.tuttocina.it/Mondo_cinese/100/100_corr.htm). Acesso em: 20 ago.2006.
- \_\_\_\_\_. Venti anni di riforme. *Mondo Cinese* n. 99 (settembre 1998). Disponível em: [http://www.tuttocina.it/Mondo\\_Cinese/099/099\\_corr.htm](http://www.tuttocina.it/Mondo_Cinese/099/099_corr.htm). Acesso em: 10 mar. de 2006.
- CRIVELLER, Gianni. A propos des origines de l'histoire du christianisme en Chine. *Eglise d'Asie*, n. 340.01/011/2001. Disponível em: <http://eglisie.mepasieorg>. Acesso em: 20 fev. 2003.
- \_\_\_\_\_. La fumosa barriera di Pechino nei rapporti con la Santa Sede. *Asianews*, 21 de abril de 2005. Disponível em: <http://www.asianews.it/dos.php?l=it&dos=&art=3108>. Acesso em 1 ago. 2006
- \_\_\_\_\_. Pope John Paul II and China. *Tripod 2005 Summer Vol. 25 N° 137*. Disponível em: [http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T137/T137\\_E02.htm](http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T137/T137_E02.htm). Acesso em: 4 out. 2005.
- \_\_\_\_\_. China and Catholic Church. The Country Is Changing; but Is the Regime? *Tripod* – Summer 2003, vol. XXIII, nº. 129, p. 26-36.
- CUNHA, Fernando Whitaker da. *Teoria Geral do Estado: introdução ao Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1990.
- DENG RONG. *Deng Xiaoping e la rivoluzione culturale*. Milão: Ed. Rizzoli, 2003.
- ETIEMBLE, René. *Les Jésuites en Chine, la querelle des rites (1552-1773)*. Paris: Julliard, 1966.
- FAVIER, Alphonse. *Péking: histoire et description par Alph Favier*. Pequim: Ed. Péking. Imprimerie des Lazaristes au Pétang, 1897.
- FERREUX, Octave. Histoire de la Congregation de la Misison en Chine (1699-1950). In: *Annales de la Congregation de la Mission et de la Compagnie des Filles de la Charité* – Tome 127 – Paris: 1963.
- FIORE, Ilario. *Tian An-Men. I 55 giorni di Pechino*. Turim: Edizioni Rai, 1989.
- GALTER, Albert. *O livro vermelho da igreja perseguida*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1958.
- GAO SHINING. Christianity in 21st century. *Occasional Papers*. Aahurs, N. 5, 2003, p. 47-56. Disponível em: [www.teo.au.dk/cms/english/Publications/Aktuelle\\_sktifter5.pdf](http://www.teo.au.dk/cms/english/Publications/Aktuelle_sktifter5.pdf). Acesso em: 23 jun. 2004.

GERNET, Jacques. *Chine et christianisme*. Paris: Gallimard, 1982.

\_\_\_\_\_. *Il mondo cinese*. Turim: Einaudi, 1978

GHEDDO, Piero. *Dove va la Cina?* Milão: EMI, 1972

\_\_\_\_\_. *Cina e cristianesimo: azione e reazione*. Casale Monferrato (AL): Marietti, 1984.

GIOVAGNOLI, Agostino. Rapporti diplomatici fra Santa Sede e Cina. In: GIOVAGNOLI Agostino (a cura di). *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma: Edizioni Studium, 1999.

GU WEI MING. Costantini e la “naturalizzazione” della Chiesa in Cina. In: GIOVAGNOLI Agostino (a cura di). *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma: Edizioni Studium, 1999, p. 221-226.

GUGLIELMETTI, Pierfilippo M. *Cina: una chiesa, due testimonianze*. Milão: Centro Missionario Diocesano, 1988.

GUERRA, François-Xavier. El renascer de la História Política. In: ANDRÉS-GALLEGO, José. *New History, Nouvelle Histoire: hacia una nueva Historia*. Madrid: Actas, 1993, 221-245.

GUIMARÃES, Samuel P. *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional (3 ed.)* Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: ed. UFRGS/FAPA, 1999.

HE GUANGHU. Religious Studies in China and their connection with Political and Social Circumstances. *Occasional Papers*. Aahurs, N. 5, 2003, p. 26-40. Disponível em: [www.teo.au.dk/cms/english/Publications/Aktuelle\\_sktifter5.pdf](http://www.teo.au.dk/cms/english/Publications/Aktuelle_sktifter5.pdf). Acesso em: 23 jun. 2004.

HEYNDRICKX, Jeroom. John Paul II, the Pope of dialogue and “Unfinished Encounter” with the RPC. *Tripod - Summer 2005*, vol. 25, Nº. 137. Disponível em: [http://www.hss-tudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T137/T137\\_E04.htm](http://www.hss-tudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T137/T137_E04.htm). Acesso em: 10 out. 2005.

\_\_\_\_\_. Christianity in China is growing to a new level of maturity. *21th National Catholic China Conference Growth of Christianity in China: Reality, Challenges and Opportunity. June de 2005 – Seattle University, Seattle Washington*. Disponível em: [http://www.usccb.net/conference/conference21/Paper\\_Heyndrickx16Jun05.pdf](http://www.usccb.net/conference/conference21/Paper_Heyndrickx16Jun05.pdf). Acesso em: 23 fev. 2006.

\_\_\_\_\_. An Obstacle to Reconciliation in the Chinese Church. *Tripod – Summer 2003*, vol. XXIII, nº. 129, p. 14-25.

HOBBSAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUNTINGTON, Samuel. *O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

INSTITUTE OF CATHOLIC HISTORY FU-JEN CATHOLIC UNIVERSITY. *A collection of documents on the history of the 60 years of Sino-Vatican diplomatic relations*. Taipei (Taiwan): 2002.

JOÃO PAULO I. *Angelus Domini, 27 de agosto de 1978*. Disponível em: [http://www.vatican.net/holy\\_father/john\\_paul\\_i/angelus/documents/hf\\_jp-i\\_ang\\_27081978\\_po.html](http://www.vatican.net/holy_father/john_paul_i/angelus/documents/hf_jp-i_ang_27081978_po.html). Acesso em 25 ago. 2005.

\_\_\_\_\_. *Discurso do papa João Paulo I ao Corpo Diplomático credenciado junto à Santa Sé, 31 de agosto de 1978*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_i/speeches/documents/hf\\_jp-i\\_spe\\_31081978\\_diplomatic-corps\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_i/speeches/documents/hf_jp-i_spe_31081978_diplomatic-corps_po.html). Acesso em: 16 set. 2005.

JOÃO PAULO II. *Angelus, 19 agosto 1979*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/angelus/1979/documents/hf\\_jp-ii\\_ang\\_19790819\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/angelus/1979/documents/hf_jp-ii_ang_19790819_it.html). Acesso em: 10 jan. 2005.

\_\_\_\_\_. *Discorso ai vescovi cinesi in visita "ad limina apostolorum", 11 novembre 1980*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/1980/november/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19801111\\_vescovi-cina\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1980/november/documents/hf_jp-ii_spe_19801111_vescovi-cina_it.html). Acesso em: 21 jan. 2005.

\_\_\_\_\_. *Discorso alle comunità cattoliche cinesi in Asia. 18 febbraio 1981*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/1981/february/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19810218\\_manila-comunita-cattoliche-cinesi\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1981/february/documents/hf_jp-ii_spe_19810218_manila-comunita-cattoliche-cinesi_it.html). Acesso em: 16 fev.2005.

\_\_\_\_\_. *Caritas Christi. Lettera ai vescovi di tutto il mondo per l'inizio del nuovo anno cinese, 6 gennaio 1982*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/letters/1982/documents/hf\\_jp-ii\\_let\\_19820106\\_caritas-christi\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/letters/1982/documents/hf_jp-ii_let_19820106_caritas-christi_it.html). Acesso em: 10 mai. 2006.

\_\_\_\_\_. *Santa Messa per le comunità cristiane cinesi, 21 marzo 1982*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/homilies/1982/documents/hf\\_jp-ii\\_hom\\_19820321\\_cristiani-cinesi\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/homilies/1982/documents/hf_jp-ii_hom_19820321_cristiani-cinesi_it.html). Acesso em: 15 mai. 2005.

\_\_\_\_\_. *Discorso ai partecipanti al convegno di studii nel IV centenario dell'arrivo di Matteo Ricci, 25 ottobre 1982*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/1982/october/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19821025\\_matteo-ricci\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1982/october/documents/hf_jp-ii_spe_19821025_matteo-ricci_it.html). Acesso em: 21 jul. 2005.

\_\_\_\_\_. *Discorso ai vescovi della Conferenza Episcopale Regionale di Cina in Taiwan, 28 febbraio 1984*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/1984/february/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19840228\\_vescovi-taiwan\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1984/february/documents/hf_jp-ii_spe_19840228_vescovi-taiwan_it.html). Acesso em: 15 ago. 2005.

\_\_\_\_\_. *Discorso ai vescovi della Conferenza Episcopale Regionale di China in visita "ad limina apostolorum", 8 novembre 1985*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/1985/november/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19851108\\_cina-ad-limina\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1985/november/documents/hf_jp-ii_spe_19851108_cina-ad-limina_it.html). Acesso em: 7 jun. 2005.

\_\_\_\_\_. *Angelus, 18 giugno 1989*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/joao\\_paul\\_ii/angelus/1989/documents/hf\\_jp-ii\\_ang\\_19890618\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/joao_paul_ii/angelus/1989/documents/hf_jp-ii_ang_19890618_it.html). Acesso em: 01 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. *Lettera al Card. Tomko in occasione del VII centenario dell'arrivo a Pechino di Fra' Giovanni da Montecorvino, 8 settembre 1994*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/letters/documents/hf\\_jp-ii\\_let\\_26091994\\_vii-cent-miss-beijing\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/letters/documents/hf_jp-ii_let_26091994_vii-cent-miss-beijing_it.html). Acesso em: 22 set. 2005.

\_\_\_\_\_. *Messaggio di Giovanni Paolo II nel 70° dell'ordinazione a Roma del primo gruppo di vescovi cinesi e nel 50° dell'istituzione della gerarchia ecclesiastica in Cina, 3 dicembre 1996*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/messages/pont\\_messages/1996/documents/hf\\_jp-ii\\_mes\\_19961203\\_china-church\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/messages/pont_messages/1996/documents/hf_jp-ii_mes_19961203_china-church_it.html). Acesso em: 26 set. 2005.

\_\_\_\_\_. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Ecclesia in Asia, 6 de novembro de 1999*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/apost\\_exhortations/1999/documents/hf\\_jp-ii.exh\\_06111999\\_ecclesia-in-asia\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_exhortations/1999/documents/hf_jp-ii.exh_06111999_ecclesia-in-asia_po.html). Acesso em: 1 ago. 2006.

\_\_\_\_\_. *Mensagem de Sua Santidade para a comunidade católica na China, 8 de dezembro de 1999*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/1999/december/documents/hf\\_jp-ii.spe\\_10121999\\_china\\_po.htm](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1999/december/documents/hf_jp-ii.spe_10121999_china_po.htm). Acesso em: 11 ago. 2006.



\_\_\_\_\_. *Homilia durante o rito de canonização de 123 novos santos, 1 de outubro de 2000*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/holilies/2000/documents/hf\\_jp-ii\\_hom\\_20001001\\_canonization\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/holilies/2000/documents/hf_jp-ii_hom_20001001_canonization_po.html). Acesso em: 12 mar. 2006.

\_\_\_\_\_. *Discurso aos peregrinos vindos para a cerimônia da canonização, 2 de outubro de 2000*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/2000/oct-dec/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_20001002\\_canonization\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2000/oct-dec/documents/hf_jp-ii_spe_20001002_canonization_po.html). Acesso em: 10 de out. 2006.

\_\_\_\_\_. *Mensagem por ocasião do IV centenário da chegada do Padre Matteo Ricci a Pequim, 24 de outubro de 2001*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/2001/october/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_20011024\\_matteo-ricci\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2001/october/documents/hf_jp-ii_spe_20011024_matteo-ricci_po.html). Acesso em: 20 set. 2005.

KING, Geoffrey. Uma Chiesa Scismatica? Uma valutazione canonica. In: TANG, Edmond e WIEST, Jean-Paul. *La Chiesa cattolica nella Cina di oggi*. Bolonha: Editrice Missionaria Italiana, 1995, p. 127-156.

KIM, Samuel S. *China, the Unites Nations and the world order*. Princeton: Princenton University Press, 1979.

KRIPPENDORFF, Ekkehart. *História das relações internacionais*. Lisboa: Antídoto, 1979.

\_\_\_\_\_. *Critica della política estera*. Roma: Fazi Editore, 2004.

KÜNG, Hans. *Christianity and Chinese religions*. Londres: SCM Press, 1993.

\_\_\_\_\_. *Cristianesimo e religiosità cinese*. Milão: Mondadori, 1989.

\_\_\_\_\_. *Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

LACCHIO, Petrônio M. *Il dramma giallo: la chiesa perseguitata*. Bolonha: Ed. A.B.E.S, 1953.

LAM, Anthony S.K. *The Catholic Church in Present-Day China: through darkness and light*. Hong Kong: Ferdinand Verbiest Foundation/Holy Spirit Study Centre, 1997.

\_\_\_\_\_. *Decades of Vacillation. Chinese Communist Religious Policy and Its Implementation*. Hong Kong: Holy Spirit Study Centre, 2003.

\_\_\_\_\_. LAM, Anthony. Recent Changes in China's Religious Policy. *Tripod* – Spring 2002. Vol. 22, N. 124. Disponível em: [http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T124/T124\\_E06.htm](http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T124/T124_E06.htm). Acesso em: 20 jun. 2004.

\_\_\_\_\_. A commentary on the Regulations on Religious Affairs. *Tripod* - Spring 2005, vol. 25, Nº. 136. Disponível em: [http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T136/T136\\_E03.htm](http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T136/T136_E03.htm). Acesso em: 10 out. 2005.

LAURENTIN, René. *Cina e Cristianesimo, al di lá delle occasioni mancate*. Roma: Città Nuova, 1981.

LAZZAROTTO, Angelo. *La Chiesa cattolica in Cina: la "politica di liberta religiosa" dopo Mao*. Milão: Jaca Book, 1982.

LEBEC, Eric. *História secreta da diplomacia vaticana*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1999.

LECLERQ, Jacques. *Vie du Père Lebbe*. Paris: Casterman, 1955.

LEE, Stephan Bun Sang. *Relaciones Iglesia-Estado en la Republica Popular China*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1990.



LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe (Orgs). *Questões para a História do presente*. Bauru (SP): EDUSC, 1999, p. 93-102.

LEUNG, Beatrice. *Sino-Vatican relations. Problems in conflicting authority 1976-1986*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

LEYS, Simone. *Gli abiti nuovi del presidente Mao*. Milão: Ed. Antistato, 1977.

LOMBARDI, Gabrio. *Persecuzioni, laicità, libertà religiosa: dall'Editto di Milano alla "Dignitatis humanae"*. Roma: Studium, 1991.

LUO ZHUFENG. *Religion under Socialism in China*. Armonk (NY): M.E. Sharp, 1991.

MA JUIHSUEH. *Diario di fuga dalle guardie rosse*. Roma: Città Nuova Editrice, 1979.

MAHEU, Betty Ann. Three events for remembrance. *Tripod*. Vol. XIX – N. 113. Setembro-Outubro, 1999, p. 31-50.

\_\_\_\_\_. The Catholic Church in China: Journal of faith, an Update on the Catholic Church in China, 2005. *América*. New York: Nov. 7, 2005. Vol. 193, ISS. 14, p. 6-8.

MASSON, Michel. Lês rapports entre la Saint Siège et la Chine: un dialogue non abouti. *Revue d'études comparatives Est-Ouest*, 2001, vol. 32, n. 1°, p. 55-84.

MAO ZEDONG. *Citações do presidente Mao Zedong*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1967

\_\_\_\_\_. *Obras escolhidas de Mao Zedong*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

\_\_\_\_\_. Come determinare l'appartenenza di classe nelle campagne. In: *Scritti scelti*, vol. I, p. 169-182. Roma: Editora Rinascita, 1955.

\_\_\_\_\_. "Acerca da justa solução das contradições no seio do povo". Discurso de 27 de fevereiro de 1957, Livro 14 – O pere di Mao Zedong. Disponível em: [http://www.bibliotecamarxista.org/Mao/libro\\_14/libro\\_14.htm](http://www.bibliotecamarxista.org/Mao/libro_14/libro_14.htm). Acesso em: 15 nov. 2005.

MAROTTOLI, Stefania M. *La Santa Sede nel Diritto Internazionale*. Tese de Lâurea. Università degli Studi di Bari. Bari: 1998.

MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

MELIS, Giorgio. Costituzioni cinesi comparate (parte III). *Mondo cinese*, n. 46. Junho de 1984. Disponível em: [http://www.tuttocina.it/Mondo\\_cinese/046/046\\_cost.htm](http://www.tuttocina.it/Mondo_cinese/046/046_cost.htm). Acesso em 3 mai. 2006.

METZLER, Joseph. La soluzione della questione dei riti. In: GIOVAGNOLI, Agostino (a cura di). *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma: Edizioni Studium, 1999, p. 243-260.

MEZZETTI, Fernando. *De Mao a Deng: a transformação da China*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MI, Francis; MAHEU Betty Ann. China's Religious Policy: 1981-1999. *Tripod*. Vol. XIX – N. 113. Setembro-Outubro, 1999, p. 6-29.

MINAKIMI, George. *The Chinese rites controversy from its beginning to modern times*. Chicago: Loyola University Press, 1985.

MIRANDA, Marina. Le nuove prospettive di sviluppo nel settore privato nella Repubblica Popolare Cinese: la politica del Partito. *Mondo Cinese n. 108* (Luglio-settembre 2001). Disponível em: [http://www.tuttocina.it/Mondo\\_Cinese/108/108\\_mira.htm](http://www.tuttocina.it/Mondo_Cinese/108/108_mira.htm). Acesso em: 2 mar. 2006.



\_\_\_\_\_. Il Partito Comunista Cinese: da Partito rivoluzionario a Partito di governo. *Mondo Cinese n. 113* (Ottobre-dicembre 2002). Disponível em: [http://www.tuttocina.it/Mondo\\_cinese/113/113\\_mira.htm](http://www.tuttocina.it/Mondo_cinese/113/113_mira.htm). Acesso em: 12 jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Reforme e sviluppo sostenibile secondo il nuovo gruppo dirigente del PCC. *Mondo Cinese n. 117* (Maggio-agosto 2004). Disponível em: [http://www.tuttocina.it/Mondo\\_cinese/117/117\\_mira.htm](http://www.tuttocina.it/Mondo_cinese/117/117_mira.htm). Acesso em: 30 set. 2005.

\_\_\_\_\_. Il Partito Comunista Cinese discute de come migliorare la propria capacità di governo. *Mondo Cinese n. 121* (Ottobre-dicembre 2004). Disponível em: [http://www.tuttocina.it/Mondo\\_cinese/121/121\\_mira.htm](http://www.tuttocina.it/Mondo_cinese/121/121_mira.htm). Acesso em: 24 mar. 2006.

\_\_\_\_\_. “Società armoniosa e “riunificazione non pacifica”. I lavori della 3ª sessione della X legislatura dell’Assemblea Nazionale del popolo. *Mondo Cinese n. 122* (Gennaio-marzo 2005). Disponível em: [http://www.tuttocina.it/Mondo\\_cinese/122/122\\_mira.htm](http://www.tuttocina.it/Mondo_cinese/122/122_mira.htm). Acesso em: 20 jul. 2005.

MOREIRA, Adriano. *Teoria das relações internacionais*. Coimbra: Livraria Almedina, 1996.

MYERS, James T. *Nemici senza fucile*. Milão: Jaca Book, 1994.

NOIRIEL, Gerard. L’histoire politique: contours et détours. In: *Qu’est-ce que l’histoire contemporaine?* Paris: Hachette, 1998, 167-195.

\_\_\_\_\_. Toute histoire est contemporaine (donc l’histoire contemporaine n’existe pas?) In: *Qu’est-ce que l’histoire contemporaine?* Paris: Hachette, 1998, 07-29.

OLIVEIRA, Carlos Tavares de. *O despertar da China: 1980-2002, crescimento acelerado*. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

PALMER, Martin. *Speech about the Da Qin Project: Early Christianity in China*. Hong Kong, 23 de fevereiro de 2001. Disponível em: <http://www.asiasociety.org/speeches/Plamer.html>. Acesso em: 05 jul. 2005

PAULO VI. *Discours aux représentants des États membres des nations unies, 7 juin 1978*. Disponível em: [http://www.vatican.va/Holy\\_father/paul\\_vi/speeches/1978/june/document/hf\\_p-vi\\_spe\\_19780607\\_nazioni\\_unite\\_fr.html](http://www.vatican.va/Holy_father/paul_vi/speeches/1978/june/document/hf_p-vi_spe_19780607_nazioni_unite_fr.html). Acesso em 1 jul. 2005

\_\_\_\_\_. *Discurso às Nações Unidas por ocasião da sua Visita à ONU, 4 de outubro de 1965*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/paul\\_vi/speeches/1965/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19651004\\_united\\_nations\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651004_united_nations_po.html). Acesso em: 1 jul. 2005.

\_\_\_\_\_. *Discurso al Collegio Urbano di Propaganda Fide, 20 ottobre 1963*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/paul\\_vi/speeches/1963/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19631020\\_propaganda\\_fide\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/speeches/1963/documents/hf_p-vi_spe_19631020_propaganda_fide_it.html). Acesso em: 19 jun. 2006.

\_\_\_\_\_. *Visita alle Catacombe Romane, 12 settembre 1965*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/paul\\_vi/homilies/1965/documents/hf\\_p-vi\\_hom\\_19650912\\_catacombe\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/homilies/1965/documents/hf_p-vi_hom_19650912_catacombe_it.html). Acesso em: 19 jun. 2006.

\_\_\_\_\_. *Solenità dell’Epifania di Nostro Signore Gesù Cristo, 6 gennaio 1967*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/paul\\_vi/homilies/1967/documents/hf\\_p-vi\\_hom\\_19670106\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/homilies/1967/documents/hf_p-vi_hom_19670106_it.html). Acesso em: 19 jun. 2006.

\_\_\_\_\_. *Pellegrinaggio Apostólico di Sua Santità Paolo VI in Asia Orientale, Oceania e Australia. Santa messa nella “Valle Felice”. Hong Kong, 4 dicembre 1970*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/paul\\_vi/homilies/1970/documents/hf\\_p-vi\\_hom\\_19701204\\_hong-kong\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/homilies/1970/documents/hf_p-vi_hom_19701204_hong-kong_it.html). Acesso em: 19 jun. 2006.

PEZZIMENTI, Rocco. *Il marxismo asiatico. Teoria e pratica nella lotta per il potere in Urss e Cina*. Milão: SugarCo Edizioni, 1984.



\_\_\_\_\_. *Politica e economia. Saggio sulla genesi dello sviluppo economico*. Roma: Nuova Millenium Romae, 2004.

\_\_\_\_\_. *Politica e Religione. La secolarizzazione nella modernità*. Roma: Città Nuova, 2004.

PINTO PEREIRA, Paulo. *A China e o Sudeste Asiático*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

PIO XII. *Evangelii Praecones. Encíclica sobre o fomento das missões, 2 de junho de 1951*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_02061951\\_evangelii-praecones\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_02061951_evangelii-praecones_po.html). Acesso em: 4 abr.2006.

\_\_\_\_\_. *Cupimus imprimis. Lettera Apostolica sualla Chiesa Cattolica in Cina, 18 gennaio 1952*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/apost\\_letters/documents/hf\\_p-xii\\_apl\\_19520118\\_cupimus-imprimis\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/apost_letters/documents/hf_p-xii_apl_19520118_cupimus-imprimis_it.html). Acesso em: 10 fev. 2005.

\_\_\_\_\_. *Ad Sinarum Gentem. Paterna esortazioni alla Chiesa cattolica in Cina, 7 ottobre 1954*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_07101954\\_ad\\_sinarum\\_gentem\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_07101954_ad_sinarum_gentem_it.html). Acesso em: 4 fev. 2005.

\_\_\_\_\_. *Ad Apostolorum principis. Exortações e normas para a Igreja Católica na China, 29 de junho de 1958*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_29061958\\_ad-apostolorum-principis\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_29061958_ad-apostolorum-principis_po.html). Acesso em: 23 out. 2005.

\_\_\_\_\_. *Meminisse iuvat. Orações públicas pela paz no mundo e liberdade da Igreja na Novena de Assunção, 14 de julho de 1958*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_14071958\\_miminisse-iuvat\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_14071958_miminisse-iuvat_po.html). Acesso em: 14 mai. 2006.

PLANCHET, Jean Marie. *Documents sur les martyres des Pékin pendant la persécution des Boxeurs*. Pequim: Ed. Pekin, Imprimerie des Lazaristes, 1920.

POLITI, Gianfranco. La fondazione dell'Associazione Patriottica dei Cattolici Cinesi. *Asia News* - (Suplemento a "Mondo e Missione") n. 7 – agosto e setembro 1997.

PONTIFICIO ISTITUTO MISSIONI ESTERE (org.). *Espulsi dalla Cina di Mao: criminali o vittime? Testimonianze di Vescovi e Missionari del P.I.M.E.* Milão: Ed. Pont. Istituto Missioni Estere, 1953.

RÉMOND, René (org.) *Por uma história política*. RJ: UFRJ/FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. O retorno do político. In: CHAVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru (SP): EDUSC, 1999, p. 51-60.

\_\_\_\_\_. A Igreja Católica no século XX ante os fanatismos e as intolerâncias. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise (org.) *A intolerância: Foro internacional sobre a intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 82-84.

REN YAN LI. Repubblica Popolare e Santa Sede. In: GIOVAGNOLI Agostino (a cura di). *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma: Edizioni Studium, 1999, p. 275-286.

REIS FILHO, Daniel A. *A construção do socialismo na China*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

RICCARDI, Andrea. *Intransigenza e modernità. La Chiesa Cattolica verso il terzo millennio*. Roma-Bari: Ed. Laterza, 1996.

\_\_\_\_\_. *Il secolo del martirio*. Roma: Mondadori, 2000.





\_\_\_\_\_. La Chiesa fuori dalla “cristianità”. In: GIOVAGNOLI, Agostino. (a cura di). *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma: Edizioni Studium, 1999, p. 11-20.

RUMI, Giorgio. Benedetto XV e il sistema delle relazioni internazionali. In: GIOVAGNOLI, Agostino. (a cura di). *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma: Edizioni Studium, 1999, p. 21-38.

SABATTINI, Mario e SANTANGELO, Paolo. *Storia della Cina*. Bari: Laterza, 1986.

SALDANHA, António Vasconcelos De. *De Kangxi para o papa, pela via de Portugal: memória e documentos relativos à intervenção de Portugal e da Companhia de Jesus na questão dos Ritos chineses e nas relações entre o imperador Kangxi e a Santa Sé*. Macao: Instituto Português do Oriente, 2002.

SAMARANI, Guido. Governare la Cina: problemi e prospettive dopo il XVI Congresso del PCC. *Mondo Cinese n. 113* (ottobre-dicembre 2002). Disponibile em: [http://www.tuttocina.it/Mondo\\_cinese/113/113\\_sama.htm](http://www.tuttocina.it/Mondo_cinese/113/113_sama.htm). Accesso em: 23 fev. 2005.

SANTINI, Alceste. *Cina e Vaticano: dallo scontro al dialogo*. Roma: Editori Riuniti, 2003.

SARTORI, Giovanni. *La politica: logica e metodo nelle scienze sociali*. Milão: SugarCo Edizioni, 1979.

SHAN, Paul. Acknowledging Mistakes, Clarifying Misunderstandings: Keynote Address. *Tripod*. Autumn 2004. Vol. 24. No. 134. Disponibile em: [http://www.hsstudyc.org.hk/en/tripod\\_en/en\\_tripos\\_134\\_03.html](http://www.hsstudyc.org.hk/en/tripod_en/en_tripos_134_03.html). Accesso em: 15 abr. 2005.

SIRINELLI, Jean-François. Le retour du politique. In: *Écrire l'histoire du temps présent* – CNRS – Histoire. Institut du Temps Présent, CNRS ed., 1993, 263-274.

SNOW, Edgar. *Stella Rossa sulla Cina*. Turim: Einaudi, 1974.

SOETENS, Claude. *L'Église catholique en Chine au XX siècle*. Paris: Ed. Beauchesne, 1997.

\_\_\_\_\_. La svolta della *Maximum illud*. In: GIOVAGNOLI, Agostino (a cura di). *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma: Edizioni Studium, 1999, p. 69-90.

SPINELLI, Lorenzo. *Lo Stato e la Chiesa – Venti Secoli di Relazioni*. Turim: Utet Libreria, 1988.

STAUDE, Angela Terzani. *Giorni Cinesi*. Milão: Longanesi & C., 1987.

TANG, Domingos. *Os Insondáveis caminhos de Deus. Memórias de D. Domingos Tang, Arcebispo de Cantão*. Braga: Editorial A.O., 1990.

TANG, Edmond, La Chiesa negli anni '90. In: TANG, Edmond; WIEST Jean Paul et al. *La chiesa cattolica nella Cina di oggi*. Bolonha: Editrice Missionaria Italiana, 1995, p. 55-75.

TANG, Edmond; WIEST Jean Paul et al. *La chiesa cattolica nella Cina di oggi*. Bolonha: Editrice Missionaria Italiana, 1995.

TANG YI. Gli intellettuali del “Quattro Maggio” e il cristianesimo. In: GIOVAGNOLI, Agostino (a cura di). *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma: Edizioni Studium, 1999, p. 227-242.

TENORIO, Oscar. *Direito Internacional Privado - 2ª vol., 11ª ed.* Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.

TERZANI, Tiziano. *La Porta Proibita*. Milão: Ed. Longanesi, 1998.



\_\_\_\_\_. *In Asia*. Milão: Ed. Longanesi, 1998.

THOMAS, Antoine. *Histoire de la Mission de Pékin – Depuis l'arrivée des Lazaristes jusqu'à la révolte des Boxers*. Paris: Louis Michaud Éditeur, 1923.

TICOZZI, Sergio. La construction de la civilisation spirituelle en Chine. *Eglise d'Asie*. Dossiers et documents N°5/96- Disponível em: [http://eglasie.mepasie.org/cgi-bin/depeche\\_affichage.pl?templ=document\\_moteur.htm&xml=/public/cahier/cahier221.xml&bloc=3&art=1&rech=la\\_construction\\_civilization\\_spirituelle](http://eglasie.mepasie.org/cgi-bin/depeche_affichage.pl?templ=document_moteur.htm&xml=/public/cahier/cahier221.xml&bloc=3&art=1&rech=la_construction_civilization_spirituelle). Acesso em: 7 jan. 2004.

VALENTE, Gianni. *Il tesoro che fiorisce. Storia di cristiani in Cina*. Roma: Edizione 30 giorni, 2002.

VIZENTINI, Paulo Gilberto F. e RODRIGUES, Gabriela. *O dragão chinês e os tigres asiáticos: desenvolvimentos e diplomacia na Ásia Oriental contemporânea*. Porto Alegre: Novo Século, 2000.

VIZENTINI, Paulo Gilberto F. *Dez anos que abalaram o século XX. Da crise do socialismo à guerra ao terrorismo*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

\_\_\_\_\_. *História do século XX. 2ª ed.* Porto Alegre: Novo Século, 2000.

\_\_\_\_\_. *A nova Ordem Global. Relações Internacionais do século 20*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. De João Paulo II à Bento XVI: a Diplomacia do Vaticano. *Folha da História*. Porto Alegre, maio/junho – 2005.

WANG HUI. Dopo Tiananmen, il trionfo del neoliberalismo. *Le Monde diplomatique*. Abril de 2002. Disponível em: [http://www.monde\\_diplomatique.it/LeMonde-archivio/Aprile-2002/pagina.php?cosa=0204lm16.01.html&titolo=Dopo%20Tienanmen,%20il%20trionfo%20dell'ordine%20neoliberale](http://www.monde_diplomatique.it/LeMonde-archivio/Aprile-2002/pagina.php?cosa=0204lm16.01.html&titolo=Dopo%20Tienanmen,%20il%20trionfo%20dell'ordine%20neoliberale). Acesso em: 18 fev. 2005.

WANG XIAOLING. *L'Allodola e il Drago. Sopravvissuta nei gulag della Cina*. Alessandria: Piemme, 1993.

WEI TSING-SING, Louis. *La Saint-Siège et la Chine, de Pie XI à nos jours*. Sotteville-lès Rouen: Ed. A. Allais, 1971.

XINRAN. *As boas mulheres da China: as vozes ocultas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ZHENG YONGNIAN. Consolidamento Político: gli insegnamenti di 20 anni di riforme in Cina. *Mondo Cinese* n. 113 (Ottobre-Dicembre 2002). Disponível em: [http://www.tuttocina.it/Mondo\\_Cinese/113/113\\_zhen\\_hm](http://www.tuttocina.it/Mondo_Cinese/113/113_zhen_hm). Acesso em: 20 mar. 2006.

ZORZI ADIGE (pseud). *La Chiesa nascosta*. Milão: Baldini e Castoldi, 1999.

## Anexo I

---

# Tradução em português do Documento n. 19, emitido pelo Comitê Central do Partido Comunista da China em 1982

“A POLÍTICA DE BASE E O PONTO DE VISTA DO NOSSO PAÍS A RESPEITO DA QUESTÃO RELIGIOSA NESTE PERÍODO DE SOCIALISMO”.

A:

Todos os comitês provinciais do Partido.

Todos os comitês municipais do Partido.

Os comitês do Partido das regiões autônomas.

Os comitês do Partido das grandes áreas militares.

Os comitês do Partido das áreas militares provinciais.

Os comitês do Partido dos exércitos do campo.

Os comitês do Partido com os departamentos centrais sob a Comissão Central do Partido e o Concílio de Estado.

Todos os principais grupos dentro dos ministérios e comissões dos órgãos estatais.

Todos os quartéis-generais da Comissão Militar do Comitê Central do Partido Comunista.

Todos os comitês do Partido dentro dos militares.

Todos os comitês do Partido dentro das organizações civis.

O Secretariado fez um estudo recente sobre a questão religiosa e redigiu um documento intitulado:

“A POLÍTICA DE BASE E O PONTO DE VISTA DO NOSSO PAÍS A RESPEITO DA QUESTÃO RELIGIOSA NESTE PERÍODO DE SOCIALISMO”.

Este documento resume de forma mais sistemática a experiência histórica do nosso Partido, os aspectos negativos e positivos da questão religiosa desde a fundação da República Popular. Esclarece o ponto de vista fundamental e a política que o nosso Partido adotou em relação a esta questão religiosa.

Após o recebimento deste documento por parte de cada comitê municipal, provincial e das regiões autônomas, de cada comitê do Partido nos departamentos centrais sob o Comitê Central e Conselho de Estado, juntamente com cada grupo do Partido ao interno dos ministérios e comitês dos órgãos de Estado, todos devem se empenhar em uma conscienciosa investigação e

discussão da questão religiosa, assim como supervisionar e verificar a implementação pontual de cada item relacionado a esta política religiosa.

O Comitê Central considera que este compêndio da questão religiosa possa oferecer uma maior compreensão da atual situação. O Partido precisa também fazer ulteriores progressos em resumir a sua experiência em todos os outros aspetos do seu trabalho, assim como em outras áreas e departamentos. Desde que o “Bando dos Quatro” foi derrotado, e especialmente desde a IIIª Sessão Plenária do XI Comitê Central, o nosso partido obteve resultados notáveis em resumir sua experiência histórica. Expressão disso foi a aprovação da *Resolução sobre certas questões na história do nosso partido desde a fundação da República Popular* durante a VIª Sessão do XI Comitê Central. Isto confirmou que o nosso Partido na sua liderança ideológica, já completou a sua tarefa histórica de restaurar a ordem social. Mas sob outro aspecto, por exemplo, observando o operado do nosso Partido em todas as frentes, em todas as regiões e departamentos, devemos dizer que este trabalho de resumir as experiências históricas do partido ainda é insuficiente.

Portanto, o Secretariado Central espera que os comitês do Partido em todos os níveis, principalmente em nível provincial, municipal, das regiões autônomas, juntamente com os comitês e organizações do Partido de alto nível do Comitê Central, ministros e comitês dos departamentos governamentais, concentrarão seus esforços para completar, dentro de dois ou três anos os pré-requisitos para desempenhar bem esta tarefa. Eles se empenharão em uma conscienciosa investigação do trabalho naquelas regiões e departamentos dos quais são responsáveis, resumindo sistematicamente a sua experiência histórica, positiva e negativa, delineando-a em uma série de pontos de vista e métodos adaptados às condições nas suas regiões e departamentos, nas quais teoria e prática estejam intimamente ligadas.

O Comitê Central acredita que somente aferrando tenazmente esta ligação-chave e ampliando os esforços se poderá alcançar novos resultados e levantar o nível ideológico e teórico de todos os membros do partido. Eles devem então adotar métodos corretos e efetivos de trabalho e abrir uma nova era flamejante dado que o nosso país caminha rumo à grande tarefa de construir o socialismo nos próximos vinte anos que restam a este século.

O Comitê Central do Partido Comunista da China

31 de março de 1982

**“A POLÍTICA DE BASE E O PONTO DE VISTA DO NOSSO PAÍS A RESPEITO DA QUESTÃO RELIGIOSA NESTE PERÍODO DE SOCIALISMO”.**

I

A religião é um fenômeno histórico que pertence a um estágio determinado de desenvolvimento humano. Ela possui o seu próprio ciclo de surgimento, desenvolvimento e morte. A fé religiosa, o sentimento e as cerimônias religiosas, assim como as organizações religiosas, que juntam fé e sentimento, são todos produtos da história da sociedade. O mais antigo surgimento da mentalidade religiosa reflete condições nas quais as forças de produção atingiram um nível baixíssimo. Isto expressa o sentido de temor que

os povos primitivos mantinham em relação aos fenômenos naturais. Quando as classes da sociedade evoluíram, as razões mais claras para a existência e o desenvolvimento da religião baseavam-se no fato de que os homens eram controlados por algumas forças cegas na sociedade, que os alienavam, e das quais eles não conseguiam escapar. Uma outra razão era o medo e o desespero das classes trabalhadoras, que enfrentavam uma imensa miséria criada pelo sistema social opressor. Uma terceira razão era a necessidade da classe opressora de usar a religião como um ópio e como um importante e vital meio de controlar as massas.

Agora, em uma sociedade socialista, com a eliminação do sistema opressor e da classe opressora, a raiz da existência da religião foi eliminada. Mas, como o desenvolvimento da consciência social do povo sempre permanece atrasado no que diz respeito às realidades sociais, velhas idéias e velhos hábitos não podem ser eliminados completamente, em um breve período de tempo. É necessário um longo processo de luta para alcançar o máximo desenvolvimento das forças sociais de produção, para garantir riqueza material e estabelecer a democracia socialista no seu mais alto grau, assim como desenvolver os mais altos níveis de educação, cultura, ciência e artes. Como não podemos nos livrar, num curto prazo, de várias adversidades causadas em larga escala por desastres naturais e artificiais, e dado que a luta de classe ainda existe em certas áreas, assim como complexas situações internacionais, a religião, portanto, continuará a exercer a sua influência sobre uma parte da população na sociedade socialista. Por isso, continuará necessariamente a existir por um longo período. No final, como a história humana demonstrará, a religião desaparecerá. Mas isso acontecerá somente depois que todas as condições objetivas para o seu desaparecimento sejam encontradas, tendo passado pelo período do socialismo e por um longo desenvolvimento do comunismo. Todos os companheiros do Partido devem ter uma consciência clara da prolongada existência da religião sob as condições socialistas. Aqueles que pensam que, após o estabelecimento do sistema socialista e com um certo grau de progresso espiritual e econômico, a religião logo morrerá, não estão sendo realistas. Aqueles que pensam que eles podem basear-se em decretos administrativos ou outras medidas coercitivas para cancelar os pensamentos e as práticas religiosas com um assopro estão ainda mais distantes dos princípios básicos marxistas sobre religião. Eles estão inteiramente errados e farão grandes danos.

## II

O nosso país tem muitos tipos de religiões. O Budismo tem uma história de quase 2000 anos. A história do Taoísmo é de quase 3700 anos. O Islamismo está no nosso país há mais de 1300 anos. O catolicismo e o protestantismo alcançaram um maior desenvolvimento depois das guerras do ópio. No momento da liberação existiam cerca de 8 milhões de muçulmanos. Atualmente há cerca de 10 milhões. (A razão principal para este aumento é o crescimento da população entre as minorias étnicas que acreditam no Islamismo). Na liberação, a Igreja Católica tinha 2 milhões e 700 mil aderentes, agora ela tem mais de 3 milhões. Os protestantes eram 700 mil em 1949,

agora são 3 milhões. O Budismo (incluindo o Lamaísmo) recolhe quase a inteira população das minorias étnicas do Tibet, Mongólia e Liaoning. Entre a raça Han, o Budismo e Taoísmo ainda hoje exercem considerável influência. Naturalmente, no meio da população da China, e especialmente entre a raça Han, que é o maior grupo étnico, há um número considerável de pessoas que acreditam em espíritos. Mas a proporção daqueles que efetivamente adere à religião não é grande. Se nós compararmos este número do tempo da Liberação com o atual número de fiéis, veremos um certo incremento mas, se o compararmos com a proporção de crescimento da população total, então aparecerá um declino deste número.

Devemos reconhecer que a questão religiosa possui sua complexidade. Para resumir, podemos dizer que na velha China, durante o longo período feudal, assim como nos últimos cem anos de sociedade semi-colonial e semi-feudal, todas as religiões foram manipuladas e controladas pela classe governante. Isto produziu resultados desastrosos. Na própria China, os proprietários agrícolas feudais, os senhores feudais, os senhores da guerra reacionários, e a classe capitalista burocrática controlavam os líderes budistas, taoístas e islâmicos. Mais tarde, os poderes imperialistas e coloniais estrangeiros controlaram as igrejas protestantes e católicas.

Depois da liberação aconteceu uma profunda transformação do sistema socioeconômico e foi realizada uma grande reforma das organizações religiosas. O status de religião na China mudou radicalmente. As contradições que encontramos na religião pertencem, agora principalmente, à categoria das contradições entre o povo. Não obstante isso, a questão religiosa continuará a existir por um longo período de tempo dentro de certos limites. Ela possui um determinado caráter de massa e, em algumas áreas, é complicada por questões de nacionalidade étnica. Está influenciada também pelas lutas de classe e por complexos elementos internacionais. Portanto, a questão religiosa continuará a ter um significado importante que não podemos subestimar. A questão é: podemos tratar esta questão religiosa corretamente, dado que trabalhamos rumo à segurança nacional e à unidade étnica; dado que desenvolvemos relações internacionais enquanto resistimos às infiltrações das forças estrangeiras hostis; tendo em conta que nós continuamos a construir uma civilização socialista que possui valores espirituais e materiais? Isto, então, demanda que os comitês do Partido, em cada nível, adotem uma atitude de respeito à questão religiosa, que esteja conforme ao que Lenin mesmo dizia: - Estejam especialmente alerta -, - Sejam severos - e - Reflitam sobre as questões na sua complexidade-. Exagerar a seriedade e complexidade da questão e, conseqüentemente, criar pânico está errado; ignorar a complexidade do atual problema e abaixar o controle deixando as coisas caminhar sozinhas estaria igualmente errado.

### III

Desde a fundação da República Popular o nosso Partido caminhou em uma estrada sinuosa tratando com a questão religiosa. Em geral, podemos dizer que, durante os dezessete anos que seguiram o estabelecimento da nova China até a Revolução Cultural, nosso Partido, sob a direção da correta polí-

tica do Comitê Central do Partido, alcançou grandes resultados nos seu trabalho a respeito da religião, mesmo se neste período foram também cometidos importantes erros. Nós caçamos as forças imperialistas que existiam dentro das igrejas e promovemos uma correta política de independência, autogoverno e igrejas autônomas, assim como o “Movimento das Três Autonomias”, (autopropagação, auto-administração, autofinanciamento). Fizemos com que as Igrejas católicas e protestantes cessassem de serem instrumentos dos agressores imperialistas e se tornassem empresas religiosas autônomas e independentes para os crentes chineses. Nós abolimos os privilégios especiais do sistema religioso feudal e explorador. Nós expomos e atacamos aqueles elementos maus e reacionários que se escondiam sob a cobertura da religião. Fizemos budistas, taoístas e muçulmanos fugir do controle e manipulação das classes reacionárias. Nós proclamamos e concretizamos uma política de liberdade da crença religiosa, permitindo que a massa dos fiéis religiosos não somente alcançassem uma total emancipação econômica e política junto com as minorias étnicas, mas também lhes permitimos começar a fruir do direito de liberdade da crença religiosa. Nós implementamos a política de convencer, unir e educar os líderes religiosos e todos os fiéis patrióticos. Nós também assistimos e apoiamos as pessoas religiosas a procurar amizades internacionais. Todas estas atividades são bem conhecidas e obtiveram bons resultados.

Mas, desde 1957, os erros esquerdistas na área religiosa desenvolveram-se gradualmente e pioraram ainda mais na metade dos anos 60. Especialmente durante a Revolução Cultural, o bando contra-revolucionário Lin Biao-Jiang Ching, com ulteriores motivos, usou destes erros esquerdistas e pisaram pesadamente sobre a teoria científica do Marxismo-Leninismo e do pensamento de Mao Zedong concernente a teoria científica da questão religiosa. Eles repudiaram totalmente a correta política do Partido em relação à religião, adotada desde a fundação da nossa República Popular. Eles aboliram radicalmente todo o trabalho que o Partido havia feito a respeito da questão religiosa. Eles proibiram forçadamente as atividades religiosas normais. Eles trataram os líderes religiosos patrióticos, assim como os fiéis religiosos ordinários, como “alvos para a ditadura” e fabricaram uma multidão de erros e injustiças que foram colocadas em cima dos próprios líderes religiosos. Eles até equivocaram alguns hábitos e práticas das minorias étnicas, considerado-as como superstições religiosas, que eles forçadamente proibiram. Em alguns lugares, eles até reprimiram as massas de fiéis e destruíram a unidade nacional. Eles usaram métodos violentos contra a religião, com o resultado de forçar movimentos religiosos a esconder-se, permitindo ao estado desorganizado das coisas de progredir. Uma minoria de contra-revolucionários e maus elementos usou desta situação, e, sob a cobertura de atividades religiosas, realizou atividades criminosas ilegais, assim como organizou movimentos contra-revolucionários destrutivos.

Depois ter derrotado o bando de Jiang Ching, e especialmente desde a Terceira Sessão Plenária do 11º Comitê Central do Partido, a política correta e o objetivo sobre o trabalho religioso foi progressivamente restaurado. Nós

abrimos os templos budistas e taoístas assim como as igrejas e outros lugares para atividades religiosas. Nós restauramos as atividades das organizações religiosas patrióticas. Nós convencemos, unimos e educamos os fiéis e os líderes religiosos. Nós reforçamos a unidade entre crentes e não-crentes em cada grupo étnico, desfizemos os erros e injustiças do passado, abrimos o caminho para que as pessoas religiosas possam ter contatos fraternos com grupos religiosos internacionais, enquanto resistimos à infiltração de forças religiosas estrangeiras hostis. Todas estas são realizações importantes.

Neste novo período histórico, a tarefa básica do Partido no seu trabalho religioso será de implementar firmemente a política de liberdade religiosa, consolidar e expandir as alianças políticas patrióticas entre os grupos religiosos, desenvolver sua educação socialista e patriótica, mobilizar todos os elementos positivos entre eles para construir um estado socialista moderno e potente, trabalhar para a reunificação de Taiwan com a mãe-pátria, opor-se à hegemonia e perseguir a paz no mundo.

Agora, para implementar e realizar a política religiosa do Partido de forma total e correta, a coisa mais importante a ser feita é opor-se às errôneas tendências “esquerdistas”. Ao mesmo tempo devemos vigiar para evitar ir rumo à direção oposta, adaptando-se às tendências de laissez-faire às quais devemos resistir fortemente. Todos os membros do Partido, comitês do partido em todos os níveis, especialmente aqueles responsáveis para o trabalho religioso, resumam habilmente e assimilem conscientemente os elementos da experiência histórica do Partido em relação à religião desde a fundação da República Popular. Devem considerar a questão nos seus aspectos negativos e positivos. Devem progredir na aquisição de um conhecimento completo da lei que regula a emergência, o desenvolvimento e desintegração da religião. Devem superar todo obstáculo e toda dificuldade e reconhecer nisso que a política religiosa do Partido está no curso delineado pela doutrina científica de Marx, Lenin e Mao Zedong.

#### IV

A política de base do partido em relação à religião é ter respeito e proteger a liberdade religiosa. Este é uma tentativa em longo prazo, até o momento em que a religião desaparecerá sozinha. Esta política significa que todos os cidadãos possuem liberdade de acreditar na religião assim como não acreditar nela; a liberdade de acreditar nesta ou naquela determinada religião ou nesta ou naquela determinada seita religiosa. Significa liberdade para aqueles que no passado não acreditavam e agora acreditam e para os atuais fiéis de rejeitar a sua crença.

Nós comunistas somos ateus e usamos todos os meios para proclamá-lo entre as massas. Contudo, devemos entender que é inútil e até danoso usar medidas coercitivas tratando com as questões espirituais e ideológicas das pessoas, especialmente a questão da crença religiosa. Nós devemos entender também que, no atual estágio histórico, a diferença que existe entre a massa dos crentes e não-crentes, assim como as questões ideológicas envolvidas, é relativamente secundária. Se nós enfatizarmos somente esta diferença, a ponto de dar a ela a importância primária, e discriminamos e atacamos os



fiéis, esquecendo que o bem-estar econômico e político dos fiéis e ateus é o mesmo, então nós negamos que a tarefa básica do Partido é unir a nação inteira (incluindo fiéis e ateus) para trabalhar juntos ao estabelecimento de um estado socialista forte. Além disso, ações deste tipo servirão somente para incitar e agravar o fanatismo religioso, com sérias conseqüências para a nossa empresa socialista. Portanto, nossa política a respeito da liberdade religiosa é que esteja de acordo com o bem-estar das pessoas.

Naturalmente, no processo de implementação desta política que garante a liberdade das pessoas de acreditar em uma religião, devemos também garantir o direito das pessoas a não acreditar em religião. Estes são dois indispensáveis aspectos da mesma questão. Toda ação que force ateus a acreditar em uma religião ou force fiéis a não acreditar é infringir sua liberdade. Ambos são erros sérios e não devem ser tolerados. Esta garantia da liberdade de crença religiosa em nenhum caso contrasta, mas, ao contrário, reforça os esforços do partido em disseminar a educação científica e favorece sua propagação contra a superstição. Deve ser notado que o ponto essencial desta política é fazer da decisão pessoal de cada cidadão, de acreditar ou não acreditar, um fato privado que envolve somente ele ou ela mesma.

O poder político em um estado socialista não pode em nenhum caso ser usado para promover uma religião, nem proibir uma religião, sempre que se trate de uma questão de crenças e práticas religiosas normais. Ao mesmo tempo, não será permitido que a religião se envolva nas questões políticas, de administração e de justiça do estado, nem intervir nas escolas ou na educação pública. Será absolutamente proibido forçar qualquer um a se tornar membro de uma igreja, a se tornar monge ou freira, ou ir aos templos ou monastérios, estudar a escritura, especialmente quando se trata de jovens abaixo dos 18 anos. Os privilégios feudais e os sistemas opressores que a religião precedentemente empregava e que foram abolidos não serão restaurados. Nem será permitido questionar a liderança do Partido ou o sistema socialista ou enfraquecer a unidade étnica e nacional. Não se pode difundir propaganda anti Marxista-Leninista-Maoista.

Para resumir, o ponto básico de partida e o firme fundamento do Partido na gestão da questão religiosa fundam-se no seu desejo de unir os fiéis e os ateus e dar a eles a possibilidade de centrar a sua atenção sobre o objetivo comum de construir um estado socialista moderno e potente. Toda ação ou palavra que desvia minimamente deste objetivo básico deve ser firmemente barrada e contrastada pelo Partido e pelos cidadãos.

## V

Para convencer, unir e educar os fiéis religiosos é extremamente importante a tarefa dos profissionais religiosos. Portanto a parte essencial do trabalho religioso do Partido é dirigir-se a eles a fim de que a política religiosa do partido possa ser implementada. Atualmente no país há cerca de 59.000 líderes religiosos. Deste número cerca de 27.000 são monges e monjas budistas, incluindo lamas. Mais de 2.600 sacerdotes e freiras taoístas. Entre os muçulmanos estão cerca de 20.000 líderes religiosos. Há cerca de 3.400 líderes católicos, e cerca de 5.900 líderes entre os protestantes.

Devido aos muitos anos de natural atrito este número de líderes religiosos sofreu uma forte diminuição. Eles possuem diferentes origens de classe, experiências, crenças e ideologia política, mas a maioria deles é patriótica, observa a lei e apóia o sistema socialista. Somente uma minoria opõe-se à Constituição, ao sistema socialista e frequenta contra-revolucionários estrangeiros e outros maus elementos. Não devemos descuidar das íntimas ligações que unem estes líderes à massa de fiéis religiosos, mas devemos também considerar a importante influência que eles mantêm sobre as suas vidas espirituais. Além de realizar os seus deveres religiosos ordinários, eles também se empenham em obras que servem o bem comum. Por exemplo, eles salvaguardam templos, igrejas e relíquias culturais religiosas, se empenham na agricultura e reflorestamento, assim como promovem estudos religiosos em nível acadêmico. Devemos prestar suficiente atenção às pessoas religiosas, especialmente aos líderes, para cuidar deles e ajudá-los a progredir. Devemos desenvolver pacientemente o seu patriotismo e o espírito de observância da lei assim como o seu apoio ao socialismo, desenvolvendo neles um sentido de unidade nacional e étnica. No caso dos Católicos e Protestantes devemos também reforçar a sua educação na independência e autogoverno nas suas igrejas.

Devemos fazer planos apropriados para o sustento dos líderes religiosos, implementando escrupulosamente o que pertence à nossa política. Isto se refere especialmente às bem conhecidas personagens públicas e intelectuais. Devemos rapidamente implementar a nossa política, providenciando-lhes uma apropriada remuneração. O caso daqueles crentes e líderes profissionais que não foram ainda reabilitados de injustas e errôneas acusações levantadas contra eles, deve ser reexaminado e corrigido rapidamente conforme aos fatos.

Devemos encorajar um grande número de ardentes patriotas de todas as religiões a aceitar a liderança do Partido, apoiando firmemente o socialismo, e salvaguardando a unidade étnica e nacional. Eles deveriam ser bem instruídos nas questões religiosas e manter ligações estreitas com os fiéis, e, a este propósito, devemos desenvolver o seu potencial com ativos defensores. Além disso, devemos organizá-los segundo suas capacidades e diferentes situações para empenhá-los em trabalhos produtivos, serviço social e o estudo escolástico da religião. Eles deveriam participar dos movimentos patrióticos políticos e os intercâmbios internacionais fraternos. O objetivo é sempre o de mobilizar as suas capacidades para o serviço do processo de modernização socialista.

Além disso, em relação àqueles líderes religiosos mais velhos cujo termo de prisão completou-se ou aqueles cujo termo de reforma através do trabalho acabou, assim como quem não foi ainda aprovado pelas organizações religiosas para participar de atividades religiosas profissionais, cada caso deve ser tratado segundo as atuais condições já delineadas. Aquele que provar ser politicamente digno de confiança, patriótico e observante da lei, e bem instruído em questões religiosas, pode, depois de ter sido examinado e aprovado pelas organizações religiosas, assumir tarefas religiosas. Aos

restantes, devem ser providenciados meios alternativos para ganhar o próprio sustento.

Partindo de uma visão mundial, o marxismo é incompatível com qualquer sistema que professa a crença em um Deus. Contudo, se partirmos de uma visão de ação política, os marxistas e os crentes patrióticos podem, aliás, devem formar uma Frente Unida para construir uma estrutura socialista moderna. Esta Frente Unida deveria se tornar um importante elemento constitutivo do partido, dado que durante este período do socialismo, é ela que guia a frente patriótica em toda a sua ampla extensão.

## VI

Providenciar justas medidas em relação aos locais das atividades religiosas é um meio de implementação da política religiosa do Partido, assim como providenciar as condições materiais para a normalização de atividades religiosas.

No início da Liberação havia cerca de 100.000 locais destinados a atividades religiosas. Atualmente há cerca de 30.000 destes locais. Esta cifra inclui templos budistas e taoístas, igrejas e outros locais mais simples, assim como aquelas estruturas construídas voluntariamente pelos próprios fiéis. O atual problema que devemos enfrentar, segundo as diferentes circunstâncias, é providenciar medidas certas para estes locais de atividades religiosas. Devemos restaurar gradativamente templos e igrejas nas grandes cidades e nos centros importantes, assim como nos lugares historicamente importantes, especialmente nas áreas onde há uma maior concentração de fiéis e nas regiões de minoria étnica. Devem ser restaurados gradualmente e de forma planejada templos budistas e taoístas e igrejas pertencentes a cidades de médio e grande tamanho, naqueles locais religiosos de grande valor histórico, e naquelas áreas onde os fiéis residam em comunidades compactas, especialmente onde vivem minorias étnicas. Aqueles templos budistas e taoístas famosos e igrejas que gozam de prestígio nacional e internacional, assim como possuem valor histórico e cultural, devem, dependendo de suas condições, ser progressivamente restaurados, assim que for possível. Contudo, locais onde residam poucos fiéis, com pouca influência ou onde aqueles templos budistas e taoístas já foram demolidos, serão tomadas outras medidas convenientes à sua condição e fazer as coisas de forma simples e econômica. O principal é seguir os locais que serão de ajuda para produção e para o sustento das pessoas. Devemos providenciar estruturas simples para estas atividades religiosas depois de ter consultado os fiéis e os seus líderes e obtido o seu apoio. Em todo caso, não devemos usar recursos nacionais ou da coletividade, com exceção do dinheiro providenciado com aprovação governamental. Devemos ter cuidado em não construir e restaurar templos indiscriminadamente nas áreas rurais.

Devemos também supervisionar as contribuições voluntárias doadas pelos fiéis para evitar a construção de edifícios em lugares demais. Não devemos nos empenhar em construções em larga escala, que consomem grandes somas de dinheiro, material e pessoas. Fazer isso obstruirá a construção da nossa civilização socialista espiritual e material. Não de-

vemos demolir as estruturas existentes, mas consultar os fiéis e os seus líderes para alcançar uma solução satisfatória a cada problema, baseado na situação atual.

Todas as atividades religiosas normais mantidas em locais destinados a atividades religiosas assim como aqueles que, segundo os hábitos religiosos, realizam-se nas casas dos fiéis, devem ser conduzidas por organizações religiosas ou pelos próprios fiéis. Tais serviços incluem: devoção a Buda, salmodiar as escrituras, queima de incensos, oração, estudo da Bíblia, pregação, Missa, batizados, iniciação de monges e freiras, jejum, celebração de festas religiosas, consagrações, funerais, etc. Todas estas possuem a proteção da lei e ninguém pode interferir nelas. Os templos e as igrejas podem vender uma quantidade limitada de literatura religiosa, artigos religiosos, e outros itens, com a aprovação do departamento governamental responsável. Em princípio, não serão permitidos grupos de protestantes reunidos em casas para serviços de devoção, mesmo que esta proibição não deva ser interpretada tão severamente. Seria melhor que os encarregados das organizações religiosas patrióticas conseguissem persuadir estes fiéis a realizar atividades mais apropriadas.

Todos os locais destinados a atividades religiosas estão sob o controle administrativo do Departamento de Assuntos Religiosos, mas as organizações religiosas e os seus líderes são responsáveis pela sua gestão. Eles devem decidir o tempo e a frequência dos serviços religiosos, certos de que estes não interferem na ordem social, assim como com decidir as horas de trabalho no escritório, indústria ou campo. Ninguém tem a permissão de ir a locais religiosos para fazer propaganda ateísta, ou incitar argumentos sobre a existência ou a não-existência de Deus entre fiéis enquanto estão freqüentando os serviços religiosos. De igual forma, nenhuma organização ou indivíduo religioso deve pregar a religião fora dos locais designados para os serviços religiosos, fazer propaganda religiosa e distribuir opúsculos religiosos ou outra leitura religiosa, cuja publicação não fora aprovada pelos departamentos governamentais autorizados. De agora em diante, o governo, de acordo com os devidos processos judiciais, deve consultar os líderes religiosos para emitir legislação a respeito das atividades religiosas que podem ser realizadas na prática.

Os templos maiores e as igrejas famosas pela sua beleza cênica não são somente locais religiosos, mas são também instituições históricas e culturais, que possuem um importante valor histórico. As organizações religiosas e sua liderança devem ter grandes cuidados para salvaguardar estes locais, garantindo a sua manutenção e restauração. O ambiente deve ser protegido, mantido limpo e deve ser mantida uma atmosfera de paz adaptada ao turismo. Os lucros derivados de esmolas e doações recebidas nestes locais devem ser empregados principalmente para sua manutenção. O departamento governamental responsável e a organização religiosa devem supervisionar as entradas. Parte delas podem ser usadas como um incentivo e recompensa para o pessoal religioso encarregado destes lugares, que mostrarem serviço exemplar a este respeito.

## VII

Desenvolver plenamente a função das organizações religiosas patrióticas é uma importante garantia da implementação da política religiosa do partido e da normalização das atividades religiosas. Atualmente existem oito Associações Patrióticas: a Associação Budista Chinesa, a Associação Taoísta Chinesa, a Associação Islâmica Chinesa, a Associação Patriótica Católica Chinesa, o Comitê Administrativo da Igreja Católica Chinesa, a Conferência dos Bispos Católicos Chineses, o Movimento Patriótico Protestante das Três Autonomias e o Concílio Chinês Cristão. Além destas associações existem também um certo número de outros grupos sociais que possuem uma organização e um caráter religioso. O dever básico destas organizações patrióticas é de assistir o Partido na implementação de sua política sobre a liberdade religiosa, trabalhar para que os fiéis e os líderes religiosos se tornem mais conscientes do significado do patriotismo e socialismo, defender os direitos da lei e os interesses dos fiéis, organizar e guiar os fiéis nas suas atividades religiosas e administrar corretamente as questões da igreja. Todas as associações patrióticas devem seguir a liderança do Partido. Os quadros do Partido, de sua parte, devem aprender como apoiar os líderes religiosos e ajudá-los a encontrar e resolver os seus problemas. Eles não devem monopolizar ou fazer coisas que estas organizações devem fazer sozinhas. Somente desta forma podemos desenvolver plenamente suas características positivas e permitir que estas associações patrióticas desempenhem seu papel especial, permitindo-lhes, dentro dos limites constitucionais e da lei, exercer a sua função útil à sociedade. Assim, eles se tornarão um grupo religioso que exerce uma influência positiva, e poderá atuar como uma ponte entre eles, o Partido e o governo, convencendo, unindo e educando os que pertencem aos grupos religiosos.

Além do mais, a fim de permitir aos órgãos religiosos pagar suas despesas e se tornar entidades autônomas no sustento e na sua gestão, devemos conscienciosamente concretizar a política estipulada que gerencia as entradas dos aluguéis de casas e das propriedades. Para as contribuições e doações oferecidas pelos fiéis, não precisará interferir, desde que sejam doadas livremente e não em grande quantidade. Mas devemos convencer os líderes religiosos a entender que não é permitida a gestão privada das entradas dos templos e igrejas, e que qualquer atividade que força as pessoas a contribuir está proibida.

## VIII

A cuidadosa educação da geração mais nova dos religiosos patrióticos terá um significado decisivo para a imagem futura das organizações religiosas do nosso país. Portanto, além de continuar nossa tarefa de convencer, unir e educar a atual geração dos fiéis, devemos também auxiliar as organizações religiosas a administrar os seminários para preparar os seus futuros líderes. Os seminários devem preparar eficientemente uma nova geração de jovens líderes religiosos patrióticos, que amam o seu país, apóiam a liderança do Partido e o sistema socialista, possuem suficiente conhecimento religioso e interagem bem com os fiéis. Os seminários devem manter provas de admis-

são a fim de admitir jovens candidatos, honestos e patrióticos, que querem oferecer a si mesmos a profissão religiosa e que alcançaram um certo nível de desenvolvimento cultural. Ninguém deve ser inscrito, a menos que ele deseje assumir esta profissão, e aqueles aos quais faltam os necessários conhecimentos culturais não podem ser aceitos. Os candidatos que não comprovem ser aptos a este serviço devem ser enviados a outro lugar.

Os seminaristas devem continuamente esforçar-se para aprofundar o seu conhecimento do patriotismo e socialismo, enquanto elevam o seu nível cultural e adquirem conhecimento religioso. Eles devem cumprir lealmente a política do Partido. Eles devem também respeitar a geração mais velha de líderes patrióticos religiosos e esforçar-se em imitar suas boas qualidades. A geração mais velha, em troca, deve amar a geração mais nova. Neste modo, os mais jovens serão integrados no processo patriótico total, onde sob a liderança do Partido; se tornarão os fundamentos que garantem que as organizações religiosas segurem a linha correta do Partido nas suas atividades.

## IX

O fato de que o Partido proclame e implemente uma política de liberdade religiosa não significa, naturalmente, que os membros do Partido Comunista estejam livres para acreditar em religião. Esta política é dirigida aos cidadãos ordinários e não aos membros do Partido. A diferença dos cidadãos ordinários, os membros do Partido pertencem ao partido político marxista. Não há dúvida que um marxista é ateu, que não acredita em um Deus. O Partido esclareceu isto abundantemente em muitas ocasiões: um comunista não pode ser um crente religioso. Portanto, os membros do partido não podem freqüentar atividades religiosas. Todo membro que insiste em desafiar esta proscrição deve ser expulso do Partido. Esta proibição é o único caminho certo para o Partido e deve continuar sendo implementado no futuro. Contudo, existe um problema para os membros do partido que vivem nas minorias étnicas, cujos membros são praticamente todos religiosos. Devemos nos adaptar à realidade e fazer passos corretos para solucionar o problema, sem simplificar demais a questão.

Devemos entender que, mesmo se muitos membros do partido que vivem entre estas minorias étnicas implementam plenamente a linha do Partido, trabalham ativamente para o partido e seguem a sua disciplina, não obstante isso eles ainda não são capazes de evitar toda a influência religiosa. As organizações do partido não devem expulsar arbitrariamente estes membros, mas devem pacientemente trabalhar na sua preparação ideológica, tomar medidas para desenvolver o seu ativismo político, e ajudá-los a adquirir uma visão histórica e dialética do mundo para que, gradualmente se liberem dos vínculos religiosos. Devemos ser bastante cuidadosos enquanto recrutamos os novos membros, para não admitir apressadamente fiéis devotos ou pessoas com fortes convicções religiosas. Aquela minoria de membros do partido que não somente se obstinam a apoiar-se nas crenças religiosas, mas até se alinham aos fanáticos religiosos para opor-se aos quatro princípios básicos, atacam o partido, suas políticas, e destroem a integridade nacional e a unidade étnica já abandonaram os princípios básicos do Partido. Se uma

ulterior educação e crítica não mudar o seu ponto de vista, ou se eles simular condescendência, devem ser expulsos do partido sem qualquer escrúpulo. Se eles cometeram atos criminais devem ser investigados, e a sua responsabilidade será determinada pela lei.

Existem membros que vivem próximos às minorias étnicas, a maioria das quais acredita em religião. Se estes membros do partido, que não acreditam mais em religião, se recusam a participar de casamentos tradicionais, cerimônias funerárias ou outras festas étnicas que mantêm significado religioso, eles serão isolados da massa. Portanto, devemos ter grande cuidado em aplicar aquelas regras que proíbem aos membros do partido que vivem nas minorias étnicas de participar das atividades religiosas e agir de acordo com as situações reais segundo o princípio da diferenciação. Fazer isto permitirá aos membros do partido manter o vínculo com as massas. Mesmo se é verdade que estes casamentos tradicionais, cerimônias funerárias e festas étnicas possuíam nos tempos passados um significado religioso, atualmente eles não passam de hábitos e tradições. Os membros do partido, vivendo próximos a estas pessoas, podem participar destes hábitos étnicos para mostrar o seu respeito e condescendência com eles, porquanto eles claramente traçam uma linha entre a ideologia e a crença religiosa. Isto não significa que aqueles hábitos e tradições, que danificam a produção ou a saúde mental e física da população, não devem ser corretos, de acordo com o desejo da maioria da população. Portanto nós não devemos confundir estes hábitos e tradições étnicas com atividades religiosas, se não estaremos danificando a unidade étnica e o método correto de administrar a questão religiosa.

Todos os membros do Partido devem entender com clareza que o nosso estado socialista é composto de muitas minorias étnicas. A relação da religião com estas minorias étnicas é diferente em cada minoria étnica e deve ser considerada a partir de bases individuais. Em algumas minorias étnicas quase a população inteira acredita em uma religião particular, como o islamismo ou lamaísmo. Entre estas pessoas, a religião e a etnicidade estão estreitamente interligadas. Na raça Han, contudo, não existe uma relação fundamental entre etnicidade e formas de religião como o budismo, taoísmo, catolicismo e protestantismo. Devemos aprender como distinguir as particulares circunstâncias de cada grupo étnico e de cada religião. Devemos notar as suas diferenças e relações para garantir que vamos tratá-las na maneira correta. Devemos também ser vigilantes para contra-atacar qualquer uso fanático da religião, que dividiria nosso povo, e toda palavra ou ato que danificaria a unidade entre os grupos étnicos. Se o partido confunde-se e não compreende firmemente esta questão no atual estágio da nossa luta para lidar um país como o nosso, com diferentes grupos étnicos, rumo a um estado moderno, socialista, então nós faliremos em unir o nosso povo e conduzi-lo ao nosso objetivo.

## X

Estamos determinados a salvaguardar todas as atividades religiosas normais. Ao mesmo tempo estamos também determinados em tratar mais severamente todas as atividades criminais e contra-revolucionárias que se escondem sob a cobertura da religião. Estas incluem todas as práticas de

superstições que não fazem parte da religião e que são danosas ao bem-estar nacional e ao sustento das pessoas. Todos os contra-revolucionários e outros elementos criminosos, que trabalham sob a cobertura da religião, devem ser tratados com severidade de acordo com a lei. Todas aquelas sociedades secretas reacionárias, bruxas e feiticeiros que foram banidos, sem exceção, não poderão receber permissão de exercer suas atividades. Qualquer um que espalhe falsidades e engane as pessoas para roubar o seu dinheiro será, sem exceção, severamente punido de acordo com a lei. Enfim, todos aqueles que vivem de atividades, como prever o futuro, magia, etc. devem ser educados, avisados a não continuar nestas atividades enganosas, e ajudados a ganhar a vida por meio do seu próprio trabalho. Se alguém desobedece, devem ser tratados de acordo com a lei.

Os comitês do partido e departamentos governamentais competentes devem prestar muita atenção para encorajar a opinião pública quando eles tratam com estes elementos criminosos e contra-revolucionários. Eles devem fazer uso de fatos irrefutáveis que mostrem como estes criminosos usaram da religião para cumprir as suas nefastas atividades. A linha que divide as atividades religiosas das atividades criminosas deve ser delineada claramente a fim de provar que tratá-los mais severamente não é uma maneira de atacar, mas ao contrário, de proteger a religião. Somente desta forma podemos convencer, unir e educar os fiéis e garantir uma normalização das atividades religiosas.

## XI

O budismo, o islamismo, o catolicismo e protestantismo, religiões importantes na China, são ao mesmo tempo classificadas entre as maiores religiões do mundo e todas exercem uma ampla influência nas suas sociedades.

O catolicismo e o protestantismo estão espalhados na Europa, América do Norte e América do Sul assim como em outras áreas. O budismo é forte no Japão e na Ásia Sudoriental, enquanto o islamismo é predominante em uma dúzia de países na Ásia e na África. Em certos países, algumas destas religiões são classificadas como religiões de estado. Atualmente, estão aumentando os contatos com grupos religiosos internacionais de acordo com os contatos que o nosso país está fazendo em outras áreas. Estes contatos possuem um significado importante, a fim de estender a influência política do nosso país. Ao mesmo tempo, contudo, grupos religiosos reacionários no exterior, especialmente os grupos imperialistas, como o Vaticano e as sociedades de missões estrangeiras protestantes, esforçam-se para se infiltrar no nosso país ou como eles dizem “retornar à China continental”. A nossa política é de desenvolver contatos internacionais fraternos com as religiões mundiais, mas, ao mesmo tempo, resistir firmemente a todas as forças religiosas hostis que provêm do exterior.

A política do nosso partido é de ter pessoas religiosas locais que fazem contatos e partilham visitas fraternas mútuas com pessoas religiosas de fora, assim como desenvolver intercâmbios culturais e acadêmicos no âmbito religioso. Em todo caso, em todos estes contatos, os princípios de



independência, autogoverno, e auto-administração da igreja local devem ser firmemente respeitados, e todos os projetos de grupos religiosos estrangeiros para ganhar de novo o controle da religião em nosso país devem ser fielmente contrastados. Os grupos religiosos locais devem estar determinados a resistir a toda tentativa feita por pessoas ou grupos estrangeiros de envolver-se nas questões religiosas chinesas. Eles devem também mostrar a eles que nenhum grupo religioso (incluindo suas organizações associadas) entra no nosso país para evangelizar ou distribuir secretamente literatura religiosa em vasta escala.

As organizações religiosas ou os indivíduos devem ser educados a não solicitarem fundos a organizações de igrejas estrangeiras. Eles devem também recusar qualquer subsídio ou fundo oferecido pelas organizações das igrejas estrangeiras com finalidades religiosas. Em todo caso, está permitido receber doações dadas de acordo com os hábitos religiosos, por fiéis estrangeiros, chineses do além-mar, ou compatriotas de Hong Kong e Macau, a templos e igrejas na China. Sobre a questão de grandes doações, as permissões devem ser procuradas nos departamentos provincial, municipal, das regiões autônomas ou nos departamentos do governo central responsáveis por estas questões antes que a entidade religiosa as aceite. Isto é válido também quando temos certeza que o doador age sem o fervor religioso, sem segundas intenções.

Devemos ser vigilantes contra as forças hostis religiosas do exterior que estabelecem igrejas subterrâneas e outras organizações ilegais. Devemos estar determinados a combater aquelas organizações que cumprem atividades de espionagem sob a fachada da religião. Contudo, não devemos agir apressadamente, mas investigar em cada detalhe a questão, reunir evidências irrefutáveis, escolher o momento certo para agir e em seguida levar a questão até o fim, de acordo com os procedimentos da lei.

Esta nova tarefa que estamos enfrentando é como desenvolver relações fraternais com grupos religiosos estrangeiros enquanto mantivemos a nossa política de independência de toda interferência estrangeira. O partido e o governo central oferecem somente os princípios e as políticas como únicos meios para cumprir este tipo de trabalho. Devemos tratar com a questão religiosa doméstica de maneira realista e eficiente, desenvolver estudos históricos das religiões mundiais, especialmente da sua situação atual e formar pessoas talentosas que possam tratar com religiões internacionais. Os fatos provaram que se nós tratarmos bem da situação local, as forças religiosas hostis do exterior terão poucas se não nenhuma, oportunidade de explorar a situação a sua vantagem. Então os contatos internacionais que os nossos grupos religiosos realizarão progredirão de maneira justa e será ativada função positiva que eles devem ter.

## XII

A garantia fundamental para o sucesso da questão religiosa é reforçar a liderança do partido. O trabalho religioso do partido é um elemento importante da sua Frente Unida e das suas atividades entre a população, desde que este alcance os vários aspectos da vida social. Isto significa que os comitês do

partido, em todos os níveis, devem vigorosamente organizar todos os departamentos. Estes departamentos incluem: o Departamento da Frente Unida, o Departamento de Assuntos Religiosos, o Departamento das Minorias Étnicas, o Departamento para Política e Lei, o Departamento de Propaganda, Cultura, Educação, Ciência e Tecnologia, o Departamento de Saúde, as Uniões de Trabalho, as Ligas da Juventude, a Federação das Mulheres e todas as outras organizações de massa. O objetivo é unificar a ideologia, o conhecimento e a estratégia. Cada departamento tomará a responsabilidade para seu próprio trabalho, mas deverá agir em coordenação com outros departamentos se querem realizar o trabalho com sucesso.

Devemos também reforçar os órgãos governamentais responsáveis para as questões religiosas. Isto significa dar a todos os quadros que trabalham neste departamento a oportunidade de estudar a teoria marxista da religião de maneira sistemática e fazer lhes entender o ponto de vista fundamental do partido e a sua política a respeito da questão religiosa. Eles devem manter-se em contato estreito com os fiéis e consultar em termos iguais os líderes religiosos para uma ulterior cooperação.

Um elemento importante no trabalho teórico do partido a respeito da religião é o uso do ponto de vista marxista para realizar pesquisas científicas sobre religião. Uma tarefa importante para o partido, no que diz respeito à propaganda, é em relação ao uso da filosofia marxista para criticar o idealismo (inclusive aquele teísta) e educar as massas, especialmente os jovens, a um ponto de vista dialético e histórico que encontra as demandas do materialismo e da ciência. Para fazer isso devemos reforçar a nossa propaganda no conhecimento científico e cultural, dado que isto ajuda as pessoas a alcançar uma compreensão dos fenômenos naturais, da evolução da sociedade, da vida humana, inclusive a velhice, as doenças, a morte e a boa e má sorte. Um aspecto indispensável da fundação teórica do partido é estabelecer equipes de pesquisa teórica armadas da ideologia marxista para o estudo da teoria religiosa. Estas instituirão, em troca, organizações com a finalidade de realizar pesquisas a respeito da religião, fazendo uso das disciplinas universitárias interligadas. Uma política prudente deverá ser adotada quando publicamos artigos em jornais e revistas sobre questões religiosas, para não violar a atual política e não ofender a sensibilidade religiosa dos fiéis. Os acadêmicos devem respeitar a mentalidade religiosa dos fiéis e os fiéis devem também respeitar a pesquisa das atividades de propaganda realizadas pela academia, na sua interpretação marxista da religião.

As autoridades centrais do partido enfatizam novamente que todos os membros do partido devem entender claramente que a política religiosa do partido não é um expediente temporário, mas uma estratégia definitiva baseada na fundação teórica do marxismo-leninismo e no pensamento de Mao Zedong. Seu objetivo é um povo unido na tarefa de construir um estado socialista moderno e potente. No socialismo a questão religiosa será finalmente resolvida, mas somente salvaguardando a liberdade de crença religiosa. O tipo de sociedade que deu vida à consciência religiosa desaparecerá somente depois que o estado passar por um desenvolvimento gradual em uma

economia, cultura, ciência e tecnologia socialista na posse dos seus próprios valores materiais e espirituais. Tão grande tarefa, como é natural, não poderá acontecer em um breve período, nem em duas ou três gerações, é uma luta prolongada na qual ambos os crentes e não crentes participaram para realizá-la. Naqueles dias vindouros, os chineses, no seu próprio solo chinês, estarão totalmente livres da pobreza, ignorância, e vazio espiritual. Eles terão, então, desenvolvido uma civilização material e espiritual de alta qualidade, e serão capazes de ocupar o lugar que lhes cabe nas fileiras de frente da humanidade em um glorioso novo mundo. A vasta maioria dos nossos cidadãos será capaz de tratar com a comunidade mundial e nossos concidadãos, partindo de um ponto de vista científico consciencioso, não precisarão mais recorrer a um mundo ilusório de deuses para dar-lhes consolação espiritual. Este é precisamente o que Marx e Engels predizem, isto é, que existirá uma época onde as pessoas se livrarão de todas as forças alienantes que controlam o mundo. Eles terão chegado a um estágio onde poderá planejar e controlar todos os aspectos da vida humana. Este é também o que o companheiro Mao Zedong queria dizer quando ele disse que o povo, dependendo somente de si mesmo, criaria uma nova época por ele mesmo e pelo mundo inteiro. Uma vez entrados nesta nova época, todo resquício de crença religiosa no final desaparecerá. Portanto, todos os membros do partido de cada geração devem fazer o melhor que podem para criar este brilhante futuro.



## Anexo II

---

# Diretrizes da Santa Sé sobre alguns problemas da Igreja na China continental

Joseph Cardeal Tomko, 3 setembro de 1988

Sacra Congregatio

Pro Gentium Evangelizatione

seu de Propaganda Fide

(Prot. 3314/88)<sup>521</sup>

Roma, 8 de setembro de 1988

Durante os últimos anos, a atenção dos católicos e a opinião internacional fora atraída pelas notícias da complexa realidade da Igreja Católica na China.

Além do mais, as visitas das várias delegações de católicos “patrióticos” chineses na Europa, Canadá e Estados Unidos induziram as Conferências Episcopais dos países envolvidos a dirigir-se à Santa Sé para esclarecimentos e diretrizes.

Esta Congregação para a Evangelização dos Povos, de acordo com o Conselho de Assuntos Públicos da Igreja, considera seu dever levar ao vosso conhecimento alguns dados, assim como várias indicações que poderiam ser úteis.

Como vocês sabem, quando, em 1949, o comunismo conquistou o poder na China continental, a Igreja Católica contava cerca de 3 milhões de fiéis distribuídos em 144 circunscrições eclesiais, 40 das quais eram confiadas a bispos chineses, os padres eram cerca de 5800 dos quais 2700 chineses, e as irmãs eram 6753; muitos trabalhavam em instituições assistenciais, de saúde e educacionais.

Apenas Mao assumiu o pleno controle do inteiro território continental, os bispos não-chineses e todos os missionários foram presos e depois expulsos.

Muitos bispos, padres e leigos chineses foram presos, condenados a longos períodos de detenção ou enviados a campos de reeducação. Não poucos morreram na prisão.

---

<sup>521</sup> “Diretrizes sobre alguns dos problemas da Igreja Católica da China Continental (Oitos Pontos)” apresentados pela carta dos Cardeal Tomko aos bispos da China. Disponível em: <http://www.cardinalkungfoundation.org/guidelines/tomkodirectives880903.htm>. Acesso em: 14 jun. 2005.

A situação da Igreja piorou durante os anos seguintes, quando o regime de Pequim promoveu o surgimento do Movimento das Três Autonomias (1951), cujos princípios de autogoverno, autopropagação e autofinanciamento inspiraram durante o ano subsequente (1957) a constituição da Assembléia Patriótica Católica Chinesa com a declarada intenção de dar vida a uma “Igreja Católica” sem vínculos com o Sumo Pontífice e a Santa Sé, sob o pleno controle da autoridade governamental.

Com este objetivo em vista, a Associação promoveu a nomeação e ordenação episcopal de novos bispos que não foram nem escolhidos nem confirmados pelo Sumo Pontífice. Algumas recentes posições assumidas por alguns líderes da Associação Patriótica parecem indicar algumas mudanças na atitude e a adoção, por parte da Associação Patriótica, de um papel mais político, como um órgão de comunicação entre a Igreja Católica na China e o governo. Apesar disso, declarações oficiais de representantes da Associação Patriótica e o fato de que a Associação ainda guia a escolha e a ordenações dos bispos em todas as dioceses e mantém o controle sobre as atividades das várias comunidades diocesanas, ainda demonstram que as dificuldades estão continuando.

De fato, após o dolorido período da Revolução Cultural, a situação da Igreja Católica na China apresenta formas complexas que não estão sempre claras.

De um lado, existe uma Igreja “oficial”, reconhecida pelo governo que, sendo fundada no “autônomo” processo promovido pelas autoridades governamentais, possui cerca de 50 bispos, numerosas igrejas abertas ao culto e vários seminários diocesanos e regionais inaugurados durante os últimos anos.

De outro lado, existe e é ativamente operante uma Igreja “fiel”, que alguns chamam de Igreja “subterrânea”, e que permanece fiel aos seus vínculos de plena comunhão e pertence hierarquicamente ao Pontífice Romano: um vínculo religioso que é uma parte essencial da fé católica. A maioria dos católicos chineses pertence a este segundo grupo.

E depois existe ao interno do primeiro grupo, padres e fiéis que são promotores de um caminho intermediário: eles conservam nos seus corações, como irrenunciáveis, as suas ligações de comunhão com o Santo Padre, assim, como aceitam a política religiosa imposta pelas autoridades.

Atualmente, as autoridades e Pequim não permitem à Santa Sé de ter relações nem com a Igreja “fiel” e nem mesmo com a Igreja “oficial”.

Dado que os contatos entre membros do episcopado, padres e fiéis, com expoentes da Igreja Católica na China estão se tornando mais freqüentes, esta Congregação, de acordo com o Conselho dos Assuntos Públicos da Igreja considera oportuno dar às Conferências Episcopais as seguintes indicações:

I. Os contatos em questão seriam uma boa ocasião para reafirmar com a clareza a Doutrina Católica sobre a comunhão, que deve unir os bispos com o sucessor de Pedro e, por meio dele, entre eles. (L.G. 14&18) A este respeito, deve-se recorrer aos princípios doutrinários do Concílio Vaticano I e II.

2. À luz do Concílio Vaticano II dever-se-ia explicar-lhes como a Igreja compreende o autogoverno, a autopropagação e o autofinanciamento: é normal hoje que os bispos sejam escolhidos entre o clero local; a evangelização deve, em primeiro lugar, ser realizada pelas igrejas locais, mesmo se em muitos casos a colaboração de missionários ainda permanece necessária, mas em posição subordinada; é evidente que a igreja deve ser financeiramente sustentada pelas ofertas dos fiéis do lugar.

3. Deve ser-lhes feita uma menção das várias formas de colegialidade que estão sendo desenvolvidas na Igreja, particularmente desde o Concílio Vaticano II em nível nacional e regional, por meio das Conferências Episcopais, e em nível universal por meio da presença e colaboração dos episcopados dos vários países no governo central da Igreja, como, por exemplo, sua presença nos Ministérios Romanos e sua colaboração no Sínodo dos Bispos.

4. No curso dos vários encontros, deve-se ter cuidado para evitar atitudes que poderiam ofender a sensibilidade da “silenciosa” maioria daqueles católicos que sofreram e estão sofrendo pela sua fidelidade ao Santo Padre.

É necessário também evitar que as visitas em questão não se tornem instrumentais para obter o reconhecimento e a legitimidade de uma posição que em nenhum caso pode ser aceitável em nível doutrinal e em nível disciplinar ou canônico.

5. Outro ponto bastante delicado é a questão das celebrações litúrgicas. De fato, toda “*communicatio in sacris*” deve ser evitada. Os bispos e padres “patrióticos” não devem ser convidados ou mesmo permitidos de celebrar funções religiosas em público, em igrejas ou em oratórios de várias instituições religiosas.

6. A necessária clareza a respeito dos aspectos eclesiásticos das visitas e a atitude a ser adotada, que devem ser respeitados por todos, não implica o fato de não ter uma falta de caridade fraterna, a qual deve ser expressa na cordialidade do bem-vindo dado aos hóspedes e na maneira como são tratados. Espera-se que isso tudo os ajude a entender, à luz do espírito, a incoerência de sua posição e os induza a uma mudança de atitude.

7. Deve-se ter cuidado que aqueles que são responsáveis pela organização das visitas das delegações acima mencionadas sejam pessoas de renomada doutrina, fiéis ao Magistério da Igreja e capazes de agir com grande prudência.

8. Deve ser previsto que tais eventos não acabem causando reações na imprensa local e internacional. Será necessário, portanto, prever como auxiliar os meios de comunicação social, utilizando as orientações acima mencionadas, que esclareçam a posição da Igreja e possam difundir a compreensão dos diferentes e complexos problemas estreitamente conexos a esta posição.

Estou anexando o texto “Diretrizes sobre alguns problemas da Igreja Católica na China continental”, preparado sob o pedido do Santo Padre e por ele aprovado.

O documento em questão representa a resposta a alguns pedidos que os bispos chineses repetidamente fizeram à Santa Sé. Contudo, poderia ser

apropriadamente usado também por quanto concerne às relações com eclesiásticos da China continental que realizam visitas no exterior, assim como por eclesiásticos de vários países que com mais freqüência visitam esta nação. Esta carta foi redigida pela competente Congregação para a Evangelização dos Povos, de acordo com o Conselho para os Assuntos Públicos da Igreja. Seu conteúdo, assim como o conteúdo das anexas “diretrizes” deve ser feito conhecer aos bispos daquela nação, e por meio deles, aos padres, diocesanos e religiosos mais diretamente envolvidos. Apesar disso, dada a delicada natureza da questão, tal documento deve ser usado de forma discreta e reservada.

Em vista do grande interesse com o qual o Santo Padre segue a situação da Igreja na China, a Congregação para a Evangelização dos Povos estaria agradecida se, sucessivamente, o vosso episcopado pudesse enviar toda possível informação que poderia ter a este respeito.

Com sentimentos de estima pessoal e meus cordiais cumprimentos,  
Josef Card. Tomko

### **Diretrizes sobre alguns dos problemas da Igreja Católica da China Continental (Oitos Pontos)**

1. A Doutrina Católica afirma com clareza que são considerados plenamente membros da Igreja somente aqueles que ‘aceitam a totalidade de sua organização e todos os meios de salvação nela instituídos e na sua estrutura visível – regida por Cristo através do seu Sumo Pontífice e dos Bispos – se unem a Ele pelos vínculos da profissão de fé, dos sacramentos, do regime e da comunhão eclesiásticos (*Lumen Gentium*, n. 14).

Dado que ‘o perpétuo e visível princípio e fundamento da unidade de fé e comunhão’ (*Lumen Gentium*, n. 18) na Igreja Católica é o Pontífice Romano, todos aqueles que não professam e não mantêm comunhão com o Papa não podem ser considerados católicos. A comunhão com o Papa não é somente uma questão de disciplina, mas, sobretudo de fé católica.

Portanto, a Santa Sé nutre uma profunda apreciação e admiração para os bispos, sacerdotes, religiosos e leigos, que em toda parte do mundo, no curso do tempo, sempre mantiveram e estão mantendo intacta e inteira a sua fé, inclusive a sua fidelidade ao Pontífice Romano, e os encoraja a continuar e crescer na sua fé.

2. Em relação à China, a história recorda a constituição da Associação Patriótica Católica Chinesa em 1957, com a declarada intenção de renunciar aos vínculos fundamentais com o Sumo Pontífice e com a Santa Sé, e de submeter a comunidade dos fiéis católicos ao controle direto das autoridades civis.

Apesar do fato que algumas posições mais recentes, adotadas por alguns representantes da Associação Patriótica, pareciam indicar uma certa mudança de atitude e uma tendência, por parte de alguma Associação Patriótica, de assumir um papel mais político que religioso, como um meio de comunicação entre a igreja e o governo, documentos constitutivos e de-



clarações oficiais de representantes da mencionada Associação confirmam as intenções iniciais.

Além do mais, é um fato que a Associação Patriótica está procurando até agora controlar a escolha e as ordenações dos bispos em cada Diocese e as atividades das várias comunidades diocesanas.

Em vista dos princípios doutrinários acima expostos, nenhum católico pode em consciência aceitar os princípios de uma associação que requer a rejeição de um elemento fundamental de sua fé, tais como a comunhão indispensável com o Pontífice Romano, Chefe Visível da Igreja e do Colégio dos bispos católicos do mundo, que não pode existir sem ele como Chefe.

3. A partir de 1958, através de uma iniciativa da Associação Patriótica, numerosas ordenações episcopais foram realizadas na China continental sem o necessário consentimento (mandado apostólico) do Pontífice Romano.

De acordo com a doutrina da igreja e sua disciplina canônica, tais ordenações devem ser consideradas gravemente ilícitas; aquele que recebe a ordenação e aquele que a confere, ambos incorrem na *'latae sententia'*, excomunhão reservada à Sé Apostólica (cf. Decreto do Santo Ofício datado 9 de abril de 1951 e Cãnone 1382 do Código de Direito Canônico).

Para julgar a partir da informação que temos, parece que em tais ordenações não estavam presentes elementos de tal natureza para os quais possam ser consideradas *"per se"* inválidas. Naturalmente, em tais situações, um julgamento definitivo é possível somente depois de cada caso ter sido examinado atenciosamente e devidamente em todos os seus aspectos.

4. Em relação aos sacramentos administrados por padres ordenados por bispos não reconhecidos pelo Pontífice Romano, a suposição permanece para a validade da sua ordenação e, portanto, também para aqueles sacramentos administrados por ele.

Em relação ao dever de freqüentar a Missa e ao recebimento dos sacramentos, os católicos devem procurar padres que permaneceram fiéis, isto é, aqueles em comunhão com o Papa.

Contudo, para preencher as exigências do seu bem-estar espiritual, os católicos podem recorrer também a outros padres, com a condição que eles evitem ocasiões de escândalo e o perigo que tais ações podem danificar o inteiro conteúdo da fé católica que, como já foi dito, requer plena comunhão com o Pontífice Romano.

5. Os princípios expostos nos números 1 e 2 requerem que toda *'communicatio in sacris'*<sup>522</sup> seja evitada com bispos e eclesiásticos pertencentes à Associação Patriótica. Portanto, em ocasiões de visitas fora da China continental, estas pessoas não devem ser convidadas ou permitidas de celebrar atos litúrgicos em igrejas ou instituições católicas.

Os mesmos princípios devem ser mantidos para o comportamento de bispos e eclesiásticos que realizam visitas na China continental.

---

<sup>522</sup> Comunicação nas coisas sagradas, isto é, proibição para os católicos de participar a ritos religiosos acatólicos.

6. A igreja possui o direito e o dever, na China, como em qualquer outro lugar, de ter os seus próprios seminários, onde o seu clero será formado.

Se, em todo caso, isso for impedido, ou se não for possível formar adequadamente os candidatos ao sacerdócio de outra forma, até privadamente, então estes candidatos podem ser enviados aos seminários abertos sob o controle da Associação Patriótica, mas somente com a condição que a orientação geral e a formação ministrada ali siga os ensinamentos e as diretrizes da igreja.

Tal possibilidade deve ser avaliada de acordo com as circunstâncias locais, lembrando também as pessoas que dirigem tais centros de formação.

7. Livros sagrados, aqueles da liturgia, catequese e outros livros de ensino, devem ser usados somente e na medida em que eles fielmente comuniquem a doutrina da igreja.

8. Qualquer assistência deve ser dirigida a iniciativas que servem a manter a correta doutrina e espírito de fé da Igreja Católica.

Em relação à assistência de pessoas ou iniciativas que não oferecem tais garantias, cada caso deve ser examinado à luz dos princípios morais concernentes cooperação.

## Anexo III

---

# Tradução portuguesa do 'Documento 3', 1989 Documento do Departamento Central, n. 3, 1989 (Confidencial)

O Departamento Central do Partido Comunista  
E do Conselho de Estado  
Transmitem à Frente Unida do Governo Central  
e ao Departamento de Assuntos Religiosos do Conselho de Estado

Circular sobre

'Aumentar o controle sobre a Igreja Católica para responder à nova situação'

A: Os comitês do Partido e aos comitês de cada província do governo do povo, e de cada região autônoma, Comitês do Partido nos distritos militares, todos os Ministérios e Comitês do Governo Central e Agências de Estado, Comitês de Partido nos quartéis-generais, todos os Comitês do Partido em todos os níveis militares, todas as Organizações Populares:

A Frente Unida Central e o Departamento de Assuntos Religiosos do Conselho de Estado, com a aprovação do Conselho de Estado e o Comitê Central do Partido Comunista, vos transmitem este documento sobre 'Aumentar o controle sobre a Igreja Católica para responder à nova situação'. À luz das condições existentes em cada área local e departamento favor procederem à implementação deste documento.

O Departamento Central do  
Comitê Central do Partido Comunista  
O Departamento Central do  
Conselho de Estado  
17 de fevereiro de 1989

(Este documento deve também ser transmitido aos Comitês do Partido do interior, aos governos do interior e seus respectivos departamentos).

Relatório sobre o aumento do controle sobre a Igreja Católica para responder à nova situação.

O Comitê Central do Partido Comunista, o Conselho de Estado:

A questão religiosa é bastante complexa especialmente neste atual momento em que a reforma está sendo atuada. É muito importante tratar esta

questão com cuidado, enfatizando os fatores positivos enquanto se eliminam aqueles elementos que podem criar instabilidade. Esta questão pode também fazer prosseguir o nosso movimento de reforma e permitir ao nosso programa de modernização socialista de proceder com um salto em frente.

Recentemente com a aprovação do Comitê Central do Partido e do Conselho de Estado nos estudamos em profundidade a situação concreta da Igreja Católica na China em relação aos princípios do tratamento das relações China-Vaticano. Agora relatamos as nossas descobertas e apresentamos as nossas opiniões:

A Igreja Católica possui uma história de 400 anos na nossa nação. Ela desenvolveu-se mais rapidamente depois da Guerra do Ópio, com a incursão das potências imperialistas. Nos primeiros anos depois da liberação na China havia cerca de 2.700.000 católicos. Agora há mais de 3.300.000. Antes da liberação as potências imperialistas e o Vaticano controlavam completamente a Igreja Católica na China. Quando a Nova China foi estabelecida, o Partido e o Governo motivaram e encorajaram o clero patriótico e a comunidade católica a se livrar do controle do Vaticano e instituir uma Associação Patriótica Católica Chinesa. Sob a égide da Associação Patriótica, os católicos administraram a sua igreja autônoma e independentemente, de maneira que a Igreja Católica tornou-se verdadeiramente uma empresa na qual os próprios católicos têm voz ativa. De fato, esta foi a maior mudança para a Igreja Católica na China. Depois da IIIª Plenária do 11º Congresso do Comitê Central, ambos o Partido e o Governo continuaram a enfatizar o trabalho da Igreja Católica, encorajando-a a manter o propósito de administração autônoma e independente dos seus próprios negócios. A Igreja Católica na China deve permanecer firmemente no seu caminho.

Mas o desejo do Vaticano de exercer novamente o controle sobre a Igreja Católica Chinesa nunca morreu. Durante estes poucos anos transcorridos, o Vaticano difamou e atacou o clero patriótico chinês. Ele fez uso do seu status internacional e da fé que o clero mostra pelo papa para enviar agentes à China. Também usou outros meios clandestinos para nomear secretamente bispos e fomentar e apoiar as forças subterrâneas, em um inútil esforço de dividir a Igreja Católica Chinesa. De acordo com os fatos que temos em mãos, o papa já nomeou 25 bispos subterrâneos. Estes bispos por sua vez ordenaram mais de 200 sacerdotes que estão espalhados em 17 províncias e cidades. Os grupos da Igreja subterrânea foram organizados respectivamente nas províncias de Hebei, Fujian, Shaanxi, Wenzhou em Zhejiang, e Tianshu no Gansu. Eles são forças políticas desafiando o governo e um elemento que pode seriamente afetar a segurança pública.

No passado tivemos alguns problemas no nosso trabalho tratando com a Igreja Católica. Os problemas principais são: não desenvolvemos plenamente a função da organização da Igreja Patriótica; o número de sacerdotes é pequeno demais e os problemas de idade são muito sérios; não tivemos sucesso em convencer ou derrotar as forças subterrâneas; fomos incapazes de controlar as suas atividades; fomos negligentes em implementar políticas para tratar com a Igreja Católica; um grande número de igrejas e outras ter-

ras não retornaram aos seus corretos donos. A situação financeira da igreja está, como resultado, com dificuldades e possui meios de sustento mínimos. Portanto, devemos adotar medidas efetivas para aumentar e incrementar o nosso trabalho de tratar com a Igreja Católica.

## I

Devemos firmemente implementar a política de administração independente e autônoma das questões da igreja e intensificar a educação ideológica do clero e da comunidade católica.

Nos primeiros anos da liberação, o governo central decidiu permitir aos católicos, sob a premissa de se livrar do controle do Vaticano, de manter aqueles vínculos que eram puramente religiosos. Os bispos auto-eleitos ainda procuravam a aprovação do papa. O Vaticano, em todo caso, não somente não aprovou a escolha destes bispos, mas os ‘excomungou’. Depois de 1958, a Igreja Católica na China não podia fazer nada se não cortar todas as ligações com o Vaticano. Esta era a única coisa correta a ser feita.

Nos anos recentes, por causa das atividades de infiltração do Vaticano, alguns sacerdotes e católicos vacilaram em relação à política de administração de independência e autonomia das questões da igreja e os seus pensamentos se tornaram de alguma forma confusos. Devemos, portanto, adotar novos caminhos para explicar claramente aos sacerdotes e à comunidade católica a atual situação. Devemos ensinar-lhes que aplicar integralmente a política da administração independente e autônoma dos seus próprios assuntos é o único caminho correto a ser percorrido. Além disso, devemos confirmar inteiramente as contribuições passadas feitas pelo clero patriótico e por inúmeros católicos em defesa da soberania da China quando eles implementaram a política de administração e independência dos assuntos da igreja. Devemos explicitamente afirmar que agora, como no passado, e para o futuro continuaremos a contar com eles para administrar bem os assuntos da igreja. Declaramos mais uma vez que os dois princípios básicos que regulam as relações China-Vaticano nunca mudarão. Estes dois princípios são:

1. O Vaticano deve romper os assim chamados “vínculos diplomáticos” com Taiwan e reconhecer que a República Popular da China é o único governo legal da China.

2. O Vaticano não deve interferir nos assuntos internos da China. Isto inclui não interferir também nos assuntos religiosos.

Não importa como as relações China-Vaticano possam se desenvolver, a Igreja Católica Chinesa deve aderir firmemente e não desviar da política de administração independente e autônoma dos assuntos da igreja. Deve continuar a escolher e consagrar os seus próprios bispos e tomar as suas próprias decisões em todos os seus assuntos internos. Isto inclui administração financeira e religiosa e supervisão do clero. As práticas educacionais acima mencionadas caçarão os pensamentos confusos do clero e das massas católicas e reforçarão a sua fé na corrida autônoma da sua igreja.



## II

### Ajudar as organizações patrióticas católicas Reorganizar as suas estruturas e Construir uma organização bem unida

Se a Igreja Católica Chinesa quer evitar o controle do Vaticano nas suas atividades religiosas e ter o seu pessoal administrando os próprios assuntos religiosos, será necessário tomar medidas práticas para reforçar a estrutura da Organização Patriótica Católica. O Partido e o governo apoiarão e ajudarão a Organização Patriótica Católica a aumentar a sua eficácia, assim como a descobrir ativamente organizações patrióticas. Devemos escolher candidatos aptos o quanto antes, consagrá-los bispos e enviá-los aos lugares em que estejam faltando bispos. Isto garantirá que a liderança da Igreja Católica permanecerá nas mãos das forças patrióticas.

Precisamos também reorganizar as estruturas da atual Organização Patriótica Católica de forma adequada. Antes de 1980, a Igreja Católica possuía somente uma Associação Patriótica Católica. Era muito eficaz em manter o princípio da administração autônoma e independente da igreja. Ela manteve a soberania da China e parou as forças religiosas estrangeiras hostis que procuravam minar nossa autonomia. No encontro nacional dos Representantes da Igreja Católica de 1980 os membros decidiram criar o Comitê Administrativo da Igreja Católica Chinesa e também estabeleceram a Conferência dos Bispos composta de bispos legalmente escolhidos de cada diocese. A Igreja Católica tinha agora três organizações patrióticas nacionais paralelas. Não obstante cada destas três organizações patrióticas religiosas tivesse sua própria função, ainda não desenvolveram todas as suas potencialidades a respeito do trabalho prático a Conferência dos Bispos e o Comitê Administrativo da Igreja Católica na China. O sistema não responde efetivamente à atual situação e às necessidades demandadas pelo trabalho em nível doméstico e internacional. De acordo, portanto, com as características especiais da Igreja Católica, devemos consolidar o espírito democrático na igreja e reorganizar adequadamente as estruturas da igreja. Para proceder ulteriormente devemos claramente sublinhar a função de cada organização e regular as suas relações mútuas. Os pontos importantes que devem ser reajustados são estes:

1. A Conferência dos Bispos deve ser reforçada, permitindo-lhe se tornar um organismo real, eficaz na Igreja Católica Chinesa. Sua função básica será, de acordo com a política de autonomia e independência da Igreja Chinesa, supervisionar os assuntos da igreja e administrar bem a igreja (isto inclui explanar os ensinamentos teológicos, formular os regulamentos da igreja, examinar e aprovar os bispos a serem colocados em cada diocese, etc.), assim como ser o representante oficial diante das outras igrejas no exterior.

2. A Associação Patriótica Católica Chinesa é uma organização nacional de massa composta do clero e dos leigos. Sua função básica é auxiliar o Partido e o Governo na implementação da política de liberdade de crença religiosa, ajudar a igreja a reforçar o princípio de administração independente



e autônoma dos assuntos da igreja, continuar a ser a ponte entre a comunidade católica e o governo, promover ativamente serviços sociais, iniciar empresas auto-sustentáveis e projetos sociais para o bem comum e encorajar todos os sacerdotes e os leigos a participar da construção das duas civilizações.

3. O Comitê Administrativo da Igreja Católica Chinesa não será mais uma organização nacional, mas se tornará um comitê especializado sob a Conferência dos Bispos com o cargo de cuidar das atividades relativas aos assuntos da igreja.

4. A entidade que detém a autoridade suprema na Igreja Católica Chinesa é o Congresso Nacional dos Representantes. Ele possui o poder de eleger o comitê executivo da Conferência dos Bispos, seu presidente, vice-presidente e secretário-geral, e a estrutura de liderança da Associação Patriótica e de deliberar as atividades relativas à Associação patriótica e da Conferência dos Bispos.

As Organizações Patrióticas Católicas em nível provincial devem também se reorganizar seguindo o espírito daquilo que fora acima mencionado. As Associações Patrióticas provinciais e os Comitês Administrativos da Igreja serão eleitos pelos congressos provinciais de representantes. As suas atividades serão dirigidas respectivamente pela Associação Patriótica Nacional e pela Conferência dos Bispos.

### III

Devemos continuamente fazer sérios esforços  
Para implementar nossa política de ajudar a Igreja Católica  
A resolver os seus problemas de auto-sustento.

Antes de 1958, a Igreja Católica sustentava-se com os aluguéis dos edifícios religiosos. Devido às numerosas campanhas políticas no passado, especialmente à Revolução Cultural, muitos, se não todos, os edifícios religiosos foram confiscados. A resultante diminuição nas entradas foi tal que o auto-sustento se tornou impossível. Não obstante, nos anos recentes a situação deu uma virada em direção a um melhoramento, a implementação desta política ainda procede a passo de caracol. No momento as associações patrióticas nacionais e provinciais precisam apoiar-se aos subsídios do governo para poder funcionar. Os fundamentos da igreja, na maior parte, não possuem outra maneira de sustentar-se, enquanto o clero patriótico vive em condições desesperadas.

Se a situação não for mudada, não somente afetará a relação do partido e do governo com o pessoal católico, mas as mesmas Organizações Patrióticas Católicas encontrarão muitas dificuldades em organizar a grande massa de católicos para realizar a política de administração independente e autônoma dos assuntos da igreja.

Cada localidade, portanto, deve seriamente reconhecer e olhar este problema que a situação de confisco das igrejas e das propriedades da igreja estabelecera. (Estas propriedades incluem igrejas, seminários e as terras nos

quais estas estruturas estão localizadas). Não haverá necessidade de proceder ulteriormente no caso em que esta questão já foi satisfatoriamente tratada de acordo com os regulamentos do Conselho de Estado e do Comitê Central do Governo Central. São precisamente aqueles casos em que nada fora ainda feito que requerem a nossa imediata atenção. Se for impossível devolvê-los no imediato, então deve ser feito um contrato declarando que será realizada uma futura devolução e que um razoável aluguel será pago durante o período do seu uso. Um preço razoável fixado pelos padrões nacionais deve ser pago às igrejas por parte da unidade que ocupa a propriedade, no caso que o prédio original fora destruído, mudado para outro uso ou vendido. Se os militares estiverem ocupando os prédios ou a propriedade, a questão deve ser resolvida de acordo com o documento n. 46 emitido pelo Governo Central em 1988.

Todas as áreas locais devem ajudar ativamente a Igreja Católica a desenvolver seus próprios projetos de auto-sustento. Eles podem permitir às Associações Patrióticas Católicas, de acordo com os regulamentos governamentais pertinentes, tomar iniciativas e livremente instituir empresas e projetos de bem-estar social que lhes fornecerá o auto-sustento. Os governos locais darão a estes esforços tratamento preferencial, oferecendo créditos, assistência tecnológica e juros baixos. Os ministérios financeiros podem fornecer subsídios para pagar as despesas necessárias. Estes subsídios serão dados por um período temporário e cessarão quando as organizações patrióticas alcançarem um estágio de auto-sustento. Os subsídios diminuirão gradualmente, em proporção à habilidade das organizações patrióticas de aumentar a providência das próprias necessidades.

#### IV

As forças católicas subterrâneas devem ser tratadas  
Adotando métodos  
Para convencer ou isolar os seus aderentes.

Nós designamos como subterrâneos aqueles bispos secretamente consagrados pelo Vaticano e aqueles sacerdotes que estes bispos, por sua vez, ordenaram, assim como os líderes-chaves que eles controlam. A maioria deles acredita no Papa e não está de acordo com a administração autônoma e independente da igreja. Somente alguns deles usam a religião como um pretexto para se opor ao Partido e ao governo, criar distúrbios e incitar os outros a fazer o mesmo. Portanto, devemos fazer uso de todos os meios positivos para incrementar o nosso controle sobre eles. Devemos tentar convencer a maioria e isolar os criadores de problemas, atacando os reacionários com determinação. A atual tarefa é fazer conhecer as políticas do Partido e do governo e organizar e educar aqueles católicos que foram enganados. No caso dos bispos e padres subterrâneos nós devemos tratar cada caso individualmente, convencendo-os, se for possível, ou isolando-os, se não for possível. Aqueles que querem aceitar a liderança do governo e se mostrarem patrióticos e observadores da lei, provando possuir as necessárias qualificações, podem



ser examinados pela Associação Patriótica local. Uma vez que o seu status clerical for aprovado pela Conferência dos Bispos, podem ser feitas acomodações para o seu emprego. Aqueles cuja atitude política não esteja bastante esclarecida ou aos quais falte suficiente conhecimento teológico podem participar de cursos de treinamento ou ser enviados aos seminários para uma ulterior formação. Uma vez que eles mudarem as suas posições e houverem adquirido conhecimentos religiosos pode-se encontrar uma acomodação apta para eles. Em relação àqueles indivíduos subterrâneos que continuem na sua obstinada posição, apesar dos pacientes esforços do governo, e que realizem atividades contra-revolucionárias, incitem as comunidades católicas e perturbem a ordem social, devemos obter evidências, expor os seus crimes publicamente e tratá-los severamente de acordo com a lei.

## V

### Reforçar nossa liderança sobre a Igreja Católica

O problema da Igreja Católica Chinesa envolve a luta na qual estamos empenhados com o Vaticano, pois ele tenta controlar a Igreja Católica Chinesa e nossa resistência a estas tentativas. É uma situação muito complicada. Devemos prestar atenção, no momento atual, às tendências que estão se impondo em algumas áreas. Os grupos subterrâneos nestas áreas estão aumentando de forma selvagem; eles enganam as pessoas e as incitam a resistir ao governo. Em alguns lugares as forças subterrâneas proclamaram publicamente que receberam do Vaticano a nomeação especial de ser “os únicos bispos hierárquicos legítimos”. Eles tentaram manter o controle da liderança da igreja. O Partido e o Governo devem definitivamente reforçar o seu trabalho de liderança sobre a Igreja Católica. Devemos estudar integralmente os problemas e as dificuldades que surgem no meio deste trabalho para que se possam produzir sólidos resultados. Todos os nossos líderes devem ter um só pensamento, compreendendo profundamente a necessidade e a urgência desta tarefa que esta nova situação nos apresenta. Todos os níveis de liderança devem ser unidos em pensamento e reconhecer plenamente a urgência e a importância do reforço do trabalho da Igreja Católica nesta nova situação. A Frente Unida, o Departamento dos Assuntos Religiosos, as Agências de Pública Segurança e outros departamentos governamentais pertinentes assim como as Uniões de Trabalho, a Liga Juvenil Comunista, a Liga das Mulheres e todas as organizações de massa devem coordenar os seus esforços, compartilhar responsabilidades, usar todos os meios para unir e educar as massas católicas, e realizar uma administração geral. Tudo será feito sob a liderança unificada do Partido. Precisamos acrescer o papel que a Associação Patriótica e o clero patriótico desempenham. Devemos permitir-lhes realizar aquelas tarefas que eles podem fazer por conta própria (como convencer o clero subterrâneo, reformar a sua organização, etc.). Devemos continuar a convencer e unificar a maioria do clero e isto inclui também os indecisos. Devemos estar atentos em diferenciar entre as várias forças sub-

terrâneas, por exemplo, aqueles sacerdotes e bispos que, por causa da sua fé no Papa, estão separados de nós e aqueles membros chave dos subterrâneos e dos católicos que os influenciam e controlam. Devemos fazer pacientes e meticulosos esforços para unir o maior número deles quanto for possível. Cada lugar deve prestar muita atenção às tendências nas atividades entre os subterrâneos e usar medidas eficazes para preveni-los de provocar algum dano. Assim que os problemas surgem, cada força departamental deve ser coordenada sob a liderança unificada do Partido e do governo, para responder e resolver estes problemas imediatamente e de maneira satisfatória.

Ao menos que este relatório precise de ulteriores correções, propomos que seja enviado a cada departamento para a sua implementação.

## Anexo IV

---

# Alguns problemas concernentes o ulterior melhoramento do trabalho com a religião

Documento n. 6

Circular emitida pelo Comitê Central do Partido Comunista e pelo Conselho de Estado a respeito de alguns problemas concernentes o ulterior melhoramento do trabalho com a religião. (5 de fevereiro de 1991)

A: Comitês do Partido e do Governo do Povo das várias províncias, regiões autônomas e municipalidades diretamente sob o Governo Central do Povo, Comitês do Partido das maiores áreas militares, departamentos, ministérios e comissões do Comitê Central do Partido e do Conselho de Estado, quartéis-gerais das comissões militares, Comitês do Partido dos diversos serviços armados, e diversas organizações populares.

A política do Partido a respeito da religião foi implementada passo após passo e nosso trabalho sobre religião alcançou um notável sucesso desde a Terceira Plenária do XI Comitê Central do Partido. Isto foi devido aos esforços dos Comitês do Partido e dos órgãos governativos em vários níveis. Abrimos novos locais destinados a atividades religiosas, fizemos ajustes nos locais já existentes, restauramos ou instituímos organizações religiosas patrióticas, defendemos direitos dos cidadãos à liberdade religiosa, e suas atividades religiosas normais. Os direitos e os interesses legítimos das organizações religiosas foram protegidos por meio da lei e da política; as atividades criminosas que violavam a lei, perpetradas em nome da religião, foram tratadas de acordo com a lei. As atividades religiosas, na maioria das áreas, foram normais. Os sentimentos patrióticos e a consciência socialista de líderes religiosos foram acrescidos. Eles apóiam a liderança do Partido Comunista da China e o sistema socialista. Eles ajudaram energicamente o Partido e os órgãos governamentais a implementar sua política religiosa, fizeram um trabalho muito útil em manter a estabilidade social e a unidade étnica, em promover a unificação da pátria-mãe e em conduzir amigavelmente as relações internacionais. A Frente Unida patriótica, que trata com os grupos religiosos de várias nacionalidades e que é guiada pelo Partido, tem sido ulteriormente consolidada e reforçada. Os fiéis de várias nacionalidades participaram ativamente na construção da civilização espiritual e material socialista. A prática mostrou a exatidão da política do Partido e do Governo em relação à religião. Em geral, a situação do nosso trabalho com a religião foi boa.

Mas devemos compreender que forças hostis fora da China usaram continuamente a religião como um importante meio de realização da sua estratégia para efetuar uma “evolução pacífica” no nosso país. Eles se empenharam continuamente em atividades de infiltração e descrédito contra nós. Os separadores nacionais usaram a religião para criar problemas, atacar a liderança do partido e o sistema socialista, minarem a unificação da pátria-mãe e a unidade étnica. Em certos lugares, alguns elementos hostis espalharam-se. Estabeleceram organizações ilegais e tentaram arrancar de nós os líderes dos monastérios, dos templos budistas e das igrejas. Alguns deles abriram colégios ilegais para o estudo da bíblia, conventos e seminários teológicos, competindo conosco para os corações e mentes dos jovens. Alguns monastérios restauraram os seus privilégios religiosos feudais de opressão e exploração que haviam sido abolidos. Nas regiões rurais mais distantes, algumas pessoas usaram a religião para interferir na administração governativa, o processo judiciário e a educação pública.

Ao mesmo tempo, devemos também compreender que existem problemas em implementar esta política de liberdade religiosa. Algumas autoridades locais violam direitos cívicos de liberdade religiosa, os direitos legítimos e os interesses dos monastérios, templos taoístas e igrejas. Eles interferem nas atividades religiosas normais de grupos religiosos procrastinando a restituição de prédios religiosos, monastérios, templos taoístas e igrejas aos legítimos proprietários. De tempo em tempo surgem conflitos sociais provocados por problemas religiosos ou pelo tratamento inadequado de assuntos religiosos. Os comitês do Partido e os órgãos governativos de todos os níveis devem sensatamente compreender a complexidade e a seriedade destes problemas e dar grande importância ao seu trabalho com a religião.

O tratamento correto da questão religiosa constitui uma tarefa importante na construção socialista na China, e uma importante substância na construção do socialismo com características chinesas. É muito importante não sermos negligentes quando realizamos o nosso trabalho com a religião, para desta forma manter a estabilidade social, promover a unidade étnica, a unificação da pátria-mãe e a construção das Quatro Modernizações. “A política de base e o nosso ponto de vista sobre a questão religiosa neste período de socialismo na China” (Documento n. 19 emitido pelo Comitê Central do Partido em 1982) é um documento importante que providencia as linhas-guia do nosso trabalho com religião. Deve continuar a ser realizado com consciência. Deve ser mantida a continuidade e estabilidade da política em relação à religião. Nos dias que virão, a tarefa básica do Partido e do Governo sobre religião será de implementar conscienciosamente a política religiosa, salvaguardando os direitos civis à liberdade religiosa, aumentando a educação dos fiéis e personagens religiosas em relação ao patriotismo e ao socialismo, fazendo uso de suas iniciativas, apoiando atividades úteis, consolidando e desenvolvendo a nossa Frente Unida patriótica com os grupos religiosos, regulando as questões religiosas de acordo com a lei, colocando fim às

atividades religiosas ilegais e criminosas perpetradas em nome da religião, cortando definitivamente a infiltração de forças religiosas hostis fora da China, trabalhando para salvaguardar a estabilidade, a promoção da unidade, a unificação da pátria-mãe e garantindo a prosperidade para a China. Emitimos esta circular para melhorar ulteriormente nosso trabalho com a religião.

## I

### Melhorar e completar a implementação da política de liberdade religiosa

Respeitar e proteger a liberdade religiosa é a política de base em longo prazo, do Partido e do Estado concernente à questão da religião. A liberdade religiosa para os cidadãos chineses é um direito garantido pela Constituição. Os cidadãos estão livres de acreditar ou não acreditar em religião. Nenhuma agência estatal, organização social ou individual tem a permissão de forçar o cidadão a acreditar ou não acreditar na religião. Os cidadãos não devem ser discriminados pelo fato de acreditar ou não acreditar em religião. As atividades religiosas devem ser conduzidas dentro dos limites da lei e da política governativa. O Estado protege as atividades religiosas normais. Os cidadãos, enquanto exercem os seus direitos à liberdade religiosa, devem ao mesmo tempo cumprir suas obrigações. Ninguém tem a permissão de usar a religião para se opor à liderança do partido e ao sistema socialista, de prejudicar a unificação do país, a estabilidade social e a unidade étnica, de lesar os interesses da sociedade e da coletividade, ou os direitos legítimos de outros cidadãos. Ninguém pode usar a religião para interferir na administração do governo, nos processos judiciais, na educação escolar ou na educação social pública, para impedir a prática da educação obrigatória, para restaurar o sistema abolido dos privilégios feudais religiosos de opressão e exploração. Os fiéis e os que não acreditam, os que acreditam em religiões diferentes e participam de seitas devem respeitar-se e unir-se. Em lugares onde a maioria das pessoas não acredita, deve ser prestada atenção em respeitar e proteger os direitos dos que crêem, que são uma minoria. Em lugares onde a maioria acredita, deve ser prestada atenção ao respeito e à proteção dos direitos daqueles que não acreditam, que são uma minoria, para que os que acreditam e os que não acreditam possam unir-se e trabalhar juntos na construção da modernização socialista.

Implementando a política de liberdade religiosa, é necessário corrigir firmemente as ações que violam os direitos civis da liberdade religiosa e os direitos e os interesses legítimos dos grupos religiosos. Devem ser providenciados locais adequados para as atividades religiosas normais, nas localidades onde estão em falta. O problema dos prédios religiosos, deixado em suspenso pela história, deve ser tratado com prudência, para poder unir as massas dos fiéis e promover a estabilidade social.



## II

### Regulando os assuntos religiosos de acordo com a lei.

Regular os assuntos religiosos de acordo com a lei significa que o governo administra e supervisiona a aplicação das leis, regulamentos e política concernentes à religião. O governo protege os interesses e os legítimos direitos dos organismos religiosos, monastérios, templos taoístas e igrejas de acordo com a lei; protege o clero e os fiéis nas suas atividades religiosas normais; evita e freia os elementos criminosos que usam a religião e as atividades religiosas para criar problemas, violar a lei e cometer crimes; freia as forças hostis fora da China que usam a religião para objetivos de infiltração. O objetivo de regulamentar os assuntos religiosos é de enquadrar as atividades religiosas nas molduras da lei, dos regulamentos e das políticas, e não de interferir nas atividades religiosas normais ou nos assuntos internos dos organismos religiosos.

Todos os locais destinados a atividades religiosas devem ser registrados de acordo com a lei (os procedimentos específicos serão explicados separadamente). Aqueles locais registrados para atividades religiosas estão protegidos pela lei. Eles são administrados de acordo com o princípio democrático pelas organizações religiosas patrióticas e pelo clero, sob a liderança administrativa dos departamentos governativos encarregados de assuntos religiosos.

A abertura de novos locais para as atividades religiosas deve ser aprovada pelo governo do povo em nível provincial. A pregação e o trabalho missionário por supostos pregadores e outros trabalhos missionários ilegais devem ser firmemente freados. Aquelas escolas para o estudo da bíblia, os conventos e os seminários teológicos que foram abertos ilegalmente devem ser proibidos.

Os organismos religiosos da China e os assuntos religiosos devem aderir ao princípio de independência e operar autonomamente as suas próprias igrejas, livres do controle das forças estrangeiras. A maneira correta de conduzir os intercâmbios religiosos internacionais é na base da igualdade e da amizade. Tentativas de forças hostis fora da China de controlar as religiões da China devem ser firmemente impedidas. Nenhuma organização religiosa ou nenhum indivíduo fora do país pode interferir nos assuntos religiosos da China, estabelecer escritórios na China, construir monastérios, templos taoístas ou igrejas, ou empenhar-se em um trabalho missionário. As publicações religiosas, áudio, vídeo e outros materiais de propaganda provenientes do exterior devem ser estritamente controladas de acordo com as regras emitidas pelos departamentos governativos competentes. Aqueles materiais que incitam as pessoas contra os quatro princípios de base ou contra o governo, ou contêm material reacionário, devem ser confiscados de acordo com a lei. Ninguém pode aceitar subsídios religiosos ou fundos missionários de estrangeiros cujo objetivo seja de infiltrar-se. As organizações religiosas chinesas, monastérios, templos taoístas e igrejas devem obter a aprovação do Departamento de Assuntos Religiosos do Conselho antes de poder aceitar doações significantes por parte de organizações religiosas ou



de fiéis estrangeiros. Similar aprovação é necessária quando organizações religiosas chinesas, monastérios, templos taoístas e igrejas decidem convidar organizações religiosas estrangeiras ou personagens do âmbito religioso para visitar a China ou aceitar cartas de convite para visitar o exterior. Atividades de particular importância e que envolvem estrangeiros devem ser relatadas ao Conselho de Estado para a sua aprovação. As organizações não-religiosas devem relatar ao Departamento de Assuntos Religiosos quando elas convidam ou recebem organizações (estrangeiras) de natureza religiosa ou personagens muito influentes no âmbito religioso que vêm visitar e viajar pela China. Quando eles se empenharem em intercâmbio e cooperação com estrangeiros que envolvem organizações religiosas fora do país ou suas instituições afiliadas ou indivíduos, os acordos de cooperação assinados por departamentos comerciais, científicos, tecnológicos, culturais, de saúde, de esporte e turísticos não devem conter estipulações sobre trabalho missionário, o estabelecimento de instituições religiosas ou a construção de monastérios, templos taoístas, igrejas ou qualquer outro assunto religiosos.

A legislação que governa a religião deve ser rápida. O Departamento de Assuntos Religiosos do Conselho de Estado deve esboçar seriamente regulamentos administrativos a respeito dos assuntos religiosos. As municipalidades, as regiões autônomas e as províncias diretamente sob o Governo Central devem também emitir regras de administração local para o governo dos assuntos religiosos, de acordo com as leis e os regulamentos nacionais, levando em conta as situações locais.

Os poderes locais devem reforçar a liderança que está diretamente envolvida no trabalho com a religião. Tal liderança deve realizar conscienciosamente as políticas religiosas do nosso Partido e Governo, ajudando o clero e os fiéis a administrar com sucesso os locais destinados a atividades religiosas e a se empenhar em atividades religiosas de acordo com a lei.

### III

As organizações religiosas patrióticas devem desempenhar plenamente o seu papel.

As organizações religiosas patrióticas servem como uma ponte, por meio da qual o Partido e o Governo une e educa o pessoal religioso. Deixar estas organizações desempenhar plenamente o seu papel é uma garantia organizacional importante para o sucesso da implementação da política religiosa do Partido e para a normalização das atividades religiosas. Em alguns lugares, as organizações religiosas patrióticas não receberam suficiente encorajamento para desenvolver o seu papel plenamente. Este fracasso das autoridades locais deve ser corrigido. Estas autoridades devem apoiar e ajudar as organizações a reforçar seu desenvolvimento e realizar as suas atividades de forma independente e de acordo com as suas próprias características e regras. As autoridades devem dar amplo espaço às suas iniciativas encorajando e apoiando as organizações religiosas a se tornar auto-suficientes por

meio do sucesso de pequenas empresas, e oferecendo serviços remunerados e bem-estar público. A ajuda deve ser dada providenciando-lhes escritórios e despesas operacionais, auxiliando-os a enfrentarem as dificuldades que existem em algumas áreas para encontrar os meios de sustentação para o clero. Isto é, para providenciar as necessárias condições por meio das quais estas organizações cumprirão o seu trabalho. Todas as organizações religiosas devem aceitar a liderança do Partido e do Governo, conformar-se às leis do país, transmitir a tradição da auto-educação, educando constantemente sua equipe religiosa no patriotismo, socialismo, nas políticas atuais e nas leis e regulamentos do país. Eles devem se tornar sempre mais conscientes na defesa dos interesses nacionais, no apoio ao princípio de independência e na administração dos assuntos religiosos.

A grande maioria dos religiosos chineses é patriótica e observadora da lei. Eles cooperaram, durante um longo período de tempo, com o Partido e o Governo, e constituem uma importante força para manter a estabilidade social e nacional, conservando os contatos com os fiéis leigos e desenvolvendo com sucesso as suas tarefas religiosas. As agências de liderança do Partido e do Governo, em todos os níveis, devem sempre escutar as opiniões e sugestões oferecidas pelas organizações patrióticas e seus líderes, e consultá-los a respeito de questões que envolvem religião. Elas devem apoiar e assistir as organizações religiosas patrióticas na organização de bem sucedidos seminários teológicos para formar um corpo de professores religiosos de maneira organizada e planejada, professores que amam a pátria-mãe, aceitem a liderança do Partido, são firmes em tomar o caminho socialista, manter a unificação da pátria-mãe e a unidade étnica, possuem conhecimentos teológicos e são capazes de manter o contato com a massa dos fiéis. Atualmente, a formação deve ser melhorada para aqueles que são líderes de mosteiros, templos taoístas, igrejas e outros locais de devoção.

#### IV

Firme controle daqueles que usam a religião para se empenhar em atividades criminosas.

Ao mesmo tempo em que protegemos o direito dos cidadãos da liberdade religiosa e das suas atividades religiosas normais, devemos tratar mais severamente, de acordo com a lei, aqueles elementos contra-revolucionários e outros delinquentes criminosos que usam a religião para se empenhar em atividades desordenadas. Os departamentos da Segurança Pública, em todos os níveis, devem tomar medidas de força e frear resolutamente aqueles que usam a religião para criar problemas, minar a segurança pública e enfraquecer a unificação do país e a unidade étnica. Aqueles que violam o Código Criminal devem ser tratados de acordo com a lei. Os principais culpados, que são coniventes com as forças hostis de fora do país para danificar a segurança da China, devem ser severamente punidos. As organizações re-



ligiosas ilegais devem ser criticadas e educadas, pedindo que modifiquem o seu comportamento dentro de um limite de tempo se o caso não for sério demais. Delinquentes recidivos e casos sérios devem ser tratados de acordo com a lei.

No nosso trabalho, devemos distinguir estritamente entre dois diferentes tipos de contradições e tratá-las corretamente, possuir uma correta compreensão da política, unir e contar com as forças patrióticas nos círculos religiosos, dividir e dispersar as forças hostis, convencer aqueles sob a sua influência e controle e isolar os poucos principais culpados.

As agências de aplicação da lei nacional devem dar explicações judiciais de acordo com a lei quando punem aqueles que usam a religião para empenharem-se em atividades criminosas. Os departamentos de Segurança Pública e de Procuradoria, juntamente com as cortes devem coordenar os seus esforços em frear as atividades criminosas de acordo com a lei.

## V

### Reforçar as agência e construir um corpo de quadros cujo trabalho é com a religião.

Para melhorar ulteriormente nosso trabalho sobre religião, é necessário reforçar as agências governativas responsáveis para o trabalho com religião. Os governos das províncias (regiões autônomas e municipalidades sob o governo central), municipalidades (regiões e prefeituras), e aquelas regiões (distritos) que carregam o pesado fardo de trabalho com religião devem estabelecer agências para tratar o trabalho com religião como parte do sistema governativo. As outras regiões (distritos) devem manter as suas agências para o trabalho com religião, quando elas já existem no local. Aquelas regiões sem tais agências podem compartilhar os escritórios com departamentos maiores, equipados de pessoas especialmente encarregadas de administrar o trabalho com religião todo o tempo. As jurisdições das cidades que enfrentam a tarefa de administrar os assuntos religiosos devem ter alguém encarregado de tal trabalho, em tempo integral, se o trabalho for sério.

Uma importância especial deve ser dada ao treinamento de quadros que tratarão de assuntos religiosos, e sua competência deve ser constantemente melhorada. Aqueles que administram os assuntos religiosos devem compreender plenamente o significado e a responsabilidade de seu trabalho, estudar seriamente a filosofia marxista, as teorias religiosas, os princípios e políticas do Partido, conhecer bem as leis mais importantes, ter conhecimento do trabalho religioso e ser capazes de unir os líderes religiosos e os fiéis leigos. Um quadro que administra os assuntos religiosos deve ter boas qualidades políticas, um elegante estilo de trabalho e ser altamente conhecedor das matérias religiosas. Os comitês do Partido e órgãos governativos em todos os níveis devem mostrar solicitude por quadros que administrem as questões religiosas, sua visão política, trabalho e sustentação.



## VI

### Reforçar a liderança do partido no trabalho religioso.

A liderança do partido no trabalho religioso é primariamente uma liderança política. O Partido encarrega-se de dar orientações políticas e os principais princípios e políticas. Os comitês do Partido e os órgãos governamentais em todos os níveis devem colocar trabalho religiosos nas suas agendas, estudar e analisar a situação em intervalos regulares, verificar seriamente a implementação desta política, resolver pontualmente qualquer problema, mobilizar o Partido inteiro e as agências governativas em todos os níveis assim como as forças sociais, e dar-lhes importância, mostrando solicitude para um trabalho religioso bem sucedido, assim como adequar a religião à sociedade socialista.

Os companheiros responsáveis do Partido, os órgãos governamentais em todos os níveis e os departamentos da Frente Unida dos comitês do Partido devem trabalhar em cooperação com os representantes dos líderes religiosos, melhorarem seus contatos com eles, explicar-lhes os princípios do Partido e as suas políticas e informá-los de questões relevantes. Eles devem escutar suas opiniões com mente aberta e ajudá-los a resolver os problemas que surgem no seu trabalho.

Os comitês do Partido e os órgãos governativos em todos os níveis devem reforçar seu trabalho político e ideológico, instruir os departamentos de propaganda para educar as massas no patriotismo, socialismo e unidade nacional, educar as massas, em particular os jovens, no materialismo dialético e no materialismo histórico (incluindo o ateísmo) para criar uma nova geração, novas pessoas com altos ideais e padrões morais e que sejam bem educadas e disciplinadas. Devem ser dadas instruções e assistência aos sindicatos, a Liga Juvenil Comunista, as federações de mulheres e lançá-los em atividades saudáveis e úteis, mostrando solicitude para assistir os empregados, os jovens e as mulheres na resolução dos seus problemas de trabalho, na sua sustentação, inculcando-lhes uma visão correta da vida, da velhice, da doença e da morte assim como da boa e da má sorte, dos desastres e dos sucessos, para que eles possam adquirir uma visão científica do mundo e da vida. A publicação de trabalhos que envolvem religião não devem contrastar a política religiosa do Partido e do Governo, nem deve ofender os sentimentos religiosos dos fiéis, nem distorcer a história por meio do uso da religião para minar a unificação do país e a unidade étnica.

Os membros do Partido Comunista não têm permissão de acreditar em religião, nem de participar das atividades religiosas. Aqueles membros do Partido que participarem de atividades religiosas devem ser submetidos a uma paciente educação, para que eles possam adquirir uma visão correta do mundo e traçar uma linha de demarcação entre o ateísmo e o teísmo e reforçar a sua fé no comunismo. Aqueles que recusam modificar o seu comportamento devem ser persuadidos a deixar o Partido. Aqueles que participarem na incitação de fanatismo religioso e apoiarem a construção indiscriminada de monastérios, templos taoístas ou igrejas devem ser rigidamente criticados e



educados. Aqueles que recusarem de se arrepender devem ser expulsos do Partido. Naquelas áreas de minoria onde efetivamente todos são religiosos, os membros do Partido Comunista trabalhando nas regiões rurais podem participar em algumas atividades de massa com um matiz religioso, de acordo com as linhas-guia emitidas pelo Comitê Central do Partido.

Após receber esta circular, os comitês do Partido e os órgãos governativos em todo o país devem resumir conscienciosamente as suas recentes experiências a respeito do trabalho com religião, traçar as necessárias lições na base da revisão completa da implementação da política religiosa, decidir medidas específicas à luz das realidades locais, e conscienciosamente cumpri-las. Os comitês do Partido e os governos das províncias, regiões autônomas e municipalidades diretamente sob o Governo Central devem enviar relatórios escritos da sua revisão e resumo ao Comitê Central do Partido e ao Conselho de Estado.

O Comitê Central do Partido Comunista da China  
O Conselho de Estado  
5 de fevereiro de 1991.



## Anexo V

---

# Lista dos bispos e sacerdotes na prisão, em isolamento, e condenados nos campos de trabalho. (fonte: Asianews, 5 de março de 2005)

### *Bispos presos e desaparecidos*

Estes bispos são verdadeiros “desaparecidos” seqüestrados, presos pela polícia sem nenhuma acusação e desde então desaparecidos.

1) Mons. Giacomo Su Zhinin (diocese de Baoding, Hebei). Ele tem 72 anos. Preso e desaparecido desde 1996. Em novembro de 2003 foi visto no hospital de Baoding, controlado pela polícia, onde recebeu tratamento ao coração e olhos. Depois de alguns dias, desapareceu novamente.

2) Mons. Francesco An Shuxin (auxiliar diocese de Baoding, Hebei). Ele tem 54 anos. Preso e desaparecido desde 1997.

3) Mons. Han Dingxin (diocese de Yongnian/Handan, Hebei). Tem 66 anos. Preso em dezembro de 1999. No passado permaneceu na prisão por cerca de 20 anos. Ficou sempre isolado e impossibilitado de encontrar qualquer um. Nunca alguém dos seus fiéis consegue visitá-lo, nem os seus familiares.

4) Mons. Cosama Shi Enxiang (diocese de Yixian, Hebei) Tem 83 anos. Preso no dia 13 de abril de 2001. Mons. Shi foi ordenado bispo em 1982. Passou na prisão cerca de 30 anos. A última vez ele foi preso em dezembro de 1990, depois solto em 1993. Desde então ele viveu em isolamento forçado até a sua última prisão.

5) Mons. Filippo Zhao Zhendong (diocese de Xuanhua, Hebei), 84 anos, preso no final do mês de dezembro de 2004.

6) Pe. Paulo Huo Junlong, administrador da diocese de Baoding, 50 anos, ordenado em 1987. Preso no mês de agosto de 2004. Ainda detento em localidade desconhecida, sem processo e sem acusações detalhadas. Com ele foram presos e desapareceram nas mãos da polícia dois dos seus companheiros de ordenação: Pe. Zhang Zhenquan e Pe. Ma Wuyong.

*Bispos impedidos no ministério:* Dezenas de outros bispos não oficiais são seqüestrados por um período depois devolvidos à sua igreja. Permanecem sob estrita vigilância e impedidos de exercer o seu ministério. Muitos deles

estão doentes e já idosos. Não podem receber visitas de sacerdotes, freiras ou seminaristas. Todas as suas visitas são controladas. Entre os bispos mais novos e impedidos no seu ministério estão:

1) Li Side, bispo não oficial de Tianjin. 78 anos. Encontra-se em domicílio forçado e não pode desenvolver trabalho pastoral. No passado foi preso em dezembro de 1989 e solto em junho de 1991.

2) Mons. Giulio Jia Zhiguo (diocese de Zhengding, Hebei). 68 anos. Em fases alternas foi detido e depois solto. Neste ano foi preso duas vezes. A Santa Sé fez apelos públicos para a sua libertação. Todo mês sofre semanas de endoutrimento forçado sobre a política do governo.

3) Mons. Zhang Weizhou (diocese de Xinxiang, Henan). 45 anos. É um pastor muito ativo e fundou duas ordens religiosas. Está impedido de ir na sua própria diocese. Está sob controle na província de Hebei.

Diversos bispos subterrâneos, perseguidos com dureza no passado, estão muito idosos. Todavia, muitos deles sofrem ainda controle, isolamento, lavagem cerebral. Outros já ficaram imobilizados pela doença.

4) Mons. Bartolomeo Yu Cengti, 74 anos, bispo de Hanzhong (Shaanxi), desde dezembro de 2001 está em prisão domiciliar. Isolado: aos seus sacerdotes está proibido de encontrá-lo.

5) Mons. Li Hongye (diocese de Luoyang, Henan). Preso em 1997. 83 anos. Está doente.

6) Mons. Liu Guandong (diocese de Yixian, Hebei). 84 anos. Está sob controle, mas está impedido de desempenhar o ministério por causa da sua doença.

7) Mons. Giuseppe Fan Zhongliang (diocese de Xangai). 85 anos e está doente. Está sempre sob vigilância, mas usufrui de uma certa liberdade.

8) Mons. Han Jingtao (diocese de Sipin, Jilin). 82 anos. Mesmo sendo muito doente, permanece sob controle da polícia e não pode trabalhar em público.

9) Mons. Giovanni Yang Shudao (diocese de Fuzhou, Fujian). 84 anos. O arcebispo Yang sofreu no passado cerca de 30 anos de prisão. Foi preso em 1955 por ter se recusado a entrar na Associação Patriótica. Liberado depois de 26 anos, em 1981, foi preso de novo em 1988 por 3 anos. Ainda agora em períodos alternados, é submetido a prisões e controles. Está muito doente.

10) Mons. Tommaso Zeng Jingmu (diocese de Yujiang, Jiangxi), 83 anos.

11) Mons. Xie Shiguang (diocese de Mingdong, Fujian). 86 anos. Preso em outubro de 1999. No momento da sua prisão, segundo a polícia, ele havia “sido convidado para bater um papo” com representantes do governo e levado para um local desconhecido. Mons. Xie sempre havia recusado o pedido governativo de registrar oficialmente a igreja subterrânea de Mindong. O bispo voltou logo “à liberdade, mas sob controle”.

12) Mons. Giacomo Lin Xili (diocese de Wenzhou, Zhejiang). 84 anos. Preso em setembro de 1999 e liberado no início de 2002. O bispo permanece sempre sob controle e não está livre. Católicos da sua diocese afirmam que a sua prisão, junto com aquela de diversos sacerdotes, é devida a uma cam-

panha lançada pela Associação Patriótica local para obrigar clero e bispo a entrar nela. A campanha de persuasão acontece com violências e chantagens. Na sua diocese a igreja não oficial está sempre ameaçada pelas prisões e destruições. Na metade de dezembro de 1999, 2 igrejas foram explodidas em Wenzhou, outras em 3 de abril do mesmo ano. No vilarejo de Linjiayuan a igreja foi construída 3 vezes e 3 vezes destruída. A última vez foi no final de outubro de 2001.

13) Shi Jongzhen, bispo coadjutor de Tianjin, 75 anos. Este ano cumpriu 50 anos de ordenação sacerdotal. Não pode trabalhar, sobretudo por causa de sua doença. Não está sob domicílio forçado.

#### *Sacerdotes presos e/ou condenados*

A) Zhang Zhenquan, Ma Wuyong (diocese de Baoding, Hebei), presos em julho-agosto de 2004 durante uma cerimônia para o aniversário de ordenação, junto com Pe. Huo Junlong, administrador da diocese de Baoding.

B) Pe. Li Wenfeng; Pe. Liu Heng, Pe. Dou Shengxia (diocese de Shijiazhuang, Hebei): presos no dia 20 de outubro de 2003 junto com diversos seminaristas durante um retiro espiritual a Gaocheng.

C) Pe. Chi Huitian (diocese de Baoding, Hebei), preso no dia 9 de agosto de 2003 enquanto celebrava a missa durante um acampamento de verão de catequismo para rapazes.

D) Pe. Kang Fuliang, Chen Guozhen, Pang Guangzhao, Yin Ruose, Li Shujun (diocese de Baoding, Hebei): presos no dia 1 de julho de 2003 porque visitou Pe. Lu Genjun, recém liberado do campo de trabalho, acusado de “evangelização”.

E) Pe. Lu Xiaozhou (diocese de Wenzhou, Zhejiang), preso no dia 16 de junho de 2003 enquanto estava para dar unção dos enfermos a um moribundo.

F) Pe. Lin Daoming (diocese de Fuzhou, Fujian). Preso no dia 3 de maio de 2003 enquanto estava visitando sua mãe. A mãe havia apenas sido liberada da prisão, presa porque era a cozinheira do seminário subterrâneo de Ch’angle.

G) Pe. Zheng Ruipin (diocese de Fuzhou, Fujian). Preso no dia 12 de abril de 2003 junto com 18 seminaristas. Os seminaristas foram soltos; o padre está até agora na cadeia, em local desconhecido.

H) Pe. Pang Yongxing, Pe. Ma Shunbao, Pe. Wang Limao (diocese de Baoding, Hebei). Presos respectivamente em dezembro de 2001, 24 de março e 31 de março de 2002 (domingo de palmas e Páscoa). No dia 7 de julho de 2003 foram todos condenados aos trabalhos forçados.

I) Pe. Li Jianbao (diocese de Baoding, Hebei). Preso no dia 19 de abril de 2001 em Xilinhote (Mongólia Interna) e condenado aos campos de reeducação por meio do trabalho. Dizem que está muito doente.